



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

**DE 1953 — VOLUME I**

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

**LEIS DE JANEIRO A MARÇO**

**REI. LEGISL.**

**NÃO SE EMPRESTA**

**Departamento de Imprensa Nacional**  
**Rio de Janeiro — Brasil — 1953**

- *O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL divulga, em separata, tôdas as leis de interesse geral.*
- *Prefira, pela sua atualidade, as edições do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL.*

*Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves, 1*  
*Agência I: Ministério da Fazenda*  
*Agência II: Pretório*



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

**DE 1953 — VOLUME I**

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

**LEIS DE JANEIRO A MARÇO**

**Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro — Brasil — 1953**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

COMPRA CR\$ 25,00

*Imprensa Nacional*

*21-6-86 56/374*



# ÍNDICE

DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### 1953

	Págs.		Págs.
2 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de fevereiro de 1953 .....	3	(Lei n.º 1.487, de 6 de de- zembro de 1951). Publicada no <i>D. O.</i> de 12-1-53 .....	4
3 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 24 de fevereiro de 1953 .....	3	1.802 — Lei de 5 de janeiro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fa- zenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Define os cri- mes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Publicada no <i>Diá- rio Oficial</i> de 7-1-53. Retifi- cada no <i>D.O.</i> de 8-1-53 ....	5
1.801-A — Lei de 2 de janeiro 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Edu- cação e Saúde, o crédito espe- cial de Cr\$ 1.500.000,00 para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul. Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no <i>D.O.</i> de 7 de janeiro de 1953 .....	3	1.803 — Lei de 5 de janeiro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fa- zenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricul- tura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Autoriza o Poder Executivo a realizar es- tudos definitivos sobre a loca- lização da nova Capital da Re- pública. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-1-53 .....	11
1.801-A — Lei de 3 de janeiro de 1953 — Modifica o artigo 103, do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal. Publicada no <i>D. I.</i> de 12 de janeiro de 1953 .....	4		
1.801-B — Lei de 3 de janeiro de 1953 — Abre ao Poder Ju- diciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplemen- tar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço de dotações do Anexo 26, do Orçamento de 1952		1.804 — Lei de 5 de janeiro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Edu- cação e Saúde, o crédito espe- cial de Cr\$ 8.350.000,00, para	

	Págs.		Págs.
pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão. Publicada no D. O. de 8-1-53 .....	12	1.810 — Lei de 8 de janeiro de 1953 — Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, na cidade Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 12-1-53 .....	24
1.805 — Lei de 5 de janeiro de 1953 — Agricultura — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por serviços prestados nos 3.º e 4.º trimestres de 1950. Publicado no D. O. de 8-1-53 ..	13	1.811 — Lei de 8 de janeiro de 1953 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ ..... 4.200,00, em reforço do Anexo 26, do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). Publicada no D.O. de 12-1-53 .....	25
1.806 — Lei de 6 de janeiro de 1953 — Justiça — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 7 de janeiro de 1953 ....	13	1.812 — Lei de 4 de fevereiro de 1953 — Viação — Fazenda — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação. Publicada no D.O. de 6-2-53 ...	25
1.807 — Lei de 7 de janeiro de 1953 — Fazenda — Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências. Publicada no D. O. de 7-1-53 ....	19	1.813 — Lei de 12 de fevereiro de 1953 — Agricultura — Fazenda — Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 16-2-53 ...	27
1.808 — Lei de 7 de janeiro de 1953 — Justiça — Fazenda — Dispõe sobre a responsabilidade de diretores de bancos e casas bancárias, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 7-1-53 .....	21	1.814 — Lei de 14 de fevereiro de 1953 — Altera o quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 14-2-53 .....	28
1.809 — Lei de 8 de janeiro de 1953 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 104.225,80, para ocorrer ao pagamento de proventos de disponibilidade a Jonas de Miranda. Publicada no D.O. de 12-1-53 .....	24	1.815 — Lei de 18 de fevereiro de 1953 — Beneficia as Empresas Nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea; revoga o item 9 do art. 12 da Lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, e a Lei número 1.344, de 9 de fevereiro de 1951, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 25-2-53 .....	32

	Págs.		Págs.
1.816 — Lei de 23 de fevereiro de 1953 — <i>Educação</i> — Dispõe sobre a prestação de exames, em segunda época, por alunos dependentes e condicionalmente matriculados em série superior. Publicada no D.O. de 26-2-53 .....	32	cada no D.O. de 16-3-53 — Ret. no D.O. de 17-3-53 ....	34
1.817 — Lei de 23 de fevereiro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Altera os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 770, de 21 de julho de 1949, cria cargos no Instituto Joaquim Nabuco, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 26-2-53 .....	33	1.822 — Lei de 16 de março de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.308,00, para pagamento de serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia, nos exercícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República. Publicada no D.O. de 19 de março de 1953 .....	35
1.818 — Lei de 24 de fevereiro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Prorroga, por três anos, a partir de 23 de setembro de 1952, o prazo concedido pela Lei número 822, de 19 de setembro de 1949, à Federação das Bandeirantes do Brasil, para construção de sua sede. Publicada no D. O. de 2-3-53 .....	33	1.823 — Lei de 17 de março de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios — o crédito especial de Cr\$ ..... 100.000,00 para ocorrer às despesas com a instalação das Comarcas de Brasília e Feijó, no Território do Acre. Publicada no D.O. de 20-3-53 ...	35
1.819 — Lei de 4 de março de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora. Publicada no D. O. de 7-3-53 .....	34	1.824 — Lei de 17 de março de 1953 — <i>Trabalho</i> — Torna seguros obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratricistas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de atêrro e desa-têrro, em zona urbana ou rural. Publicada no D.O. de 20-3-53	36
1.820 — Lei de 9 de março de 1953 — <i>Fazenda</i> — Estende aos funcionários do Tribunal de Contas, as gratificações adicionais asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Publicada no D.O. de 10-3-53 ....	34	1.825 — Lei de 19 de março de 1953 — Concede pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ ... 700,00, à viúva Araci de Montreuil Martins Santos. Publicada no D.O. de 24-3-53 ....	36
1.821 — Lei de 12 de março de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Educação</i> — Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Publi-		1.826 — Lei de 20 de março de 1953 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajuí, o prédio da antiga estação do mesmo nome, per-	

	Págs.		Págs.
tencentente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Publicada no D. O. de 25-3-53 .....	36	1.829 — Lei de 24 de março de 1953 — Determina que o Poder Executivo restituirá ao Professor Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras. Publicada no D. O. de 28-3-53 .....	37
1.827 — Lei de 23 de março de 1953 — <i>Fazenda</i> — Modifica as tarifas das Alfândegas. Publicada no D.O. de 28-3-53 .....	36	1.830 — Lei de 24 de março de 1953 — Dispõe sobre a in-alusão nos orçamentos da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, da dotação de Cr\$ ..... 20.000.000,00 para aproveitamento do potencial hidroelétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paraíba. Publicada no D. O. de 28-3-53, .....	38
1.828 — Lei de 24 de março de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00, para prosseguimento da construção do traçado ferroviário Passo Fundo-Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e determina que o Orçamento da União consignará, em quatro exercícios, dotações não inferiores a Cr\$ 120.000.000,00 para conclusão dessa ligação. Publicada no D.O. de 28 de março de 1953 .....	37	1.831 — Lei de 25 de março de 1953 — Modifica o item 4 da alínea b do Anexo 3 (Setor Transporte — Estrada de Ferro) da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950. Publicada no D.O. de 31-3-53 ....	38

## Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
80 — Decreto. Legislativo. Publicado no D. O. de 7-2-53 ..	41	construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Publicada no D.O. de 5-1-53 .....	41
1.705 — Lei de 22 de outubro de 1952 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.491.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951. Retificado no D. O. de 12-1-53 .....	41	1.785-A — Lei de 29 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .. 2.000.000,00 como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 5-1-53 ..	42
1.783-A — Lei de 26 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da		1.785-B — Lei de 29 de dezembro de 1952 — Concede a pensão especial de Cr\$ .....	

Págs.		Págs.
	2.000,00 mensais a Joaquim Tavares Viana, ex-professor da Escola de Marinha Mercante de Belém do Pará. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	42
1.785-C	— Lei de 29 de dezembro de 1952 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional do Paraná, o crédito suplementar de Cr\$ 49.960,00 em reforço de dotação do Anexo n.º 26 do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	42
1.785-D	— Lei de 29 de dezembro de 1952 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rêde Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	43
1.785-E	— Lei de 29 de dezembro de 1952 — Modifica dispositivos do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	43
1.785-F	— Lei de 29 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projeto e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	44
1.785-G	— Lei de 29 de dezembro de 1952 — Denomina "Francisco de Assis" o aeroporto de Juiz de Fora. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	44
1.789	— Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	44
1.790	— Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	44
1.791	— Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	45
1.792	— Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	45
1.793	— Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei n.º 1.329, de 21 de janeiro de 1951. Publicada no D. O. de 5-1-53 .....	45

	Págs.		Págs.
1.799 — Lei de 31 de dezembro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 para pagamento de despesas de material com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão. Publicada no <i>D.O.</i> de 5-1-53 .....	46	1.800. — Lei de 31 de dezembro de 1952 — <i>Aeronáutica — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ ..... 11.000.000,00, para atender a despesas com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão. Publicada no <i>D.O.</i> de 5-1-53 .....	46

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1953, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.





# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1953

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 2, de 1953

Art. 1.º E' o Presidente da República autorizado a aderir, nos termos das cópias devidamente autenticadas que a este acompanham, ao

Acôrdo, concluído em Bruxelas, a 1 de dezembro de 1924 e firmado por diversas outras nações, para a concessão de facilidades aos marinheiros mercantes no tratamento de moléstias venéreas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de fevereiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, de 1953

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo do contrato celebrado em 28 de junho do mesmo ano, entre o Ministério da Fazenda e Alcídio Bellini Robusto, para os serviços de lavagem e engomagem de roupas de todas as repartições sediadas no edificio do referido Ministério.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.801 — DE 2 DE JANEIRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*  
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado à Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para auxiliar a conclusão das obras do Monumento ao Imigrante, que está sendo erigido sobre a Estrada Federal Rio-Porto Alegre, à entrada daquela cidade.

Art. 2.º O empreendimento de que trata o artigo anterior será considerado o Monumento Nacional ao Imigrante, homenagem do Povo e do Governo aos bravos pioneiros da colonização do país, reconhecimento da Pátria à colaboração do bom imigrante, e terá inscrito, no seu pórtico, a seguinte legenda: A Nação Brasileira ao Imigrante.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.801-“A” — DE 3  
DE JANEIRO DE 1953

*Modifica o art. 103 do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 103 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 103. Não poderão ter assento na mesma Câmara do Tribunal de Justiça, desembargadores parentes ou afins em linha reta, ou na colateral, até o 3.º grau.*

*Parágrafo único. Nos julgamentos de competência do Tribunal pleno, a intervenção de um dos desembargadores ligados pelos laços de parentesco ou afinidade, a que se refere este artigo, determinará o impedimento do outro, procedendo-se à sua substituição nos casos e pela forma que a Lei determina.”*

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.801-“B” — DE 3  
DE JANEIRO DE 1953

*Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço de dotações do Anexo 26, ao Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), em reforço das seguintes dotações do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

Cr\$

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal  
Permanente

Sub-consignação .01 —  
Pessoal Permanente

01 — Supremo Tribunal  
Federal ..... 800.000,00

Verba 1 — Pessoal

Consignação III — Van-  
tagens

Sub-consignação 14 —  
Gratificação adicional

01 — Supremo Tribunal  
Federal ..... 400.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.802 — DE 5 DE JANEIRO DE 1953

*Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber:

Art. 2.º Tentar:

I — submeter o território da Nação, ou parte d'ele, à soberania de Estado estrangeiro.

II — desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III — mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV — subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;

Pena: — no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

Art. 3.º Promover insurreição armada contra os poderes do Estado.

Pena: — reclusão de 3 a 9 anos, aos cabeças; de 2 a 6 anos aos demais agentes.

Art. 4.º Praticar:

I — atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude d'elles;

II — devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou a suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado.

Pena: — reclusão de 3 a 8 anos aos cabeças, e de 2 a 6 anos aos demais agentes.

Art. 5.º Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida.

Pena: — reclusão de 3 a 10 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos aos demais agentes, quando não couber pena mais grave.

Parágrafo único. A pena será agravada de um terço quando o agente do crime for o Presidente da República, o Presidente de qualquer das Casas do Congresso, do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Governador ou Secretário de governo estadual, o Chefe do Estado Maior do Exército, da Armada ou da Aeronáutica, o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública ou Comandante de unidade militar federal, estadual ou do Distrito Federal.

Art. 6.º Atentar contra a vida, a incolumidade e a liberdade:

a) do Presidente da República, de quem eventualmente o substituir ou, no território nacional, de Chefe de Estado estrangeiro.

Pena: — reclusão de 10 a 20 anos aos cabeças e de 6 a 15 anos aos demais agentes.

b) do Vice-Presidente da República, Ministros de Estados, Chefes do Estado Maior Geral, Chefes do Estado Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, Presidente do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, Governadores de Estados ou de Territórios, comandantes de unidades militares, federais ou estaduais, ou da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como,

no território nacional, de representante diplomático, ou especial, de Estado estrangeiro com o fim de facilitar insurreição armada.

Pena: — reclusão de 8 a 15 anos aos cabeças, e de 6 a 10 anos aos demais agentes, se o fato não constituir crime mais grave; reclusão de 12 a 30 anos aos cabeças, e de 8 a 15 anos aos demais agentes, se o atentado resultar a morte.

c) de magistrado, senador ou deputado, para impedir ato de ofício ou função ou em represália do que houver praticado.

Pena: — reclusão de 6 a 12 anos aos cabeças e de 3 a 8 anos aos demais agentes, se o fato não constituir crime mais grave.

Parágrafo único. Quando se tratar de atentados contra a incolumidade ou a liberdade, a pena, em qualquer dos casos, será reduzida de um terço.

Art. 7.º Concertarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos nos artigos anteriores.

Pena: — reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único. A pena será aplicada em dôbro se a associação revestir a forma de bando armado e agravada da metade em relação aos que a promoverem ou organizarem.

Art. 8.º Opor-se, diretamente e por fato, à reunião ou livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União.

Pena: — reclusão de 2 a 8 anos, quando o crime fôr cometido contra poder da União ou dos Estados reduzida, da metade, quando se tratar de poder municipal.

Parágrafo único. A pena será agravada de um terço, quando o agente do crime fôr chefe de um dos poderes da União ou dos Estados, ou comandante de unidade, militar federal ou estadual.

Art. 9.º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pon-do logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal, ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.

Pena: — reclusão de 2 a 5 anos; reduzida da metade, quando se tratar da segunda parte do artigo.

Parágrafo único. A concessão do registro do novo partido, uma vez passada em julgado, porá imediatamente termo a qualquer processo ou pena com fundamento neste artigo.

Art. 10. Filial-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior.

Pena: — reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 11. Fazer publicamente propaganda:

a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social;

b) de ódio de raça, de religião ou de classe;

c) de guerra.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

§ 1.º A pena será agravada de um terço quando a propaganda fôr feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina.

§ 2.º Não constitui propaganda:

a) a defesa judicial;

b) a exaltação dos fatos guerreiros da história pátria ou do sentimento cívico de defesa armada do País, ainda que em tempo de paz;

c) a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas.

§ 3.º Pune-se igualmente, nos termos deste artigo, a distribuição, ostensiva ou clandestina, mas sempre inequivocamente dolosa, de boletins ou panfletos, por meio dos quais se faça a propaganda condenada nas letras a, b e c do princípio deste artigo.

Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais a luta pela violência.

Pena: — reclusão de 6 meses a 2 anos.

Art. 13. Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade.

Pena: — reclusão de 2 a 5 anos.

Art. 14. Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis.

Pena: — reclusão de 1 a 3 anos.

Art. 15. Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos.

Pena: — reclusão de 1 a 3 anos ou a pena cominada ao crime incitado ou preparado, se este se consumir.

Art. 16. Fabricar, ter sob a sua guarda ou à sua disposição, possuir importar, exportar, comprar ou vender, trocar, ceder ou emprestar transporte por conta própria ou de outrem, substâncias ou engenhos explosivos ou armas de guerra ou utilizáveis como instrumento de destruição ou terror, tudo em quantidade e mais condições indicativas de intenção criminosa.

Pena: — reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único. A pena será de três meses a um ano de detenção, quando os explosivos, embora sem licença da autoridade competente, se destinarem a fins industriais, lícitos, fazendo-se a gradação pelo vulto do negócio e pela quantidade encontrada. Se as armas de guerra estiverem já fora de uso, ou, em qualquer hipótese, em número, qualidade e mais circunstâncias que justifiquem a sua posse para a defesa pessoal ou do domicílio do morador rural, a pena limitar-se-á à sua apreensão para imediato registro, que não poderá ser negado, sem motivo justificado, sob pena de responsabilidade da autoridade e imediata relevação da apreensão.

Art. 17. Instigar, publicamente, desobediência coletiva, ao cumprimento da lei de ordem pública.

Pena: — detenção de seis meses a 2 anos.

Art. 18. Cessarem, coletivamente, os funcionários públicos os serviços a seu cargo, por motivos políticos ou sociais.

Pena: — detenção de 6 meses a 2 anos, agravada a pena de um terço, quando se tratar de diretor de repartição ou chefe de serviço.

Art. 19. Convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela política, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada, observado sempre o disposto no art. 141, § 11, da Constituição.

Pena: — detenção de 6 a 18 meses.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, a autoridade policial discriminará, anualmente, os lugares para as reuniões públicas, a céu aberto, não podendo alterar essa indicação senão por motivo grave superveniente.

§ 2.º Ficarão isentos das sanções deste artigo os que, antes da ordem da dissolução ou para obedecê-la, se retirarem da reunião.

Art. 20. Perturbar ou interromper, com violência, ameaças, ou assuações, conferência internacional realizada em nosso território de que participem delegados de governos de outros países.

Pena: — detenção de 1 a 3 anos. A pena será aumentada de um terço se a conferência tiver de ser suspensa pelos fatos definidos neste artigo, por mais de 24 horas.

Art. 21. Perturbar ou interromper com violências, ameaças ou assuações, reuniões de assembleias legislativas, câmaras de vereadores, tribunais de justiça ou audiências de juizes.

Pena: — detenção de seis meses a 3 anos, agravada de um terço quando se tratar de órgão da União.

Parágrafo único. Nenhum procedimento, policial ou judicial, caberá sem prévia provocação da Mesa das referidas assembléias, na forma dos respectivos regimentos, ou da autoridade judiciária competente, conforme fôr o caso.

Art. 22. Praticar ato público que exprima menosprezo, vilipêndio ou ultraje ao nome do Brasil, ou a qualquer dos símbolos nacionais dos Estados ou dos Municípios.

Pena: — detenção de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. A pena será agravada da metade quando o agente do crime fôr autoridade federal e de um terço quando estadual ou municipal.

Art. 23. Ofender fisicamente, injuriar ou coagir, por motivos doutrinários, políticos ou sociais, pessoa que estiver sob a sua autoridade, ou permitir que outrem o faça, desde que a ação ou omissão seja de autoridade judiciária ou policial.

Pena: — reclusão de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da prática do delito definido neste artigo fará comunicação à autoridade policial ou judiciária, para efeito de abertura de inquérito.

Art. 24. Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral, ou, mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.

Pena: — reclusão de 1 a 3 anos aos cabeças, e da metade para os demais agentes, além da perda, em favor da União, do material usado.

Art. 25. Promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado à espionagem.

Pena: — reclusão de 8 a 20 anos, agravada de um terço na reincidência.

Art. 26. Fornecer, mesmo sem remuneração, a autoridade estrangeira, civil ou militar, ou a estrangeiros, informações ou documentos de caráter estratégico e militar ou de qualquer modo relacionados com a defesa nacional.

Pena: — reclusão de 2 a 4 anos.

Art. 27. Utilizar-se de qualquer meio de comunicação, para dar indicações que possam pôr em perigo a defesa nacional.

Pena: — reclusão de 2 a 6 anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Art. 28. Possuir ou ter sob a sua guarda ou à sua disposição, importar, comprar ou vender, ceder ou emprestar ou permutar, por conta própria ou de outrem, câmara aerofotográfica, sem licença da autoridade competente.

Pena: — reclusão de 6 meses a 2 anos.

Art. 29. Conseguir, transmitir ou revelar, para o fim de espionagem política ou militar, documento, notícia ou informação que em defesa da segurança do Estado, ou no seu interesse político, interno ou internacional, deva permanecer secreto.

Pena: — reclusão de 6 a 15 anos.

Parágrafo único. Se se tratar de notícia, documento ou informação cuja divulgação tenha sido proibida pela autoridade competente, a pena será aumentada da metade.

Art. 30. A pena restritiva de liberdade, estabelecida no art. 202 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, será aplicada, sem prejuízo

de sanções outras que couberem, com aumento de um terço, se a sabotagem fôr praticada:

- a) em atividades fundamentais à vida coletiva;
- b) em indústria básica ou essencial à defesa nacional;
- c) no curso de grave crise econômica.

A pena será aplicada com agravação da metade:

- d) em tempo de guerra;
- e) por ocasião de comoção intestina grave, com caráter de guerra civil;
- f) com emprêgo de explosivo;
- g) resultando morte, ou lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único. Constituem, também, sabotagem os atos, irregulares reiterados e comprovadamente destinados a prejudicar o curso normal do trabalho ou a diminuir a sua produção.

Art. 31. Os crimes contra a organização do trabalho, definidos no título IV da Parte Especial do Código Penal, quando cometidos em ameaça ou subversão da ordem política ou social, serão processados de acôrdo com a presente lei e punidos com as penas privativas da liberdade, ali estabelecidas, com aumento de um terço.

§ 1.º A pena será aplicada em dôbro, quando se tratar de:

- a) serviço oficial;
- b) empresa ou serviço que implique atividade fundamental à vida coletiva, como tal considerada, para os efeitos desta lei, as relativas à energia, transporte, alimentação e saúde;
- c) indústria básica ou essencial à defesa nacional, assim declarada em lei.

Art. 32. O sindicato, associação de grau superior ou associação profissional cujos dirigentes com apoio, aquiescência ou sem objeção da maioria dos seus associados, incorrerem em dispositivo desta lei, ou, por qualquer forma, exercerem ou deixarem exercer, dentro do âmbito sindical, atividade subversiva, terão cassadas suas cartas de reconhecimento ou cancelado o respectivo registro, observando sempre o disposto no artigo 141, § 12, da Constituição.

§ 1.º Para cumprimento dêste artigo, instaurar-se-á, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *ex-officio* ou em provocação documentada do Ministro da Justiça, o processo competente, em que será sempre assegurada, em prazo razoável, ampla defesa das entidades ou pectivos estatutos.

§ 2.º Não terá aplicação a medida prevista neste artigo se os dirigentes e associados culpados de práticas subversivas forem destituídos dos cargos ou eliminados do sindicato ou associação, na forma dos respectivos estatutos.

§ 3.º O disposto neste artigo prevalecerá enquanto não dispuser a respeito a lei sindical.

Art. 33. O estrangeiro incurso em disposição desta lei será expulso do território nacional, sem prejuízo das penas a que estiver sujeito, ressaltado, sempre, o disposto no art. 143 da Constituição.

Parágrafo único. Quando se tratar de naturalizado, será cassada, por sentença, a naturalização em ação ordinária promovida pela União, seguindo-se a expulsão. (Constituição Federal, art. 130, III).

Art. 34. É circunstância agravante, para os efeitos desta lei, quando não fôr elementar do crime:

- a) a condição de funcionário público, civil ou militar, ou de funcionário de entidade autárquica ou paraestatal;

b) a prática do delito com ajuda, ou subsídio de Estado estrangeiro, ou organização estrangeira ou de caráter internacional.

Parágrafo único. Constitui agravante, ou atenuante, respectivamente, a maior ou menor importância da cooperação do agente do crime, e seu maior ou menor grau de discernimento ou educação.

Art. 35. É circunstância atenuante da pena, em qualquer dos crimes previstos nesta lei, salvo os do art. 2.º:

a) o antecedente de ato heróico em serviço de guerra do Brasil, dentro ou fora do território nacional, constante de ato ou documento oficial;

b) haver o agente procedido em resistência ou protesto a ato do Poder Público, de manifesta violação das garantias constitucionais.

Art. 36. A critério do juiz, conforme as circunstâncias do caso, o agente que houver, voluntariamente, desistido da consumação do crime, ou, espontaneamente, anulado ou diminuído suas consequências, terá reduzida ou reduzida a pena correspondente aos atos já praticados.

Art. 37. Nenhuma das disposições desta lei será aplicada de modo a embarçar ou frustrar o exercício, na forma da lei, do direito de greve.

Art. 38. Vetado.

Art. 39. Sempre que, na prática de quaisquer dos crimes previstos nesta lei, o agente cometer delito comum, incorrerá, também, nas penas deste, observada a regra do art. 55 do Código Penal.

Art. 40. Para os efeitos desta lei, são considerados cabeças os que tiverem excitado ou animado a prática do crime, ou promovido ou organizado a cooperação na sua execução, ou dirigido ou controlado as atividades dos demais agentes.

Art. 41. Nos crimes definidos nesta lei, aplica-se, subsidiariamente, o disposto na legislação comum ou na militar, quando o crime for da competência da Justiça Militar.

Parágrafo único. Em qualquer caso, porém, não caberá fiança, nem haverá suspensão condicional da pena, salvo na hipótese do art. 36 e quando o condenado for menor de 21 anos ou maior de 10 e a condenação não for por tempo superior a 2 anos.

Em relação ao livramento condicional, serão observadas as cautelas e condições da lei penal comum.

Art. 42. Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual respectiva, o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 2.º, incisos I a III, 6.º, quando a vítima for autoridade militar e, finalmente, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Parágrafo único. O processo e julgamento dos demais crimes definidos nesta lei competem à Justiça ordinária, com recurso para o Supremo Tribunal Federal (Constituição, art. 101, II, c) e serão regulados pelo disposto no Código de Processo Penal.

Art. 43. Durante a fase policial e o processo, a autoridade competente para a formação deste, *ex-officio*, a requerimento fundamentado do representante do Ministério Público ou de autoridade policial, poderá decretar a prisão preventiva do indiciado, ou determinar a sua permanência no local onde a sua presença for necessária à elucidação dos fatos a apurar.

§ 1.º A ordem será dada por escrito, intimando-se por mandado o interessado e deixando-se cópia do mesmo em seu poder.

§ 2.º A medida será revogada desde que não se faça mais necessária, ou decorridos trinta dias de sua decretação, salvo sendo prorrogada uma vez, por igual prazo, mediante a alegação de justo motivo, apreciada pelo Juiz.

§ 3.º Quando o local de permanência não for o do domicílio do indiciado, as despesas de sua estada serão indenizadas pontualmente pela autoridade competente, policial ou judiciária, conforme for o caso, por conta do Tesouro Nacional.



§ 4.º Com a medida de permanência, a autoridade judiciária poderá ordenar a apresentação, diária ou não, do indiciado, em hora e local determinados.

§ 5.º O não cumprimento do disposto na ordem judicial de permanência justificará a decretação da prisão preventiva.

Art. 44. As penas de detenção e de reclusão serão executadas, respectivamente, na forma da legislação penal, comum ou militar, conforme for o caso.

Art. 45. Salvo as hipóteses do art. 2.º, a pena de detenção ou de reclusão será cumprida em estabelecimento ou divisão distintos dos destinados a réus de delito comum, sem sujeição a qualquer regime, penitenciário ou carcerário.

Art. 46. No interesse da ordem pública, ou a requerimento do condenado, poderá o juiz, executor da sentença, ordenar seja a pena cumprida fora do lugar do delito. Poderá, igualmente, em qualquer tempo, determinar a mudança do lugar do cumprimento da pena.

§ 1.º O lugar de cumprimento de pena, salvo requerimento do interessado, não poderá ser situado a mais de mil quilômetros do lugar do delito, asseguradas sempre boas condições de salubridade e de higiene.

§ 2.º Das decisões sobre o modo e lugar de cumprimento de penas, cabe recurso para a instância superior, com o processo dos recursos criminais.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, a Lei n.º 136, de 14 de dezembro do mesmo ano, e o Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938.

Art. 48. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Francisco Negrão de Lima.*

*Renato de Almeida Guillobet.*

*Cyro Espirito Santo Cardoso.*

*João Neves da Fontoura.*

*Horácio Lafer.*

*Alvaro de Souza Lima.*

*João Cleofas.*

*E. Simões Filho.*

*Segadas Viana.*

*Nero Moura.*

LEI N.º 1.803 — DE 5 DE  
JANEIRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República.*  
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, como achar conveniente, na região do Pla-

nalto Central, compreendida entre os paralelos sul 15º, 30' e 17º e os meridianos a W. Gr. 46º 30' e 49º 30', aos estudos definitivos para a escolha do sítio da nova Capital Federal, que deverão ficar concluídos dentro de 3 (três) anos.

§ 1.º Os estudos mencionados neste artigo deverão satisfazer às seguintes condições:

a) clima e salubridade favoráveis;

b) facilidade de abastecimento de água e energia elétrica;

c) facilidade de acesso às vias de transporte terrestres e aéreas;

d) topografia adequada;

e) solo favorável às edificações e existência de materiais de construção;

f) proximidade de terras para cultura;

g) paisagem atraente.

§ 2.º Os estudos serão feitos na base de uma cidade para 500.000 habitantes.

§ 3.º O prazo para o início destes estudos será de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei.

Art. 2.º Em torno deste sítio será demarcada, adotados os limites naturais ou não, uma área aproximada de 5.000 km.2 (cinco mil quilômetros quadrados), que deverá conter, da melhor forma, os requisitos necessários à constituição do Distrito Federal e que será incorporado ao Patrimônio da União.

Art. 3.º O Governo Federal mandará realizar estudos definitivos sobre as condições do abastecimento de água e energia elétrica; reconhecimento sobre o estabelecimento do plano rodoviário, que deverá ligar a futura capital a todos os Estados, com sua adaptação ao Plano Geral de Viação Nacional; o estudo definitivo das vias de transportes necessárias à efetivação da mudança da Capital; o plano de desapropriações das áreas necessárias e o plano urbanístico da nova Capital.

Art. 4.º O Governo Federal mandará estudar pela sua Secretaria e por cada uma dos Ministérios o plano de sua mudança para a futura capital e dos órgãos ou representações que lhe são inerentes, assim como os efeitos da medida sobre os Departamentos subsidiários, sediados nos diversos pontos do território nacional.

Art. 5.º O Governo Federal mandará estudar, pelo órgão competente, o problema da transferência dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como do funcionalismo público federal e sua instalação na nova Capital.

Art. 6.º Os planos parciais constituirão o Plano Geral da Mudança da Capital e poderão ser encaminhados, por etapas, à aprovação do Congresso, conforme o exigirem circunstâncias e a urgência de execução de cada um.

Art. 7.º O Governo Federal mandará estudar a situação decorrente da transferência da sede do Governo para

o atual Distrito Federal e a organização do novo Estado da Guanabara, previsto na Constituição.

Art. 8.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para atender aos encargos criados por esta Lei.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de Lima*

*Renato de Almeida Guillobel*

*Cyrol Espirito Santo Cardoso*

*João Neves da Fontoura Horácio Lafer*

*Alvaro de Souza Lima*

*João Cleofas*

*E. Simões Filho*

*Segadas Viana*

*Nero Moura*

LEI N.º 1.804 — DE 5 DE  
JANEIRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 8.35.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para pagamento dos auxílios de Cr\$ 380.000,00 e ..... Cr\$ 455.000,00, do exercício de 1951, destinados, respectivamente à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
E. Simões Filho  
Horácio Láfer

LEI N.º 1.805 — DE 5 DE  
JANEIRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por serviços prestados nos 3.º e 4.º trimestres de 1950.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por serviços prestados ao Serviço de Estatística da Produção daquele Ministério no 3.º e 4.º trimestres de 1950, na apuração mecânica e interpretação de dados estatísticos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
João Cleofas  
Horácio Láfer

LEI N.º 1.806 — DE 6 DE JANEIRO DE 1953

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

Art. 2.º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Art. 3.º Os recursos do art. 199, e parágrafo único, da Constituição, não poderão ser aplicados em medidas, serviços, empreendimentos ou obras, que não tenham fim estritamente econômico ou relação direta com a recuperação econômica da região.

Art. 4.º. A execução do plano geral, ou dos planejamentos ou programas parciais de trabalho, deverá obedecer à seleção dos problemas regionais e à prioridade que devam ter pela importância que apresentem no sistema econômico em que se incluem.

Parágrafo único. Os serviços e obras federais existentes na região, que se integrem no Plano, continuarão a ser desenvolvidos com os recursos que

lhes forem atribuídos no Orçamento e a organização que tiverem, salvo modificações feitas em lei.

Art. 5.º Os planejamentos específicos e os programas de trabalho devem ter caráter essencialmente técnico e econômico, no sentido do maior rendimento e da recuperação dos investimentos empenhados direta ou indiretamente.

Art. 6.º No sentido de coordenar atividades relacionadas com os programas de trabalho do Plano, o Poder Executivo poderá promover acordos com os Estados, Municípios, autarquias, sociedades e entidades privadas compreendidas na área amazônica.

Art. 7.º O Plano de Valorização, que a presente lei regula, destina-se a:

- a) promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativa da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo da vida na região;
- b) fomentar a produção animal, tendo em vista principalmente a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas; promover a solução dos problemas que interessem a pecuária, a defesa e o melhoramento dos rebanhos;
- c) desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas, por obras de desagüamento e recuperação das terras inundáveis;
- d) promover o aproveitamento dos recursos minerais da região;
- e) incrementar a industrialização das matérias primas de produção regional para o abastecimento interno e a exportação mais densa dos produtos naturais;
- f) realizar um plano de viação da Amazônia, que compreenda todo o sistema de transportes e comunicações, tendo em vista principalmente as peculiaridades do complexo hidrográfico, sua extensão e importância na economia regional, e as bases econômicas e técnicas de sua gradual execução;
- g) estabelecer uma política de energia na região em bases econômicas, pela utilização e conservação das suas fontes, a organização do abastecimento de combustíveis, a eletrificação dos principais centros de produção e da indústria e a utilização racional dos recursos naturais;
- h) estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do País, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica;
- i) estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário regional e das respectivas operações;
- j) fomentar o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados consumidores e abastecedores, e ter em vista, inclusive, as relações com os países vizinhos e a política continental brasileira;
- k) manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação, recrutamento e fixação de quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer os elementos técnicos para sua execução;
- l) incentivar o capital privado no sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais, inclusive em empresas de capital misto ou em consociação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

m) orientar a organização administrativa específica para as funções permanentes de pesquisas, programação e controle técnico-econômico da execução do Plano, bem como para sua execução, no todo ou em programas parciais, inclusive medidas de coordenação na administração federal, entre, os órgãos federais e os governos estaduais e municipais, ou entidades a eles subordinadas:

n) manter um serviço de divulgação econômica e comercial, com órgãos e meios próprios para conhecimento, a todo tempo, da produção efetiva da região, das possibilidades potenciais e condições ecológicas, da situação dos mercados consumidores e concorrentes, inclusive por meio de mostruários nas principais praças do país e nos maiores centros de consumo de matérias-primas tropicais.

Art. 8.º Para atender à execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia é criado o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 1.º O Fundo de Valorização Econômica da Amazônia será constituído com:

- a) 3% da renda tributária da União;
- b) 3% da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios, total ou parcialmente, compreendidos na área da Amazônia Brasileira (art. 2.º);
- c) as rendas oriundas dos serviços do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou sua exploração, dos atos ou contratos jurídicos dela decorrentes;
- d) o produto de operações de crédito e de dotações extraordinárias da União, dos Estados ou Municípios.

§ 2.º As rendas provenientes das percentagens mencionadas nas alíneas a e b do parágrafo anterior serão recolhidas mensalmente às agências do Banco do Brasil e creditadas ao Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 9.º Para aplicação dos recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, será elaborada, anualmente, a proposta do respectivo orçamento, a fim de ser apresentada, com a proposta do Orçamento Geral, ao Congresso e, com esse, juntamente discutida e votada, na base da receita tributária da União, dos Estados e Municípios da região, verificada no exercício anterior, sendo a despesa a efetuar previamente discriminada.

§ 1.º O orçamento do Plano será anexado ao Orçamento Geral da União e, em sua receita, serão incluídas as fontes que constituem o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 2.º Os saídos de um exercício não se considerarão em exercício findo, nem se incorporarão à receita da União, mas serão transferidos para o exercício seguinte.

§ 3.º Se as despesas houverem excedido a receita e as disponibilidades do Fundo de Valorização, por força de créditos extraordinários ou especiais, será esse excedente deduzido da receita do exercício seguinte.

§ 4.º A aplicação das dotações orçamentárias referentes ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia independe do registro prévio do Tribunal de Contas.

§ 5.º O órgão executivo do Plano apresentará ao Tribunal de Contas os comprovantes das despesas efetuadas no exercício anterior até o dia 30 de abril do ano subsequente.

Art. 10. Os planejamentos parciais serão previamente submetidos à aprovação do Congresso Nacional, encaminhados mediante mensagem do Presidente da República, bem como as alterações ou revisões que se tornarem necessárias.

Art. 11. Nos casos em que os serviços e obras a cargo do Governo Federal, pelos respectivos ministérios, venham a ser feitos em cooperação com o órgão executivo do Plano, serão discriminadas as verbas necessárias, como reforço as dotações orçamentárias federais próprias, para continuidade ou ampliação aos mesmos serviços e obras.

Art. 12. Poderá o órgão executivo do Plano adquirir bens e propor a desapropriação de terras de acordo com os planejamentos a executar.

Art. 13. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia será executado na ordem de planejamentos parciais, em períodos de cinco anos, a contar da data desta lei, embora com a previsão de tempo variável para cada programa conforme a natureza de cada um, os resultados obtidos e os desenvolvimentos ulteriores estimados.

Parágrafo único. O Plano não prejudicará a continuidade dos serviços e obras já iniciados na região.

Art. 14. Poderá o orçamento anual, atendendo à oportunidade conveniente a intensificação de inversões em setores básicos, antecipar dotações por conta da cota constitucional de exercícios futuros.

Art. 15. É o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito interno ou externo, destinadas à realização de obras e serviços básicos previstos no orçamento do Plano, correndo a respectiva amortização por conta da receita do Fundo de Valorização nos exercícios futuros.

Art. 16. Os serviços que se devam integrar no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e estejam sendo executados pela União ou pelos Estados, por seus órgãos atuais, poderão continuar a ser assim executados, submetidos que sejam às modificações, reformas ou diretrizes impostas pelos planejamentos que forem traçados pelo órgão executivo da Valorização Econômica da Amazônia, firmados os necessários acordos de cooperação, na forma do § 3.º do art. 18 da Constituição.

Parágrafo único. Do mesmo modo procederá a União em relação aos Territórios e Estados interessados no que respeita aos municípios, a fim de que a União e os Estados, por meio de acordos ou convenções, possam dar prosseguimento e manutenção aos serviços das unidades territoriais e municipais.

Art. 17. A integração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de empresa ou serviço autônomo da região, mantido diretamente ou subvencionado pela União, não importa na incorporação de seu ativo ou passivo ao Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, nem na responsabilidade deste por obrigações anteriores contraidas.

§ 1.º As entidades e serviços integrados no Plano de Valorização a que se refere este artigo, terão suas atividades coordenadas, para o fim comum, sendo, para isso, suplementadas as suas verbas próprias ou subvenções com recursos do Fundo de Valorização, nos limites dos planejamentos estabelecidos.

§ 2.º As empresas ou serviços autônomos, a que se refere este artigo, ficarão sujeitos ao controle técnico e à fiscalização financeira do órgão executivo do Plano.

Art. 18. O Plano de Valorização estabelecerá as bases para a racionalização e sistematização do regime de auxílios federais às entidades administrativas compreendidas na área amazônica e às pessoas jurídicas de direito privado destinadas a fins de utilidade pública ou social, na região.

Art. 19. Até a aprovação por lei dos planejamentos relativos aos objetivos constantes do art. 7.º desta lei e dos problemas conexos, compreendidos

no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a execução dêste terá início por um programa de emergência, aprovado pelo Presidente da República, e a ser executado com os recursos orçamentários concedidos ou mediante créditos suplementares ou especiais, que compreenda:

a) a continuação das obras e serviços, que forem partes necessariamente integrantes do Plano, iniciados e mantidos por conta da verba de valorização econômica da Amazônia;

b) os projetos e empreendimentos de natureza urgente e os básicos, já devidamente estudados e considerados indispensáveis, de qualquer sorte, à valorização econômica da Amazônia;

c) os projetos e empreendimentos que devam ser considerados preliminares ou preparatórios da organização definitiva do Plano.

Art. 20. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia se desenvolverá em programas discriminados e fundamentados técnica e economicamente, com as previsões do tempo em que se achem realizados, as aplicações anuais, os recursos técnicos e financeiros, e a indicação dos mecanismos administrativos e financeiros interessados.

Art. 21. Na medida das conveniências econômicas, financeiras e administrativas, o Plano obedecerá à descentralização de sua execução, bem como dos próprios órgãos incumbidos desta, e de pesquisa e controle.

Parágrafo único. Para o efeito da descentralização de serviços, distribuição de materiais, maior presteza na execução das obras planejadas, pagamentos e outros encargos, poderá a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia manter Divisões sediadas em Manaus, capital do Estado do Amazonas, e Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso.

Art. 22. Para promover a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nos termos desta lei e dos planejamentos que forem aprovados, fica criada, com sede em Belém, capital do Pará, com autonomia administrativa, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.); diretamente subordinada ao Presidente da República.

Art. 23. O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República ..... Vetado ..... dentre brasileiros de notável cultura e reputação ilibada.

Art. 24. O Superintendente presidirá a uma Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia, composta de quinze membros, sendo seis técnicos, correspondentes aos setores gerais de atividade que integrarão o Plano, e nomeados pelo Presidente da República, e nove representantes dos Estados e Territórios Amazônicos, um para cada uma das entidades administrativas interessadas, e designados pelos respectivos governos.

§ 1.º O Superintendente, e os membros técnicos da Comissão de Planejamento serão nomeados em Comissão e demitidos *ad nutum* pelo Presidente da República.

§ 2.º O Poder Executivo regulamentará as funções da Comissão de Planejamento e as atribuições dos seus membros.

Art. 25. O Governo Federal providenciará no sentido de serem postos à disposição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia os assessores e auxiliares que se tornarem necessários ao planejamento e aos serviços administrativos iniciais, em que poderão também ser admitidos elementos alheios aos quadros funcionais da União, dos Estados,

Territórios e Municípios, sempre que, pelos altos conhecimentos da região e especialização em matéria fundamental do Plano, os seus serviços e cooperação científica ou profissional devam ser aproveitados.

Parágrafo único. O regulamento a ser baixado para execução da presente lei estabelecerá o regime a que ficarão submetidos os servidores de qualquer categoria ou especialização da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 26. A Comissão de Planejamento apresentará, dentro do prazo de nove meses, ao Presidente da República, o plano definitivo de Valorização Econômica da Amazônia, para o primeiro período quinquenal, incluindo o orçamento para o primeiro período anual, a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Art. 27. Dentro de doze meses da vigência desta lei, o Poder Executivo, tendo em vista os trabalhos da Comissão de Planejamento, proporá ao Congresso a organização administrativa para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as normas de coordenação do órgão executivo com as entidades federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, com a proposta de organização administrativa para execução do Plano de Valorização Econômica, o quadro dos funcionários da Superintendência, bem como proporá os respectivos vencimentos e a remuneração dos membros da mesma Superintendência.

Art. 28. Será isenta de impostos e taxas a importação de quaisquer máquinas e acessórios, utensílios e materiais destinados aos serviços, em execução e a serem executados, diretamente ou por contrato ou concessão, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Parágrafo único. O desembaraço dos materiais e mercadorias destinados a esses serviços nos portos de descarga será feito imediatamente à vista de requisição da Superintendência, seguindo, posteriormente, os trâmites regulamentares.

Art. 29. As reclamações contra atos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia serão dirigidas ao Presidente da República.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a desmembrar, quando achar oportuno, os atuais Serviços de Navegação da Amazônia e do Porto do Pará, um do outro, continuando o Serviço de Navegação da Amazônia a constituir uma autarquia, com autonomia administrativa e os recursos que lhe forem reservados.

Art. 31. Fica aberto um crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) à conta da cota de Valorização Econômica da Amazônia, para atender às despesas resultantes da execução desta lei.

Art. 32. Fica o Presidente da República autorizado a utilizar, para atender ao plano de emergência de que trata o art. 19, os saldos existentes da verba constitucional, a que se refere o art. 199 da Constituição, inclusive do Plano Salte, referentes aos exercícios de 1951 e 1952.

Art. 33. As verbas concernentes ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia terão o mesmo regime contábil do Plano Salte.

Art. 34. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia mandará executar, com primeira prioridade, de acordo com os planos existentes, os serviços e obras de reforma e ampliação das centrais elétricas de Belém do Pará e Manaus, capital do Estado do Amazonas, com a capacidade mínima, cada uma, de vinte mil kilowatts, respectivamente, para



abastecimento de energia industrial e doméstica e serviços urbanos de tração e de luz.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Francisco Negrão de Lima.*

*Horácio Lafer.*

*Alvaro de Souza Lima.*

*João Cleofas.*

*E. Simões Filho.*

*Segadas Viana.*

LEI N.º 1.807 — DE 7 DE JANEIRO DE 1953

DISPÕE SOBRE OPERAÇÕES DE CâMBIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Serão efetuadas por taxas fixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, resultantes de paridade declarada no Fundo Monetário Internacional, as operações de câmbio referentes:

a) à exportação e à importação de mercadorias, com os respectivos serviços de fretes, seguros e despesas bancárias;

b) aos serviços governamentais, inclusive os relativos às sociedades de economia mista em que a maioria do capital votante pertença ao Poder Público;

c) aos empréstimos, créditos ou financiamentos de indubitável interesse para a economia nacional, obtidos no exterior e registrados pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito;

d) às remessas de rendimentos dos capitais estrangeiros registrados pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, nos casos de investimentos de especial interesse para a economia nacional, de acordo com o disposto no art. 5.º.

Art. 2.º As operações de câmbio, não incluídas na enumeração do artigo anterior, serão efetuadas pelas taxas livremente convencionadas entre as partes, salvo deliberação em contrário do Poder Executivo, por via de decreto, em caso de excepcional gravidade, mediante proposta do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, vedadas quaisquer discriminações para operações da mesma natureza.

§ 1.º As operações de que trata este artigo obedecerão, apenas quanto à forma de sua realização, às disposições legais que regem as operações mencionadas no artigo 1.º.

§ 2.º Os estabelecimentos autorizados a operar em câmbio não poderão manter posições, compradas ou vendidas, acima dos limites fixados, de modo geral, pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 3.º As decisões do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, alterando os limites a que se refere o parágrafo anterior, só entrarão em vigor 30 (trinta) dias depois de publicado o respectivo ato.

Art. 3.º Poderão ser excluídas, total ou parcialmente, da obrigatoriedade de realização pelas taxas de que trata o artigo 1.º, e mediante autorização do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, as operações de câmbio referentes:

I — à exportação de produtos nacionais que atendam, cumulativamente, às seguintes condições:

a) não tenham, no triênio anterior, representado isoladamente mais de 4% (quatro por cento) do valor médio anual da exportação brasileira no mesmo período, excetuada dessa limitação a exportação de produtos cuja propriedade haja sido adquirida pelo Governo anteriormente à vigência desta lei, ...  
..... (Vetado) .....

b) não possam, dada a sua formação de custos, ser exportados aos preços da respectiva paridade internacional, dentro das taxas do artigo 1.º.

II — à importação de mercadorias, cujo licenciamento seja condicionado ao não fornecimento de cobertura cambial pelas taxas mencionadas no art. 1.º.

§ 1.º A autorização relativa aos produtos de que tratam os itens I e II será sempre dada em caráter geral, para cada espécie de produto, e fixará o prazo de vigência, não inferior a 3 (três) meses, nem superior a 12 (doze) meses.

§ 2.º O prazo de vigência da autorização poderá ser prorrogado, sucessivamente, por período não excedente de 12 (doze) meses, mediante novo ato do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 3.º Os atos do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito que tenham por base este artigo somente terão vigor a partir da data da respectiva publicação no *Diário Oficial* da União.

§ 4.º Não se aplica às exportações feitas de acordo com o presente artigo o disposto no artigo 6º da Lei n. 842, de 4 de outubro de 1949.

§ 5.º A concessão de licenças de importação ou exportação dos produtos a que se referem os itens I e II deste artigo obedecerá a normas gerais estabelecidas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, e:

a) não poderá especificar marca ou qualidade que importe em privilégio para determinadas firmas, limitando-se, no máximo, a fixar a natureza da moeda em que a operação será feita, ou o país de onde poderá ser importada a mercadoria;

b) permitirá que a obtenham todos os que, dentro do prazo de que trata o § 1.º ou de sua prorrogação prevista no § 2.º, ambos deste artigo, a requererem, ou

c) quando houver limite no total das mercadorias a importar ou exportar, seja dado conhecimento aos interessados, por edital publicado, durante 15 (quinze) dias, no mínimo, no *Diário Oficial* da União e, dentro desse período, por três vezes, ao menos, no órgão oficial de cada Estado, fixando prazo não menor de 30 (trinta) dias para solicitação da licença; o total das mercadorias deverá ser rateado, segundo critério geral fixado previamente entre os que tenham solicitado a licença.

Art. 4.º A concessão de licença para os produtos cuja importação ou exportação esteja compreendida na letra a do artigo 1.º, respeitada a legislação vigente, obedecerá a normas gerais estabelecidas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, as quais deverão assegurar princípios de igualdade e impedir privilégios.

Art. 5.º Para os fins da letra d do artigo 1.º, consideram-se investimentos de especial interesse para a economia nacional os que se destinarem:

a) à execução de planos, aprovados pelo Poder Público Federal, de aproveitamento econômico de regiões sob condições climáticas desfavoráveis ou áreas menos desenvolvidas;

b) à instalação ou desenvolvimento de serviços de utilidade pública nos setores de energia, comunicações e transportes, desde que realizados dentro de tarifas fixadas pelo Poder Público.

Art. 6.º As transferências previstas no artigo 1.º, letras *c* e *d*, dependerão das possibilidades do balanço de pagamento e não ultrapassarão anualmente as seguintes percentagens do capital registrado pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito:

I — 8% (oito por cento) para juros, nos casos da letra *c*;

II — 10% (dez por cento) para rendimentos, nos casos da letra *d*.

Art. 7.º Os atos do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, concedendo o registro previsto nas letras *c* e *d* do artigo 1.º, somente terão vigência a partir da sua publicação no *Diário Oficial da União*.

Art. 8.º A prática das operações de câmbio, de que trata o artigo 2.º desta lei, é privativa dos estabelecimentos bancários e sociedades de crédito autorizados pelo Governo, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A falta de despacho na petição do estabelecimento interessado dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da sua apresentação, importará na concessão automática da licença.

Art. 9.º É vedado à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil conceder licenças com vinculação direta ou indireta entre a exportação e a importação.

Art. 10. O disposto na alínea *a* do artigo 4.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, não se aplica às operações de câmbio efetuadas com base no artigo 2.º desta lei.

Art. 11. A taxa a que se referem as Leis ns. 156, de 27 de novembro de 1947, e 1.383, de 13 de junho de 1951, não incide sobre as operações de câmbio previstas no artigo 2.º desta lei.

Art. 12. A Carteira de Câmbio do Banco do Brasil organizará semestralmente um orçamento das receitas ou disponibilidades cambiais, com base no qual o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito indicará:

*a)* à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, as verbas dentro das quais poderão ser concedidas as licenças de importação;

*b)* à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, os limites destinados à concessão de câmbio para importação, excluídas, por lei, do regime de licença prévia.

Art. 13. Vetado.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário, expressamente os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 17 e 18 do Decreto-lei n. 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Laier.

LEI N.º 1.808 — DE 7 DE JANEIRO DE 1953

*Dispõe sobre a responsabilidade de diretores de bancos e casas bancárias, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os banqueiros sob firma individual e os diretores ou gerentes de sociedades comerciais, que se dedicarem ao comércio de bancos, deverão

empregar no exercício das suas funções, tanto no interesse da empresa como no do bem comum, a diligência de que todo homem ativo e probo usa na administração dos seus próprios negócios.

Art. 2.º Respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelos bancos e casas bancárias, durante a sua gestão e até que elas se cumpram, os diretores e gerentes que procederem com culpa ou dolo, ainda que se trate de sociedade por ações, ou de sociedade por cotas, de responsabilidade limitada.

Parágrafo único. A responsabilidade se circunscreverá ao montante dos prejuízos causados, pela inobservância do disposto nesta lei, sempre que for possível fixá-la.

Art. 3.º Nos casos de liquidação extra-judicial de bancos e casas bancárias, nos termos do Decreto-lei n.º 9.228, de 3 de maio de 1946, e leis subsequentes, e, também nos casos de concordata ou falência desses estabelecimentos, a Superintendência da Moeda e do Crédito procederá a inquérito para o fim de apurar se foi observada, pelos diretores e gerentes, a norma de conduta estatuida no art. 1.º.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, decretada a falência ou liminarmente deferida a concordata preventiva de qualquer das sociedades referidas no art. 2.º, o escrivão do feito comunica-lo-á, dentro em 24 horas, à Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 2.º O inquérito deverá ser aberto imediatamente ao deferimento da liquidação extra-judicial, ou ao recebimento da comunicação da falência ou da concordata, devendo estar concluído dentro em cento e vinte dias.

§ 3.º No inquérito, a Superintendência da Moeda e do Crédito poderá examinar, quando e quantas vezes quiser:

a) a contabilidade, os arquivos, os títulos de crédito, as cadernetas de depósito e mais elementos dos estabelecimentos bancários;

b) tomar depoimentos, solicitando para isso, se necessário, o auxílio da polícia;

c) solicitar informações a qualquer autoridade ou repartição pública, inclusive ao juízo da falência ou da concordata, ao representante do Ministério Público, ao liquidante, ao síndico da falência e ao comissário da concordata;

d) examinar, por pessoa que designar, os autos da falência ou da concordata, e obter, mediante solicitação escrita, cópias e certidões de elementos das mesmas;

e) examinar a contabilidade e os arquivos dos comerciantes com os quais o estabelecimento bancário tiver negociado e no que entender com esses negócios, bem como a contabilidade e os arquivos dos diretores ou gerentes, se forem comerciantes ou industriais sob firma individual, e as contas dos mesmos nos outros estabelecimentos bancários.

§ 4.º Os diretores ou gerentes indiciados poderão acompanhar o inquérito, oferecer documentos e indicar diligências. Concluída a apuração, serão convidados, por carta, a apresentar, por escrito, as suas alegações e explicações dentro em cinco dias comuns para todas.

§ 5.º Ulтимado o inquérito e transcorrido o prazo do parágrafo anterior, com ou sem a defesa dos indiciados, o diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito o encerrará com um relatório, do qual constarão, em síntese, os fatos apurados, a situação do estabelecimento examinado, as causas da sua queda, o procedimento dos seus gerentes e diretores nos últimos cinco anos, e, minuciosamente, os atos de dolo ou de culpa grave, bem como os respectivos efeitos em relação à situação do estabelecimento e às obrigações por ele assumidas, opinando sobre a sua responsabilidade nos termos desta Lei e, em caso afirmativo, calculando, se possível, o limite para o sequestro constante do art. 4.º.

Art. 4.º Verificada a inobservância do disposto no art. 1.º, a Superintendência da Moeda e do Crédito enviará o inquérito com o relatório ao juiz da falência ou ao que for competente para decretá-la, o qual o fará com vista ao representante do Ministério Público.

§ 1.º De posse do inquérito com o relatório, se este concluir pela responsabilidade dos diretores ou gerentes, na forma do art. 2.º, o representante do Ministério Público requererá, no prazo máximo de oito dias, sob pena de responsabilidade, o sequestro dos bens dos mesmos, quantos bastem para a efetivação da responsabilidade.

§ 2.º Se o relatório não concluir pela responsabilidade a que se refere o art. 2.º, havendo falência ou concordata preventiva, o inquérito será remetido ao juízo respectivo, que o mandará apensar aos autos; e, tratando-se de liquidação extra-judicial, será arquivado na própria Superintendência da Moeda e do Crédito que no caso de falência superveniente o remeterá ao referido juízo, para ser apensado aos autos.

§ 3.º Efetuado o sequestro, os bens serão depositados em poder do liquidante, na liquidação extra-judicial, e do síndico ou do comissário, no caso de falência ou de concordata preventiva, cabendo ao depositário administrá-los, receber os respectivos rendimentos e prestar contas afinal.

Art. 5.º A responsabilidade dos diretores ou gerentes de empresas bancárias, definida nesta lei, será apurada em ação própria, proposta no juízo da falência ou no que for para ela competente, pelo síndico, pelo comissário, ou por qualquer credor habilitado na liquidação extra-judicial, na falência ou na concordata preventiva.

§ 1.º O representante do Ministério Público, no caso de liquidação extra-judicial, ou o síndico, no de falência, proporá a ação obrigatoriamente dentro em trinta dias a contar da realização do sequestro, sob pena de responsabilidade e preclusão da sua iniciativa. Findo esse prazo, os autos ficarão em cartório à disposição dos demais interessados constantes deste artigo, podendo qualquer d'elles iniciar a ação nos quinze dias seguintes. Se neste último prazo ninguém o fizer, levantar-se-á o sequestro, apensando-se os autos aos da falência, ou da concordata, se houver.

§ 2.º Se, decretado o sequestro ou iniciada a ação, sobrevier a falência do estabelecimento liquidado, competirá ao síndico tomar, daí por diante, as providências necessárias ao efetivo cumprimento das determinações desta lei, ao qual cabe, ainda, promover, no prazo de trinta dias, contados da data do seu compromisso, a habilitação da massa falida no processo.

Art. 6.º Independente do inquérito e do sequestro, qualquer das partes a que se refere o art. 5.º poderá propor a ação de responsabilidade dos diretores e gerentes, na forma desta lei.

Art. 7.º Fica assegurado aos credores, por outro qualquer título, dos diretores e gerentes, cujos bens foram sequestrados no todo ou em parte, ou penhorados para os efeitos desta lei, o direito de promoverem concurso de credores ou a falência do devedor comum.

Art. 8.º Passada em julgado a sentença que declarar a responsabilidade dos diretores ou gerentes, o sequestro convolará em penhora, seguindo-se o processo de execução.

§ 1.º Apurados os bens penhorados e pagas as custas judiciais, ou liquidado o concurso, a importância será entregue ao liquidante ou ao síndico para rateio entre os credores do banco a quem aproveitar a responsabilidade dos diretores ou gerentes.

§ 2.º Se o sequestro tiver sido concedido em virtude de concordata preventiva inicialmente deferida, a execução da sentença far-se-á somente depois de convertida a concordata em falência.

Art. 9.º Em caso de concordata, passada em julgado a sentença que a conceder, os bens sequestrados serão restituídos aos seus donos, com os rendimentos percebidos, descontadas as despesas do sequestro, conservação e guarda. Se a concordata não fôr concedida, serão os bens entregues ao síndico da falência.

Art. 10.º Em caso de liquidação extra-judicial, a distribuição do inquérito ao juízo competente, na forma do art. 4.º desta Lei, previne a jurisdição do mesmo juízo para a falência possível.

Art. 11. A empresa bancária que tiver requerido e obtido a liquidação extra-judicial, regulada no Decreto-lei n.º 9.228, de 3 de maio de 1946, e Decreto-lei n.º 9.346, de 10 de junho do mesmo ano, não poderá impetrar concordata preventiva.

Art. 12. A Superintendência da Moeda e do Crédito, quando a liquidação se processar extra-judicialmente, fixará o termo legal da liquidação, e designará a data em que se tenha caracterizado esse estado, a fim de permitir a revogação, pela forma e nos casos previstos na lei de falência, dos atos dos diretores e gerentes responsáveis.

Art. 13. Vetado.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.809 — DE 8 DE JANEIRO DE 1953

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 104.225,80, para ocorrer ao pagamento de proventos de disponibilidade a Jonas de Miranda.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 104.225,80 (cento e quatro mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer ao pagamento de proventos de disponibilidade, relativos ao período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 1952, a Jonas de Miranda, Diretor da Secretaria, em disponibilidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.810 — DE 8 DE JANEIRO DE 1953

*Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, na cidade Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, que se realizaram, em novembro de 1952, na cidade de

Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.811 — DE 8 DE JANEIRO DE 1953

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 4.200,00, em reforço do Anexo 26, do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 79, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros), em

reforço da seguinte dotação do Anexo n.º 26 — Poder Judiciário — do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

	Cr\$
Verba 3 — Serviços e Encargos	
Consignação IV — Assistência e Previdência Social	
05 — Justiça do Trabalho	
03-04 — Salário-família	
02 — Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis	1.700,00
03 — Junta de conciliação e Julgamento de Pelotas	600,00
05 — 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento	700,00
09 — Junta de Conciliação e Julgamento de São Leopoldo	1.200,00
<b>Total</b>	<b>4.200,00</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.812 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1953

*Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a rescindir o contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o Decreto n.º 25.150, de 29 de junho de 1948.

Art. 2.º O inventário e o arrolamento dos bens da ferrovia, inclusive dos materiais em estoque nos almoxarifados, serão levantados por uma comissão de que participem representantes do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais.

Art. 3.º Para apuração das contas de débito e crédito da União e do Estado de Minas Gerais, os Governos interessados constituirão uma comissão de seis membros — dois indicados pelo Ministério da Fazenda, dois pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e dois pelo Estado de Minas Gerais.

Art. 4.º Será considerada como receita do exercício ferroviário, para os fins previstos no § 4.º da cláusula 5.ª do contrato de arrendamento em vigor, a importância de que trata o Decreto-lei n.º 6.735, de 25 de junho de 1944, escriturada como "reserva para custeio postergado".

Art. 5º E' o Governo de Minas Gerais dispensado de indenizar o Fundo de Melhoramento e o Fundo de Renovação Patrimonial das importâncias pertencentes aos mesmos e que foram aplicadas no custeio da Estrada.

Art. 6º As comissões referidas nos arts. 2º e 3º deverão ter concluído o seu trabalho, de forma a que o instrumento de rescisão esteja assinado dentro de sessenta (60) dias, contados da data da publicação da presente Lei.

Art. 7º Registrado, pelo Tribunal de Contas, o instrumento da rescisão, o Governo Federal receberá o acervo da Rede Mineira de Viação no prazo de sessenta (60) dias, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 8º A partir da data do seu recebimento e até que se estabeleça outro regime para as Estradas de Ferro Federais, a Rede Mineira de Viação ficará sob jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, constituída em autarquia com personalidade jurídica própria, tendo sede e fóro na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

Art. 9º A direção da autarquia será exercida, em Comissão, por um administrador, engenheiro, nomeado pelo Presidente da República, com vencimentos fixados na forma do art. 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 10. O projeto de regulamento da autarquia será submetido à aprovação do Presidente da República, dentro de cento e oitenta (180) dias depois de entregue a Estrada à administração federal, cumprindo ao seu administrador, no prazo de noventa (90) dias, contados da data de sua posse, apresentar o respectivo anteprojeto à consideração do Ministro da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Parágrafo único. Até que seja expedido, pelo Governo Federal, o regulamento próprio, a autarquia continuará a reger-se pelos regulamentos em vigor na Rede Mineira de Viação, nos quais poderão ser introduzidas, em caráter provisório, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, as alterações aconselhadas pelo interesse do serviço.

Art. 11. A Rede Mineira de Viação será fiscalizada pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro e estará sujeita a Tomada de Contas, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. O Ministro da Viação e Obras Públicas baixará instruções para o exercício da fiscalização a que se refere este artigo.

Art. 12. A autarquia não assumirá as obrigações decorrentes de contratos, ajustes, convênios ou quaisquer outros instrumentos celebrados anteriormente à entrega da Rede Mineira de Viação ao Governo Federal, reservando-se-lhe o direito de manter somente aqueles que não contrariarem os seus interesses.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos contratos, ajustes, convênios e outros instrumentos que houverem sido aprovados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas ou órgãos a ele subordinados, inclusive a Contadoria Geral dos Transportes, os quais serão mantidos e cumpridos pela autarquia.

Art. 13. Observada a legislação aplicável às autarquias federais, serão definidos, no Regulamento próprio, os direitos e vantagens, bem como os deveres e responsabilidades dos empregados da Rede Mineira de Viação, as condições de sua admissão, movimentação, acesso e dispensa, respeitados os direitos adquiridos pelo pessoal e mantido o atual abono de família.

Parágrafo único. Estender-se-á aos servidores da Rede Mineira de Viação, no que lhe for aplicável, o disposto na Lei nº 1.636, de 11 de junho de 1952.



Art. 14. A autarquia gozará dos privilégios e vantagens outorgados à União, inclusive isenção de impostos e taxas, foro e prazos de prescrição especiais, direito de expropriação nos termos da legislação vigente, impenhorabilidade dos bens patrimoniais e de suas rendas, e terá, em juízo, os mesmos prazos e recursos, inclusive os *ex-officio* reservados à Fazenda Pública, à qual se equipara para efeito de pagamento de juros de mora.

Art. 15. Será mantido o serviço de subsistência reembolsável da Rêde Mineira de Viação, em cujo regulamento poderão ser feitas as alterações necessárias a dar-lhe maior eficiência e a adaptá-lo à nova organização administrativa.

Art. 16. A partir da data da sua entrega ao Governo Federal os serviços da Rêde Mineira de Viação serão custeados com a receita produzida e os recursos consignados nesta e em outras leis.

Parágrafo único. Até o dia 15 de dezembro de cada ano será submetido à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, o orçamento da Rêde para o exercício subsequente.

Art. 17. Sem prejuízo dos créditos que venham a ser autorizados para liquidação de compromissos do Governo Federal, é o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais necessários à manutenção das operações da Rêde Mineira de Viação, até o limite de Cr\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de cruzeiros).

Art. 18. O Poder Executivo expedirá as instruções necessárias, ao exato cumprimento do disposto na presente lei.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.813 — DE 12 DE  
FEVEREIRO DE 1953

*Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, em cumprimento à Lei n.º 1.055, de 16 de janeiro de 1950, os seguintes cargos:

1.º Para a Escola Fluminense de Medicina Veterinária, a partir de 20 de março de 1951:

*Quadro Permanente*

I — Diretor, em comissão, padrão CC-5.

22 — Professor Catedrático, padrão O.

1 — Veterinário, classe J.

1 — Escrivão, classe E.

II — Para a Escola de Agronomia do Nordeste, a partir de 11 de dezembro de 1951:

*Quadro Permanente*

1 — Diretor, em comissão, CC-5.

21 — Professor Catedrático, padrão O.

1 — Agrônomo, classe J.

1 — Oficial Administrativo, classe H.

**Quadro Suplementar**

- 1 — Contínuo, classe E.  
1 — Contínuo, classe D.

III — Para a Escola de Agronomia do Ceará, a partir de 2 de março de 1951:

**Quadro Permanente**

- 1 — Diretor, em comissão, padrão CC-5.  
19 — Professor Catedrático, padrão O.  
1 — Professor Catedrático, padrão O (excedente).  
1 — Agrônomo, classe J.  
1 — Escriturário, classe F.  
1 — Escriturário, classe E.  
1 — Inspetor de Alunos, classe E.

**Quadro Suplementar**

- 1 — Contínuo, classe E.

Art. 2.º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, 3 (três) funções gratificadas de Secretário, símbolo FG-6, destina-

das aos estabelecimentos de ensino aludidos no artigo anterior.

Art. 3.º Serão expedidos, pelas autoridades competentes, os títulos decorrentes do aproveitamento do pessoal pertencente às Escolas de que trata esta Lei, com efeito a partir da data do registro dos respectivos Termos de Acôrdo pelo Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Os demais servidores das Escolas em exercício na data do registro dos Termos de Acôrdo, serão igualmente aproveitados, como extranumerários-mensalistas e diaristas cabendo ao Poder Executivo providenciar a respeito.

Art. 4.º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.144.520,00 (vinte milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte cruzeiros), assim discriminados:

	Cr\$
Pessoal Permanente .....	11.043.740,00
Pessoal Extranumerário:	
a) Mensalistas .....	4.261.630,00
b) Diarista .....	1.633.350,00
	5.894.980,00
Funções gratificadas .....	10.800,00
Ajuda de custo e diárias .....	45.000,00
Material .....	2.000.000,00
Serviços e Encargos .....	750.000,00
Obras (ligeiros reparos) .....	400.000,00
	20.144.520,00

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.  
João Cleofas.  
Horácio Lafer.

**LEI N.º 1.814 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1953**

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte lei:

Art. 1.º O Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral é alterado nos termos desta Lei e tabela anexa.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral determinar a apostila dos títulos de nomeação dos funcionários, de acôrdo com a sua nova situação decorrente da presente Lei.

Art. 2.º Os cargos da classe inicial da carreira de Oficial Judiciário serão providos por acesso dos ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Judiciário, mediante concurso de segunda entrância, organizado pelo Tribunal.

Art. 3.º É criada a carreira de Auxiliar Judiciário e extinta a de Dactilógrafo.

Art. 4.º É transformado em carreira o cargo isolado de provimento efetivo de Taquígrafo, devendo nela serem aproveitados, independente de concurso, os funcionários efetivos que exerçam aquelas atribuições na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 5.º Passa a denominar-se Bibliotecário, padrão M, o cargo de Arquivologista, padrão K.

Art. 6.º A gratificação de representação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral a que se refere o § 1.º do art. 193 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1959, passa a ser de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) anuais.

Art. 7.º Os funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral perceberão, a partir da vigência desta lei, as gratificações adicionais por tempo de serviço, asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Art. 8.º É vedada a admissão de pessoal extranumerário pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 9.º É aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral anexo 26 do Orçamento (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951), o crédito suplementar de Cr\$ 191.370,00 (cento e noventa e um mil trezentos e setenta cruzeiros) em reforço da seguinte dotação:

*Verbu 1 — Pessoal*

Consignação 1 — Pessoal Permanente

Sub-consignação 01 — Pessoal Permanente

04 — Justiça Eleitoral

01 — Tribunal Superior Eleitoral — Cr\$ 191.370,00.

Art. 10. É ainda aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com gratificação adicional por tempo de serviço do pessoal da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

## TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

*Cargos isolados de Provenimento em Comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolo	Observações
1	Diretor Geral .....	PJ-1	Cr\$ 17.000,00 mensais.
2	Diretor de Serviço .....	PJ-2	Cr\$ 13.000,00 mensais.
1	Auditor Fiscal .....	PJ-2	Cr\$ 13.000,00 mensais.

*Cargos isolados de Provenimento Efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrão	Observações
2	Redator de Debates .....	O	Extinto quando vagar.
1	Redator de Boletim Eleitoral .....	M	
1	Bibliotecário .....	M	Antigo Arquivologista.
1	Contador .....	O	Extinto quando vagar.
1	Zelador .....	M	Extinto quando vagar.
1	Arquivista .....	N	
1	Almoxarife .....	K	
1	Porteiro .....	L	
5	Auxiliar de Portaria .....	K	
1	Eletricista .....	K	
2	Motorista .....	K	
2	Ajudante de Motorista .....	J	
9	Continuo .....	I	
10	Servente .....	G	

*Cargos de Carreira*

Número de cargos	Cargos	Classe	Observações
3	Oficial Judiciário .....	O	A serem preenchidos pelos atuais Dactilógrafos da última classe. 1 vago a ser preenchido na forma do art. 2º 1 excedente até à promoção a que se refere a nota anterior.
3	Oficial Judiciário .....	N	
4	Oficial Judiciário .....	M	
5	Oficial Judiciário .....	L	
6	Oficial Judiciário .....	K	
6	Oficial Judiciário .....	J	
6	Auxiliar Judiciário .....	I	
8	Auxiliar Judiciário .....	H	
1	Taquigrafo .....	O	
2	Taquigrafo .....	N	
2	Taquigrafo .....	M	

Número de cargos	Funções gratificadas	Símbolo	Observações
1	Secretário do Presidente .....	FG-3	São extintas as demais funções gratificadas constantes do art. 3º da Lei n.º 867, de 15 de outubro de 1949, referente à Secretaria do Tribunal Superior.
7	Chefe de Seção .....	FG-4	
1	Secretário do Diretor Geral .....	FG-4	
1	Assistente do Procurador Geral .....	FG-4	
1	Auxiliar do Procurador Geral .....	FG-5	

LEI N.º 1.815 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1953

*Beneficia as Empresas Nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea; revoga o item 9 do Art. 12 da Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, e a Lei n. 1.344, de 9 de fevereiro de 1951, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São consideradas de interesse público as Empresas Nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea, na forma da legislação vigente.

Art. 2.º Com exceção do imposto de renda ficam as mesmas Empresas isentas do pagamento de todo e qualquer imposto federal e bem assim de direitos e taxas de importação e de previdência social e do imposto de consumo relativos a aeronaves montadas ou desmontadas e peças respectivas, motores e respectivas peças, gasolina apropriada, óleos e lubrificantes especiais, pneumáticos de aviões, aparelhos rádio-telêgráficos usados na aviação, instrumentos de navegação aérea, aparelhos salva-vidas para aeronaves, postes, material e ferramentas para faróis e demais apetrechos para sinalização de aeródromos e hangares e oficinas reparadoras.

Art. 3.º É reduzido a 25% (vinte e cinco por cento) o abatimento que as Empresas Nacionais devem conceder na tarifa das passagens que forem requisitadas por conta de dotações orçamentárias do Orçamento da União, para seus funcionários civis e militares, quando viajarem no território nacional, a serviço do órgão federal a que pertençam.

Art. 4.º As Empresas qualificadas na forma do Art. 1.º e que se limitarem ao transporte aéreo de carga, devem conceder também o abatimento de 25% (vinte e cinco por cento) nos fretes do material dos serviços públicos, cujo transporte for requisitado por órgão federal, à conta de dotações do Orçamento da União.

Parágrafo único — As concessões e privilégios concedidos na presente são condicionados ao cumprimento das obrigações constantes dos Arts. 3.º e 4.º.

Art. 5.º É concedida anistia fiscal às mencionadas Empresas de Navegação relativamente as taxas aeroportuárias de pouso e estada, devidas até a vigência da presente Lei, excetuados os débitos correspondentes a essas taxas e resultantes dos serviços das linhas internacionais por elas executadas.

Art. 6.º É suspensa até 31 de dezembro de 1955, a cobrança das taxas aeroportuárias de pouso e estada, aplicadas às aeronaves das Empresas brasileiras na execução das suas linhas aéreas interiores.

Art. 7.º É abolida a cobrança das taxas estabelecidas no Art. 3.º e no parágrafo único do Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 20.941, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 8.º É concedida às Empresas estrangeiras que executarem linhas aéreas regulares para ou através do Brasil, isenção de direitos e taxas de importação e do imposto de consumo para os combustíveis, óleos, lubrificantes e sobressalentes destinados às suas aeronaves, desde que os Governos de sua origem assegurem reciprocidade de tratamento, no seu território às Empresas brasileiras.

Art. 9.º São também considerados de interesse público os Aeroclubes autorizados a funcionar na forma da legislação vigente e ficam isentos de impostos federais e passam a gozar das demais prerrogativas constantes do Art. 2.º desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados, expressamente, o item 9 do Art. 12 da Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938; a Lei n. 1.344, de 9 de fevereiro de 1951 e demais disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de fevereiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.816 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1953

*Dispõe sobre a prestação de exames, em segunda época, por alunos dependentes e condicionalmente matriculados em série superior.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os alunos de estabelecimentos de Ensino Superior matricula-

dos condicionalmente, por dependência de uma ou duas cadeiras da série anterior, poderão prestar exames, dessas cadeiras, independente de média, em primeira ou segunda época.

§ 1.º Poderão também, na mesma época, submeter a exame completo das cadeiras da série em que estejam condicionalmente matriculados, respeitadas as aprovações por média, que tiverem obtido.

§ 2.º O disposto neste artigo é extensivo aos alunos matriculados condicionalmente no ano de 1951 e o Ministério da Educação e Saúde, através da Diretoria do Ensino Superior, providenciará para imediata realização dos exames.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
E. Simões Filho

LEI N.º 1.817 — DE 23 DE  
FEVEREIRO DE 1953

*Altera os arts. 2.º e 3.º da Lei número 770, de 21 de julho de 1949, cria cargos no Instituto Joaquim Nabuco, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 770, de 21 de julho de 1949, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º É criado, na cidade de Recife, o Instituto Joaquim Nabuco, subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, o qual se dedicará ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do norte e do pequeno lavrador dessa região, que vise ao melhoramento dessas condições”.

“Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde providenciará a expedição de Regulamento pelo qual se regerá o Instituto Joaquim Nabuco e tomará as providências legais para a boa organização e funcionamento do mesmo Instituto”.

Art. 2.º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educa-

ção e Saúde: um cargo isolado de Diretor, padrão CC-4, de provimento em comissão; ... (Vetado) ... e uma função gratificada FG-6, de Secretário do Diretor, todos do Instituto Joaquim Nabuco.

Art. 3. A lotação do mencionado Instituto será atendida pelos Quadros Permanente e Suplementar e Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4. A despesa resultante dos cargos e função, criados pelo artigo 2.º, correrá pela conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 5. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
E. Simões Filho  
Horácio Lafer

LEI N.º 1.818 — DE 24 DE  
FEVEREIRO DE 1953

*Prorroga, por três anos, a partir de 23 de setembro de 1952, o prazo concedido pela Lei n.º 822, de 19 de setembro de 1949, à Federação das Bandeirantes do Brasil, para construção de sua sede.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Estender-se-á por mais 3 (três) anos, contados de 23 de setembro de 1952, o prazo concedido pela Lei n.º 822, de 19 de setembro de 1949, à Federação das Bandeirantes do Brasil, para que possa construir sua sede no terreno designado como lote 8 da quadra 13-A da Esplanada do Castelo, cujo aforamento lhe foi concedido pelo Decreto-lei número 8.851, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Horácio Lafer

LEI N.º 1.819 — DE 4 DE MARÇO DE 1953

*Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a isenção de direitos aduaneiros para três painéis de pintura, destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, na Capital de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.820 — DE 9 DE MARÇO DE 1953

*Estende aos funcionários do Tribunal de Contas as gratificações adicionais asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Estendem-se aos funcionários do Tribunal de Contas da União as gratificações adicionais por tempo de serviço asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Parágrafo único. As vantagens decorrentes deste artigo serão contadas a partir da vigência desta Lei.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1953, 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.821 — DE 12 DE MARÇO DE 1953

*Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Poderá matricular-se na primeira série do curso clássico, ou do científico, o estudante que, satisfazendo as demais condições legais, haja concluído um dos seguintes cursos:

I — ginásial;

II — básico do ensino comercial, industrial ou agrícola;

III — normal regional, ou de nível correspondente;

IV — curso de formação de oficiais pelas polícias militares das unidades federadas, em cinco anos letivos, pelo menos, e com o mínimo de seis disciplinas do ciclo ginásial.

Parágrafo único. Nos casos dos itens II, III e IV a matrícula dependerá da aprovação dos candidatos, mediante exame das disciplinas que bastem para completar o curso ginásial.

Art. 2.º Terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que, além de atender à exigência comum do exame vestibular e às peculiares a cada caso, houver concluído:

I — o curso secundário, pelo regime da legislação anterior ao Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942;

II — o curso clássico ou o científico, pela legislação vigente;

III — um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos;

IV — o 2.º ciclo do ensino normal de acordo com os Arts. 8.º e 9.º do Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946, ou de nível idêntico, pelo legislação dos Estados e do Distrito Federal;

V — curso de seminário de nível, pelo menos, equivalente ao curso secundário e ministrado por estabelecimento idôneo.

Parágrafo único. Sem prejuízo das exceções admitidas em lei, exigir-se-á



sempre do candidato, não habilitado no ciclo ginasial, ou no colegial, ou em nenhum dos dois, exame das disciplinas que bastem para completar o curso secundário.

Art. 3.º Cumprirá ao Poder Executivo, pelos seus órgãos competentes:

I — proceder aos estudos necessários para estabelecer geral regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio a fim de possibilitar maior liberdade de movimento de um para outro ramo desse ensino e de facilitar a continuação de seus estudos em grau superior;

II — expedir os atos regulamentares necessários à execução da presente Lei, tendo em vista a organização do sistema de ensino de cada Estado e do Distrito Federal, relativamente ao ensino normal e ao de formação de oficiais pelas polícias militares.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

E. Simões Filho

LEI N.º 1.822 — DE 16 DE MARÇO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.308,00, para pagamento de serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia, nos exercícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.308,00 (setenta e seis mil, trezentos e oito cruzeiros), destinado ao pagamento de serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia nos exer-

cícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República, com o sepultamento, respectivamente, do Zelador do Palácio Guanabara, Henrique Cabral Botelho, do Dr. Gabriel Monteiro da Silva, ex-Secretário da Presidência da República do General Alcio Souto, ex-chefe do Gabinete Militar daquela Presidência.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.823 — DE 17 DE MARÇO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios — o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para ocorrer às despesas com a instalação das Comarcas de Brasília e Feijó, no Território do Acre.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios — para ocorrer às despesas com a instalação das Comarcas de Brasília e Feijó, no Território do Acre, restabelecidas pelo art. 65 da Lei n.º 1.301, de 28 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

**LEI N.º 1.824 — DE 17 DE MARÇO  
DE 1953**

*Torna segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratoristas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de atêrro e desatêrro, em zona urbana ou rural.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São considerados segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, quer sejam empregados trabalhadores avulsos ou autônomos, os tratoristas e condutores profissionais de veículos motorizados utilizados em serviços urbanos, rurais e de estradas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS,

*Segadas Viana.*

**LEI N.º 1.825 — DE 19  
DE MARÇO DE 1953**

*Concede pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 700,00, à viúva Araci de Montreuil Martins Santos.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) a Araci de Montreuil Martins Santos, viúva do Auxiliar de Portaria da Câmara dos Deputados — Armando Gonçalves dos Santos, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de março de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

**LEI N.º 1.826 — DE 20 DE  
MARÇO DE 1953**

*Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajuí, o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Pirajuí, no Estado de São Paulo, o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Art. 2.º Para efeito exclusivo do pagamento de taxas, é estipulado o valor total de Cr\$ 39.386,40 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e seis cruzeiros e quarenta centavos).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Horácio Lafer*

*Alvaro de Souza Lima*

**LEI N.º 1.827 — DE 23 DE MARÇO  
DE 1953**

*Modifica as tarifas das Alfândegas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São classificados no artigo 1.887 da Tarifa das Alfândegas

e sujeitos aos direitos de 100% (cem por cento) *ad valorem*:

*Laminados e outros artigos à base das resinas vinílicas*

a) Laminados: em obras, peças, cortes ou pedaços, brancos, coloridos ou lisos, estampados ou de qualquer modo trabalhados;

b) Papel ou papelão recoberto de resinas vinílicas: branco, liso, ou estampado;

c) Tecidos recobertos ou impermeabilizados com quaisquer resinas vinílicas: de qualquer matéria textil, em obras, peças, cortes ou pedaços, lisos, estampados ou de qualquer modo trabalhados;

d) Manufaturas e artefatos de laminados;

e) Cordas, tubos e perfilados.

Art. 2.º As alterações constantes do artigo anterior vigorarão durante 5 (cinco) exercícios, inclusive o que estiver correndo ao tempo da publicação desta Lei.

Parágrafo único: No exercício imediato ao quinto, o aumento passará a ser de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lajer

LEI N.º 1.828 — DE 24 DE MARÇO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00, para prosseguimento da construção do traçado ferroviário Passo Fundo-Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e determina que o Orçamento da União consignará, em quatro exercícios, dotações não inferiores a Cr\$ .... 120.000.000,00 para conclusão dessa ligação.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70,

§ 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de cruzeiros), para prosseguimento da construção do traçado ferroviário que ligará Passo Fundo a Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Para conclusão da ligação ferroviária de que trata o artigo 1.º desta Lei, o Orçamento Geral da União consignará anualmente, a partir do próximo exercício e pelo prazo de 4 (quatro) anos consecutivos, dotações nunca inferiores a ... Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros).

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1953.

João Café Filho.

LEI N.º 1.829 — DE 24 DE MARÇO DE 1953

*Determina que o Poder Executivo restituirá ao Professor Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo restituirá ao Professor Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras, com o objetivo de reparação e homenagem àquele educador.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 24 de março de 1953.

João Café Filho.

LEI N.º 1.830 — DE 24 DE MARÇO  
DE 1953

*Dispõe sobre a inclusão nos orçamentos da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, da dotação de Cr\$ 20.000.000,00 para aproveitamento do potencial hidroelétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Será incluída no orçamento da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, a dotação de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) anuais, destinada a instalação de uma usina hidroelétrica de 15000 c/v, com o aproveitamento parcial do potencial hidroelétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba, e obras complementares de transmissão da energia elétrica ali produzida, conforme estudos existentes na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A referida dotação será inscrita na Consignação Plano Salte do referido Ministério.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 24 de março de 1953.

João Café Filho.

LEI N.º 1.831 — DE 25 DE MARÇO  
DE 1953

*Modifica o item 4 da alínea b do Anexo 3 (Setor Transporte — Estrada de Ferro) da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O item 4 da alínea b do Anexo n.º 3 da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano Salte), passa a ter a seguinte redação: Pelotas-Barreto.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

## A P E N S O

Figuram neste apenso:

I — Figuram neste apenso os decretos legislativos e as leis que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no " Diário Oficial " depois do 2.º dia útil do 1.º trimestre de 1953.

II — As retificações publicadas no 1.º trimestre de 1953 referentes a Leis expedidas em trimestres anteriores.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1953

Faço saber que o Congresso Nacional, decreta nos termos do artigo 68, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 80, de 1952

Art. 1.º E' aprovado, nos termos da cópia a este anexa, o texto do Protocolo ao Acôrdo Geral sobre tarifas aduaneiras e comércio, firmado pelo Brasil na cidade de Torquay, Inglaterra, em 21 de abril de 1951.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.705 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1952

*Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.*

### RETIFICAÇÃO

No art. 1.º, alínea b:

Onde se lê:

b) Cr\$ 180.000.000.000,00 ...

Leia-se:

b) 180.000.000,00...

No art. 1.º, alínea d:

Onde se lê:

d) Cr\$ 131.974.391,20 (cento e um milhões, novecentos e setenta e qua-

tro mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos) ...

Leia-se:

d) Cr\$ 131.974.391,20 (cento e trinta e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos) ...

LEI N.º 1.783 "A" — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir concorrência pública para os estudos e projeto de construção de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

§ 1.º Os estudos e o projeto, para cuja conclusão se fixará o prazo de um ano, terão em vista não só a travessia em condições mais vantajosas como também as possibilidades econômicas do empreendimento.

§ 2.º Para o efeito do disposto no parágrafo precedente, serão esses estudos acompanhados por um representante do Governo Federal, um da Prefeitura do Distrito Federal e um do Estado do Rio de Janeiro.

§ 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial até

a importância de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para execução do disposto neste artigo.

Art. 2.º Elaborado o projeto, será imediatamente aberta concorrência pública para concessão da construção e exploração do túnel.

§ 1.º No cumprimento deste artigo, observar-se-ão as normas de concorrência pública seguidas na prática administrativa, inclusive a permissão a entidades estrangeiras com sede fora do país para apresentarem propostas; e será prescrito que as obras se deverão iniciar dentro de seis (6) meses, a contar da data em que fôr o contrato registrado pelo Tribunal de Contas, sob pena de caducidade da concessão.

§ 2.º O concessionário depositará, previamente, no Tesouro Nacional, a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), em dinheiro ou apólices da Dívida Pública, para garantia da assinatura do contrato.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785, A — DE 29 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000.000,00, como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785 "B" — DE 29 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 2.000,00 mensais a Joaquim Tavares Vianna, ex-professor da Escola de Marinha Mercante de Belém do Pará.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais a Joaquim Tavares Vianna, ex-professor da Escola de Marinha Mercante, de Belém, Estado do Pará.

Parágrafo único. A despesa da pensão de que trata este artigo correrá por conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785 "C" — DE 29 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional do Paraná, o crédito suplementar de Cr\$ 49.960,00 em reforço de dotação do Anexo n.º 26 do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Paraná — o crédito suplementar de Cr\$ 49.960,00 (quarenta e nove mil, novecentos e sessenta cruzeiros) em reforço da seguinte dotação do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):



Verba 1 — Pessoal.

Consignação VI — Diversos.

Subconsignação 23 — Substituições.

02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná — Cr\$ 49.960,00.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785 "D" — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1952

*Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a entrar em entendimentos com o Governo do Estado de Minas Gerais para a imediata rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o mencionado Estado em 30 de julho de 1952.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785 "E" — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1952

*Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 12 e 25 do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, este último modificado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 12. Os despachantes aduaneiros somente poderão ser transferidos de uma para outra repartição aduaneira, a seu pedido e mediante permuta."

"Art. 25. O preenchimento de vaga de despachante aduaneiro, que ocorrer em Alfândega, ou Mesa de Rendas, será feito mediante a nomeação do ajudante habilitado em concurso, mais antigo no serviço do despachante que a houver deixado, desde que conte mais de 2 (dois) anos de serviço junto ao mesmo despachante e mais de 5 (cinco) anos na profissão.

Parágrafo único. Não havendo ajudante habilitado, na forma de que dispõe este artigo, a vaga será preenchida mediante a nomeação de ajudante em prova de habilitação, observado o critério de antiguidade na Alfândega ou Mesa de Rendas, em que houver ocorrido a vacância."

Art. 2.º O art. 15 do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, modificado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943, passa a vigorar com a transformação do seu parágrafo único em § 1.º e com o acréscimo do § 2.º, assim redigidos:

"Art. 15 .....

§ 1.º A prova a que se refere este artigo terá validade enquanto o ajudante de despachante permanecer no exercício deste cargo e constituirá título de habilitação para o provimento do cargo de despachante aduaneiro, sem dependência da classificação no concurso.

§ 2.º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos ajudantes de despachantes aduaneiros que se achem em efetivo exercício e se hajam habilitado em concurso para o cargo de despachante aduaneiro."

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785 "F" — DE 29 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projeto e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a mandar realizar, pelos órgãos competentes no Estado do Ceará, aos estudos, projetos e construção:

a) de um sistema de barragens submerinas sucessivas nos rios Salgado e Jaguaribe, nos trechos compreendidos entre os Municípios de Icó e Missão Velha e Tauá a Iguatu;

b) de um sistema de açudes e barragens submersas e subterrâneas nos vales dos Carás, do Riacho, dos Porcos do Machado de Carú e dos Bastiões, situados nos municípios de Crato, Joãozeiro e Missão Velha, Brejo Santo, Milagres, Mauriti e Jardim, Várzea-Alegre, Assaré e Jucás, destinados a assegurar-lhes a produção agrícola.

Art. 2.º Anualmente serão incluídos no Orçamento da União, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e por conta das dotações em destinação constitucional (Art. 198 da Constituição Federal), os créditos necessários para os empreendimentos previstos na presente Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.785 "G" — DE 29 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Denomina "Francisco de Assis" o aeroporto de Juiz de Fora*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' dado o nome de Francisco de Assis ao aeroporto de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.789 — DE 30 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 2.000,00 mensais a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro civil Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde, antigo chefe do 2.º Distrito da Inspetoria de Obras Contra as Secas, a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A despesa para o pagamento da pensão de que trata este Artigo correrá por conta da dotação orçamentária destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

LEI N.º 1.790 — DE 30 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de

cruzeiros), a fim de atender às despesas de qualquer natureza com o prosseguimento dos trabalhos de fomento e amparo da triticultura nacional.

Art. 2.º O crédito especial de que trata a presente Lei será aplicado de acordo com a Lei n.º 1.489, de 10 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS  
João Cleofas  
Horácio Lafer

LEI N.º 1.791 — DE 30 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .... Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, pela realização, em novembro de 1952 da exposição regional agropeco-industrial.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS  
João Cleofas  
Horácio Lafer

LEI N.º 1.792 — DE 30 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.325.996,00 (dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e seis cruzeiros), para pagamento de gratificação de paraquedismo devida ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso  
Horácio Lafer

LEI N.º 1.793 — DE 30 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei n.º 1.329, de 21 de janeiro de 1951.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 571.462,70 (quinhentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta cru-

zeiros e setenta centavos, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei n.º 1.329, de 25 de janeiro de 1951, cuja despesa excedeu o crédito especial de que trata a referida Lei.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Cyrol Espirito Santo Cardoso*

*Horácio Lafer*

LEI N.º 1.799 — DE 31 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 para pagamento de despesas de material com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão — o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), destinado a atender ao pagamento de despesas de material com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Francisco Negrão de Lima*

*Horácio Lafer*

LEI N.º 1.800 — DE 31 DE  
DEZEMBRO DE 1952

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00, para atender a despesas com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ... Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) para atender a despesas de natureza urgente, com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Nero Moura*

*Horácio Lafer*

## EMENTARIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes I e II de 1953, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos



## EMENTÁRIO

### A

#### ACÓRDOS

Decreto-legislativo n. 80 — de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Decreto-legislativo n. 2 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1953.

#### AEROCLUBES

*Beneficia as Empresas Nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea; revoga o item 9 do art. 12 da Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, e a Lei n. 1.344, de 9 de fevereiro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n. 1.815 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

#### AERONAUTICA

*Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.914 — de 12 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.951 — de 18 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

#### AERONAUTICA

— *Dispõe sobre a lista de passageiros de aeronaves em serviço internacional.*

Decreto n. 32.040 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1953.*

Decreto n. 32.158 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 32.342 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1953.

— *Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, aos militares falecidos.*

Decreto n. 32.358-A — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

— *Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**AERONAVES EM SERVIÇO INTERNACIONAL**

*Dispõe sobre a lista de passageiros de aeronaves em serviço internacional.*

Decreto n. 32.040 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**AEROPORTOS**

*Denomina "Francisco de Assis" o aeroporto de Juiz de Fora.*

Lei n. 1.785-G — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ ..... 11.000.000,00, para atender a despesas com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão.*

Lei n. 1.800 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**AGALMATOLITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes Gimenes Molina a pesquisar agalmatolito e associados, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.197 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**AGENTE FISCAL DO IMPOSTO DE CONSUMO**

*Dispõe sobre a promoção e a remoção dos ocupantes da carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.*

Decreto n. 32.044 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

**AGUA MINERAL**

*Concede à Aguas Minerais Indústria e Comércio Ltda. a autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.185 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Cavalcanti Albuquerque a pesquisar água mineral no município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.321 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aristeu Pereira a pesquisar águas minerais, no município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.374 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Estanislau Gluszczyński a pesquisar água mineral no município de Mallet, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.413 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**AGUAS MARINHAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar cristal de rocha, águas marinhas e associados, no município de São José do Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.193 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**AGUAS MINERAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

*Concede à Aguas Minerais Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.185 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.



## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Cachoeira-Juquidã-Guaçu, Juquidã-Guaçu e Juquidã-Guaçu, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.108 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum do domínio da União e do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Camaquã-Camaquãzinho, Camaquã e Camaquã, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.109 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Contas.*

Decreto n. 32.139 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de São Paulo as águas do rio Barra Sêca.*

Decreto n. 32.140 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Belchior", "Jacú", "Claro", "Verde", "Assungui" e "Assungui", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.148 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio denominado São Bartolomeu, Pereiras e Pereiras, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.147 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Cortiço.*

Decreto n. 32.148 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capetinga.*

Decreto n. 32.149 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Congonhas.*

Decreto n. 32.150 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Poço Claro", "Roncador", "Roncador" e "Roncador", nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.151 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Balsamo, Pirapetinga e Pirapetinga, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.152 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Areias.*

Decreto n. 32.153 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio "Herval".

Decreto n. 32.176 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Terra ou Doehn.

Decreto n. 32.177 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Sepultura, Sepultura e Bonito, respectivamente, nos seus trechos superiores, médio e inferior.

Decreto n. 32.178 — de 31 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do Rio Campo Redondo.

Decreto n. 32.179 — de 31 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas dos rios "Cachorros", "Guandú Mirim ou Tinguí" e "Guandú Mirim ou Tinguí", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.218 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima, e do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, no restante do seu curso, as águas do rio Duro, Duro-Pesqueiro-Jacaré e Quarachaim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.219 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

— Declara públicas, de uso comum, pertencentes à União, as águas do rio Caparáo-São João, Itabapoana e Itabapoana, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.220 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Capivari ou do Salto, Capivari e Pardo, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.221 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Arrependido-Fanado, Fanado e Fanado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.222 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cachoeira, Cachoeira e Lages, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.223 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Barba de Lobo, Mortes Pequeno, Mortes Pequeno, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.224 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Corumbá.

Decreto n. 32.225 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Cará, Prêto e Prêto, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.226 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Gongogi.

Decreto n. 32.227 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cocais, Cocais dos Arrudas e Cocais dos Arrudas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.229 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Marombinha, Maromba e Maromba, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.230 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Dona Luzia, Águas Negras e Águas Negras, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.231 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio da União, as águas do rio Divisa.

Decreto n. 32.260 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Saicã.

Decreto n. 32.261 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Ibirapuitam.

Decreto n. 32.262 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio da União, as águas do rio Taquarembó.

Decreto n. 32.263 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Cachoeira.

Decreto n. 32.278 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Candonga.

Decreto n. 32.279 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cachoeira.

Decreto n. 32.298 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio São Sebastião.

Decreto n. 32.299 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

**AGUAS PÚBLICAS**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Conceição.*

Decreto n. 32.300 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cotia.*

Decreto n. 32.301 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Saci.*

Decreto n. 32.302 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Entupido.*

Decreto n. 32.303 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Claro.*

Decreto n. 32.304 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Capitão.*

Decreto n. 32.305 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Campo Alegre, Campo Alegre e Gameleira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.306 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

**AGUAS PÚBLICAS**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do Rio Bonito.*

Decreto n. 32.312 — de 25 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Guapi-Açu.*

Decreto n. 32.313 — de 25 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Dourado-Macuco-Alanca, Tanque e Tanque, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.316 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cipó, Guanhões e Guanhões, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.317 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Farias.*

Decreto n. 32.318 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Peixe.*

Decreto n. 32.319 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pitangas.

Decreto n.º 32.320 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Cacacú.

Decreto n. 32.360 — de 3 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Mourão.

Decreto n. 32.397 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Matinha-Coeiro, Posses-Santo Antônio e Santo Antônio, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.398 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## AJUDANTES DE DESPACHANTES ADUANEIROS

Modifica dispositivos do Decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n. 5.989, de 11 de novembro de 1943.

Lei n. 1.785-E — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## AMAZÔNIA

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução, e dá outras providências.

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro José Monteiro de Aguiar a pesquisar amianto, cromita, minérios de níquel e associados no município de Hidrolândia, Estado de Goiás.

Decreto n. 32.120 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jerson de Araújo Silva a pesquisar talco, amianto e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.441 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

## APATITA

Renova o Decreto n. 28.919, de 30 de novembro de 1950.

Decreto n. 32.114 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gonzalo Vieira Correia a pesquisar calcário, apatita e associados, no município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.191 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

## APOSENTADOS

Dá nova redação ao artigo 27, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932.

Decreto n. 32.073 — de 9 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

## AREIA QUARTZOSA

Autoriza a Companhia Vidraria Santa Marina a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.199 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**AREIA QUARTZOSA**

— *Autoriza a empresa de mineração Companhia Vidraria Santa Marina a lavar areia quartzosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.253 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— *Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 30.846, de 14 de maio de 1952.*

Decreto n. 32.382 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1953.

**ARGILA**

*Autoriza a Cerâmica Assad S. A. a lavar argila no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.062 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Afrodizio Witzel a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.119 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Cardoso Lopes a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.122 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a pesquisar argila e associados, no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.192 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**ARGILA**

— *Autoriza a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo a lavar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.328 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Imobiliária Parque Rosa de França Ltda. a lavar caulim e argila, no município de Nossa Senhora de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.384 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Gianetti a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.412 — de 11 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a pesquisar argila, calcário e associados, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.438 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

**ARGILA REFRACTÁRIA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Gomes Corrêa a lavar argila refratária, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.464 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

**ARMADA**

*Aprova e manda executar o Regulamento para a Inspetoria Geral da Marinha.*

Decreto n. 32.142 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

## ARMADA

— *Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1953.*

Decreto n. 32.158 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Extingue o Hospital Naval de Natal.*

Decreto n. 32.241 — de 10 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Intendência da Marinha.*

Decreto n. 32.265 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Secretaria Geral da Marinha.*

Decreto n. 32.273 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

— *Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, aos militares falecidos.*

Decreto n. 32.358-A — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

— *Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Marinha.*

Decreto n. 32.418 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

## ARMADA

— *Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 32.419 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria do Armamento da Marinha.*

Decreto n. 32.424 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

— *Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n. 32.445 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Engenharia da Marinha.*

Decreto n. 32.446 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1953.

## ASILO POLÍTICO

*Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Haiti, das Convenções sobre Asilo e sobre Asilo Político, assinadas, respectivamente, em Havana e em Montevideu, a 20 de fevereiro de 1928 e a 26 de dezembro de 1933.*

Decreto n. 32.478 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação por parte da Nicarágua, da Convenção sobre Asilo Político, assinada em 26 de dezembro de 1933.*

Decreto n. 32.479 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

**ASSISTENTE COMERCIAL**

*Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE**

*Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Beneficente, com sede na Capital do Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.237 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Lei n. 1.785-A — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**ASSOCIAÇÃO RURAL DE CRUZ ALTA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.791 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL**

*Concede à sociedade anônima "Atlantic Refining Co. of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.387 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1953.

**AUTARQUIAS**

*Dispõe sobre o Quadro e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

Decreto n. 32.064 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 20 de janeiro de 1953.

*Autorização para funcionar* — Ver o nome da Empresa.

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

*Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**AUXILIAR COMERCIAL**

*Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**AUXILIAR JUDICIÁRIO**

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Lei n. 1.814 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

**AUXÍLIO FUNERAL**

*Dispõe sobre o valor de auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 31.988 — de 24 de dezembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 22 de janeiro de 1953.



## AUXÍLIOS

*Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, na cidade Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.810 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

## AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

*Dispõe sobre a lista de passageiros de aeronaves em serviço internacional.*

Decreto n. 32.040 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## B

### BANCO DE CRÉDITO POPULAR UNIÃO, SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

*Concede autorização para constituição do Banco de Crédito Popular União, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 32.452 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

### BANCO DO BRASIL S. A.

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

### BANCO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

*Ratifica a aprovação do aumento de capital do Banco do Rio Grande do Sul S. A.*

Decreto n. 32.345 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1953.

### BANCO HOLANDES UNIDO S. A.

*Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.*

Decreto n. 32.138 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

### BANCO ÍTALO-BELGA S. A.

*Autoriza a instalação de agência de banco estrangeiro.*

Decreto n. 32.344 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1953.

## BANCOS

*Dispõe sobre a responsabilidade de Diretores de Bancos e Casas Bancárias, e dá outras providências.*

Lei n. 1.808 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

### BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED

*Aprova alteração de estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n. 32.277 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

## BANQUEIROS

*Dispõe sobre a responsabilidade de Diretores de Bancos e Casas Bancárias, e dá outras providências.*

Lei n. 1.808 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## BARITINA

*Renova o Decreto n. 28.583, de 30 de agosto de 1950.*

Decreto n. 32.409 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## BENEFICIADORA DE MINÉRIOS ITABIRITO LTDA.

*Autoriza a Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. a pesquisar talco, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.254 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## BERILO

*Autoriza o cidadão brasileiro Coriolano Fernandes Ribeiro Santos a pesquisar berilo e associados no município de Itambé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.463 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

## BERLINO ZABEU & IRMÃOS LIMITADA

*Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda. a lavar caulim no município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.118 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

## BIBLIOTECARIO

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Lei n. 1.814 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

## BRASILIANA DE MINERAÇÃO LIMITADA

*Concede à Brasiliana de Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.400 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1953.

## C

### CAFÉ

*Dá nova redação ao artigo 4.º do Decreto n. 31.087, de 7 de julho de 1952.*

Decreto n. 32.100 — de 10 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

### CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Dá nova redação ao artigo 27, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932.*

Decreto n. 32.073 — de 9 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— *Altera o artigo 2.º, e seus parágrafos, do Decreto n. 31.549, de 6 de outubro de 1952.*

Decreto n. 32.077 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

### CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal da Bahia.*

Decreto n. 32.091 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1953.

— *Antecipa a data da Reunião Congregual dos dirigentes das Caixas Econômicas Federais e do respectivo Conselho Superior.*

Decreto n. 32.134 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

### CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Vitorino Domingos da Silva a pesquisar calcário e associados, no município de Campos Altos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.123 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

## CALCÁRIO

— Autoriza o cidadão brasileiro *Abílio Pereira de Lima* a pesquisar calcário e associados, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.126 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Gonçalo Vieira Correia* a pesquisar calcário, apatita e associados, no município de Aragoatuba da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.191 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

— Autoriza a cidadã brasileira *Maria Coelho de Sousa* a pesquisar calcário e associados no município de Dóres de Campos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.194 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 31.525, de 2 de outubro de 1952.

Decreto n. 32.248 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Alfredo Moreira de Souza* a pesquisar calcário e associados no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.252 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Ernesto Dinalli* a pesquisar calcários e associados no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.256 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## CALCÁRIO

— Autoriza o cidadão brasileiro *José João Redoan* a pesquisar calcário e associados, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.323 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Luiz Carvalho de Araújo* a pesquisar calcário e associados, no município de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.326 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Amando Franco Soares Caiuby*, a pesquisar calcário e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.327 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar calcário e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.331 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Djalma Bêda Coube* a pesquisar calcário e associados no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 32.368 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— Autoriza a Companhia Paulista de Cimento a pesquisar calcário no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.372 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Xavier de Moraes a pesquisar calcário, fosfato e turfa, no município de Igarassú, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.373 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.377 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.378 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Torna sem efeito o Decreto número 31.328, de 21 de agosto de 1952.*

Decreto n. 32.379 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a pesquisar argila, calcário e associados no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.438 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.439 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

**CALCÁRIO**

— *Renova o Decreto n. 28.221, de 9 de junho de 1950.*

Decreto n. 32.442 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Redis a lavar calcário, no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.465 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

**CALCEDONIA**

— *Autoriza a cidadã brasileira Hulda Kock a pesquisar calcedônia e associados, no município de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.198 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**CALCITA**

— *Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar calcita, calcário e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.331 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

**CAMBIO**

— *Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências.*

Lei n. 1.807 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

# **CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.*

Lei n. 1.804 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

# **CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES**

*Dá ao Campo de Instrução de Três Barras a denominação de "Campo de Instrução Marechal Hermes".*

Decreto n. 32.431 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

# **CAPITAL DA REPÚBLICA**

*Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República.*

Lei n. 1.803 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

# **CARLOS KUENERS & CIA. LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Carlos Kueners & Cia. Ltda. a lavar pinguita e associados no município de São Paulo.*

Decreto n. 32.251 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

# **CARTEIRAS DE EMPRÉSTIMOS**

*Dá nova redação ao artigo 27, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932.*

Decreto n. 32.073 — de 9 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

# **CARVÃO**

*Dispõe sobre o preço do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n. 31.944 — de 18 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.092 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 31 de março de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.093 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.094 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.095 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. D. de 16 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.096 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

**CARVÃO**

— *Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 20.627, de 20 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 32.443 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 29.161, de 17 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 32.444 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

**CASA DA MOEDA**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda.*

Decreto n. 32.065 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

**CASAS BANCARIAS**

*Dispõe sobre a responsabilidade de Diretores de Bancos e Casas Bancárias, e dá outras providências.*

Lei n. 1.808 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**CASSITERITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Ribeiro de Carvalho a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.322 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Renova o Decreto n. 26.726, de 31 de maio de 1949.*

Decreto n. 32.380 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**CAULIM**

*Autoriza a empresa de mineração Berlino Zebeu & Irmãos Ltda., a lavar caulim no município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.118 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Afrodizio Witzel a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.119 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Cardoso Lopes a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.122 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.202 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 29.364, de 19 de março de 1951.*

Decreto n. 32.203 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Laudelino Delio Fernandes a pesquisar quartzo, mica e caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.205 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

# CAULIM

— Autoriza a empresa de mineração imobiliária Parque Rosa de França Ltda., a lavar caulim e argila, no município de Nossa Senhora de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.384 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

# CENTRO ESPÍRITA "DISCÍPULOS DE JESUS"

Declara de utilidade pública o Centro Espírita "Discípulos de Jesus", com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 32.297 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

# CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA

Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951.

Decreto n. 32.180 — de 31 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

# CERAMICA ASSAD S. A.

Autoriza a Cerâmica Assad S. A., a lavar argila no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.062 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

# CESSÃO DE TERRAS

Autoriza a cessão à Municipalidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, de um terreno da União.

Decreto n. 32.182 — de 3 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

— Autoriza a cessão de áreas de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, à Municipalidade de Porto Alegre.

Decreto n. 32.286 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

# CESSÃO DE TERRAS

— Autoriza a cessão de área de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, à Municipalidade de Lapa, no Estado do Paraná.

Decreto n. 32.390 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

# CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Modifica o art. 103, do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.

Lei n. 1.801-A — de 3 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

# CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1953.

Decreto n. 32.158 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

# COLÉGIOS

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 46, do Regulamento para o Colégio Militar.

Decreto n. 32.365 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

# COMISSÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.500.000,00, para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.801 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**COMISSÕES**

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 900.000,00, destinado à regularização de despesas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.*

Decreto n. 32.066 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.068 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regimento Interno da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.*

Decreto n. 32.284 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— *Transfere à Legião Brasileira de Assistência as atribuições da Comissão de Abastecimento do Nordeste.*

Decreto n. 32.341 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n. 1.765, de 1952), da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.363 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**COMPANHIA AÇUCAREIRA SANTISTA — AÇUCAR E CAFÉ**

*Concede permissão à Companhia Açucareira Santista — Açúcar e Café para que a Seção dos Fornos Contínuos de Fabricação e de Regeneração de Carvão Animal e Vegetal funcione nos domingos, feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.291 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

**COMPANHIA ADRIÁTICA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia Adriática de Seguros".*

Decreto n. 31.016 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

**COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Boavista de Seguros.*

Decreto n. 32.003 — de 26 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a instalar uma usina geradora termo-elétrica, de emergência, em Porto da Ponte, município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.078 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras e as benfeitorias por acaso nelas contidas, necessárias à criação de uma faixa para a construção, passagem e manutenção de uma linha de transmissão, a tensão de 66.000 volts, que a Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A., foi autorizada a construir entre a subestação de Itamarati, situada no município de Petrópolis e a Fábrica de Pau Grande, localizada no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto n. 30.115, de 28 de outubro de 1951, e autoriza a referida Companhia a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.159 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.



**COMPANHIA BRASILEIRA DE PLÁSTICOS "KOPPERS"**

*Concede permissão à Companhia Brasileira de Plásticos "Koppers" para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.072 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

**COMPANHIA BURROUGHS DO BRASIL, INC.**

*Concede à "Companhia Burroughs do Brasil, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.386 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

**COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELÉTRICA**

*Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 32.111 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO**

*Concede à "Companhia Comércio e Navegação" autorização para continuar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.133 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND PONTE ALTA**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a pesquisar argila, calcário e associados, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.438 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND POTY S. A.**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty S. A. a pesquisar fosforita no município Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.207 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ALTO RIO GRANDE**

*Outorga à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Itutinga, existente no rio Grande, entre os distritos de Itutinga, município de Itumirim, e o de Nazaré, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.112 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS**

*Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.092 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 31 de março de 1953.

*— Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.093 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

*— Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.094 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS

*Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.095 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

*Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a lavar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.096 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO PARA

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Aliança do Para.*

Decreto n. 32.071 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CORCOVADO

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos, para aumento de capital, da Companhia de Seguros Gerais Corcovado.*

Decreto n. 32.005 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE SEGUROS IMPERIAL

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia de Seguros Imperial.*

Decreto n. 31.927 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES CONFIANÇA

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, na Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Confiança.*

Decreto n. 32.000 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES PHENIX PORTO ALEGRE

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Phenix de Porto Alegre.*

Decreto n. 32.004 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA DE SUPERFOSFATOS E PRODUTOS QUÍMICOS

*Concede permissão a Fábrica de Ácido Sulfúrico da Companhia de Superfosfatos e Produtos Químicos para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.454 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

### COMPANHIA ENERGIA ELÉTRICA DA BAHIA S. A.

*Autoriza a Companhia Energia Elétrica da Bahia S. A. a ampliar seu sistema de distribuição primária na cidade do Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.245 — de 10 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

### COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS SANTA BÁRBARA

*Autoriza a Companhia Fiação e Tecidos Santa Bárbara a ampliar suas instalações de produção de energia.*

Decreto n. 32.309 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

# COMPANHIA FÔRÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

*Declara de utilidade pública diversas aéreas de terra e as benfeitorias nelas existentes necessárias à construção de uma linha de transmissão de 44 kv entre a usina Maurício, município de Leopoldina e a cidade de Além Paraíba, e autoriza a Companhia Fôrça e Luz Cataguazes-Leopoldina a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.048 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de fevereiro de 1953.

# COMPANHIA FÔRÇA E LUZ CIDADE NOVA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Fôrça e Luz Cidade Nova.*

Decreto n. 32.469 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

# COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE PAPAGAIO

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Fôrça e Luz de Papagaio.*

Decreto n. 32.020 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1953.

# COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE IMBARIÉ

*Transfere à Companhia Fôrça e Luz de Imbarié concessões outorgadas a Carlos Grandi.*

Decreto n. 32.462 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

# COMPANHIA FÔRÇA E LUZ NORDESTE DO BRASIL

*Autoriza a Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 31.918 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

# COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

*Retifica o Decreto n. 31.485, de 19 de setembro de 1952, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.*

Decreto n. 32.052 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

*— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha tronco de transmissão da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 32.494 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

# COMPANHIA INDUSTRIAL DE PAPEL PIRAHY

*Autoriza a Cia. Industrial de Papel Pirahy a instalar dois grupos termoeletricos no distrito de Santanésia, município de Pirahy, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.*

Decreto n. 31.834 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

# COMPANHIA LATICINIOS SANTA AMELIA S. A.

*Reválida a autorização concedida pelo Decreto n. 30.177, de 19 de novembro de 1951, à Companhia Laticínios Santa Amélia S. A., para ampliar as instalações da usina geradora do Sumidouro, no rio Pombo, município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.280 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

### COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ

*Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 32.212 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

### COMPANHIA MELHORAMENTOS PARÁ DE MINAS

*Autoriza a Companhia Melhoramentos Pará de Minas a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 32.355 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1953.

### COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, área de terreno necessária ao pátio da estação de Poços de Caldas, daquela estrada.*

Decreto n. 32.049 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

### COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.420 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

### COMPANHIA NACIONAL DE CABOTAGEM, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

*Concede à "Companhia Nacional de Cabotagem, Comércio e Navegação" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.268 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

### COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Companhia Nacional de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira da Água Vermelha existente no rio Grande, entre os municípios de Fernandópolis, Estado de São Paulo, e Campina Verde, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.042 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

### CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

*Altera o art. 4.º do Regimento do Conselho Nacional de Desportos.*

Decreto n. 32.416 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

### COMPANHIA PAULISTA DE CIMENTO

*Outorga à Companhia Paulista de Cimento concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto do Barreiro, no rio das Almas, município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.232 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Cimento a pesquisar calcário no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.372 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S. A.

*Declara de utilidade pública as áreas de terra que discrimina, destinadas à passagem de linhas de transmissão da Companhia Paulista de Força e Luz S. A., e constitui sobre elas as necessárias servidões.*

Decreto n. 31.940 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ S. A.**

— Autoriza a Cia. Paulista de Fôrça e Luz a construir uma usina geradora Diesel-elétrica em Franca, no Estado de São Paulo, e uma linha de transmissão de Franca a Peixoto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.987 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

**COMPANHIA UNIAO DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia União de Seguros Gerais.

Decreto n. 32.002 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**COMPANHIA USINAS NACIONAIS S. A.**

Concede permissão à Companhia Usinas Nacionais S. A. para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto n. 32.453 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

**COMPANHIA VIDRARIA SANTA MARINA**

Autoriza a Companhia Vidraria Santa Mariana a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.199 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Autoriza a empresa de mineração Companhia Vidraria Santa Mariana a lavar areia quartzosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.253 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

**CONCESSÃO DE DIREITOS CIVIS A MULHER**

Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, por diversos países, da Convenção Interamericana, sobre a Concessão de Direitos Civis à Mulher, assinada, em Bogotá, a 2 de maio de 1948.

Decreto n. 32.481 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

**CONCHAS CALCARIAS**

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.917, de 28 de maio de 1952.

Decreto n. 32.381 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1953.

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Lei n. 1.783-A — de 26 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**CONDUTORES PROFISSIONAIS DE VEICULOS MOTORIZADOS**

Torna seguros obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratoristas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de atêrro e desatêrro, em zona urbana e rural.

Lei n. 1.824 — de 17 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1953.

**CONFEDERAÇÃO COLUMBÓFILA BRASILEIRA**

Introduz outros dispositivos no Regulamento da Confederação Columbófila Brasileira (Decreto n. 23.905, de 22 de fevereiro de 1934).

Decreto n. 32.376 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES

*Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.*

Decreto n. 32.340 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

### CONFERÊNCIA DOS ESTADOS DA AMÉRICA MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

*Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.275 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

### CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MATERIAIS

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 161.460,00, equivalentes a US\$ 8.625.00 câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1.00, para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952.*

Decreto n. 32.215 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 9 de fevereiro de 1953.

### CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

*Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 32.484 — de 29 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

### CONFERÊNCIA REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS NA AMÉRICA LATINA (1.ª)

*Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.*

Decreto n. 32.264 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

### CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO (V)

*Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para atender às despesas com o V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.*

Decreto n. 32.289 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

### CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA — Abertura de Crédito: —

Ver: Crédito Especial.

### CONSELHOS DELIBERATIVOS DAS C. A. P.

*Altera o artigo 2.º e seus parágrafos, do Decreto n. 31.549, de 6 de outubro de 1952.*

Decreto n. 32.077 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

### CONSOLIDAÇÃO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE PENSÕES

*Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Dá nova redação ao § 2.º do art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 26.778, de junho de 1949.*

Decreto n. 32.485 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

## CONSULADOS

*Cria o Consulado Geral de carreira em Rotterdam, nos Países-Baixos.*

Decreto n. 32.216 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil na cidade de Guayaquil, Equador.*

Decreto n. 32.393 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

## CONSUL PRIVATIVO

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 72.960,00 (setenta e dois mil novecentos e sessenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — I — 04 — 06, do Orçamento de 1952.*

Decreto n. 32.042-A — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## CONVENÇÕES

*Torna público o depósito de ratificação, por parte de diversos países, da Convenção de Organização Meteorológica Internacional, assinada, em Washington, a 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 32.477 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

*— Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Haiti, das Convenções sobre Asilo e sobre Asilo Político, assinadas, respectivamente, em Havana e em Montevideo, a 20 de fevereiro de 1928 e a 26 de dezembro de 1933.*

Decreto n. 32.478 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

## CONVENÇÕES

*— Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Nicarágua, da Convenção sobre Asilo Político, assinada em 26 de dezembro de 1933.*

Decreto n. 32.479 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

*— Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Guatemala, da Convenção Internacional sobre Direitos de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, assinada em Washington, a 22 de junho de 1946.*

Decreto n. 32.480 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

*— Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, por diversos países, da Convenção Interamericana, sobre a Concessão de Direitos Cíveis à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n. 32.481 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

## CONVÊNIOS

*Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951.*

Decreto n. 32.180 — de 31 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

## COOPERATIVAS

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Brasil, Limitada", com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 31.980 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1953.

## COOPERATIVAS

— Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito e da Casa Própria, Limitada", com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto n. 31.961 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1953.

— Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Servidores do Sesi no Rio Grande do Sul Limitada, com sede em Porto Alegre.

Decreto n. 31.962 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— Concede autorização para constituição da Cooperativa de "Crédito Belo Horizonte Limitada", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.963 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

— Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Cooperative for American Remittances to Europe Inc. C. A. R. E."

Decreto n. 32.036 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

— Concedendo autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito dos Empregados nas Empresas Comerciais de Petróleo e Derivados Ltda." com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 32.259 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco de Crédito Popular, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 32.404 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1953.

## COOPERATIVAS

— Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito Anafon, com sede na cidade de São Paulo, município do mesmo nome no Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.407 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1953.

— Concede autorização para constituição do Banco de Crédito Popular União, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 32.452 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

## CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA ARMADA

Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n. 32.419 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.

Lei n. 1.705 — de 22 de outubro de 1952.

Retificada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Lei n. 1.783-A — de 26 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.



# CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo.

Lei n. 1.785-A — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional.

Lei n. 1.790 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação de Treinamento de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949.

Lei n. 1.792 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei número 1.329, de 21 de janeiro de 1951.

Lei n. 1.793 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 para pagamento de despesas de material com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão.

Lei n. 1.799 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

# CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00, para atender a despesas com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão.

Lei n. 1.800 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.801 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República.

Lei n. 1.803 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.

Lei n. 1.804 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por serviços prestados nos 3.º e 4.º trimestres de 1950.

Lei n. 1.805 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 104.225,80, para ocorrer ao pagamento de proventos de disponibilidade a Jonas de Miranda.

Lei n. 1.809 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Vição.

Lei n. 1.812 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Lei n. 1.813 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.308,00, para pagamento de serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia, nos exercícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República.

Lei n. 1.822 — de 16 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de março de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios — o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para ocorrer às despesas com a instalação das Comarcas de Brasília e Feijó, no Território do Acre.

Lei n. 1.823 — de 17 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00, para prosseguimento da construção do traçado ferroviário Passo Fundo-Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e determina que o Orçamento da União consignará, em quatro exercícios, dotações não inferiores a Cr\$ ..... 120.000.000,00 para conclusão dessa ligação.

Lei n. 1.828 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 220.070,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 32.043 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 60.130.000,00 para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda.

Decreto n. 32.065 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ ..... 900.000,00, destinado à regularização de despesas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Decreto n. 32.066 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.500,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.067 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.068 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 194.331,80, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.069 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .. 356.649,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n. 32.079 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— Abre, ao Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos cruzeiros).

Decreto n. 32.135 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— Autoriza a abertura, pelo Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, do crédito especial de Cr\$ 6.575,20, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.167 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1953.

— Abre, pelo Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 11.400,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.181 — de 3 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.214 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00, equivalente a US\$ 8.625,00, câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais no exercício de 1952.

Decreto n. 32.215 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 9 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 480.000,00 para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana.

Decreto n. 32.235 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.236 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.

Decreto n. 32.264 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 32.540,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 32.266 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.275 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para atender as despesas com o V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.

Decreto n. 32.289 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 32.292 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00, para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n. 32.388 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com a edição de obras organizadas pelo escritor Múcio Leão.

Decreto n. 32.415 — de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.420 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.000.000.000,00, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

Decreto n. 32.421 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00 para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n. 32.433 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

— Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — crédito especial de Cr\$ 489.440,00, autorizado pela Lei n. 1.722, de 6 de novembro de 1952.

Decreto n. 32.434 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como contribuição do Governo Federal, ao monumento dedicado a J. J. Seabra, a ser erigido na Bahia.

Decreto n. 32.447 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70 para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n. 32.458 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar a conclusão das obras do Monumento ao Imigrante, na Estrada Federal Rio-Pôrto Alegre.*

Decreto n. 32.473 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

— *Abre crédito especial ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — para atender à despesa especificada no art. 2.º da Lei n. 1.773-C, de 20 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 32.482 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 32.484 — de 29 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

## CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

*Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 2.000.000,00 para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.063 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional do Paraná, o crédito suplementar de Cr\$ 49.960,00 em reforço de dotação do Anexo n. 26 do Orçamento de 1952 (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

Lei n. 1.785-C — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço de dotações do Anexo 26, do Orçamento de 1952 (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

Lei n. 1.801-B — de 3 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 4.200,00, em reforço do Anexo 26, do Orçamento de 1952 (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

Lei n. 1.811 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— *Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Lei n. 1.814 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 72.960,00 (setenta e dois mil novecentos e sessenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — I — 04 — 06, do Orçamento de 1952.*

Decreto n. 32.042-A — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## CRIAÇÃO DE CARGOS

— *Ver a denominação do cargo criado.*

## CRIMES CONTRA O ESTADO E A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

*Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências.*

Lei n. 1.802 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

Reproduzida no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**CRISTAL DE ROCHA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar cristal de rocha, águas marinhas e associados, no município de São José do Caí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.193 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**CROMITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Monteiro de Aguiar a pesquisar amianto, cromita, minérios de níquel e associados no município de Hidrolândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.120 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

**CURSOS**

Ver: também, *Faculdades e Escolas.*

**D****DACTILÓGRAFO**

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Lei n. 1.814 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n. 1.765, de 1952), do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.362 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

*Altera a redação do artigo 3.º do Regimento aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945.*

Decreto n. 32.333 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica de Mensalistas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 32.246 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— *Aprova a Tabela Numérica de Mensalistas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 32.295 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Sertão de Baixo", no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 32.217 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Major Izidoro", no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 32.282 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Vira Beijú", no município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 32.492 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública as áreas de terras que discrimina, destinadas à passagem de linhas de transmissão da Companhia Paulista de Força e Luz S. A., e constitui sobre elas as necessárias servidões.

Decreto n. 31.940 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra e as benfeitorias nelas existentes necessárias à construção de uma linha de transmissão de 44 kv entre a usina Mauricio, município de Leopoldina, e a cidade de Além Paraíba, e autoriza a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina a promover as desapropriações.

Decreto n. 32.048 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de fevereiro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, área de terreno necessária ao pátio da estação de Poços de Caldas, daquela estrada.

Decreto n. 32.049 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, dois terrenos situados na praia de Inhoa, na enseada de Vila Velha, cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 32.050 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

— Retifica o Decreto n. 31.485, de 19 de setembro de 1952, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.

Decreto n. 32.052 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, imóveis necessários à construção da Variante do Túnel 23.

Decreto n. 32.074 — de 10 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, terrenos necessários à construção da variante de Mirante a Guaiçara.

Decreto n. 32.075 — de 10 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terras e as benfeitorias por acaso nelas contidas, necessárias à criação de uma faixa para a construção, passagem e manutenção de uma linha de transmissão, a tensão de 66.000 volts, que a Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A. foi autorizada a construir entre a subestação de Itamarati, situada no município de Petrópolis, e a Fábrica de Pau Grande, localizada no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto número 30.115, de 29 de outubro de 1951, e autoriza a referida Companhia a promover as desapropriações.

Decreto n. 32.159 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Sertão de Baixo", no Estado de Alagoas.

Decreto n. 32.217 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, a faixa de terreno com 85.285 metros quadrados, pertencente a Gabriel Chaerki.

Decreto n. 32.281 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Major Izidoro", no Estado de Alagoas.

Decreto n. 32.282 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, áreas imprescindíveis à construção de um ramal do sistema de oleoduto de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.

Decreto n. 32.283 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à formação da bacia de acumulação do rio Jaguari, Estado de Minas Gerais e autoriza a Empresa Elétrica Brasileira S. A. a promover as desapropriações.

Decreto n. 32.310 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, área imprescindível à construção de um ramal do sistema de oleoduto de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.

Decreto n. 32.357 — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, uma área de terreno imprescindível a obras ferroviárias, em Santos, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.491 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Vira Biju", no município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 32.492 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada a passagem da linha tronco de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).

Decreto n. 32.494 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

## DESEMBARGADORES

Modifica o artigo 103 do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.

Lei n. 1.801-A — de 3 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.



## DESPACHANTES ADUANEIROS

*Modifica dispositivos do Decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n. 5.989, de 11 de novembro de 1943.*

Lei n. 1.785-E — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## DIAMANTES

*Autoriza o cidadão brasileiro Joubert Guerra a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.121 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Gratidiano Dorilêo a pesquisar diamantes e associados no município de Barra dos Bugres, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.128 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José João da Costa Botelho a pesquisar tantalita, diamante, minérios de ouro e manganês, no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.195 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Athos Moreira da Silva a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.196 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Jair Moreira da Silva a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.208 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## DIAMANTES

*— Autoriza o cidadão brasileiro Aécio Ronald Gomes da Costa a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.209 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Corstiaan Lodder a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.210 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Guerra a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.307 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

## "DIMA" S. A. - DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS BRASILEIRAS

*Transfere ao Banco do Brasil S.A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## DIPLOMATAS

*Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 32.143 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

**DIREITOS AUTORAIS**

*Determina que o Poder Executivo restituirá ao professor Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras.*

Lei n. 1.829 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

— *Torna público o depósito de instrumento de ratificação, por parte da Guatemala, da Convenção Internacional sobre os Direitos de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, assinadas em Washington, a 22 de junho de 1946.*

Decreto n. 32.480 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

**DIRETORES**

*Dispõe sobre a Responsabilidade de Diretores de Bancos e Casas Bancárias, e dá outras providências.*

Lei n. 1.808 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Lei n. 1.813 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— *Altera os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 770, de 21 de julho de 1949, cria cargos no Instituto Joaquim Nabuco, e dá outras providências.*

Lei n. 1.817 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

**DIRETORIA DE ENGENHARIA DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Engenharia da Marinha.*

Decreto n. 32.446 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1953.

**DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA MARINHA**

*Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Intendência da Marinha.*

Decreto n. 32.265 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

**DIRETORIA DO ARMAMENTO DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para a Diretoria do Armamento da Marinha.*

Decreto n. 32.424 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajui o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Lei n. 1.826 — de 20 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de março de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Vila Jardim, Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.183 — de 3 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Barra, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.432 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado em Floriano, no Estado do Piauí.*

Decreto n. 32.354 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1953.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.456 — de 23 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1953.

## DOCAS E PORTO DE CARAVELAS S. A.

*Rescinde o contrato de concessão do porto de Caravelas outorgada a José Nunes da Silva, pelo Decreto n. 80, de 11 de março de 1935, e transferida à "Docas e Porto de Caravelas S. A." de conformidade com o Decreto n. 19.704, de 2 de outubro de 1945, e termo firmado a 3 de outubro de 1946.*

Decreto n.º 30.457 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## E

## "EBEMIL" - EXPLORAÇÃO, BENEFICIAMENTO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.

*Concede a "EBEMIL" — Exploração, Beneficiamento e Exportação de Minérios Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.402 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

## EMBAIXADAS

*Eleva à categoria de Embaixada, a Representação diplomática do Brasil na Guatemala.*

Decreto n. 32.080 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil no Haiti.*

Decreto n. 32.081 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

## EMBAIXADAS

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em El Salvador.*

Decreto n. 32.082 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil no Panamá.*

Decreto n. 32.083 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil na Costa Rica.*

Decreto n. 32.084 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil, na Nicarágua.*

Decreto n. 32.085 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Honduras.*

Decreto n. 32.086 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil no Cairo.*

Decreto n. 32.290 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA.

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 29.161, de 17 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 32.444 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

**EMPRESA DE AGUAS MINERAIS  
ITAPARICA LIMITADA**

*Concede à Empresa de Aguas Minerais Itaparica Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.211 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**EMPRESA DE CAULIM LIMITADA**

*Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.202 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**EMPRESA DE ELETRICIDADE  
ALEXANDRE SCHLEMM, S. A.**

*Outorga à Empresa de Eletricidade de Alexandre Schlemm, S. A., autorização de estudos para o aproveitamento do salto do Vau, existente no rio Palmital, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.141 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

**EMPRESA DE MELHORAMENTOS  
DO VALE DO UTINGA LIMITADA.**

*Concede à Empresa de Melhoramentos do Vale do Utinga Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 31.763 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO  
AÉREA**

*Beneficia as Empresas Nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea; revoga o item 9 do art. 12 da Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, e a Lei n. 1.344, de 9 de fevereiro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n. 1.815 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO JARI LTDA.**

*Autoriza a Empresa de Navegação e Comércio Jari Ltda. a pesquisar ouro e associados, no município de Almeirim, Estado do Pará.*

Decreto n. 32.330 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S. A.**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à formação da bacia de acumulação do rio Jaguari, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Empresa Elétrica Bragantina S. A., a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.310 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

**EMPRESA FIGUEIREDO & FILHOS**

*Concede permissão à Empresa Figueiredo & Filhos para funcionar nos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.173 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA DE  
ITANHANDU**

*Outorga à Empresa Luz e Força de Itanhandu concessão para aproveitar as águas do ribeirão Morro Grande, distrito de Itamonte, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.395 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA ELÉTRICA DE CAPIVARI SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Prorroga até 25 de agosto de 1954 o prazo a que se refere o artigo 3.º do Decreto n. 28.549, de 25 de agosto de 1950.*

Decreto n. 32.383 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

# **EMPRESA LUZ E FORÇA ELÉTRICA DE TIETÊ, SOCIEDADE ANÔNIMA**

Prorroga até 25 de agosto de 1954 o prazo a que se refere o artigo 3.º do Decreto n. 28.549, de 25 de agosto de 1950.

Decreto n. 32.383 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

# **EMPRESA MORAES DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA S. A.**

Concede à "Empresa Moraes de Navegação Costeira S. A." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 32.132 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

# **EMPRESA REAL S. A. TRANSPORTES AÉREOS**

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica em Aracaju, Estado de Sergipe.

Decreto n. 32.162 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

# **EMPRESA SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL LTDA.**

Outorga concessão à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada para instalar um transmissor de 1 kw em seu rádiofarol de Forte Príncipe da Beira, Estado de Mato Grosso, em substituição do transmissor de 200 watts ali existente.

Decreto n. 31.836 — de 24 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

# **EMPRÉSTIMOS**

Dá nova redação ao artigo 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932.

Decreto n. 32.073 — de 9 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

# **ENERGIA ELÉTRICA**

Dispõe sobre a inclusão, nos orçamentos da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, da dotação de Cr\$ 20.000.000,00 para aproveitamento do potencial hidroelétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba.

Lei n. 1.830 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

— Autoriza a instalação de um grupo termoeletrico em Vila Cerrito, município de Cangussu, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.045 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do ribeirão Paraíso e seu afluente, córrego do Pavão, naquele município.

Decreto n. 31.207 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Petrolândia concessão para a distribuição de energia elétrica.

Decreto n. 31.454 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Bambuí, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações.

Decreto n. 31.626 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivari, Estado de São Paulo, a instalar uma usina geradora diesel-elétrica.

Decreto n. 31.721 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Conquista concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Dourados, no rio de igual nome, município de Conquista, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.759 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

— *Autoriza a Cia. Industrial de Papel Pirai a instalar dois grupos termoeletricos no distrito de Santanésia, município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.*

Decreto n. 31.834 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 31.913 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Trepte & Hickmann Ltda.*

Decreto n. 31.941 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Transfere à Prefeitura Municipal de Patrocínio concessão para aproveitar e distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 31.986 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Cia. Paulista de Força e Luz a construir uma usina geradora Diesel-elétrica em Franca, no Estado de São Paulo, e uma linha de transmissão de Franca a Peixoto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.987 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz do Papagaio.*

Decreto n. 32.020 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1953.

— *Outorga à Força e Luz do Pará, Sociedade Anônima, concessão para distribuir energia elétrica no município de Belém, Estado do Pará.*

Decreto n. 32.041 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Outorga à Companhia Nacional de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira da Água Vermelha existente no rio Grande, entre os municípios de Fernandópolis, Estado de São Paulo, e Campina Verde, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.042 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a São Paulo Light & Power Company Limited a executar modificações em suas instalações na Usina de Cubatão, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.047 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra e as benfeitorias nelas existentes necessárias à construção de uma linha de transmissão 44 kv entre a usina Maurício, município de Leopoldina, e a cidade de Além Paraíba, e autoriza a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.048 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de fevereiro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Retifica o Decreto n. 31.485, de 19 de setembro de 1952, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.*

Decreto n. 32.052 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a instalar uma usina geralora termo-elétrica, de emergência, em Pôrto da Ponte, município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.078 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 32.111 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Itutinga, existente no rio Grande, entre os distritos de Itutinga, município de Itumirim, e o de Nazaré, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.112 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Outorga à Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm S. A. autorização de estudos para o aproveitamento do salto do Vau, existente no rio Palmital, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.141 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere a Henrique Nunes Coutinho a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica outorgada a Mário Emilio Coutinho Sarlo, pelo Decreto n. 24.742, de 2 de abril de 1948.*

Decreto n. 32.154 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a ampliar suas instalações hidro-elétricas.*

Decreto n. 32.212 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Outorga à Companhia Paulista de Cimento concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto do Barreiro, no rio das Almas, município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.232 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza a Companhia Energia Elétrica da Bahia S. A. a ampliar seu sistema de distribuição primária na cidade do Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.245 — de 10 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Revalida a autorização concedida pelo Decreto n. 30.157, de 19 de novembro de 1951, à Companhia Laticínios Santa Amélia S. A., para ampliar as instalações da usina geradora do Sumidouro, no rio Pomba, município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.280 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Fiação e Tecidos Santa Bárbara a ampliar suas instalações de produção de energia.*

Decreto n. 32.309 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Autoriza a Companhia Melhoramentos Pará de Minas a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 32.355 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1953.

— *Prorroga até 25 de agosto de 1954 o prazo a que se refere o artigo 3.º do Decreto n. 28.549, de 25 de agosto de 1950.*

Decreto n. 32.383 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Outorga à Empresa Luz e Força de Itanhandu concessão para aproveitar as águas do ribeirão Morro Grande, distrito de Itamonte, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.395 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— *Transfere à Companhia Força e Luz de Imbariê concessões outorgadas a Carlos Grandi.*

Decreto n. 32.462 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz Cidade Nova.*

Decreto n. 32.469 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha-tronco de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 32.494 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

**ENERGIA HIDRAULICA**

— Ver: *Energia Elétrica.*

**ENSINO**

*Dispõe sobre a prestação de exames, em segunda época, por alunos dependentes e condicionalmente matriculados em série superior.*

Lei n. 1.816 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

— *Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.*

Lei n. 1.821 — de 12 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de março de 1953.

Retificada no D. O. de 17 de março de 1953.

**ESCOLAS**

*Autoriza o funcionamento dos cursos superior de educação física, educação física infantil, técnica desportiva, medicina especializada e massagem especializada, da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.761 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.914 — de 12 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.951 — de 18 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.



## ESCOLAS

— *Concede reconhecimento aos cursos de enfermagem e auxiliar de enfermagem da Escola de Enfermagem Coração de Maria.*

Decreto n. 32.087 — de 13 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Especial Ordinária de Extranumerário mensalista (art. 6.º da Lei n. 1.765, de 1952) da Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n. 32.364 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de engenharia civil e engenharia mecânica da Escola de Engenharia de São Carlos.*

Decreto n. 32.394 — de 15 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1953.

Redrodizado no D. O. de 13 de março de 1953.

## ESCREVENTE-DACTILÓGRAFO

*Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## ESCRITURÁRIO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento de diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei n. 1.329, de 21 de janeiro de 1951.*

Lei n. 1.793 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## ESTADO DO AMAZONAS

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## ESTADO DA BAHIA

*Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 2.000.000,00 para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.063 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Gongogi.*

Decreto n. 32.227 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Capitão.*

Decreto n. 32.305 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

## ESTADO DO CEARÁ

*Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder no Ceará, aos estudos, projeto e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, e dá outras providências.*

Lei n. 1.785-F — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## ESTADO DE GOIÁS

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**ESTADO DE GOIÁS**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Corumbá.*

Decreto n. 32.225 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Campo Alegre, Campo Alegre e Gameleira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.306 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

**ESTADO DO MARANHÃO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.*

Lei n. 1.804 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

— *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**ESTADO DE MATO GROSSO**

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 1.785-D — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Denomina "Francisco de Assis" o Aeroporto de Juiz de Fora.*

Lei n. 1.785-G — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Contas.*

Decreto n. 32.139 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capetinga.*

Decreto n. 32.149 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Poço Claro-Roncador, Roncador e Roncador, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.151 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Balsamo, Pirapetinga e Pirapetinga, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.152 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

— Declara públicas, de uso comum, pertencentes à União as águas do rio Caparaó-São João, Itabapoana e Itabapoana, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.220 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Arrepêndido-Fanado, Fanado e Fanado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.222 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cachoeira, Cachoeira e Lages, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.223 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Barba de Lobo, Mortes Pequeno, Mortes Pequeno, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.224 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cocais, Cocais dos Arrudas e Cocais dos Arrudas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.229 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Candonga.

Decreto n. 32.279 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Dourado-Macuco-Aliança, Tanque 2 Tanque, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.316 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cipó, Guanhães e Guanhães, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.317 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Farias.

Decreto n. 32.318 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Peixe.

Decreto n. 32.319 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pitangas.

Decreto n. 32.320 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Matinha-Coeelho, Posses-Santo Antonio e Santo Antonio, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.398 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**ESTADO DO PARÁ**

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**ESTADO DO PARANÁ**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Congonhas.*

Decreto n. 32.150 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Areias.*

Decreto n. 32.153 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Marombinha, Maromba e Maromba, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.230 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cachoeira.*

Decreto n. 32.299 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

**ESTADO DO PARANÁ**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio São Sebastião.*

Decreto n. 32.299 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Conceição.*

Decreto n. 32.300 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cotia.*

Decreto n. 32.301 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Saci.*

Decreto n. 32.302 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Mourão.*

Decreto n. 32.397 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

*Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Cortiço.*

Decreto n. 32.148 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Cachorros, Guandu Mirim ou Tingui e Gandu Mirim e Tingui, respectivamente nos seus trechos superior médio e inferior.*

Decreto n. 32.218 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Cachoeira.

Decreto n. 32.278 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Bonito.

Decreto n. 32.312 — de 25 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Guapi-Açu.

Decreto n. 32.313 — de 25 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Macacu.

Decreto n. 32.360 — de 3 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, e do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Camaquã-Camaquãzinho, Camaquã e Camaquã, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.109 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Terra ou Doehn.

Decreto n. 32.177 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Herval.

Decreto n. 32.176 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na parte marítima e do domínio do Estado do Rio Grande do Sul no restante do seu curso, as águas do rio Duro, Duro-Pesqueiro-Jacaré e Quarachaim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.219 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Cará, Preto e Preto, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.226 — de 5 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Dona Luzia, Águas Negras e Águas Negras, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.231 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## ESTADO DE SÃO PAULO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Cachoeira-Juquã-Guaçu, Juquã-Guaçu e Juquã-Guaçu, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.108 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Barra Sêca.*

Decreto n. 32.140 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Belchior, Jacu, Claro Verde, Assungui e Assungui, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.146 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio denominado Bartolomeu, Pereiras e Pereiras, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.147 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Entupido.*

Decreto n. 32.303 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Claro.*

Decreto n. 32.304 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar calcita, calcário e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.331 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO**

*Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n. 32.015 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Regulamenta os artigos 68 e 69 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre a reversão.*

Decreto n. 32.101 — de 16 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

**ESTATUTOS**

*Ver o nome das companhias.*

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, imóveis necessários à construção da Variante do Túnel 23.*

Decreto n. 32.074 — de 10 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ**

*Aprova nova Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas para a Estrada de Ferro Central do Piauí.*

Decreto n. 32.175 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Estrada de Ferro de Bragança.*

Decreto n. 32.332 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 2 de março de 1953.

## ESTRADA DE FERRO DO AMAPÁ

*Aprova as cláusulas para a concessão de uma estrada de ferro industrial no Território Federal do Amapá, ligando Porto de Santana à margem esquerda do Canal Norte do Rio Amazonas, as jazidas de manganês da Serra do Navio.*

Decreto n. 32.451 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

## ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUSA

*Dispõe sobre a administração da Estrada de Ferro Mossoró-Sousa.*

Decreto n. 32.104 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

*Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajui o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Lei n. 1.826 — de 20 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de março de 1953.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, terrenos necessários à construção da variante de Mirante a Guaiçara.*

Decreto n. 32.075 — de 10 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Aprova o projeto e orçamento para execução de obras na esplanada da estação de Bodoquena, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na ligação ferroviária de Porto Esperança e Corumbá.*

Decreto n. 32.129 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

— *Aprova projeto e orçamento para construção de uma caixa de água de concreto armado, na estação de Jupia, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 32.238 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Aprova projeto e orçamento para a execução de obras da variante Coroados-Aracatuba, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 32.274 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, áreas imprescindíveis à construção de um ramal do sistema de oleoduto de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 32.283 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, área imprescindível à construção de um ramal do sistema de oleoduto de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 32.357 — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, uma área de terreno imprescindível a obras ferroviárias, em Santos, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.491 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

**ESTRADAS DE FERRO**

*Modifica o item 4 da alínea "b" do Anexo 3 (Setor Transporte - Estrada de Ferro) da Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950.*

Lei n. 1.831 — de 25 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1953.

**ESTRADAS DE FERRO INDUSTRIAIS**

*Aprova as cláusulas para a concessão de uma estrada de ferro industrial no Território Federal do Amapá, ligando Porto de Santana, à margem esquerda do canal Norte do Rio Amazonas, às jazidas de manganês da Serra do Navio.*

Decreto n. 32.451 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

**ESTRANGEIROS**

*— Aquisição do direito de ocupação de terrenos de mangue — Ver: Terrenos de mangue.*

**ESTUDOS SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA CAPITAL DA REPÚBLICA**

*Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República.*

Lei n. 1.803 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**ETAPA DAS FORÇAS ARMADAS**

*Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1953.*

Decreto n. 32.158 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

**EXAMES**

*Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.*

Lei n. 1.821 — de 12 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de março de 1953.

Retificada no D. O. de 17 de março de 1953.

**EXAMES DE SEGUNDA ÉPOCA**

*Dispõe sobre a prestação de exames, em segunda época, por alunos dependentes e condicionalmente matriculados em série superior.*

Lei n. 1.816 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

**EXERCÍCIOS ENCERRADOS**

*Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.*

Lei n. 1.705 — de 22 de outubro de 1952.

Retificada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00, para ocorrer despesas de exercícios encerrados.*

Decreto n. 32.421 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**EXÉRCITO**

*Aprova o Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 32.090 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.



## EXÉRCITO

— *Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1953.*

Decreto n. 32.158 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Cria o Hospital Militar de Manaus.*

Decreto n. 32.271 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

— *Altera o Decreto n. 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n. 32.272 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

— *Reduz um (1) ano o interstício para promoção de Segundo Tenente a Tenente Coronel.*

Decreto n. 32.311 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

— *Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, aos militares falecidos.*

Decreto n. 32.358-A — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

— *Considera o Marechal Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, "Patrão do Magistério do Exército".*

Decreto n. 32.375 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## EXÉRCITO

— *Dá ao Campo de Instrução de Três Barras a denominação de "Campo de Instrução Marechal Hermes".*

Decreto n. 32.431 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

## EXPORTAÇÃO

— *Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências.*

Lei n. 1.807 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## EXTRANUMERÁRIOS

— *Regulamenta os artigos 68 e 69, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre a reversão.*

Decreto n. 32.401 — de 16 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica de Mensalistas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 32.246 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— *Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## F

**FÁBRICA DE ÁCIDO SULFÚRICO**

*Concede permissão à Fábrica de Ácido Sulfúrico da Companhia de Superfosfatos e Produtos Químicos para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.454 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

**FÁBRICA DE MAQUINAS "HELO" SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**FACULDADES**

*Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora.*

Decreto n. 32.006 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.*

Decreto n. 32.037 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.*

Decreto n. 32.038 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

**FACULDADES**

*— Concede reconhecimento ao curso de história natural da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette.*

Decreto n. 32.039 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Paraíba.*

Decreto n. 32.051 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

*— Concede reconhecimento ao curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco.*

Decreto n. 32.089 — de 13 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o funcionamento dos cursos superior de educação física, medicina especializada, técnica desportiva, massagem especializada e educação física infantil da Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.168 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

*— Concede reconhecimento aos cursos de Geografia e História, Letras neo-latinas e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.*

Decreto n. 32.242 — de 10 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.*

Decreto n. 32.243 — de 10 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## FACULDADES

— Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras Clássicas, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas, Geografia e História, da Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas.

Decreto n. 32.435 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

## FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HOMEOPATIA

Declara de utilidade pública a Federação Brasileira de Homeopatia, com sede nesta Capital Federal.

Decreto n. 32.334 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

## FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL

Prorroga, por três anos, a partir de 23 de setembro de 1952, o prazo concedido pela Lei n. 322, de 19 de setembro de 1949, à Federação das Bandeirantes do Brasil, para construção de sua sede.

Lei n. 1.818 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de março de 1953.

## FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes do Carmo a lavrar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.059 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— Renova o Decreto n. 28.148, de 24 de maio de 1950.

Decreto n. 32.249 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## FERRO

— Autoriza o cidadão brasileiro José Tiradentes de Lima a pesquisar minérios de manganês, ferro e asociações no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 32.440 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

## FERROVIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 78.000.000,00, para prosseguimento da construção do traçado ferroviário Passo Fundo-Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e determina que o Orçamento da União consignará, em quatro exercícios, dotações não inferiores a Cr\$ ..... 120.000.000,00 para conclusão dessa ligação.

Lei n. 1.828 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

## FESTA E CONGRESSO NACIONAL DO TRIGO (2.ª)

Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, na cidade de Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.810 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

## FLORESTAS PROTETORAS

Declara protetora, de acordo com o artigo 4.º, letras "a" e "b", "e", "f" e "g", do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica.

Decreto n. 32.449 — de 19 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

**FOLEY BROTHERS OF BRAZIL, LTD."**

*Concede à sociedade anônima "Foley Brothers of Brazil, Ltd.", autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 32.270 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

**FORÇA E LUZ DO PARÁ, SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Outorga à Força e Luz do Pará, Sociedade Anônima, concessão para distribuir energia elétrica no município de Belém, Estado do Pará.*

Decreto n. 32.041 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

**FORÇAS ARMADAS**

*Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1953.*

Decreto n. 32.158 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

**FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC.**

*Concede à sociedade anônima "Ford Motor Company, Exports, Inc.", autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.172 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1953.

**FOSFATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Correa de Moraes a pesquisar fosfato, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.057 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

**FOSFATO**

*— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Correa de Moraes a pesquisar fosfato, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.058 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Correa de Moraes a pesquisar fosfato, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.060 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Correa de Moraes a pesquisar fosfato, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.061 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Correa de Moraes a pesquisar fosfatos naturais no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.201 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Xavier de Moraes a pesquisar calcário, fosfato e turfa, no município de Igarassú, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.373 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**FOSFORITA**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty S. A. a pesquisar fosforita no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.207 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## FROTA OCEÂNICA BRASILEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

*Concede à "Companhia Nacional de Cabotagem, Comércio e Navegação" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.268 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

*Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Civis da União.*

Decreto n. 32.015 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Regulamenta os artigos 68 e 69 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre a reversão.*

Decreto n. 32.101 — de 16 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

## FUNDAÇÃO SOROCABA

*Concede reconhecimento aos cursos de enfermagem e auxiliar de enfermagem da Escola de Enfermagem Coração de Maria.*

Decreto n. 32.087 — de 13 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

## FUNDO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

*Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências.*

Lei n. 1.807 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## G

## GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA

*Aprova e manda executar o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Marinha.*

Decreto n. 32.418 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

## GERAIS DE BRIGADA

*Altera o Decreto n. 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n. 32.272 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

## GERENTES

*Dispõe sobre a responsabilidade de Diretores de Bancos e Casas Bancárias e dá outras providências.*

Lei n. 1.808 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

## GRATIFICAÇÃO DE PARAQUEDISMO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949.*

Lei n. 1.792 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO**

*Aprova asta belas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 32.143 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

**GRATIFICAÇÕES ADICIONAIS**

*Estende aos funcionários do Tribunal de Contas as gratificações adicionais asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal.*

Lei n. 1.820 — de 9 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de março de 1953.

**GREAT AMERICAN INSURANCE COMPANY**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Great American Insurance Company".*

Decreto n. 32.339 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

**II****HERM. STOLTZ & COMPANHIA**

*Transfere ao Banco do Brasil S.A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**HORA DE VERÃO**

*Dispõe sobre a "Hora do Verão" modificando o Decreto n. 27.998, de 13 de abril de 1950.*

Decreto n. 32.308 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

**HOSPITAL MILITAR DE MANAUS**

*Cria o Hospital Militar de Manaus.*

Decreto n. 32.271 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

**HOSPITAL NAVAL DE NATAL**

*Extingue o Hospital Naval de Natal.*

Decreto n. 32.241 — de 10 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**I****IMOBILIARIA PARQUE ROSA DE FRANÇA LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Imobiliária Parque Rosa de França Ltda. a lavar caulim e argila, no município de Nossa Senhora de Guaruinhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.384 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**IMPORTAÇÃO**

*Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências.*

Lei n. 1.807 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora.*

Lei n. 1.819 — de 4 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

**"INCA" - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ADUBOS LIMITADA**

*Transfere ao Banco do Brasil S.A. como Agente Especial do Governo Federal o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**INDÚSTRIA AMERICANA DE PAPEL LIMITADA**

*Concede permissão à Indústria Americana de Papel Ltda., para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 29.753 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S. A. - ICOMI**

*Aprova as cláusulas para a concessão de uma estrada de ferro industrial no Território Federal do Amapá, ligando Porto de Santana, à margem esquerda do Canal Norte do Rio Amazonas, às jazidas de manganez da Serra do Navio.*

Decreto n. 32.451 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO GUANO-FOSFATO LIMITADA**

*Concede à Indústria e Comércio Guano-Fosfato Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.113 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1953.

**INDUSTRIAL EXTRATIVA ARARUAMA S. A.**

*Concede à Industrial Extrativa Araruama S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.468 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

**INDUSTRIÁRIOS**

*Dispõe sobre o valor de auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 31.988 — de 24 de dezembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 22 de janeiro de 1953.

**INSPETORIA GERAL DA MARINHA**

*Aprova e manda executar o Regulamento para a Inspetoria Geral da Marinha.*

Decreto n. 32.142 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por serviços prestados nos 3.º e 4.º trimestres de 1950.*

Lei n. 1.805 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Autoriza a cessão ao I.P.A.S.E., de terreno sob a jurisdição do Ministério da Aeronáutica, localizado em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.054 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL**

*Altera os Quadros do Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovados pelo Decreto n. 29.118, de 10 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 32.417 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

**INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO**

*Declara de utilidade pública o Instituto Genealógico Brasileiro, com sede na Capital do Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.487 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

**INSTITUTO HIPOTECÁRIO E FINANCEIRO S. A. - BANCO DE CRÉDITO REAL**

*Aprova aumento do capital do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. — Banco de Crédito Real.*

Decreto n. 31.994 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

**INSTITUTO JOAQUIM NABUCO**

*Altera os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 770, de 21 de julho de 1949, cria cargos no Instituto Joaquim Nabuco, e dá outras providências.*

Lei n. 1.817 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Torna seguros obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratristas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de aterro e desaterro, em zona urbana ou rural.*

Lei n. 1.824 — de 17 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 20 março de 1953.

*— Dispõe sobre o valor de auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 31.988 — de 24 de dezembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 22 de janeiro de 1953.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

*— Dispõe sobre Quadro e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

Decreto n. 32.064 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 20 de janeiro de 1953.

*— Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas a manter uma Delegacia Especial em Nova Lima e dá outras providências.*

Decreto n. 32.239 — de 8 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**INTERSTÍCIO**

*Reduz um (1) ano o interstício para promoção de Segundo Tenente a Tenente Coronel.*

Decreto n. 32.311 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO**

*Autoriza a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo a lavrar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.328 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**IRMÃOS ZIMETBAUM LTDA.**

*Autoriza Irmãos Zimetbaum Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.171 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.



## ISENÇÕES

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Beneficia as Empresas Nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea; revoga o item 9 do art. 12 da Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, e a Lei n. 1.344, de 9 de fevereiro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n. 1.815 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

— *Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora.*

Lei n. 1.819 — de 4 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de março de 1953.

## J

### JUSTIÇA DO TRABALHO

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

### JUSTIÇA ELEITORAL

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Suplementar e Crédito Especial.

## L

### LAMINADOS A BASE DE RESINAS VINÍLICAS

*Modifica as tarifas das Alfândegas.*

Lei n. 1.827 — de 23 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

## LEGAÇÕES

*Cria uma Legação junto ao Governo do Afeganistão.*

Decreto n. 32.343 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

### LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

*Transfere à Legião Brasileira de Assistência as atribuições da Comissão de Abastecimento do Nordeste.*

Decreto n. 32.341 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1953.

### LEI DE SEGURANÇA

*Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências.*

Lei n. 1.802 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

Reproduzida no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

### LEPROSÁRIOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.*

Lei n. 1.804 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

### LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## LISTA DE PASSAGEIROS DE AERONAVES

*Dispõe sobre a lista de passageiros de aeronaves em serviço internacional.*

Decreto n. 32.040 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## LOTAÇÃO NUMÉRICA

— Ver o nome do Ministério a que pertence.

## M

### MAGISTÉRIO MILITAR

*Considera o Marechal Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, "Patrão do Magistério do Exército".*

Decreto n. 32.375 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

### MANANCIAIS

*Declara protetora, de acôrdo com o artigo 4.º, letras "a", e "b", "e", "f" e "g", do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica.*

Decreto n. 32.449 — de 19 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

### MANGANÊS

*Autoriza a Sociedade Mineradora Capixaba Ltda., a lavrar minério de manganês, no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 32.117 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Antero Campos Machado e Amadeu Barbosa a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.125 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

### MANGANÊS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jayr Nabuco Carneiro Pereira da Silva Porto a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Pacajus, Estado do Ceará.*

Decreto n. 32.127 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José João da Costa Botelho a pesquisar tantalita, diamante, minérios de ouro e manganês, no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.195 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Renova o Decreto n. 28.149, de 24 de maio de 1950.*

Decreto n. 32.249 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minérios de manganês e associados no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.329 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza a Mineração Bonfim Limitada, a pesquisar minério de manganês e associados no município de Manicoré, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.366 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza a Mineração Bonfim Limitada, a pesquisar minério de manganês e associados, no Município de Manicoré, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.369 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

## MANGANÊS

— Autoriza o cidadão brasileiro José Tiradentes de Lima a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 32.440 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

## MAPPIN & WEBB (BRAZIL), LIMITED

Concede à sociedade anônima, "Mappin & Webb (Brazil), Limited", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 32.269 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1953.

## MICA

Retifica o Decreto n. 31.428, de 10 de setembro de 1952.

Decreto n. 32.115 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar mica e associados no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 32.188 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Italo Maggi a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.189 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Moreira Quintão a pesquisar mica e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.190 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

## MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Laudelino Dêlio Fernandes a pesquisar quartzo, mica e caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.205 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alberico Perrella a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.206 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Bento Gomes de Aguiar e Ivo Carlos Soares a pesquisar mica no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.250 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— Retifica o Decreto n. 31.425, de 10 de setembro de 1952.

Decreto n. 32.403 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jules Roger Sauer a pesquisar pedras coradas, mica e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.410 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.436 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro de Oliveira Braga a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.437 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Coriolano Fernandes Ribeiro Santos, a pesquisar mica e associados no município de Itambê, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.466 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

**MILITARES DA RESERVA**

*Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, aos militares falecidos.*

Decreto n. 32.358-A — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

**MILITARES REFORMADOS**

*Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, aos militares falecidos.*

Decreto n. 32.358-A — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

**MINERAÇÃO BAHIANA LTDA.**

*Autoriza a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minérios de manganês, e associados, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.329 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**MINERAÇÃO BONFIM LTDA.**

*Autoriza a Mineração Bonfim Limitada, a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.366 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**MINERAÇÃO BONFIM LTDA.**

— *Autoriza a Mineração Bonfim Limitada, a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.369 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LIMITADA**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 20.627, de 20 de fevereiro de 1946:*

Decreto n. 32.443 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

*Autoriza a cessão ao I.P.A.S.E., de terreno sob a jurisdição do Ministério da Aeronáutica, localizado em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.054 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Altera a lotação numérica das repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 32.102 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Vila Jardim, Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.183 — de 3 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 32.293 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Barra, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.432 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Cria cargos nos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Lei n. 1.813 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerários-Mensalista do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.046 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Cria função na Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.103 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.184 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado em Floriano, no Estado do Piauí.*

Decreto n. 32.354 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial e Crédito Extraordinário.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

*Altera os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 770, de 21 de julho de 1949, cria cargos no Instituto Joaquim Nabuco, e dá outras providências.*

Lei n. 1.817 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 32.164 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 32.174 — de 30 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 32.247 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— *Transfere Séries Funcionais da Parte Suplementar para a Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 32.448 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— *Cria e extingue funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 32.471 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Decreto-legislativo n. 3 — de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto n. 32.144 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 32.145 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— *Transfere uma função de Criptógrafo da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério das Relações Exteriores para idêntica Tabela do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 32.450 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— *Altera a lotação das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 32.486 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

*Autoriza a cessão de áreas de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, à Municipalidade de Porto Alegre.*

Decreto n. 32.286 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a cessão de área de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, à Municipalidade de Lapa, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.390 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

— *Dá ao Campo de Instrução de Três Barros a denominação de "Campo de Instrução Marechal Hermes".*

Decreto n. 32.431 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no Município de Guaraçuva, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.458 — de 23 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 32.163 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1953.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— Altera os artigos 5.º, 19 e 33 do Regimento da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, baixado com o Decreto n.º 24.488, de 4 de fevereiro de 1948, e modificado com o Decreto n. 26.524, de 29 de março de 1949.

Decreto n. 32.399 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, dois terrenos situados na praia de Inhoá, na enseada de Vila Velha, cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 32.050 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 32.143 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

— *Transfere uma função de Criptógrafo da Tabela Única de Extra-numerário-mensalista do Ministério das Relações Exteriores para idêntica Tabela do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 32.450 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder no Ceará, aos estudos, projeto e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, e dá outras providências.*

Lei n. 1.785-F — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Aprova projeto e orçamento para a construção de um cais flutuante em Porto Murtinho, na cidade do mesmo nome, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.165 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1953.

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Extraordinário.

## MIRAMAR COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Miramar Companhia Nacional de Seguros Gerais.*

Decreto n. 31.998 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

## MONUMENTOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.500.000,00, para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.801 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como contribuição do Governo Federal, ao monumento dedicado a J. J. Seabra, a ser erigido na Bahia.*

Decreto n. 32.447 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

## MONUMENTOS

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar a conclusão das obras do Monumento ao Imigrante, na Estrada Federal Rio-Pôrto Alegre.*

Decreto n. 32.473 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

## MORAES S. A. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

*Revoga o Decreto que concedeu à "Moraes S. A. Indústria, Comércio e Navegação" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.045 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

## MUNICÍPIOS

*Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 2.000.000,00 para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.063 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

— *Autoriza a cessão à Municipalidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, de um terreno da União.*

Decreto n. 32.182 — de 3 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a cessão de áreas de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, à Municipalidade de Pôrto Alegre.*

Decreto n. 32.286 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza a cessão de área de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, à Municipalidade de Lapa, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.390 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

## N

## NAVEGAÇÃO PROGRESSO LIMITADA

*Concede à sociedade "Navegação Progresso Limitada", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.287 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

## NAVEGAÇÃO SANTISTA LIMITADA

*Concede à sociedade "Navegação Santista Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.337 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

## NIQUEL

*Autoriza o cidadão brasileiro José Monteiro de Aguiar a pesquisar amianto, cromita, minérios de níquel e associados, no município de Hidrolândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.120 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

## O

## OFICIAL ADMINISTRATIVO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento de diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei n. 1.329, de 21 de janeiro de 1951.*

Lei n. 1.793 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Suprime cargo provisório.*

(M. Aer. — Q. P.).

Decreto n. 32.055 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.



## OFICIAL JUDICIÁRIO

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Lei n. 1.814 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

## OFICIAIS DA ARMADA

*Altera o "Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada".*

Decreto n. 32.445 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

## OPERAÇÕES DE CAMBIO

*Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências.*

Lei n. 1.807 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA

*Dispõe sobre a inclusão nos orçamentos da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, da dotação de Cr\$ 20.000.000,00 para aproveitamento do potencial hidro-elétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba.*

Lei n. 1.830 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

## ORDEM POLITICA E SOCIAL

*Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências.*

Lei n. 1.802 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

Reproduzida no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

*Modifica o artigo 103 do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.*

Lei n. 1.801-A — de 3 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

## ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA INTERNACIONAL

*Torna público o depósito de ratificação, por parte de diversos países, da Convenção da Organização Meteorológica Internacional, assinada em Washington, a 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 32.477 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

## ÓRGÃOS SUBORDINADOS A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerários Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## OURO

*Renova o Decreto n. 26.547, de 31 de março de 1949.*

Decreto n. 32.097 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joubert Guerra a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, nos municípios de Diamantina e Boicatuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.121 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

**OURO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro José João da Costa Botelho a pesquisar tantalita, diamante, minérios de ouro e manganês, no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.195 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Athos Moreira da Silva a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.196 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jair Moreira da Silva a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.203 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aécio Ronald Gomes da Costa a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.209 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Corstiaan Lodder a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.210 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Guerra a pesquisar ouro aluvionar e diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.307 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

**OURO**

— *Autoriza a Empresa de Navegação e Comércio Jari Ltda., a pesquisar ouro e associados, no município de Almeirim, Estado do Pará.*

Decreto n. 32.330 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

**P****PARKE DAVIS INTER-AMERICAN CORPORATION**

*Concede à sociedade anônima "Parke Davis Inter-American Corporation" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.359 — de 3 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

**PATRONO DO MAGISTÉRIO DO EXÉRCITO**

*Considera o Marechal Roberto Trompowsky Leão de Almeida, "Patrono do Magistério do Exército".*

Decreto n. 32.375 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**PAUL J. CHRISTOPH COMPANY**

*Concede à Sociedade Anônima, "Paul J. Christoph" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.336 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1953.

**PEDRAS CORADAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jules Roger Sauer a pesquisar pedras coradas, mica e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.410 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## PEDRAS CORADAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.436 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza Hans Helmut Huber a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 31.816 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

— *Revoga o Decreto n. 7.211, de 22 de maio de 1941.*

Decreto n. 32.136 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

— *Autoriza Veeck & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.137 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

— *Revoga o Decreto n. 21.185, de 28 de maio de 1946.*

Decreto n. 32.170 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1953.

— *Autoriza Irmãos Zimetbaum Limitada a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.171 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza J. Levigard a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.267 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

## PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Frederico Pinto Cedro a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.385 — de 6 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Joaquim Tavares Viana, ex-professor da Escola de Marinha Mercante de Belém do Pará.*

Lei n. 1.785-B — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde.*

Lei n. 1.789 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Concede pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 700,00, à viúva de Montreuil Martins Santos.*

Lei n. 1.825 — de 19 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de março de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 480.000,00 para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana.*

Decreto n. 32.235 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— *Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**PESQUISAS**

— Ver a denominação do elemento pesquisado.

**PFIZER INTER-AMERICAN S. A.**

Concede à "Pfizer Inter-American S. A.", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 32.338 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1953.

**PINGUITA**

Autoriza a empresa de mineração Carlos Kueners & Cia. Ltda. a lavar pinguita e associados no município de São Paulo.

Decreto n. 32.251 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

**PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

Dispõe sobre o plano de valorização econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**PLANO SALTE**

Modifica o item 4 da alínea "b" do Anexo 3 (Setor Transporte - Estrada de Ferro) da Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950.

Lei n. 1.831 — de 25 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1953.

**PODER EXECUTIVO**

Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República.

Lei n. 1.803 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**PODER EXECUTIVO**

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

**PODER JUDICIÁRIO**

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Suplementar e Crédito Especial.

**POLÍCIAS MILITARES**

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.236 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Regula a aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal das disposições da Lei n. 1.252, de 2 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

Decreto n. 32.493 — de 30 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de abril de 1953.

**PORTOS**

Rescinde o contrato de concessão do porto de Caravelas outorgada a José Nunes da Silva pelo Decreto número 80, de 11 de março de 1935, e transferida à "Docas e Porto de Caravelas S. A.", de conformidade com o Decreto n. 19.704, de 2 de outubro de 1945, e termo firmado a 3 de outubro de 1946.

Decreto n. 30.457 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

**PRAZOS**

Prorroga, por três anos, a partir de 23 de setembro de 1952, o prazo concedido pela Lei n. 822, de 19 de setembro de 1949, à Federação das Bandeirantes do Brasil, para construção de sua sede.

Lei n. 1.818 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de março de 1953.

## PREFEITURAS

*Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajui o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Lei n. 1.826 — de 20 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de março de 1953.

*Autoriza a instalação de um grupo termoeletrica em Vila Cerrito, município de Cangussu, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 31.045 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

*Outorga à Prefeitura Municipal de Curmo do Paranaíba concessão para o aproveitamento de energia hidraulica do ribeirão Paraiso e seu afluente córrego do Pavão naquele município.*

Decreto n. 31.207 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1952.

*Outorga à Prefeitura Municipal de Petrolândia concessão para a distribuição de energia elétrica.*

Decreto n. 31.454 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Bambuí, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 31.626 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivari, Estado de São Paulo, a instalar uma usina geradora diesel-elétrica.*

Decreto n. 31.721 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1953.

## PREFEITURAS

*Outorga à Prefeitura Municipal de Conquista concessão para o aproveitamento de energia hidraulica da cachoeira dos Dourados, no rio de igual nome, município de Conquista, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.759 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

*Transfere à Prefeitura Municipal de Patrocinio concessão para aproveitar e distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 31.986 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

*Autoriza o Ministério da Aeronautica a aceitar doação de terreno em Vila Jardim, Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.183 — de 3 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

*Autoriza o Ministério da Aeronautica a aceitar doação de terrenos em Barra, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.432 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1953.

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.456 — de 23 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1953.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## PROFESSOR MÁRIO VASCONCELOS DA VEIGA CABRAL

*Determina que o Poder Executivo restituirá ao Professor Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras.*

Lei n. 1.829 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

## PROJETOS E ORÇAMENTOS

*Aprova projeto e orçamento para execução de obras na esplanada da estação de Bodoquena, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na ligação ferroviária de Pôrto Esperança e Corumbá.*

Decreto n. 32.129 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

*Aprova projeto e orçamento para a construção de um cais flutuante em Pôrto Murtinho, na cidade do mesmo nome, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.165 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1953.

*Aprova projeto e orçamento para construção de uma caixa de água, de concreto armado, na estação de Jupia, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 32.238 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*Aprova projeto e orçamento para a execução de obras da variante Coroados-Aragatuba, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 32.274 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## PROMOÇÕES

*Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Cíveis da União.*

Decreto n. 32.015 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

*Dispõe sobre a promoção e a remoção dos ocupantes da carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.*

Decreto n. 32.044 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

*Reduz um (1) ano o interstício para promoção de Segundo Tenente a Tenente Coronel.*

Decreto n. 32.311 — de 24 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1953.

*Aprova o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 32.342 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1953.

*Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, aos militares falecidos.*

Decreto n. 32.358-A — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1953.

*Altera o "Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada".*

Decreto n. 32.445 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

*Regula a aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal das disposições da Lei n. 1.252, de 2 de dezembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.493 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

# PRÓ-PECUÁRIA INDÚSTRIA DE QUARTZO FORRAGENS EQUILIBRADAS LIMITADA

*Transfere ao Banco do Brasil S.A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## Q

### QUADRO DE PESSOAL DO I.A.P.E.T.C.

Ver: Institutos de Aposentadoria e Pensões.

### QUARTZITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Silvío Praxedes a pesquisar quartzito e associados, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.367 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Nabih Nadur, a pesquisar quartzito e associados no município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.370 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

*Declara caduco o Decreto número 28.516, de 16 de agosto de 1950.*

Decreto n. 32.467 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1953.

### QUARTZO

*Autoriza o cidadão brasileiro Evangelino da Costa Lage a pesquisar quartzo e associados no município de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.204 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Laudelino Délio Fernandes a pesquisar quartzo, mica e caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.205 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Alberico Perrella a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.206 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Artur de Oliveira Regis a pesquisar quartzo e associados no município de Sento Sé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.257 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Vasconcelos a pesquisar quartzo do município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.324 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Antenor dos Santos Marques a pesquisar quartzo no município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.325 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.436 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

## R

**RADIOCOMUNICAÇÃO**

— Ver o nome da empresa concessionária.

**RADIO CULTURA "A VOZ DO ESPAÇO"**

*Outorga concessão à Rádio Cultura "A Voz do Espaço" para instalar mais um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.*

Decreto n. 32.156 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

**RADIO CULTURA POÇOS DE CALDAS S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Poços de Caldas S. A. para instalar, imediatamente, um transmissor provisório, de ondas curtas.*

Decreto n. 32.428 — de 16 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1953.

**RADIO DIFUSORA DO AMAZONAS LTDA.**

*Outorga concessão à Rádio Difusora do Amazonas Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.430 — de 17 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

**RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

*Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 1.785-D — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação.*

Lei n. 1.812 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

**RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, a faixa de terreno com 85.285 m2, pertencente a Gabriel Chaerki.*

Decreto n. 32.281 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

**REDUÇÃO DE INTERSTÍCIO**

— Ver: *Interstício.*

**REFINAÇÕES DE MILHO, BRASIL**

*Concede à sociedade anônima "Refinações de Milho, Brasil", autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.335 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1953.

**REGIMENTOS**

*Aprova o Regimento Interno da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.*

Decreto n. 32.284 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— *Altera a redação do artigo 3.º, do Regimento aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945.*

Decreto n. 32.333 — de 26 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1953.

— *Altera os artigos 5.º, 19 e 33 do Regimento da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, baixado com o Decreto n. 24.468, de 4 de fevereiro de 1948, e modificado com o Decreto n. 26.524, de 29 de março de 1949.*

Decreto n. 32.399 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.



## REGIMENTOS

— Altera o art. 4.º do *Regimento do Conselho Nacional de Desportos*.

Decreto n. 32.416 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

## REGULAMENTOS

*Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.914 — de 12 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.951 — de 18 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

— *Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n. 32.015 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

— *Dá nova redação ao art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932.*

Decreto n. 32.073 — de 9 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 32.090 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Inspeção Geral da Marinha.*

Decreto n. 32.142 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Intendência da Marinha.*

Decreto n. 32.265 — de 13 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Secretaria Geral da Marinha.*

Decreto n. 32.273 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

— *Aprova o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 32.342 — de 27 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1953.

— *Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 46 do Regulamento para o Colégio Militar.*

Decreto n. 32.365 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Introduz outros dispositivos no Regulamento da Confederação Colúmbfila Brasileira (Decreto número 23.905, de 22 de fevereiro de 1934).*

Decreto n. 32.376 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Marinha.*

Decreto n. 32.418 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

**REGULAMENTOS**

— *Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 32.419 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria do Armamento da Marinha.*

Decreto n. 32.424 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1953.

— *Altera o "Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada".*

Decreto n. 32.445 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Engenharia da Marinha.*

Decreto n. 32.446 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1953.

— *Dá nova redação ao § 2.º do artigo 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 26.778, de 14 de junho de 1949.*

Decreto n. 32.485 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

— *Regula a aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal das disposições da Lei n. 1.252, de 2 de dezembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.493 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

**RESCISÃO DE CONTRATO**

— *Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 1.785-D — de 29 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

**RESCISÃO DE CONTRATO**

— *Dispõe sobre rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação.*

Lei n. 1.812 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de fevereiro de 1953.

— *Rescinde o contrato de concessão do porto de Caravelas outorgada a José Nunes da Silva, pelo Decreto n. 80, de 11 de março de 1935, e transferida à "Docas e Porto de Caravelas S. A." de conformidade com o Decreto n. 19.704, de 2 de outubro de 1945, e termo firmado a 3 de outubro de 1946.*

Decreto n. 30.457 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**REMOÇÃO**

— *Dispõe sobre a promoção e a remoção dos ocupantes da carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.*

Decreto n. 32.044 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

**REMUNERAÇÃO**

— *Dispõe sobre a promoção e a remoção dos ocupantes da carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.*

Decreto n. 32.044 — de 2 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

**RESPONSABILIDADE DE DIRETORES DE BANCOS E CASAS BANCÁRIAS**

Ver: Banco e Casas Bancárias

# REUNIÃO CONGRESSUAL DOS DIRIGENTES DAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Antecipa a data da Reunião Congressual dos dirigentes das Caixas Econômicas Federais e do respectivo Conselho Superior.*

Decreto n. 32.134 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

## REVERSÃO

*Regulamenta os artigos 68 e 69 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre a reversão.*

Decreto n. 32.101 — de 16 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

## R. S. CLUBE GINÁSTICO PORTUGUÊS

*Concede permissão à R. S. Clube Ginástico Português para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 31.084 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1953.

## S

### SALARIO MÍNIMO

*Dá nova redação ao § 2.º do artigo 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 26.778, de 14 de junho de 1949.*

Decreto n. 32.485 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1953.

### SALGEMA

*Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.377 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

### SALGEMA

*Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.378 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

*Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.439 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

### SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.308,00, para pagamento de serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia, nos exercícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República.*

Lei n. 1.822 — de 16 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de março de 1953.

### SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA AUXILIADORA

*Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora.*

Lei n. 1.819 — de 4 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de março de 1953.

### SÃO PAULO LIGHT & POWER COMPANY LIMITED

*Autoriza a São Paulo Light & Power Company Limited a executar modificações em suas instalações na Usina de Cubatão, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.047 — de 5 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

**SCHEELITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Joet Assunção a pesquisar scheelita e associados, no município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.116 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

**SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

*Altera os artigos 5.º, 19 e 33 do Regulamento da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, baixado com o Decreto n. 24.468, de 4 de fevereiro de 1948 e modificado com o Decreto número 28.524, de 29 de março de 1949.*

Decreto n. 32.399 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1953.

**SECRETARIA GERAL DA MARINHA**

*Aprova e manda executar o Regulamento para a Secretaria Geral da Marinha.*

Decreto n. 32.273 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1953.

**SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

*Aprova o Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 32.090 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

**SERVIÇOS HOLLERITH SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 356.649,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.079 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

**SERVIDÕES**

*Declara de utilidade pública as áreas de terras que discrimina, destinadas à passagem de linhas de transmissão da Companhia Paulista de Força e Luz S. A., e constitui sobre elas as necessárias servidões.*

Decreto n. 31.940 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1953.

*— Declara de utilidade pública e faixa de terra destinada à passagem da linha-tronco de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 32.494 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

**SERVIDORES DE AUTARQUIAS**

*Dispõe sobre Quadra e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

Decreto n. 32.064 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 20 de janeiro de 1953.

**SHELL MEX BRAZIL LIMITED**

*Concede à sociedade anônima "Shell-Mex Brazil Limited" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.296 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA "CANADIAN PACIFIC AIR LINES LIMITED"**

*Concede à Sociedade Anônima "Canadian Pacific Air Lines Limited" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 32.169 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA COMPANHIA INDUSTRIAL DE SERGIPE**

*Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.377 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.378 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe, a pesquisar calcário e salgema, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 32.439 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA FRIGORÍFICO ÂNGLO**

*Concede permissão à Sociedade Anônima Frigorífico Anglo para fazer funcionar as seções de matadouro-frigorífico, charqueada, fábrica de banha, gorduras e conservas diversas, nos domingos e feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.098 — de 15 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1953.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE SIDERURGIA S. A.**

*Concede à Sociedade Brasileira de Siderurgia S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 31.942 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

**SOCIEDADE INHANDJARA DE MINERAÇÃO LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade Inhandjara de Mineração Ltda. a pesquisar tungstênio e associados, no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.411 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**SOCIEDADE MINERADORA CAPIXABA LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade Mineradora Capixaba Ltda. a lavar minério de manganês, no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 32.117 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1953.

**SOCIEDADE MONTENEGRINA DE NAVEGAÇÃO LIMITADA**

*Concede à "Sociedade Montenegrina de Navegação Limitada", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.288 — de 20 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**SOCORROS A POPULAÇÃO**

*Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 2.000.000,00, para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.063 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**STONE & WEBSTER CONSTRUCTIONS COMPANY**

*Concede permissão a Stone & Webster Construction Company, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 32.131 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1953.

**SÚDITOS DO EIXO**

*Transfere ao Banco do Brasil S.A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

**SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

*Dispõe sobre o plano de valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Suplementar.*

**SUPRESSÃO DE CARGOS**

— Ver a denominação do cargo suprimido.

**SUPRIMENTOS DE FUNDOS**

*Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.*

Lei n. 1.705 — de 22 de outubro de 1952.

Retificada no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

**T****TABELA ESPECIAL ORDINÁRIA DE EXTRANUMERÁRIOS-MENSALISTAS**

— Ver o nome do órgão a que pertence.

**TABELAS DE PESSOAL**

— Ver o órgão a que pertence.

**TABELAS ÚNICAS**

*Dispõe sobre as Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República.*

Decreto n. 32.258 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— De Extranumerários-mensalistas — Ver, também, o Ministério a que pertencem.

**TALCO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Sousa Dias a pesquisar talco e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.124 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— Revoga o Decreto n. 28.494, de 14 de agosto de 1950.

Decreto n. 32.187 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antonio de Sousa Dias a pesquisar talco e associados no município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n. 32.200 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

— Autoriza a Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda., a pesquisar talco, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.254 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

## TALCO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio de Sousa Dias a pesquisar talco e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.255 — de 12 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão Jerson de Araújo Silva a pesquisar talco, amianto e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.441 — de 18 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

## TANTALITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José João da Costa Botelho a pesquisar tantalita, diamante, minérios de ouro e manganês, no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 32.195 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

## TAQUIGRAFO

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

## TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Decreto-legislativo n. 80 — de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1953.

## TARIFAS DAS ALFANDEGAS

*Modifica as tarifas das Alfândegas.*

Lei n. 1.827 — de 23 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

## TAXAS

*Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências.*

Lei n. 1.807 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.

— *Aprova regulamento para execução da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.285 — de 19 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## TERRENOS DE MANGUE

*Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação de terreno de mangue (extinto), que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.813 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiros a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.501 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil e direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.911 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.912 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

**TERRENOS DE MARINHA**

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.948 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir domínio útil de terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.007 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos acrescidos de marinha, que menciona, situados na Capital da República.*

Decreto n. 32.009 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de marinha e acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.012 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a promoverem a aquisição do domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.070 — de 8 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

Retificado no D. O. de 12 de janeiro de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.346 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

**TERRENOS DE MARINHA**

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.348 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situada na Capital Federal.*

Decreto n. 32.350 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.351 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.352 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.353 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

**TERRITÓRIOS FEDERAIS**

*Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.*

Lei n. 1.806 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1953.



## TESOUREIRO

*Suprime cargo extinto.*  
(M. F. — Q. S.).

Decreto n. 32.228 — de 6 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1953.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*  
(M. Aer. — Q. S.).

Decreto n. 32.056 — de 7 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*  
(M. F. — Q. S.).

Decreto n. 32.076 — de 12 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*  
(M.V.O.P. — Q. III — P.S.).

Decreto n. 32.106 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*  
(M. F. — Q.S.).

Decreto n. 32.391 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*  
(M.V.O.P. — Q. III — P.S.).

Decreto n. 32.457 — de 23 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1953.

## THE COCA-COLA EXPORT CORPORATION

*Concede à sociedade anônima "The Coca-Cola Export Corporation" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 32.130 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1953.

## THE NACIONAL CITY BANK OF NEW YORK

*Aprova alteração de estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n. 32.276 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1953.

## THEODOR WILLIE & COMPANHIA

*Transfere ao Banco do Brasil S.A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.053 — de 6 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1953.

## TRANSFERÊNCIAS DE SÉRIES FUNCIONAIS OU DE FUNÇÕES

*Ver o nome do Ministério a que pertencem.*

## TRANSPORTES

*Modifica o item 4 da alínea "b" do Anexo 3 (Setor Transporte - Estrada de Ferro) da Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950.*

Lei n. 1.831 — de 25 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1953.

## TRATORISTAS

*Torna segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratoristas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de aêro e desatêro, em zona urbana ou rural.*

Lei n. 1.824 — de 17 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1953.

## TREPTE & HICKMANN LTDA.

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Treppe & Hickmann Ltda.*

Decreto n. 31.941 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1953.

## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

*Estende aos funcionários do Tribunal de Contas as gratificações adicionais asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal.*

Lei n. 1.820 — de 9 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de março de 1953.

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEI- TORAL

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.*

Lei n. 1.814 — de 14 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1953.

## TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRA- BALHO

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

## TRIBUNAIS REGIONAIS ELEI- TORAIS

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Suplementar e Crédito Especial.*

## TRITICULTURA NACIONAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional.*

Lei n. 1.790 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## TÚNEL RIO DE JANEIRO-NI- TERÓI

*Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.*

Lei n. 1.783-A — de 26 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1953.

## TUNGSTÊNIO

*Autoriza a Sociedade Inhandjara de Mineração Ltda. a pesquisar tungstênio e associados, no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.411 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1953.

## TURFA

*Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Xavier de Moraes, a pesquisar calcário, fosfato e turfa, no município de Igarassu, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.373 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1953.

## U

## UNIVERSIDADES

*Concede autorização para funcionamento do curso de engenharia civil da Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco.*

Decreto n. 32.244 — de 1 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista da Universidade da Bahia e dá outras providências.*

Decreto n. 32.294 — de 23 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1953.

## USINA TERMOELÉTRICA PI- RATININGA

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, áreas imprescindíveis à construção de uma ramal do sistema de oleoduto de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquele Estrada.*

Decreto n. 32.283 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1953.

# USINAS HIDROELÉTRICAS

*Dispõe sobre a inclusão nos orçamentos da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, da dotação de Cr\$ 20.000.000,00 para aproveitamento do potencial hidroelétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba.*

Lei n. 1.830 — de 24 de março de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de março de 1953.

## V

### VEECK & CIA. LTDA.

*Autoriza Veeck & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.137 — de 22 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1953.

# VENCIMENTOS

*Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal da Bahia.*

Decreto n. 32.091 — de 14 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1953.

### VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S. A. "VASP"

*Outorga concessão à Viação Aérea São Paulo S. A. "VASP" para instalar uma estação de rádio-farol.*

Decreto n. 32.157 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1953.

**Departamento de Imprensa Nacional**  
**Rio de Janeiro - Brasil - 1953**



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1953 — VOLUME...III

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE ABRIL A JUNHO

**Departamento de Imprensa Nacional**  
**Rio de Janeiro — Brasil — 1953**



# ÍNDICE

DCS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### 1953

	Págs.		Págs.
10 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953 .....	3	22 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 5 de junho de 1953 .....	5
11 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953 .....	3	23 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 6 de junho de 1953 .....	6
12 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953 .....	3	24 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 6 de junho de 1953 .....	6
13 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953 .....	4	26 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 5 de maio de 1953 .....	6
14 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 15 de abril de 1953 .....	4	27 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 5 de maio de 1953 .....	6
16 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 18 de abril de 1953 .....	4	28 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 5 de maio de 1953 .....	7
18 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 2 de junho de 1953 .....	5	29 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 5 de maio de 1953 .....	7
19 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	5	30 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 4 de maio de 1953 .....	7
20 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	5	31 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 16 de maio de 1953 .....	8
21 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 5 de junho de 1953 .....	5	32 — Decreto Lgislativo de 1953. Publicado no D.O. de 16 de maio de 1953 .....	8

	Págs.		Págs.
33 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 22 de maio de 1953 .....	8	1.125, de 7 de junho de 1950. Publicada no D.O. de 8 de abril de 1953 .....	12
34 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 22 de maio de 1953 .....	8	1.833 — <i>Exterior — Educação</i> — Lei de 2 de abril de 1953 — Concede licença à Federação Nacional dos Odontologistas para filiar-se à Federação Dentária Internacional e à Associação Dentária Americana. Publicada no D.O. de 8 de abril de 1953 .....	12
35 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 22 de maio de 1953 .....	9		
36 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 22 de maio de 1953 .....	9	1.834 — <i>Educação — Fazenda</i> — Lei de 2 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Aracaju nas comemorações do primeiro centenário da cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953 .....	12
37 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 27 de maio de 1953 .....	9		
40 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	10	1.835 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — Lei de 2 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 112.500,80, para pagamento de gratificação adicional a funcionários do mesmo Ministério. Publicada no D.O. de 8 de abril de 1953 ....	13
41 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	10		
42 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	10	1.836 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — Lei de 6 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a Exposição de Trigo a realizar-se na cidade de Joacaba, Estado de Santa Catarina. Publicada no D.O. de 8 de abril de 1953 .....	13
43 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	10		
44 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 17 de junho de 1953 .....	10	1.837 — <i>Guerra</i> — Lei de 7 de abril de 1953 — Estende a vantagem do item 2 do artigo 32 do Decreto-lei n.º 8.760, de 21 de janeiro de 1946, ao 2.º Tenente da Arma de Infantaria Emiliano Amaro de	
45 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 17 de junho de 1953 .....	11		
46 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 17 de junho de 1953 .....	11		
47 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 17 de junho de 1953 .....	11		
1.832 — <i>Guerra</i> — Lei de 2 de abril de 1953 — Torna extensivas a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2.ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do artigo 6.º da Lei número			



	Págs.		Págs.
Souza. Publicada no D.O. de 10 de abril de 1953 .....	13	músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1953 .....	19
1.838 — Educação — Fazenda — Lei de 7 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 26.580,00 para pagamento de salários devidos a Afro Bezerra, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 10 de abril de 1953 .....	14	1.844 — Lei de 13 de abril de 1953 — Concede o prêmio de Cr\$ 100.000,00 ao agrônomo Gregório Bondar. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1953 .....	20
1.839 — Educação — Fazenda — Lei de 7 de abril de 1953 — Concede o auxílio de .... Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicada no D.O. de 10 de abril de 1953 ....	14	1.845 — Lei de 13 de abril de 1953 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como auxílio à Primeira Exposição Feira Regional de Pecuária. Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953 .....	20
1.840 — Lei de 10 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 450.000,00, para erigir na cidade de Salvador um monumento comemorativo do primeiro centenário da morte de Maria Quitéria de Jesus. Publicada no D. O. de 16 de abril de 1953 .....	14	1.846 — Lei de 15 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Publicada no D.O. de 22 de abril de 1953 .....	20
1.841 — Guerra — Lei de 13 de abril de 1953 — Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército de Oficiais subalternos, médicos da reserva de 2. <sup>a</sup> classe. Publicada no D.O. de 16 de abril de 1953 .....	15	1.847 — Lei de 15 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .. 20.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 3. <sup>o</sup> Centenário da Restauração Pernambucana. Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953 .....	20
1.842 — Marinha — Guerra — Educação — Aeronáutica — Lei de 13 de abril de 1953 — Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia. Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953 .....	16	1.848 — Lei de 15 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de escolas superiores. Publicada no D.O. de 22 de abril de 1953 ...	21
1.843 — Lei de 13 de abril de 1953 — Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos		1.849 — Justiça — Fazenda — Lei de 23 de abril de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ....	

	Págs.		Págs.
77.698,40, para pagamento, relativo ao exercício de 1951, aos oficiais administrativos Emmanuel Pinheiro e Antônio Campos Monteiro, e ao contador José Porpino da Silva. Publicada no D.O. de 27 de abril de 1953 .....	21	pecial de Cr\$ 5.652.000,00, para pagamento aos Deputados, da ajuda de custo devida pela convocação extraordinária, feita pelo Presidente da República, no período de 15 de janeiro a 9 de março de 1953. Publicada no D. O. de 11 de maio de 1953 .....	23
1.850 — Lei de 27 de abril de 1953 — Abre ao Congresso Nacional créditos especiais para pagamento de gratificação aos funcionários das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e dos servidores do Poder Executivo que naquelas exercem suas atividades. Publicada no D. O. de 29 de abril de 1953 ....	21	1.855 — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de maio de 1953 — Abre ao Congresso Nacional créditos especiais e suplementar para pagamento do abono de emergência e salário-família aos servidores das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Publicada no D.O. de 15 de maio de 1953 .....	23
1.851 — <i>Fazenda</i> — Lei de 30 de abril de 1953 — Retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953. Publicada no D.O. de 4 de maio de 1953. Reproduzida no D.O. de 5 de maio de 1953 .....	22	1.856 — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de maio de 1953 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne, e aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e antibióticos. Publicada no D.O. de 15 de maio de 1953 .....	24
1.852 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 5 de maio de 1953 — Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.673, de 18 de setembro de 1952 (que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílio para funeral). Publicada no D.O. de 7 de maio de 1953 .....	22	1.857 — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de maio de 1953 — Cria as Coletorias Federais de S. João de Meriti e Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953 .....	24
1.853 — <i>Justiça</i> — Lei de 5 de maio de 1953 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, no quinquênio de 1951-1956. Publicada no D. O. de 8 de maio de 1953 .....	22	1.858 — Lei de 15 de maio de 1953 — Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola. Publicada no D. O. de 22 de maio de 1953 .....	25
1.854 — <i>Fazenda</i> — Lei de 7 de maio de 1953 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados, o crédito es-		1.859 — Lei de 19 de maio de 1953 — Altera o artigo 109 do Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1951 — (Código Nacional de Trânsito). Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953 .....	25
		1.860 — Lei de 19 de maio de 1953 — Concede isenção de-	

Págs.		Págs.
	impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco. Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953 .....	25
1.861	— Lei de 19 de maio de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o 1.º Congresso Nacional de Fumo. Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953 .....	26
1.862	— Lei de 21 de maio de 1953 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente do Ministério da Guerra, de pedir retificação do ato de sua nomeação para o referido cargo. Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953 .....	26
1.863	— Lei de 21 de maio de 1953 — Assegura o direito à habilitação <i>post-mortem</i> , perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei número 3.347, de 12 de junho de 1951, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953 .....	26
1.864	— <i>Fazenda</i> — Lei de 23 de maio de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ .... 3.000,00 mensais a Hercília Cruz de Pontes Câmara, filha de Oswaldo Cruz. Publicada no D.O. de 26 de maio de 1953 .....	27
1.865	— Lei de 26 de maio de 1953 — Reconhece o diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas-Artes da Bahia, antes da vigência do	
	Decreto n.º 421, de 11 de maio de 1933. Publicada no D.O. de 1 de junho de 1953 .....	27
1.866	— Lei de 26 de maio de 1953 — Manda erigir um "Panteon" em Meceió, Estado de Alagoas. Publicada no D.O. de 1 de junho de 1953 .....	28
1.867	— Lei de 27 de maio de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para atender a despesa realizadas no exercício de 1951. Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953 .....	28
1.868	— Lei de 27 de maio de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.162,50, a Edith Henriques Dutra, viúva do Dr. José Bourdot Dutra, ex-professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953 .....	28
1.869	— Lei de 27 de maio de 1953 — Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento. Publicada no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	28
1.870	— Lei de 27 de maio de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 30.000,00 anuais à viúva de Luib Campos Teixeira, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas. Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953 .....	29
1.871	— Lei de 27 de maio de 1953 — Dá ao atual aeroporto de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, o nome de Aeroporto Dix-Sept Rosado. Publicado no D.O. de 3 de junho de 1953 .....	29
1.872	— Lei de 27 de maio de 1953 — Denomina Sanatório Adriano Jorge o Sanatório para tuberculosos, construído	

	Págs.		Págs.
pelo Governo Federal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Publicada no <i>D. O.</i> de 3 de junho de 1953 .....	29	reitos duaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca "Chevrolet", importadas dos Estados Unidos pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande. Publicada no <i>D.O.</i> de 10 de junho de 1953 .....	31
1.873 — Lei de 27 de maio de 1953 — Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no combate à revolução comunista em 1935. Publicada no <i>D. O.</i> de 3 de junho de 1953 .....	29	1.880 — Lei de 5 de junho de 1953 — Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais. Publicada no <i>D. O.</i> de 10 de junho de 1953 ....	31
1.874 — Lei de 29 de maio de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a reconstrução e reparos indispensáveis à boa conservação da Catedral de Belém, no Estado do Pará. Publicada no <i>D. O.</i> de 3 de junho de 1953 .....	30	1.881 — Lei de 5 de junho de 1953 — Assegura a Simone de Guaraná Guia o direito à pensão especial, concedida pelo art. 1.º do Decreto-lei número 5.330, de 18 de março de 1943. Publicada no <i>D. O.</i> de 10 de junho de 1953 .....	32
1.875. — Lei de 2 de junho de 1953 — Releva a prescrição do montepio e meio sôlido dos beneficiários do Tenente Gustavo Sampaio. Publicada no <i>D.O.</i> de 9 de junho de 1953 .....	30	1.882 — Lei de 9 de junho de 1953 — Altera o art. 63, Título II, Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948. Publicada no <i>D.O.</i> de 11 de junho de 1953. Retificado no <i>D.O.</i> de 13 de junho de 1953 .....	32
1.876 — Lei de 2 de junho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições. Publicada no <i>D.O.</i> de 9 de junho de 1953 ....	30	1.883 — Lei de 9 de junho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos no exterior. Publicada no <i>D. O.</i> de 11 de junho de 1953 .....	34
1.877 — Lei de 2 de junho de 1953 — Concede isenção de impostos e taxas para a importação de estampas e máquina impressora destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo. Publicada no <i>D. O.</i> de 9 de junho de 1953 .....	31	1.884 — <i>Fazenda</i> — Lei de 10 de junho de 1953 — Dispõe sobre a repressão do contrabando e dá outras providências. Publicada no <i>D. O.</i> de 12 de junho de 1953 .....	34
1.878 — Lei de 5 de junho de 1953 — Exclui da relação contida no artigo 1.º da Lei número 121, de 1947, o Município de Manaus. Publicada no <i>D.O.</i> de 10 de junho de 1953 .....	31	1.885 — Lei de 10 de junho de 1953 — Assegura a Ruth Pereira Pires Ferreira, viúva do Tenente-Coronel do Exército Alkindar Pires Ferreira, a	
1.879 — Lei de 5 de junho de 1953 — Concede isenção de di-			

	Págs.		Págs.
pensão estipulada no art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.269, de 14 de maio de 1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943. Publicada no D.O. de 16 de junho de 1953 .....	34	as prerrogativas dos portadores de diplomas, de assistentes sociais e agentes sociais. Publicada no D.O. de 20 de junho de 1953 .....	42
1.886 — <i>Viação — Fazenda</i> — Lei de 11 de junho de 1953 — Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1953 ....	35	1.890 — Lei de 13 de junho de 1953 — Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos mensalistas e diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas. Publicada no D.O. de 20 de junho de 1953 .....	44
1.887 — Lei de 13 de junho de 1953 — Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei número 1.126, de 7 de junho de 1950. Publicada no D.O. de 18 de junho de 1953 .....	41	1.891 — <i>Trabalho</i> — Lei de 20 de junho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 384.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia. Publicada no D. O. de 23 de junho de 1953 .....	47
1.888 — Lei de 13 de junho de 1953 — Altera dispositivos dos Decretos ns. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, e 20.377, de 8 de setembro do mesmo ano, revoga o Decreto n.º 26.747, de 3 de junho de 1949, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953 .....	41	1.892 — Lei de 23 de junho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a promover a transladação, para o Brasil, dos restos mortais da escritora norte-riograndense Nisia Floresta. Publicada no D.O. de 27 de junho de 1953 .....	47
1.889 — Lei de 13 de junho de 1953 — Dispõe sobre os objetivos de ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda			

## Índice do Apenso

4 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953 .....	51	8 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 2 de junho de 1953 .....	52
5 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 30 de maio de 1953 .....	51		
6 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D.O. de 1 de junho de 1953 .....	51		
7 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953 .....	51		
		EMENTÁRIO	
		Leis e decretos publicados nos volumes III e IV, de 1953, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos	53



Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1953, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1953

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 10, de 1953

Art. 1.º São aprovados o termo de contrato de 2 de Dezembro de 1950 e o termo de 2 de Janeiro de 1951, aditivo ao mesmo, ambos celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda. para construção de ductos na cidade de Santos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de Abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1953

Art. 1.º São aprovados o termo de contrato de 30 de Dezembro de 1950 e o de 5 de Janeiro de 1951, aditivo ao mesmo, ambos celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna para construção da sede da Estação Rádio Receptora e quatro residências, sendo duas nos terrenos de Alencarina e outras duas nos terrenos de Maraponga, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de Abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 12, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 27 de outubro de 1949, entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, para início e prosseguimento das obras de construção do Aeroporto daquela Cidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO



Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1953

Art. 1.º São aprovados o termo de contrato de 12 de outubro de 1951 e o termo de 27 de novembro desse ano, aditivo ao mesmo, ambos celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o Engenheiro Hamilton Nolasco, para execução de serviços de empreitada em terrenos daquele Departamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 14, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 29 de novembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bawag S. A. de Comércio Internacional, para fornecimento de dois equipamentos auxiliares destinados ao preparo de bobinas impressas na máquina de imprimir selos "Wifag".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 16, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de Junho de 1951, denegou registro ao termo de contrato de arrendamento celebrado, em 2 do mesmo mês desse ano, entre o Serviço do Patrimônio da União no Ceará e José Pedro de Oliveira, para arrendamento do próprio nacional, denominado "Chorô", situado no Município de Cascavel, naquele Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de Abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 18, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de novembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 13 de setembro desse ano, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções, S. A., para realizar obras de pequenas adaptações e ligeiros reparos no Pavilhão n.º 8 do Núcleo Franco da Rocha da Colônia Julião Moreira, Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

João Café Filho

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 19, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 15 de junho de 1951, denegou registro ao termo de contrato de empreitada, celebrado a 9 de maio desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S. A., para a execução de obras complementares de pequeno vulto no Pavilhão de Cursos do Instituto Oswaldo Cruz, Distrito Federal, na importância de Cr\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 2 de maio de 1951, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro e Artur Monteiro Guedes, para arrendamento do prédio sito à Rua de Santa Rosa n.º 40, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, destinado à instalação de Agência Postal Telefônica.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 31 de agosto de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado, em 28 de junho desse ano, entre o Serviço Regional de Obras da 5.ª Região Militar do Exército e a firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S. A., para a construção de um reservatório de água, com a capacidade de 30.000 litros, que deverá ser construído no Quartel da 5.ª Cia. de Fronteira, na Vila de Guaira, no referido Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

João Café Filho,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de dezembro de 1951,

denegou registro ao termo de contrato celebrado, a 5 de dezembro desse ano, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda., para o fornecimento de duas locomotivas de manobra, equipadas com motores e destinadas aos portos de Natal e Corumbá.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 19 de dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo August Goyanna, para a construção de linha de ductos, subterrânea e linha

de posteação, na Capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia., para construção da segunda etapa da Linha Tronco Sul, entre as capitais dos Estados de São Paulo e do Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, em 1953

Art. 1.º E' aprovado o termo aditivo, de 30 de Janeiro de 1948, ao acordo celebrado, em 25 de Fevereiro de 1947 entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Ceará, para intensificação da Assistência Psiquiátrica no referido Estado.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de Abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 19 de Dezembro de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos

& Bruder Ltda., para construção da Estação Terminal de Guarulhos, Estado de São Paulo, na importância de Cr\$ 518.500,00, (quinhentos e dezoito mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de Abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1953

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 18 de Dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 29 de Novembro desse ano, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Malheiros & Cia., para reforma na Escola Técnica de Manaus, Estado do Amazonas, constante de construção de um almoxarifado e execução de diversas obras no edificio Central, auditorio e pavilhão de oficinas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de Abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 29 de dezembro de 1951, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo do Estado da Bahia, para intensificação da assistência psiquiátrica no referido Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 30 de abril de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdo de Assistência Militar assinado no Rio

de Janeiro, em 13 de março de 1952, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 31, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 5 de Dezembro de 1951, entre o Ministério da Marinha e Giovanni Grassi, para desempenhar, na Fábrica de Artilharia da Marinha, as funções de técnico em ótica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 32, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 2 de Abril de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A., para execução de obras na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepagua, Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 33, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 21 de Agosto de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 20 de Junho desse ano, entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora J. Patricio Ltda., para a execução de obras de pequeno vulto no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de Maio de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 34, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de Dezembro de 1950, denegou registro ao termo do acordo celebrado em 19 de Outubro desse ano, entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Irati.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Maio de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 35, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 31 de Agosto de 1951, denegou registro ao termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato celebrado, em 4 de Maio dêsse ano, entre o Departamento de Imprensa Nacional e a I. B. M. World Trade Corporation, para locação dos serviços de máquinas eléctricas de contabilidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Maio de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 36, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 30 de Outubro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Joseph Kovacs para exercer a função de Desenhista Técnico, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Maio de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 37, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 26 de Março de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Stefan von Bathory para exercer a função de Técnico Especializado em Motores, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Maio de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito, assinado em Alexandria, a 8 de setembro de 1951.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1953

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão de 26 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 15 de dezembro dêsse ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma Construtora e Conservadora Americana Ltda. para serviços de conclusão da estrada de acesso ao Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 44, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato de empreitada celebrado, em 9 de maio de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administra-

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 42, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 11 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Antônio Francisco de Sá Sobrinho e sua mulher Maria Freire Bium Filha, para a instalação, no regime de cooperação, de uma roda d'água em terras de propriedade dêstes, em Cabrobó, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 43, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato de compra e venda celebrado, em 22 de abril de 1948, por meio de escritura pública, entre o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, como comprador, e Ricardo Guzzatti e sua mulher Irene Rosso Guzzatti, como vendedores, de um terreno situado à margem do rio "Mãe Luiza", no Município de Crescuma, no Estado de Santa Catarina, com uma área de 1.435 m2 (mil quatrocentos e trinta metros quadrados), pelo preço de Cr\$ 3.013,50 (três mil, treze cruzeiros e cinqüenta centavos).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

ção do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S. A., para a execução de obras complementares, de pequeno vulto, no Pavilhão de Cursos do Instituto Oswaldo Cruz, do Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 45, de 1953

Art. 1.º É aprovado o termo de renovação de contrato celebrado, em 17 de março de 1952, entre Jones Machado da Costa e o Ministério da Agricultura, para desempenhar a função de Entomologista, no Instituto Agronômico do Leste, no Estado da Bahia, com a sua vigência a partir de 1.º de janeiro de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 46, de 1953

Art. 1.º É aprovado o termo de renovação do contrato celebrado, em 28 de janeiro de 1952, entre o Ministério da Aeronáutica e Floriano dos Santos Lima, para desempenhar a função de professor de Física na Escola de Aeronáutica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 47, de 1953

Art. 1.º É aprovado o termo do contrato celebrado, em 10 de dezembro de 1951, entre a Agência Nacional, órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e a União Cinematográfica Brasileira S. A., para distribuição e exibição, mediante locação, dos filmes produzidos pela referida Agência, na forma do ato ministerial de 14 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.



LEI N.º 1.832 — DE 2 DE ABRIL  
DE 1953

*Torna extensivas a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2.ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do artigo 6.º da Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivas aos Capitães Médicos e Oficiais Subalternos Médicos da Reserva de 2.ª Classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do artigo 6.º da Lei número 1.125, de 7 de junho de 1950.

Parágrafo único. Os Segundos Tenentes Médicos, beneficiados pela presente Lei, serão promovidos ao posto de Primeiro Tenente Médico e incluídos no Quadro de Oficiais Médicos da Ativa, de conformidade com o critério estabelecido pela alínea a, do Art. 6.º da Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950.

Art. 2.º Os Oficiais Médicos da Reserva de Segunda Classe, nas condições previstas na presente Lei, que tiverem atingido ou ultrapassado a idade limite para permanência no serviço ativo, não serão incluídos no Quadro de Médicos, sendo-lhes assegurada permanência no serviço ativo até a idade de 58 anos, na forma prevista no Decreto-lei n.º 9.674, de 29 de agosto de 1946.

Parágrafo único. Esses Oficiais terão acesso até o posto de Major, desde que satisfaçam as condições previstas em lei, mediante proposta da Diretoria de Saúde do Exército, na forma prevista no Art. 4.º do Decreto-lei n.º 9.674, de 29 de agosto de 1946.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Thales de Azevedo Villas Boas.

LEI N.º 1.833 — DE 2 DE ABRIL  
DE 1953

*Concede licença à Federação Nacional dos Odontologistas para filiar-se à Federação Dentária Internacional e à Associação Dentária Americana.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida licença à Federação Nacional dos Odontologistas para filiar-se à Federação Dentária Internacional, com sede em Paris, e à Associação Dentária Americana, com sede em Chicago.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.834 — DE 2 DE ABRIL  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Aracaju nas comemorações do primeiro centenário da cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a auxiliar o Município de Aracaju nas comemorações do primeiro centenário da cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe.

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1953  
132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.835 — DE 2 DE ABRIL  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 112.500,80, para pagamento de gratificação adicional a funcionários do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .. Cr\$ 112.500,80 (cento e doze mil, quinhentos cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento da gratificação adicional de 40 % (quarenta por cento) a que fizeram jus, de acordo com o Art. 1.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, no período de 17 de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951, os servidores abaixo mencionados:

Gerardo Alves Carvalho, medico, classe M. do Q. P. — Cr\$ 29.184,60.

Paulo Eugênio de Souza Lôbo, médico, referência 28 — Cr\$ 27.795,20.

Narciso Ferreira Borges Filho, médico, referência 23 — Cr\$ 27.795,20;

Samuel Augusto de la Rocque Mac Dowell, médico, referência 23 — ... Cr\$ 27.726,40.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1953;  
132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.836 — DE 6 DE ABRIL  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ... Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a Exposição de Trigo a realizar-se na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .. Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para auxiliar a Exposição de Trigo a realizar-se na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1953;  
132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.837 — DE 7 DE ABRIL DE 1953

*Estende a vantagem do item 2 do artigo 32 do Decreto-lei número 8.760, de 21 de janeiro de 1946, ao 2.º Tenente da Arma de Infantaria Emiliano Amaro de Souza.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É estendida a vantagem do item 2 do artigo 32 do Decreto-lei n.º 8.760, de 21 de janeiro de 1946, ao 2.º Tenente da Arma de Infantaria Emiliano Amaro de Souza, tendo em vista os serviços relevantes prestados ao país e a sua reversão ao serviço ativo do Exército.

Art. 2.º A inclusão no Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército do referido oficial para todos os fins de direito é a partir de 8 de novembro

de 1946, e sua antiguidade no atual posto contada a partir de 19 de julho de 1939.

Art. 3.º A despesa decorrente da execução com a presente Lei correrá por conta dos créditos orçamentários respectivos.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Thales de Azevedo Villas Bous,*

#### LEI N.º 1.838 — DE 7 DE ABRIL DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 26.580,00, para pagamento de salários devidos a Afro Bezerra e das outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 26.580,00 (vinte e seis mil, quinhentos e oitenta cruzeiros), para ocorrer ao pagamento dos salários correspondentes ao período de 1.º de junho de 1948 a 31 de dezembro de 1949, devidos a Afro Bezerra, extranumerário-diarista do Serviço Nacional de Malária.

Art. 2.º Da citada importância Cr\$ 18.836,00 (dezoito mil, oitocentos e trinta e seis cruzeiros) deverão ser entregues a Afro Bezerra, e a parcela de Cr\$ 7.744,00 (sete mil, setecentos e quarenta e quatro cruzeiros) será recolhida ao Tesouro Nacional, como reposição que lhe é devida pelo referido servidor.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*E. Simões Filho*

*Horácio Lafer*

#### LEI N.º 1.839 — DE 7 DE ABRIL DE 1953

*Concede o auxílio de ..... Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

Art. 2.º Para atender ao disposto no artigo anterior, e autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial na importância nele especificada.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*E. Simões Filho*

*Horácio Lafer*

#### LEI N.º 1.840 — DE 10 DE ABRIL DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 450.000,00, para erigir na cidade de Salvador um monumento comemorativo do primeiro centenário da morte de Maria Quitéria de Jesus.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), para o levantamento, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, de um monumento comemorativo do primeiro centenário da morte da heroína brasileira Maria Quitéria de Jesus.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.841 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

*Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército de Oficiais subalternos, médicos da reserva de 2.ª classe.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' facultado ao Ministro da Guerra, para atender às necessidades do serviço e atividades em tempo de paz, conceder estágio em corpos de tropa e estabelecimentos do Exército, até o limite dos claros existentes no Quadro de Oficiais Médicos do Serviço de Saúde, aos Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2.ª classe que o requeiram, nos termos da presente Lei.

Art. 2.º E' facultado ao Ministro da Guerra, até o limite dos claros que não hajam sido preenchidos nos termos do artigo anterior, após 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei, convocar Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2.ª classe, para a prestação de estágio de serviço de que trata o mencionado artigo.

Parágrafo único. Para as convocações que venham a ser feita sem obediência ao presente artigo, serão estabelecidas, pelo Ministro da Guerra, condições de preferência que tenham por base:

- a) a idade;
- b) o estado civil;
- c) os encargos de família;
- d) a aptidão física.

Art. 3.º O estágio de serviço de que tratam os artigos anteriores será tanto quanto possível de caráter local e terá

a duração máxima de 1 (um) ano, podendo, contudo, ser prorogado por solicitação do oficial estagiário, voluntário ou convocado, mediante parecer favorável da Diretoria de Saúde do Exército.

Art. 4.º E' facultado ao Ministro da Guerra, para execução desta Lei, até o limite das necessidades, transferir, para o Quadro de Oficiais Médicos da Reserva de 2.ª classe, os oficiais das Armas da Reserva de 2.ª Classe que hajam sido, ou venham a ser diplomados em medicina por escolas oficiais ou reconhecidas.

Art. 5.º Serão promovidos ao posto de 1.º Tenente Médico da Reserva de 2.ª Classe, no ato da sua inclusão como Oficiais estagiários, todos os Segundos Tenentes Médicos da Reserva de 2.ª Classe que venham a ser admitidos, ou convocados, para o estágio de serviço de que trata a presente Lei.

Art. 6.º Aos Oficiais Médicos da Reserva de 2.ª Classe admitidos ou convocados em obediência à presente Lei, serão assegurados, no decorrer dos respectivos estágios, os vencimentos do posto e as vantagens previstas em Lei, para as funções que venham a exercer.

Art. 7.º Aos Oficiais Médicos que hajam sido admitidos ou convocados nos termos da Presente Lei, será facultado o ingresso na Escola de Saúde do Exército, independentemente de concurso, preenchidas, porém, as seguintes condições:

- a) parecer favorável da Diretoria de Saúde do Exército;
- b) aptidão física para o oficialato da ativa, comprovada em inspeção de saúde.

Art. 8.º O Ministério da Guerra expedirá instruções para a aplicação da presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1953; 132.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

LEI N.º 1.842 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

*Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os médicos, farmacêuticos e dentistas, a partir da presente data, prestarão o serviço militar a que estiverem obrigados por lei, exclusivamente nos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

Art. 2.º Os estudantes de medicina, farmácia e odontologia, ao serem convocados para o serviço militar, prestá-lo-ão na forma estabelecida pelo Título I desta Lei.

## TÍTULO I

### DA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS MÉDICOS DA RESERVA

Art. 3.º São criados os Cursos de Saúde nos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (C.P.O.R. e N.P.O.R.), destinados especificamente à formação dos Oficiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas da Reserva, cabendo à Diretoria de Saúde do Exército a supervisão da fase técnica desses cursos e, conseqüentemente, a responsabilidade pela difusão da doutrina médico-militar em vigor, através dos Cursos de Saúde dos C.P.O.R. e dos N.P.O.R.

Art. 4.º Serão matriculados obrigatoriamente nos Cursos de Saúde dos C.P.O.R. e dos N.P.O.R. os alunos das Escolas de Medicina, Farmácia e Odontologia, quando convocados para o serviço militar julgados aptos em inspeção de saúde.

Parágrafo único. Será também, facultada a prestação do serviço militar, nas condições previstas neste artigo, aos estudantes que já tenham concluído o segundo ano científico ou clássico, desde que se proponham a cursar uma das Escolas de Medicina, Farmácia ou Odontologia, do País.

Art. 5.º Os Cursos de Saúde dos C.P.O.R. e dos N.P.O.R. serão de doze meses, subdivididos em duas fases:

- a) 1.ª fase, de nove meses, compreendendo a instrução militar básica.
- b) 2.ª fase, de três meses, compreendendo um estágio de instrução técnica em Unidades ou Estabelecimentos do Exército, que disponham de órgãos de execução do respectivo Serviço de Saúde.

Art. 6.º Terminada com aproveitamento a 1.ª fase de instrução nos Cursos de Saúde, aos quais se refere o artigo anterior, serão os alunos desses Cursos graduados em Terceiros Sargentos de Saúde, reservistas, até o último ano de sua formação profissional — dentro do prazo máximo de:

- a) Oito anos para os estudantes de medicina.
- b) Quatro anos para os estudantes de farmácia e para os de odontologia.

Art. 7.º No último ano de sua formação profissional ficarão os estudantes de medicina, farmácia e odontologia, sujeitos a um estágio de instrução, de três meses, nos termos da alínea b) do artigo 5.º desta Lei.

Art. 8.º A conclusão dos Cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, em Escolas Oficiais ou reconhecidas, pelos Terceiros Sargentos de Saúde — estudantes de uma daquelas Escolas — desde que tenham realizado com aproveitamento o estágio de três meses da 2.ª fase, importará:

- a) Na nomeação no posto de 2.º Tenente Médico da Reserva de 2.ª classe, para os Médicos.
- b) Na declaração como Aspirantes a Oficial da Reserva de 2.ª classe, para os Farmacêuticos e Dentistas.

Art. 9.º Simultaneamente com sua nomeação — ou declaração — ficarão os Segundos-Tenentes Médicos, ou Aspirantes a Oficial Farmacêu-

tico e os Aspirantes a Oficial Dentista, da Reserva de 2.<sup>a</sup> classe, sujeitos a um estágio de serviço — pelo prazo máximo de doze meses — em Unidades ou Estabelecimentos que disponham de órgãos de execução do Serviço de Saúde do Exército.

Art. 10. Os estágios de serviço a que serão sujeitos os Segundos-Tenentes Médicos, Aspirantes a Oficial Farmacêutico e Aspirantes a Oficial Dentistas, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, nomeados — ou declarados — em obediência ao artigo 8.<sup>o</sup>, ficarão, contudo, na dependência das seguintes condições anualmente reguladas pelo Ministério da Guerra:

a) Necessidades do Serviço de Saúde do Exército — até o limite dos claros existentes nos respectivos Quadros de Oficiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas, da Ativa.

b) Idade.

c) Estado Civil e encargos de família.

d) Aptidão física

Art. 11. Os Segundos-Tenentes Médicos, os Aspirantes a Oficial Farmacêutico e os Aspirantes a Oficial Dentistas, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, que ultrapassarem das necessidades referidas na alínea a) do artigo anterior, serão relacionados como excedentes e gozarão de todos os direitos e prerrogativas inerentes a hierarquia militar que lhes foi concedida, na Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, do Exército.

Art. 12. Aos Segundos-Tenentes Médicos, aos Aspirantes a Oficial Farmacêutico e aos Aspirantes a Oficial Dentista, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, que venham a ser convocados em obediência as disposições constantes dos artigos 9.<sup>o</sup> e 10 desta Lei, serão assegurados, no decorrer dos respectivos estágios, os vencimentos e as vantagens previstos em Lei, para as funções que venham a exercer.

Art. 13. Os Segundos-Tenentes Médicos convocados para o estágio de serviço instituído pelo artigo 2.<sup>o</sup> desta Lei — uma vez terminado o referido estágio — serão licenciados, e, no ato do seu licenciamento, promovidos ao posto de Primeiro-Tenente Médico da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe.

Art. 14. Os Aspirantes a Oficial Farmacêutico e os Aspirantes a Oficial Dentista convocados para o estágio de serviço instituído pelo artigo 9.<sup>o</sup> desta Lei — uma vez terminado o referido estágio — serão licenciados, e, no ato do seu licenciamento, nomeados, respectivamente, Segundos-Tenentes Farmacêuticos e Segundos-Tenentes Dentistas, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe.

Art. 15. Aos Segundos-Tenentes Médicos, estagiários, aos Aspirantes a Oficial Dentista, estagiários, que a requererem, será concedida uma prorrogação do estágio de serviço até o primeiro concurso de seleção para o ingresso na Escola de Saúde do Exército, nos termos das disposições constantes do título II desta Lei.

Art. 16. Os Terceiros-Sargentos de Saúde — estudantes de medicina, farmácia e odontologia — que ingressarem nos Cursos de Medicina, Farmácia ou Odontologia a que se propuseram, ou que já os estiveram cursando, e deixarem de concluí-los dentro dos prazos estabelecidos no artigo 6.<sup>o</sup>, serão incluídos na Reserva de Saúde, com a graduação de Terceiro-Sargento, até que venham a concluí-los quando, então, lhes serão assegurados os postos de Segundo-Tenente da Reserva ou de Aspirantes a Oficial da Reserva, nos termos do artigo 8.<sup>o</sup> desta Lei.

Art. 17. Os Terceiros-Sargentos de Saúde que cursarem os C.P.O.R. e os N.P.O.R., nos termos do parágrafo único do artigo 4.<sup>o</sup> desta Lei e que — dentro do prazo de três anos — deixarem de ingressar nas Escolas Superiores a que se propuseram, serão incluídos na Reserva de Saúde com o posto de Terceiro-Sargento, ou a critério do Ministério da Guerra — rematriculados nos C.P.O.R. ou nos N.P.O.R., nos Cursos das Armas ou do Serviço de Intendência, para a conclusão de um desses Cursos.

Art. 18. Os estudantes de medicina, farmácia e odontologia, que não tenham sido, ou não venham a ser matriculados nos Cursos de Saúde dos C.P.O.R. ou dos N.P.O.R. por se encontrarem quites com o serviço militar como Reservistas de 1.<sup>a</sup> categoria, antes do seu ingresso nas Escolas de Medicina, Farmácia e Odontologia, serão, também, nomeados —

ou declarados — Segundos-Tenentes Médicos, Aspirantes a Oficial Farmacêutico e Aspirantes a Oficial Dentista, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, ao término dos respectivos cursos de formação profissional, e ficarão sujeitos ao estágio de serviço instituído pelo artigo 9.<sup>o</sup> desta Lei, em condições de igualdade com os Segundos-Tenentes Médicos e com os Aspirantes a Oficial Farmacêutico e a Oficial Dentista oriundos dos Cursos de Saúde dos C.P.O.R. e dos N.P.O.R.

Art. 19. Os Officiais da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, das Armas e do Serviço de Intendência, do Exército, que hajam sido ou venham a ser diplomados em medicina, farmácia ou odontologia, por Escolas Officiais ou reconhecidas, serão transferidos para os correspondentes Quadros da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe do Serviço de Saúde do Exército, ficando, contudo, dispensados do estágio instituído pelo artigo 9.<sup>o</sup> desta Lei.

## TÍTULO II

### DO INGRESSO NO SERVIÇO ATIVO

Art. 20. Será facultado o ingresso nos Quadros de Officiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas, da Ativa, desde que aprovados em concurso de seleção e concluam com aproveitamento o curso subsequente da Escola de Saúde do Exército:

a) Aos Primeiros-Tenentes Médicos e aos Segundos-Tenentes Farmacêuticos e Dentistas, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, que tenham concluído o estágio de Serviço instituído pelo artigo 9.<sup>o</sup> desta Lei.

b) Aos Segundos-Tenentes Médicos e aos Aspirantes a Oficial Farmacêutico e a Oficial Dentista, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, que tenham sido relacionados como excedentes, nos termos dos artigos 11 e 18 desta Lei.

c) Aos Officiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas, da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, que, nos termos do artigo 19 desta Lei, hajam sido ou venham a ser transferidos das Reservas das Armas ou do Serviço de Intendência do Exército.

Art. 21. Os Officiais Médicos, que obtenham matrícula na Escola de Saúde do Exército, nos termos do artigo anterior, cursarão essa Escola com o posto de Primeiro-Tenente Médico da Reserva, com a situação militar de estagiários, e terão os vencimentos e vantagens estabelecidas em Lei para o posto e para a situação militar que lhes são conferidas por este artigo.

Art. 22. Os Officiais Farmacêuticos e Dentistas bem como os Aspirantes a Oficial Farmacêutico e a Oficial Dentista que obtenham matrícula na Escola de Saúde do Exército, nos termos do artigo 20, cursarão essa Escola com o posto de Segundo-Tenente da Reserva, com a situação de estagiários e terão os vencimentos e vantagens estabelecidos em Lei para o posto e para a situação militar que lhes são conferidos por este artigo.

Art. 23. Aos Officiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas da Reserva — que se submeteram ao estágio de serviço instituído pelo artigo 9.<sup>o</sup> — e que, aprovados nos concursos de seleção, excederam do número de vagas anualmente estabelecido para a Escola de Saúde do Exército, será assegurada a matrícula nessa Escola independentemente daquela limitação, respeitada, contudo — dentro daquele número de vagas — a colocação obtida, pelo critério de merecimento intelectual, pelos demais candidatos inscritos nos concursos de seleção.

Art. 24. Os Officiais Médicos da Reserva, alunos da Escola de Saúde do Exército, uma vez terminado com aproveitamento o curso de formação técnico-militar daquela Escola, serão nomeados Primeiros-Tenentes Médicos da Ativa e gozarão de todos os direitos e prerrogativas inerentes a esse posto.

Art. 25. Os Officiais Farmacêuticos e Dentistas, da Reserva, alunos da Escola de Saúde do Exército, uma vez terminado com aproveitamento o curso de formação técnico-militar daquela Escola, serão nomeados Segundos-Tenentes Farmacêuticos e Dentistas da Ativa e gozarão de todos os direitos e prerrogativas inerentes a esse posto.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26. Nas cidades onde existam Escolas de Medicina, Farmácia e Odontologia e nas quais não existam C.P.O.R. ou N.P.O.R., ou ainda, o curso de Saúde nesses Centros e Núcleos, os estudantes daquelas, desde que se encontrem quites com o serviço militar — como Reservistas de 1.ª, 2.ª ou 3.ª Categoria — serão, ao término dos respectivos cursos, nomeados — ou declarados — Segundos-Tenentes Médicos da Reserva de 2.ª Classe e Aspirantes a Oficial Farmacêutico e a Oficial Dentista da Reserva de 2.ª Classe e concorrerão ao estágio de serviço instituído pelo artigo 7.º desta Lei.

Art. 27. Enquanto não forem organizados os Cursos de Saúde nos C.P.O.R. e nos N.P.O.R., o ingresso nos Quadros de Oficiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas, da Ativa, obedecerá à legislação até agora em vigor, exceto quanto aos postos dos alunos da Escola de Saúde do Exército, que, a partir da data desta Lei, passarão a ser:

- a) De 1.º Tenente da Reserva, estagiário, para os Médicos.
- b) De 2.º Tenente da Reserva, estagiário, para os Farmacêuticos e Dentistas.

### TÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O Ministério da Educação e Saúde e as Faculdades de Medicina, de Odontologia e de Farmácia do país fornecerão ao Ministério da Guerra todas as informações necessárias a fiel execução da presente Lei.

Art. 29. O Ministério da Guerra expedirá instruções para a aplicação da presente Lei, dentro do prazo de cento e vinte dias, contados da data da sua publicação.

Art. 30. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Renato de Almeida Guillobel.*

*Cyro Espirito Santo Cardoso.*

*E. Simões Filho.*

*Nero Moura.*

LEI N.º 1.843 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

*Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos músicos militares, que passaram à inatividade antes da

vigência do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, será aplicado o que dispõe esse Decreto-lei em igualdade de condições e de direito como os da ativa por ele beneficiados.

Art. 2.º São abrangidos por essa disposição os músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de abril de 1953.  
— *João Café Filho.*



LEI N.º 1.844 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

*Concede o prêmio de Cr\$ 100.000,00 ao agrônomo Gregório Bondar.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a conceder ao agrônomo Gregório Bondar, como estímulo, o prêmio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), pelos seus estudos experimentais de plantas econômicas nativas, especialmente gomíferas, promovendo tecnicamente o preparo e criação de novos produtos de exportação, e pelos seus notáveis estudos e descobertas botânicos e entomológicos precedidos no país e de alcance internacional.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para o fim previsto no artigo 1.º.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de abril de 1953.  
— João Café Filho.

LEI N.º 1.845 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como auxílio à Primeira Exposição-Feira Regional de Pecuária.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), como auxílio à Primeira Exposição-Feira Regional de Pecuária sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Soure, Estado do Pará.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de abril de 1953.  
— João Café Filho.

LEI N.º 1.846 — DE 15 DE ABRIL DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade, em fevereiro de 1953, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.847 — DE 15 DE ABRIL DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 20.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 3.º Centenário da Restauração Pernambucana.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para auxiliar os festejos comemorativos do 3.º Centenário da Restauração Pernambucana.

Art. 2.º Será feita uma emissão de selos postais comemorativos da efeméride.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.848 — DE 15 DE ABRIL DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de escolas superiores.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado do Rio Grande do Norte o antigo quartel dos Batalhões de Caçadores, à Praça Tomás de Araújo, na capital do mesmo Estado, para a instalação da Faculdade de Direito de Natal, da Faculdade de Farmácia e Odontologia e de outros estabelecimentos de ensino.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.849 — DE 23  
DE ABRIL DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 77.698,40, para pagamento, relativo ao exercício de 1951, aos oficiais administrativos Emmanuel Pinheiro e Antônio Campos Monteiro, e ao contador José Porpino da Silva.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 77.698,40 (setenta e sete mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros e quarenta centavos), para atender às despesas com o pagamento de substituições, relativo ao exercício de 1951, aos oficiais administrativos Emmanuel Pinheiro e Antônio Campos Monteiro, e ao contador José Porpino da Silva.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão  
de Lima

Horácio Láfer

LEI N.º 1.850 — DE 27 DE ABRIL DE 1953

*Abre ao Congresso Nacional créditos especiais para pagamento de gratificação aos funcionários das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos servidores do Poder Executivo que naquelas exercem suas atividades.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo abrirá ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 2.380.000,00 (dois milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros), para pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados e aos servidores do Poder Executivo, que nela têm exercício, pelos serviços prestados durante a convocação da sessão legislativa extraordinária de 15 de janeiro a 9 de março de 1953.

Art. 2.º O Poder Executivo abrirá ainda ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.762.707,50 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e sete cruzeiros e cinquenta centavos), para pagamento de um mês de vencimento, a título de gratificação, aos funcionários da Secretaria do Senado Federal, em virtude da referida convocação extraordinária do Congresso Nacional e de acordo com a Resolução n.º 6, de 1952, daquela Casa do Congresso.

Art. 3.º Os créditos a que se referem os arts. 1.º e 2.º desta Lei, automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, serão assim distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.851 — DE 30 DE ABRIL  
DE 1953

*Retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É feita a seguinte retificação na Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953:

Anexo n.º 6 — Estado Maior das Forças Armadas:

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

22 — Aperfeiçoamento e especialização de pessoal

02 — Escola Superior de Guerra

Onde se lê:

1) Despesas com instrutores e pessoal militar Cr\$ 1.400.000

Leia-se:

1) Despesas com instrutores e pessoal auxiliar Cr\$ 1.400.000

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.852 — DE 5 DE MAIO DE 1953

*Modifica o artigo 1.º da Lei n.º 1.673, de 18 de setembro de 1952, (que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílio para funeral).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É feita na Lei n.º 1.673, notificação do artigo 1.º que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), a fim de ocorrer às despesas com funeral, realizadas no exercício de 1951 pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.853 — DE 5  
DE MAIO DE 1953

*Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, no quinquênio de 1951-1956.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Vigorará no Território do Acre, no quinquênio de 1951-1956, a divisão administrativa e judiciária fixada pelo Decreto-lei n.º 6.163, de 31 de dezembro de 1943, e alterações posteriores, observado, em relação à Justiça da 2.ª Instância, o que a respeito dispuser a lei de Organização Judiciária dos Territórios.

Parágrafo único. Se novo quadro Territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1956 ficará automaticamente prorrogada a vigência desta divisão até que a nova entre em vigor.

- Art. 2.º ..... (Vetado) .....
- Art. 3.º ..... (Vetado) .....
- Art. 4.º ..... (Vetado) .....
- Art. 5.º ..... (Vetado) .....

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de  
Lima

LEI N.º 1.854 — DE 7  
DE MAIO DE 1953

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados, o crédito especial de Cr\$ 5.652.000,00, para pagamento aos Deputados, da ajuda de custo devida pela convocação extraordinária, feita pelo Presidente da República, no período de 15 de janeiro a 9 de março de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo abrirá ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 5.652.000,00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), para pagamento aos Deputados, da ajuda de custo devida pela convocação extraordinária, feita pelo Presidente da República, no período de 15 de janeiro a 9 de março de 1953.

Art. 2.º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

LEI N.º 1.855 — DE 14  
DE MAIO DE 1953

*Abre ao Congresso Nacional créditos especiais e suplementar para pagamento do abono de emergência e salário-família aos servidores da Secretaria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — de acôrdo com o artigo 2.º da Resolução n.º 268, de 1953, o crédito especial de Cr\$ 5.172.180,00 (cinco milhões, cento e setenta e dois mil, cento e oitenta cruzeiros), para pagamento do abono de emergência aos servidores da Secretaria da Câmara dos Deputados, de dezembro de 1952 a dezembro de 1953.

Art. 2.º E' igualmente aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à Verba 3 — Consignação 4 — Sub-consignação 60 — Salário-família — 01 — Câmara dos Deputados — relativo ao Anexo n.º 2 — Congresso Nacional (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).

Art. 3.º E' ainda aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — de acôrdo com a resolução n.º 1, de 1953, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.079.000,00 (três milhões e setenta e nove mil cruzeiros), para pagamento do abono de emergência aos servidores da Secretaria do Senado Federal, de dezembro de 1952 a dezembro de 1953, e diferença de salário-família no mês de dezembro de 1952.

Art. 4.º Os créditos a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 3.º, desta Lei, automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, serão assim distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

LEI N.º 1.856 — DE 14  
DE MAIO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne, e aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e antibióticos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, salvo taxas de previdência social, aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne destinadas à alimentação de pequenos animais, bem

como aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e antibióticos, destinados ao enriquecimento, sanidade e equilíbrio das rações balanceadas.

Parágrafo único. Os benefícios desta Lei somente abrangem as tortas e farinhas de carne que atendam às especificações tecnológicas previstas no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29.651, de 8 de junho de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lázer

LEI N.º 1.857 — DE 14 DE MAIO DE 1953

*Cria as Coletorias Federais de São João de Meriti e Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criadas as Coletorias Federais de São João de Meriti e Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O Ministério da Fazenda providenciará para que as exatarias criadas sejam providas, na forma da legislação vigente, com o pessoal indispensável à execução dos seus serviços.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 104 000 00 (cento e quatro mil cruzeiros) destinado a atender às despesas iniciais de instalação e as de aluguel, no período de julho a dezembro do corrente exercício financeiro, o qual correrá por conta da seguinte classificação:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. 11 — Mobiliário de escritório, de biblioteca, de ensino e doméstico em geral, máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca e ensino.

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

18 — Diretoria das Rendas Internas

03 — Coletorias Federais .....

Cr\$.

80.000,00

VERBA 3 - SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação X — Diversos

S/c. 77 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

18 — Diretoria das Rendas Internas

03 — Coletorias Federais ..... 24.000,00

104.000,00

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

LEI N.º 1.858 — DE 15  
DE MAIO DE 1953

*Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 10, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São isentas do pagamento da taxa a que se referem as Leis ns. 156, de 27 de novembro de 1947, e 1.383, de 13 de junho de 1951, as remessas de fundos para pagamentos de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.

Art. 2.º Para terem direito aos benefícios constantes desta Lei, deverão os importadores comprovar o registro de seus produtos no Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.859 — DE 19  
DE MAIO DE 1953

*Altera o artigo 109, do Decreto-lei número 3.651, de 25 de setembro de 1941 — (Código Nacional de Trânsito).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70,

§ 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Acrescente-se ao artigo 109, do Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941, o seguinte parágrafo:

*“Parágrafo único. Os condutores amadores que se achem habilitados a dirigir veículos de motor de explosão, poderão também dirigir caminhões, camionetas e “jeeps” quando de seu uso e propriedade, sem que fiquem por isso obrigados às provas especializadas, contribuições de previdência social e outras exigências a que estão sujeitos os condutores profissionais”.*

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.860 — DE 19  
DE MAIO DE 1953

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens d'atnados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70,

§ 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção dos impostos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para o altar de mármore que, procedente da Holanda, destina-se à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a ser recebido pelo Reitor daquele Seminário e, ainda para três imagens de Santa Paula Frassinetti, consignadas à Superiora do Colégio São José do Recife, para os templos da sua Ordem.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.861 — DE 19  
DE MAIO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para o 1.º Congresso Nacional de Fumo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .... Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), como auxílio ao Instituto Bahiano de Fumo, pela realização do 1.º Congresso Nacional de Fumo, em Salvador, nos dias 7 a 15 de junho de 1952, patrocinado pelo Governo do Estado da Bahia.

Art. 2.º O Instituto Bahiano de Fumo, dentro de 60 (sessenta) dias submeterá à consideração do Ministério da Agricultura, para sua apreciação e orientação, no que concerne às medidas e providências sugeridas pelos representantes da lavoura e da indústria fumageiras em todo o país, completo memorial a respeito de todos os assuntos ali ventilados, notadamente cultivo do fumo e processos tecnológicos para o seu beneficiamento, política econômica, indústria e comércio, defesa dos interesses dos plantadores,

fermentadores, enfardadores, cooperativas e sindicatos patronais e de empregados.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.862 — DE 21 DE MAIO DE 1953

*Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente do Ministério da Guerra, de pedir retificação do ato de sua nomeação para o referido cargo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' relevada a prescrição em que incorreu o direito do funcionário aposentado do Exército, Quadro I, de Escrevente do Ministério da Guerra, Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, de pedir retificação do ato de sua nomeação para o mesmo quadro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.863 — DE 21 DE MAIO DE 1953

*Assegura o direito à habilitação post-mortem, perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e das outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao cônjuge ou aos filhos, sucessores sobreviventes dos servidores do Estado, que faleceram até um ano após a vigência do Decreto-lei número 3.347, de 12 de junho de 1941, e que não contribuíram para o período, a que estavam obrigados, será

concedido um auxílio especial de importância correspondente a 80% (oitenta por cento) do pecúlio para o qual deveriam ter contribuído.

Art. 2.º A concessão será feita pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), que efetuará o pagamento por conta da União, atendida a despesa nos termos do disposto nos §§ 1.º e 2.º do Art. 3.º do Decreto-lei n.º 8.768, de 21 de janeiro de 1946.

Art. 3.º O pagamento do auxílio especial será feito ao cônjuge sobrevivente, se houver, pela importância total ou, não havendo, aos filhos, em partes iguais, desde que a concessão, numa ou noutra hipótese, seja requerida ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação da presente Lei.

Art. 4.º Para o recebimento do benefício, de que trata esta Lei, não será admitida a intervenção de procurador em qualquer fase do processo, salvo caso de manifestação, impedimento, por parte do interessado ou interessados, a juízo exclusivo do presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Art. 5.º O referido Instituto adotará os meios que possam facilitar ao máximo a habilitação ao benefício e o respectivo recebimento, por parte do interessado ou interessados, assistindo-lhes, no que for cabível, para a obtenção de documentos e constituição de tutelas e curatelas legais e descontando qualquer despesa feita para esse fim, da importância a ser paga.

Art. 6.º As repartições e entidades às quais couber apurar e fornecer os dados necessários à regularização da situação dos servidores falecidos, para o efeito do disposto nesta Lei, adotarão as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade dos respectivos dirigentes por qualquer demora não regulamentar.

Art. 7.º Aplicar-se-á esta Lei a todos os casos anteriores à sua vigência, ainda que já tenha sido proferida decisão definitiva na instância administrativa.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.864 — DE 23 DE MAIO DE 1953

*Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Hercília Cruz de Pontes Câmara, filha de Oswaldo Cruz.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Hercília Cruz de Pontes Câmara, filha de Oswaldo Cruz.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.865 — DE 26 DE MAIO DE 1953

*Reconhece o diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto n.º 421, de 11 de maio de 1938.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É assegurado o exercício profissional no território nacional, aos diplomados em arquitetura pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938.

Parágrafo único. Só os arquitetos que tenham seus diplomas registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 3.ª Região terão direito às vantagens desta Lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1953.

— João Café Filho.



LEI N.º 1.866 — DE 26 DE MAIO DE 1953

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a mandar erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas, para onde serão trasladados os restos mortais dos marechais Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca e do Dr. Tavares Bastos.

Art. 2.º É declarado feriado, no Estado de Alagoas, o dia em que desembarcarem em Maceió os despojos dos insignes brasileiros.

Art. 3.º Para cumprimento da presente Lei e o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1953.  
— João Café Filho.

LEI N.º 1.867 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para atender a despesas realizadas no exercício de 1951.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de ..... Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), a fim de ocorrer às seguintes despesas realizadas no exercício de 1951:

Cr\$

1. Gêneros de alimentação e de dieta; alimentos preparados; animais para corte; gêlo; artigos para fumantes ..... 20.000.000,00
2. Vestuários, uniformes e equipamentos; ar-

tigos e peças acessórias; roupas de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos .. 30.000.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.868 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 1.162,50, a Edith Henriques Dutra, viúva do Dr. José Bourdot Dutra, ex-professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 1.162,50 (mil cento e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos) mensal a Edith Henriques Dutra, viúva do Dr. José Bourdot Dutra, ex-professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, da Universidade do Brasil.

Parágrafo único. A despesa para o pagamento da pensão de que trata este artigo correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.869 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, passa a ter a seguinte redação:

*"Art. 1.º. As consignações em pagamento e, em geral, as importâncias em dinheiro cujo levantamento ou utilização depender de autorização judicial, serão obrigatoriamente recolhidas ao Banco do Brasil ou às Caixas Econômicas Federais e Estaduais e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a critério do juízo competente."*

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.870 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 30.000,00 anuais à viúva de Luiz Campos Teixeira, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida pensão especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais a Marieta Braga Teixeira, viúva de Luiz Campos Teixeira, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas, assassinado por motivos políticos, quando à disposição do Governo Federal.

Art. 2.º A pensão concedida pela presente Lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.871 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Dá ao atual aeroporto de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, o nome de Aeroporto Dix-Sept Rosado.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º Passa a ter a denominação de Aeroporto Dix-Sept Rosado o atual Aeroporto de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.872 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Denomina Sanatório Adriano Jorge, o Sanatório para tuberculosos, construído pelo Governo Federal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º Terá a denominação de Sanatório Adriano Jorge o sanatório para tuberculosos construído pelo Governo Federal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.873 — DE 27  
DE MAIO DE 1953

*Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no combate à revolução comunista em 1935.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70,

parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º As pensões dos herdeiros dos militares que perderam a vida no combate à revolução comunista, e nos movimentos revolucionários de 1930 e 1932, passam a ser iguais aos vencimentos do posto ou graduação fixados na Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 2.º Essas pensões serão revistas e atualizadas sempre que forem modificados os vencimentos do pessoal da ativa.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.874 — DE 29  
DE MAIO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a reconstrução e reparos indispensáveis à boa conservação da Catedral de Belém, no Estado do Pará.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a auxiliar a reconstrução e reparos indispensáveis à boa conservação da Catedral de Belém, no Estado do Pará.

Art. 2.º Para a execução do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 500.000,00 — (quinhentos mil cruzeiros).

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.875, DE 2 DE JUNHO DE 1953

*Releva a prescrição do montepio e meio sôldo dos beneficiários do Tenente Gustavo Sampaio.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' relevada a prescrição quinquenal em que incorreram o montepio e o meio sôldo a que fizeram juz as beneficiárias do Tenente Gustavo Sampaio, morto em combate na defesa da legalidade, a 10 de novembro de 1893.

Art. 2.º Para efeito da habilitação contar-se-á às beneficiárias novo prazo legal, cujo termo inicial será contado da data da publicação desta Lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.876, DE 2 DE JUNHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 843.146,10 (oitocentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e seis cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições, cuja relação consta do processo fichado no Tesouro Nacional sob o n.º 125.572-47.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.877, DE 2 DE JUNHO DE 1953

*Concede isenção de impostos e taxas para a importação de estampas e máquina impressora destinadas à Associação das Obras Pavyonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de impostos, taxas e demais direitos, com exceção da taxa de previdência, para a importação de quatro caixas contendo um milhão de estampas religiosas e de outras quatro caixas contendo uma pequena máquina impressora, acessórios e tipos, e que se destinam à Associação das Obras Pavyonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo, volumes esses chegados da Itália pelo vapor "Andréa C".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.878 — DE 5 DE JUNHO DE 1953

*Exclui da relação contida no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Fica excluído da relação contida no art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Manaus.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.879 — DE 5 DE JUNHO DE 1953

*Concede isenção de direitos aduaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca "Chevrolet", importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos aduaneiros e demais taxas, exceto a de previdência social, para duas ambulâncias, marca "Chevrolet", importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e destinadas ao serviço de seu Pronto Socorro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.880 — DE 5 DE JUNHO DE 1953

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de tributos, exceto a taxa de previdência social, para o material abaixo relacionado, importado para as seguintes entidades:

1) Uma camioneta marca "Chevrolet" (Station Wagon) n.º 2.045 TIOY, destinada à Beneficência Santo Afonso da Renascença, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

2) Um altar e uma estátua da Imaculada Conceição, destinados à Pia União das Filhas de Maria, na Paróquia de São Rafael, no Estado de São Paulo;

3) Uma imagem religiosa denominada "Grupo de São Francisco", des-

tinada à Igreja de Porciúncula, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro;

4) Uma imagem destinada à Cúria Metropolitana de São Paulo;

5) Uma casula dourada e seus acessórios, duas dalmáticas douradas, duas estolas, um véu para bênção, uma estola dourada, uma capa para bênção, uma frente de altar, para o Seminário Apostólico N. S. da Salette de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul;

6) Um órgão destinado à Matriz de São Cosme e Damião, no Distrito Federal;

7) Um sino de bronze para a Paróquia de São Marcos, em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.881 — DE 5 JUNHO DE 1953

*Assegura a Simone de Guaraná Guia o direito a pensão especial, concedida pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É assegurado a Simone de Guaraná Guia, irmã do Capitão de Corv. a Stelio de Guaraná Guia, o direito a pensão especial de que trata o art. 3.º do Decreto-lei n.º 3.269, de 14 de maio de 1941, concedida aos herdeiros dos militares, pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943, relevada, para esse fim a prescrição em que haja incorrido.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.882 — DE 9 DE JUNHO DE 1953

*Altera o art. 63, Título II, Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 63, Título II, Serviço Telegráfico Exterior, da Lei número 498, de 28 de novembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 63. O serviço telegráfico exterior está sujeito ao pagamento das seguintes taxas terminal e de trânsito em franco-ouro:

1 — *Telegramas particulares ordinários:*

Taxas por telegrama até 5 palavras:

Fr.

a) de e para os países do continente americano .....	0,60
b) de ou para os países extra-americanos .....	1,20
Taxa por palavra, além das 5 primeiras:	
a) de e para os países do continente americano .....	0,12
b) de ou para os países extra-americanos .....	0,24

§ 1.º Os telegramas particulares urgentes estão sujeitos ao pagamento do dobro da taxa dos telegramas particulares ordinários e ao mesmo limite mínimo correspondente à taxa de 5 palavras por unidade.

§ 2.º Os agentes diplomáticos e os Cônsules de carreira domiciliados no país gozarão do abatimento de 50 por cento nos telegramas oficiais trocados com os respectivos governos.

2 — *Cartas Telegráficas — -LT-:*

(redução de 50 por cento da taxa aplicada aos telegramas particulares ordinários).

Taxa por telegrama até 22 palavras: Fr.

- a) de e para os países do continente americano..... 1,32
- b) de ou para os países extra-americanos..... 2,64

Taxa por palavra, além das 22 primeiras:

- a) de e para os países do continente americano..... 0,06
- b) de ou para os países extra-americanos..... 0,12

§ 3.º O texto das cartas telegráficas não pode ser redigido em linguagem secreta.

3 — *Telegramas de Imprensa:*

Taxa por telegrama até 10 palavras: Fr.

- a) de e para os países do continente americano..... 0,10
- b) de ou para os países extra-americanos..... 0,20

Taxa por palavra, além das 10 primeiras:

- a) de e para os países do continente americano..... 0,01
- b) de ou para os países extra-americanos..... 0,02

§ 4.º A taxa por palavra de telegrama de imprensa urgente é equivalente à taxa por palavra de telegrama particular ordinário, obedecido o limite mínimo de dez palavras por unidade.

4 — *Radiotelegramas costeiros:* Fr.

- a) Taxa por palavra, compreendida a transmissão entre a estação costeira e a telegráfica a que estiver ligada diretamente ..... 0,30
- b) Taxa por palavra, além da anterior, quando houver outro percurso elétrico fora da localidade em que se ache a estação costeira ..... 0,15

5 — *Telegramas de fronteira:* Fr.

Taxa por telegrama até 30 palavras ou fração desse número, entre estações brasileiras e estrangeiras limitrofes ..... 1,00

6 — *Telegramas múltiplos (cópias):* Fr.

- a) Até o limite de 50 palavras ..... 1,00
- b) Por grupo de 50 palavras, das excedentes ou por qualquer fração desse grupo ..... 0,50

§ 5.º O número de cópias a extrair será igual ao número de endereços.

7 — *Radiocomunicações de múltiplos destinos, transmitidas ou recebidas:* Cr\$

Contribuição mensal ..... 1.000,00

8 — *Telegramas particulares ordinários em trânsito, de que trata o artigo 12 do Decreto-lei n.º 4.525, de 23 de julho de 1942:*

Contribuição por palavra..... Fr. 0,075

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

## LEI N.º 1.883 — DE 9 DE JUNHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos no exterior.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas, pelo Departamento de Correios e Telégrafos, à União Internacional de Telecomunicações, à União Postal das Américas e Espanha, à União Postal Universal, à Conferência Internacional de Telecomunicação de Buenos Aires, e à Conferência Interamericana, de Montevideú.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

## LEI N. 1.884 — DE 10 DE JUNHO DE 1953

*Dispõe sobre a repressão do contrabando e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A zona fiscal a que se refere o Art. 5.º do Decreto n. 12.328, de 27 de dezembro de 1916 baixado em virtude do Art. 104, inciso 5, da Lei n. 3.089, de 8 de janeiro do mesmo ano, abrange uma faixa ao longo de toda a fronteira com as Repúblicas do Uruguai, da Argentina e do Paraguai e com um fundo de cinquenta quilômetros para o lado do Brasil.

§ 1.º Feita a demarcação da faixa com o estabelecimento da linha de fundo, o Governo a definirá em decreto.

§ 2.º Compreende-se na zona fiscal a totalidade do Município atravessado pela linha de fundo ainda que parte do mesmo fique fora desta.

Art. 2.º Nenhuma mercadoria ou tropa de gado de procedência estrangeira poderá entrar ou sair, transitar ou trafegar, na zona fiscal, delimitada no artigo anterior, sem estar acompanhada dos documentos exigidos por lei ou regulamento.

Art. 3.º Os produtos animais ou mercadoria, de origem nacional, circularão livremente, dispensados de qualquer formalidade especial.

Parágrafo único — Por necessidade da fiscalização, a juízo do Ministro da Fazenda, poderão, somente dentro da zona delimitada no Artigo 1.º e com prazo certo, determinados produtos nacionais ficar sujeitos às restrições impostas às mercadorias estrangeiras e nacionalizadas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1953; 132.º da Independência e 95.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

## LEI N.º 1.885 — DE 10 DE JUNHO DE 1953

*Assegura a Ruth Pereira Pires Ferreira, viúva do Tenente-Coronel do Exército Alkindar Pires Ferreira, a pensão estipulada no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.263, de 14 de maio de 1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' assegurada a Ruth Pereira Pires Ferreira, viúva do Tenente-

te-Coronel do Exército Alkindar Pires Ferreira, a pensão estipulada no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 3.269, de 14 de maio de 1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943, relevada, para esse fim, a prescrição em que haja incorrido.

Art. 2.º A despesa correrá a conta da Verba orçamentária, do Ministé-

rio da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.886 — DE 11 DE JUNHO DE 1953

*Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aprovado o Plano do Carvão Nacional, consubstanciado nos empreendimentos constantes do Anexo n.º 1 desta Lei e demais providências que ela menciona, e destinado a conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, a fim de ampliar-lhe a produção, regularizar o seu fornecimento, reduzir-lhe os preços e melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima.

Parágrafo único. O Plano do Carvão Nacional será completado, entre outras medidas, por outro de construção e equipamento de usinas termoeletricas, utilizando carvão nacional nos Estados onde se situam as jazidas desse combustível e junto às regiões de grande densidade de uso de energia elétrica, com o duplo objetivo de possibilitar melhor aproveitamento das fontes de energia hidráulica e de atender à eletrificação progressiva das vias férreas nacionais.

Art. 2.º Para custeio das despesas com a execução deste Plano, inclusive financiamentos a empresas privadas, é aberto o crédito especial de Cr\$ 955.000.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco milhões de cruzeiros), que o Poder Executivo é autorizado a aplicar de acordo com o seguinte esquema:

	Cr\$
Exercício de 1953 .....	200.000.000,00
Exercício de 1954 .....	200.000.000,00
Exercício de 1955 .....	200.000.000,00
Exercício de 1956 .....	245.000.000,00
Exercício de 1957 .....	110.000.000,00

Parágrafo único Serão incluídas nos orçamentos anuais as dotações destinadas ao custeio dos empreendimentos constantes do Anexo n.º 2, desta lei, essenciais ao Plano do Carvão Nacional, e para os quais já existe autorização na Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a realizar operações externas de crédito, até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), ou o equivalente em outra unidade monetária, para financiar, no exterior, as despesas necessárias à execução deste Plano.

§ 1.º As condições desse financiamento serão semelhantes às de operações análogas já contratadas ou garantidas pelo Governo Federal.

§ 2.º Poderá ainda o Poder Executivo, nesse limite, dar a garantia do Tesouro a operações de crédito de entidades públicas ou privadas para os objetivos consignados nesta lei, aprovadas pela Comissão a que se refere o artigo seguinte.

Art. 4.º E' criada uma Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, diretamente subordinada ao Presidente da República e integrada por uma Diretoria e um Conselho Consultivo.



§ 1.º A Diretoria será composta de um Diretor Executivo e dois Diretores Assistentes.

§ 2.º O Conselho Consultivo, que será presidido pelo Diretor Executivo, constituir-se-á de um representante de cada um dos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Central do Brasil, Companhia Siderúrgica Nacional e Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão, bem como dos governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são os Estados produtores mencionados no Plano.

§ 3.º Os membros da Diretoria e do Conselho Consultivo serão de livre escolha e nomeação do Presidente da República, exceto o representante do Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão, que será escolhido de lista tripla de nomes apresentada pela Diretoria desse órgão sindical.

§ 4.º O Diretor Executivo perceberá a gratificação mensal de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros); os Diretores-Assistentes a de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); e os membros do Conselho Consultivo, salvo seu presidente, a gratificação de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), por sessão a que comparecerem até o máximo de 40 (quarenta) sessões por ano.

§ 5.º A Comissão Executiva se extinguirá em 31 de dezembro de 1957, devendo antes apresentar relatório final de seus trabalhos, do qual constará um estudo da situação da indústria carvoeira, nessa época, e de suas perspectivas imediatas.

§ 6.º Aos membros da Comissão Executiva aplicar-se-ão as disposições da legislação relativa a deveres, direitos e vantagens dos servidores públicos civis da União.

Art. 5.º Compete à Comissão Executiva:

a) determinar e supervisionar a elaboração e execução dos projetos específicos relativos aos vários setores de obras e serviços previstos no Plano, utilizando, tanto quanto possível, os órgãos próprios da União e dos Estados;

b) determinar e supervisionar a preparação das especificações do equipamento, a servirem de base às encomendas diretas que fizer no exterior;

c) decidir sobre os pedidos de financiamento, celebrando os contratos respectivos, de acordo com esta lei.

d) promover, em colaboração com os órgãos competentes, a pronta execução das encomendas e da remessa de equipamentos do exterior;

e) obter pelos meios mais apropriados e através dos órgãos especializados, a cooperação da técnica nacional e estrangeira na realização de pesquisas geológicas e tecnológicas, visando ao aproveitamento do carvão nacional e de seus subprodutos, e à localização e caracterização de novas jazidas;

f) estudar planos de industrialização e eletrificação regionais, para incrementar o uso do carvão nas zonas produtoras, utilizando para isso, tanto quanto possível, os serviços técnicos dos órgãos próprios da União e dos Estados;

g) elaborar seu regimento interno, organizar seus serviços, admitir e requisitar o pessoal a eles necessário, na forma da legislação, e arbitrar gratificações;

h) promover qualquer outra medida que julgue conveniente à execução do Plano do Carvão Nacional;

i) zelar pelo cumprimento das determinações legais que impedem a importação de equipamento industrial que utilize combustível sólido e não seja apropriado ao caso do carvão nacional.

§ 1.º Compete à Diretoria, sob a direção imediata do Diretor Executivo, promover e coordenar a execução do Plano.

§ 2.º O Conselho Consultivo deverá pronunciar-se, previamente, sobre todas as questões submetidas à decisão do Presidente da República, competindo-lhe, ainda manifestar-se sobre quaisquer outros assuntos que lhe forem encaminhados pelo Diretor Executivo e sugerir a este as medidas que lhe pareçam convenientes à eficiente execução do Plano.

Art. 6.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder financiamento, até o total de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), às empresas mineradoras que desejarem mecanizar a extração e montar lavadores para o carvão por elas produzido.

§ 1.º Para gozar do benefício desse financiamento, a empresa mineradora deverá apresentar à Comissão Executiva pedido fundamentado em que descreva o projeto de mecanização, com indicação da produção prevista e dos custos e métodos de lavra e de beneficiamento, demonstração de reservas e de condições apropriadas da camada a explorar, além da prova de organização técnico-administrativa para a aplicação dos novos processos de mineração e lavagem.

§ 2.º Nos pedidos de financiamento, o Departamento Nacional da Produção Mineral dará parecer acerca da viabilidade do projeto.

§ 3.º As empresas mineradoras que solicitarem financiamento deverão apresentar, concomitantemente, planos de assistência social aos seus empregados com especificação dos respectivos custos, ou demonstrar que tal assistência já está sendo prestada de forma satisfatória.

Art. 7.º Nos contratos de financiamento firmados nos termos do artigo anterior, as empresas mineradoras assumirão o compromisso de aceitar o esquema de produção e comércio que tiver sido estabelecido para cada Estado, e porão sempre sua contabilidade à disposição da Comissão Executiva e do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, para que este, de acordo com a legislação em vigor, possa fixar adequadamente os preços do carvão nacional dos vários tipos e procedências.

§ 1.º No cálculo desses preços serão considerados os benefícios concedidos em virtude do disposto no artigo anterior e a necessidade de atribuir às empresas de mineração lucros compatíveis com os riscos da indústria.

§ 2.º Poderão também ser financiadas as empresas produtoras de carvão para consumo próprio desde que se enquadrem no esquema geral de produção que tiver sido estabelecido.

Art. 8.º A Comissão Executiva, ouvido o D. N. P. M., baixará instruções compulsórias aos mineradores beneficiados diretamente por esta lei, acerca dos processos de extração e lavagem do carvão.

Parágrafo único. No caso da mineração de Santa Catarina, tais instruções deverão visar, precipuamente, à racionalização da produção do carvão de tipo metalúrgico.

Art. 9.º E' o Poder Executivo autorizado a proceder à encampação ou desapropriação do Porto de Imbituba, podendo permitir que a empresa concessionária realize as obras previstas neste plano no prazo estabelecido, caso haja nisso conveniência.

Parágrafo único. No caso de reversão do porto ao domínio da União, poderá o Presidente da República:

- a) autorizar seja ele explorado sob regime de arrendamento;
- b) determinar que a Comissão Executiva superintenda a sua administração, enquanto não atribuída a outra entidade.

Art. 10. A Comissão Executiva promoverá a aquisição de embarcações apropriadas, em número e com características que permitam o transporte eficiente e econômico do carvão.

Parágrafo único. Essas embarcações serão reservadas para as linhas de transporte de carvão e só poderão ser destinadas a outros fins mediante audiência da Comissão Executiva e, após sua extinção, do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Art. 11. O uso das facilidades de porto e de transporte que forem estabelecidas ficará limitado aos tipos de carvão aprovados pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, evitando-se, tanto quanto possível, a exportação de carvão bruto ou com características julgadas inconvenientes pelos órgãos competentes.

Art. 12. Nenhuma decisão administrativa, que se reflita sobre a economia do carvão nacional, ou sobre a integridade e exequibilidade desta lei, será tomada sem prévia audiência da Comissão Executiva.

§ 1.º Quando a Comissão Executiva discordar de proposta feita por qualquer órgão de administração pública federal, relativa ao carvão ou capaz de refletir-se sobre a execução do Plano caberá recurso da decisão, com efeito suspensivo, para o Presidente da República que resolverá afinal.

§ 2.º Na fixação das tarifas de serviços públicos e de fretes para carvão será sempre ouvido o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, devendo ser adotadas as taxas de amortização e juros usuais para tais casos.

Art. 13. E' o Poder Executivo autorizado a conceder financiamento até o total de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para instalação de uma central termo-elétrica na região carvoeira do Paraná e outra na de Santa Catarina, destinadas ao aproveitamento do carvão de tipo não exportável, anti-econômico ou residual.

Parágrafo único. Vetado.

cada Estado, mediante requerimento acompanhado do projeto, orçamento, memória justificativa da usina, bem como prova da idoneidade moral, financeira e técnica do pretendente. Submetidas estas informações ao Conselho Consultivo e a Diretoria, cabe-lhes decidir sobre o referido requerimento.

Art. 14. E' o Poder Executivo autorizado a conceder, até o total de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), financiamento às indústrias nacionais que utilizem a pirita do carvão nacional na produção de ácido sulfúrico ou de enxofre.

Parágrafo único. Os financiamentos serão concedidos mediante requerimento em que descrevam as instalações da pretendente e sua situação econômica e se forneçam esclarecimentos sobre o processo de produção a empregar, que será submetido à apreciação do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Art. 15. E' o Poder Executivo autorizado a conceder financiamento até o total de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) às empresas mineradoras que desejarem ampliar ou criar serviços de assistência social e melhorar as condições de vida dos trabalhadores da indústria do carvão, inclusive pela elevação do seu orçamento familiar.

Parágrafo único. A Comissão Executiva realizará empreendimentos relativos à assistência social no interesse dos trabalhadores na indústria do carvão, despendendo, a partir de 1953, a quantia total de 15 milhões de cruzeiros.

Art. 16. Os financiamentos previstos nos artigos 6.º, 14 e 15 serão realizados sob condições favoráveis de juros e amortização, mediante garantias adequadas.

Parágrafo único. Os contratos-tipo, as taxas de juros e os planos de resgate dos financiamentos serão submetidos à aprovação do Presidente da República.

Art. 17. Os financiamentos às empresas privadas serão concedidos pela Comissão Executiva.

§ 1.º A Comissão Executiva poderá contratar com o Banco do Brasil S. A. ou Caixa Econômica Federal a administração dos financiamentos que conceder a empresas privadas.

§ 2.º Poderá ainda a Comissão contratar com o Banco do Brasil S. A. ou outras entidades oficiais de crédito os próprios financiamentos, nos limites estabelecidos pelos artigos 6.º, 14 e 15, mediante sua aprovação aos empréstimos em cada caso, correndo a diferença de juros por conta das verbas autorizadas nesta lei e das dotações que a seguir forem consignadas nos orçamentos.

§ 3.º Os contratos previstos nesta lei serão isentos do imposto do selo.

Art. 18. Os contratos de financiamento serão submetidos a registro no Tribunal de Contas.

Parágrafo único. A fiscalização do cumprimento dos contratos de financiamento compete à Comissão Executiva e, após sua extinção, ao Departamento Nacional da Produção Mineral, podendo ser transferida ao órgão financiador.

Art. 19. Obtidos os financiamentos externos ou internos, na forma dos artigos 3.º e 17, § 2.º ou realizados pelas próprias empresas privadas os investimentos previstos nesta lei, só serão aplicadas, das dotações correspondentes, constantes do Anexo n.º 1, as parcelas que se destinarem a satisfazer os encargos daqueles financiamentos, consignando os orçamentos posteriores a 1955 as dotações necessárias ao serviço de amortização e juros.

Art. 20. O Presidente da República, ouvida a Comissão Executiva, expedirá os atos necessários à solução das seguintes questões decorrentes da execução do Plano:

- a) modalidade de administração ao Lavador de Capivari;
- b) modalidade de administração da frota carvoeira;
- c) distribuição da produção oriunda do Lavador de Capivari, de modo a atender, precipuamente, à indústria siderúrgica;
- d) fixação dos critérios para cálculo das tarifas de fornecimento de energia elétrica à mineração e indústria do carvão nas zonas produtoras, de modo a assegurar condições de produtividade.

Art. 21. Os equipamentos necessários à racionalização da indústria do carvão, encomendados dentro de 4 (quatro) anos, gozarão, ouvida a Comissão Executiva, de prioridade na concessão de câmbio e de licença de importação bem como de isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social.

Art. 22. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, que não resultem dos investimentos ou destinações específicas previstos nos itens 1 a 12 do Anexo n.º 1, serão atendidas com a dotação consignada no item 15.

Art. 23. As dotações de que trata o art. 2.º, após registro pelo Tribunal de Contas, serão postas no Banco do Brasil, por antecipação, à disposição do Diretor Executivo, que as movimentará livremente e comprovará o seu emprego perante o Tribunal de Contas no final de cada exercício pelo processo de tomada de contas.

Art. 24. Para efeito de aplicação, as dotações mencionadas no artigo 2.º terão validade até o exercício de 1957.

Parágrafo único. As economias que eventualmente puderem ser feitas, em qualquer setor ou item do Anexo n.º 1, salvo as referidas no art. 19, poderão ser aplicadas, a juízo do Presidente da República, no reforço da dotação destinada a outro setor ou item, nos termos desta lei.

Art. 25. Vetado. presente exercício correrão à conta das dotações destinadas à racionalização da indústria do carvão, constantes do Anexo n.º 4, Verba 4, consignação IX, Sub-consignação 23, item 5, alínea 03, do orçamento vigente.

Art. 26. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horácio Laje.

# ANEXO N.º 1

## PLANO DO CARVÃO NACIONAL

### ESPECIFICAÇÃO DAS DOTAÇÕES

#### I - Setor Transportes:

##### a) em Santa Catarina:

- |  |                |
|--|----------------|
| 1 -- Construção do porto de Imbituba, permitindo acostagem de navios de 10 m de calado e carga mecânica do carvão, e indenizações correlatas ..... | 160.000.000,00 |
| 2 -- Aquisição de uma frota carvoeira, para transporte a granel .....  | 110.000.000,00 |

Cr\$

b) no Rio Grande do Sul:	
3 — Construção de ramais ferroviários para as minas .....	20.000.000,00
4 — Instalação de uma Central termo-elétrica, (vetado) .....	10.000.000,00
5 — Para dragagem dos (vetado) rios Guaíba e rio de Xarqueadas .....	200.000.000,00
c) no Paraná:	
6 — Ligação ferroviária entre as estações de Lissimaco Costa e Ventania .....	20.000.000,00
d) na Estrada de Ferro Central do Brasil:	
7 — Construção de uma carvoeira (vetado) .....	10.000.000,00
e) no porto do Rio de Janeiro:	
8 — Aparelhamento do pátio de carvão e dragagem .....	25.000.000,00
no Estado do Rio de Janeiro:	
9 — Construção do porto de Itacurussá .....	25.000.000,00
II — Setor Mineração e Indústria:	
10 — Financiamento da aquisição e instalação de equipamento para as minas e de aparelhagem para a lavagem do carvão .....	180.000.000,00
11 — Financiamentos das indústrias que utilizarem carvão nacional como matéria prima, que consumirem pirita do carvão nacional ou que se destinarem a obter enxofre dessa pirita .....	50.000.000,00
12 — Assistência social aos trabalhadores da indústria .....	30.000.000,00
13 — Instalação de uma central termo-elétrica na região carvoeira do Paraná e outra na de Santa Catarina, destinadas ao aproveitamento do carvão de tipo não exportável, anti-econômico ou residual .....	50.000.000,00
III — Setor Pesquisa, Administração e eventuais:	
14 — Pesquisa de carvão e investigações tecnológicas sobre seu melhor aproveitamento .....	50.000.000,00
15 — Despesas administrativas com a execução do Plano .....	20.000.000,00
16 — Diferenças de orçamento das obras previstas e outros empreendimentos sobre carvão, inclusive eventuais .....	20.000.000,00
IV — Para estabelecimento de uma usina siderúrgica, .... (vetado) ..... à base ..... (vetado) ..... de carvão nacional .....	
	500.000.000,00
TOTAL .....	1.480.000.000,00

## ANEXO N.º 2

## PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Aplicação de recursos, essenciais ao Plano, já autorizados pela Lei n.º 1.102, de 13 de maio de 1950:

## I — Setor Transportes:

## a) no Rio Grande do Sul:

- 1 — Construção de uma ponte sobre o Rio Jacuí, entre Triunfo e São Jerônimo.

- 2 — Melhorias na Viação Férrea Rio Grande do Sul.
- 3 — Prolongamento do cais acostável de Porto Alegre, até o parque carvoeiro.
- b) em Santa Catarina:
  - 4 — Melhorias na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.
  - 5 — Aparelhamento e obras no Porto de Laguna.
- c) no Paraná:
  - 6 — Melhorias na Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, mediante reforma dos ramais do Rio do Peixe e do Parana-panema, construção das variantes Wenceslau Braz-Itararé e Joaquim Murtinho-Itararé e aquisição de material rodante.
- d) na Estrada de Ferro Central do Brasil:
  - 7 — Aquisição de material rodante e de tração para transporte de carvão.
- e) no porto de Rio de Janeiro:
  - 8 — Aparelhamento do pátio de carvão e dragagem (a ser executado pelo concessionário).

LEI N.º 1.887 — DE 13 DE JUNHO DE 1953

*Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' contado aos servidores da União, unicamente para efeito de disponibilidade e de aposentadoria, o tempo de serviço por êles prestado como acendedores da antiga Inspetoria de Iluminação do Rio de Janeiro, admitidos de acôrdo com a parte final da cláusula XVI do contrato assinado entre a União e a Sociedade Anônima de Gás do Rio de Janeiro, em virtude do Decreto n.º 7.568, de 18 de novembro de 1909, para auxiliar o serviço de inspeção.

Art. 2.º A contagem do tempo de serviço a que se refere esta Lei será feita à vista do atestado fornecido pelo Diretor do Departamento de Iluminação e Gás, mencionando a data da admissão e o tempo de serviço prestado naquelas condições.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N. 1.888 — DE 13 DE JUNHO DE 1953

*Altera dispositivos dos Decretos números 19.606, de 19 de janeiro de 1931 e 20.377, de 8 de setembro do mesmo ano, revoga o Decreto número 26.747, de 3 de junho de 1949, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 23 do Decreto n. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, e o artigo 29 do Decreto n. 20.377, de 8 de setembro do mesmo ano, passam, um e outro, a ter a seguinte redação:

“Na farmácia só poderá funcionar consultório médico, quando licenciado pela autoridade sanitária, após verificar que o mesmo preenche as seguintes condições:

a) atender às exigências do regulamento sanitário;

b) ter um responsável devidamente habilitado;

c) estar isolado dos serviços privados da farmácia.

§ 1.º As injeções no consultório de farmácia, quando não forem feitas por médico, só poderão ser ministradas por pessoa habilitada e com autorização do médico responsável pelo consultório, preenchidas as duas exigências seguintes:

a) serem prescritas por médico;

b) se a receita transcrita no livro do receituário.

§ 2.º A autoridade sanitária determinará o fechamento do consultório, quando nêle houver prática de exercício ilegal da medicina ou infração do parágrafo 1.º, sendo o médico e o farmacêutico punidos com as penas estabelecidas pelo artigo 42 do Decreto n.º 20.931, de 11 de janeiro de 1932".

Art. 2.º Nenhum farmacêutico terá a direção técnica de mais de uma farmácia, sendo-lhe, porém, permitido manter, neste estabelecimento, seções

de artigos de toucador e de outras mercadorias afins com drogas e produtos medicinais, de acordo com o regulamento que expedir o governo, para execução deste dispositivo.

Art. 3.º É revogado o Decreto n.º 26.747, de 3 de junho de 1949.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de junho de 1953. — *João Café Filho*.

#### LEI N.º 1 889 — DE 13 DE JUNHO DE 1953

DISPÕE SOBRE OS OBJETIVOS DO ENSINO DO SERVIÇO SOCIAL, SUA ESTRUTURAÇÃO E AINDA AS PRERROGATIVAS DOS PORTADORES DE DIPLOMAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E AGENTES SOCIAIS.

O Congresso Nacional decreta e em promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O ensino do Serviço Social tem os seguintes objetivos:

I — Prover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;

II — Prover a formação do pessoal habilitado para execução e direção de órgãos do Serviço Social e desenvolvimento de seus ramos especiais.

Art. 2.º O ensino do Serviço Social é feito em nível superior em três séries, no mínimo, de duração de um ano cada uma.

Art. 3.º Dentro da orientação metodológica compatível com o nível superior do curso, a formação teórica e prática de Assistentes Sociais compreenderá o estudo das seguintes disciplinas, no mínimo:

I — Sociologia e Economia Social;

Direito e Legislação Social;

Higiene e Medicina Social;

Psicologia e Higiene Mental;

Ética Geral e Profissional.

II — Introdução e fundamentos do Serviço Social:

Métodos do Serviço Social;

Serviço Social de Casos — de Grupo — Organização Social da Comunidade;

Serviço Social em suas especializações;

Família — Menores — Trabalho — Médico.

III — Pesquisa Social.

Parágrafo único. As aulas de Serviço Social deverão atingir 1/4 no mínimo do total das aulas e as Escolas de Serviço Social deverão organizar os seus programas, atendendo a que no 1.º ano haja preponderância da parte teórica, no segundo ano seja observado o equilíbrio entre a parte teórica e prática e no 3.º ano haja preponderância da parte prática.

Art. 4.º As Escolas poderão manter ainda cursos de *post graduação*, destinados a especialização e aperfeiçoamento de Assistentes Sociais.

Parágrafo único. O certificado de curso de especialização somente será expedido mediante apresentação de diploma ordinário, registrado na forma da lei.

Art. 5.º O provimento de cadeiras nas Escolas de Serviço Social será feito por meio de professores contratados, assegurada a regência das cadeiras ou disciplinas de Serviço Social exclusivamente a Assistentes Sociais que tenham diplomas registrados na Diretoria do Ensino Superior, ou, excepcionalmente, por profissional estrangeiro especializado.

Parágrafo único. No provimento das cadeiras os Serviço Social referidas neste artigo, fica ressalvado o direito daqueles que as venham lecionando pelo menos há três anos.

Art. 6.º As Escolas de Serviço Social, em sua organização e funcionamento, regem-se pelo disposto nos Decretos-leis ns. 421, de 11 de maio de 1938, e 2.076, de 2 de março de 1940.

Art. 7.º São condições para matrícula inicial no curso do Serviço Social:

I — Prova de registro civil, que comprove a idade mínima de 18 anos;

II — Prova de conclusão de curso secundário completo;

III — Atestado de idoneidade moral;

IV — Atestado de sanidade física e mental.

Parágrafo único. A exigência constante do inciso II poderá ser suprida por uma das seguintes provas:

a) diploma de curso superior, registrado na Diretoria do Ensino Superior;

b) pelo disposto no § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, conforme a redação que lhe deu o art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945.

Art. 8.º Até três anos após a regulamentação desta lei, a exigência constante do item II do art. 7.º, poderá ser suprida pela prova de promoção à 2.ª série do curso colegial.

Art. 9.º As Escolas de Serviço Social já em funcionamento são obrigadas a requerer seu reconhecimento dentro do prazo de 120 dias a partir da regulamentação desta lei, sob pena de serem proibidas de continuar funcionando.

Parágrafo único. Os atuais alunos das Escolas a que se refere este artigo poderão nelas prosseguir, se oportunamente atenderem às condições então exigidas pelo regulamento da Escola, verificadas, em cada caso, pelo Conselho Nacional de Educação, na hipótese de vir o Curso a ser reconhecido.

Art. 10. Ao aluno que houver terminado o curso ordinário e sido aprovado no trabalho final de sua exclusiva autoria será conferido o diploma de Assistente Social.

Art. 11. Os portadores de diplomas expedidos por Escolas de Serviço Social em funcionamento na data da publicação desta lei e que vierem a obter o reconhecimento, deverão requerer seu registro, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, à Diretoria do Ensino Superior.

§ 1.º Este órgão processará o pedido, encaminhando-o ao Conselho Nacional de Educação, que decidirá, à vista do disposto no parágrafo único do art. 9.º.

§ 2.º Quando verificada irregularidade sanável, no histórico escolar, pode o Conselho Nacional de Educação determinar a validade do Curso, especificando os exames.

Art. 12. As Assistentes Sociais, portadoras de diplomas expedidos por escolas oficiais ou oficializadas, já extintas, são assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que tenham defendido tese e contem mais de cinco anos de exercício da profissão.

Art. 13. Poderão requerer registro de Assistentes Sociais os diplomados por Escolas de Serviço Social estrangeiras, desde que tenham seu diploma revalidado pela autoridade competente.

Art. 14. Ficam resguardados os direitos dos atuais Agentes Sociais com função nos vários órgãos públicos, sendo-lhes facultado obter o diploma de Assistente Social, mediante provas prestadas nas Escolas de Serviço Social, das matérias constantes do currículo escolar e não incluídas nos cursos que hajam frequentado.

Parágrafo único. Aos Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, serão assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que venham, em caráter de assistente social, exercendo a profissão há mais de cinco anos.



Art. 15. O Poder Executivo subvencionará as Escolas de Serviço Social já existentes e as que forem fundadas, desde que sejam reconhecidas pelo seu órgão competente.

Art. 16. O Poder Executivo distribuirá bolsas de estudo aos Estados, que não possuam Escolas de Serviço Social, obrigando-se o bolsista, mediante assinatura de termo de compromisso, a exercer a profissão nos dois anos após o término do curso, no seu Estado de origem.

Art. 17. O Poder Executivo expedirá, dentro de 90 (noventa) dias, a regulamentação básica desta lei.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de junho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.890 — DE 13 DE JUNHO DE 1953

APLICA DISPOSITIVOS DA CONSOLIDAÇÃO  
DAS LEIS DO TRABALHO AOS MENSALISTAS  
E DIARISTAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO  
DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS, DOS  
MUNICÍPIOS E DAS ENTIDADES AUTÁR-  
QUICAS.

O Congresso Nacional decreta e em promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos mensalistas e diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas, que trabalharem nas suas organizações econômicas comerciais ou industriais em forma de empresa e não forem funcionários públicos ou não gozarem de garantias especiais, aplicam-se, no que forem aplicáveis, as providências constantes dos arts. 370 a 373 — 391 a 398 — 400 — 402 a 405, letra *a* e parágrafos — 407 — 408 — 411 — 424 — 427 — 446 e parágrafo único — 450 — 457 e §§ 1.º e 2.º — 464 — 472 — 473 — 477 a 482 — 497 — 492 a 495 e 497 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1.º A dispensa de emprego com mais de dez anos de serviço, prevista no art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, só poderá ser feita mediante inquérito administrativo, sem prejuízo da apreciação judicial da respectiva prova na ação por ventura proposta pelo dispensado, desde que a decisão lhe seja flagrantemente contrária.

§ 2.º Entre os atos de disciplina ou insubordinação a que se refere o art. 482, alínea *h*, da Consolidação das Leis do Trabalho, incluem-se, no tocante aos empregados declarados no presente artigo, incitar, promover, tomar parte ou fazer propaganda de greve de qualquer natureza e finalidade, bem como pertencer a partido político, associação, clube ou grupo, etc., proibido como nocivo à ordem social ou política.

Art. 2.º As ações dos empregados referidos no artigo anterior, contra a entidade empregadora, correrão na justiça comum perante o Juiz de Direito do lugar ou da comarca do estabelecimento.

Parágrafo único. Onde houver mais de um Juiz de Direito, será competente o que for para as reclamações da competência da Justiça do Trabalho, no caso do art. 122, § 3.º, da Constituição. Se nenhum deles estiver, neste caso, a competência será do que a tiver para as causas de entidade pública, ré.

Art. 3.º A ação será iniciada por uma reclamação escrita ou verbal do empregado, da qual constará:

- a) a designação do Juiz a quem é dirigida;
- b) o nome, naturalidade, profissão e domicílio do reclamante;

c) o nome da entidade empregadora, estabelecimento onde o reclamante trabalha e o nome do seu chefe, autor do ato ou fato considerado lesivo;

d) a situação do reclamante no estabelecimento;

e) breve exposição do ato ou fato de que se queixa;

f) o pedido;

g) a assinatura do reclamante ou de mandatário seu.

§ 1.º Se a reclamação for verbal, será feita a qualquer dos escrivães do Juiz a que competir, o qual a tomará por termo, fazendo nela as menções enumeradas nas alíneas precedentes.

§ 2.º O termo será assinado pelo reclamante ou, se não souber ou não puder escrever, por terceiro, a seu rogo, em presença de duas testemunhas.

§ 3.º A reclamação ou o termo serão escritos em três vias.

Art. 4.º Apresentada a petição ou o termo ao Juiz, este mandará imediatamente cita. a ré na pessoa do seu representante legal e na do diretor ou chefe do estabelecimento, para a audiência de instrução e julgamento, que deverá realizar-se nos dez dias seguintes ao primeiro decêndio depois da última citação.

§ 1.º Será sempre citado o representante do Ministério Público, desde que a ação se intente contra a União, os Estados ou os Territórios, e respectivas entidades autárquicas.

§ 2.º Se a ação for proposta contra a União, onde não houver Procurador da República, será citado o representante do Ministério Público local. Havendo mais de um, caberá a função ao 1.º Promotor Público.

Art. 5.º A citação será feita pela entrega ou remessa ao citando de uma via da petição ou do termo, na qual o escrivão declarará o dia, hora e lugar da audiência.

§ 1.º A entrega ou remessa será feita pelo escrivão, dentro em 48 horas após despacho do Juiz.

§ 2.º A remessa será feita em registro postal com franquia e recibo de volta, ou por intermédio do Oficial de Justiça.

Art. 6.º No dia, hora e lugar fixados, o Juiz abrirá a audiência, à qual deverão estar presentes o reclamante, o chefe de serviço contra cujo ato se reclame, o representante judicial da entidade reclamada e, nos casos em que deva funcionar, o Procurador da República ou o órgão do Ministério Público, ou um ou outro.

§ 1.º É facultado ao autor do ato fazer-se substituir pelo chefe de serviço ou por preposto que tenha conhecimento do fato.

§ 2.º Se impossibilitado de comparecer pessoalmente, por doença ou motivo de igual força, devidamente comprovados, poderá o empregado fazer-se representar por outro empregado da mesma profissão, sem prejuízo de assistência de advogado.

Art. 7.º O não comparecimento do reclamante ou de representante seu, na forma do § 1.º do artigo anterior, importa em desistência da reclamação e no arquivamento imediato do processo. O não comparecimento da entidade reclamada não suspenderá o processo, que continuará à sua revelia.

Parágrafo único. Ocorrendo motivo relevante, poderá o Juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.

Art. 8.º Aberta a audiência e estando presente pelo menos o reclamante, será lida a petição ou o termo inicial, a menos que ambas as partes lhes dispensem a leitura. A seguir a entidade reclamada terá vinte minutos para a sua defesa, que poderá ser feita pelos dois representantes presentes, caso em que o prazo será dividido entre eles.

§ 1.º Terminada a defesa, o Juiz proporá a conciliação, respeitados os limites das atribuições dos representantes da entidade reclamada.

§ 2.º Se houver acôrdo, será ele reduzido a termo, assinado pelo Juiz, pelo reclamante e pelos representantes da entidade reclamada.

Art. 9.º Não havendo acôrdo, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o Juiz, de ofício, interrogar o reclamante e o autor do ato impugnado ou seu representante, aos quais é lícito retirar-se imediatamente após o interrogatório, caso em que a audiência continuará com os seus advogados.

§ 1.º Findo o interrogatório, serão ouvidas as testemunhas, ou peritos, e os técnicos, se houver.

§ 2.º Serão admitidas a depor somente as testemunhas que as partes levarem consigo.

Art. 10. A audiência será continua, mas se, por motivo irresistível e inevitável, não fôr possível concluí-la no mesmo dia, o Juiz designará imediatamente dia, hora e lugar, para a sua continuação, independente de intimação.

Art. 11. Terminada a instrução, terão o autor e, depois, a ré, quinze minutos para o debate, findo o qual o Juiz, se malograr nova tentativa de conciliação, proferirá a sentença, na qual apreciará a legalidade do ato sob todos os seus aspectos e em face das provas.

Art. 12. Da sentença caberá o recurso de agravo de petição, interposto dentro de dez dias, em petição devidamente motivada.

Parágrafo único. Admitido o agravo, o cartório abrirá imediatamente vista ao agravado durante dez dias para contraminutar.

Art. 13. Da sentença que condenar a União, os Estados, os Territórios ou Municípios, a reintegrar o empregado dispensado em virtude de inquérito administrativo ou a pagar a quantia igual ou superior a cinco mil cruzelros, deverá o Juiz recorrer de ofício para o Tribunal competente.

Parágrafo único. Decorrido o prazo necessário ao trânsito em julgado da sentença com recurso de ofício, se nenhuma das partes dela agravar, o escrivão abrirá vista aos autos sucessivamente ao representante judicial da entidade condenada e ao reclamante, pelo prazo de dez dias para o primeiro e de cinco para o segundo.

Art. 14. Na instância superior o recurso será julgado com preferência sobre os de natureza cível.

Art. 15. Se se tratar de serventuário de caráter econômico com patrimônio separado e que opere com o público como qualquer particular, bem como de entidade autárquica, a execução da sentença se fará diretamente contra ela.

Art. 16. A execução contra as organizações industriais que não operam com o público se fará da mesma forma que as execuções comuns contra o Poder Público.

Art. 17. Sempre que a decisão determinar a readmissão do empregado dispensado, deverá cumpri-la o chefe de serviço, dentro em cinco dias da intimação, sob pena de responder por crime de desobediência.

Art. 18. O andamento das ações a que se refere esta lei independará do pagamento de custas e de taxa judiciária.

Art. 19. Nos Juízos onde servem diversos escrivães, funcionará cada um deles nos feitos regulados por esta lei, durante um ano, na ordem dos respectivos ofícios.

Art. 20. Nos casos omissos nesta lei aplicar-se-ão as normas do Código de Processo Civil.

Art. 21. Qualquer das entidades públicas a que se refere esta lei tem ação regressiva contra o funcionário ou empregado autor do ato de que resultar a obrigação de indenizar o outro empregado, desde que tenha agido com dolo ou culpa grave.

§ 1.º Se a sentença favorável ao último considerar provados os elementos da responsabilidade do autor do ato, a ação deverá ser proposta em trinta dias, sob pena de responsabilidade dos culpados pela demora.

§ 2.º É motivo justo de demissão do autor do ato a reincidência em caso de dolo, como tal declarado na sentença que o invalidar.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de junho de 1953

JOÃO CARÉ FILHO

LEI N.º 1.891 — DE 20  
DE JUNHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de .... Cr\$ 384.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 384.900,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e novecentos cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1953: 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

n.º 2.587/52

LEI N.º 1.892 — DE 23 DE JUNHO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a promover a trasladação para o Brasil, dos restos mortais da escritora norie-riograndense Nisia Floresta.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a promover as diligências necessárias a fim de que sejam trasladados para a cidade de Nisia Floresta, no Estado do Rio Grande do Norte, os restos mortais da escritora e educadora Nisia Floresta Brasileira Augusta e os de sua filha, que se acham sepultados no cemitério de Ruão, França.

Art. 2.º O Poder Executivo abrirá um crédito especial até a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para a execução do disposto no artigo precedente.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de junho  
de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Proj. n.º 2.304/52



## A P E N S O

Figuram neste apenso os decretos legislativos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" depois do 2.º dia útil do 2.º trimestre de 1953.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1953

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte.

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o termo aditivo ao contrato celebrado, em 19 de janeiro de 1937, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Vera Cruz S.A. prorrogado por 10 (dez) anos o prazo para funcionar no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de fevereiro de 1953.

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 5, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o termo da escritura do contrato de compra e venda, bem como o de retificação e ratificação do mesmo, que assinaram, em 12 de outubro de 1949 e 10 de maio de 1951, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, como outorgante vendedora, e a União Federal, como outorgada compradora, para efetivação da desapropriação de uma área de terreno situada no quarteirão n.º 39 da zona urbana da cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso, com 7.000 m2 (sete mil metros quadrados), contendo 3 (três)

casas residenciais e outras benfeitorias.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de fevereiro de 1953.

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 6, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 22 de dezembro de 1950, aditado em 2 de janeiro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma importadora Técnica Rio Mar Ltda, para construção de linhas de ductos subterrâneos, com caixas de visita, Tronco Norte, linha Norte e ramal Santos, na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de fevereiro de 1953.

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 7, de 1953

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão



realizada a 28 de setembro de 1951, autorizou o registro, sob reserva, da despesa relativa ao pagamento de ... Cr\$ 28.650,00 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), como "restos a pagar" do exercício de 1949, à firma Sociedade de Engenharia e Comércio Ltda. (SENCO), pela obra executada na construção de um poço para elevador, no Bloco Médico Cirúrgico da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, Distrito Federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de fevereiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 8, de 1953

Art. 1.º São aprovados o contrato e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 20 de novembro e 22 de dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma "CIASA", Comercial, Industrial & Agrícola S. A., para fornecimento de máquinas de venda de selos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de fevereiro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

## EMENTARIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes III e IV de 1953, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos



## EMENTÁRIO

### A

#### A "FORTALEZA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "A Fortaleza" Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n. 33.028 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1953.

#### A. J. RENNER S. A. - INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO

*Autoriza a A. J. Renner S. A. - Indústria de Vestuário a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.396 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

#### A. MARTINS MENDES & CIA. LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 10 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

#### ACADEMIA SUL RIOGRANDENSE DE LETRAS

*Declara de utilidade pública a "Academia Sul Rio-grandense de Letras" com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.992 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

### ACENDEDORES

*Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950.*

Lei n. 1.887 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1953.

### ACÓRDOS

Decreto-legislativo n.º 30 — de 1953.

— *Promulga o Protocolo do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, concluído em Torquay, a 21 de abril de 1951.*

Decreto n. 32.600 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

— *Promulga o Acôrdo de Assistência Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1953.*

Decreto n. 33.044 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1953.

### ADIDO MILITAR

*Cria os cargos de Adido Militar junto às representações diplomáticas do Brasil, na Itália, e no México.*

Decreto n. 32.853 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**ADUÇOS**

*Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de aduços, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.*

Lei n. 1.858 — de 15 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de maio de 1953.

**AERONAUTICA**

*Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.*

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Aprova o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 32.342 — de 27 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 15 de maio de 1953.

— *Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1953.

— *Altera a denominação de estabelecimento de ensino e dá outras providências.*

Decreto n. 33.053 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**AERONAUTICA**

*Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 33.136 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.401, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n. 33.203 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

**AEROPORTOS**

Decreto-legislativo n.º 12 — de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Dá ao atual aeroporto de Mosoró, no Estado do Rio Grande do Norte, o nome de Aeroporto Dix-Sept Rosado.*

Lei n. 1.971 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação do aeroporto de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 33.054 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

**AFORAMENTOS**

— Ver: Terrenos de Marinha.

**AGALMATOLITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes Gimenes Molina a pesquisar agalmatolito, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.525 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

## AGÊNCIA NACIONAL

Decreto-legislativo n.º 47 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

## AGENTE FISCAL DO IMPÓSTO DE CONSUMO

*Modifica o artigo 4.º do Decreto n.º 32.344, de 2 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.590 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## AGENTES SOCIAIS

*Dispõe sobre os objetivos do Ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.*

Lei n. 1.829 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo do Lavallo a pesquisar água mineral, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.727 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Natucci a pesquisar água mineral no município de Tremembé, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.730 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mário Zucato e Orestes Mantovani a lavar água mineral, no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.734 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza os cidadãos brasileiros José Ferreira de Souza e Alfredo Ferreira a pesquisar água mineral no município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.827 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Lúcia da Rocha e Silva Muniz a pesquisar água mineral, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 33.077 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Nogueira de Oliveira a pesquisar água mineral no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 33.144 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## ÁGUAS MARINHAS

*Autoriza a Cia. Agrícola Industrial Boa Vista, a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, malacacheta, águas marinhas e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.552 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas dos rios "Claro", "Quinze de Novembro" e "Quinze de Novembro", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 31.569 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Gravatá.*

Decreto n. 31.786 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bonsucesso.*

Decreto n. 31.787 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Machorras.*

Decreto n. 32.502 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Maranhão, as águas do rio Macapá, Macapá-Cachoeira e Cachoeira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.503 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do Rio Mato, Chapéocórinho e Chapéocórinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.504 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Marmelos.*

Decreto n. 32.505 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, em toda a sua extensão, as águas do rio Monteiro.*

Decreto n. 32.506 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Mandaguari.*

Decreto n. 32.507 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Morro de Ferro-Almas, Almas-Candonga e Cachoeira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.508 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Manso, Prazeres e Prazeres, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.509 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso as águas do rio Nioaque.*

Decreto n. 32.527 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Água Branca.*

Decreto n. 32.543 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Meio.*

Decreto n. 32.544 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Jacu.*

Decreto n. 32.545 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Prainha.*

Decreto n. 32.566 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Piabas.*

Decreto n. 32.570 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Pinhal.*

Decreto n. 32.612 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Pombas.*

Decreto n. 32.623 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Padre Souza, Almas e Almas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.624 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Pinhal.*

Decreto n. 32.625 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Pancas.*

Decreto n. 32.626 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pampam.*

Decreto n. 32.786 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Preto.*

Decreto n. 32.787 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Pinhal.*

Decreto n. 32.788 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado de Pernambuco no restante do seu curso, as águas do rio Pirapama.*

Decreto n. 32.789 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Preto.*

Decreto n. 32.790 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.



## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Roseira-Posses, Mata e Mata, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.791 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Equas ou Correntina, em toda a sua extensão.*

Decreto n. 32.822 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Engenho, em toda a sua extensão.*

Decreto n. 32.823 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Paiaú.*

Decreto n. 32.824 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Roncinha-Irui, Irui e Irui, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.893 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Roncador-Chapéu-Catas Altas, Catas Altas e Catas Altas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.894 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Comprido, Taquara, Samburá e Samburá, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.930 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pinta Pau.*

Decreto n. 32.931 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Brejaúba.*

Decreto n. 32.932 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bonsucesso.*

Decreto n. 32.933 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São Domingos.*

Decreto n. 32.934 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Munhoz.*

Decreto n. 32.935 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, desde as suas nascentes, até a sua penetração na faixa de 150 (cento e cinquenta) km. ao longo da fronteira, onde passam a ser domínio da União, as águas do rio Portão Velho-Várzea, Várzea e Várzea, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.936 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, desde as suas nascentes até a sua penetração na faixa de 150 (cento e cinquenta) km. ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União, as águas do rio Sarandi.*

Decreto n. 32.937 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santana.*

Decreto n. 33.006 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Pedras.*

Decreto n. 33.007 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Santo Antônio.*

Decreto n. 33.019 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Tamandua.*

Decreto n. 33.020 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio denominado Sertãozinho-Agua Vermelha - Campo Alegre, Mato de Dentro - Cedro e Cedro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.021 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Sambamba-Peixe", "Peixe" e "Peixe", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.022 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sobradinho-São João, São João, e São João, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.035 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "São José", "São Joanico" e "São Joanico", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.036 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Zaino.*

Decreto n. 33.037 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Nonoi ou Tigre.*

Decreto n. 33.038 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Mamote, em toda a sua extensão.*

Decreto n. 33.041 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Espelho, Espelho e Rampa, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.042 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Jequitai-zinho-Jequitai, Jequitai e Jequitai, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.188 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Itacui-Mirim, Capivari e Capivari, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.189 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, desde as suas nascentes, até sua penetração na faixa de 150 km. ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União, as águas do rio Erechim-Abaré, Erechim e Erechim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.190 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Serimbura, Serimbura e Vidoca, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.191 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Itueto.*

Decreto n. 33.192 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado da Bahia no restante do seu curso, as águas do rio Serinnhaém.*

Decreto n. 33.193 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

## ALIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Alliance Assurance Company Limited".*

Decreto n. 31.017 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

## AMADORES

*Altera o artigo 109, do Decreto-lei n.º 2.651, de 25 de setembro de 1941 — (Código Nacional de Trânsito).*

Lei n. 1.859 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

## "ANCHIETA" TEXTIL S. A.

*Concede permissão à "Anchieta" Textil S. A., para trabalhar aos domingos.*

Decreto n. 32.780 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

## APOSENTADORIA

*Dispõe sobre promoção, aposentadoria, graduação honorífica, função e herança militar do pessoal remanescente da extinta Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra.*

Decreto n. 32.849 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

## ARDÓSIA

*Autoriza o cidadão brasileiro Berni-  
ni Mônaco a pesquisar ardósia e as-  
sociados, no município de Sorocaba,  
Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.649 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pes-  
quisas e Mineração do Vale do Pa-  
raíba a pesquisar ardósia, minérios  
de ferro e associados, no município  
de Mariporã, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.659 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## AREIA QUARTZOSA

*Autoriza o cidadão brasileiro Cid  
Muniz Burreto a lavrar areia quartzosa,  
no município de São Vicente, Es-  
tado de São Paulo.*

Decreto n. 32.769 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

## ARGILA

*Autoriza a Companhia de Cimento  
Portland Ponte Alta a lavrar calcário  
e argila, no município de Ube-  
raba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.636 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Ci-  
mento Portland Ponte Alta, a lavrar  
calcário e argila, no município de  
Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.637 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## ARGILA

*Autoriza o cidadão brasileiro Ja-  
cyro Faury a pesquisar argila, cau-  
lím e associados, no município de  
Mogi das Cruzes, Estado de São  
Paulo.*

Decreto n. 32.650 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro  
Benedito Ferreira Lopes a pesquisar  
argila, caulim e associados no mu-  
nicípio de Mogi das Cruzes, Estado  
de São Paulo.*

Decreto n. 32.652 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a S. A. de Cimento,  
Mineração e Cabotagem "Cimimar",  
a lavrar argila, no município de Ca-  
nóas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.658 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro  
Plínio de Carvalho Simões a pesqui-  
sar calcários, argila e associados, no  
município de Capão Bonito, Estado  
de São Paulo.*

Decreto n. 32.823 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro  
Camillo de Oliveira Mello a pesqui-  
sar bauxita, quartzo, argila e associa-  
dos, no município de Mogi das Cru-  
zes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.958 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## ARGILA REFRACTÁRIA

*Autoriza o cidadão brasileiro José  
Pedro a pesquisar argila refratária e  
associados, no município de Mogi das  
Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.647 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**ARMADA**

*Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1953.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Saúde da Marinha.*

Decreto n. 32.488 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Eletricidade da Marinha.*

Decreto n. 32.848 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

**ARQUITETOS**

*Reconhece o diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto n.º 421, de 11 de maio de 1938.*

Lei n. 1.865 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

**ARQUIVO DO EXÉRCITO**

*Modifica o Regulamento do Arquivo do Exército.*

Decreto n. 32.851 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**ARRENDAMENTOS**

Decreto-legislativo n.º 16 — de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 20 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**ARTÍFICE**

*Suprime cargos extintos.*  
(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**ASSISTÊNCIA FINANCEIRA**

— Ver: *Financiamentos.*

**ASSISTÊNCIA MILITAR**

Decreto-legislativo n.º 30 — de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— *Promulga o Acôrdio de Assistência Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1952.*

Decreto n. 33.344 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1953.

**ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA**

Decreto-legislativo n.º 26 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 29 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

**ASSISTENTES SOCIAIS**

*Dispõe sobre os objetivos do Ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.*

Lei n. 1.889 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS PAVONIANAS DE ASSISTÊNCIA

*Concede isenção de impostos e taxas para a importação da estampas e máquina impressora destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo*

Lei n. 1.877 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

## ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE

*Concede isenção de direitos aduaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca "Chevrolet", importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande.*

Lei n. 1.879 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO

*Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para pagamento de auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo.*

Decreto n. 32.884 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## ATO ADMINISTRATIVO

*Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente do Ministério da Guerra, de pedir reificação do ato de sua nomeação para o referido cargo.*

Lei n. 1.862 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

## AUTARQUIAS

*Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e às entidades autárquicas.*

Lei n. 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## AUXILIAR DE PORTARIA

*Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 33.166 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## AUXÍLIO ESPECIAL

*Assegura o direito à habilitação "post-mortem", perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e dá outras providências.*

Lei n. 1.863 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

## AUXÍLIO-FUNERAL

*Modifica o artigo 1.º da Lei 1.673, de 18 de setembro de 1952 (que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílio para funeral).*

Lei n. 1.852 — de 5 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de maio de 1953.

## B

**BACIA AMAZÔNICA**

*Estende à produção de juta e fibras similares da Bacia Amazônica, da safra de 1952-53, os preços mínimos e demais dispositivos do Decreto número 30.958, de 9 de junho de 1952.*

Decreto n. 32.601 — de 18 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1953.

**BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S. A.**

*Aprova a alteração introduzida nos estatutos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., bem como a elevação de seu Capital.*

Decreto n. 33.159 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

**BANCO DO BRASIL**

*Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento.*

Lei n. 1.869 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

*Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento.*

Lei n. 1.869 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

**BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LTD.**

*Aprova alterações introduzidas nos estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n. 32.422 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1953.

**BARITINA**

*Renova o Decreto n.º 28.692, de 27 de setembro de 1950.*

Decreto n. 33.143 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**BASES MILITARES**

*Exclui da relação contida no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.*

Lei n. 1.878 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

**BATALHÃO FERROVIÁRIO**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas situadas no trecho ferroviário Bento Gonçalves-Última Garganta.*

Decreto n. 32.613 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

**BATISTA, SILVA & CIA. LTDA.**

*Concede a Batista, Silva & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.371 — de 4 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1953.

**BAUXITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Camillo de Oliveira Mello a pesquisar bauxita, quartzo, argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.958 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**BAWAG S. A. DE COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Decreto-legislativo n.º 14 — de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

# **BERILO**

*Autoriza Produco Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda. a pesquisar berilo, columbita e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.654 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aurezino Amorim Brito a pesquisar berilo no município de Maracani, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.732 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

# **BERLINO ZABEU & IRMÃOS LIMITADA**

*Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda., a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.771 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

# **BENEFICÊNCIA SANTO AFONSO DA RENASCENÇA**

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.280 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

# **BENEFICIADORA DE MINÉRIOS ITABIRITO LTDA.**

*Autoriza a Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. a pesquisar talco e associados, no município de Concelheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.148 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

# **"BRASIL", COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Brasil", Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 32.781 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

# **BRITTO PEREIRA & CIA. LTDA.**

*Concede à sociedade "Britto Pereira & Cia." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova forma social de "Britto Pereira & Cia. Limitada".*

Decreto n. 32.564 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1953.

# **BYINGTON & CIA.**

Decreto-legislativo n.º 24 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

# **C**

# **CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Determina a incorporação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração em Porto Alegre e dá outras providências.*

Decreto n. 32.577 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Considera extintas as instituições de previdência que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.578 — de 13 de abril de 1953.

Publicado on D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Determina a fusão de Caixas de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.*

Decreto n. 32.700-A — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.



### CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dá nova redação a dispositivos do Regulamento da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 32.975 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

### CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento.*

Lei n. 1.869 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

### CALAMIDADES PÚBLICAS

*Cria a Comissão Executiva do Socorro às populações atingidas pela enchente do Rio Amazonas e seus tributários, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.702 — de 4 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Abre crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000,00 como reforço ao crédito aberto pelo Decreto n.º 32.063, de 8 de janeiro de 1953, para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.795 — de 16 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— *Abre crédito extraordinário de vinte milhões de cruzeiros, para ocorrer às despesas com o socorro às populações atingidas pela enchente do rio Amazonas e seus tributários.*

Decreto n. 32.796 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

### CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro João Nogueira Duarte, a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.517 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Corrêa a pesquisar calcário e associados, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.518 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo Vieira Correia a lavar calcário no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.553 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza a Companhia Cimento Portland Itai, a pesquisar calcário e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.554 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Serra Ladeira, a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Dôres do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.557 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a lavar calcário e argila, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.636 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## CALCÁRIO

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a lavar calcário e argila, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.637 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Alves Brasileiro, José Garcia de Figueiredo e Otávio Pereira da Silva a pesquisar calcário no município de Jacui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.653 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a lavar calcário no município de Campos Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.740 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Otília de Castro Meireles a pesquisar calcário e associados, no município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.772 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Sousa Coelho a pesquisar calcário e associados no município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.773 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a pesquisar calcário e associados, no município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.826 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.828 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões, a pesquisar calcário e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.960 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mozart Andrade Ribeiro e Breno Viana da Costa a lavar mármore e calcário, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.076 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Martiniano Zuquim a pesquisar calcário, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.078 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

## CAMPOS & BRUDER LTDA.

Decreto-legislativo n.º 27 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

## CARBONÍFERA CAETÉ LTDA.

*Autoriza Carbonífera Caeté Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.657 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**CARBONÍFERA SANTA BARBARA LIMITADA**

*Concede à Carbonífera Santa Bárbara Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.660 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

**CARLOS KUENERZ MINERAÇÃO LIMITADA**

*Retifica o artigo 1.º do Decreto número 32.251, de 12 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 32.514 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

**CARVÃO**

*Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.*

Lei n. 1.886 — de 11 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1953.

*— Autoriza a Empresa de Terras e Colonização S. A., a lavar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.515 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a pesquisar carvão mineral nos municípios de Criciúma e Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.639 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

*— Autoriza Carbonífera Caeté Limitada, a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.657 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**CARVÃO**

*— Autoriza o cidadão brasileiro Horácio Klabin a pesquisar carvão no município de Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.952 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**CASSITERITA**

*Autoriza a Produco - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a pesquisar cassiterita, columbita, wolframita e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.560 — de 9 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Waldemiro de Oliveira Gomes a lavar cassiterita, no município de Macapá, no Território Federal do Amapá.*

Decreto n. 32.638 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Coelho dos Santos a lavar cassiterita, no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.861 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Valentim Rodrigues Chaves a pesquisar cassiterita e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.953 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pereira da Rocha a pesquisar cassiterita e associados no município de Porto Velho, Território Federal de Guaporé.*

Decreto n. 32.961 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## CATEDRAL DE BELÉM

*Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a reconstrução e reparos indispensáveis à boa conservação da Catedral de Belém, no Estado do Pará.*

Lei n. 1.874 — de 29 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro José de Oliveira Souza a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.521 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza a Cia. Agrícola Industrial Boa Vista, a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, malacacheta águas marinhas e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.552 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro José Roger Domingues a pesquisar caulim e associados, no município de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.559 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.650 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Ferreira Lopes a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.652 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Liviero, a lavrar caulim, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.729 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Liviero a lavrar caulim, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.737 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cicero Indalécio de Souza a pesquisar caulim e associados no município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.741 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda., a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.771 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Justiniano Arantes Vilela a pesquisar caulim e associados, no município de Itatiba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.957 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Duarte Ribeiro de Oliveira a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.147 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**CAULIM ITABIRITO LIMITADA**

*Concede à Caulim Itabirito Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 33.083 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1953.

**CEARÁ MINERAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA.**

*Concede à Ceará Mineral, Comercial e Industrial Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.401 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**CENTENÁRIO DA CIDADE DE ARACAJÚ**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Aracaju nas comemorações do primeiro centenário da cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, e dá outras providências.*

Lei n. 1.834 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

**CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO (4.º)**

*Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para atender às despesas com os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo.*

Decreto n. 33.016 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA (3.º)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 3.º Centenário da Restauração Pernambucana.*

Lei n. 1.847 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

**CENTRAL ELÉTRICA DO PIAU SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Converte a concessão outorgada à Central Elétrica do Piauí S. A., para aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Piauí.*

Decreto n. 32.706 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

**CENTRO DE INSTRUÇÕES DE OFICIAIS DA MARINHA**

*Institue o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha, do Distrito Federal.*

Decreto n. 32.765 — de 13 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

**CESSÃO DE TERRAS**

*Autoriza a cessão de área de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, ao Círculo Militar de Juiz de Fora.*

Decreto n. 32.852 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**CHEFE DE PORTARIA**

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 32.974 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

## CHUMBO

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minérios de cobre, chumbo e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.655 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minérios de chumbo e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.656 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## "CIASA", COMERCIAL, INDUSTRIAL & AGRÍCOLA S. A.

Decreto-legislativo n.º 8 — de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1953.

## CÍRCULO MILITAR DE JUIZ DE FORA

*Autoriza a cessão de área de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, ao Círculo Militar de Juiz de Fora.*

Decreto n. 32.852 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

## COBRE

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minérios de cobre, chumbo e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 32.655 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minério de cobre e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.956 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

*Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00, para ocorrer às despesas decorrentes de modificações nos arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.*

Decreto n. 32.665 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

## CÓDIGO NACIONAL DO TRÂNSITO

*Altera o artigo 109, do Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941 (Código Nacional do Trânsito).*

Lei n. 1.859 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

## CÓDIGO PENAL

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas previstas nos arts. 88 § 1.º, n.º III, do Código Penal e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n. 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

## COLÉGIOS

*Revoga o Decreto n.º 7.165, de 12 de maio de 1941, que concedeu inspeção permanente ao Colégio Nossa Senhora das Neves, com sede em João Pessoa, no Estado da Paraíba.*

Decreto n. 32.857 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

Reproduzido no D. O. de 30 de maio de 1953.

— *Altera o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto n.º 29.396, de 27 de março de 1951.*

Decreto n. 32.891 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

**COLÉGIOS**

*Revoga o Decreto n.º 11.208, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou o Colégio Santana, da Capital de São Paulo, a funcionar como Colégio.*

Decreto n. 32.924 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

**COLÉGIO SÃO JOSÉ DO RECIFE**

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 1.860 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

**COLETOR**

*Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 32.888 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**COLETORIAS**

*Cria as Coletorias Federais de São João de Meriti e Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Lei n. 1.857 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

— *Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n. 32.669 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

**COLÔNIA JULIANO MOREIRA**

Decreto-legislativo n.º 32 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

**COLÔNIA PENAL CÂNDIDO MENDES**

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas previstas nos arts. 88, § 1.º, n.º III, do Código Penal e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n. 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

**COLUMBITA**

*Autoriza a Produco - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a pesquisar cassiterita, columbita, wolframita e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.560 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza a Produco Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a pesquisar berilo, columbita e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.654 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.*

**COMISSÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições.*

Lei n. 1.876 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— *Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.*

Lei n. 1.886 — de 11 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1953.

## COMISSÕES

*Autoriza o Conselho Nacional do Petróleo a aceitar a doação de uma área de terreno destinada à Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso.*

Decreto n. 32.512 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Isenta da taxa de que trata a Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade.*

Decreto n. 32.546 — de 7 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

— *Inclui como membro efetivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais o Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n. 32.621 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Cria a Comissão Executiva do Socorro às populações atingidas pela enchente do Rio Amazonas e seus tributários e dá outras providências.*

Decreto n. 32.702 — de 4 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Abre crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000,00 como reforço ao crédito aberto pelo Decreto n.º 32.063, de 8 de janeiro de 1953, para socorro, população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.795 — de 16 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a função de Presidente da Comissão de Promoções do Q. A. C.*

Decreto n. 32.801 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

## COMISSÕES

*Dispõe sobre assistência financeira aos pequenos e médios produtores agropecuários, em todo o território nacional.*

Decreto n. 32.889 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— *Cria a "Comissão de Localização da Nova Capital Federal" e dá outras providências.*

Decreto n. 32.976 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 20 e 25 de junho de 1953.

Reproduzido no D. O. de 1 de julho de 1953.

— *Cria a Comissão Organizadora do I Festival Internacional de Cinema do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.040 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Exclui da proibição do art. 13 do Regulamento da Comissão de Marinha Mercante os compromissos decorrentes de obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 33.150 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL IGUAÇU

*Outorga à Companhia Agrícola e Industrial Iguaçu concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Santiago, no rio Iguaçu, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e de Clevelândia, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.233 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.



**COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL BOA VISTA**

*Autoriza a Cia. Agrícola Industrial Boa Vista a pesquisar coum, quartzo, feldspato, malacacheta, águas marinhas e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.552 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**

*Declara de utilidade pública uma área de terra necessária ao desenvolvimento das obras do aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do França, no rio Juquiá-Guaçu, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover a desapropriação.*

Decreto n. 32.567 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE LIGANTE HIDRAULICO**

*Outorga à Companhia Brasileira de Ligante Hidráulico concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Ismério, no rio Negro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.793 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**COMPANHIA CARBONÍFERA MINAS DE BUTIÁ**

*Autoriza as empresas "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo" e "Companhia Carbonífera Minas de Butiá", operando em consórcio, a instalar uma usina termoeletrica em Charqueadas, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.511 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ**

*Autoriza a Companhia Cimento Portland Itaú a pesquisar calcário e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.554 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND MOSSORÓ**

*Concede à Cia. de Cimento Portland Mossoró autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.865 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND PONTE ALTA**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a lavar calcário e argila, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.636 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Ponte Alta a lavar calcário e argila, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.637 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minérios de cobre, chumbo e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.655 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO  
PORTLAND RIO BRANCO**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minérios de chumbo e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.656 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar minério de cobre e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 32.956 — de 3 de junho de 1953.

Publicado on D. O. de 15 de junho de 1953.

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE  
SANTO ANTÔNIO**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade Santo Antônio.*

Decreto n. 32.715 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1953.

**COMPANHIA DE LUZ E FORÇA  
IPIUUNA S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Luz e Força Ipiuuna S. A.*

Decreto n. 32.965 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

**COMPANHIA DE PESQUISAS E  
MINERAÇÃO DO VALE DO  
PARAIBA**

*Autoriza a Companhia de Pesquisas e Mineração do Vale do Paraíba a pesquisar ardósia, minérios de ferro e associados, no município de Mariporã, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.659 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**COMPANHIA ESTRADA DE FERRO  
E MINAS DE SÃO JERÔNIMO**

*Autoriza as empresas Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Companhia Carbonífera Minas de Butiá, operando em consórcio, a instalar uma usina termoeletrica em Charqueadas, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.511 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ DO  
PARANÁ**

*Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 33.039 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA  
DO RIO SÃO LUIZ**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Hidro Elétrica do Rio São Luiz.*

Decreto n. 32.967 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1953.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA  
DO SÃO FRANCISCO**

*Retifica o Decreto n.º 32.494, de 31 de março de 1953, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha-tronco de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 32.926 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1953.

**COMPANHIA FÔRÇA E LUZ SÃO JOÃO DO MATIPÓ S. A.**

*Autoriza a Cia. Fôrça e Luz São João do Matipó S. A. a ampliar suas instalações, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.919 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1953.

**COMPANHIA INDUSTRIAL LUZ E FÔRÇA DE SOBRAL**

*Autoriza a Companhia Industrial Luz e Fôrça de Sobral a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 33.085 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**COMPANHIA LUZ E FÔRÇA HULHA BRANCA**

*Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Hulha Branca a modificar suas instalações em Sete Lagoas Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.105 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Hulha Branca a construir uma linha de transmissão entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo Silveira, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.161 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Transfere à Empresa Fôrça e Luz Brumadinense Limitada a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica aos municípios de Bonfim e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.611 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

**COMPANHIA LUZ E FÔRÇA "SANTA CRUZ"**

*Autoriza a Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz" a aumentar a potência de aproveitamento do Rio Parapanema.*

Decreto n. 32.823 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

**COMPANHIA MINERAÇÃO SERRA DA MOEDA**

*Autoriza a Companhia Mineração Serra da Moeda a pesquisar minério de ferro e associados, nos municípios de Congonhas do Campo, Belo Vale e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.726 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**COMPANHIA NÍQUEL TOCANTINS**

*Concede à Companhia Níquel Tocantins autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.998 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ S. A.**

*Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.416 — de 9 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 2 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 32.928 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ S. A.**

— *Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz S. A. a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Jaú e de Lengóis, no Estado de São Paulo, e de outras providências.*

Decreto n. 33.103 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros.*

Decreto n. 33.028 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL (TECIDOS-FABRICA BANGÜ)**

*Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores a aceitar doação de terrenos.*

Decreto n. 32.883 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D.O. de 29 de maio de 1953.

**COMPANHIA RIO GRANDENSE DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia Rio Grandense de Seguros.*

Decreto n. 32.529 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1953.

**COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira.*

Decreto n. 32.898 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1953.

**COMPANHIA "SUL BRASIL" DE SEGUROS TERRESTRES E MARÍTIMOS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia "Sul Brasil" de Seguros Terrestres e Marítimos.*

Decreto n. 32.899 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE**

*Outorga à Companhia Sul Mineira de Eletricidade concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira Airuoca, no rio de igual nome, município de Airuoca, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.662 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

**COMPANHIA TERRITORIAL FLUMINENSE**

*Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de terreno situado no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.925 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

**COMPANHIA URANO DE CAPITALIZAÇÃO**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Urano de Capitalização.*

Decreto n. 32.423 — de 12 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1953.

**COMPANHIA VIDREIRA DO BRASIL - COVIBRA**

*Concede à Cia. Vidreira do Brasil - Covibra — autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 33.009 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE LOTERIA

Ver: Loterias.

## CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (36.ª)

*Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 32.803 — de 20 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Altera a constituição da Delegação Governamental Brasileira à 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 32.903 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA

Decreto-legislativo n.º 5 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

## CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE (VI)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade.*

Lei n. 1.846 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

## CONGRESSO NACIONAL

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

## CONGRESSO NACIONAL DE FUMO (1.º)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o 1.º Congresso Nacional de Fumo.*

Lei n. 1.861 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

## CONHECIMENTOS AÉREOS

*Dispõe sobre o preenchimento das guias de exportação modelo "B", faturas consulares e conhecimentos aéreos, de que tratam os Decretos números 15.813, de 13 de novembro de 1922, 22.717, de 16 de maio de 1933, e Decreto-lei n.º 8.853, de 24 de janeiro de 1946, respectivamente.*

Decreto n. 32.746 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho de Imigração e Colonização, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.676 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras do Conselho de Segurança Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.854 — de 25 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

## CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

*Altera a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.*

Decreto n. 32.713 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1953.

# CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional de Economia, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.664 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

# CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

*Autoriza o Conselho Nacional do Petróleo a aceitar a doação de uma área de terreno destinada à Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso.*

Decreto n. 32.512 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

# CONSIGNAÇÕES EM PAGAMENTO

*Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento.*

Lei n. 1.869 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

# CONSOLIDAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE PENSÕES MILITARES

*Approva a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1953.

# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO IMPOSTO DO SELO

*Dá nova publicação ao Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, consolidando as alterações posteriores.*

Decreto n. 32.392 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas.*

Lei n. 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

# CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*Exclui da relação contida no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.*

Lei n. 1.878 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

# CONSTRUÇÕES AERONAUTICAS SOCIEDADE ANÔNIMA

*Abre crédito especial de Cr\$ ..... 30.391.198,30, para atender pagamento de indenização a Construções Aeronauticas S. A.*

Decreto n. 33.987 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

# CONSTRUTORA E CONSERVADORA AMERICANA

Decreto-legislativo n. 41 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

# CONSTRUTORA J. PATRÍCIO LIMIADA

Decreto-legislativo n. 33 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

# CONSTRUTORA MANTIQUEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n. 19 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n. 44 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

**CONSULADOS**

*Transforma o Consulado Privativo em Leticia, em Consulado honorário.*

Decreto n. 32.614 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— *Cria o Consulado Privativo do Brasil em Barraquilla, na República da Colômbia.*

Decreto n. 32.615 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil, em Strasburgo, França.*

Decreto n. 33.099 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1953.

**CONSULTÓRIOS MÉDICOS**

*Altera dispositivos dos Decretos ns. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, e 20.371, de 8 de setembro do mesmo ano, revoga o Decreto n. 26.747, de 3 de junho de 1949, e dá outras providências.*

Lei n. 1.888 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

**CONTRABANDO**

*Dispõe sobre a repressão ao contrabando, e dá outras providências.*

Lei n. 1.884 — de 10 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de junho de 1953.

**CONTRATADOS**

Ver: *Extranumerários.*

**CONVÊNIOS**

Decreto-legislativo n.º 40 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**COOPERATIVAS**

*Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito Alagoana Ltda., com sede na cidade de Maceió, município do mesmo nome, no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 32.406 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1953.

**COOPERATIVE FOR AMERICAN REMITTANCES TO EUROPE INC., C.A.R.E.**

*Aprova alteração introduzidas nos Estatutos da "Cooperative For American Remittance to Europe Inc., C.A.R.E."*

Decreto n. 32.036 — de 30 de dezembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 17 de junho de 1953.

**COOPER-BESSEMER INTERNATIONAL CORPORATION**

*Concede à sociedade anônima "Cooper-Bessemer International Corporation" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 32.563 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

**CORPO DE BOMBEIROS**

*Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.*

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

**CORPO DE BOMBEIROS — Abertura de Crédito —**

Ver: *Crédito Especial.*

# **CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA AERONAUTICA**

*Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.401, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n. 33.203 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## **CRÉDITO ESPECIAL**

*Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.673, de 18 de setembro de 1952 (que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílio para funeral).*

Lei n. 1.832 — de 5 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de maio de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Aracaju nas comemorações do primeiro centenário da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, e dá outras providências.*

Lei n. 1.834 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 112.500,80, para pagamento de gratificação adicional a funcionários do mesmo Ministério.*

Lei n. 1.835 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a Exposição de Trigo a realizar-se na cidade de Joazeiro, Estado de Santa Catarina.*

Lei n. 1.836 — de 6 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

## **CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 26.580,00, para pagamento de salários devidos a Afro Bezerra, e dá outras providências.*

Lei n. 1.838 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1953.

— *Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Lei n. 1.839 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de abril de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 450.000,00, para erigir na cidade de Salvador um monumento comemorativo do primeiro centenário da morte de Maria Quitéria de Jesus.*

Lei n. 1.840 — de 10 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de abril de 1953.

— *Concede o prêmio de Cr\$ 100.000,00, ao agrônomo Gregório Bondar.*

Lei n. 1.844 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como auxílio à Primeira Exposição Feira Regional de Pecuária.*

Lei n. 1.845 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade.*

Lei n. 1.846 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.



## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 20.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 3.º Centenário da Restauração Pernambucana.*

Lei n. 1.847 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 77.693,40, para pagamento, relativo ao exercício de 1951, aos oficiais administrativos Emmanuel Pinheiro e Antonio Campos Monteiro, e ao contador José Porpino da Silva.*

Lei n. 1.849 — de 23 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Abre ao Congresso Nacional créditos especiais para pagamento de gratificação aos funcionários das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos servidores do Poder Executivo que naquelas exercem suas atividades.*

Lei n. 1.850 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— *Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados, o crédito especial de Cr\$ 5.652.000,00, para pagamento aos Deputados, da ajuda de custo devida pela convocação extraordinária, feita pelo Presidente da República, no período de 15 de janeiro a 9 de março de 1953.*

Lei n. 1.854 — de 7 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de maio de 1953.

— *Abre ao Congresso Nacional créditos especiais e suplementar para pagamento do abono de emergência e salário-família aos servidores das Secretarias da Câmara dos Deputados e Senado Federal.*

Lei n. 1.855 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o 1.º Congresso Nacional de Fumo.*

Lei n. 1.861 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para atender a despesas realizadas no exercício de 1951.*

Lei n. 1.867 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a reconstrução e reparos indispensáveis à boa conservação da Catedral de Belém, no Estado do Pará.*

Lei n. 1.874 — de 29 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.148,10, para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições.*

Lei n. 1.876 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos no exterior.*

Lei n. 1.883 — de 9 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.*

Lei n. 1.836 — de 11 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 884.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de atterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia.*

Lei n. 1.891 — de 20 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a promover a trasladação, para o Brasil, dos restos mortais da escritora norueguesa Nisia Floresta.*

Lei n. 1.892 — de 23 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 27 de junho de 1953.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia.*

Decreto n. 32.563 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.083.470,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.579 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 66.677,80, para atender ao pagamento devido, por substituições, relativas ao ano de 1951.*

Decreto n. 32.602 — de 20 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 65.946,30, para atender ao pagamento de gratificação aos Vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da 1.ª Região, no exercício de 1950.*

Decreto n. 32.603 — de 20 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00, para ocorrer às despesas decorrentes de modificações nos artigos 142, 153 e 183 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.*

Decreto n. 32.665 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento de subvenção concedida ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá.*

Decreto n. 32.707 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60, para atender ao pagamento de despesas efetuadas no exercício de 1949.*

Decreto n. 32.708 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para pagamento de parte da cota devida ao Fundo Rodoviário Nacional.*

Decreto n. 32.747 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.303,00, para pagamento de serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia, nos exercícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República.*

Decreto n. 32.748 — de 3 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 124.209,10, equivalente a ..... US\$ 6.635,10, ao câmbio de Cr\$ 18.72 por US\$ 1.00, para pagamento das despesas efetuadas com a proteção dos interesses brasileiros na Rumânia.*

Decreto n. 32.749 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.750 — de 9 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de .. Cr\$ 371.600,80, para atender a pagamento de gratificações de magistério.*

Decreto n. 32.785 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— *Abre, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal, os créditos especiais de ..... Cr\$ 2.380.000,00 e Cr\$ 1.762.707,50.*

Decreto n. 32.794 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 146.974,90, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.797 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Abre, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados, — o crédito especial de Cr\$ 5.652.000,00, para pagamento aos Deputados da ajuda de custo devida pela convocação extraordinária.*

Decreto n. 32.847 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.882 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de .. Cr\$ 2.000.000,00, para pagamento de auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo.*

Decreto n. 32.884 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de .. Cr\$ 220.000,00, para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.*

Decreto n. 32.887 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 33.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.890 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 986.298,30, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.968 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.969 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 450.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 32.999 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para atender às despesas com os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo.*

Decreto n. 33.016 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Abre crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender pagamento de indenização a Construções Aeronáuticas S. A.*

Decreto n. 33.087 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França.*

Decreto n. 33.199 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

*Abre crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000,00 como reforço ao crédito aberto pelo Decreto n.º 32.063, de 8 de janeiro de 1953, para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.795 — de 16 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— *Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 20.000.000,00, para ocorrer às despesas com o socorro às populações atingidas pela enchente do rio Amazonas e seus tributários.*

Decreto n. 32.796 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

## CRÉDITOS ESPECIAIS E SUPLEMENTARES

*Abre ao Congresso Nacional créditos especiais e suplementar para pagamento do abono de emergência e salário-família aos servidores das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

Lei n. 1.855 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

## CRISTAL DE ROCHA

*Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar cristal de rocha, pedras coradas e associados, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.634 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

## CRUZADA BANDEIRANTE CONTRA A TUBERCULOSE

*Declara de utilidade pública a Cruzada Bandeirante contra a Tuberculose, com sede na Capital de São Paulo.*

Decreto n. 32.809 — de 21 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1953.

## CÓRRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## CURSOS

Ver: Escolas, Faculdades e Universidades.

## D

## DACTILÓGRAFO

*Suprime cargos extintos.*

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## DELEGAÇÕES GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

*Altera a constituição da Delegação Governamental Brasileira à 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 32.903 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## DENTISTAS

*Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

## DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

*Declara de utilidade pública a área de terra compreendida no plano de aproveitamento do potencial hidráulico do rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica estadual a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 32.565 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Decreto-legislativo n.º 35 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre o preenchimento de funções das Sérias Funcionais de Inspetor Técnico e Mestre da Tabela de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional.*

Decreto n. 32.591 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.663 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 8 — de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1953.

# DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— Decreto-legislativo n.º 10 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 11 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 13 — de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 14 — de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 23 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 24 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 27 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos no exterior.*

Lei n. 1.883 — de 9 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1953.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

Decreto-legislativo n. 48 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixas de terrenos e benfeitorias necessárias à construção de diversos trechos ferroviários.*

Decreto n. 33.102 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e benfeitorias necessárias à construção do trecho ferroviário Campina Grande-Patos.*

Decreto n. 33.106 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE ILUMINAÇÃO E GAS

*Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950.*

Lei n. 1.887 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1953.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, prédio e respectivo terreno em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 32.671 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário às instalações do depósito de material do açude público "Parelhas", no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.904 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto-legislativo n.º 22 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

Decreto-legislativo n.º 5. — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, situadas no município de Timbó, Estado de Santa Catarina, necessárias à ampliação das instalações hidro-elétricas do rio Cedros, e autoriza a referida empresa a promover as desapropriações.

\* Decreto n. 32.472 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos que menciona, situados no Parque Internacional da Cidade de Livramento, no Rio Grande do Sul.

Decreto n. 32.542 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública a área de terra compreendida plano de aproveitamento do potencial hidráulico do rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica estadual a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 32.565 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária ao desenvolvimento das obras do aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do França, no rio Juquiá-Guaçu, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover a desapropriação.

Decreto n. 32.567 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

# DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública e autoriza desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 32.569 — de 10 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão da Empresa Luz e Força Itaipubana S. A.

Decreto n. 32.571 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— Retifica o Decreto n. 29.042, de 26 de dezembro de 1950.

Decreto n. 32.594 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas situadas no trecho ferroviário Bento Gonçalves-Ultima Garganta.

Decreto n. 32.613 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, prédio e respectivo terreno em Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto n. 32.671 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas no plano de aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Monte Alto, situada no rio São João, município de Passos, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Siqueira, Meireles, Junqueira & Cia., com sede em São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, a promover as desapropriações.

Decreto n. 32.802 — de 19 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e alagados situados nos municípios de Recife e Olinda, Estado de Pernambuco, destinados às construções da Base Naval de Recife, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.805 — de 20 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário às instalações do depósito de material do açude público "Parelhas" no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.904 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de terreno situado no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.925 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação do aeroporto de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 33.054 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixas de terrenos e benfeitorias necessárias à construção de diversos trechos ferroviários.*

Decreto n. 33.102 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e benfeitorias necessárias à construção do trecho ferroviário Campina Grande-Patos.*

Decreto n. 33.106 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## DETENTOS

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas previstas nos arts. 88, § 1.º, n.º III, do Código Penal e do art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n. 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

## DIAMANTES

*Autoriza o cidadão brasileiro Santos dos Santos Fonseca Júnior a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.526 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Duarte a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.550 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.051, de 28 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 32.724 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.



**DIAMANTES**

*Autoriza a cidadã brasileira Maria Josefina Alves a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.954 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel D'íoz Silva a pesquisar diamantes e associados, no município de Barra dos Bugres, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 33.146 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**DIRETOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO**

*Inclui como membro efetivo da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais o Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n. 32.621 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

**DIRETORIA DE AERONÁUTICA DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.*

Decreto n. 32.798 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

**DIRETORIA DE ELETRICIDADE DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Eletricidade da Marinha.*

Decreto n. 32.848 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

**DIRETORIA DE ENGENHARIA**

*Dá nova redação ao art. 12, do Decreto n.º 31.210, de 29 de julho de 1953.*

Decreto n. 32.800 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

**DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha.*

Decreto n. 32.582 — de 15 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**DIRETORIA DE SAÚDE DA MARINHA**

*Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Saúde da Marinha.*

Decreto n. 32.488 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

**DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.*

Decreto n. 32.742 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 13 de junho de 1953.

**DIRETORIA GERAL DE CONTABILIDADE DA GUERRA**

*Dispõe sobre promoção, aposentadoria, graduação honorífica, função e herança militar do pessoal remanescente da extinta Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra.*

Decreto n. 32.849 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**DIRETORIA REGIONAL DOS CORREIOS E TELEGRAFOS DO RIO DE JANEIRO**

Decreto-legislativo n.º 20 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO DO ACRE**

*Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, no quinquênio de 1951-1955.*

Lei n. 1.853 — de 5 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de maio de 1953.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de escolas superiores.*

Lei n. 1.848 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

— *Autoriza o Conselho Nacional do Petróleo a aceitar a doação de uma área de terreno destinada à Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso.*

Decreto n. 32.512 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.532 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do imóvel situado no município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.533 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cuiabá, — Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.627 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.628 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Ituituba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.631 — de 28 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.719 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a incorporar ao patrimônio da União, terrenos da Marinha, situados no Morro dos Conventos, Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.799 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores a aceitar doação de terrenos.*

Decreto n. 32.883 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 33.101 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terras e benfeitorias em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, a ser feita pelo Governo do Estado.*

Decreto n. 33.137 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

## DOLOMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Francisco Junqueira a pesquisar minério de ferro e dolomita no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.641 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonçalves Júnior a pesquisar dolomita e associados, no município de Tapiratiba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.959 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## DOUTOR TAVARES BASTOS

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

## E

ELECTRO QUÍMICA BRASILEIRA  
SOCIEDADE ANÔNIMA

*Outorga à Electro Química Brasileira S. A., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira dos Prazeres, existente no ribeirão dos Prazeres, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.460 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES S. A.

Decreto-legislativo n.º 18 — de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 32 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

EMPRESAS DE ÁGUAS MINERAIS  
CUBATÃO LIMITADA

*Concede à Empresa de Águas Minerais Cubatão Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.868 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

EMPRESA DE MELHORAMENTOS  
PIRES DO RIO S. A.

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa de Melhoramentos Pires do Rio S. A.*

Decreto n. 32.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA LTDA.**

*Autoriza a Empresa de Mineração Esperança Ltda., a pesquisar minério de ferro e associados no município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.733 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**EMPRESA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO S. A.**

*Autoriza a Empresa de Terras e Colonização S. A., a lavrar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.515 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

**EMPRESA ELÉTRICA DO ITAPURA S. A.**

*Outorga à Empresa Elétrica do Itapura S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Mirandópolis e Guaraçá, respectivamente, nos municípios de Mirandópolis e Andradina, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 33.084 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1953.

**EMPRESA FORÇA E LUZ BRUMADINENSE LIMITADA**

*Transfere à Empresa Força e Luz Brumadinense Limitada a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica aos municípios de Bonfim e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.611 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

**EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S. A.**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, situadas no município de Timbó, Estado de Santa Catarina, necessárias à ampliação das instalações hidro-elétricas do rio Cedros, e autoriza a referida empresa a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.472 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA ARNALDO S. A.**

*Concede autorização para funcionar, como empresa de eletricidade à firma Empresa Luz e Força Arnaldo S. A.*

Decreto n. 32.403 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA ITUIUTABANA S. A.**

*Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão da Empresa Luz e Força Ituiutabana S. A.*

Decreto n. 32.571 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

**EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE S. A.**

*Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A., com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, a realizar estudos para o aproveitamento hidráulico do rio Cubatão.*

Decreto n. 32.703 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguarí, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 29.664 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 30.324 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.416 — de 9 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 8 de maio de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará, no Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 31.583 — de 10 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 31.839 — de 25 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Autoriza a Cia. Força e Luz São João do Matipó S. A., a ampliar suas instalações, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.919 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1953.

— *Autoriza a Cia. Força e Luz Força Hulha Branca a modificar suas instalações em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais e dá outras providências.*

Decreto n. 32.105 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Outorga à Madeireira e Colonizadora São Roque Ltda., concessão para o aproveitamento do salto Jangada, no rio do mesmo nome, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.160 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir uma linha de transmissão entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo da Silveira, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.161 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Outorga à Companhia Agrícola e Industrial Iguaçu, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Santiago, no rio Iguaçu, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e de Clevelândia, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 32.233 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— *Outorga a Josué Annoni concessão para o aproveitamento da energia hidráulica existente na queda Abelardo Luz, no rio Chapecó, município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.356 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Outorga a Armando Vittorio Bei concessão para o aproveitamento de energia elétrica de um desnível existente no ribeirão Caaguacú, distrito de Jundiá, município de igual nome, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.361 — de 3 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

— *Autoriza a A. J. Renner S. A. Indústria de Vestuário a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.396 — de 10 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Concede autorização para funcionar, como empresa de eletricidade à firma *Empresa Luz e Força Arnaldo S. A.*

Decreto n. 32.403 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza a instalar dois grupos termo-elétricos.

Decreto n. 32.425 — de 13 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Guapiara concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um declive existente no rio São José do Guapiara, município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.459 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— Outorga à Electro Química Brasileira S. A., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira dos Prazeres, existente no ribeirão dos Prazeres, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.

Decreto n. 32.460 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Outorga a Knorr & Companhia, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água no rio Palmeira, distrito de Panambi, município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 32.461 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, situadas no município de Timbó, Estado de Santa Catarina, necessárias à ampliação das instalações hidro-elétricas do rio Cedros, e autoriza a referida empresa a promover as desapropriações.

Decreto n. 32.472 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza The Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd., a ampliar suas instalações.

Decreto n. 32.489 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município do mesmo nome, e dá outras providências.

Decreto n. 32.490 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1953.

— Autoriza a São Paulo Light & Power Company Limited a construir uma linha de transmissão entre a usina Piratininga e a linha Cubatão-São Caetano do Sul.

Decreto n. 32.510 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

— Autoriza as empresas Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e "Companhia Carbonífera Minas de Butiá", operando em consórcio, a instalar uma usina termo-elétrica em Charqueada, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.

Decreto n. 32.511 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Declara de utilidade pública a área de terra compreendida no plano de aproveitamento do potencial hidráulico do rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica estadual a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 32.565 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária ao desenvolvimento das obras do aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do França, no rio Juia-Guacu, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover a desapropriação.

Decreto n. 32.567 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— Transfere a Raul Alves de Sousa e Silva Júnior, concessão para produção e distribuição de energia elétrica à cidade de Cachoeiras do Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 32.572 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— Transfere a Chicre Miguel a concessão para produção e distribuição de energia elétrica ao município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.573 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Dianópolis, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira existente no rio Manoel Alvinho, distrito e município de Dianópolis, Estado de Goiás.

Decreto n. 32.574 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1953.

— Autoriza a Força e Luz de Manhuaçu Limitada a construir uma barragem a montante da usina Rocha Grande, situada no rio Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.607 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— Outorga à Prefeitura Municipal de Rio Espera, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do rio Melo, existente no Rio Melo, distrito de Rio Espera, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.609 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Transfere à Empresa Força e Luz Brumadense Limitada a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica aos municípios de Bonfim e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.611 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

— Outorga a Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do Salto Cavalcanti, existente no rio das Cinzas, município de Tomazina, Estado do Paraná.

Decreto n. 32.622 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Outorga à Companhia Sul Mineira de Eletricidade concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira Aiuruoca, no rio de igual nome, município de Aiuruoca, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.662 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

— Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A., com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, a realizar estudos para o aproveitamento hidráulico do rio Cubatão.

Decreto n. 32.703 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Converte a concessão outorgada à Central Elétrica do Piauí S. A., para aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Piauí.*

Decreto n. 32.706 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Declara a caducidade da concessão outorgada a Leonardo Falabella ou empresa que organizar para o aproveitamento da cachoeira de Santo Antônio, no ribeirão do mesmo nome, distrito e município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.714 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade Santo Antônio.*

Decreto n. 32.715 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1953.

— *Outorga à Companhia Brasileira de Ligante Hidráulico concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Ismério, no Rio Negro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.793 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Outorga a Enrico Guarneri & Companhia concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Sardinha, distrito de Santo Antônio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.795 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Monte Alto, situada no rio São João, município de Passos, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Siqueira, Meireles, Junqueira & Cia., com sede em São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.802 — de 19 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força "Santa Cruz" a aumentar a potência de aproveitamento do Rio Paranapanema.*

Decreto n. 32.820 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Força e Luz Videira S. A.*

Decreto n. 32.852 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa de Melhoramentos Pires do Rio S. A.*

Decreto n. 32.886 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Outorga à Indústria de Papelão e Polpa de Madeira Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Bonito, distrito de Angelim, município de São José, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.898 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.



**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Retifica o Decreto n.º 32.494, de março de 1953, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha-tronco de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 32.926 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 32.928 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

— *Autoriza o funcionamento de uma usina termoeletrica de reserva, em Itapetininga, Estado de São Paulo, pela S. A. Empresa de Eletricidade Sul Paulista.*

Decreto n. 32.929 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Luz e Força Iputuna S. A.*

Decreto n. 32.965 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Hidro Elétrica do Rio São Luiz.*

Decreto n. 32.967 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 33.039 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Outorga à Empresa Elétrica do Itapura S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Mirandópolis e Guaracá, respectivamente, nos municípios de Mirandópolis e Andradina, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 33.084 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1953.

— *Autoriza a Companhia Industrial Luz e Força de Sobral a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 33.085 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— *Autoriza a Luiz Honold Reis ou empresa que organizar, a instalar uma usina termoeletrica, na vila de Charqueadas, 1.º Distrito do município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 33.098 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Jaú e de Lençóis, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.103 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— *Autoriza o Estado de São Paulo a transferir concessão que o Decreto n.º 27.769 lhe outorgou para aproveitamento dos desníveis Jurumirim e Salto Grande, no rio Paranapanema.*

Decreto n. 33.104 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**ENERGIA HIDRÁULICA**

— Ver: *Energia Elétrica.*

## ENRICO GUARNERI & CIA.

*Cutorga a Enrico Guarneri & Cia., concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Sardinha, distrito de Santo Antônio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.795 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

## ENSINO

*Dispõe sobre os objetivos do Ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.*

Lei n. 1.889 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## ENTIDADES AUTÁRQUICAS

*Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas.*

Lei n. 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## ESCOLAS

Decreto-legislativo n.º 28 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 34 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

*Reconhece o diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto n.º 421, de 11 de maio de 1938.*

Lei n. 1.865 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

## ESCOLAS

*— Estende ao Curso de Corte e Costura o reconhecimento da Escola Industrial Antártica, da Capital de São Paulo.*

Decreto n. 32.315 — de 25 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1953.

*— Autoriza o funcionamento dos cursos de Medicina e de Saúde Pública, da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública.*

Decreto n. 32.495 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

*— Autoriza o funcionamento da Escola Fluminense de Engenharia.*

Decreto n. 32.497 — de 21 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

*— Dá nova redação à alínea "b" do artigo 71 do Regulamento da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n. 29.363, de 19 de março de 1951.*

Decreto n. 32.513 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

*— Dispõe sobre o estandarte, o escudo de armas e o selo da Escola Naval.*

Decreto n. 32.576 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 13 de abril de 1953.

*— Concede reconhecimento ao curso de química industrial da Escola de Química de Sergipe.*

Decreto n. 32.766 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

**ESCOLAS**

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de pintura, escultura e desenho aplicado da Escola Goiana de Belas Artes.*

Decreto n. 32.858 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— *Concede permissão à Escola Rádio Elétrica Tupinambá S. C. para funcionar como escola de radioeletricidade.*

Decreto n. 32.991 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de pintura, escultura e desenho aplicado da Escola Goiana de Belas Artes.*

Decreto n. 33.045 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Dá nova redação à alínea "n", do artigo 98 do atual Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto n.º 18.732, de 23 de maio de 1945.*

Decreto n. 33.052 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Altera a denominação de estabelecimento de ensino e dá outras providências.*

Decreto n. 33.053 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**ESCUDO DE ARMAS**

*Dispõe sobre o estandarte, o escudo de armas e o selo da Escola Naval.*

Decreto n. 32.576 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**ESCUDO DE ARMAS**

— *Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha, do Distrito Federal.*

Decreto n. 32.765 — de 13 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

**ESTABELECIMENTOS FEDERAIS DE ENSINO SECUNDÁRIO**

*Altera o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto n.º 29.396, de 27 de março de 1951.*

Decreto n. 32.891 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

**ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS**

*Concede permissão para o trabalho das estações ferroviárias do norte do Paraná, nos domingos e feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 33.158 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**ESTADO DE ALAGOAS**

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

**ESTADO DA BAHIA**

Decreto-legislativo n.º 29 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Abre crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000,00 como reforço ao crédito aberto pelo Decreto n.º 32.963, de 8 de janeiro de 1953, para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.795 — de 16 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

## ESTADO DA BAHIA

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Equas ou Correntina, em toda a sua extensão.

Decreto n. 32.822 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Paiaú.

Decreto n. 32.824 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado da Bahia no restante do seu curso, as águas do Rio Serinhaém.

Decreto n. 33.193 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

## ESTADO DO CEARÁ

Decreto-legislativo n. 26 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Pancas.

Decreto n. 32.826 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

## ESTADO DE GOIÁS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Padre Souza, Almas e Almas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.624 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

## ESTADO DE GOIÁS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Santo Antônio.

Decreto n. 33.019 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Tamandará.

Decreto n. 33.020 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## ESTADO DO MARANHÃO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Maranhão, as águas do rio Macapá, Macapá-Cachoeira e Cachoeira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.503 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

## ESTADO DE MATO GROSSO

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Nioaque.

Decreto n. 32.527 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terreno em Cuiabá - Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 32.627 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gravatá.

Decreto n. 31.786 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bonsucesso.

Decreto n. 31.787 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar quartzo e associados, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.414 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, em toda a sua extensão, as águas do rio Monteiros.

Decreto n. 32.506 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Mandanguari.

Decreto n. 32.507 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Morro de Ferro-Almas, Almas-Candonga e Cachoeira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.508 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Manso, Prazeres e Prazeres, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.509 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara rescindido o contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação e dá outras providências.

Decreto n. 32.528 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pratinha.

Decreto n. 32.566 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em UBERLÂNDIA, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.628 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.631 — de 28 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pampam.

Decreto n. 32.786 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Roseira-Posses, Mata e Mata, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.791 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Engenho, em toda a sua extensão.

Decreto n. 32.823 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Comprido, Taquara, Samburá e Samburá, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.930 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pinia Pau.

Decreto n. 32.931 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Brejaúba.

Decreto n. 32.932 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bonsucesso.

Decreto n. 32.933 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São Domingos.

Decreto n. 32.934 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Munhoz.

Decreto n. 32.935 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santana.

Decreto n. 33.006 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Sambambaia-Peixe", "Peixe" e "Peixe", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.022 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sobradinho-São João, São João, e São João, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.035 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "São José", "São Joanico" e "São Joanico", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.036 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Jequitai-zinho-Jequitai, Jequitai e Jequitai, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.182 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ituêto.

Decreto n. 33.192 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

Decreto legislativo n.º 34 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

## ESTADO DO PARANÁ

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Água Branca.

Decreto n. 32.543 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Meio.

Decreto n. 32.544 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Jacu.

Decreto n. 32.545 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Pedras.

Decreto n. 33.007 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1953.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima, e do domínio do Estado de Pernambuco, no restante do seu curso, as águas do rio Pirapama.

Decreto n. 32.789 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

— Declara públicas, de uso comum, dos domínios do Estado de Pernambuco, as águas do rio Mamote, em toda a sua extensão.

Decreto n. 33.041 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Espelho, Espelho e Rampa, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.342 — de 15 de junho de 1953.

Decreto-legislativo n.º 34 — de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte, para a instalação de escolas superiores.

Lei n. 1.848 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Machôrras.

Decreto n. 32.502 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Declara pública, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Pinhal.

Decreto n. 32.612 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Pinhal.

Decreto n. 32.625 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.719 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Rondinha-Iruí, Iruí e Iruí, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.893 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, desde as suas nascentes, até a sua penetração na faixa de 150 (cento e cinquenta) km ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União as águas do rio Portão Velho-Várzea, Várzea e Várzea, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.936 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, desde as suas nascentes até a sua penetração na faixa de 150 (cento e cinquenta) km, ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União, as águas do rio Sarandi.*

Decreto n. 32.937 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Itacuí-Mirim, Capivari e Capivari, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.189 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, desde as suas nascentes, até sua penetração na faixa de 150 km ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União, as águas do rio Erechim-Abaré, Erechim e Erechim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 33.190 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas dos rios "Claro", "Quinze de Novembro" e "Quinze de Novembro", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 31.569 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Mato, Chapecozinho, Chapecozinho respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 32.504 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Pombas.*

Decreto n. 32.623 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— *Ratifica a concessão de exploração do serviço de loteria do Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.709 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1953.



## ESTADO DE SANTA CATARINA

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Prêto.

Decreto n. 32.790 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

## ESTADO DE SÃO PAULO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Marmelos.

Decreto n. 32.505 — de 1 de abril de 1953

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Piabas.

Decreto n. 33.570 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Pinhal.

Decreto n. 32.788 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Roncador-Chapeu-Catas Altas, Catas Altas e Catas Altas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 32.894 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio denominado Sertãozinho-Agua Vermelha-Campo Alegre, Mato de Dentro-Ceáro e Cedro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.021 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## ESTADO DE SÃO PAULO

— Autoriza o Estado de São Paulo a transferir concessão que o Decreto n.º 27.769, lhe outorga para aproveitamento dos desníveis Jurumirim e Salto Grande, no rio Paranapanema.

Decreto n. 33.104 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terras e benfeitorias em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, a ser feita pelo Governo desse Estado.

Decreto n. 33.137 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Serimbura, Serimbura e Vidoca, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 33.191 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

## ESTADOS

Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas.

Lei n. 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## ESTANDARTES

Dispõe sobre o estandarte, o escudo de armas e o selo da Escola Naval.

Decreto n. 32.576 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## ESTANDARTES

— Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha, do Distrito Federal.

Decreto n. 32.785 — de 13 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

## ESTRADA DE FERRO DE GOIAS

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.750 — de 9 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Estrada de Ferro de Goiás.

Decreto n. 32.855 — de 25 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Aprova projeto e orçamento para a construção de um trecho do ramal de Campo Grande a Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 32.605 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

— Aprova projeto e orçamento para a construção de uma casa-tipo, destinada à residência do Mestre de Linha do 10.º Distrito da III Divisão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Ribas do Rio Pardo.

Decreto n. 32.808 — de 21 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1953.

## ESTRADAS DE FERRO

Concede permissão para o trabalho das estações ferroviárias do norte do Paraná, nos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto n. 33.158 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## ESTRANGEIROS

Aquisição de Domínio útil de terreno de Marinha — Ver: Terreno de Marinha.

## ESTUDANTES

De Medicina, Farmácia e Odontologia — Ver: Médicos, Farmacêuticos e Dentistas.

## EXÉRCITO

Torna extensiva a Capitães-Médicos e Oficiais Subalternos; Médicos da Reserva de 2.ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do artigo 6.º da Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950.

Lei n. 1.832 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

— Estende a vantagem do item 2 do artigo 32 do Decreto-lei n. 8.769, de 21 de janeiro de 1946, ao 2.º Tenente da Arma de Infantaria Emília-Amaro de Souza.

Lei n. 1.837 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de abril de 1953.

— Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército, de Oficiais subalternos, médicos da reserva de 2.ª classe.

Lei n. 1.841 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de abril de 1953.

**EXÉRCITO**

— Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares e dá outras providências.

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1953.

— Dá nova redação ao artigo 12, do Decreto n.º 31.210, de 29 de julho de 1952.

Decreto n. 32.800 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a função de Presidente da Comissão de Promoções do Q. A. O.

Decreto n. 32.801 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— Aprova o Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército.

Decreto n. 32.850 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

— Modifica o Regulamento do Arquivo do Exército.

Decreto n. 32.851 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**EXÉRCITO**

— Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.

Decreto n. 33.136 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1953.

**EXPOSIÇÃO DO TRIGO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a Exposição de Trigo a realizar-se na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Lei n. 1.836 — de 6 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

**EXPOSIÇÃO-FEIRA REGIONAL DE PECUÁRIA (1.ª)**

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 100.000,00, como auxílio à Primeira Exposição-Feira Regional de Pecuária.

Lei n. 1.845 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

**EXTINÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ver: Caixas de Aposentadoria e Pensões.

**EXTRANUMERÁRIOS**

Decreto-legislativo n.º 31 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 36 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 37 — de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

## EXTRANUMERÁRIOS

— Decreto-legislativo n.º 45 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 46 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— *Assegura o direito à habilitação "post-mortem", perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e dá outras providências.*

Lei n. 1.883 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950.*

Lei n. 1.887 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas.*

Lei n. 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## F

## FACULDADES

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de escolas superiores.*

Lei n. 1.848 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

## FACULDADES

— *Autoriza o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Marília.*

Decreto n. 32.496 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Autoriza o funcionamento do curso de odontologia da Faculdade de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.498 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.499 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1953.

— *Concede reconhecimento ao curso médico da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco.*

Decreto n. 32.547 — de 7 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Autoriza o funcionamento dos cursos de filosofia, letras neo-latinas, geografia e história e pedagogia da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão.*

Decreto n. 32.606 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1953.

— *Autoriza o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito Cândido Mendes.*

Decreto n. 32.632 — de 28 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

**FACULDADES**

— *Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.*

Decreto n. 32.923 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**FARMACEUTICOS**

*Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Altera dispositivos dos Decretos ns. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, e 20.377, de 8 de setembro do mesmo ano, revoga o Decreto n.º 26.747, de 3 de junho de 1949, e dá outras providências.*

Lei n. 1.838 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

**FARMACIAS**

*Altera dispositivos dos Decretos ns. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, e 20.377, de 8 de setembro do mesmo ano, revoga o Decreto n.º 26.747, de 3 de junho de 1949, e dá outras providências.*

Lei n. 1.838 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

**FATURAS CONSULARES**

*Dispõe sobre o preenchimento das guias de exportação, modelo "B", faturas consulares e conhecimentos aéreos, de que tratam os Decretos números 15.813, de 13 de novembro de 1922, 22.717, de 16 de maio de 1933, e Decreto-lei n.º 8.853, de 24 de janeiro de 1946, respectivamente.*

Decreto n. 32.746 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS**

*Concede licença à Federação Nacional dos Odontologistas para filiar-se à Federação Dentária Internacional e à Associação Dentária Americana.*

Lei n. 1.833 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

**FELDSPATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Duarte Ribeiro de Oliveira a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.147 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— *Autoriza a Cia. Agrícola Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, malacacheta, águas marinhas e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.552 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pedro Cavaliheiro a pesquisar feldspato e associados, no município de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.648 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**FERIADOS**

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

## FERRO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.516 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho Braga a pesquisar minérios de ferro, manganês e quartzo no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.587 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pacifico Homem a lavar minério de ferro, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.640 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Francisco Junqueira a pesquisar minério de ferro e dolomita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.641 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Mineração do Vale do Paraíba a pesquisar ardósia, minérios de ferro e associados, no município de Mariporã, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.659 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza a Companhia Mineração Serra da Moeda a pesquisar minério de ferro e associados no município de Congonhas do Campo, Belo Vale e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.726 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## FERRO

— *Autoriza a Empresa de Mineração Esperança Ltda. a pesquisar minério de ferro e associados no município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.733 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marquez a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.774 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marquez a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.775 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marques a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 33.776 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

## FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DO BRASIL (I)

*Cria a Comissão Organizadora do I Festival Internacional de Cinema do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.040 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## FINANCIAMENTOS

*Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.*

Lei n. 1.886 — de 11 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1953.

**FINANCIAMENTOS**

— *Dispõe sobre assistência financeira aos pequenos e médios produtores agropecuários, em todo o território nacional.*

Decreto n. 32.389 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

**FOGUISTA**

*Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 33.165 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**FORÇA E LUZ DE MANHUAÇU LIMITADA**

*Autoriza a Força e Luz de Manhuaçu Limitada a construir uma barragem a montante da usina Roça Grande, situada no rio Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.607 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

**FORÇA E LUZ VIDEIRA S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Força e Luz Videira S. A.*

Decreto n. 32.862 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

**FOSFORITA OLINDA S. A. - (FASA).**

*Concede à Fosforita Olinda S. A. — (FASA) autorização para funcionar com empresa de mineração.*

Decreto n. 33.080 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

**FUNCIONARIOS**

*Assegura o direito à habilitação post-mortem, perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e dá outras providências.*

Lei n. 1.863 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950.*

Lei n. 1.887 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1953.

**FUNÇÕES CONSIDERADAS DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR**

Ver: Militares.

**FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR**

*Abre crédito extraordinário de .... Cr\$ 1.000.000,00 como reforço ao crédito aberto pelo Decreto n.º 32.063, de 8 de janeiro de 1953, para socorro à população de diversos municípios do Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.795 — de 16 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

**FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para pagamento de parte da cota devida ao Fundo Rodoviário Nacional.*

Decreto n. 32.747 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## FUNGICIDAS

*Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.*

Lei n. 1.858 — de 15 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de maio de 1953.

## FUSÃO DE CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ver: *Caixas de Aposentadorias e Pensões.*

## G

### GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

*Isenta da taxa de que trata a Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade.*

Decreto n. 32.546 — de 7 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1953.

### GIPSITA

*Autoriza a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Limitada a lavar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.642 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Rosado Fernandes a lavar gipsita no município de Pauhstana, Estado do Piauí.*

Decreto n. 32.770 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

### GOELLNER, SCHWARZ & CIA. LIMITADA

*Autoriza a firma Goellner, Schwarz & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.598 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1953.

## GOVERNO DA SUÉCIA

*Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 124.209,10, equivalente a US\$ 6.635,10, ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para pagamento das despesas efetuadas com a proteção dos interesses brasileiros na România.*

Decreto n. 32.749 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## GRADUAÇÕES HONORÍFICAS

*Dispõe sobre promoção, aposentadoria, graduação honorífica, função e herança militar do pessoal remanescente da extinta Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra.*

Decreto n. 32.849 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

## GRÁFICO

*Suprime cargos extintos.*

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## GRAFITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Albino Abreu Figueiredo a pesquisar grafita, quartzo e associados, no município do Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.651 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

### GREGÓRIO DE AZEVEDO & FILHOS LTDA.

*Autoriza a firma Gregório de Azevedo & Filhos Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.534 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.



**GUARDA CIVIL**

*Torna sem efeito decretos de extinção de cargos.*

(M.J.N.I. — Q.P.).

Decreto n. 32.805 — de 20 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Torna sem efeito decretos de supressão de cargos.*

(M.J.N.I. — Q.S.).

Decreto n. 32.807 — de 20 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

**GUIAS DE EXPORTAÇÃO**

*Dispõe sobre o preenchimento das guias de exportação, modelo "B", faturas consulares e conhecimentos aéreos, de que tratam os Decretos ns. 15.813, de 13 de novembro de 1922, 22.717, de 16 de maio de 1933, e Decreto-lei n.º 8.853, de 24 de janeiro de 1946, respectivamente.*

Decreto n. 32.746 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**H****HABILITAÇÃO "POST-MORTEM" DE HERDEIROS DE SERVIDORES DO ESTADO**

Ver: *Funcionários e Extranumerários.*

**HERDEIROS MILITARES**

Ver: *Militares.*

**I****I. B. M. WORLD TRADE CORPORATION**

Decreto-legislativo n.º 35 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

**IGREJA DE PORCIÚNCULA**

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.380 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

**IGREJA DO SEMINÁRIO CRISTO-REI DE CAMARAGIBE**

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe, e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 1.369 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

**ILMENITA**

*Autoriza "SULBA" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.551 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Sulba - Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, zirconita, ilmenita e associados no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.588 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**IMPORTAÇÃO**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne, e aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e antibióticos.*

Lei n. 1.856 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

## IMPORTAÇÃO

— *Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.*

Lei n. 1.853 — de 15 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe, e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 1.860 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Concede isenção de impostos e taxas para a importação de estampas e máquina impressora destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Lei n. 1.877 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

— *Concede isenção de direitos aduaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca "Chevrolet", importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande.*

Lei n. 1.879 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Isenta da taxa de que trata a Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade.*

Decreto n. 32.546 — de 7 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

## IMPORTADORA TÉCNICA RIO MAR LTDA.

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

## IMPÓSTO DO SÊLO

*Dá nova publicação ao Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, consolidando as alterações posteriores.*

Decreto n. 32.392 — de 9 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

## INATIVIDADE

*Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.*

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Acrescenta parágrafo único ao artigo 10 do Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n. 32.885 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## INCISA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIMENTO S. A.

*Concede à Incisa - Indústria e Comércio de Cimento S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.777 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

## INCORPORAÇÃO DE INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ver: *Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

**INDENIZAÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de ..... Cr\$. 384.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia.*

Lei n. 1.891 — de 20 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1953.

— *Abre crédito especial de ..... Cr\$. 30.391.198,30, para atender pagamento de indenização a Construções Aeronáuticas S. A.*

Decreto n. 33.087 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**INDÚSTRIA DE PAPELÃO E POLPA DE MADEIRA LTDA.**

*Outorga à Indústria de Papelão e Polpa de Madeira Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Bonito, distrito de Angelina, município de São José, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.896 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**INSETICIDAS**

*Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.*

Lei n. 1.858 — de 15 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de maio de 1953.

**INSPETOR DE ALUNOS**

*Suprime cargos extintos.*

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**INSPETOR TÉCNICO**

*Dispõe sobre o preenchimento de funções das Séries Funcionais de Inspetor Técnico e Mestre da Tabela de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional.*

Decreto n. 32.591 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

**INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ**

*Aprova o Regulamento para a eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n. 32.629 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Determina a incorporação da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração em Porto Alegre e dá outras providências.*

Decreto n. 32.577 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Aprova o novo Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n. 32.667 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Altera dispositivos do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, quanto ao seguro-doença dos trabalhadores autônomos e avulsos.*

Decreto n. 32.668 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Determina a fusão de Caixas de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.*

Decreto n. 32.700-A — de 1.º de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

# INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

*Assegura o direito à habilitação "post-mortem", perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e dá outras providências.*

Lei n. 1.863 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Altera o Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.) e dá outras providências.*

Decreto n. 32.592 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

# INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

*Retifica o Quadro Permanente do Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto número 32.417, de 11 de março de 1953.*

Decreto n. 33.127 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

# INSTITUTO ELETROTÉCNICO DE ITAJUBÁ

*Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento de subvenção concedida ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá.*

Decreto n. 32.707 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

# ISENÇÕES

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne, e aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e antibióticos.*

Lei n. 1.856 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

— *Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola.*

Lei n. 1.858 — de 15 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de maio de 1953.

— *Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 1.860 — de 19 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Concede isenção de impostos e taxas para a importação de estampas e máquina impressora destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Lei n. 1.877 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

— *Concede isenção de direitos aduaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca "Chevrolet", importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande.*

Lei n. 1.879 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

**ISENÇÕES**

— *Isenta da taxa de que trata a Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade.*

Decreto n. 32.546 — de 7 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

— *Altera o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto n.º 29.398, de 27 de março de 1951.*

Decreto n. 32.891 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

**J****JUNTA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ**

— Ver: Instituto Brasileiro do Café.

**JUSTIÇA DOS TERRITÓRIOS**

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

Abertura de Crédito: — Ver: Crédito Especial.

**JUTA**

*Estende à produção de juta e fibras similares da Bacia Amazônica, da safra de 1952-53, os preços mínimos e demais dispositivos do Decreto n.º 30.958, de 9 de junho de 1952.*

Decreto n. 32.601 — de 18 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1953.

**K****KAIGAI KOGYO KABUSHIKI KAISHA**

*Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima "Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 33.155 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

Reproduzido no D. O. de 30 de junho de 1953.

**KNORR & COMPANHIA**

*Outorga a Knorr & Companhia concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água no rio Palmeira, distrito de Panambi, município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.461 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

**L****LAVRAS**

*Ver o nome do elemento lavrado.*

**LEIS DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS**

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas previstas nos arts. 88 § 1.º, número III, do Código Penal e do artigo 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n. 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

**L. FIGUEIREDO NAVEGAÇÃO SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Concede à "L. Figueiredo Navegação Ltda." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de "L. Figueiredo Navegação S. A.".*

Decreto n. 32.720 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

**LICENÇA PRÉVIA**

*Inclui como membro efetivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais o Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n. 32.621 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

# **LIMONITA**

*Renova o Decreto n.º 23.223, de 12 de junho de 1950.*

Decreto n. 32.186 — de 4 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1953.

# **LÍTIO**

*Autoriza Produção Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda. a pesquisar minério de lítio no município de Macarani, Estado da Bahia.*

Decreto n. 33.008 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

# **LOTAÇÃO**

*Ver o nome do Ministério.*

# **LOTÉRIAS**

*Ratifica a concessão da exploração do serviço de loteria do Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.709 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

# **M**

# **MADEIREIRA E COLONIZADORA SÃO ROQUE LTDA.**

*Outorga à Madeireira e Colonizadora São Roque Ltda. concessão para o aproveitamento do sítio Jangadeira, no rio do mesmo nome, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.160 — de 26 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

# **MALACACHETA**

*Autoriza a Cia. Agrícola Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, malacacheta, águas marinhas e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.552 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

# **MALHEIROS & CIA.**

Decreto-legislativo n.º 28 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

# **MANGANÊS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Oliveira Fraga a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Jacaraci, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.556 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Oliveira Fraga a pesquisar minério de manganês e associados no município de Urandi, Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.558 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho Braga a pesquisar minérios de ferro, manganês e quartzo no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.587 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. - Indústria Siderúrgica, a pesquisar minérios de manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.731 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Antero de Campos Machado a pesquisar minério de manganês e associados no município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.739 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**MANGANÊS**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marquez, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.774 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marquez, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.775 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marquez, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.776 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Limitada a pesquisar manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.863 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Limitada a pesquisar manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.864 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Renova, pelo prazo de um ano, o Decreto n. 28.820, de 1 de novembro de 1950.*

Decreto n. 32.964 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

**MANGANÊS**

— *Renova o Decreto n.º 28.839, de 7 de novembro de 1950.*

Decreto n. 33.079 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**MAQUINISTA-MARÍTIMO**

*Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 33.164 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**MARECHAL DEODORO DA FONSECA**

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

**MARECHAL FLORIANO PEIXOTO**

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

**MARINHA**

*Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.*

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

## MARINHA

— Altera dispositivos do Regulamento de Promoções a que se refere o Decreto n. 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Decreto n. 32.575 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

— Aprova o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha.

Decreto n. 32.582 — de 15 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Aprova o Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.

Decreto n. 32.742 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 13 de junho de 1953.

— Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha, do Distrito Federal.

Decreto n. 32.765 — de 13 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.

Decreto n. 32.798 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.

Decreto n. 33.136 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

## MARINHA MERCANTE

Exclui da proibição do art. 13 do Regulamento da Comissão de Marinha Mercante os compromissos decorrentes de obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e das outras providências.

Decreto n. 33.150 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## MARINHEIRO

Suprime cargos extintos.  
(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Suprime cargos extintos.  
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 33.163 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro João Nogueira Duarte a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.517 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro José de Serra Ladeira a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.557 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Matos a pesquisar mármore, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Decreto n. 32.735 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.



**MÁRMORE**

— *Renova o Decreto n.º 28.383, de 17 de julho de 1950.*

Decreto n. 32.825 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio dos Santos Maia a pesquisar mármore no município de Juatubatuba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.962 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mozart Andrade Ribeiro e Breno Viana da Costa a lavar mármore e calcário, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.076 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1953.

**MATRIZ DE SÃO COSME E DAMIÃO**

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

**MÉDICOS**

*Torna extensiva a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2.ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do art. 6.º da Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950.*

Lei n. 1.832 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

**MÉDICOS**

— *Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército, de Oficiais subalternos, médicos da reserva de segunda classe.*

Lei n. 1.841 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de abril de 1953.

— *Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de abril de 1953.

**MEDIDA DE SEGURANÇA DETENTIVA**

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas previstas no art. 83, § 1.º, n.º III, do Código Penal e artigo 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n. 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

**MEIO SÓLDO**

*Releva a prescrição do montepio e meio soldo dos beneficiários do Tenteiro Gustavo Sampaio.*

Lei n. 1.875 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

**MESTRE**

*Dispõe sobre o preenchimento de funções das Séries Funcionais de Inspetor Técnico e Mestre da Tabela de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional.*

Decreto n. 32.591 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Aristides de Souza Bragança a pesquisar mica e associados no município de Mantena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.519 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica e pedras coraças e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.520 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Oliveira Souza a pesquisar mica, caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.521 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Catarina Sobrinho a pesquisar mica e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.522 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Al-da Batista de Freitas a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.523 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Al-da Batista de Freitas a pesquisar mica no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.524 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

**MICA**

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 24.444, de 5 de abril de 1951.*

Decreto n. 32.548 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sales de Fraga a pesquisar mica e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.561 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ary Machado a pesquisar mica, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.562 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.633 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Vieira de Araújo a pesquisar ouro, prata, platina, pedras preciosas, mica e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.643 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Melchhiades Azevide Cardoso a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.767 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.768 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zeferino Cerqueira Leite a pesquisar mica e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.859 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zeferino Cerqueira Leite a pesquisar mica e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.860 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Clýmério Vieira a pesquisar mica e associados, no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.951 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lindolfo Gomes de Almeida a pesquisar mica e associados, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.075 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**MILITARES**

— *Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 25 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência.*

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

**MILITARES**

— *Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no combate à revolução comunista de 1935.*

Lei n. 1.873 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Releva a prescrição do montepio e meio soldo dos beneficiários do Tenente Gustavo Sampaio.*

Lei n. 1.875 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

— *Assegura a Simone de Guaraná Guimarães o direito à pensão especial, concedida pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943.*

Lei n. 1.881 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Assegura a Ruth Pereira Pires Ferreira, viúva do Tenente-Coronel do Exército Alkindar Pires Ferreira, a pensão estipulada no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.269, de 14 de maio de 1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943.*

Lei n. 1.885 — de 10 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1953.

— *Regulamenta a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, no que se refere aos militares.*

Decreto n. 32.604 — de 22 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

— *Dispõe sobre promoção, aposentadoria, graduação honorífica, função e herança militar do pessoal remanescente da extinta Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra.*

Decreto n. 32.849 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

## MILITARES

— Acrescenta parágrafo único ao art. 10 do Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.

Decreto n. 32.885 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.

Decreto n. 33.136 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

## MINERAÇÃO ICOBE LTDA.

Concede à Mineração Icube Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 32.778 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

## MINÉRIOS VISTA ALEGRE LIMITADA

Concede a Minérios Vista Alegre Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 32.966 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Decreto-legislativo n.º 12 — de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 36 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 37 — de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 46 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 32.627 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.628 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.631 — de 28 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento de Base Aérea de Santos, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.836 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto de Seleção e Controle, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.837 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 4.ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.838 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952) da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.839 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Geral de Expediente e Arquivo, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.840 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estado Maior da Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.841 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Policlínica de Aeronáutica de São Paulo, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.842 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica de Canoas, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.843 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.844 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Identificação da Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.845 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Base Aérea de Campo Grande, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.846 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.870 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete do Ministro do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.871 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 12 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Central de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.872 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica de Belém, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.873 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica de Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.874 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 2.ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.875 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento de Base Aérea de Belo Horizonte, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.876 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— Cria função na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto n. 32.892 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Fortaleza, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.911 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Rotas Aéreas, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.912 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque Especializado Central de Viaturas e Maquinarias, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.913 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Núcleo do Parque de Aeronáutica de Porto Alegre, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.914 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Núcleo do Parque de Aeronáutica do Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.919 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Ensino do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.920 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica dos Afonsos, ao Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.921 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Belém, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.922 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Santa Cruz, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.940 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.941 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Núcleo do Parque de Aeronáutica de Belém, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.942 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Engenharia, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.943 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 1.ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.944 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Natal, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 33.000 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação do aeroporto de Alagrete, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 33.054 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terras e benfeitorias em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, a ser feita pelo Governo desse Estado.*

Decreto n. 33.137 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 33.204 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 41 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 42 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 43 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 45 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.568 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.584 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.661 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

Decreto n. 32.701 — de 4 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre assistência financeira aos pequenos e médios produtores agropecuários, em todo o território nacional.*

Decreto n. 32.889 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 32.950 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 33.074 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 33.167 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 18 — de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 19 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 26 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 28 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 29 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 32 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 33 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 44 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.710 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional do Serviço Social, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.711 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Educação Sanitária, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.712 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Museu Histórico Nacional do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.743 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde da Sexta Região, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.*

Decreto n. 32.752 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Material, do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.753 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

Decreto n. 32.754 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde da 3.ª Região, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.755 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Museu da Inconfidência, da Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.756 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde da Quarta Região, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.757 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Vitória, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.758 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Ensino Comercial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.759 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Curitiba, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.760 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Saúde dos Portos, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.761 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.762 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.763 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Administração, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.764 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Museu Nacional de Belas Artes, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.779 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.810 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Orçamento, do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.811 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Peste, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.812 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Federal de Bioestatística, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.813 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Educação Extra-Escolar, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.814 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.815 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde da Oitava Região, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.816 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Comunicações do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.817 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde, da Sétima Região, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.818 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.879 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete do Ministro do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.880 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Biblioteca da Secretaria de Estado, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.907 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Biblioteca Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.908 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.909 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Museu Imperial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.910 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.918 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Colégio Pedro II - Internato, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.946 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Transportes, do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.979 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Organização Hospitalar, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.980 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.981 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.982 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde da 5.ª Região do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 32.993 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 33.001 — de 13 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Teresina, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 33.015 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Organização Sanitária, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 33.055 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica do Recife, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 33.056 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto-legislativo n.º 21 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Declara de utilidade pública e autoriza desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra*

Decreto n. 32.569 — de 10 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— *Autoriza a cessão de área de terras da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, ao Círculo Militar de Juiz de Fora.*

Decreto n. 32.852 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 33.101 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Altera a lotação de repartição atendida pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 32.018 — de 29 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 11 e 13 de abril de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 32.677 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Colônia Penal Cândido Mendes, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.678 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria da República do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.679 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Colônia Agrícola do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.680 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento do Interior e da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.681 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria da República no Território do Acre, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.682 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.683 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Penitenciária Central do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.684 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.685 — de 4 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito Público do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.686 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.687 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Geral da República, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.688 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.689 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.690 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Agrícola Artur Bernardes, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.691 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Subprocuradoria Geral da República, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.692 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria da República, no Estado de Goiás, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.693 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.694 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Venceslau Brás, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.695 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Presídio do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.696 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.697 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Profissional Quinze de Novembro, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.698 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional do Trânsito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.699 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Polícia Militar do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto n. 32.700 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n. 32.744 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores a aceitar doação de terrenos.

Decreto n. 32.883 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

Decreto-legislativo n.º 31 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a incorporar ao patrimônio da União terrenos doados ao Ministério da Marinha, situados, no Morro dos Conventos, Município de Azarungá, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 32.799 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.



## MINISTÉRIO DA MARINHA

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, áreas de terras e alagados situados nos municípios de Recife e Olinda, Estado de Pernambuco, destinados às construções da Base Naval de Recife, e dá outras providências.

Decreto n. 32.805 — de 20 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 32.978 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Sul, em Pelotas, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 32.994 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território do Amapá, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 32.995 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado da Bahia, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 32.996 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 32.997 — de 9 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Sul, em Uruguaiana, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.002 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Ceará, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.003 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.004 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado de Mato Grosso, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.005 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Abastecimento e Sobressalentes dos Contratorpeiros e Caça-Submarinos, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.010 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Arquivo da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.011 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em São Francisco, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.012 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.029 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.030 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.031 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base de Combustíveis Líquidos da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.032 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão Construtora da Base Naval de Aratu, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.033 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Almirante Castro e Silva, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.034 — de 12 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.046 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Administração e Tombamento dos Próprios Nacionais, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.047 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Marinha Mercante do Pará, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.048 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado de Alagoas, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.049 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete de Identificação da Armada, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.050 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Pessoal Civil, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.051 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Especial da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.057 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria do Tribunal Marítimo, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.058 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão Permanente de Nomenclatura e Especificação do Material, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.059 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Odontoclínica Central da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.060 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.061 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Aprendizes de Marinheiros da Bahia, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.062 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.063 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Agência da Capitania dos Portos do Estado da Bahia, em Ilhéus, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.064 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.065 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Instrução, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.066 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Engenharia da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.067 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Corpo de Fuzileiros Navais, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.068 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Espírito Santo, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.069 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Consultoria Jurídica da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.070 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Químico da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.071 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Colégio Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.095 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estado Maior da Armada, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.096 — de 19 de junho de 1953.

Publicado on D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Documentação da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.097 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, em Angra dos Reis, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.121 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Recrutamento, Reserva Naval e Inatividade, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.122 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e Acre, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.123 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Naval do Salvador, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.124 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Tribunal Marítimo Administrativo, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.125 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando do 1.º Distrito Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.151 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Portos e Custas, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.152 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Instrução Almirante Tamandaré, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.153 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro, em São João da Barra, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.184 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Laboratório Farmacêutico Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.186 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho do Almirantado do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.187 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.197 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Geral do Edifício do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n. 33.198 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.877 — de 17 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Metrologia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.873 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Pessoal, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.905 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Previdência Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.906 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração do Palácio do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.915 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Segurança Nacional, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.916 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de Goiás, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.917 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Alagoas, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.947 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.948 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Bahia, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.949 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.983 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.984 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Piauí, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.985 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, IN- DÚSTRIA E COMÉRCIO

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.986 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.987 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Material, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.988 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.989 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 32.990 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, IN- DÚSTRIA E COMÉRCIO

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Pernambuco, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.013 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Pará, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.014 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Salvador, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.089 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho da 4.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.090 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Vitória, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.091 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.



# MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria da Previdência Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.092 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho da 2.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.093 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Pirapora, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.094 — de 19 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Santos, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.103 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Recife, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.109 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho da 8.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.110 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Florianópolis, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.111 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho da 3.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.112 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto do Rio Grande, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.113 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Aracaju, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.114 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho, da 6.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.115 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Natal, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.116 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho da 5.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.117 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Comunicações, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.118 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Regional do Trabalho da 1.ª Região, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.119 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de São Luís, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.120 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Sergipe, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n. 33.154 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n. 32.751 — de 11 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro de Goiás, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n. 32.881 — de 27 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1953.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n. 32.945 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n. 33.107 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Extraordinário.

## MONAZITA

Autoriza "SULBA" - Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 32.551 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Autoriza a empresa de mineração Sulba - Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, zirconita, ilmenita e associados no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 32.588 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## MONTEPIO

Releva a prescrição do montepio a meio soldo dos beneficiários do Tenente Gustavo Sampaio.

Lei n. 1.875 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

## MONUMENTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 450.000,00, para erigir na cidade de Salvador um monumento comemorativo do primeiro centenário da morte de Maria Quitéria de Jesus.

Lei n. 1.840 — de 10 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de abril de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 450.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 32.999 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1953.

## MOTORISTA

Suprime cargos extintos.

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## MUNICIPIOS

Exclui da relação contida no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.

Lei n. 1.878 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## MUNICÍPIOS

— *Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas.*

Lei n. 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

## MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

*Dá nova redação ao art. 4.º do Regulamento do Museu Histórico Nacional, aprovado pelo Decreto número 24.735, de 14 de julho de 1934.*

Decreto n. 33.017 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## MÚSICOS MILITARES

Ver: *Militares.*

## N

### NAVEGAÇÃO SÃO PAULO-PARANÁ LTDA.

*Concede à sociedade "Navegação São Paulo-Paraná Ltda." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 32.455 — de 20 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 abril de 1953.

### NISIA FLORESTA

*Autoriza o Poder Executivo a promover a transferência, para o Brasil, dos restos mortais da escritora norte-riograndense Nisia Floresta.*

Lei n. 1.892 — de 23 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 27 de junho de 1953.

## NÚCLEOS COLONIAIS

*Cria o Núcleo Colonial de Porto Seguro, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 32.619 — de 24 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

## NÚCLEOS COLONIAIS

— *Cria o Núcleo Colonial de Meusim, no Estado do Maranhão.*

Decreto n. 32.620 — de 24 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

Reproduzido no D. O. de 30 de abril de 1953.

— *Cria o Núcleo Colonial de Itaparica, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 33.043 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

## O

## OFICIAIS MÉDICOS

*Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército de Oficiais subalternos, médicos da reserva de segunda classe.*

Lei n. 1.841 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1953.

## OFICIAL ADMINISTRATIVO

*Suprime cargos extintos.*

(M.G. — Q.S.):

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## OPERAÇÕES DE CÂMBIO

*Inclui como membro efetivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais o Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n. 32.621 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

**ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA**

*Retifica a Lei n. 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.*

Lei n. 1.851 — de 30 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de maio de 1953.

Reproduzida no D. O. de 5 de maio de 1953.

**ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

*Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 163.600,00, para ocorrer às despesas decorrentes de modificações nos artigos 142, 153 e 183 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.*

Decreto n. 32.665 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

**OURO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Gilson Rocha a lavar minério de ouro, quartzo e sílica, no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.635 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Vieira de Araújo a pesquisar ouro, prata, platina, pedras preciosas, mica e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.643 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Jerônimo Tomé da Silva Júnior a pesquisar rutilo, ouro e associados, no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.738 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**OURO**

*— Renova o Decreto n.º 28.630, de 13 de setembro de 1950.*

Decreto n. 32.725 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

P

**PANAIR DO BRASIL S. A.**

*Outorga concessão à Empresa Panair do Brasil S. A. para instalar uma estação radiofarol, na cidade de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto n. 31.714 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar uma estação radiotelegráfica e de radiofarol.*

Decreto n. 32.474 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar uma estação radiotelegráfica e de radiofarol.*

Decreto n. 32.500 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A., para instalar mais um transmissor, tipo 8GL2, de 0,75 kw.*

Decreto n. 32.581 — de 14 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A., para instalar uma estação radiotelegráfica e de radiofarol.*

Decreto n. 32.829 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

## PANTEON

*Manda erigir um "Panteon" em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.866 — de 26 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1953.

## PARÓQUIA DE SÃO MARCOS

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## PARQUE INTERNACIONAL

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos que mencionam, situados no Parque Internacional, da Cidade de Livramento, no Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.542 — de 6 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1953.

## PATRÃO

*Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 33.162 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## PAULO AUGUSTO SOYAMA

Decreto-legislativo n.º 11 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

## PECÚLIOS

*Assegura o direito à habilitação "post-mortem", perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e das outras providências.*

Lei n. 1.863 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

## PEDRAS CORADAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Di-lermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.520 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alda Batista de Freitas a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.523 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar cristal de rocha, pedras coradas e associados, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.634 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.768 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Revoga o Decreto n. 11.994, de 19 de março de 1943.*

Decreto n. 32.530 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza a firma Gregório de Azevedo & Filhos Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.534 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## PEDRAS PRECIOSAS

— *Revoga o Decreto n.º 3.276, de 17 de novembro de 1938.*

Decreto n. 32.595 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1953.

— *Revoga o Decreto n.º 6.595, de 12 de dezembro de 1940.*

Decreto n. 32.596 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1953.

— *Autoriza a firma Goellner, Schwarzwitz & Cia. Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.598 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Vieira de Araújo a pesquisar ouro, prata, platina, pedras preciosas, mica e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.643 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza Willi Hey a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.673 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza Isaias Simões de Carvalho a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 32.745 — de 2 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Hercília Cruz de Pontes Câmara, filha de Osvaldo Cruz.*

Lei n. 1.864 — de 23 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1953.

## PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 1.162,50, a Edith Henriques Dutra, viúva do Dr. José Bourdot Dutra, ex-professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.*

Lei n. 1.868 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 30.000,00 anuais à viúva de Laib Campos Teixeira, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas.*

Lei n. 1.870 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no combate à revolução comunista de 1935.*

Lei n. 1.873 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Assegura a Simone de Guaraná Guia o direito à pensão especial, concedida pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943.*

Lei n. 1.881 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Assegura a Ruth Pereira Pires Ferreira, viúva do Tenente-Coronel do Exército Alkindar Pires Ferreira, a pensão estipulada no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.269, de 14 de maio de 1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1942.*

Lei n. 1.885 — de 10 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1953.

— *Aprova a Consolidação das disposições legais referentes a pensões militares, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.389 — de 9 de março de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1953.

## PENSÕES

— *Concede pensão à viúva de Agenor Mendes de Castilho Brandão.*

Decreto n. 33.086 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

## PESQUISAS

— *Ver o nome do elemento pesquisado.*

## PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## PINGUITA

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 32.251, de 12 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 32.514 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

## PLANO DO CARVÃO NACIONAL

*Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.*

## PLATINA

Lei n. 1.886 — de 11 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Vieira de Araújo a pesquisar ouro, prata, platina, pedras preciosas, mica e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.643 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## PODER JUDICIÁRIO

*Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.*

## POLÍCIAS MILITARES

*Aplica as disposições do Decreto-lei n.º 8.442, de 26 de dezembro de 1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram a inatividade antes de sua vigência.*

Lei n. 1.843 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

— *Regula a aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal das disposições da Lei n.º 1.252, de 2 de dezembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.493 — de 30 de março de 1953.

Reproduzido no D. O. de 10 de abril de 1953.

— *Dá nova redação à alínea "b" do artigo 71 do Regulamento da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 29.363, de 19 de março de 1951.*

Decreto n. 32.513 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Acrésceta parágrafo único ao artigo 10 do Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n. 32.885 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Dá nova redação aos artigos 18 e 228 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n. 33.073 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.



## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Lei n. 1.839 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de abril de 1953.

## PORTOS MILITARES

Exclui da relação contida no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.

Lei n. 1.878 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## PRATA

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Vieira de Araújo a pesquisar ouro, prata, platina, pedras preciosas, mica e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 32.643 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

## PRÁTICO DE FARMÁCIA

Suprime cargos extintos.

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 32.583 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## PREFEITURAS

Decreto-legislativo n.º 12 — de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 29.654 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## PREFEITURAS

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 29.324 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará, no Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n. 31.583 — de 10 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves a ampliar suas instalações.

Decreto n. 31.833 — de 25 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza a instalar dois grupos termo-elétricos.

Decreto n. 32.425 — de 13 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Guapiara concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente do rio São José do Guapiara, município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 32.459 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município do mesmo nome, e dá outras providências.

Decreto n. 32.490 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1953.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Conselho Nacional do Petróleo a aceitar doação de uma área de terreno destinada à Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso.*

Decreto n. 32.512 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.532 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do imóvel situado no município de Itaquí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.533 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Dianópolis concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira existente no rio Manoel Alvinho, distrito e município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.574 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Rio Espera concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do rio Melo, existente no Rio Melo, distrito de Rio Espera, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.609 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no município de Dourados, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 33.101 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1953.

## PRÊMIOS

*Concede o prêmio de Cr\$ 100.000,00, ao agrônomo Gregório Bondar.*

Lei n. 1.844 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de abril de 1953.

## PRESCRIÇÃO

*Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente do Ministério da Guerra, de pedir retificação do ato de sua nomeação para o referido cargo.*

Lei n. 1.862 — de 21 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Releva a prescrição do montepio a meio sôlido dos beneficiários do Tendente Gustavo Sampaio.*

Lei n. 1.875 — de 2 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1953.

— *Assegura a Simone de Guaraná Guia o direito à pensão especial concedida pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943.*

Lei n. 1.881 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Secretaria da Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.977 — de 8 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 23 de junho de 1953.

## PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DO Q. A. O.

Ver: Comissões.

### PRODUÇO - SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATÉRIAS PRIMAS LIMITADA

*Autoriza a Produço - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda. a pesquisar cassiterita, columbita, wolframita, e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.560 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1953.

*— Autoriza Produço - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a pesquisar berilo, columbita e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.654 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

*— Autoriza Produço - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda. a pesquisar minério de lítio, no município de Macarani, Estado da Bahia.*

Decreto n. 33.008 — de 10 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

### PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

*Dispõe sobre assistência financeira aos pequenos e médios produtores agropecuários, em todo o território nacional.*

Decreto n. 32.889 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

### PROJETOS E ORÇAMENTOS

*Aprova projeto e orçamento para a construção de um trecho do ramal de Campo Grande a Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 32.605 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

### PROJETOS E ORÇAMENTOS

*— Aprova o projeto e orçamento para a construção de uma casa-tipo, destinada à residência do Mestre de Linha do 10.º Distrito da III Divisão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Ribas do Rio Pardo.*

Decreto n. 32.808 — de 21 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1953.

### PROMOÇÕES

*Aprova o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 32.342 — de 27 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 15 de maio de 1953.

*— Regula a aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal das disposições da Lei n.º 1.252, de 2 de dezembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.493 — de 30 de março de 1953.

Reproduzido no D. O. de 10 de abril de 1953.

*— Altera dispositivos do Regulamento de Promoções a que se refere o Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n. 32.575 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

*— Dispõe sobre a função de Presidente da Comissão de Promoções do Q.A.O.*

Decreto n. 32.801 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

*— Dispõe sobre promoção, aposentadoria, graduação honorífica, função e herança militar do pessoal remanescente da guerra, da Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra.*

Decreto n. 32.849 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**Q**

**QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS (QAO)**

*Estende a vantagem do item 1.º do artigo 32 do Decreto-lei n.º 3.769, de 21 de janeiro de 1946, ao 2.º Tenente da Arma de Infantaria Emiliano Amaro de Souza.*

Lei n. 1.837 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de abril de 1953.

**QUADRO DE ESPECIALISTAS DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

*Aprova o Regulamento do Quadro de Especialista de Saúde do Exército.*

Decreto n. 32.850 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**QUADRO DE OFICIAIS DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

*Torna extensivas a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2.ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do art. 6.º da Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950.*

Lei n. 1.832 — de 2 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1953.

**QUADRO DO PESSOAL PERMANENTE DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL**

Ver: Instituto do Açúcar e do Alcool.

**QUARTZITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Scalise a pesquisar quartzito, no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.585 — de 10 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**QUARTZITO**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Alfred Paul Brode e Elody Carmelli Porchat Alfaya Brode a lavar quartzito, no município de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.586 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**QUARTZO**

*Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar quartzo e associados, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.414 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

*Autoriza a Cia. Agrícola Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, malacacheta, águas marinhas e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.552 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.555 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho Braga a pesquisar minérios de ferro, manganês, e quartzo, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.587 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Gilson Rocha a lavar minério de ouro, quartzo e sílica, no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.635 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**QUARTZO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Albino Abreu Figueiredo a pesquisar grafita, quartzo e associados, no município e Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.651 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.768 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Camilo de Oliveira Mello a pesquisar bauxita, quartzo, argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.958 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jesuélino Almeida a pesquisar quartzo e associados, no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.145 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

**R****RÁDIO APARECIDA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Aparecida Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora em ondas curtas.*

Decreto n. 32.835 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**RÁDIO CRUZEIRO DO SUL**

*Cassa a concessão outorgada à Rádio Cruzeiro do Sul para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.*

Decreto n. 32.939 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

**RÁDIO CULTURA DE POÇOS DE CALDAS S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Poços de Caldas S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de onda intermediária — (frequência tropical).*

Decreto n. 32.580 — de 14 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1953.

**RÁDIO EXCELSIOR S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Excelsior S. A. para estabelecer uma estação rádio-difusora de ondas curtas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 32.358 — de 2 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

**RÁDIO RECORD S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Record S. A. para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.*

Decreto n. 32.833 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

**RÁDIO RIO S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Rio S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 32.166 — de 29 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

# **RÁDIO RIO LIMITADA**

*Retifica o artigo único do Decreto n.º 32.186, de 29 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 33.149 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

# **RADIO VERA CRUZ S. A.**

Decreto-legislativo n. 4 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

# **RADIODIFUSÃO**

— Ver o nome do concessionário.

# **RAIOS X**

*Regulamenta a Lei n. 1.234, de 14 novembro de 1950, no que se refere aos militares.*

Decreto n. 32.604 — de 22 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

# **REAJUSTAMENTO DE ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO DA GUERRA**

— Ver a denominação do órgão reajustado.

# **REAL S. A. TRANSPORTES AÉREOS**

*Outorga concessão à Empresa "Real S. A. Transportes Aéreos" para instalar uma estação radiotelegráfica em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 32.427 — de 16 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

— Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica.

Decreto n. 32.476 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

— Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar um transmissor em sua estação radiotelegráfica desta Capital.

Decreto n. 32.830 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

# **RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS DE ARQUITETO**

Ver: Arquitetos.

# **REDE MINEIRA DE VIACÃO**

*Declara rescindido o contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viacão, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.528 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

# **REGULAMENTOS**

*Aprova o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 32.342 — de 27 de fevereiro de 1953.

Retificado no D. O. de 15 de maio de 1953.

— Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Saúde da Marinha.

Decreto n. 32.488 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Regula a aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal das disposições da Lei n. 1.252, de 2 de dezembro de 1950 e dá outras providências.

Decreto n. 32.493 — de 30 de março de 1953.

Reproduzido no D. O. de 10 de abril de 1953.

— Dá nova redação à alínea "b" do artigo 71 do Regulamento da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal aprovado pelo Decreto n. 29.383, de 19 de março de 1951.

Decreto n. 32.513 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— Altera dispositivos do Regulamento de Promoções a que se refere o Decreto n. 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Decreto n. 32.575 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha.*

Decreto n. 32.582 — de 15 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Regulamenta a Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950, no que se refere aos militares.*

Decreto n. 32.604 — de 22 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Eleição dos representantes da lavou-ra na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n. 32.629 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— *Aprova o novo Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n. 32.667 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 10 de junho de 1953.

— *Altera dispositivos do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, quanto ao seguro-doença dos trabalhadores autônomos e avulsos.*

Decreto n. 32.668 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.*

Decreto n. 32.742 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 13 de junho de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.*

Decreto n. 32.798 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Eletricidade da Marinha.*

Decreto n. 32.848 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1953.

— *Aprova o Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército.*

Decreto n. 32.850 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Modifica o Regulamento do Arquivo do Exército.*

Decreto n. 32.851 — de 23 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

— *Acréscena parágrafo único ao artigo 10 do Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n. 32.885 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

— *Dá nova redação a dispositivos do Regulamento da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 32.975 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

— *Dá nova redação ao art. 4.º do Regulamento do Museu Histórico Nacional, aprovado pelo Decreto número 24.735, de 14 de julho de 1934.*

Decreto n. 33.017 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Dá nova redação à alínea "b", do artigo 98, do atual Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto n.º 18.732, de 28 maio de 1945.*

Decreto n. 33.052 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

— *Altera a denominação de estabelecimento de ensino e dá outras providências.*

Decreto n. 33.053 — de 15 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

— *Dá nova redação aos artigos 18 e 228 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n. 33.073 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

— *Exclui da proibição do art. 13, do Regulamento da Comissão de Marinha Mercante, os compromissos decorrentes de obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 33.150 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.401, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n. 33.203 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## RELEVAÇÃO DE PRESCRIÇÃO

Ver: *Prescrição.*

## REMOÇÃO

*Modifica o artigo 4.º do Decreto n. 32.044, de 2 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 32.590 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## REPATRIAÇÃO DE BRASILEIROS

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de .... Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia.*

Decreto n. 32.563 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

## REPRESENTANTES DA LAVOURA

*Aprova o Regulamento para a eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n. 32.629 — de 27 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

## REPRESSÃO AO CONTRABANDO

Ver: *Contrabando.*

## RESCISÃO DE CONTRATOS

*Declara rescindido o contrato de arrendamento da Rêde Mineira de Viação e dá outras providências.*

Decreto n. 32.528 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1953.

## RESÍDUOS DE TRIGO

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne, e aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e antibióticos.*

Lei n. 1.856 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

## RUTILO

*Autoriza o cidadão brasileiro Jerônimo Tomé da Silva Júnior a pesquisar rutilo, ouro e associados, no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.738 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.



**RÚTILO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jerônimo Tomé da Silva Júnior a pesquisar rutilo no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n. 32.955 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

**S****S. A. EMPRESA DE ELETRICIDADE DE SUL PAULISTA**

*Autoriza o funcionamento de uma usina termoeletrica de reserva, em Itapetininga, Estado de São Paulo, pela S. A. Empresa de Eletricidade Sul Paulista.*

Decreto n. 32.929 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

**SALÃO NACIONAL DE ARTE MODERNA**

*Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 220.000,00, para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.*

Decreto n. 32.887 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES**

*Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 220.000,00, para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.*

Decreto n. 32.887 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

**SANATÓRIOS**

*Denomina Sanatório Adriano Jorge, o Sanatório para tuberculosos, construído pelo Governo Federal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Lei n. 1.872 — de 27 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1953.

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.308,60, para pagamento de serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia, nos exercícios de 1943, 1946 e 1948, à Secretaria da Presidência da República.*

Decreto n. 32.748 — de 8 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

**SANTOS DUMONT**

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de .... Cr\$ 700.000,00 para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França.*

Decreto n. 33.199 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

**SÃO PAULO LIGHT & POWER COMPANY LIMITED**

*Autoriza a São Paulo Light & Power Company Limited a construir uma linha de transmissão entre a usina Piratininga e a linha Cubatão-São Caetano do Sul.*

Decreto n. 32.510 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

## SCEEELITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Xavier Pinheiro a pesquisar sceheelita, no município de Jaguaribe, Estado do Ceará.*

Decreto n. 32.589 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Mariano de Queiroz a pesquisar sceheelita e associados no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 32.728 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aureo Clemente Guedes a pesquisar sceheelita no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 32.736 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## SEGURO-DOENÇA

*Altera dispositivos do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, quanto ao seguro-doença dos trabalhadores autônomos e avulsos.*

Decreto n. 32.668 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

## SELOS

*Dispõe sobre o estandarte, o escudo de armas e o selo da Escola Naval.*

Decreto n. 32.576 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha, do Distrito Federal.*

Decreto n. 32.765 — de 13 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1953.

## SEMINARIO APOSTÓLICO NOSSA SENHORA DA SALETE

*Isenta de direitos aduaneiros materiais importados por entidades religiosas e assistenciais.*

Lei n. 1.880 — de 5 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1953.

## SENADO FEDERAL

Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial.*

## SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Decreto-legislativo n.º 16 — de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 32.532 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do imóvel situado no município de Itaquí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.533 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.719 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## SERVIÇO MILITAR

*Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.*

Lei n. 1.842 — de 13 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1953.

**SERVIÇO SOCIAL**

*Dispõe sobre os objetivos do Ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.*

Lei n. 1.889 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

**SERVIÇO TELEGRÁFICO EXTERIOR**

*Altera o art. 63, Título II, Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948.*

Lei n. 1.882 — de 9 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1953.

Retificada no D. O. de 13 de junho de 1953.

**SERVIDÕES**

*Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão da Empresa Luz e Força Itaipubana S. A.*

Decreto n. 32.571 — de 13 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

**SERVIDORES DO ESTADO**

*Ver: Funcionários e Extranumerários.*

**SHELL BRAZIL LIMITED**

*Concede à sociedade anônima "Shell Mex Brazil Limited" autorização para continuar a funcionar na República sob a nova denominação de "Shell Brazil Limited".*

Decreto n. 33.025 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

**SÍLICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Gilson Rocha a lavar minério de ouro, quartzo e sílica, no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.635 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**SIQUEIRA, MEIRELLES, JUNQUEIRA & CIA.**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Monte Alto, situado no rio São João, município de Passos, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Siqueira, Meirelles, Junqueira & Cia., com sede em São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 32.802 — de 19 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM "CIMIMAR"**

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar argila no município de Canôas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.658 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE - "VARIG"**

*Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Riograndense - "Varig" — para instalar uma estação de radiofarol.*

Decreto n. 32.429 — de 16 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIOGRAN-  
DENSE "VARIG"**

— *Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Rio-grandense — "Varig" — para instalar uma estação de rádio-farol.*

Decreto n. 32.470 — de 26 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**SOCIEDADE BAIANA DE TALCO LIMITADA**

*Concede à Sociedade Baiana de Talco Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.722 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1953.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMÓVEIS LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Limitada a pesquisar manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.863 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Limitada a pesquisar manganês e associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 32.864 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 22 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.

**SOCIEDADE DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. (SENCO)**

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.

**SOCIEDADE IMOBILIÁRIA CAMPOS & CIA. LTDA.**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a incorporar ao patrimônio da União, terrenos doados ao Ministério da Marinha, situados no Morro dos Conventes, Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 32.799 — de 18 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

**SOCIEDADE MINERADORA CAPELINHA LIMITADA**

*Concede à Sociedade Mineradora Capelinha Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 32.867 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

**SOCIEDADE MINERADORA PONTA DA SERRA LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Limitada a lavrar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.642 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.

**SOCIEDADE MINERADORA SAFIRINHA LTDA.**

*Concede à Sociedade Mineradora Safirinha Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 33.081 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

**SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Limitada, para estabelecer uma estação radio-difusora.*

Decreto n. 33.126 — de 23 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1953.

# **SOCIEDADE RADIO EMISSORA METROPOLITANA LTDA. SUBVENÇÕES**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Metropolitana Ltda. para estabelecer uma estação radio-difusora de ondas médias.*

Decreto n. 32.939-4A — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.

## **SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada para instalar uma estação radio-difusora em frequência modulada.*

Decreto n. 32.475 — de 27 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1953.

## **SOCIEDADE RADIO IMBIARA DE ARAXÁ LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Limitada, para estabelecer uma estação radio-difusora.*

Decreto n. 32.856 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1953.

## **SUBSTÂNCIAS RADIATIVAS**

*Regulamenta a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1953, no que se refere aos militares.*

Decreto n. 32.604 — de 22 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.

## **SUBVENÇÕES**

*Concede o auxílio de ..... Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Lei n. 1.839 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de abril de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade.*

Lei n. 1.846 — de 15 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1953.

*Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento de subvenção concedida ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá.*

Decreto n. 32.707 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

*Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000.000,00, para pagamento de auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo.*

Decreto n. 32.884 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## **"SULBA" - SOCIEDADE COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA.**

*Autoriza "SULBA" - Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zircônia e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.551 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

*— Autoriza a empresa de mineração Sulba Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, zircônia, ilmenita e associados no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.588 — de 15 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**T**

**TABELAS ESPECIAIS DE EXTRA-NUMERÁRIOS MENSALISTAS**

*Ver o nome do Ministério ou órgão a que pertencem.*

**TABELAS ÚNICAS**

*Ver o nome do Ministério ou do órgão a que pertencem.*

**TALCO**

*Renova o Decreto n. 28.230, de 12 de junho de 1950.*

*Decreto n. 32.549 — de 9 de abril de 1953.*

*Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.*

*— Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Caula Soares a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

*Decreto n. 32.644 — de 30 de abril de 1953.*

*Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.*

*— Autoriza o cidadão brasileiro Prudêncio Sabino Guimarães a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

*Decreto n. 32.645 — de 30 de abril de 1953.*

*Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.*

*— Autoriza o cidadão brasileiro Oscar de Araújo Silva a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

*Decreto n. 32.646 — de 30 de abril de 1953.*

*Publicado no D. O. de 6 de maio de 1953.*

*— Renova o Decreto n. 28.762, de 16 de outubro de 1950.*

*Decreto n. 32.963 — de 3 de junho de 1953.*

*Publicado no D. O. de 15 de junho de 1953.*

**TALCO**

*— Autoriza a Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. a pesquisar talco e associados, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

*Decreto n. 33.148 — de 24 de junho de 1953.*

*Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.*

**TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO**

*Promulga o Protocolo do Acôrdio Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, concluído em Torquay, a 21 de abril de 1951.*

*Decreto n. 32.600 — de 17 de abril de 1953.*

*Publicado no D. O. de 24 de abril de 1953.*

**TARIFAS DAS ALFANDEGAS**

*Dispõe sobre o preenchimento das guias de exportação, modelo "B", faturas consulares e conhecimentos aéreos, de que tratam os Decretos ns. 15.813, de 13 de novembro de 1922, 22.717, de 16 de maio de 1933, e Decreto-lei n.º 8.853, de 24 de janeiro de 1946, respectivamente.*

*Decreto n. 32.746 — de 8 de maio de 1953.*

*Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.*

**TARIFAS TELEGRÁFICAS**

*Altera o art. 63, Título II, Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948.*

*Lei n. 1.882 — de 9 de junho de 1953.*

*Publicada no D. O. de 11 de junho de 1953.*

*Retificada no D. O. de 13 de junho de 1953.*

**TAXAS**

*Altera o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto n.º 29.396, de 27 de março de 1951.*

*Decreto n. 32.891 — de 29 de maio de 1953.*

*Publicado no D. O. de 1 de junho de 1953.*

## TEMPO DE SERVIÇO

*Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7 de junho de 1950.*

Lei n.º 1.887 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.010 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.011 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n.º 32.347 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.536 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.537 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.540 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.599 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n.º 32.617 — de 24 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a regularizar o ajoramento do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.618 — de 24 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ajorar a estrangeiro o terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.670 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.672 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.783 — de 14 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1953.

## TERRENO NACIONAL

*Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.531 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio pleno de terreno nacional interior, que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 32.535 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 32.717 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## TERRITÓRIO DO ACRE

*Fica a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, no quinquênio de 1951-1956*

Lei n. 1.853 — de 5 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de maio de 1953.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos Mensalistas e Diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas.*

Lei n.º 1.890 — de 13 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1953.

— *Outorga concessão ao Governo do Território Federal do Amapá, para estabelecer uma estação radio-difusora em Macapá.*

Decreto n. 32.501 — de 1 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1953.

## TESOUREIRO

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 32.616 — de 24 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 32.666 — de 30 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1953.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 33.088 — de 18 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1953.

## TH. MARINHO DE ANDRADE, CONSTRUTORA PARANÁ S. A.

Decreto-legislativo n.º 21 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1953.



## THE PERNAMBUCO TRAMWAYS & POWER CO. LTD.

*Autoriza The Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd. a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 32.489 — de 30 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

## TORTAS E FARINHAS DE CARNE

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, aos resíduos de trigo, às tortas e farinhas de carne, e aos concentrados que contenham minerais, vitaminas e anti-bióticos.*

Lei n. 1.856 — de 14 de maio de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1953.

## TRABALHADOR

*Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 33.161 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1953.

## TRASLADAÇÃO DE RESTOS MORTAIS

*Autoriza o Poder Executivo a promover a trasladação para o Brasil, dos restos mortais da escritora norte-riograndense Nisia Floresta.*

Lei n. 1.892 — de 23 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 27 de junho de 1953.

## TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

*Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.*

## U

## UNIÃO AMERICANA DE CAPITALIZAÇÃO

*Cassa a autorização concedida à União Americana de Capitalização, com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para funcionar na República.*

Decreto n. 32.721 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

## UNIÃO CINEMATOGRAFICA BRASILEIRA S. A.

Decreto-legislativo n.º 47 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1953.

## UNIVERSIDADES

*Concede o auxílio de ..... Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*

Lei n. 1.839 — de 7 de abril de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de abril de 1953.

*— Autoriza o funcionamento de curso de odontologia da Faculdade de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.498 — de 31 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1953.

*— Concede prerrogativas de equiparação à Universidade do Distrito Federal e aprova seu Estatuto.*

Decreto n. 32.888 — de 28 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1953.

## USINA QUEIROZ JÚNIOR S. A. INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

*Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. - Indústria Siderúrgica, a pesquisar minérios de manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.731 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1953.

V

**VIAGÃO FERREA DO RIO GRANDE DO SUL**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas situadas no trecho ferroviário Bento Gonçalves-Ultima Garganta.*

Decreto n. 32.613 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1953.

W

**WOLFRAMITA**

*Autoriza a Produco - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a pesquisar cassiterita, columbita, wolframita e associados, no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.560 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

Z

**ZIRCONITA**

*Autoriza "SULBA" - Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.551 — de 9 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1953.

*— Autoriza a empresa de mineração Sulba Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, zirconita, ilmenita e associados no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.588 — de 16 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1953.

**Departamento de Imprensa Nacional**  
**Rio de Janeiro — Brasil — 1953**



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1953 — VOLUME V

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

**LEIS DE JULHO A SETEMBRO**

**Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro — Brasil — 1953**

# ÍNDICE

DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

### 1953

	Págs.		Págs.
48 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de julho de 1953	3	58 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de agosto de 1953	6
49 — Decreto Legislativo de 1953. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de julho de 1953	3	59 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de agosto de 1953	6
50 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de julho de 1953	3	60 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1953	6
51 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	4	61 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1953	7
52 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	4	62 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1953	7
53 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	4	63 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1953	7
54 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	5	64 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de setembro de 1953	8
55 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	5	65 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1953	8
56 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	5	66 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1953	8
57 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de agosto de 1953	5		

	Págs.		Págs.
67 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1953 .....	8	<i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1953 .....	11
68 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1953 .....	9	1.899 — Lei de 6 de julho de 1953 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 422.920,20, para pagamento de gratificações de magistério. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1953 .....	11
69 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1953 .....	9	1.900 — Lei de 7 de julho de 1953 — Estende os dispositivos da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Juri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal, e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1953 .....	14
1.895 — Lei de 1 de julho de 1953 — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ..... Cr\$ 29.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto n.º 18.042, de 12 de março de 1945. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de julho de 1953 .....	9	1.901 — Lei de 10 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1953 .....	15
1.896 — Lei de julho de 1953 — Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de julho de 1953 .....	10	1.902 — Lei de 13 de julho de 1953 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de ..... Cr\$ 90.900,00 para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Gran-	
1.897 — Lei de 6 de julho de 1953 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 72.420,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor Ciro Romano Farina. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1953 .....	11		
1.898 — Lei de 6 de julho de 1953 — Agricultura — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 60.177,20, para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lomardo e Abílio Machado Filho. Publicada no			

	Págs.		Págs.
de do Sul. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 18 de julho de 1953	16	ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal). Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1953	17
1.903 — Lei de 13 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nordestina de Tisiologia. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 18 de julho de 1953	16	1.908 — Lei de 17 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1953	18
1.904 — Lei de 13 de julho de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ..... Cr\$ 240.000,00, para pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de julho de 1953	16	1.909 — Lei de 21 de julho de 1953 — Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1953	18
1.905 — Lei de 15 de julho de 1953 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00, para atender a despesas com o II Congresso Latino-Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 18 de julho de 1953	17	1.910 — Lei de 21 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no artigo 5.º da Lei n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1951. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de julho de 1953	18
1.906 — Lei de 16 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .. Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, no Estado de Pernambuco. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1953	17	1.911 — Lei de 22 de julho de 1953 — Concede subvenção anual à "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos". Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	19
1.907 — Lei de 17 de julho de 1953 — Dá nova redação		1.912 — Lei de 23 de julho de 1953 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do Sexto Congresso Eucarístico Nacional. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	19

	Págs.		Págs.
1.913 — Lei de 23 de julho de 1953 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de ..... Cr\$ 233.639,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores daquele Ministério. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953	19	deste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências. Publicada no <i>D. O.</i> de 31 de julho de 1953 .....	21
1.914 — Lei de 23 de julho de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00 para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953 .	20	1.919 — Lei de 24 de julho de 1953 — Dispõe sobre registro de diplomatas expedidos por estabelecimentos de ensino superior. Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de julho de 1953 ....	23
1.915 — Lei de 23 de julho de 1953 — <i>Justiça</i> — Eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953 .....	20	1.920 — Lei de 25 de julho de 1953 — <i>Educação</i> — Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Publicada no <i>D. O.</i> de 29 de julho de 1953 .....	23
1.916 — Lei de 23 de julho de 1953 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 15.348.642,80, para constituição de parte do Capital da Caixa de Crédito da Pesca. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de julho de 1953 .....	20	1.921 — Lei de 27 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarienses na reconstrução das obras públicas destruídas ou nificadas por enchentes. Publicada no <i>D. O.</i> de 3 de agosto de 1953 .....	24
1.917 — Lei de 24 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da Cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de julho de 1953 .....	20	1.922 — Lei de 27 de julho de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 41.216,60, para pagamento de diferenças de vencimentos de salários-família de auxílios-funeral e de outras vantagens devidas a servidores daquele Tribunal e a seus beneficiários. Publicado no <i>D. O.</i> de 3 de agosto de 1953 .....	24
1.918 — Lei de 24 de julho de 1953 — Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nor-		1.923 — Lei de 28 de julho de 1953 — <i>Agricultura</i> — Cria a Escola Agrícola de Urutai, no Estado de Goiás, e dá outras providências. Publicada no <i>D. O.</i> de 31 de julho de 1953 .....	28
		1.924 — Lei de 28 de julho de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Djanira Lima da Cunha.	



	Págs.		Págs.
Publicada no <i>D. O.</i> de 3 de agosto de 1953 .....	28	para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo. Publicada no <i>D. O.</i> de 7 de agosto 1953 .....	37
1.925 — Lei de 30 de julho de 1953 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pai do herói militar Antônio de Siqueira Campos, e a sua esposa Carlota de Siqueira Campos. Publicada no <i>D. O.</i> de 3 de julho de 1953 .....	28	1.931 — Lei de 5 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.615.850,00, para pagamento de salário-família a servidores da Rede de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Publicada no <i>D. O.</i> de 10 de agosto de 1953 .....	37
1.926 — Lei de 31 de julho de 1953 — <i>Justiça — Fazenda — Agricultura — Viação — Educação</i> — Retifica a Lei número 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1953. Publicada no <i>D. O.</i> de 4 de agosto de 1953 .....	29	1.932 — Lei de 6 de agosto de 1953 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial, de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferenças de vencimentos a funcionários daquele Ministério. Publicada no <i>D. O.</i> de 10 de agosto de 1953 .....	37
1.927 — Lei de 31 de julho de 1953 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para reforma e renovação de móveis do Palácio Tiradentes. Publicada no <i>D.O.</i> de 6 de agosto de 1953 .....	36	1.933 — Lei de 6 de agosto de 1953 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazido. Publicada no <i>D. O.</i> de 10 de agosto de 1953 .....	38
1.928 — Lei de 4 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00, para regularização dos auxílios prestados, no exercício de 1952, à Estrada de Ferro Leopoldina. Publicada no <i>D. O.</i> de 7 de agosto de 1953 .....	36	1.934 — Lei de 7 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 333.544,30, para pagamento de indenização a Adriano Rodrigues Pinto, ex-máquinista de primeira classe da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. Publicada no <i>Diário</i>	
1.929 — Lei de 2 de agosto de agosto de 1953 — Releva da prescrição o direito da menor Ghislene Velasques Hudziak à pensão especial deixada pelo Cadete do Ar João Hudziak. Publicada no <i>D. O.</i> de 7 de agosto de 1953 .....	37		
1.930 — Lei de 4 de agosto de 1953 — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras			

	Págs.		Págs.
Oficial de 11 de agosto de 1953 .....	38	cial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim pela realização da exposição regional agropecuária. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953 ....	41
1.935 — Lei de 7 de agosto de 1953 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 35.593,30, para pagamento ao Dr. Francisco Eugênio Coutinho, como Assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade. Publicada no D.O. de 11 de agosto de 1953 .....	39	1.941 — Lei de 10 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para aquisição de biblioteca musical. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953 .....	42
1.936 — Lei de 7 de agosto de 1953 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 151.106,20, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais. Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1953 .....	39	1.942 — Lei de 12 de agosto de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953 .....	42
1.937 — Lei de 10 de agosto de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953 .....	39	1.943 — Lei de 14 de agosto de 1953 — Reabre os prazos referidos pelos § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950. Publicada no D.O. de 20 de agosto de 1953 .....	43
1.938 — Lei de 10 de agosto de 1953 — Concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953 .....	40	1.944 — Lei de 14 de agosto de 1953 — Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões biogênicas do país. Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953 .....	43
1.939 — Lei de 10 de agosto de 1953 — Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953 .....	41	1.945 — Lei de 18 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém, Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira. Publicada no D.O. de 21 de agosto de 1953 .....	44
1.940 — Lei de 10 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito espe-		1.946 — Lei de 18 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para atender ao pagamento de	

	Págs.		Págs.
despesas com luz e força da Estrada de Ferro Central do Piauí. Publicada no <i>D. O</i> de 21 de agosto de 1953 .....	45	cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e das outras providências. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1953 .....	46
1.947 — Lei de 18 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.703.000,00 destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará. Publicada no <i>D. O.</i> de 21 de agosto de 1953 ....	45	1.952 — Lei de 24 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — os créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 261.000,00 e Cr\$ 1.250.250,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952. Publicada no <i>D. O.</i> de 28 de agosto de 1953 .....	47
1.948 — Lei de 18 de agosto de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 40.079,30 para pagamento de gratificação adicional, nos exercícios de 1950 e 1951, aos dentistas da Tabela Única de Mensalistas daquele Ministério. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de agosto de 1953 .....	45	1.953 — Lei de 24 de agosto de 1953 — Exclui da classificação constante do art 1º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Florianópolis e São Francisco, Estação de Santa Catarina. Publicada no <i>D. O.</i> de 28 de agosto de 1953 .....	47
1.949 — Lei de 19 de agosto de 1953 — <i>Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei n.º 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935. Publicada no <i>D.O.</i> de 22 de agosto de 1953 .....	46	1.954 — Lei de 24 de agosto de 1953 — Isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras material elétrico destinado às Prefeituras Municipais de Unaí, no Estado de Minas Gerais, Santa Cruz e Cristalina, no Estado de Goiás, e Sapé, no Estado da Paraíba. Publicada no <i>D. O.</i> de 28 de agosto de 1953 .....	48
1.950 — Lei de 24 de agosto de 1953 — Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos museus de artes plásticas de propriedade privada. Publicada no <i>D. C.</i> de 28 de agosto de 1953 .....	46	1.955 — Lei de 24 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — os créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 240.000,00 e Cr\$ 1.147.750,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família ins-	
1.951 — Lei de 24 de agosto de 1953 — Dispõe sobre o			

	Págs.		Págs.
tituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952. Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953 .....	48	a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Pública, o crédito especial de Cr\$ 94.500.000,00 para pagamento aos concessionários dos Portos. Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953 .....	52
1.956 — Lei de 26 de agosto de 1953 — <i>Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Regula a divisão militar do território nacional para o emprêgo combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa. Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953 .....	49	1.962 — Lei de 27 de agosto de 1953 — <i>Viação</i> — Dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1953 .....	52
1.957 — Lei — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	51	1.963 — Lei de 27 de agosto de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 116.200,00 destinado à Administração do Território do Rio Branco, para atender ao pagamento de proventos de aposentadorias. Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953 ....	53
1.958 — Lei de 26 de agosto de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento, na Polícia Militar do Distrito Federal, de ajuda de custo. Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953 .....	51	1.964 — Lei de 28 de agosto de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direito e taxas aduaneiras para importação da maquinaria necessária ao fabrico de antibióticos. Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953 .....	54
1.959 — Lei de 26 de agosto de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.756.439,80 para atender despesas relativas aos exercícios de 1950, 1951 e 1952. Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953 .....	51	1.965 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Determina a reversão ao serviço ativo do Exército, do Tenente Coronel Mário Hermes da Fosenca. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953 .....	54
1.960 — Lei de 26 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Pública, o crédito especial de Cr\$ 36.892.748,30, destinado ao pagamento de transporte de malas postais por via aérea. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1953 .....	52	1.966 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000,00, para pagamento de gratificação a Renato de Oliveira Grenhalgh, desenhista daquele Ministério. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953 .....	54
1.961 — Lei de 26 de agosto de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo			

	Págs.		Págs.
1.967 — Lei de 31 de agosto de 1953. — Concede isenção de impostos e taxas para importação do órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibiritubá. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de setembro de 1953 .....	55	1.973 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Releva prescrição do prazo para habilitação de Dornina Peres Mônaco ao montepio deixado por seu pai. Publicada no <i>D. O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	56
1.968 — Lei de 31 de agosto de 1953. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.659.475,60, para cobertura dos "deficitss" verificados no exercício de 1945, e no primeiro trimestre de 1946, na exploração dos serviços da Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini. Publicada no <i>D.O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	55	1.974 — Lei de 2 de setembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesas com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira. Publicada no <i>D. O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	56
1.969 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais ao Dr. Mário Pinto Serva, como prêmio de seus esforços em prol da alfabetização e educação do povo brasileiro. Publicada no <i>D. O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	55	1.974-A — Lei de 3 de setembro de 1953 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$. 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas, ao Brasil, do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de Sua Majestade o rei Farouk I. Publicada no <i>D. O.</i> de 10 de setembro de 1953 .....	57
1.970 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás. Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	55	1.975 — Lei de 4 de setembro de 1953 — Altera os quadros de pessoal das secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Publicada no <i>D. O.</i> de 9 de setembro de 1953 .....	57
1.971 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Prorroga, por mais 120 dias, o prazo estipulado no art. 13 da Lei n.º 1.563, de 1.º de março de 1952. Publicada no <i>D. O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	56	1.976 — Lei de 4 de setembro de 1953 — Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte.	
1.972 — Lei de 31 de agosto de 1953 — Dá ao molhe acostável, construído na praça Mauá, porto do Rio de Janeiro, o nome de "Molhe Oscar Weinschenk". Publicada no <i>D.O.</i> de 5 de setembro de 1953 .....	56		

	Págs.		Págs.
Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953 .....	64	riza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .....	77
1.977 — Lei de 8 de setembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30, para pagamento de gratificação devida a Assad Mameri Abdenur, médico, classe L, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda. Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953 .	64	1.982 — Lei de 11 de setembro de 1953 — Revigora, para todos os efeitos, os decretos de 19 de março de 1937, que melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy. Publicada no D.O. de 17 de setembro de 1953 ..	77
1.978 — Lei de 8 de setembro de 1953 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.271.064,90, para pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro. Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953 ....	64	1.983 — Lei de 12 de setembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União e para o representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953 .....	77
1.979 — Lei de 8 de setembro de 1953 — Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do quadro do pessoal dos órgãos das 2. <sup>a</sup> , 3. <sup>a</sup> , 4. <sup>a</sup> , 5. <sup>a</sup> , 6. <sup>a</sup> , 7. <sup>a</sup> e 8. <sup>a</sup> Regiões da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1953 .....	65	1.984 — Lei de 17 de setembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao Imposto de Renda. Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953 .....	78
1.980 — Lei de 10 de setembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — o crédito especial de Cr\$..... 252.000,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das Agências Postais Telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Publicada no D. O. de 16 de setembro de 1953 ..	77	1.985 — Lei de 19 de setembro de 1953 — Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho. Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953 .....	78
1.981 — Lei de 11 de setembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Auto-		1.986 — Lei de 25 de setembro de 1953 — <i>Trabalho</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o cré-	

	Págs.		Págs.
dito especial de Cr\$ ..... 3.750.000,00, para pagamento de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de pouso e recuperação em Pirapora e Monte Azul. — Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953 .....	79	cutivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o cré- dito especial de Cr\$ ..... 11.600,00 (onze mil e seis- centos cruzeiros), para paga- mento da diferença de venci- mentos a Alvaro Ozório de Almeida, falecido, Professor Ca- tedrático, padrão O, em dispo- nibilidade, da Faculdade Na- cional de Odontologia da Uni- versidade do Brasil. — Publi- cada no D. O. de 29 de se- tembro de 1953 .....	80
1.987 — Lei de 25 de setembro de 1953 — <i>Agricultura</i> — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, de Administra- dor da Colônia Agrícola Na- cional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais. — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1953	79	1.990 — Lei de 25 de setembro de 1953 — <i>Justiça</i> — Modifica o art. 140 do Código de Pro- cesso Civil (alteração do ato do Registro Civil). — Publi- cada no D. O. de 29 de se- tembro de 1953 .....	80
1.988 — Lei de 25 de setembro de 1953 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90, para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionis- tas e asilados. — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1953 .....	79	1.991 — Lei de 26 de setembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Pror- roga até 31 de dezembro de 1953 a vigência da Lei nú- mero 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao re- gime de licença prévia o inter- câmbio de importação e ex- portação com o exterior. Pu- blicada no D. O. de 26 de se- tembro de 1953 .....	80
1.989 — Lei de 25 de setembro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Exe-			

## Índice do Apenso

1.893 — Lei de 30 de junho de 1953 — Denomina Biblioteca Murilo Braga à Biblioteca do Instituto Nacional de Es- tudos Pedagógicos — Publi- cada no D. O. de 6 de julho de 1953 .....	85	ano dos aspirantes da Escola Naval. — Publicada no D. O. de 6 de julho de 1953 .....	85
1.894 — Lei de 30 de junho de 1953 — Regula a promoção de	85	EMENTÁRIO	
		Leis e decretos publicados nos volumes V e VI de 1953, desta coleção, classificados pela or- dem alfabética dos assuntos ..	87

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1953, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1953

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 48, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 14 de Dezembro de 1950, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatu e a firma Fagundes & Volpi Ltda. de Avare, para construção da sede da Agência Postal Telegráfica de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 49, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 13 de Dezembro de 1949, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Th. Godoy Mata Machado, para construção de um prédio, por empreitada, para a Agência Postal Telegráfica de Mogi das Cruzes, na cidade do mesmo nome, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 50, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 13 de Dezembro de 1949, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Th.

Godoy Mata Machado, para a construção, por empreitada, de um prédio para a Agência Postal Telegráfica de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, pelo preço global de Cr\$ 656.686,20 (seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 51, de 1953

Art. 1.º — E' aprovado o registro, feito sob reserva, das apostilas lançadas nos títulos, aumentando as pensões de Zilda Pessoa e outros, viúva e filhos de Deodoro Luis da Silva Pessoa, Agente Fiscal do Imposto de Consumo, classe "J", do Quadro Permanente do Ministerio da Fazenda.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, de 1953

Art. 1.º — E' aprovada a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de Dezembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado, em 29 de Outubro desse ano, entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira, para os serviços de pintura de esquadrias de janelas do referido prédio.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1953

Art. 1.º — E' aprovada a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão de 21 de Dezembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Rocha & Cia., do Distrito

Federal, para o fornecimento de uma estufa com acessório e higrômetro, em proveito do Serviço Florestal daquele Ministério.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 54, de 1953

Art. 1.º — E' aprovado o termo de escritura pública de compra e venda realizada, em 6 de Abril de 1948, entre o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e Theodoro Kestring e sua mulher Rosa Mezzari Kestring de um terreno com 5.346,47m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado "Morro da Miséria", Município de Crescuma, Estado de Santa Catarina, pela importância de Cr\$ 3.742,50 (três mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos).

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Julho de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional I, da Constituição, e, eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 55, de 1953

Art. 1.º E' aprovada a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, elaborada por ocasião do I Congresso Indigenista Interamericano que se reuniu na cidade de Patzcuaro, México, de 14 a 24 de fevereiro de 1940, para adesão do Brasil.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de julho de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO — Presidente do Senado Federal.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 57, de 1953

Art. 1.º E' aprovada a Convenção Internacional assinada em Sèvres, na França, a 6 de outubro de 1921, que modificou a Convenção do Metro, firmada em Paris, a 28 de maio de 1875, bem como o respectivo Regulamento.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 58, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, em 18 de Outubro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Paulo Joaquim Jansson Cavalcânti, para exercer a função de Técnico Especializado do Laboratório de Aerodinâmica, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de Agosto de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 59, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o contrato de empreitada celebrado, em 16 de Abril de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma A. Pereira Gonçalves, para execução de obras de pequeno vulto destinadas ao abastecimento de energia elétrica do Pavilhão de Adolescentes, na Colônia Juliano Moreira, Distrito Federal, no montante de Cr\$ 33.304,00 (trinta e oito mil, trezentos e quatro cruzeiros).

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de Agosto de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 60, de 1953

Art. 1.º E' aprovado ato do Tribunal de Contas que, a 28 de março de 1952, registrou, sob reserva, a despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 124.280,00 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e oitenta cruzeiros) à firma ASCA — Aparelhos Científicos Ltda., por fornecimento de material ao Curso Técnico de Mineração e Metalurgia, de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 61, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 11 de outubro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e André J. Meyer, para desempenhar a função de Professor de Motores, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 62, de 1953

Art. 1.º E' aprovada a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 26 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 14 de dezembro desse ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma Companhia Fabio Bastos — Comércio e Indústria, para a execução de obras de instalação do equipamento de frigorífico do Entrepósito de Pesca de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 63, de 1953

Art. 1.º São aprovados o contrato de 26 de outubro de 1951 e o termo de 8 de janeiro de 1952, aditivo ao mesmo, ambos celebrados entre o Ministério da Agricultura e a Comércio e Indústria Barbosa & Marques S. A., para exploração, mediante arrendamento, da usina de preparo de café, construída e instalada pelo referido Ministério, no Município de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 64, DE 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 14 de dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda., para construir um pavilhão destinado às Oficinas de Reparo dos carros daquele Departamento.

Art. 2.º Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de setembro de 1953.

JOAO CAFE FILHO.

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 65, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovada a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 30 de Dezembro de 1949, denegou registro ao contrato celebrado a 7 do mesmo mês desse ano, entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti, Junqueira S. A., para execução de obras no edificio de apartamentos para oficiais, na praça General Fibúrcio n.º 83, Distrito Federal.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 1953

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 66, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o termo de ajuste celebrado, em 30 de Maio de 1951, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma M. S. Lino & Cia. Ltda., para reparação da cábrea "Victor", no montante de Cr 520.200,00 (quinhentos e vinte mil e duzentos cruzeiros).

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 1953

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 67, de 1953

Art. 1.º E' aprovada a renovação do contrato celebrado, em 22 de abril de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Mário Pereira Duarte,

para exercer a função de Técnico em Fitopatologia, no Instituto Agronômico do Leste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 68, de 1953

Art. 1.º São aprovados o contrato de 31 de maio de 1951 e o termo de 19 de novembro desse ano, aditivo aquele, ambos celebrados entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a Ordem Religiosa Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia, para zelar esta pela economia, higiene, moralidade e disciplina do Hospital da Corporação.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 69, de 1953

Art. 1.º É aprovado o termo do contrato celebrado, em 23 de maio de 1950, entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico, para fornecimento de um alternador elétrico e um transformador de força para a Usina Hidro-Elétrica do Açude Curema, no Município de Piancó, Estado da Paraíba.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.895 — DE 1 DE JULHO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 29.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto número 18.042, de 12 de março de 1945.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 29.500.000,00 (vinte e nove mi-

lhões e quinhentos mil cruzeiros) destinados ao pagamento do preço fixado em Juízo em virtude da desapropriação, pelo Governo Federal, de bens pertencente à Companhia Brás de Petróleo S. A., situados na Baía de Guanabara (Ilha dos Ferros e Ilhota de Casa das Pedras), com toda a aparelhagem de armazenamento e distribuição dos derivados do petróleo, equipamentos e bens móveis e imóveis, destinados ao Parque de Combustíveis da Aeronáutica, de acordo com o Decreto n.º 18.042, de 12 de março de 1945.

Parágrafo único. Os juros de mora, contados entre a carta de sentença

provisória e a época da efetivação do pagamento, serão também classificadas à contar deste crédito.

Art. 2.º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído, pelo Tribunal de Contas, ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.896 DE 2 DE JULHO DE 1953

*Dispõe sobre as comemorações ao primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — O Governo Federal assumirá, nos termos desta Lei, a iniciativa da comemoração do primeiro centenário de nascimento do historiador brasileiro João Capistrano de Abreu, a decorrer a 23 de outubro de 1953.

Art. 2.º — A conta da verba própria do orçamento de 1953, o Instituto Nacional do Livro, ouvida a Sociedade Capistrano de Abreu, editará, além de outros trabalhos de Capistrano de Abreu, a sua correspondência com personalidades e historiadores brasileiros e estrangeiros, selecionada a critério do mesmo Instituto.

Art. 3.º — Incumbirá ainda ao Instituto Nacional do Livro coordenar providências junto à família do historiador, à Sociedade Capistrano de Abreu e casas editoras, no sentido de que sejam reeditadas as suas obras esgotadas.

Art. 4.º — É instituído o Prêmio Nacional Capistrano de Abreu, no valor de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), destinado a recompensar o melhor estudo histórico, baseado em pesquisas originais.

§ 1.º — O prêmio de que trata este artigo é quinquenal e será con-

cedido pela primeira vez na data do centenário de nascimento de Capistrano de Abreu.

§ 2.º — São igualmente instituídos dois prêmios de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para os melhores trabalhos biográficos sobre o historiador, classificados em 1.º e 2.º lugares, respectivamente.

§ 3.º — O Ministério da Educação e Saúde baixará, no prazo de 40 (quarenta) dias contados a partir da publicação desta Lei, as instruções e normas para a realização e julgamento dos concursos de que trata este artigo.

Art. 5.º — O Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, providenciará na emissão de uma série de dois selos comemorativos do primeiro centenário de Capistrano de Abreu, das taxas de Cr\$ 0,60 (sessenta centavos) e Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) e nas quantidades, respectivamente de 2.000.016 e 1.000.008, ambos com a efígie e alusões à obra do historiador.

Art. 6.º — O Ministro da Educação e Saúde promoverá em todo o país, a 23 de outubro de 1953, palestras e conferências sobre a vida e a obra de Capistrano de Abreu, adotando, sobretudo, providências no sentido de que a data seja comemorada em todas as escolas primárias, ginásios, colégios e Faculdades de Filosofia, sob a sua jurisdição, ou sob o regime de seu reconhecimento de fiscalização.

Art. 7.º O Orçamento Geral da República consignará anualmente a subvenção ordinária de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para ajuda à manutenção da Sociedade Capistrano de Abreu, que se obrigará a manter em ordem e em estado de visitação pública a biblioteca e o arquivo do grande historiador.

Art. 8.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, com vigência em dois exercícios, o crédito especial de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros) para o fim de que trata o Art. 4.º desta Lei.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de julho de 1953.  
— João Café Filho.



LEI N.º 1.897 — DE 6  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 72.420,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor Ciro Romano Farina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 72.420,00 (setenta e dois mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), para atender ao pagamento da diferença de vencimentos, correspondente aos exercícios de 1946, 1947 e 1948, a Ciro Romano Farina, Professor Catedrático do Colégio Pedro II — Externato, em disponibilidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antônio Balbino  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.898 — DE 6  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 60.177,20, para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lomardo e Abílio Machado Filho.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .... Cr\$ 60.177,20 (sessenta mil, cento e setenta e sete cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento da gratificação adicional a que fizeram jus, de acordo com o artigo 1.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, no período de 17 de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, conforme distribuição abaixo, os servidores:

	CR\$
Homero Bittencourt Lomardo — Dentista — Referência 25 .....	30.088,60
Abílio Machado Filho — Dentista — Referência 25 .....	30.088,60

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
João Cleofas  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.899 — DE 6 DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 422.920,20, para pagamento de gratificações de magistério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 422.920,20 (quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte cruzeiros e vinte centavos), para pagamento de gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.885, de 10 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-

lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores daquele Ministério:

	Cr\$
1) Haroldo Teixeira Valiadao, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. — (Período de 10 a 31 de dezembro de 1951) .....	532,30
2) Lidia Teófilo Pacheco, professor, padrão J, da Escola Industrial de Fortaleza. — (Período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948) .....	34.580,00
3) Ruth Marinho Souto, professor, padrão J, da Escola Industrial de Natal. — (Período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	1.530,00
4) Severino Joaquim da Silva, professor, padrão J, da Escola Industrial de Natal. — (Período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	1.530,00
5) Jorge Romano, professor, padrão J, da Escola Industrial de Natal. — (Período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	1.530,00
6) Oscar de Oliveira, professor, padrão O, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. — (Período de 17 de junho a 31 de dezembro de 1950) .....	3.233,30
7) Augusto José Marques Júnior, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Belas Artes, da Universidade do Brasil. — (Período de 26 a 31 de dezembro de 1950) .....	98,80
8) Sílvio José Raso, instrutor, padrão J, da Escola Técnica de Belo Horizonte. — (Período de 17 de junho a 31 de dezembro de 1950) .....	4.462,00
9) Antônio Pinheiro Filho, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, da Universidade do Brasil. — (Período de 23 de outubro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.145,10
10) Maria Campelo Barroso, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música, da Universidade do Brasil. — (Período de 24 de abril a 31 de dezembro de 1951) .....	6.175,00
11) Oswaldo Pereira Barbosa, professor catedrático, padrão M, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. — (Período de 23 de janeiro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	26.783,90
12) Nayde Jaguaribe de Alencar de Sá Pereira, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. — (Período de 31 de janeiro a 31 de dezembro de 1950) .....	5.516,10

Cr\$

13)	Haydée Hor-Mewll, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. — (Período de 9 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) .....	8.806,40
14)	João Coelho Nascimento Bittencourt, professor, catedrático, padrão O, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Brasil. — (Período de 7 de novembro de 1948 a 31 de dezembro de 1951) .....	28.350,00
15)	Jorge Ribeiro Lauzinger, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. — (Período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 1951) .....	7.741,00
16)	Julieta de Passos Alencastro Veiga, professor catedrático, padrão K, da Escola Técnica de Goiânia. — (Período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1950) .....	2.550,00
17)	Paulo Ewerard Nunes Pires, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. — (Período de 20 de março de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	16.040,30
18)	Ciro Romano Farina, professor catedrático, padrão O, do Colégio Pedro II — Externato. — (Período de 1 de janeiro de 1941 a 31 de dezembro de 1951) .....	156.000,00
19)	Análíio de Melo Rezende, professor catedrático, padrão M, da Faculdade de Direito do Amazonas. — (Período de 24 de novembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951) .....	53.541,30
20)	Adélia Pinheiro de Lemos Felicetti, professor catedrático, padrão J, da Escola Técnica de Goiânia. — (Período de 16 de abril a 31 de dezembro de 1951) .....	5.865,00
21)	Luis Daffre, professor, padrão K, da Escola Técnica de São Paulo. — (Período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1950) .....	16.530,00
22)	Hildegardo de Noronha, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil. — (Período de 8 de outubro a 31 de dezembro de 1949) .....	4.161,30
23)	Gaudêncio Perciliano Fessoa, professor, padrão J, da Escola Industrial de João Fessoa. — (Período de 9 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1950) .....	16.677,40

		Cr\$
24)	Antonio de Assis Republicano, professor cate- drático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil.	
	— (Período de 12 de agosto de 1949 a 31 de dezembro de 1950) .....	12.483,90
25)	Elias Tôrres de Oliveira, aposentado no cargo de professor, padrão J, da Escola Industrial de Teresina.	
	— (Período de 1 de janeiro a 20 de feve- reiro de 1946) .....	2.057,10
Total .....		422.920,20

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GERÚLIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.900 — DE 7  
DE JULHO DE 1953

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, são extensivos, no que lhes for aplicável, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal Militar e seus serviços auxiliares, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e seus serviços auxiliares, aos dos

Juizes de Menores e de Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal, e aos serventuários da Justiça que percebam do Tesouro Nacional, no Distrito Federal e Territórios Federais.

Art. 2.º A modificação do quadro de pessoal, a alteração dos valores de símbolos, classes ou padrões de vencimentos ou a reestruturação de funcionários, nas Secretarias e serviços auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário, será sempre feita em lei mediante proposta do Tribunal.

Art. 3.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito suplementar de ..... Cr\$ 6.406.200,00 (seis milhões, quatrocentos e seis mil e duzentos cruzeiros), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação 4 — Assistência e Previdência Social, Subconsignação 60 — Salário-família, do Orçamento Geral da União, anexo 26 (Lei número 1.757, de 10 de dezembro de 1952), assim distribuído:

		Cr\$
03 —	Justiça Militar	
01 —	Superior Tribunal Militar .....	203.600
02 —	Auditorias .....	611.600
04 —	Justiça Eleitoral	
01 —	Tribunal Superior Eleitoral .....	165.000
02 —	Tribunais Regionais Eleitorais ..	2.370.000

	Cr\$
05 — Justiça do Trabalho	
01 — Tribunal Superior do Trabalho ...	250.000
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento .....	1.325.200
06 — Justiça do Distrito Federal	
61 — Tribunal de Justiça.	1.480.800
Total .....	6.406.200

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 37.055.510,00 (trinta e sete milhões, cinquenta e cinco mil e quinhentos e dez cruzeiros) para atender às despesas com a execução da presente Lei, relativas aos exercícios de 1952 e 1953, assim discriminadas:

*Abono de emergência*

	Cr\$
03 — Justiça Militar	
01 — Superior Tribunal Militar .....	1.099.020
02 — Auditorias .....	1.937.520
04 — Justiça Eleitoral	
01 — Tribunal Superior Eleitoral .....	1.263.360
02 — Tribunais Regionais Eleitorais ..	13.018.830
05 — Justiça do Trabalho	
01 — Tribunal Superior do Trabalho ...	1.693.800
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento .....	7.366.320
06 — Justiça do Distrito Federal	
01 — Tribunal de Justiça.	10.140.910
Total .....	36.519.760

*Salário-família*

03 — Justiça Militar	
01 — Superior Tribunal Militar .....	17.000
02 — Auditorias .....	51.000

	Cr\$
04 — Justiça Eleitoral	
01 — Tribunal Superior Eleitoral .....	13.750
02 — Tribunais Regionais Eleitorais ..	197.500
05 — Justiça do Trabalho	
01 — Tribunal Superior do Trabalho ...	22.500
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento .....	110.600
06 — Justiça do Distrito Federal	
01 — Tribunal de Justiça .	123.400
Total .....	535.750

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas da União os créditos necessários até a importância de Cr\$ 5.606.090,00 (cinco milhões, seiscentos e seis mil e noventa cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 6.º Esta Lei entrar: em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.901 — DE 10  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará, no período das festas da Comemoração do Cinquentenário da fun-

dação da Faculdade de Direito do Ceará, no ano de 1953.

Parágrafo único. Por conta desse crédito, a Faculdade de Direito do Ceará custeará também as despesas de publicação dos anais do referido Congresso, os quais serão distribuídos às Universidades, Faculdades, Escolas e Institutos Jurídicos do País.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.902 — DE 13  
DE JULHO DE 1953

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 90.900,00 para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 90.900,00 (noventa mil e novecentos cruzeiros) para atender ao pagamento de gratificação adicional, por tempo de serviço, aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, correspondente aos meses de novembro e dezembro de 1952 e ao ano de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.903 — DE 13  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nortista de Tisiologia.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, pa-

rágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nortista de Tisiologia, a reunir-se em fins do mês de junho de 1953, na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A quantia estipulada neste artigo será posta à disposição do Executivo estadual do Amazonas, que a dispenderá na realização da Conferência de que trata esta Lei, em comum entendimento com a Comissão Organizadora, representada pelo Ateneu de Tisiologia Clemente Pereira.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.904 — DE 13  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 240.000,00, para pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás, relativas ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.905 — DE 15  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender a despesas com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para atender a despesas com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia, e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia, que realizar-se-ão no Rio de Janeiro, em julho de 1953.

Art. 2.º Dentro do prazo de 130 (cento e oitenta) dias, após a realização dos Congressos, a Comissão Organizadora prestará ao Ministério da Educação e Saúde, contas da aplicação do auxílio concedido, que compreenderá a publicação de seus Anais.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antônio Balbino  
Oswaldo Ayras

LEI N.º 1.906 — DE 16  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, no Estado de Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 79, pa-

rágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º O Poder Executivo, ao dispor da autorização concedida nesta Lei, aplicará o crédito respectivo tendo em conta a importância necessária a execução das obras, na conformidade do orçamento aprovado pelo órgão técnico competente.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.907 — DE 17  
DE JULHO DE 1953

*Dá nova redação ao artigo 221, do Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 221, do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 221. O Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estados, os Governadores dos Estados e os Prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os Secretários dos Estados, os membros do Poder Judiciário, os Ministros e Juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, os Senadores, os Deputados federais e estaduais serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustado entre eles e o Juiz.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.908 — DE 17  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 25.053.534,30 (vinte e cinco milhões, cinquenta e três mil quinhentos e trinta e quatro cruzeiros e trinta centavos), correspondente aos saldos orçamentários de 1951, cujo emprêgo foi determinado no artigo 32, da Lei número 1.806, de 6 de janeiro de 1953, a fim de que seja utilizado como auxílio da União, na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.

§ 1.º O auxílio será empregado na assistência às populações flageladas, na restauração de habitações e instalações de trabalho, na reconstituição das plantações e do gado, bem como na reconstrução e reparo de obras e serviços públicos ou de utilidade pública.

§ 2.º O crédito especial, cuja abertura é autorizada neste artigo, será distribuído ao Tesouro Nacional, independente do registro prévio no Tribunal de Contas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.909, DE 21 DE JULHO  
DE 1953

*Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os aeroportos brasileiros terão em geral a denominação das

próprias cidades, vilas ou povoados em que se encontrem, declarando-se a posição norte, sul, leste ou oeste, quando houver mais de um na localidade.

§ 1.º Sempre mediante lei especial para cada caso poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da Aviação, ou de um fato histórico nacional.

§ 2.º São conservadas as denominações "Santos Dumont" e "Bartolomeu de Gusmão" para os aeroportos do Rio de Janeiro e "Salgado Filho", "Pinto Martins", "Augusto Severo", "Guararapes" e "Palmeres", respectivamente, para os aeroportos de Porto Alegre, Fortaleza, Natal, Recife e Maceió.

Art. 2.º Excluem-se da regra estabelecida no texto do art. 1.º os aeródromos que poderão ter denominação previamente aprovada pelo Departamento de Aeronáutica Civil.

Art. 3.º São revogados o Decreto-lei n.º 2.271, de 3 de junho de 1940, e quaisquer outras disposições contrárias a esta Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 1953. — João Café Filho.

LEI N.º 1.910, DE 21 DE JULHO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no art. 5.º da Lei n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1951.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 203.220,00 (duzentos e três mil, duzentos e vinte cruzeiros), para atender à despesa prevista no art. 5.º da Lei n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1951, relativa ao período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1953. — João Café Filho.



LEI N.º 1.911 — DE 22 DE JULHO  
DE 1953

*Concede subvenção anual à "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos".*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 7.º, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. Será consignada, anualmente, no orçamento do Ministério da Educação e Saúde, em favor da "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", sociedade civil de fins educacionais, sediada no Rio de Janeiro, uma subvenção relativa ao número de séries dos ginásios por ela mantidos em todo território nacional.

Parágrafo único. A subvenção a que se refere este artigo será fixada à base de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) por séries.

Art. 2.º. Para a consignação da subvenção, a que alude o artigo anterior, no orçamento do Ministério da Educação e Saúde, o Presidente da Campanha enviará, até o dia 30 de março de cada ano, à Divisão de Orçamento daquele Ministério, uma relação dos ginásios em funcionamento, com a discriminação do respectivo número de séries, devidamente atestada pela Diretoria do Ensino Secundário.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de julho de 1953. — João C.

LEI N.º 1.912 — DE 23  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do Sexto Congresso Eucarístico Nacional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente ano, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 — (três milhões de cruzeiros), — a fim

de custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do Sexto Congresso Eucarístico Nacional, na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, a ocorrer no mês de agosto de 1953.

Parágrafo único. A quantia de que trata este artigo será distribuída pelo mesmo Ministério à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, naquela cidade, à responsabilidade do Arcebispo Metropolitano, de Belém do Pará.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antônio Balbino  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.913 — DE 23  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 233.639,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores daquele Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 233.639,80, (duzentos e trinta e três mil seiscentos e trinta e nove cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento, a servidores daquele Ministério da gratificação adicional prevista no artigo 1.º, letra "c" da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, no período de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
João Goulart  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.914 — DE 23  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00 para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar os encargos do VI Recenseamento Geral do Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 1.915 — DE 23  
DE JULHO DE 1953

*Eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' elevado para 43 (quarenta e três) anos o limite de idade previsto no parágrafo único do artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940, para promoção de Aspirante a Oficial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ao posto de 2.º Tenente.

Art. 2.º Esta Lei terá a vigência de 4 (quatro) anos a contar da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Tancredo de Almeida  
Neves*

LEI N.º 1.916 — DE 23  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 15.348.642,80, para constituição de parte do Capital da Caixa de Crédito da Pesca.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 15.348.642,80, (quinze milhões, trezentos e quarenta e oito mil seiscentos e quarenta e dois cruzeiros e oitenta centavos), para constituição de parte do capital da Caixa de Crédito da Pesca, correspondente à diferença entre a arrecadação da taxa de expansão da pesca, nos exercícios de 1947 a 1951, e as respectivas importâncias já recebidas pela mesma Caixa, nos termos do artigo 2.º, letra "b" do Decreto-lei n.º 9.022, de 26 de fevereiro de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*João Cleofas*

LEI N.º 1.917 — DE 24  
DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da Cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a cooperar para a construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da Cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Art. 2.º Essa cooperação consistirá em um auxílio no valor de ..... Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cru-

zeiros), que será concedido em duas cotas iguais e em dois exercícios, à Prefeitura da referida cidade, por conta das verbas globais do Orçamento do Ministério da Aeronáutica, destinadas a obras de reformas e conclusão dos aeroportos do país.

Art. 3.º O auxílio será utilizado sob a fiscalização do Ministério da Aeronáutica e por intermédio da Diretoria do Domínio da União.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.918 — DE 24 DE JULHO DE 1953

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Os créditos orçamentários destinados a atender ao disposto no art. 198 da Constituição Federal (Defesa Contra as Secas do Nordeste) considerar-se-ão registrados pelo Tribunal de Contas, independente de qualquer formalidade, a 1.º de janeiro de cada ano, e serão automaticamente distribuídos pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O Tesouro Nacional, contabilizando como despesa efetivada, porá no Banco do Brasil S. A. a importância desses créditos em parcelas de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia quinze dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, à disposição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que a utilizará independente do regime de duodécimos.

Art. 2.º As importâncias não utilizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, até o fim do exercício, serão obrigatoriamente recolhidas ao Tesouro Nacional até 31 de dezembro de cada ano, como despesa a anular.

Parágrafo único. Os saldos dos créditos oriundos do recolhimento a que

se refere este artigo serão obrigatoriamente inscritos em "Restos a Pagar", devendo as respectivas importâncias ser depositadas, até 31 de janeiro de cada ano, em conta especial, no Banco do Brasil S. A., à disposição do D.N.O.C.S.

Art. 3.º Os recursos a que se refere o art. 2.º somente poderão ser aplicados: nas obras ou nos serviços a que se destinavam no Orçamento do exercício anterior.

Parágrafo único. Quando esses recursos corresponderem às obras ou serviços concluídos passarão a ser aplicados, de acordo com planos especiais do D.N.O.C.S., na intensificação das obras de irrigação dos açudes públicos, no desenvolvimento da açudagem por cooperação e na perfuração e aparelhamento de poços no Polígono das Secas.

Art. 4.º Os ajustes firmados entre o D.N.O.C.S. e proprietários de açudes ou outras obras a serem construídas, em regime de cooperação, serão sujeitos a registro a posteriori do Tribunal de Contas, através de suas delegações, não se lhes aplicando o disposto nos artigos 42, alínea XIV, e 60 da Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949.

Art. 5.º São elevados para Cr\$ 1 000.000,00 (um milhão de cruzeiros), e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), respectivamente, os limites máximos dos prêmios concedidos pelo Governo Federal para construção de obras de açudagem e irrigação em cooperação com particulares e entidades de direito público.

§ 1.º O disposto neste artigo é extensivo aos açudes autorizados ou em construção na data da publicação da presente Lei.

§ 2.º As cooperativas agrícolas e associações rurais, legalmente organizadas, aplica-se o limite de prêmio atribuído às entidades de direito público.

Art. 6.º São prorrogados por 12 (doze) meses os prazos concedidos para construção de açudes em cooperação.

Art. 7.º Fica reduzido para 300 003 (trezentos mil) metros cúbicos e quatro metros o limite, respectivamente, de capacidade e profundidade de açude, que poderá ser construído pelo D.N.O.C.S., pelo regime de cooperação.

Art. 8.º É fixado em Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos), por metro cúbico d'água acumulável, o auxílio para a construção de obras de açudagem

em cooperação com particulares, individualmente ou associados, até o limite previsto no art. 5.º.

Art. 9.º O D.N.O.C.S. promoverá, no prazo de 90 (noventa) dias, a revisão das tabelas de preços unitários em vigor.

Parágrafo único. As tabelas a que se refere o presente artigo deverão ser revistas, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do decreto ou lei que modifique o salário mínimo, para que sejam adaptadas ao novo custo de material e mão de obra.

Art. 10. Os orçamentos das perfurações ou aparelhamento de poços de que trata o Decreto-lei n.º 6 255, de 9 de fevereiro de 1944, e cujo custo provável seja inferior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) serão aprovados por ato do chefe do Distrito do D.N.O.C.S. a que tenham sido requeridos, o qual determinará a sua execução e remeterá mensalmente ao Diretor Geral cópia dos referidos orçamentos.

Parágrafo único. A execução de qualquer perfuração ou aparelhamento de poços de custo provável ou superior ao limite fixado neste artigo dependerá de prévia aprovação do respectivo orçamento pelo Diretor Geral do D.N.O.C.S.

Art. 11. Além das hipóteses previstas no art. 4.º do Decreto-lei número 6 255, de 9 de fevereiro de 1944, o D.N.O.C.S. abrirá e aparelhará, por conta própria na área do Polígono das Secas, poços para abastecimento público nas cidades, vilas e povoações de mais de 500 (quinhentos) habitantes, onde não exista, num raio de dez quilômetros, açude público, curso d'água perene ou manancial de água potável.

§ 1.º A perfuração e o aparelhamento de poços, a que se refere este artigo, serão procedidos por indicação do Chefe de Distrito do D.N.O.C.S. ou por solicitação do Estado ou Município interessado em requerimento dirigido ao Diretor Geral, ao qual compete autorizar a realização da obra com recurso voluntário para o Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º O Chefe de Distrito, recebendo o requerimento, mandará, dentro de 120 (cento e vinte) dias, proceder ao exame necessário, inclusive quanto às condições previstas neste artigo, encaminhando em seguida o processo devidamente informado ao Diretor Geral.

Art. 12. Os estudos, projetos, orçamentos e execução de obras custeadas com os recursos previstos no artigo 198 da Constituição poderão ser contratados com empresa idônea, satisfazidas as formalidades legais, ou delegadas, mediante autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas, a serviço público, especializado federal ou estadual.

Art. 13. Os estudos, projetos e orçamentos de obras de defesa contra os efeitos da chamada Sêca do Nordeste, realizados por órgão público especializado de Estado, componente do Polígono das Secas, poderão ser aceitos pelo D.N.O.C.S., desde que satisfaçam os requisitos técnicos previstos nas leis e regulamentos que o regerem como base para a fixação de limite de capacidade e de custo de obra por cooperação.

Art. 14. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas instalará campos de palma, cada um com a área mínima de 25 (vinte e cinco) hectares, para distribuição gratuita de mudas aos criadores, em todos os Estados compreendidos no Polígono das Secas e nas regiões onde a pecuária constituir a principal atividade rural.

§ 1.º Dentro de 1 (um) ano, a contar da vigência desta Lei, o D.N.O.C.S. deverá inaugurar, pelo menos um campo por Estado, e assim sucessivamente, até que fique em condições de atender às necessidades da pecuária do Nordeste.

§ 2.º A Lei orçamentária da União consignará, anualmente, dotação suficiente para a instalação, desenvolvimento e manutenção dos campos, de acordo com o plano organizado pelo D.N.O.C.S.

Art. 15. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas pagará em dinheiro, semanalmente, o salário dos operários empregados em obras destinadas à defesa contra as secas do Nordeste.

§ 1.º É vedado o desconto de taxas, comissões ou outra qualquer forma no salário do operário, salvo as referentes à previdência e assistência social a que estejam por Lei obrigados.

§ 2.º A inobservância ao disposto no parágrafo anterior importa na responsabilidade civil e criminal do agente.

Art. 16. Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias, entrando em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.919 — DE 24  
DE JULHO DE 1953

*Dispõe sobre registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior, ao tempo não reconhecido e posteriormente tornado federal, serão admitidos a registro na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.920 — DE 25 DE JULHO  
DE 1953

*Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado o Ministério da Saúde, ao qual ficarão afetos os problemas atinentes à saúde humana.

Parágrafo único. Fará parte do Ministério acima um Departamento de Administração, com Divisões de Pessoal, Material, Obras e Orçamento.

Art. 2.º O Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se "Ministério da Educação e Cultura".

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 3.º Ao Ministério da Saúde são transferidos todos os atuais órgãos e serviços do antigo Ministério da

Educação e Saúde, atinentes à saúde e à criança, e desmembrados os que exerçam atividade em comum.

Parágrafo único. Passarão, igualmente, para os quadros do novo Ministério todos os cargos, funções e seus ocupantes de serviços que hajam sido transferidos, bem como parte do funcionalismo do Departamento de Administração do antigo Ministério da Educação e Saúde, que se tornar excedente, em decorrência da criação do novo Ministério.

Art. 4.º Da quantia a que se refere a alínea a, do art. 2.º do Decreto, n.º 9.486, de 18 de julho de 1946, um terço será destinado ao Ministério da Saúde.

Art. 5.º São transferidos para o novo Ministério da Saúde os saldos de dotações orçamentárias, destinados às repartições incorporadas ao referido Ministério, inclusive as parcelas de dotações orçamentárias globais, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas administrativas convenientes.

Parágrafo único. São, também, transferidas as parcelas das dotações constantes da Verba 3 do Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, bem como a terceira parte da dotação constante do orçamento da Despesa para o ano de 1953 — na verba 4 — Obras e Equipamentos — Consignação VI — Dotações diversas — Subconsignação II — Estudos e Projetos — 04 Divisão de Obras — a) Ajustes com profissionais estrangeiros à Divisão de Obras, para a elaboração de projetos e levantamentos topográficos.

Art. 6.º Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Ministério da Saúde poderão ser depositados no Banco do Brasil à disposição do referido Ministério, de acordo com o critério que for estabelecido anualmente pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. A comprovação do emprego destes créditos será feita, parceladamente, perante o Tribunal de Contas, 60 dias após o término de cada trimestre, na forma da legislação em vigor, ouvido previamente o Departamento de Administração.

Art. 7.º Os auxílios e subvenções consignados no orçamento do Ministério da Educação e Saúde, que se destinarem a atividades relacionadas com o Ministério da Saúde, são igualmente, transferidos nos termos do artigo 6.º desta Lei.

Art. 8.º São criados os seguintes cargos, que serão providos em comissão ou em funções gratificadas:

- 1 — de Ministro de Estado;
- 1 — de Diretor do Departamento de Administração — D. A.;
- 1 — Diretor da Divisão do Pessoal — D.P.;
- 1 — Diretor da Divisão do Orçamento — D.O.;
- 1 — Diretor da Divisão de Material — D.M.;
- 1 — Diretor da Divisão de Obras D.Ob.

*Funções Gratificadas*

- 5 — de Secretário;
- 1 — Auxiliar de Gabinete;
- 1 — Chefe S.A.;
- 1 — Chefe S.C.;
- 1 — Chefe S.F.;
- 1 — Chefe S.E.F.;
- 1 — Chefe S. A.;
- 1 — Chefe S.R.F.
- 2 — Chefes D.O.

Art. 9.º Para a execução da presente Lei, o Ministro da Saúde apresentará ao Presidente da República, dentro em 60 dias, o regulamento a ser expedido, regendo-se provisoriamente, o Ministério da Saúde, pelo do Ministério da Educação e Saúde, na parte que lhe for aplicável.

Art. 10. E' aberto ao Ministério da Saúde o crédito especial (Serviços e Encargos), de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a execução da presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1953:  
132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Antônio Balbino.

LEI N.º 1.921 — DE 27 DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarienses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, §

4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) destinado a auxiliar às Prefeituras dos Municípios de Caçador, Videira, Tangará, Campos Novos, Joaçaba, Concórdia, Piratuba e Capinzal, na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas em consequência das enchentes ali verificadas em fins de outubro de 1951.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de julho de 1953.  
— JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.922 — DE 27 DE JULHO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 41.216,60, para pagamento de diferenças de vencimentos de salários-família, de auxílios-funeral e de outras vantagens devidas a servidores daquele Tribunal e a seus beneficiários.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 41.216,60 (quarenta e um mil duzentos e dezesseis cruzeiros e sessenta centavos) para atender ao pagamento de diferenças de vencimentos de salários-família, de auxílios-funeral e de outras vantagens, referentes aos exercícios de 1948, 1949 e 1950, devidas a servidores daquele Tribunal, e também a seus beneficiários, de acordo com as tabelas anexas, de números I e II.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de julho de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO.

TABELA I

Diferenças de vencimentos devidas a funcionários do Tribunal de Contas por efeito de promoções em dezembro de 1949

Número	Cargo	Classes	Nome do funcionário	diferença de vencimentos
				Cr\$
1	Oficial Instr.	N	Ermeinda da Graça Castelões	1.150,00
2	Oficial Instr.	N	João Neves de Sousa Piau	1.150,00
3	Oficial Instr.	N	Alberico Bulcão Viana	1.150,00
4	Oficial Instr.	N	Leonor Cândido Gomes	1.150,00
5	Oficial Instr.	N	Fernando Mendes de Sousa Filho	1.150,00
6	Oficial Instr.	N	Donaldo de Barros Velasco	1.150,00
7	Oficial Instr.	N	Josué Gerson Monteiro	1.150,00
			Total	8.050,00
8	Oficial Instr.	M	José Escolástico Abreu de Oliveira	920,00
9	Oficial Instr.	M	Lúcio Silva Hauer	920,00
10	Oficial Instr.	M	Nise Aures de Pontes	920,00
11	Oficial Instr.	M	Mário Vargas de Sousa	920,00
12	Oficial Instr.	M	Paulo Martins de Abranches	920,00
13	Oficial Instr.	M	Dino Goulart Guerra	920,00
			Total	5.520,00
14	Oficial Instr.	L	Paulo Ávila e Silva	850,00
15	Oficial Instr.	L	Otella Peixoto Nogueira	850,00
16	Oficial Instr.	L	Carmen Graça Silgueiro	850,00
17	Oficial Instr.	L	Alda Antunes	850,00
18	Oficial Instr.	L	Ewald Sizenando Pinheiro	850,00
			Total	4.250,00
19	Oficial Instr.	K	Maria José do Patrocínio	690,00
20	Oficial Instr.	K	Maria Antônia Carneiro Agarez	690,00
21	Oficial Instr.	K	Juvenal José de Araújo	690,00
22	Oficial Instr.	K	Cobbe Marques de Abreu	690,00
23	Oficial Instr.	K	Juraci de Melo Costa	690,00

Número	Cargo	Classe	Nome do funcionário	diferença de vencimentos
24	Oficial Instr.	K	Efrem Pereira de Moraes	690,00
25	Oficial Instr.	K	Nair Coelho de Araújo Franco	690,00
			Total	4.830,00
26	Oficial Instr.	L	Luís Zaidman (Diferença entre L e I)	2.170,00
27	Escriturário	I	José Pereira de Lira	410,00
28	Escriturário	I	Moura Peixoto Botelho	410,00
29	Escriturário	I	Raul Freire	410,00
			Total	1.230,00
30	Dactilógrafo	I	Corina Cunha	410,00
31	Dactilógrafo	I	Olinda Guimarães	410,00
32	Dactilógrafo	H	Flávio Alves Werneck	410,00
			Total	1.230,00
33	Contínuo	I	Oscar Gonçalves da Cunha	383,60
34	Contínuo	I	Celino Ferreira	383,60
35	Contínuo	I	João Batista Ferreira do Vale	383,60
36	Contínuo	I	José Maria Dutra Salgado	383,60
37	Contínuo	I	Antônio de Aguiar Lopes	383,60
			Total	1.918,00
38	Contínuo	H	Raul Pereira da Silva	383,60
39	Contínuo	H	Nestor José Simplicio	383,60
40	Contínuo	H	Raulino José Bastos	383,60
41	Contínuo	H	Juvenal Demócrito Ribeiro	383,60
42	Contínuo	H	Mário Brandão	383,60
			Total	1.918,00
43	Arquivista	J	Hermelindo de Gusmão Castelo Branco Neto	365,80
			TOTAL GERAL	31.481,80



TABELA II

Importâncias devidas a funcionários do Tribunal de Contas ou a seus beneficiários, nos exercícios de 1948, 1949 e 1950

Exercício	Vantagem devida	Nome do funcionário ou do beneficiário	Importância
			Cr\$
1948	Salário-família (Lei n.º 1.149, de junho de 1950)	Albertina Bittencourt Pimenta .....	250,00
1949	Salário-família (Lei n.º 1.149, de junho de 1950)	Albertina Bittencourt Pimenta .....	600,00
	Salário-família .....	Honório de Paiva Dias, Of. Instr. cl. M .....	750,00
1950	Salário-família (Lei n.º 1.149, de junho de 1950)	Albertina Bittencourt Pimenta .....	600,00
	Salário-família (art. 34 Lei 488, de nov. de 1948)	Julietta Bronzo de Araújo Rangel .....	100,00
	Salário-família (Art. 34 Lei 488, de nov. 1948) ..	Dorcas de Magalhães Vitor .....	400,00
	Salário-família .....	Lotus Martins .....	400,00
	Auxílio-funeral .....	Julietta Bronzo de Araújo Rangel .....	6.080,00
	Gratificação de função .....	Hene Americano, Of. Instr. Cl. O .....	200,00
	Gratificação de função .....	Alda Antunes, Of. Instr. Cl. M .....	200,00
	Gratificação de função .....	Alda Antunes, Of. Instr. Cl. M .....	154,00
		Total Geral .....	9.734,00

LEI N.º 1.923 — DE 28 DE JULHO  
DE 1953.

*Cria a Escola Agrícola de Urutai, no Estado de Goiás, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criada, nos moldes das atuais, a Escola Agrícola de Urutai, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. A Escola será subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2.º A Escola Agrícola de Urutai terá por objetivo ministrar os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestraria Agrícola (art. 7, 8 e 12 do Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola), e observará o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola baixado pelo Decreto n.º 21.667, de 20 de agosto de 1946.

Art. 3.º A Fazenda de Criação de Urutai passará a constituir o Núcleo de Zootecnia da Escola.

Art. 4.º As diversas séries dos cursos da Escola serão instaladas progressivamente, começando-se pela primeira série do curso de iniciação agrícola. No segundo ano de funcionamento, será instalada a segunda série e, no terceiro e quarto anos, a primeira e segunda séries, respectivamente, do curso de mestraria agrícola. Daí por diante, a Escola funcionará na plenitude dos seus cursos.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*João Claps*

LEI N.º 1.924 — DE 28 DE JULHO DE 1953

*Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Djanira Lima da Cunha.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, §

4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Djanira Lima da Cunha, viúva do ex-agente fiscal do imposto de consumo do Ministério da Fazenda, Claudio da Cunha, falecido em setembro de 1939.

Art. 2.º A pensão de que trata o art. 1.º desta Lei é devida a partir da data de sua publicação, correndo a despesa à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de julho de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.925 — DE 30 DE JULHO DE 1953

*Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pai do herói militar Antônio de Siqueira Campos, e a sua esposa Carlota de Siqueira Campos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pai do herói militar Antônio de Siqueira Campos, e a sua esposa Carlota de Siqueira Campos, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º O pagamento da pensão referida no artigo 1.º correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União, e o seu valor não será reduzido pela morte de qualquer dos beneficiários.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 1.926 — DE 31 DE JULHO DE 1953

RETIFICA A LEI N.º 1.757, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1952, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1953

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 1.757 de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.

Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

D) Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções

1) Subconsignação 18 — Auxílios

Onde se lê:

3 — Despesas de qualquer natureza com a internação de menores de ambos os sexos de comprovada capacidade intelectual e profissional (Decreto-lei n.º 6.865, de 11-9-1944) .....	2.000.000	33.200.000
		67.850.000

Leia-se:

3 — Despesas de qualquer natureza com a internação de menores de ambos os sexos de comprovada capacidade intelectual e profissional (Decreto-lei n.º 6.865, de 11-9-1944) .....	2.000.000	33.200.000
		67.975.000

2) Subconsignação 19 — Subvenções

Item 05 — Departamento de Administração

04 — Divisão de Orçamento

1) Ordinárias

22 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Sociedade de Proteção à Infância Escolar, Montenegro .....	50.000	1.720.000	12.255.000
--	--------	-----------	------------

Leia-se:

Sociedade de Proteção à Infância Escolar, Montenegro .....	50.000		
Orfanato Santa Teresinha, de Caxias do Sul .....	50.000	1.720.000	12.255.000

## 2) Extraordinárias

## 22 — Rio Grande do Sul

*Onde se lê:*

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, Erechim

*Leia-se:*

Associação de Amparo à Maternidade e à Infância, Erechim

## 3) Total da Consignação 2

*Onde se lê:*

Total da Consignação 2 ..... 147.990.000

*Leia-se:*

Total da Consignação 2 ..... 148.115.000

## b) Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

## Subconsignação 47 — Serviços Educativos e culturais

*Onde se lê:*

## 23 — Serviço de Assistência a Menores

## 02 — Escola Agrícola Artur Bernardes

- 1) Despesas de qualquer natureza com a manutenção de cursos especiais, na forma do Decreto n.º 16.037, de 14-5-1923 . . . . .

86.000

*Leia-se:*

## 23 — Serviço de Assistência a Menores

## 02 — Escola Agrícola Artur Bernardes

- 1) Despesas de qualquer natureza com a manutenção de cursos especiais, na forma do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 21.975, de 23-10-46

86.000

## c) Consignação 4 — Assistência e Previdência Social

## Subconsignação 58 — Assistência Social

## 23 — Serviço de Assistência a Menores

*Onde se lê:*

02 — Escola Agrícola Artur Bernardes 25.000

*Leia-se:*

02 — Escola Agrícola Artur Bernardes

1) Despesas de qualquer natureza ... 25.000

## d) Consignação 10 — Diversos

## 1) Subconsignação 77 — Aluguel

*Onde se lê:*

27 — Administração do Território do Rio Branco

240.000

7.986.000

*Leia-se:*

27 — Administração do Território do Rio Branco .....	240.000	7.986.245
2) Subconsignação 99 — Diversos		

*Onde se lê:*

27 — Administração do Território do Rio Branco		
1) Honorários de 1/8% sobre ordens de pagamento e transferência de fundos no Banco do Brasil de interesse do Território .....	50.000	1.962.500
Total da Consignação 10 .....	61.762.845	
Total da Verba 3 .....	401.646.593	

*Leia-se:*

27 — Administração do Território do Rio Branco		
1) Honorários de 1/8% sobre ordens de pagamento e transferência de fundos no Banco do Brasil de interesse do Território .....	50.000	2.262.500
Total da Consignação 10 .....	62.062.845	
Total da Verba 3 .....	402.071.593	

II) Verba 4 — Obras, equipamentos e aquisição de móveis

- a) Consignação 1 — Estudos e Projetos  
 Subconsignação 01 — Início de estudos e projetos  
 05 — Departamento de Administração  
 03 — Divisão de Obras

*Onde se lê:*

- 1) Início de estudos e projetos relativos a dois edificios destinados a sedes de Distritos policiais .....

300.000

*Leia-se:*

- 1) Início de estudos e projetos inclusive os relativos a dois edificios destinados a sedes de Distritos policiais .....

300.000

III) (Resumo de verbas)

*Onde se lê:*

	Fixa Cr\$	Variavel Cr\$	Total Cr\$
3 — Serviços e Encargos ...	—	401.646.593	401.646.593
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Total .....	333.063.940	1.165.315.879	1.498.379.819

*Leia-se:*

	Fixa	Variavel	Total
3 — Serviços e Encargos ..	—	402.071.593	402.071.593
Total .....	333.063.940	1.165.740.879	1.498.804.819

## IV) Orçamento Geral da União para o exercício de 1953

*Onde se lê:*

Total da Despesa .....	34.004.996.741
------------------------	----------------

*Leia-se:*

Total da Despesa .....	34.005.421.741
------------------------	----------------

*Onde se lê:*

Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	1.498.379.811
--	---------------

*Leia-se:*

Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	1.498.804.811
--	---------------

## ANEXO 17 — MINISTERIO DA AGRICULTURA

## VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignação 25 — Desenvolvimento da Produção

13 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

93 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal

*Onde se lê:*

19) Para instalação de um Posto Agro-Pecuário em terras da Escola Profissional Rural do Rio Verde — Goiás ....	350.000
--	---------

19) Para construção de um edificio em terras da Escola Profissional Rural do Rio Verde — Goiás, anexas ao Posto Agro-Pecuário de Rio Verde — Goiás .....	350.000
--	---------

Anexo 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas

Verba 4 — Obras, equipamentos e aquisição de imóveis

I) Consignação 6 — Dispositivos Constitucionais

Subconsignação 11 — Dotações para atender ao disposto no art. 193 da Constituição (Defesa contra as Secas do Nordeste)	
--	--

40 — Departamento Nacional de Obras contra as Secas

2 — Obras

05 — Bahia

*Onde se lê:*

15) Prosseguimento da construção do açude publico Cocorobó no rio Vasa Barris, inclusive irrigação .....	6.000.000
16) Prosseguimento da construção da barragem de Pedras em Jequié .....	9.000.000
17) Construção do açude do Rio do Salto, em Caculé .....	1.500.000
18) Construção do açude de América Dourada .....	2.000.000
19) Construção do açude de Lagedo, no rio Verde Pequeno em Central .....	1.000.000
20) Barragem no rio Moirinhos, para abastecimento d'agua em Poções .....	1.000.000
21) Barragem ou captação d'agua no rio Cambe em Euclides da Cunha .....	1.000.000
22) Construção do açude Monte Alegre em Casa Nova .....	1.400.000

23) Trabalhos de irrigação do Vale do Utin- ga, na zona diamantina do Estado ..	1.000 000	
24) Construção dos açudes de Malsidão em Ibipetuba e Delfino, em Campo Formoso	1.000.000	
25) Barragem ou captação d'água no Ri- beirão Bom Jesus, afluente do Rio Sal- gado, em Terra Nova .....	500 000	
26) Construção dos canais e açudes públi- cos em Jacuriçá .....	3 000.000	
27) Construção de um açude no Município de Serrinha .....	1.500.000	
28) Início de construção do açude público de Cicero Dantas .....	300.000	
29) Serviços de abastecimento de água no Município de Jequié .....	2.000.000	62.300.000

*Leia-se:*

15) Prosseguimento da construção do açude público Cocorobó no rio Vasa Barris, in- clusive irrigação .....	6.000.000	
16) Construção do açude do rio do Salto, em Caculé .....	1.500 000	
17) Construção do açude de América Dou- rada .....	2.000 000	
18) Construção do açude de Lagedo, no rio Verde-Pequeno, em Central .....	1.000.000	
19) Barragem no rio Morrinhos para abaste- cimento d'água em Poções .....	1.000 000	
20) Barragem ou captação de água no rio Caimbé em Euclides da Cunha .....	1.000 000	
21) Construção do açude Monte Alegre em Casa Nova .....	1.400 000	
22) Trabalhos de irrigação do Vale do Utin- ga na zona diamantina do Estado .....	1.000 000	
23) Construção dos açudes de Malsidão em Ibipetuba e Delfino, em Campo Formoso	1.000.000	
24) Barragem ou captação d'água no Ribe- irão Bom Jesus, afluente do Rio Salgado, em Terra Nova .....	500.000	
25) Construção dos canais e açudes públi- cos em Jacuriçá .....	3.000 000	
26) Construção de um açude no Município de Serrinha .....	1.500 000	
27) Início de construção do açude público de Cicero Dantas .....	300.000	
28) Serviços de abastecimento de água no Município de Jequié .....	2.000 000	53.300.000

II) Consignação 6 — Dispositivos Constitucionais

Subconsignação 11 — Dotações para atender ao disposto no art. 193 da Constituição (Defesa contra as secas do Nordeste)

*Onde se lê:*

40 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		
4 — Desapropriação e aquisição de imóveis.		
1) Desapropriação e aquisição de imóveis, inclusive terras dos sistemas de irriga- ção .....	8.000 000	471.100.000

*Leia-se:*

- 40 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
4 — Desapropriação e aquisição de imóveis.

- 1) Desapropriação e aquisição de imóveis, inclusive terras dos sistemas de irrigação ..... 8 000 000  
 33 - Departamento Nacional de Obras de Saneamento  
 1) Prosseguimento da construção da Barragem de Pedras em Jequié ..... 3.000 000 471.100.000

### III) Consignação 1 - Estudos e projetos

Subconsignação 02 - Prosseguimento e conclusão de estudos e projetos

Onde se lê:

34 - Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais			
1) Prosseguimento de estudos e projetos .....	6.000.000		
2) Estudos de laboratórios do porto de Arêia Branca, Rio Grande do Norte .....	1.000.000		
3) Construção do Porto de Tramandai, no Rio Grande do Sul .....	6.000.000		
4) Prosseguimento de estudos e projetos do prolongamento do cais do Porto de Barra de Itapemirim e desobstrução da Barra do Rio Itapemirim - Espírito Santo .....	1.000.000	14.000.000	32.650.000
Total da Consignação 1 .....			32.850.000

Leia-se:

34 - Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais			
1) Prosseguimento de estudos e projetos .....	6.000.000		
2) Estudos de laboratórios do porto de Arêia Branca, Rio Grande do Norte .....	1.000.000		
3) Prosseguimento de estudos e projetos de prolongamento do Cais do Porto de Barra de Itapemirim e desobstrução da Barra do Rio Itapemirim - Espírito Santo .....	1.000.000	8.000.000	26.650.000
Total da Consignação 1 .....			26.850.000

### IV) Consignação 3 - Conjunto de Obras

Subconsignação 05 - Início de Obras incluídas em conjunto e sua fiscalização.

1) 3 - Início de obras de complementação de conjuntos existentes e de ampliação ou reforma das respectivas unidades e sua fiscalização.

34 - Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Onde se lê:

5) Construção de um cais de proteção na cidade de Porto de Pedras no Estado de Alagoas .....	2 000 000	28.500.000
--	-----------	------------

Leia-se:

5) Construção de um cais de proteção na cidade de Porto de Pedras no Estado de Alagoas .....	2.000 000	
6) Construção do Porto de Tramandai, no Rio Grande do Sul .....	6 000.000	34.500.000



- 2) Subconsignação 06 — Prosseguimento e conclusão de conjunto de obras e sua fiscalização.

Onde se lê :

- 45) Comissão Mista Ferroviária Brasileira-Boliviana.

1) Construção, conservação e exploração da ferrovia Brasil-Bolívia .....	110.000.000	1.423.680.000
Total da Consignação 3 .....		<u>1.452.180.000</u>

Leia-se:

- 45) Comissão Mista Ferroviária Brasileira-Boliviana

1) Construção conservação e exploração da ferrovia Brasil-Bolívia .....	110.000.000	1.423.680.000
* Total da Consignação 3 .....		<u>1.458.180.000</u>

Anexo n° 18 — Ministério da Educação e Saúde

Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 2 — Auxílios e Subvenções — 19 — Subvenções — 06 — Conselho Nacional de Serviço Social.

Onde se lê:

- 2) Extraordinárias

24 — São Paulo

Prelazia de Pinheiro, para obras sociais .....	40.000
--	--------

Leia-se:

- 2) Extraordinárias

11 — Maranhão

Prelazia de Pinheiro, para obras sociais .....	40.000
--	--------

Onde se lê:

- 2 — Extraordinárias

22 — Rio Grande do Sul

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Pelotas .....	40.000
---	--------

Leia-se:

Faculdade Católica de Filosofia — Pelotas .....	40.000
---	--------

Onde se lê:

- 2 — Extraordinárias

13 — Minas Geras

Santa Casa de Misericórdia — Pouso Alegre .....	30.000
---	--------

Leia-se:

Associação de Caridade — Pouso Alegre .....	30.000
---	--------

Onde se lê:

- 06 — Ceará

Santa Casa de Crato .....	25.000
---------------------------	--------

Leia-se:

Casa de Caridade de Crato .....	25.000
---------------------------------	--------

Onde se lê:

Verba 3

Consignação 9

## Subconsignação 76

## 3) Autarquias educacionais

6) Cr\$ 180.000,00 para vinte bolsas de estudo destinadas aos menores alunos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto.

*Leia-se:*

6) Cr\$ 180.000,00 para vinte bolsas de estudo destinadas aos melhores alunos pobres da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Oswaldo Aranha.

João Cleofas.

José Americo de Almeida.

Antonio Balbino.

## LEI N.º 1.927 — DE 31 DE JULHO DE 1953

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para reforma e renovação dos móveis do Palácio Tiradentes.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), para reforma e renovação dos móveis do Palácio Tiradentes.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de julho de 1953.

*Proj. nº 2.915/53* JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N 1.928 — DE 4  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 180 000 000,00, para regularização dos auxílios prestados, no exercício de 1952, à Estrada de Ferro Leopoldina.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e

oitenta milhões de cruzeiros), para regularização, no exercício de 1952, da despesa decorrente dos auxílios mensais de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), entregues pelo Banco do Brasil S. A., a partir de 1.º de janeiro de 1952, à Estrada de Ferro Leopoldina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Americo de Almeida

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.929 — DE 4  
DE AGOSTO DE 1953

*Releva da prescrição o direito da menor Ghislene Velasquez Hudziak à pensão especial deixada pelo Cadete do Ar João Hudziak.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' relevado da prescrição o direito da menor Ghislene Velasquez Hudziak à pensão especial deixada por seu pai, o falecido Cadete do Ar João Hudziak.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá pelas verbas próprias do Ministério da Aeronáutica.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.930 — DE  
DE AGOSTO DE 1953

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de impostos e taxas aduaneiras, com exceção da taxa de Previdência Social, para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo, embarcado em Crema, (Itália), pelo vapor Rio Belm e contido em 21 (vinte e um) volumes, num total de 25 m3 (vinte e cinco metros cúbicos), pesando 2.698 K (dois mil seiscentos e noventa e oito quilos), peso líquido.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.931 — DE 5  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.615.850,00, para pagamento de salário-família a servidores da Rede de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.615.850,00 (três milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros), a fim de atender ao pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1952, a servidores da Rede de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Jose Americo

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.932 — DE 6  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferenças de vencimentos a funcionários daquele Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.125,00 (vinte e oito mil cento e vinte e cinco cruzeiros), para pagamento de diferenças de vencimentos a que têm direito, por motivo de dispo-

nibilidade, *ex-vi* do artigo 24, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, os funcionários daquele Ministério abaixo indicados, sendo os primeiros Assistentes da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil e o último, medico clinico, com exercicio na Prefeitura do Distrito Federal:

	Cr\$
1. Odilon Vieira Galloti ...	6.600,00
2. Ernesto Zeferino da Costa Thibau Junior .....	5.940,00
3. Mario Magalhães .....	6.381,50
4. Abel de Noronha Gomes da Silva .....	3.700,00
5. João Alfredo Corrêa de Oliveira Neto .....	5.503,50
Total .....	28.125,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antônio Balbino  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.933 — DE 6  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o credito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazido.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o credito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazido, em virtude dos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro no Acôrdo de Imigração e Colo-

nização firmado entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, promulgado pelo Decreto número 30.692, de 29 de março de 1952.

Art. 2.º O credito especial a que se refere a presente Lei será automaticamente registrado e distribuido ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Vicente Rão  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.934 — DE 7 DE AGOSTO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o credito especial de Cr\$ 333.544,30, para pagamento de indenização a Adriano Rodrigues Pinto, ex-maquinista de primeira classe da Estrada de Ferro Rio D'Ouro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o credito especial de Cr\$ 333.544,30 (trezentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro cruzeiros e trinta centavos), a fim de atender ao pagamento da indenização concedida pela Lei n.º 1.096, de 3 de maio de 1950, a Adriano Rodrigues Pinto, ex-maquinista de primeira classe da Estrada de Ferro Rio D'Ouro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
José Americo  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.935 — DE 7 DE AGOSTO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 35.593,30, para pagamento ao Doutor Francisco Eugênio Coutinho, como Assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 35.593,30 (trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e três cruzeiros e trinta centavos), para ocorrer ao pagamento dos proventos relativos aos períodos de 19 de setembro a 31 de dezembro de 1946, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1947 e 1 de agosto a 31 de dezembro de 1948, a que tem direito Francisco Eugênio Coutinho, médico sanitário, classe N, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, como Assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Antonio Bulbino.

Oswaldo Aguiar.

LEI N.º 1.936 — DE 7 DE AGOSTO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.106,20, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.106,20 (cento e sessenta e um mil, cento e seis cruzeiros e vinte centavos) equivalentes a US\$ 8.606,00 (oito mil, seiscentos e seis dólares e dez centavos), ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1,00 (um dólar), para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, correspondente ao período de 1 de junho de 1952 a 30 de junho de 1953.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Vicente Rão

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.937 — DE 10  
DE AGOSTO DE 1953

*Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os vencimentos dos cabos e assemelhados e soldados e assemelhados da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal serão reajustados, de acordo com o artigo 8.º e seu parágrafo 1.º, da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, sem prejuízo de direitos e vantagens que lhes são conferidos pela Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

§ 1.º Os vencimentos dos cabos e assemelhados e soldados e assemelhados da Polícia Militar do Distrito Federal, previstos na letra "d", do artigo 11 da Lei n.º 488, de 15 de novembro

de 1948, são elevados, respectivamente, às referências 19 e 18.

§ 2.º Os vencimentos dos cabos e assemelhados e soldados de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, previstos na letra "e", do Artigo 11, da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, são elevados, respectivamente, às referências 19, 18, 17 e 16.

Art. 2.º E' criado no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o Quadro de Motoristas, composto de 10 (dez) primeiros sargentos, 30 (trinta) segundos sargentos, 50 (cinquenta) terceiros sargentos e 60 (sessenta) cabos, cujos vencimentos correspondem, respectivamente, às referências 22, 21, 20 e 19 da letra "e" do artigo 11, da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

§ 1.º Os atuais motoristas do Quadro Ordinário do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal serão transferidos para o Quadro criado, obedecendo as promoções a sargento e preenchimento da graduação de cabo motorista às disposições regulamentares.

§ 2.º Os bombeiros de 1.ª classe, motoristas, serão reclassificados na graduação de cabo motorista do Quadro criado nesta Lei.

§ 3.º Fica extinta no Quadro Ordinário a especialidade de motorista.

§ 4.º Aos atuais motoristas do Quadro Ordinário, que já possuam a graduação de cabo de esquadra ou de sargento, fica assegurado o direito de concorrer à promoção a sargento ajudante.

Art. 3.º E' aumentado o efetivo do Quadro Ordinário do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal de 2 (dois) segundos sargentos, 11 (onze) terceiros sargentos, 34 (trinta e quatro) cabos de esquadra e 21 (vinte e um) bombeiros de 1.ª classe.

Art. 4.º Serão suprimidos do Quadro de Músicos da Polícia Militar do Distrito Federal, à medida que vagarem, os seguintes postos e graduações: 1 (um) segundo tenente, 6 (seis) sargentos ajudantes, 21 (vinte e um) primeiros sargentos, 19 (dezenove) segundos sargentos e 6 (seis) terceiros sargentos.

Art. 5.º As praças da Polícia Militar do Distrito Federal não poderão servir fora da Corporação em atividades que não sejam estritamente policiais-militares.

Parágrafo único. São consideradas atividades policiais-militares as funções de vigilância, inclusive trânsito, de garantia individual e de manutenção de ordem pública.

Art. 6.º Os oficiais e praças da Polícia Militar do Distrito Federal, durante o tempo em que estiverem presos respondendo a processo por crime praticado no exercício de função policial, conservam o direito a seus vencimentos e vantagens, até final julgamento.

Art. 7.º Só poderão contribuir para o Montepio Militar os cabos e assemelhados e soldados e assemelhados da Polícia Militar do Distrito Federal que, depois de cumprirem o tempo da primeira praça, 3 (três) anos, obtiverem engajamento.

Art. 8.º As despesas, decorrentes da execução da presente lei, serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, abrindo-se os créditos suplementares que se tornarem necessários até à importância de ..... Cr\$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e a Lei n.º 192, de 22 de dezembro de 1947.

Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1953: 132.ª da Independência e 65.ª da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida Neves.

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.938 — DE 10 DE AGOSTO DE 1953

*Concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' extensivo o aumento de que trata o Decreto-lei n.º 8.769, de 21 de janeiro de 1946, na forma prescrita nos arts. 1.º e 3.º, §§ 1.º e 2.º, às pensões em vigor, concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), aos beneficiários dos servidores federais, falecidos a partir de 1 de janeiro de 1946, ou as que venham a ser concedidas por morte de seus segurados obrigatórios.

Parágrafo único. O aumento, de que trata este artigo, far-se-á de maneira que as pensões já concedidas

a beneficiários de servidores federais, falecidos a partir de 1.º de janeiro de 1946, ou as que venham a ocorrer, não sejam inferiores nem superiores às que caberiam, em igualdade de condições, nos termos dos Decretos-leis ns. 8.512, de 31 de dezembro de 1945, e 8.768, de 21 de janeiro de 1946, a beneficiários de servidor de igual categoria funcional, que houvesse falecido até 31 de dezembro de 1945.

Art. 2.º. Para atender às despesas relativas ao aumento de pensões, a que se refere o artigo 1.º, é o Instituto de Previdência Assistência dos Servidores do Estado autorizado a fazer os adiantamentos necessários, para cujo reembolso procederá na forma estabelecida nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 8.768, de 21 de janeiro de 1946, e remeter de uma só vez a relação das importâncias pagas.

Art. 3.º. O aumento, de que trata esta Lei, não é extensivo aos beneficiários dos servidores que contribuem para o IPASE, por força de convênios com os governos estaduais, municipais e territoriais.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1953. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.939 — DE 10 DE AGOSTO DE 1953

*Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos, do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. O Ministério da Agricultura contratará com agricultores a multiplicação de sementes de trigo, na forma de cooperação que for estabelecida em regulamento, para o fim de distribuí-las entre os tricultores.

Art. 2.º. O Ministério da Agricultura garantirá aos cooperadores o fornecimento de sementes selecionadas e devidamente testadas em seu valor cultural; a compra das quantidades contratadas a preço pelo menos 20% (vinte por cento) acima do preço mínimo garantido para o trigo nacional de consumo e assistência técnica completa.

Parágrafo único. O contrato prevê a fiscalização eficiente de sua ex-

ecução, por parte do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. A distribuição aos produtores de sementes de trigo, oriundas de campos de cooperação ou de campos experimentais oficiais, será feita pela modalidade de devolução ou venda, à vista ou a prazo, a critério dos tricultores.

Parágrafo único. A devolução ou o pagamento será feito de modo a cobrir o valor real da semente fornecida.

Art. 4.º. A distribuição das sementes poderá ser feita por intermédio da Associação Rural em sua base territorial e, na sua falta, pelos órgãos técnicos oficiais federais, estaduais ou das Prefeituras Municipais, observada esta ordem de preferência.

Art. 5.º. Sempre que o pequeno produtor venha a sofrer prejuízos em seus trigais, em virtude de fatores e circunstâncias adversas de relevante gravidade, ficará dispensado da devolução da semente que lhe foi entregue.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á pequeno produtor aquele que só ou com sua família cultivar a terra, não empregando braço assalariado preponderante.

Art. 6.º. Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 7.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1953. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.940 — DE 10 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim pela realização da exposição regional agro-pecuária.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), como auxílio à Associação Rural de São Joaquim, pela realização da exposição regional agro-pecuária, em 26 de março de 1952, no município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1953. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.941 — DE 10 DE AGOSTO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para aquisição de biblioteca musical.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70,

§ 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Ministério da Educação e Saúde autorizado a adquirir a biblioteca musical pertencente a Abraão Carvalho, localizada no Distrito Federal.

Art. 2.º. Para ocorrer às despesas com a aquisição da biblioteca mencionada no artigo 1.º, é autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo mesmo Ministério, o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1953. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.942 — DE 12 DE AGOSTO DE 1953

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER FACILIDADES PÚBLICAS AOS QUE INSTALAREM FÁBRICAS DE CIMENTO NO PAÍS**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As empresas de fabricação de cimento, existentes ou que se organizarem no País, sob firma individual ou social, gozarão, pelo prazo de cinco anos, de isenção dos impostos de importação para consumo e de consumo e das taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, que incidirem sobre o material destinado às suas instalações fabris e complementares, quer se trate de novas instalações, quer de ampliação das já em funcionamento.

§ 1.º Compreendem-se como materiais beneficiados por este artigo: os maquinismos, aparelhos e ferramentas necessários à fabricação de cimento e serviços complementares, os destinados exclusivamente à extração de minérios, à produção e transporte de energia elétrica, transporte de matéria-prima e de cimento, a laboratórios de física e de química, bem como o material destinado à substituição de outro também importado.

§ 2.º Exclui-se da isenção não só qualquer matéria que entre na composição do produto ou no seu acondicionamento e embalagem, combustíveis e lubrificantes em geral, mas também outros materiais de custo.

§ 3.º Excluem-se desses favores a maquinaria e materiais de fabricação similar no País sem prejuízo do plano de instalação, que deverá sempre ter a maior eficiência e produtividade.

Art. 2.º É condição essencial para que a empresa obtenha isenção:

a) que tenha domicílio e administração no Brasil e esteja regularmente registrada no Registro do Comércio;

b) que disponha de capital mínimo realizado de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros);

c) que a fábrica tenha capacidade para produzir, no mínimo, trinta mil toneladas de cimento, anualmente;

d) que disponha de jazidas de calcário e de argila, apropriadas para a fabricação de cimento e suficientes para um consumo de 15 (quinze) anos.

Art. 3.º Para obter os favores desta lei, deverá o pretendente apresentar, previamente e em duplicata, ao exame do Ministério que tiver a seu cargo a riqueza mineral ou da Agricultura ou outro, todos os planos, orçamentos, especificações e mais particularidades concernentes à construção,



instalação e funcionamento das fábricas, inclusive ampliação, ou outras quaisquer alterações.

Parágrafo único. Tais planos serão encaminhados ao Ministério da Fazenda, e, se dentro em 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, não forem impugnados por despacho ministerial, considerar-se-ão aprovados para todos os efeitos, devendo ser responsabilizado pelos prejuízos que sofrer a Fazenda Nacional em consequência da demora, o funcionário que a esta houver dado causa.

Art. 4.º Os beneficiários desta lei serão obrigados:

a) caucionar, no Tesouro Nacional, a quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros);

b) ter a sua fábrica em funcionamento com o material importado, dentro de dezoito meses do deferimento da isenção;

c) manter escolas primárias para os filhos dos seus empregados, na forma do art. 162 n.º III, da Constituição Federal.

§ 1.º A infração de qualquer das obrigações constantes deste artigo, uma vez apurada pelo Ministério competente, dará lugar a que seja revogada a isenção e obrigará o contraventor ao recolhimento do imposto e dos juros de mora.

§ 2.º A decisão proferida nesse sentido será imediatamente comunicada ao Ministro da Fazenda, para que determine a cobrança do imposto e dos juros.

Art. 5.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação e beneficiará todos os industriais de cimento que tiverem importado materiais para instalação ou ampliações de fábricas, despachando-os nas Alfândegas sob termo de responsabilidade, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.943 — DE 14 DE AGOSTO DE 1953

*Reabre os prazos referidos pelos § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948 e art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950,*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São reabertos os prazos a que se referem o § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e o art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950, a fim de que os contribuintes do montepio militar e os civis em inatividade, que deixaram de requerer o benefício estabelecido na primeira disposição legal, possam fazê-lo até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os inativos civis e Militares, que desejarem gozar dos favores estipulados neste artigo, deverão pagar a diferença da contribuição de montepio, a partir do último prazo concedido no art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de agosto de 1953. — João Café Filho.

LEI N.º 1.944 — DE 14 DE AGOSTO DE 1953

*Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocígenas do país.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Nas áreas bocígenas do país, a venda de sal refinado ou moído, para consumo alimentar, só será permitida quando devidamente iodetada, excluído o sal destinado à indústria e à pecuária.

Art. 2.º Para os efeitos desta Lei, compreende-se por iodetação a adição de iodo na proporção de dez miligramas por quilograma e cloreto de sódio, mediante quantidades requi-

lentes e íntima mistura com um dos seus compostos: iodeto de sódio ou iodeto de potássio.

Art. 3.º. O Ministério da Educação e Saúde, por intermédio de seus órgãos especializados e em articulação com os Departamentos de Saúde dos Estados interessados, providenciará, até cento e oitenta dias, após a publicação desta Lei, a delimitação das áreas bocígenas do país.

§ 1.º — O grau de endemicidade será determinado mediante percentagem de positividade de casos com hipertrofia glandular tiroideana, entre crianças em idade escolar, de ambos os sexos, considerados separadamente.

§ 2.º — Reputar-se-ão áreas bocígenas, para os efeitos desta Lei, as localidades onde o índice endêmico for superior a 15% (quinze por cento) para as crianças do sexo masculino e a 25% (vinte e cinco por cento) para as do sexo feminino.

Art. 4.º. O despacho do sal refinado ou moído, para consumo alimentar, destinado às áreas bocígenas do país, a partir da vigência desta Lei, somente será permitido depois de submetido o produto ao processo de iodetação e uma vez inscritas as palavras "sal iodado" nas sacarias ou envólucros.

Parágrafo único. O sal, de que trata este artigo, enquadrar-se-á na menor tarifa ferroviária adotada para o cloreto de sódio, nas estradas de ferro do país.

Art. 5.º. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, providenciará para que o Instituto Nacional do Sal organize nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, dentro de seis meses da data da publicação desta Lei, uma instalação especializada para iodetação do sal refinado ou moído, destinado às áreas bocígenas do país, a ser distribuído pelos comerciantes de sal.

Parágrafo único. É permitido a qualquer aslineiro ou distribuidor de sal instalar usina própria para a iodetação do sal, devendo o Instituto Nacional do Sal, em colaboração com os órgãos, a que se refere o art. 3.º desta Lei, prestar-lhes assistência técnica.

Art. 6.º. Será permitido, para a venda do sal iodetado, um acréscimo até o máximo de Cr\$ 0,04 (quatro centavos), por quilo, sobre os preços vigentes, na ocasião, para o sal comum.

Art. 7.º É assegurado, através do Instituto Nacional do Sal, ou de par-

ticulares que se proponham a fazer a iodetação do produto, o abastecimento das zonas bocígenas, nas quais não será permitido o comércio de sal não iodetado, sob pena de apreensão e multa equivalente a duas vezes o seu valor no caso de reincidência.

Parágrafo único. Se não for possível a apreensão do sal, por já ter sido dado ao consumo, o infrator pagará ao Instituto Nacional de Sal, para os fins estabelecidos no art. 41, § 2.º do Decreto-lei n. 2.398, de 11 de julho de 1940, importância correspondente ao duplo do valor do produto irregularmente vendido.

Art. 8.º O processo, para a execução das penalidades estabelecidas a presente Lei será feito na forma do disposto no art. 42, §§ 1.º, 2.º e 3.º, do Decreto-lei n.º 2.398, de 11 de julho de 1940.

Art. 9.º O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, do Instituto Nacional do Sal e de todos os meios de divulgação de que dispõe, fará nas zonas bocígenas do país ampla propaganda dos benefícios do uso do sal iodetado na profilaxia e combate do bócio endêmico.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor sessenta dias após a data da sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de agosto de 1953. — *João Café Filho.*

LEI N.º 1.945 — DE 18 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém, Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a erigir na cidade de Belém, Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira, como sinal de reconhecimento do povo brasileiro pelo muito que fez em prol da incorporação da Amazônia ao território nacional.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões

de cruzeiros) para a execução desta Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de agosto de 1953. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.946 — DE 18 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para atender ao pagamento de despesas com luz e força da Estrada de Ferro Central do Piauí.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros), a fim de atender ao pagamento de despesas realizadas, no exercício de 1952, com luz e força, pela Estrada de Ferro Central do Piauí.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65. da República.

GETÚLIO VARGAS

*José Américo*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 1.947 — DE 18 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.703.000,00 destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Via-

ção e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.703.000,00 (vinte e sete milhões, setecentos e três mil cruzeiros), para atender ao pagamento do aumento de salário do pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará, concedido pelo Decreto n.º 30.513, de 7 de fevereiro de 1952.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*José Américo*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 1.948 — DE 18 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 40.079,30, para pagamento de gratificação adicional, nos exercícios de 1950 e 1951, aos dentistas da Tabela Única de Mensalistas daquele Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 40.079,30 (quarenta mil, setenta e nove cruzeiros e trinta centavos), para atender às despesas com o pagamento, relativo aos exercícios de 1950 e 1951, da gratificação adicional, a que se refere a Lei número 1.234, de 14 de novembro de 1950, aos dentistas da Tabela Única de Mensalistas daquele Ministério.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Tancredo de Almeida Neves*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 1.949 — DE 19  
DE AGOSTO DE 1953

*Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei número 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As promoções de que trata a Lei n.º 1.267, de 9 de dezembro de 1950, são extensivas, para efeito de pensão, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate a que se refere o artigo 1.º daquela Lei.

Art. 2.º A majoração de pensões decorrentes do artigo anterior será concedida a partir da vigência desta Lei e dependerá de requerimento do interessado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Renato de Almeida  
Guillobel

Cyro Espirito Santo  
Cardoso

Nero Moura —

LEI N.º 1.950 — DE 24 DE AGOSTO DE  
1953

*Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos museus de artes plásticas de propriedade privada.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É extensiva a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras na forma do Art. 11, inciso 18, do De-

creto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, aos museus de artes plásticas de propriedade privada, tranqueados ao público, que importarem obras de arte, sem intuito mercantis, desde que tais obras venham a enriquecer o patrimônio artístico nacional, a unção da Comissão Nacional de Belas Artes.

Art. 2.º — O favor legal concedido no Art. 1.º depende de parecer favorável da Comissão Nacional de Belas Artes, que opinará sobre o valor artístico das peças importadas.

Art. 3.º — As instituições que quiserem aproveitar a isenção referida no Art. 1.º requererão o exame das obras de arte importadas à Comissão Nacional de Belas Artes, declarando o objetivo da importação, a identidade da obra, sua procedência, e instruindo o pedido com os documentos de que possam dispor.

Art. 4.º — Caso sejam negociadas, dentro de 5 (cinco) anos a contar da sua importação, as obras de arte, isentos de imposto pelo Art. 1.º desta Lei, ficarão obrigadas ao recolhimento de 50% (cinquenta por cento) dos impostos devidos.

Art. 5.º — As obras de arte destinadas a exposições públicas, licenciadas pelo Ministério da Educação e Saúde, poderão ser vendidas no País, depois de terminada a exposição, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de importação devidos.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.951 — DE 24 DE AGOSTO DE  
1953

*Dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro dispensada do pagamento das prestações estabelecidas na escritura da aquisição do pre-

dio e domínio útil do respectivo terreno, na rua do Catete, n.º 243, Freguesia da Glória, no Distrito Federal.

Parágrafo único. Essa dispensa é condicionada à utilização do prédio para sede do referido estabelecimento, ficando aquela Faculdade obrigada a indenizar a União a importância correspondente à dívida atual, de uma só vez, na hipótese de venda do imóvel ou de lhe ser dada outra aplicação.

Art. 2.º — A garantia hipotecária, constante do contrato mencionado no art. 1.º desta Lei, será devidamente cancelada no respectivo Ofício do Registro de Imóveis.

Art. 3.º — Das medidas previstas nos artigos anteriores, tavar-se-a, no Serviço do Patrimônio da União, o competente ato, com isenção de emolumentos e selos, o qual terá força de escritura pública, para os efeitos de direito.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 24 de agosto de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO.

# LEI N.º 1.952, DE 24 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — os créditos suplementar e especial, respectivamente de Cr\$ 261.000,00 e Cr\$ 1.250.250,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É aberto ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil cruzeiros), em reforço da Verba 3 — Serviços e encargos, Consignação 4 — Assistência e Previdência Social, Subconsignação 60 — Salário-família, 01 — Supremo Tribunal Federal, do Orçamento Geral da União para o exercício de 1953, Anexo n.º 26 —

Poder Judiciário (lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).

Art. 2.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de Cr\$ 1.250.250,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) para atender às despesas de abono de emergência e salário-família, instituídos pela lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e estendidos aos funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal por ato seu de 30 de março de 1953 assim distribuídos:

Salário-família:	Cr\$
Dezembro de 1952....	21.750,00
Abono de emergência:	
Dezembro de 1952 ..	94.500,00
Janeiro e dezembro de 1953 . . . . .	1.134.000,00
Total . . . . .	1.250.250,00

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

# LEI N.º 1953, DE 24 DE AGOSTO DE 1953

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Florianópolis e São Francisco, Estado de Santa Catarina.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São excluídos da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Guarulhos, no Estado de São Paulo, Florianópolis e São Francisco, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,

LEI N.º 1.954, DE 24 DE AGOSTO DE 1953

*Isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, material elétrico destinado às Prefeituras Municipais de Unai, no Estado de Minas Gerais, Santa Cruz e Cristalina, no Estado de Goiás, e Sapé, no Estado da Paraíba.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para o material abaixo mencionado:

a) Uma turbina hidráulica, tipo Francis, de 142.6CV, 1.200 rpm (velocidade de disparo 2.050 rpm), com eixo horizontal, regulador automático de velocidade; e um gerador trifásico, de fabricação AEG, de construção especial para ser conjugado à turbina acima mencionada, de 120 KVA; 400-231 V, 60 ciclos, 1.200 rpm, com excitatriz, diretamente conjugada e o respectivo quadro de manobra e controle e todos os instrumentos necessários; destinados à Prefeitura Municipal de Unai, no Estado de Minas Gerais;

b) Uma turbina hidráulica de 180 HP, com pertences; comportas, grades e tubulação completa, fabricação da Maschinenfabrik B. Maier A.G., Brackwede, na Alemanha; e um gerador trifásico de 150 KVA, regulador automático de tensão, para o gerador, para-raios de queda catódica, telefones com dispositivo de proteção para alta tensão e tábua manual, fabricação Siemens-Schuckertwerke — A.G., na Alemanha, destinados à Prefeitura de Santa Cruz, no Estado de Goiás;

c) Uma turbina hidráulica de 140 HP, com pertences, fabricação da J.M. Voith, G m b H, Heidenheim, na Alemanha; tubulação completa, fabricação da H. Seelbach & Co., Dahlbruch, Alemanha; gerador trifásico de 120 KVA, quadro de controles medição, com todos os aparelhos necessários, regulador automático de tensão, fabricação Siemens-Schuckertwerke A.G., Alemanha, destinados à Prefeitura Municipal de Cristalina, no Estado de Goiás;

d) Um grupo diesel-elétrico, composto de um motor de 250 HP, com 600 rpm, fabricação SLM Winterthur, conjugado a um alternador de corrente trifásica 220/440 volts, 20 ciclos, destinados à Prefeitura Municipal de Sapé, no Estado da Paraíba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.955, DE 24 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — os créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 240.000,00 e Cr\$ ..... 1.147.750,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ .... 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação 4 — Assistência e Previdência Social, Subconsignação 60 — Salário-família, 02 — Tribunal Federal de Recursos, do Orçamento Geral da União, para o exercício de 1953, Anexo n.º 26 — Poder Judiciário (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 1.147.750,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e estendidos aos servidores da Secretaria do mesmo Tribunal por ato seu de 8 de maio de 1953, assim distribuído:

	Cr\$
Salário-família:	
Dezembro de 1952 .....	20.000,00

Abono de emergência:

Dezembro de 1952 .....	86.750,00
Janeiro a dezembro de 1953 .....	1.041.000,00
Total ... ..	1.147.750,00

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1956 — DE 26 DE AGOSTO DE 1953

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º. Todo o espaço geográfico — terrestre, marítimo e aéreo — que estiver ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra, é denominado Teatro de Guerra (T. G.).

Art. 2.º. As porções do T. G. necessárias ao emprego do potencial militar da Nação, propriamente dito, com o objetivo de mediante operações militares, nestas compreendidas as atividades administrativas diretamente interferentes, destruir as forças armadas do inimigo externo que a tiver agredido, são denominadas Teatros de Operações (T. O.).

Art. 3.º. As porções do T. G. no interior das quais se realizam operações de defesa territorial, destinadas à salvaguarda do potencial de guerra da Nação, inclusive a preservação da ordem interna, contra todas as formas de agressão, partidas de fora do território nacional, ou de dentro dele, exceto aquelas que se produzam no âmbito dos T. O., são denominadas Zonas de Defesa (Z. D.).

Art. 4.º. Na eventualidade de qualquer guerra de que o Brasil participe militarmente, todo o território nacional, aí incluídos o espaço aéreo e as águas oceânicas sob a jurisdição brasileira, será considerado como T. G.

Parágrafo único. O referido território, sem prejuízo de sua atual divisão peculiar à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica, em Distritos Navais, Regiões Militares, Zonas Militares e Zonas Aéreas, será dividido em T. O. e Z. D., tendo em vista o emprego combinado das Forças Armadas.

Art. 5.º. A designação, missão, constituição e delimitação de cada T. O. bem como a nomeação do respectivo Comandante Chefe, são da competência do Presidente da República, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas.

Parágrafo único. Os atos correspondentes terão lugar em ocasião oportuna, em função da hipótese de guerra que vier a se concretizar e de conformidade com os respectivos planos militares.

Art. 6.º. As Z. D. têm existência permanente, desde o tempo de paz, e sua constituição independe das hipóteses de guerra formuladas.

Parágrafo único. Em tempo de paz, as Z. D. abrangem toda a extensão do território nacional e, no decorrer da guerra, subsistem, desfalcadas apenas das porções do território que, porventura, foram incluídos em T. O.

Art. 7.º. São criadas 3 (três) Z. D., assim discriminadas:

- a) Z. D. Norte;
- b) Z. D. Sul e
- c) Z. D. Atlântica.

§ 1.º. A Z. D. Norte compreende os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, o norte de Goiás até o Município de Pôrto Nacional, inclusive, e os territórios federais de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá.

§ 2.º. — A Z. D. Sul compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e o sul de Goiás, até o Município de Pôrto Nacional, exclusive.

§ 3.º. A Z. D. Atlântica compreende a porção do Oceano Atlântico sob domínio brasileiro, na extensão estabelecida pelos convênios internacionais, as ilhas oceânicas pertencentes ao Brasil, o atual Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro.

§ 4.º. O Poder Executivo, quando julgar conveniente, poderá fracionar as Z. D. em Subzonas de Defesa, a fim de obviar dificuldades de comando,

consequentes da extensão dos espaços por elas abrangidos.

Art. 8.º. Cada Z. D. fica sob a jurisdição de um "Grande Comando Combinado" constituído de:

- a) Comandante de Z. D.;
- b) Quartel General; e
- c) um Comando Naval, um Comando Terrestre e um Comando Aéreo.

§ 1.º. O cargo de Comandante de Z. D. é privativo de Oficial General da mais alta graduação, de qualquer uma das Forças Armadas.

§ 2.º. O Quartel General de Z. D. compreende:

- a) um Estado Maior combinado, incluindo oficiais das três Forças Armadas, na adequada proporção;
- b) Direções de Serviços e outros órgãos, em número variável, consoante as necessidades.

§ 3.º Os Comandos Naval, Terrestre e Aéreo das Z. D., cada qual sob a chefia de um Oficial General da respectiva Força, serão organizados por ocasião da mobilização. Em tempo de paz e se necessário, os Comandantes de Z. D. disporão em lugar desses Comandos, de assessores especiais, designados por intermédio dos Estados Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica, para as questões de planeamento ligadas peculiarmente a cada uma das Forças Armadas.

§ 4.º. Os Comandantes de Z. D. são subordinados ao Presidente da República, por intermédio do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

§ 5.º Os Comandos da Z. D. têm sua sede na Capital Federal, podendo, entretanto, a juízo do Poder Executivo, ser transferido para outros locais, no interior das respectivas Zonas.

Art. 9.º Compete aos Comandos de Z. D., no âmbito dos respectivos espaços geográficos:

I — Em tempo de paz:

- 1 — Elaborar os planos relativos:
  - a) à defesa territorial;
  - b) ao aproveitamento logístico-militar dos recursos locais;
  - c) à mobilização de órgãos especiais que lhes for atribuída;
  - d) ao equipamento da infra-estrutura militar do território;
  - e) ao emprego combinado inicial das Forças Armadas nos T. O. previstos;

2 — Promover, junto às autoridades competentes, a execução das medidas correlatas com os mencionados

planos e que devam ser efetivadas ainda em tempo de paz;

3 — Supervisionar a referida execução.

II — Em caso de guerra:

Exercer o Comando Militar efetivo das Z. D., com as missões básicas de:

- a) assegurar a defesa territorial;
- b) satisfazer os encargos logísticos, aí compreendidos os de mobilização que forem fixados.

III — Em qualquer caso:

Atender a outros encargos afins, de que sejam incumbidos pelo Comando Supremo.

§ 1.º. As atribuições dos Comandos das Z. D. são desempenhadas consoante diretrizes e instruções gerais e particulares, baixadas pelo Comando Supremo, por intermédio do Estado Maior das Forças Armadas.

§ 2.º. As relações funcionais entre os Comandos de Z. D. e os Comandos dos Distritos Navais e das Regiões Militares, Zonas Militares e Zonas Aéreas, que estão incluídas no âmbito geográfico sob a jurisdição das Z. D. correspondentes, são assim reguladas:

I — Em tempo de paz:

Os Comandantes de Z. D. exercem, diretamente ou por intermédio de seus assessores especiais, uma ação coordenadora junto aos referidos Comandos Regionais, de modo a obter deles a máxima cooperação e a necessária convergência de esforços para o cumprimento dos encargos estabelecidos no item deste artigo.

II — Em tempo de guerra:

A ação de comando efetivo dos Comandantes de Z. D., concernentes às missões fixadas no item II do presente artigo, se exercerá, sobre os aludidos Comandos Regionais, por intermédio dos Comandos Naval, Terrestre e Aéreo que, nessa oportunidade, serão organizados nas Z. D.

Art. 10. Os oficiais das Z. D., para sua constituição e funcionamento, contarão com servidores civis e militares, requisitados aos Ministérios, e com pessoal extranumerário, admitido na forma de legislação em vigor.

§ 1.º. Os oficiais das Forças Armadas, quando em serviço nos Quartéis Gerais ou outros órgãos dos Comandos das Z. D., serão considerados em comissão militar.

§ 2.º — Os servidores públicos civis, postos à disposição dos Comandos das Z. D., serão considerados, para todos os efeitos, em efetivo exercício nos respectivos cargos.



Art. 11. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Estado Maior das Forças Armadas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado às despesas de instalação dos Comandos de Z. D. e de custeio do pessoal extranumerário e do material necessários ao funcionamento inicial dos referidos Comandos.

Art. 12. O crédito, a que se refere o artigo anterior, será registrado, automaticamente, pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de nomeação dos Comandantes de Z. D.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Renato de Almeida  
Guillobel  
Cyro Espirito Santo  
Cardoso  
Nero Moura*

LEI N.º 1.957

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 1.958 — DE 26 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento, na Polícia Militar do Distrito Federal, de ajuda de custo.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento, na Polícia Militar do Distrito

Federal, de ajuda de custo, relativo ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Tancredo de Almeida Neves.*

*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 1.959 — DE 26 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.756.439,80 para atender despesas relativas aos exercícios de 1950, 1951 e 1952.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.756.439,80 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e nove cruzeiros e oitenta centavos) para atender despesas relativas aos exercícios de 1950, 1951 e 1952, assim discriminadas:

	Cr\$
<b>Pessoal</b>	
Substituições:	
Tribunal Superior Eleitoral .....	110.900,00
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia .....	39.828,80
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio	37.660,00
<b>Gratificações eleitorais:</b>	
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará .....	183.341,10
Tribunal Regional Eleitoral de Sta. Catarina	106.359,20
<b>Serviços e Encargos:</b>	
Despesas gerais com eleições:	
Tribunal Superior Eleitoral .....	2.139.912,00

*Aluguel:*

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará .....	135.338,70
<i>Salário-família:</i>	
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí .....	4.000,00
Total .....	2.756.439,80

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.960 — DE 26 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 36.892.748,30, destinado ao pagamento de transporte de malas postais por via aérea.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 36.892.748,30 (trinta e seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil setecentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta centavos), destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea, realizado nos exercícios de 1951 e 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

José Américo.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.961 — DE 26 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 94.500.000,00 para pagamento aos concessionários dos Portos.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 94.500.000,00 (noventa e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) para pagamento aos concessionários de portos do imposto adicional de 10% (dez por cento) sobre os direitos de importação para consumo, relativo ao exercício de 1952, de acordo com o Decreto n.º 2.619, de 24 de setembro de 1940, e a Lei número 1.342, de 1 de fevereiro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

José Américo.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.962 — DE 27 DE AGOSTO DE 1953

*Dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica.*  
O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os edifícios de apartamentos ou hotéis residenciais, de mais de um pavimento e mais de três apartamentos, terão, obrigatoriamente, caixas postais para receber correspondência ordinária, uma para cada apartamento, de acordo com o modelo aprovado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

§ 1.º Cada caixa deverá ter uma abertura exterior que permita receber cartas de 12 centímetros de largura e ser munida de chave exclu-

siva que ficará sob a guarda do responsável pelo apartamento correspondente, e haverá, para o carteiro, uma chave mestra que abrirá todas as caixas do distrito postal a que servir.

§ 2.º As caixas serão identificadas pelo número do apartamento a que se destinam a correspondência.

§ 3.º Os edifícios nas condições a que se refere este artigo, construídos ou licenciados para construções anteriores à publicação desta lei, incluirão a caixa receptora de correspondência, quando forem reconstruídos ou sofrerem obras substanciais.

§ 4.º Enquanto não existirem as caixas receptoras nos edifícios a que se refere o parágrafo anterior, será a correspondência postal entregue ao administrador, gerente porteiro ou zelador do prédio.

Art. 2.º A correspondência de natureza expressa ou registrada sem declaração de valor e os telegramas, quando não for solicitada pelos remetentes entrega pessoal aos destinatários, serão entregues aos responsáveis pelos edifícios, quer sejam administradores, encarregados, gerentes, porteiros ou zeladores, que firmarão recibo dos objetos e assumirão responsabilidade pelo seu extravio ou violação, na forma da lei penal.

§ 1.º Na hipótese de solicitação manifestada de entrega pessoal, será deixado em mãos dos responsáveis pelo edifício aviso escrito ao destinatário, para que, por ele ou representante seu, seja a correspondência procurada na repartição distribuidora e, aí, entregue, mediante prova de identidade.

§ 2.º A correspondência, que tiver declaração de valor, será entregue na sede da repartição do destino ou aos responsáveis pelos edifícios, quando estiverem munidos da autorização para recebê-la, firmada pelos destinatários dos objetos, da qual deverá ter conhecimento prévio a repartição postal distribuidora.

Art. 3.º A correspondência de que tratam os arts. 1.º e 2.º desta lei, quando endereçada a locatários de escritórios comerciais ou profissionais em edifícios de mais de dois pavimentos, será entregue aos responsáveis pela conservação ou guarda dos edifícios, que se encarregarão de sua distribuição aos destinatários, se estes não preferirem recebê-la pelo serviço de caixas de assinantes existentes nas repartições distribuidoras.

Art. 4.º A correspondência endereçada a repartições públicas ou para-estatais e, por igual, a colégios, quartéis, hospitais, asilos, hotéis ou pensões e a grandes empresas comerciais ou industriais, será entregue a servidores ou pessoas encarregadas de receber a correspondência dessas repartições ou estabelecimentos, os quais responderão pelo seu desvio ou quebra de sigilo, nos termos da lei.

Art. 5.º A correspondência dirigida a casas, estabelecimentos particulares ou públicos, afastados da rua mais de 20 (vinte) metros e, em geral, em qualquer lugar onde o acesso for defeso ou difícil, será entregue na sede da repartição postal, quando os moradores, chefes, diretores, gerentes ou encarregados se recusarem a colocar caixa apropriada para recebê-la.

Art. 6.º O Poder Executivo baixará regulamento para a execução desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias da data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1953: 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Américo.

LEI N.º 1.963 — DE 27 DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 116.200,00 destinado à Administração do Território do Rio Branco, para atender ao pagamento de proventos de aposentadorias.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 116.200,00 (cento e dezesseis mil e duzentos cruzeiros) destinado à Administração do Território do Rio Branco, para atender ao pagamento de proventos de aposentadorias, relativos ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.964 — DE 28 DE AGOSTO  
DE 1953

*Concede isenção de direito e taxas aduaneiras para importação da maquinaria necessária ao fabrico de antibióticos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para importação da maquinaria necessária ao fabrico, no País, de antibióticos, licenciados pela autoridade sanitária competente.

Art. 2.º A isenção a que se refere esta lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos e abrangerá os materiais já importados para a fabricação de antibióticos, cujos direitos não tenham ainda sido pagos.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.965 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Determina a reversão ao serviço ativo do Exército, do Tenente Coronel Mário Hermes da Fonseca.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Tenente Coronel Mário Hermes da Fonseca reverte à ativa-

dade, desde a sua passagem para a reserva, como justa reparação, dadas as circunstâncias especiais que o determinaram.

Art. 2.º Na atividade será considerado promovido, na escala hierárquica, até o posto de Coronel, nas datas que lhe tocassem e, após o Instituto legal, investido no de General de Brigada, no qual passa para a reserva ao atingir a idade limite do serviço ativo, contando a antiguidade de posto na data correlata e com as prerrogativas e vantagens inerentes ao posto.

Art. 3.º As vantagens pecuniárias, vencimentos, regalias e quaisquer direitos correspondentes a despesas serão devidos a partir da publicação da presente Lei, sem quaisquer ressarcimentos de atrasados.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.966 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000,00, para pagamento de gratificação a Renato de Oliveira Greenhalgh, desenhista daquele Ministério.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação concedida, de acordo com o item IV, do artigo 120, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, a Renato de Oliveira Greenhalgh, desenhista, referência 26, da Tabela Única de Mensalistas daquele Ministério.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.967 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Concede isenção de impostos e taxas para importação do órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de impostos e taxas, exceto a de previdência social, que incidirem sobre a importação de um órgão de oito registros (quatro e meia oitavas) a ser adquirido pela Comunidade Evangélica de Ibirubá, município de Cruz Alta, na firma E. F. Walcker & Cia., da Alemanha.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.968 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.659.475,60, para cobertura dos "deficits" verificados no exercício de 1945, e no primeiro trimestre de 1946, na exploração dos serviços da Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.659.475,60 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos), para atender, na forma do disposto no artigo 7.º do Decreto-lei número 4.500, de 20 de julho de 1942, e artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 9.344, de 7 de março de 1946, à cobertura dos "deficits" verificados no exercício de 1945, e no primeiro trimestre do ano de 1946, na exploração

dos serviços da "Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini"

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.969 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Concede pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 mensais, ao Dr. Mário Pinto Serva, como prêmio de seus esforços em prol da alfabetização e educação do povo brasileiro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º A Nação Brasileira presta um reconhecimento público ao Doutor Mário Pinto Serva pelos seus 40 (quarenta) anos de esforços diários na campanha de alfabetização e educação do povo, e lhe concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais, como prêmio de seus trabalhos.

Art. 2.º A despesa com a pensão estipulada no artigo 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.970 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás, imóvel do espólio do Monsenhor Francisco Xavier da Silva, deferido à União, por força da transcrição do

número 2.893, de 29 de janeiro de 1944, situado à rua Quinze de Novembro, compreendendo uma casa em ruínas, com quintal fechado a muros de pedra, confrontando por seus diversos lados, com José Ildefonso da Silva, herdeiros de Domingos Vicente da Costa e seus sucessores e avaniada por Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); nos respectivos autos de arrecadação de bens.

Art. 2.º O imóvel descrito no artigo anterior será utilizado pela Prefeitura de Corumbá de Goiás na abertura de uma via pública que, partindo da rua Quinze de Novembro, irá terminar na rodovia BR-14 (Transbrasiliana), a fim de melhorar as condições urbanísticas locais.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.971 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Prorroga, por mais 120 dias, o prazo estipulado no artigo 15, da Lei número 1.563, de 1 de março de 1952.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' prorrogado, por mais 120 (cento e vinte dias), o prazo estipulado no artigo 13, da Lei n.º 1.563, de 1 de março de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.972 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Dá ao molhe acostável, construído na praça Mauá, pórtio do Rio de Janeiro, o nome de "Molhe Oscar Weinschenck".*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O molhe acostável construído em frente à Praça Mauá, no

pórtio do Rio de Janeiro, passará a denominar-se "Molhe Oscar Weinschenck".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.973 — DE 31  
DE AGOSTO DE 1953

*Releva prescrição do prazo para habilitação de Dorvina Peres Mônaco ao montepio deixado por seu pai.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' relevada a prescrição em que incorreu o direito de Dorvina Peres Mônaco para percepção do Montepio deixado por seu pai Eládio Ladislau Peres, contado-se-lhe novo prazo para habilitação, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.974 — DE 2  
DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de cruzeiros), destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira, no exercício de 1952.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere a presente Lei será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

2 GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 1.974-A — DE 3 DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil, do Secretario de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Austria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de sua Magestade o rei Farouk I.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil ao Secretario de Estado dos Estados Unidos das Américas, do Ministro do Exterior da República da Austria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha

e de um representante especial de sua Magestade, o rei Farouk I.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Vicente Rão.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.975, DE 4 DE SETEMBRO DE 1953

*Altera os Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco passam a ser os constantes das tabelas desta lei.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, — o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 4 de setembro de 1953.

João Café Filho

Tabelas a que se refere o art. 1.º da presente Lei

Tribunais Regionais Eleitorais

GRUPO A-1 — AMAZONAS E MATO GROSSO

*Cargos em comissão*

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI		
Número de cargos	Cargos	Símbolo	Número de cargos	Cargos	Símbolo
1	Diretor de Secretaria .....	PJ-8	1	Diretor de Secretaria .....	PJ-7

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrão	Número de cargos	Cargos	Padrão
1	Porteiro .....	P	1	Porteiro .....	G
1	Continuo .....	E	1	Continuo .....	F
1	Servente .....	S	1	Continuo .....	E
			1	Servente .....	D



*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classe	Número de cargos	Cargos	Classe
1	Oficial Judiciário . . . . .	K	1	Oficial Judiciário . . . . .	K
2	Oficial Judiciário . . . . .	J	2	Oficial Judiciário . . . . .	J
2	Oficial Judiciário . . . . .	I	2	Oficial Judiciário . . . . .	I
2	Oficial Judiciário . . . . .	H	3	Oficial Judiciário . . . . .	H
1	Dactilógrafo . . . . .		1	Dactilógrafo . . . . .	G
1	Dactilógrafo . . . . .		2	Dactilógrafo . . . . .	F

*Funções gratificadas*

Número de cargos	Cargos	Símbolo	Número de cargos	Cargos	Símbolo
1	Secretário do Presidente . . . . .	FG-6	1	Secretário do Presidente . . . . .	FG-6
1	Secretário do Procurador Regional . . . . .	FG-6	1	Secretário do Procurador Regional . . . . .	FG-6

GRUPO B-1 -- GOIÁS, MARANHÃO, PIAUÍ E PARAÍBA

*Cargos em comissão*

60

SITUAÇÃO ATUA			SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI		
Número de cargos	Cargos	Símbolo	Número de cargos	Cargos	Símbolo
1	Diretor de Secretaria .....	PJ-7	1	Diretor de Secretaria .....	PJ-5

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrão	Número de cargos	Cargos	Padrão
1	Porteiro .....	G	1	Porteiro .....	H
			1	Arquivista .....	J

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classe	Número de cargos	Cargos	Classe
2	Oficial Judiciário .....	J	1	Oficial Judiciário .....	M
3	Oficial Judiciário .....	I	2	Oficial Judiciário .....	L
3	Oficial Judiciário .....	H	2	Oficial Judiciário .....	K
			2	Oficial Judiciário .....	J
			2	Oficial Judiciário .....	I
			3	Oficial Judiciário .....	H
			3	Dactilógrafo .....	G
2	Dactilógrafo .....	G	4	Dactilógrafo .....	F
2	Dactilógrafo .....	F	1	Continuo .....	G
1	Continuo .....	F	1	Continuo .....	F
1	Continuo .....	E	1	Servente .....	E
2	Servente .....	D	1	Servente .....	D

*Funções gratificadas*

Número de cargos	Cargos	Símbolo	Número de cargos	Cargos	Símbolo
1	Secretário do Presidente .....	FG-6	2	Chefe de Seção .....	FG-7
1	Secretário do Procurador Regional .....	FG-6	1	Secretário do Presidente .....	FG-6
			1	Secretário do Procurador Regional .....	FG-6

## GRUPO C-1 — PERNAMBUCO

*Cargos em comissão*

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI		
Número de cargos	Cargos	Símbolo	Número de cargos	Cargos	Símbolo
1	Diretor de Secretaria .....	PJ-5	1	Diretor de Secretaria .....	PJ-4
1	Auditor Fiscal .....	PJ-6	1	Auditor Fiscal .....	PJ-5

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrão	Número de cargos	Cargos	Padrão
1	Arquivista .....	H	1	Arquivista .....	K
1	Almoxarife .....	H	1	Almoxarife .....	J
1	Porteiro .....	H	1	Porteiro .....	I
1	Ajudante de Porteiro .....	G	1	Ajudante de Porteiro .....	H

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classe	Número de cargos	Cargos	Classe
1	Oficial Judiciário . . . . .	M	1	Oficial Judiciário . . . . .	M
2	Oficial Judiciário . . . . .	L	2	Oficial Judiciário . . . . .	L
2	Oficial Judiciário . . . . .	K	2	Oficial Judiciário . . . . .	K
2	Oficial Judiciário . . . . .	J	3	Oficial Judiciário . . . . .	J
2	Oficial Judiciário . . . . .	I	4	Oficial Judiciário . . . . .	I
3	Oficial Judiciário . . . . .	H	5	Oficial Judiciário . . . . .	H
2	Escriturário . . . . .	G	2	Escriturário . . . . .	G
2	Escriturário . . . . .	F	3	Escriturário . . . . .	F
3	Escriturário . . . . .	E	4	Escriturário . . . . .	E
2	Dactilógrafo . . . . .	G	3	Dactilógrafo . . . . .	G
4	Dactilógrafo . . . . .	F	4	Dactilógrafo . . . . .	F
1	Continuo . . . . .	G	2	Continuo . . . . .	G
1	Continuo . . . . .	F	2	Continuo . . . . .	F
2	Servente . . . . .	E	2	Servente . . . . .	E
3	Servente . . . . .	D	3	Servente . . . . .	D

*Funções gratificadas*

Número de cargos	Cargos	Símbolo	Número de cargos	Cargos	Símbolo
3	Chefe de Seção . . . . .	FG-7	1	Chefe de Seção . . . . .	FG-7
1	Secretário do Presidente . . . . .	FG-6	1	Secretário do Presidente . . . . .	FG-6
1	Secretário do Procurador Regional . . . . .	FG-6	1	Secretário do Procurador Regional . . . . .	FG-6

LEI N.º 1.976 — DE 4 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São instituídos, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte, com o objetivo de premiar, atualmente, pelo conjunto de sua obra, o autor brasileiro que houver apresentado, em cada uma dessas atividades criadoras, contribuição julgada substancial.

Art. 2.º É estabelecida a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para cada prêmio.

Art. 3.º A concessão dos prêmios será regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de setembro de 1953. — *João Café Filho.*

LEI N.º 1.977 — DE 8 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30, para pagamento de gratificação devida a Assad Mameri Abdenur, médico, classe L, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30 (cento e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e seis cruzeiros e trinta centavos), para paga-

mento de gratificação de representação devida a Assad Mameri Abdenur, médico, classe L, do Quadro Permanente desse Ministério, correspondente ao período em que serviu na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 1.978 — DE 8 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.371.064,90, para pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.371.064,90 (quarenta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, sessenta e quatro cruzeiros e noventa centavos), a fim de atender ao pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro, por ordem e conta do Governo Federal, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952, devidamente processados.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*José Américo*  
*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 1.979, DE 8 DE SETEMBRO DE 1953

FIXA OS SÍMBOLOS E VALORES CORRESPONDENTES AOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO QUADRO DO PESSOAL DOS ÓRGÃOS DAS 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> E 8.<sup>a</sup> REGIÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os cargos isolados de provimento em comissão e as funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos das 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Regiões da Justiça do Trabalho correspondem aos seguintes símbolos e valores

Símbolo	Cargos em comissão:	Cr\$
PJ-3 .....		11.000,00
PJ-5 .....		9.000,00
PJ-6 .....		8.000,00
PJ-7 .....		6.000,00

*Funções gratificadas:*

FG-5 .....	800,00
FG-6 .....	600,00
FG-7 .....	400,00

Art. 2.º Os quadros de Pessoal dos órgãos das 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Regiões da Justiça do Trabalho passam a ser os constantes das tabelas anexas, sendo alterada a denominação da carreira de Escrivão para Auxiliar Judiciário e a do cargo isolado de provimento efetivo de Oficial de Diligência para Oficial de Justiça.

Art. 3.º Os cargos isolados de provimento em comissão e as funções gratificadas serão preenchidos por funcionários do Quadro do Tribunal respectivo.

Art. 4.º Compete aos Tribunais Regionais do Trabalho prover os cargos dos respectivos Quadros de Pessoal.

Art. 5.º É extinto no Quadro da 2.<sup>a</sup> Região o cargo de Taquígrafo, isolado, de provimento efetivo, devendo o seu titular ser aproveitado em cargo de vencimento equivalente ou superior.

Art. 6.º Serão aproveitados nos mesmos cargos ou em seus equivalentes os funcionários que exerçam cargos de provimento efetivo.

Art. 7.º São dispensadas da exigência de interstício as primeiras promoções para preenchimento dos cargos de carreira, constantes dos Quadros das tabelas anexas.

Art. 8.º Metade das vagas que ocorrerem na classe inicial da carreira de Oficial Judiciário será provida por acesso dos ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Judiciário, mediante concurso de segunda entrada, realizado entre estes.

Parágrafo único. Somente os funcionários beneficiados pelo art. 4.º da Lei n.º 409, de 25 de setembro de 1948, e os que ingressaram mediante concurso nas carreiras de Oficial Judiciário e Auxiliar Judiciário, poderão ser classificados nas mesmas carreiras, sendo vedada a nomeação ou de-

signação, a qualquer título, de funcionário para substituir outro na carreira, afastado temporariamente para ocupar cargo em comissão ou função gratificada.

Art. 9.º A proposta orçamentaria da Justiça do Trabalho será anualmente elaborada pelo Tribunal Superior, de acordo com as propostas parciais que lhe forem remetidas pelos Tribunais Regionais e dentro das normas legais vigentes.

Parágrafo unico. Os pedidos de créditos adicionais que se fizerem necessários ao bom andamento dos serviços da Justiça do Trabalho, durante o exercício, excluídos os relativos às secretarias dos Tribunais do Trabalho, serão encaminhados em relações trimestrais à Câmara dos Deputados, por intermédio do Poder Executivo, após o pronunciamento do Tribunal Superior.

Art. 10. Na Justiça Federal, comum, militar, eleitoral e do trabalho, os Juizes e Auditores perceberão os vencimentos dos substituídos quando a substituição for decorrente de ausência, vacância, férias ou licença do titular efetivo.

§ 1.º Nos casos de suspeição ou impedimento, os substitutos não gozarão das vantagens do parágrafo anterior.

§ 2.º Quando os substitutos exercerem cargos não remunerados, vencerão, em qualquer caso de substituição, por sessão a que comparecerem, um trinta avos dos vencimentos do substituído, até o máximo de vinte sessões mensais, ou a gratificação por sessão a que este teria direito.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

#### TABELAS DE QUE TRATA ESTA LEI

##### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO

(Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso)

Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região e 14 Juntas de Conciliação e Julgamento

##### *Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Simbolos
1	Diretor de Secretaria do T.R.T. ....	PJ-3



*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargo extinto	Cargos	Padrões
7	—	Chefe de Secretaria das JCJ de São Paulo	N
6	—	Chefe de Secretaria da JCJ de Curitiba, Santos, Santo André, Sorocaba, Jundiaí e Campinas	M
1	—	Distribuidor — São Paulo	M
1	—	Contador	M
1	—	Chefe de Secretaria das JCJ de Cuiabá	K
1	—	Arquivista	K
7	—	Oficial de Justiça das JCJ de São Paulo	I
7	—	Oficial de Justiça das JCJ de Curitiba, Santos, Santo André, Sorocaba, Jundiaí e Campinas	H
1	—	Oficial de Justiça da JCJ de Cuiabá	G
7	—	Porteiro de Auditórios das JCJ de São Paulo	H
—	1	Taquigrafo	H

Observações — O cargo extinto será suprimido quando vagar.

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário	M
1	Oficial Judiciário	L
2	Oficial Judiciário	K
3	Oficial Judiciário	J
3	Oficial Judiciário	I
5	Oficial Judiciário	H
20	Auxiliar Judiciário	G
30	Auxiliar Judiciário	F
30	Auxiliar Judiciário	E
10	Servente	E
10	Servente	D
10	Servente	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-5
2	Chefe de Seção do T.R.T. ....	FG-6

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3.<sup>a</sup> REGIÃO

(Estados de Minas Gerais e Goiás)

Tribunal Regional do Trabalho da 3.<sup>a</sup> Região e 4 Juntas de Conciliação e Julgamento*Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolos
1	Diretor de Secretaria do T.R.T. ....	PJ-5

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrões
2	Chefe de Secretaria das JCJ de Belo Horizonte	M
1	Distribuidor — Belo Horizonte .....	L
2	Chefe de Secretaria das JCJ de Goiânia e Juiz de Fora .....	K
1	Arquivista .....	K
2	Oficial de Justiça das JCJ de Belo Horizonte ..	H
2	Oficial de Justiça das JCJ de Goiânia e Juiz de Fora .....	G

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário .....	M
1	Oficial Judiciário .....	L
1	Oficial Judiciário .....	K
2	Oficial Judiciário .....	J
2	Oficial Judiciário .....	I
3	Oficial Judiciário .....	H
6	Auxiliar Judiciário .....	G
8	Auxiliar Judiciário .....	F
10	Auxiliar Judiciário .....	E
2	Servente .....	E
2	Servente .....	D
4	Servente .....	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-6
2	Chefe de Seção .....	FG-7

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.<sup>a</sup> REGIAO

(Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina)

Tribunal Regional do Trabalho da 4.<sup>a</sup> Região e 8 Juntas de Conciliação e Julgamento

*Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolos
1	Diretor de Secretaria do T.R.T. ....	PJ-5

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrões
3	Chefe de Secretaria das JCS de Porto Alegre ..	M
1	Chefe de Secretaria das JCS de Florianópolis ..	L
1	Distribuidor — Porto Alegre .....	L
4	Chefe de Secretaria das JCS de Rio Grande, São Jerônimo, São Leopoldo e Pelotas .....	K
1	Arquivista .....	K
3	Oficial de Justiça de Porto Alegre .....	H
5	Oficial de Justiça de Florianópolis, Rio Grande, São Jerônimo, São Leopoldo e Pelotas .....	G

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário .....	M
1	Oficial Judiciário .....	L
1	Oficial Judiciário .....	K
2	Oficial Judiciário .....	J
2	Oficial Judiciário .....	I
3	Oficial Judiciário .....	H
8	Auxiliar Judiciário .....	G
12	Auxiliar Judiciário .....	F
20	Auxiliar Judiciário .....	E
2	Servente .....	E
4	Servente .....	D
7	Servente .....	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-6
2	Chefe de Seção do T.R.T. ....	FG-7

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO

(Estados da Bahia e Sergipe)

ibunal Regional do Trabalho da 5.<sup>a</sup> Região e 4 Juntas de Conciliação e Julgamento

*Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolos
1	Diretor de Secretaria do T.R.T. ....	PJ-6

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrões
3	Chefe de Secretaria das JCJ de Salvador .....	M
1	Chefe de Secretaria da JCJ de Aracajú .....	K
1	Distribuidor — Salvador .....	L
1	Arquivista .....	K
3	Oficial de Justiça das JCJ de Salvador .....	H
1	Oficial de Justiça das JCJ de Aracajú .....	G

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário .....	M
1	Oficial Judiciário .....	L
1	Oficial Judiciário .....	K
2	Oficial Judiciário .....	J
2	Oficial Judiciário .....	I
3	Oficial Judiciário .....	H
5	Auxiliar Judiciário .....	G
8	Auxiliar Judiciário .....	F
13	Auxiliar Judiciário .....	E
2	Servente .....	E
4	Servente .....	D
6	Servente .....	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-5
2	Chefe de Seção .....	FG-7

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.<sup>a</sup> REGIÃO

(Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte)

Tribunal Regional do Trabalho da 6.<sup>a</sup> Região e 5 Juntas de Conciliação e Julgamento*Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolos
1	Diretor de Secretaria do T.R.T. ....	PJ-6

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrões
2	Chefe de Secretaria das JCJ de Recife .....	M
1	Distribuidor — Recife .....	L
3	Chefe de Secretaria das JCJ de Maceió, João Pessoa e Natal .....	K
1	Arquivista .....	K
2	Oficial de Justiça das JCJ de Recife .....	H
3	Oficial de Justiça das JCJ de Maceió, João Pessoa e Natal .....	G

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário .....	M
1	Oficial Judiciário .....	L
1	Oficial Judiciário .....	K
2	Oficial Judiciário .....	J
2	Oficial Judiciário .....	I
3	Oficial Judiciário .....	H
5	Auxiliar Judiciário .....	G
8	Auxiliar Judiciário .....	F
14	Auxiliar Judiciário .....	E
3	Servente .....	E
4	Servente .....	D
7	Servente .....	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-6
2	Chefe de Seção .....	FG-7

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7.<sup>a</sup> REGIÃO

(Estados de Ceará, Piauí e Maranhão)

Tribunal Regional do Trabalho da 7.<sup>a</sup> Região e 3 Juntas de Conciliação e Julgamento*Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolos
1	Diretor de Secretaria .....	PJ-6

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrões
1	Chefe de Secretaria da JCI de Fortaleza .....	M
2	Chefe de Secretaria das JCI de Teresina e São Luís .....	K
1	Arquivista .....	K
1	Oficial de Justiça da JCI de Fortaleza .....	H
2	Oficial de Justiça das JCI de Teresina e São Luís .....	G



*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário .....	M
1	Oficial Judiciário .....	L
1	Oficial Judiciário .....	K
2	Oficial Judiciário .....	J
2	Oficial Judiciário .....	I
3	Oficial Judiciário .....	H
3	Auxiliar Judiciário .....	G
7	Auxiliar Judiciário .....	F
12	Auxiliar Judiciário .....	E
2	Servente .....	E
3	Servente .....	D
4	Servente .....	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-6

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.<sup>a</sup> REGIÃO

(Estados do Pará e Amazonas)

Tribunal Regional do Trabalho da 8.<sup>a</sup> Região e 2 Juntas de Conciliação e Julgamento

*Cargos isolados de provimento em comissão*

Número de cargos	Cargos	Símbolos
1	Diretor de Secretaria do T.R.T. ....	PJ-7

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	Cargos	Padrões
2	Chefe de Secretaria das JCJ de Belém e Manaus	K
1	Arquivista .....	K
2	Oficial de Justiça .....	H

*Cargos de carreira*

Número de cargos	Cargos	Classes
1	Oficial Judiciário .....	M
1	Oficial Judiciário .....	L
1	Oficial Judiciário .....	K
1	Oficial Judiciário .....	J
1	Oficial Judiciário .....	I
1	Oficial Judiciário .....	H
5	Auxiliar Judiciário .....	G
7	Auxiliar Judiciário .....	F
10	Auxiliar Judiciário .....	E
3	Servente .....	E
3	Servente .....	D
3	Servente .....	C

*Funções gratificadas*

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente do T.R.T. ....	FG-6

LEI N.º 1.980 — DE 10  
DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — o crédito especial de Cr\$ 252.000,00, para ocorrer ao pagamento da gratificação aos funcionários das Agências Postais Telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — o crédito especial de Cr\$ 252.000,00 — (duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) — para ocorrer ao pagamento, no exercício financeiro de 1953, da gratificação aos funcionários postais-telegráficos por serviços prestados, sendo Cr\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil cruzeiros) para o pessoal da Agência Postal Telegráfica da Câmara dos Deputados e Cr\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil cruzeiros) para o pessoal da Agência Postal Telegráfica do Senado Federal.

Art. 2.º O crédito aberto pela presente Lei será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º A vigência desta Lei será contada de 1.º de janeiro de 1953.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.981 — DE 11  
DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 486.054,30, para pagamento das despesas efetuadas pela Delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de .....

Cr\$ 486.054,30 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cinquenta e quatro cruzeiros e trinta centavos), para pagamento das despesas efetuadas pela Delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Genebra, em outubro de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.982 — DE 11 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Revigora, para todos os efeitos, os decretos de 19 de março de 1937, que melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º São revigorados, para todos os efeitos, os direitos a que se referem os decretos de 19 de março de 1937, que melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.983 — DE 12 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União e para o representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os membros do Conselho de Terras da União, criado pelo Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, e o representante da Fazenda Nacional, credenciado junto ao mesmo Conselho, perceberão como gratificação de representação Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), por sessão a que comparecerem, até o máximo de 10 (dez) por mês.

Art. 2.º É criada a função gratificada de Secretário do Conselho de Terras da União, classificada no Símbolo FG-6.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a execução da presente lei no corrente exercício.

Art. 4.º O tempo de serviço público prestado pelos membros do referido Conselho é contado, para todos os efeitos, desde a data de sua instalação.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.984 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 35.268.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao Imposto de Renda.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 35.268.308,90 (trinta e cinco milhões, duzentos e oito mil trezentos e oito cruzeiros e noventa centavos), para completar o pagamento devido aos municípios pela quota do imposto de renda, que lhes é atribuída pelo

Art. 15, § 4.º, da Constituição, e referente ao exercício de 1949.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior, uma vez aberto, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e imediatamente distribuído às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de setembro de 1953:

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.985 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O seguro de que trata o artigo 94 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, será realizado na instituição de previdência social a que estiver filiado o empregado.

Art. 2.º Assegurada a exclusividade das instituições de previdência social que já a possuem, os riscos de acidentes do trabalho continuarão sendo cobertos por apólices de seguro emitidas, indistintamente, por institutos e caixas de aposentadoria e pensões e pelas sociedades de seguro e cooperativas de sindicatos de empregadores, até esta data autorizadas a operar nesse ramo.

Art. 3.º A Lei concederá exclusividade aos demais institutos e caixas que estiverem em condições de atender perfeitamente aos riscos de acidentes do trabalho em confronto com as entidades privadas.

Art. 4.º Fica revogado o disposto no parágrafo único do artigo 76 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.986 — DE 25 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00, para pagamento de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de pouso e recuperação em Pirapora e Monte Azul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender, no exercício de 1953, ao pagamento das despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de pouso e recuperação em Pirapora e Monte Azul, especificadas a seguir:

Para a Hospedaria de Corinto:	
Pessoal . . . . .	777.600,00
Material . . . . .	2.405.000,00
Serviços e Encargos . . . .	68.620,00

Para os Postos de Pirapora e Monte Azul:	
Todas as despesas de manutenção . . . . .	498.780,00

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Goulart  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.987 — DE 25 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' criado, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão CC-5, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A despesa decorrente deste artigo será atendida pelo saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleófas.

LEI N.º 1.988 — DE 25 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90, para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90 (trinta mil, setecentos e quatorze cruzeiros e noventa centavos) para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados, relativos a proventos, etapas, pensões e descontos de aluguéis de casas afiançadas, em consequência do furto ocorrido na 27.ª Circunscrição de Recrutamento, em São Luiz, no Estado do Maranhão.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo  
Cardoso  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.989 — DE 25 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos cruzeiros), para pagamento da diferença de vencimentos a Alvaro Ozório de Almeida, falecido Professor Catedrático, padrão O, em disponibilidade, da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos cruzeiros) para atender ao pagamento da diferença de vencimentos, correspondente ao período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948, a que fêz jus Alvaro Ozório de Almeida, falecido Professor Catedrático, padrão O, em disponibilidade, da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 1.990 — DE 25 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Modifica o art. 140 do Código de Processo Civil (alteração do ato do Registro Civil)*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' feita no Código de Processo Civil a seguinte modificação:

O art. 140 passa a conter mais este parágrafo:

§ 3.º. Aplica-se os parágrafos anteriores aos pedidos de alteração de ato

do registro civil, quando envolvam questão de estado ou de capacidade da pessoa.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves.

LEI N.º 1.991, DE 26 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Prorroga até 31 de dezembro de 1953 a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' prorrogada até 31 de dezembro de 1953, com as modificações constantes da lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, a vigência da lei número 262, de 23 de fevereiro de 1948, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

Art. 2.º A execução da lei continuará a cargo da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, que obedecerá, para tal fim, às determinações de uma Comissão composta dos seguintes membros:

- I — Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A.;
- II — Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A.;
- III — Representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1.º As decisões da Comissão serão tomadas em reuniões de que poderão participar sem direito de voto;

- a) um representante da Confederação Nacional do Comércio;
- b) um representante da Confederação Nacional da Indústria;

c) um representante da Confederação Rural Brasileira.

§ 2.º Das decisões da Comissão caberá recurso para o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com efeito suspensivo:

I — Interposto por qualquer dos representantes mencionados no parágrafo anterior, quando se tratar de fixação de normas gerais para a execução da lei;

II — Interposto pelos 3 (três) citados representantes, nos demais casos.

§ 3.º O recurso deverá ser interposto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a decisão proferida no de 8 (oito) dias.

§ 4.º O Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A. designará representante para substituí-lo em seus impedimentos, nas reuniões da Comissão.

Art. 3.º Os despachos de concessão, de denegação e de prorrogação de licença prévia ou de modificação de qualquer espécie, na licença prévia ou no seu pedido inicial, serão publicados dentro em 3 (três) dias no *Diário Oficial*.

§ 1.º Na publicação serão indicados:

a) o número e a data do pedido de licença;

b) o nome do beneficiário;

c) a mercadoria, sua quantidade ou peso;

d) o valor em cruzeiros e em moeda estrangeira;

e) a procedência;

f) o destino.

§ 2.º Os pedidos de concessão de licença prévia serão numerados seguidamente, de acordo com a ordem cronológica de apresentação. A numeração inicial será mantida até o despacho final.

§ 3.º Os despachos de denegação e de prorrogação de licença prévia e os que concederem ou negarem modificação da licença prévia ou do pedido inicial serão sempre motivados.

§ 4.º A direção da Imprensa Nacional dará prioridade à publicação dos despachos a que se refere este artigo, no *Diário Oficial*.

§ 5.º Quando o despacho de concessão ou de denegação de licença prévia for proferido por agência do Banco do Brasil S. A., sediada em capital de Estado, a sua publicação será feita, dentro em 3 (três) dias no jornal oficial local, e quando o despacho for proferido por agência do Banco do Brasil S. A., localizada em cidade do interior do Estado, a sua publicação será feita, no mesmo prazo, por meio de edital, que será afixado na respectiva agência.

§ 6.º Toda vez que for levantada a suspensão de importação de determinado produto, a Comissão fará publicar no *Diário Oficial* da União e dos Estados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, edital para o recebimento de pedidos em determinado período.

§ 7.º As licenças só se tornarão efetivas 72 (setenta e duas) horas após a publicação do despacho de autorização.

Art. 4.º As margens de lucros para o comércio dos bens importados, mediante licença da Carteira de Exportação e Importação, serão estabelecidas pelo Poder Executivo, atendidos os critérios usuais para a composição de preços e serão publicadas dentro em 24 (vinte e quatro) horas do ato da fixação no *Diário Oficial* da União.

Parágrafo único. O Poder Executivo expedirá, dentro em 5 (cinco) dias da data da publicação desta lei, as instruções para o fiel cumprimento deste artigo.

Art. 5.º A partir da vigência desta lei, a concessão ou prorrogação de licenças ficarão condicionadas ao depósito, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, de 30% (trinta por cento) do valor em cruzeiros da importação licenciada.

§ 1.º O depósito só será exigido depois de ultimado o processo de concessão ou de prorrogação e antes da entrega do documento que a representante, e será liberado na liquidação da respectiva operação de câmbio.

§ 2.º É obrigatória, nas licenças de importação de mercadorias, a menção

expressa de que a dotação para a cobertura cambial foi empenhada para efeito das consequentes deduções, nas verbas e limites a que se refere o artigo 12 da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

§ 3.º Não se incluem nas disposições deste artigo as licenças relativas à importação a que se refere o artigo 3.º, n.º II, da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

§ 4.º O disposto neste artigo aplica-se igualmente às licenças concedidas antes da vigência desta lei vierem a ser prorrogadas.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor, inclusive quanto a sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, na data de sua publicação, no *Diário Oficial da União*, revogado, para este efeito, o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1953. — 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.  
Oswaldo Aranha.



## A P E N S O

Figuram neste apenso os decretos legislativos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" depois do 2.º dia útil do 3.º trimestre de 1953.

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1953

LEI N.º 1.893 — DE 30  
DE JUNHO DE 1953

*Denomina Biblioteca Murilo Braga a  
Biblioteca do Instituto Nacional de  
Estudos Pedagógicos*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º A Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos passa a denominar-se Biblioteca Murilo Braga.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.894 — DE 30  
DE JUNHO DE 1953

*Regula a promoção de ano dos  
aspirantes da Escola Naval*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos aspirantes da Escola Naval, reprovados em uma só matéria, será permitida a promoção ao ano seguinte, com dependência.

Parágrafo único. Os aspirantes beneficiados pela presente Lei só poderão prestar os exames finais do ano ao qual foram promovidos, depois de aprovados no exame da matéria de que dependiam.

Art. 2.º Esta Lei aplica-se aos aspirantes repetentes da Escola Naval, reprovados apenas em uma matéria no ano de 1952.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes V e VI de 1953, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos

## EMENTÁRIO

### A

#### 'A FORTALEZA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

*Retifica o Decreto n.º 33.028, de 11 de junho de 1953, que aprovou alterações introduzidas nos Estatutos de "A Fortaleza" Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n.º 33.323 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1953.

#### A. PEREIRA GONÇALVES

Decreto-legislativo n.º 59 — de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

#### A. TH. GODOY MATA MACHADO

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

Decreto-legislativo n.º 50 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

#### ABONO PROVISÓRIO

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes do Trabalho e Juri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

#### ACADEMIA DE MÚSICA "LORENZO FERNANDES"

*Declara de utilidade pública a Academia de Música "Lorenzo Fernandes", com sede nesta Capital Federal.*

Decreto n.º 33.970 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

#### ACIDENTES DO TRABALHO

*Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho.*

Lei n.º 1.985 — de 19 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

#### ACÓRDOS

*Promulga o Acôrd de Assistência Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América firmado no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1952.*

Decreto n.º 33.044 — de 15 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 12 de agosto de 1953.

#### AÇUDES

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à dejesa contra as sêcas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

### ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRÊSAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

*Dispõe sobre a administração das empresas incorporadas ao patrimônio nacional.*

Decreto n.º 33.304 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

### ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ .... 27.703.000,00 destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores dos serviços da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.*

Lei n.º 1.947 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

### ADMINISTRADOR DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE JAÍBA

*Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado de provimento em comissão, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 1.987 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

### ADUBOS

*Aprova o regulamento para fiscalização do comércio de adubos, corretivos e outros fertilizantes destinados à agricultura.*

Decreto n.º 33.100 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

### AERONAUTICA

*Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais.*

Lei n.º 1.909 — de 21 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

### AERONAUTICA

*Autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da Cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Lei n.º 1.917 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1953.

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

*Estabelece prazo para a vigência de dispositivo regulamentar.*

Decreto n.º 33.283-A — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

*Aprova as Instruções para o Funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.*

Decreto n.º 33.357 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

*Dispõe sobre o curso dos Oficiais da Reserva de 2.ª Classe especialistas em Meteorologia e Contrôlo de Voo, atualmente matriculados na EOG.*

Decreto n.º 33.924 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

*Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.*

Decreto n.º 33.926 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1953.

### AEROPORTOS

*Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais.*

Lei n.º 1.909 — de 21 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## AEROPORTOS

— *Autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da Cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Lei n.º 1.917 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1953.

## AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

*Torna sem efeito a supressão de um cargo extinto.*

(M. V. O. P. — Q. VIII — P. S.)

Decreto n.º 33.281 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

## AGRICULTURA

*Aprova o regulamento para fiscalização do comércio de adubos, corretivos e outros fertilizantes destinados à agricultura.*

Decreto n.º 33.100 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

## ÁGUA DE LINDÓIA SOCIEDADE ANÔNIMA

*Concede à Água de Lindóia Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.139 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Silva Medeiros, a lavar água mineral no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.416 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro José Nunes Duarte a pesquisar água mineral, no município de Itapoama, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.595 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Evangelista Tavares a pesquisar água mineral no município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.602 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara insubsistente o Decreto de número 25.502, de 15 de setembro de 1948.*

Decreto n.º 33.713 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Lúcia da Rocha e Sila Muniz a lavar água mineral, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.969 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Índios ou Bugres, Índios ou Bugres, Meio<sup>9</sup> e Meio, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.205 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio São Miguel.*

Decreto n.º 33.206 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Ingrata.*

Decreto n.º 33.207 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Sertãozinho, Sertãozinho, Sertãozinho ou do Sul, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.208 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Harmonia.*

Decreto n.º 33.209 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antônio.*

Decreto n.º 33.210 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Fundão-Folheta, Folheta e Folheta, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.211 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Pequeno Quatis.*

Decreto n.º 33.212 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Corinho.*

Decreto n.º 33.213 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do Rio Volta.*

Decreto n.º 33.214 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Quatis.*

Decreto n.º 33.215 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gameleira Itamarandiba do Campo, Itamarandiba e Itamarandiba, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.280 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Jaguarama.*

Decreto n.º 33.330 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Amaraji.*

Decreto n.º 33.331 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Piraji.*

Decreto n.º 33.332 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Gramado, Jordão e Jordão, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.380 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Veríssimo.*

Decreto n.º 33.381 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Silva.*

Decreto n.º 33.382 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Forqueta.*

Decreto n.º 33.383 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Taboão Grande e Vacacaí-Mirim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.384 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio Faxinal.*

Decreto n.º 33.385 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Engenho.*

Decreto n.º 33.386 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Inglês, Potiribú e Potiribú, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.387 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Lageado Tocunduva.*

Decreto n.º 33.388 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Inhacorá.*

Decreto n.º 33.389 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Alegre.*

Decreto n.º 33.390 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Santo Cristo.*

Decreto n.º 33.391 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Catareté.*

Decreto n.º 33.392 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.



## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Tacanica.*

Decreto n.º 33.428 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Trombudo.*

Decreto n.º 33.466 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Tapera.*

Decreto n.º 33.492 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na parte marítima e do domínio do Estado de Alagoas no restante do seu curso, as águas do rio Getituba.*

Decreto n.º 33.493 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio São Bento.*

Decreto n.º 33.494 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Taquari.*

Decreto n.º 33.495 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Posses.*

Decreto n.º 33.555 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Cascata ou Tarará.*

Decreto n.º 33.556 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio São Gabriel.*

Decreto n.º 33.557 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Pedras, Pedras-Jacarezinho e Jacarezinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.558 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Lambari.*

Decreto n.º 33.559 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Leopoldina ou Garibaldi.*

Decreto n.º 33.560 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Vitória, Poços das Antas, Poços das Antas e Arapecó, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.561 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Tijucu, Mosquito e Mosquito, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.606-A — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antônio.*

Decreto n.º 33.607 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Aguada ou Pinheiros, Pinheiros e Pinheiros, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.608 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio denominado São Caetano, São Caetano e Santo Antônio, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.650 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Três-Barras-Torto, Torto-Paranoá e Paranoá, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.691 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Terra Vermelha, Purgatório, Mutuca, Perdição e Bambuí, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.706 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Taquari Mirim, Mirim.*

Decreto n.º 33.729 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul as águas do rio Castelhuno.*

Decreto n.º 33.730 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

## AJUDA DE CUSTO

*Altera o divisor de conversão indicado no Decreto n.º 23.801, de 25 de janeiro de 1934, para os pagamentos da União Federal no exterior.*

Decreto n.º 33.642 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

## ALIENAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO DA UNIÃO

*Exclui das disposições do Decreto n.º 1.841, de 31 de julho de 1937, o imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.705 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Decreto-legislativo n.º 54 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

## ALISTAMENTO ELEITORAL

*Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.231 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

**ALISTAMENTO ELEITORAL**

*Prorroga o prazo do alistamento eleitoral, para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.771 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1953.

**AMARAL, MACHADO & CIA. LTDA.**

*Autoriza a Amaral, Machado & Cia. Ltda. a lavar calcário, no município de Capivari, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.219 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1953.

*Autoriza Amaral, Machado & Cia. Ltda. a pesquisar calcário e associados no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.808 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**ANTIBIÓTICOS**

*Concede isenção de direito e taxas aduaneiras para importação da maquinaria necessária ao fabrico de antibióticos.*

Lei n.º 1.964 — de 23 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

**APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

*Promulga a Convenção relativa à Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, adotada em Genebra, a 1.º de julho de 1949.*

Decreto n.º 33.196 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1953.

**APÓLICES DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FUNDADA DA UNIÃO**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a emitir títulos da Dívida Pública Federal.*

Decreto n.º 33.712 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

**AREAS BOCIGENAS**

*Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocigenas do país.*

Lei n.º 1.944 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

**AREIA**

*Autoriza a Mineradora Piratininga Limitada a pesquisar areia e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.803 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**AREIA QUARTZOSA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Cesarino Vitorino da Silva a lavar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.251 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Louvival Lopes Ferreira a lavar areia quartzosa no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.415 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Retifica o artigo 1.º, do Decreto n.º 31.734, de 6 de novembro de 1952.*

Decreto n.º 33.417 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

## AREIA QUARTZOSA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Perfecto de Castro Conde a lavar areia quartzosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.663 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## AREIAS QUARTZÍFERAS

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar areias quartzíferas, no município de Itanhaém, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.316 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

## ARGILA

*Autoriza o cidadão brasileiro Orlan-do Moreira Tôres a pesquisar argila e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.308 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila e associados no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.414 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 32.062, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 33.496 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dima Esteves da Costa a pesquisar argila no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.507 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## ARGILA

— *Autoriza a Cia. Cimento-Portland Cauê a lavar calcário e argila no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.799 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ARGILA REFRACTÁRIA

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennend a pesquisar argila refratária caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ferrer Sales da Costa a pesquisar feldspato, ocre e argila refratária, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.660 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## ARQUIVOLOGISTA

*Suprime cargo excedente.*  
(M. J. N. I. — Q. P.)

Decreto n.º 33.255 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Suprime cargo provisório.*  
(M. V. O. P. — Q. I. — P. P.)

Decreto n.º 33.269 — de 9 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## ARTES

*Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte.*

Lei n.º 1.976 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**ARTÍFICE**

*Suprime cargos extintos.*  
(M. Aer. — Q. S.)

Decreto n.º 33.646 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

**ASCA - APARELHOS CIENTÍFICOS LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 60, de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

**ASPIRANTES DA ESCOLA NAVAL**

*Regula a promoção de uno dos aspirantes da Escola Naval.*

Lei n.º 1.894 — de 20 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1953.

**ASSISTENTE COMERCIAL**

*Dispõe sobre acesso de ocupantes de série funcional da Tabela Única de Extranumerários mensalistas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.757 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

**ASSISTÊNCIA MILITAR**

*Promulga o Acórdão de Assistência Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1952.*

Decreto n.º 33.044 — de 15 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRISÕES**

*Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Prisões, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.467 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUÍMICA**

*Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Química", com sede na Capital Federal.*

Decreto n.º 33.254 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1953.

**ASSOCIAÇÃO RURAL DE CRUZ ALTA**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.354 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

**ASSOCIAÇÃO RURAL DE SÃO JOAQUIM**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim pela realização da exposição regional agropecuária.*

Lei n.º 1.940 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

**ATO DO REGISTRO CIVIL**

*Modifica o art. 140 do Código de Processo Civil (alteração do ato do Registro Civil).*

Lei n.º 1.990 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

**AUMENTO DE PENSÕES**

— Ver: Pensões.

**AUTORIZAÇÃO DE LAVRA**

— Ver a denominação do elemento lavrado.

**AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**

— Ver a denominação do elemento pesquisado.

## AUXILIAR COMERCIAL

*Dispõe sobre acesso de ocupantes de série funcional da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.757 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

## AUXÍLIO-DOENÇA

*Dispõe sobre a concessão do auxílio-doença, previsto no artigo 143 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.634 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

## B

### BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

*Regulamenta a aplicação de dispositivos da Lei n.º 1.649, de 19 de julho de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.643 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1953.

— *Aprova o Projeto de Estatutos do Banco do Nordeste do Brasil S. A.*

Decreto n.º 33.644 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1953.

### BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

*Aprova o Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.*

Decreto n.º 30.265 — de 11 de dezembro de 1951.

Retificado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

## BASES MILITARES

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 23 de outubro de 1947, os municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Florianópolis, e São Francisco, Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 1.953 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

### BATALHÃO DE CAÇADORES (19.º)

*Dá a denominação de "Batalhão Pirajá" ao 19.º Batalhão de Caçadores e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n.º 33.578 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1953.

### BATALHÃO DE SAÚDE (1.º)

*O 1.º Batalhão de Saúde passa a ter, além dessa designação numérica, o cognome de Batalhão Oswaldo Cruz.*

Decreto n.º 33.832 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

### BATALHÃO PIRAJÁ

*Dá a denominação de "Batalhão Pirajá" ao 19.º Batalhão de Caçadores e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n.º 33.578 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1953.

## BAUXITA

*Autoriza M. C. Fonseca & Cia. a lavrar jazida de bauxita no município de João Pessoa, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.218 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

**BAUXITA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oswaldo Begliomini a pesquisar bauxita e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.344 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennend a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimanite e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**BENS DO DOMÍNIO DA UNIÃO**

*Exclui das disposições do Decreto n.º 1.841, de 31 de julho de 1937, o imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.705 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

**BERILO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Sinizinho Brito a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.343 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Haroldo José dos Santos e Moacir José dos Santos a pesquisar magnetita, berilo e associados, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.410 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

**BIBLIOTECAS**

*Denomina Biblioteca Murilo Braga à Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.*

Lei n.º 1.893 — de 30 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1953.

**BIBLIOTECARIO-AUXILIAR**

*Suprime cargos provisórios.*

(M.J.N.I. — Q.P.)

Decreto n.º 33.256 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.744 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.745 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 setembro de 1953.

**C****CABOS**

*Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**CAFÉ**

*Assegura ao café beneficiado do país, da safra 1952-1953, a garantia de preços mínimos.*

Decreto n.º 33.266 — de 9 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.343.642,80, para constituição do Capital da Caixa de Crédito da Pesca.*

Lei n.º 1.916 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

## CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

*Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho.*

Lei n.º 1.985 — de 19 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência técnica, com as entidades que mencionam, observada a respectiva legislação.*

Decreto n.º 33.427 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1953.

## CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência técnica, com as entidades que mencionam, observada a respectiva legislação.*

Decreto n.º 33.427 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1953.

## CAIXAS POSTAIS

*Dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Lei n.º 1.962 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## CALAMIDADES PÚBLICAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, no Estado de Pernambuco.*

## CALAMIDADES PÚBLICAS

Lei n.º 1.906 — de 16 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.*

Lei n.º 1.908 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de julho de 1953.

## CALCÁRIO

*Autoriza a Amaral Machado & Cia. Ltda. a lavar calcário, no município de Capivari, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.219 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edisio Meira Tejo a pesquisar calcário no município de Redenção, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 33.221 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Rodrigues de Cerqueira a lavar calcário no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.250 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Theotonio Batista de Freitas a pesquisar calcário no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.253 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.



## CALCÁRIO

— *Autoriza a R. C. A. Victor Rádio S. A. a pesquisar calcário e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.315 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Batista do Vale a pesquisar calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.351 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Efraim Procópio dos Santos a lavrar calcários, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.409 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 32.557, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n.º 33.498 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.515, de 30 de abril de 1951.*

Decreto n.º 33.499 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar calcário, dolomita e associados, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.505 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennd a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridona, silmente e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Martins de Rezende a pesquisar caulim, calcário e mármore, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.599 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelino Machado da Silveira a pesquisar calcário, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.659 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José João de Assis a pesquisar calcário, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.662 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Germano Iserhard a pesquisar calcário no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.664 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ferrer Sales da Costa a pesquisar calcário, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.665 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## CALCARIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Leonel Vieira a lavrar calcário, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.720 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dinarte Monteiro a pesquisar calcário e associados, no município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.722 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Cia. Cimento Portland Cauê a lavrar calcário e argila no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.799 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavrar calcário no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.800 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Autoriza Amaral, Machado & Companhia Limitada a pesquisar calcário e associados, no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.808 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.809 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## CALCARIO DOLOMITICO

*Autoriza a Sociedade para a Indústria Extrativa de Mármore — Siema — Ltda. a pesquisar calcário dolomítico e associados, no município de Campos de Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.805 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## CALCITA

*Renova o Decreto n.º 28.693, de 6 de setembro de 1950.*

Decreto n.º 33.604 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## CAMARA DOS DEPUTADOS

— *Abertura de Crédito:*

*Ver: Crédito Especial.*

## CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

*Concede subvenção anual à "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos".*

Lei n.º 1.911 — de 22 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

## CAMPO DE FOMENTO AGRICOLA DE CAMETA

*Transfere a Subestação Experimental de Cametá, Estado do Pará, do Instituto Agrônomo do Norte para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal.*

Decreto n.º 33.270 — de 10 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## CANCELAMENTO DE DIVIDAS

*Dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.951 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

## CAPITANIA DOS PORTOS

*Eleva à categoria de Agência a Capitania da Capitania dos Portos do Estado do Ceará, em Aracati.*

Decreto n.º 33.407 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Altera o Regulamento para as Capitânias dos Portos.*

Decreto n.º 33.611 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Altera o Regulamento para as Capitânias de Portos aprovado pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940.*

Decreto n.º 33.711 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## CARGOS EM COMISSÃO

*Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos das 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Regiões da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.979 — de 8 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1953.

## CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação por parte do Chile, de Cuba e da Venezuela, da Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948.*

Decreto n.º 33.355 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

## CARTA DE CAPITAÇÃO

*Restabelece a vigência do Decreto n.º 31.398, de 9 de julho de 1952, pelo prazo de um (1) ano.*

Decreto n.º 33.610 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

## CARTA DE PRIMEIRO MAQUINISTA-MOTORISTA

*Restabelece a vigência do Decreto n.º 31.098, de 9 de julho de 1952, pelo prazo de um (1) ano.*

Decreto n.º 33.610 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

## CARTA DE PRIMEIRO PILOTO

*Restabelece a vigência do Decreto n.º 31.098, de 9 de julho de 1952, pelo prazo de um (1) ano.*

Decreto n.º 33.610 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

## CARVÃO

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 32.095, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 33.497 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Cechinel a lavar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.600 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 32.093, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 33.605 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## CARVÃO

— *Renova o Decreto n.º 29.342, de 12 de março de 1951.*

Decreto n.º 33.714 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Ratifica e retifica a autorização de lavra de jazidas carboníferas no Estado de Santa Catarina, conferida pelo Decreto n.º 9.780, de 24 de junho de 1942, à Sociedade Carbonífera Próspera S. A., retificado pelos Decretos: 10.780, de 6 de novembro de 1942, e 19.153, de 11 de julho de 1945.*

Decreto n.º 32.716 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre os preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.770 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Retifica o Decreto n.º 31.317, de 5 de agosto de 1952.*

Decreto n.º 33.784 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.802 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## CASA DE RUY BARBOSA

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.825 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## CASSITERITA

— *Autoriza a Empresa Nacional de Estanho Ltda. a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.252 — de 3 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Patrício Rodrigues Galdeano a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.413 — de 29 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Patrício Rodrigues Galdeano a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.508 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Souza Martins a lavrar cassiterita, nos municípios de Prados e Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.594 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## CAULIM

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar caulim e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.220 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Margarida Morgan da Costa a lavrar caulim no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.348 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

**CAULIM**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Durval Barbosa de Menezes a pesquisar caulim, talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.411 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fideis Monteiro de Andrade a pesquisar caulim, feldspato e mica, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.502 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennd a pesquisar argila refratária, dolomita, calcário, fosforita, coridón, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Martins de Rezende a pesquisar caulim, calcário e mármore, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.599 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Cailla Soares a pesquisar caulim e associados, no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.661 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Domingues Siqueira a pesquisar caulim e associados, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.807 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**CAVALCANTE JUNQUEIRA S. A.**

Decreto-legislativo n.º 65 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

**CENTENARIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DO ESTADO DO PARANA**

*Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de ..... Cr\$ 23.000.000,00, como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.229 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

**CENTENARIO DE JOÃO CAPISTRANO DE ABREU**

*Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.396 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de julho de 1953.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A. (CEMIG)**

*Transfere à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a concessão outorgada pelo Decreto número 6.844, de 12-2-1941, revalidado pelo de n.º 23.718, de 23-9-1947, ao Estado de Minas Gerais, para aproveitamento progressivo de um trecho do Rio Pará, entre os municípios de Divinópolis e Pará de Minas.*

Decreto n.º 33.821 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

**CENTRO MÉDICO DO RIO GRANDE DO SUL**

*Declara de utilidade pública imóveis destinados ao Centro Médico do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.649 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

# CERAMICA ASSAD S. A.

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 32.062, de 7 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 33.496 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

# CERAMICA SÃO JOÃO S. A.

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennend a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

# CIDADE UNIVERSITARIA DO RIO GRANDE DO SUL

*Dispõe sobre desapropriação, de imóveis destinados à Cidade Universitária do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.732 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

# CIENCIA

*Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte.*

Lei n.º 1.976 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

# CIMENTO

*Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades publicas aos que instalarem fábricas de cimento no país.*

Lei n.º 1.942 — de 12 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

# COBRE

*Autoriza a Cia. Brasileira de Cobre a pesquisar cobre e associados, no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.801 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

# CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Modifica o art. 140 do Código de Processo Civil (alteração do ato do Registro Civil).*

Lei n.º 1.990 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

# CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

*Dá nova redação ao art. 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

# COLÉGIOS

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo.*

Lei n.º 1.930 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

*— Revoga o Decreto n.º 11.184, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou ao Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, com sede em Taubaté, no Estado de São Paulo, a funcionar como Colégio.*

Decreto n.º 33.543 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

**COLÉGIOS**

— *Revoga o Decreto n.º 11.744, de 1 de março de 1943, que autorizou o Colégio Diocesano Santo Antônio, com sede em Taubaté, no Estado de São Paulo, a funcionar como Colégio.*

Decreto n.º 33.544 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

**COLETORES**

*Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n.º 31.559, de 8 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.450 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

**COLETORIAS FEDERAIS**

*Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n.º 33.230 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n.º 33.268 — de 9 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n.º 33.563 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**COMERCIO DE ADUBOS**

Ver: *Adubos.*

**COMERCIO E INDÚSTRIA BARBOSA & MARQUES S. A.**

Decreto-legislativo n.º 63 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

**COMIM LTDA. CONCENTRAÇÃO DE MINÉRIOS**

*Concede à Comim Ltda. Concentração de Minérios autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.345 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**COMISSÕES**

*Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar as instalações hidroelétricas da Usina de Bento Gonçalves.*

Decreto n.º 32.819 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a instalar um grupo diesel elétrico na usina de Santa Maria.*

Decreto n.º 32.972 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Modifica o art. 3.º do Regulamento da Comissão do Enquadramento Sindical aprovado pelo Decreto número 31.359, de 29 de agosto de 1952.*

Decreto n.º 33.394 — de 27 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Cria funções na Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.437 — de 1 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

— *Inclui como membro efetivo da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais o Presidente do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.459 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 5 de agosto de 1953.

## COMISSÕES

— *Cria a Comissão Executiva do I Festival Internacional do Cinema, do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.639 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os acervos, na parte relativa à navegação, da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Empresa Fluvial Limitada.*

Decreto n.º 33.687 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 32.976, de 8 de junho de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.769 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 8 de setembro de 1953.

## COMPAGNIA ITALIANA DEI CAVI TELEGRAFICI SOTTOMARINI

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.659.475,60, para cobertura dos "deficits" verificados no exercício de 1945, e no primeiro trimestre de 1946, na exploração dos serviços da Compagnia Italiana Dei Cavi Telegrafici Sottomarini.*

Lei n.º 1.968 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

## COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Cia. Aços Especiais Itabira.*

Decreto n.º 33.724 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SÃO JOÃO

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennand a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## COMPANHIA AGRÍCOLA, TERRITORIAL E DE MINERAÇÃO "FAZENDA PIRABEIRABA"

*Concede à Cia. Agrícola, Territorial e de Mineração "Fazenda Pirabeiraba" autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.140 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

## COMPANHIA ATLÂNTICA DE MINERAÇÃO

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.005, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.786 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 18.018, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.787 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 18.631, de 16 de maio de 1945.*

Decreto n.º 33.789 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.



**COMPANHIA ATLÂNTICA DE MINERAÇÃO**

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.441, de 16 de agosto de 1945.*

Decreto n.º 33.791 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.673, de 26 de setembro de 1945.*

Decreto n.º 33.793 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**COMPANHIA BOM SUCESSO DE ELETRICIDADE**

*Outorga à Companhia Bom Sucesso de Eletricidade concessão para aproveitamento da energia hidráulica a ser obtida pelo desvio das águas do rio Timbó para o Rio Tamanduá, no município de Porto União, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.216 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**COMPANHIA BRÂNIA DE PETRÓLEO S. A.**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 29.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto número 18.042, de 12 de março de 1945.*

Lei n.º 1.895 — de 1 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1953.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE COBRE**

*Autoriza a Cia. Brasileira de Cobre a pesquisar cobre e associados, no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.801 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE MATERIAL ELÉTRICO**

Decreto-legislativo n.º 69 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

**COMPANHIA CIMENTO PORTLAND CAUÊ**

*Autoriza a Cia. Cimento Portland Cauê a lavrar calcário e argila no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.799 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à construção da linha de transmissão entre Volta Redonda e Saudade, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Ltda., a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 33.819 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND GOIÁS**

*Concede à Companhia de Cimento Portland Goiás autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.412 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de agosto de 1953.

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO MÉDIO RIO DOCE**

*Transfere do Estado de Minas Gerais para a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica em trecho do Rio Tronqueiras, município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.731 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO NOVALIMENSE**

*Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minérios de ferro e associados no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.310 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 32.095, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 33.497 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 32.093, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 33.605 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA BRASILEIRA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança Brasileira.*

Decreto n.º 33.620 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

**COMPANHIA DE SEGUROS LATINO AMERICANA**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Latino-Americana.*

Decreto n.º 33.228 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1953.

**COMPANHIA DE SEGUROS LIBERDADE**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Liberdade.*

Decreto n.º 33.619 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "PELOTENSE"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense".*

Decreto n.º 33.363 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**COMPANHIA DE SIDERURGIA**

*Autoriza a Companhia de Siderurgia a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.804 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**COMPANHIA ESTANÍFERA DO BRASIL S. A.**

*Concede à Companhia Estanífera do Brasil S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.307 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**COMPANHIA FÁBIO BASTOS - COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

Decreto-legislativo n.º 62 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

### COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA FABRIL DE NAZARÉ S. A.

*Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica Fabril de Nazaré S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 32.610 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

### COMPANHIA INDÚSTRIA E VIAÇÃO PIRAPORA

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os acervos na parte relativa à navegação, da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Empresa Fluvial Limitada.*

Decreto n.º 33.687 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

### COMPANHIA INDUSTRIAL BELO HORIZONTE

*Concede à Cia. Industrial Belo Horizonte autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.138 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Transfere da Companhia Industrial Belo Horizonte para a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.402 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

### COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALHANDRA DO BRASIL

*Concede à "Companhia Industrial de Alhandra, C.A.R.L." autorização para funcionar na República sob a denominação de "Companhia Industrial de Alhandra do Brasil"*

Decreto n.º 33.549 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

### COMPANHIA INTERESTADUAL DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Interestadual de Seguros.*

Decreto n.º 33.621 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

### COMPANHIA LUZ E FORÇA HU- LHA BRANCA

*Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a reformar os sistemas de distribuição das cidades de Curvelo, Corinto e Diamantina, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.393 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

### COMPANHIA LUZ E FORÇA SAN- TA CRUZ

*Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a construir linhas de transmissão no Estado de São Paulo e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.311 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

### COMPANHIA LUZENSE DE ELE- TRICIDADE S. A.

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Luzense de Eletricidade S. A.*

Decreto n.º 29.755 — de 12 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

### COMPANHIA MATOGROSSENSE DE ELETRICIDADE

*Autoriza a Companhia Matogrossense de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 33.023 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1953.

**COMPANHIA MINERAÇÃO E SIDERÚRGICA TIMBÓ**

*Concede à Companhia Mineração e Siderúrgica Timbó autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.142 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

**COMPANHIA NACIONAL DE CALCÁRIOS E DERIVADOS - "CONCAL" - SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Concede à Companhia Nacional de Calcários e Derivados — Concal — autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.510 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1953.

— Retifica o Decreto n.º 33.510, de 5 de agosto de 1953.

Decreto n.º 33.785 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica.*

Decreto n.º 33.461 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

**COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial, de Cr\$ 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Lei n.º 1.974 — de 2 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

**COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

*Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, áreas de terrenos necessárias à construção da linha de transmissão da eletrificação entre Bauri e Cabralia Paulista.*

Decreto n.º 33.452 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ, SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano de aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome, e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 33.401 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO**

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavrar areias quartzíferas, no município de Itanhaém, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.316 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO**

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila e associados no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.414 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Retifica o art. 1.º, do Decreto n.º 31.734, de 6 de novembro de 1952.*

Decreto n.º 33.417 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

**COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE**

*Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Cumari e Goiandira no Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.553 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA MANNESMANN**

*Autoriza a Companhia Siderúrgica Mannesmann a admitir técnicos estrangeiros especializados.*

Decreto n.º 33.072 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

*Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.233 — de 3 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1953.

**COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE**

*Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n.º 33.692 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Declara revogada a concessão outorgada à Companhia Sul Mineira de Eletricidade, para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira Mandembo, situada no rio Lambari, município de Cristina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.811 — de 10 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

**COMPANHIA TEXTIL JOSÉ PINTO DO CARMO**

*Concede à Cia. Textil José Pinto do Carmo autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.141 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

**COMPANHIA UNIÃO FABRIL**

*Autoriza o funcionamento da usina termo-elétrica de propriedade da Companhia União Fabril, sediada na cidade do Rio Grande para seu uso exclusivo.*

Decreto n.º 32.971 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

**COMUNIDADE EVANGÉLICA DE IBIRUBÁ**

*Concede isenção de impostos e taxas para importação de órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá.*

Lei n.º 1.967 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

# CONCHAS CALCÁRIAS

Renova o Decreto n.º 29.218, de 26 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 33.408 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Floriano de Toledo a pesquisar conchas calcárias no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 33.503 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Azevedo Lage a lavar conchas calcárias no município de Iguaçu, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 33.723 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## CONCURSOS

Dispõe sobre os editais de concurso para o magistério.

Decreto n.º 33.460 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

## CONFERENCIA INTERNACIONAL DE MATERIAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 161.106,20, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais.

Lei n.º 1.936 — de 7 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1953.

## CONFERENCIA NORTISTA DE FISIOLOGIA (III)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nortista de Fisiologia.

Lei n.º 1.903 — de 13 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de julho de 1953.

## CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE (VI)

Abre crédito especial para o fim que indica.

Decreto n.º 33.482 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1953.

## CONGRESSO BRASILEIRO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA (X)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00, para atender a despesas com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.

Lei n.º 1.905 — de 15 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de julho de 1953.

## CONGRESSO DE ENSINO JURÍDICO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Lei n.º 1.901 — de 10 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1953.

## CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL (VI)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do Sexto Congresso Eucarístico Nacional.

Lei n.º 1.912 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

**CONGRESSO EUCARISTICO NACIONAL (VI)**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para atender às despesas de organização e realização do VI Congresso Eucarístico Nacional.*

Decreto n.º 33.839 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

**CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO (I)**

Decreto-legislativo n.º 55 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

**CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA (II)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender a despesas com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.*

Lei n.º 1.905 — de 15 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de julho de 1953.

**CONGRESSO NACIONAL**

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial*.

**CONSELHO DE PROMOÇÕES DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n.º 33.571 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

**CONSELHO DE TERRAS DA UNIAO**

*Estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União, e para o representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.983 — de 12 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para atender às despesas com o Conselho de Terras da União, de que trata a Lei n.º 1.983, de 12 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 33.947 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

**CONSELHO DO ALMIRANTADO**

*Aprova o Regulamento para o Conselho do Almirantado.*

Decreto n.º 33.406 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

**CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA**

*Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Conselho Nacional de Economia e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.283 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**CONSULADOS**

*Cria o Consulado honorário do Brasil em Chester, Pensilvânia, Estados Unidos da América.*

Decreto n.º 33.746 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## CONTRATOS

Decreto-legislativo n.º 48 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 49 — de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 50 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 52 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 53 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 59 — de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 64 — de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 65 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 67 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 68 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 69 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

## CONVENÇÕES

Decreto-legislativo n.º 55 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 57 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Promulga a Convenção relativa à Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, adotada em Genebra, a 1 de julho de 1949.*

Decreto n.º 33.196 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Promulga a Convenção Relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, firmada pelo Brasil em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1953.

Decreto n.º 33.648 — de 25 de agosto de 1953.

## COOPERATIVAS

— *Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de águas por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho.*

Lei n.º 1.985 — de 19 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.



## COOPERATIVAS

*Concede autorização para constituição da Cooperativa Caixa dos Associados da União dos Aposentados de Pernambuco Ltda., com sede na cidade de Recife, município do mesmo nome, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 32.405 — de 11 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1953.

## CORIDON

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennand a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## CORPO DE BOMBEIROS

*Eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940.*

Lei n.º 1.915 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

*— Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

*— Estende às praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal as vantagens conferidas aos oficiais da mesma Corporação, pelo parágrafo único do artigo 269, do Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1953.*

Decreto n.º 33.468 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

## CORPO DE PESSOAL SUBALTERNADO DA ARMADA

*Altera o Regulamento para o Corpo de Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto número 28.703, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 33.818 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## CORRESPONDÊNCIA POSTAL E TELEGRÁFICA

*Dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Lei n.º 1.962 — de 27 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 29.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto número 18.042, de 12 de março de 1945.*

Lei n.º 1.895 — de 1 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1953.

*— Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de Jodo Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito Especial de Cr\$ 72.420,00, para pagamento de diferença de vencimento do Professor Ciro Romano Farina.*

Lei n.º 1.897 — de 6 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 60.177,20, para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lomardo e Abilio Machado Filho.*

Lei n.º 1.298 — de 6 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 422.920,00, para pagamento de gratificações de magistério.*

Lei n.º 1.899 — de 6 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Lei n.º 1.901 — de 10 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1953.

*— Abre ao Poder Judiciário. — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 90.900,00 para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 1.902 — de 13 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 150.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nortista de Fisiologia.*

Lei n.º 1.903 — de 13 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de julho de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 240.000,00, para pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás.*

Lei n.º 1.904 — de 13 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 1.500.000,00, para atender a despesa com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.*

Lei n.º 1.995 — de 15 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo no Estado de Pernambuco.*

Lei n.º 1.906 — de 16 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.594,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.*

Lei n.º 1.908 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de julho de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no artigo 5.º da Lei n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1951.*

Lei n.º 1.910 — de 21 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do Sexto Congresso Eucarístico Nacional.*

Lei n.º 1.912 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 233.639,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores daquele Ministério.*

Lei n.º 1.913 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00 para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil.*

Lei n.º 1.914 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 15.348.642,80, para constituição de parte do Capital da Caixa de Crédito da Pesca.*

Lei n.º 1.916 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Lei n.º 1.920 — de 25 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarinenses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes.*

Lei n.º 1.921 — de 27 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 41.216,60, para pagamento de diferenças de vencimentos de salário-família, de auxílios-funeral e de outras vantagens devidas a servidores daquele Tribunal e a seus beneficiários.*

Lei n.º 1.922 — de 27 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de agosto de 1953.

— *Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para reforma e renovação dos móveis do Palácio Tiradentes.*

Lei n.º 1.927 — de 31 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00, para regularização dos auxílios prestados, no exercício de 1952, a Estrada de Ferro Leopoldina.*

Lei n.º 1.928 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

**CREDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.615.850,00, a servidores da Rede de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.*

Lei n.º 1.931 — de 5 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferenças de vencimentos a funcionários daquele Ministério.*

Lei n.º 1.932 — de 6 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazidos.*

Lei n.º 1.933 — de 6 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 333.544,30, para pagamento de indenização a Adriano Rodrigues Pinto, ex-maquinista de primeira classe da Estrada de Ferro Rio D'Ouro.*

Lei n.º 1.934 — de 7 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 35.593,39, para pagamento ao Doutor Francisco Eugênio Coutinho, como Assistente de Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade.*

Lei n.º 1.935 — de 7 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.106,20, para atender ao pagamento de contribuições do Brasil à Conferência Internacional de Materiais.*

Lei n.º 1.936 — de 7 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim pela realização da exposição regional agro-pecuária.*

Lei n.º 1.940 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para aquisição de biblioteca musical.*

Lei n.º 1.941 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém, Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira.*

Lei n.º 1.945 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para atender ao pagamento de despesas com luz e jôrea da Estrada de Ferro Central do Piauí.*

Lei n.º 1.946 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.703.000,00 destinado ao pagamento do aumento de salário dos servidores dos Serviços da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.*  
 Lei n.º 1.947 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 40.079,30, para pagamento de gratificação adicional, nos exercícios de 1950 e 1951, aos dentistas da Tabela Única de Mensalista daquele Ministério.*

Lei n.º 1.948 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — os créditos suplementares e especiais, respectivamente de Cr\$ 261.000,00 e Cr\$ 1.250.250,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela lei n.º 1.765, de 18 dezembro de 1952.*

Lei n.º 1.952 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — os créditos suplementar e especial, respectivamente de Cr\$ 240.000,00 e Cr\$ 1.147.750,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.*

Lei n.º 1.955 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento, na Polícia Militar do Distrito Federal, de ajuda de custo.*

Lei n.º 1.958 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.753.439,80 para atender despesas relativas aos exercícios de 1950, 1951 e 1953.*

Lei n.º 1.959 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 36.892.748,30, destinado ao pagamento de transporte de malas postais por via aérea.*

Lei n.º 1.960 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 94.500.000,00 para pagamento aos concessionários dos Portos.*

Lei n.º 1.961 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 116.200,00, destinado à Administração do Território do Rio Branco, para atender ao pagamento de proventos de aposentadorias.*

Lei n.º 1.963 — de 27 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

CREDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000,00, para pagamento de gratificação a Renato de Oliveira Greenthalgh, desenhista daquele Ministério.*

Lei n.º 1.966 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.659.475,60, para cobertura dos "deficits" verificados no exercício de 1945, e no primeiro trimestre de 1946, na exploração dos serviços da Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini.*

Lei n.º 1.968 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido a Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Lei n.º 1.974 — de 2 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Austria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de sua Magestade o Rei Farouk I.*

Lei n.º 1.974-A — de 3 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

CREDITO ESPECIAL

*Altera os Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco.*

Lei n.º 1.975 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30, para pagamento de gratificação devida a Assad Mameri Abdenur, médico, classe L, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.*

Lei n.º 1.977 — de 8 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.371.064,90, para pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro.*

Lei n.º 1.978 — de 8 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — o crédito especial de Cr\$ 252.000,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das Agências Postais e Telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

Lei n.º 1.980 — de 10 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 483.054,30, para pagamento das despesas efetuadas pela Delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acórdão Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.*

Lei n.º 1.981 — de 11 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de setembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Estabelece gratificações para os membros do Conselho de terras da União e para o representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.983 — de 12 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao Imposto de Renda.*

Lei n.º 1.984 — de 17 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00, para pagamento de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Poslos de pousa e recuperação em Pirapora e Monte Azul.*

Lei n.º 1.986 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90, para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados.*

Lei n.º 1.988 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 11.600,00 (onze mil e seiscentos cruzeiros), para pagamento da diferença de vencimentos a Alvaro Ozório de Almeida, falecido Professor Catedrático, padrão O, em disponibilidade, da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil.*

Lei n.º 1.989 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ ... 23.000.000,00, como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.229 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.233 — de 3 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 300.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.354 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil novecentos e sessenta cruzeiros), ao Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região, para a execução da Lei n.º 1.764, de 17 de dezembro de 1952.*

Decreto n.º 33.403 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ ... 28.580,00, para atender às despesas com o pagamento de salários devidos a Afro Bezerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.495 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 10.072.260,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.419 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

# CRÉDITO ESPECIAL

*Abre crédito especial para o fim que menciona.*

Decreto n.º 33.482 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1953.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.600.000,00, para custeio das obras de refazimento e pavimentação da rodovia I — Ilhéus a Itabuna, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.516 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 77.698,40, para atender ao pagamento de substituições relativo ao exercício de 1951.*

Decreto n.º 33.579 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o Crédito especial de Cr\$ 9.193.220,00 (nove milhões, cento e noventa e três mil, duzentos e vinte cruzeiros), para execução da Lei n.º 1.900, de 7 de julho de 1953.*

Decreto n.º 33.606 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

— *Abre o crédito especial de Cr\$ 5.606.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto n.º 33.638 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral o crédito especial que especifica.*

Decreto n.º 33.685 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

# CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no art. 5.º da Lei n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 33.688 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 33.707 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito especial de Cr\$ 3.104.540,00, para atender ao pagamento de abono de emergência e de salário-família, nos termos da Lei n.º 1.900, de 7 de julho de 1953.*

Decreto n.º 33.752 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 10.264.310,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.822 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 112.500,80, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.823 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para atender às despesas de organização e realização do VI Congresso Eucarístico Nacional.*

Decreto n.º 33.839 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.



**CRÉDITO ESPECIAL**

*Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n.º 33.931 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para atender às despesas com o Conselho de Terras, da União, de que trata a Lei n.º 1.983, de 12 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 33.947 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.960 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Juri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais e das outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos Cabos e Bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e das outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — os créditos suplementar e especial, respectivamente de Cr\$ 261.000,00 e Cr\$ 1.250.250,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.*

Lei n.º 1.952 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — os créditos suplementar e especial respectivamente, de Cr\$ 240.000,00 e Cr\$ 1.147.750,00 para atender às despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.*

Lei n.º 1.955 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 104.000,00, em reforço de verbas que especifica.*

Decreto n.º 33.612 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

**CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de agudes por cooperação, e das outras providências.*

Lei n.º 1.913 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

## CREAÇÃO DE FUNÇÕES

*Ver a denominação do órgão em que foram criadas.*

## CURSOS

Decreto-legislativo n.º 60 — de 1953.  
Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

— *Aprova as Instruções para o Funcionamento do Curso de Estado-Maior e Conselho das Forças Armadas.*

Decreto n.º 33.357 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Ver, também, Escolas e Faculdades.*

## D

## DEFESA CONTRA AS SECAS DO NORDESTE

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de acude por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

## DENOMINAÇÃO DE AEROPORTOS

*Ver: Aeroportos.*

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

*Transfere função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Tabela de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional.*

Decreto n.º 33.227 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Retifica o Decreto n.º 32.663, de 30 de abril de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 33.490 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

Decreto-legislativo n.º 50 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

Decreto-legislativo n.º 64 — de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

— *Altera o esquema do orçamento analítico do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto n.º 33.750 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, área de terrenos e respectivas benfeitorias necessárias à construção do ramal de Brusque, da Estrada de Ferro Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.236 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.451 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADA DE RODAGEM

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito especial.*

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Decreto-legislativo n.º 60 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno ocupado pelo açude público Forquilha, no município de Sobral, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 33.564 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO VEGETAL

*Altera o regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto n.º 4.438, de 26 de julho de 1939, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.934 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## DEPENDENTES

*Regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval.*

Lei n.º 1.894 — de 30 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1953.

## DEPÓSITOS FEDERAIS

*Regulamenta a aplicação de dispositivos da Lei n.º 1.649, de 19 de julho de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.643 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1953.

## DEPUTADOS

*Dá nova redação ao artigo 221, do Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 29.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto número 18.042, de 12 de março de 1945.*

Lei n.º 1.895 — de 1 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, área de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção do ramal de Brusque, da Estrada de Ferro Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.236 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 33.278 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, áreas de terrenos necessárias à construção da variante Japeri-Engenheiro Pedreira, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.334 — de 18 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, diversas áreas de terra necessárias ao reservatório de acumulação, canal e tubulação forçada, casa de máquinas e casas para operários, e autoriza a firma Irmãos Oliveira & Companhia a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 33.379 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública, as áreas de terras compreendidas no plano de aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 33.401 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.451 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, áreas de terrenos necessárias à construção da linha de transmissão da eletrificação entre Bauru e Cabralia Paulista.*

Decreto n.º 33.452 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, as áreas de terras necessárias a construção e conservação de uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, e autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro, com sede em Rio Claro, Estado de São Paulo, a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 33.465 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno ocupado pelo açude público Forquilha, no município de Sobral, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 33.564 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro área de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à ampliação da Estação de Pelotas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.565 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública, imóveis destinados ao Centro Médico do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.649 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os acérvos, na parte relativa à navegação, da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Empresa Fluvial Limitada.*

Decreto n.º 33.687 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**DESAPROPRIAÇÕES**

*Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.709 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre desapropriação, de imóveis destinados à Cidade Universitária do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.732 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, diversas áreas de terra necessárias à construção da linha de transmissão entre Volta Redonda e Saudade, e autoriza a Companhia de Carris e Luz da Força do Rio de Janeiro, Ltda., a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 33.819 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.825 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**DESEMBARQUE DE TRIPULANTES**

*Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos.*

Decreto n.º 33.611 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

**DIAMANTES**

*Autoriza o cidadão brasileiro Edson de Faria Lobato a pesquisar ouro, diamante e associados, no município de Grão Mogol Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.248 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

**DIAMANTES**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pires Ferreira Leal a lavrar diamantes, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.721 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.279, de 17 de fevereiro de 1951.*

Decreto n.º 33.797 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**DIPLOMAS**

*Dispõe sobre registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior.*

Lei n.º 1.919 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1953.

**DIREITO SOBRE AERONAVES**

*Promulga a Convenção Relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, firmada pelo Brasil em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto n.º 33.648 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1953.

**DIRETOR**

*Suprime cargo extinto.*  
(M. M. — Q. P.)

Decreto n.º 33.710 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

**DIRETORIA DE AERONÁUTICA DA MARINHA**

*Suspende a execução do Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha, Baixado com o Decreto n.º 32.798, de 18 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.223 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

# DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS DA MARINHA

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Portos e Costas da Marinha.*

Decreto n.º 33.165 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

# DIRETORIAS REGIONAIS DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 48 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

# DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

*Transfere a Subestação Experimental de Cametá, Estado do Pará, do Instituto Agrônomico do Norte para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal.*

Decreto n.º 33.270 — de 10 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

# DOAÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Lei n.º 1.970 — de 31 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação, pela Municipalidade de Lapa, no Estado do Paraná, de terrenos para o Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 33.277 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.369 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

# DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.370 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a incorporar ao patrimônio da União um terreno acaado ao Ministério da Marinha, situado a rua Augusto Severo, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 33.469 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.916 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1953.

# DOLOMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar calcário, dolomita e associados, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.505 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennend a pesquisar argila refratária, caulim, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridón, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**DOLOMITA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Marco Paulo Rabelo e Levino da Cunha Castilho a pesquisar minérios de manganês, dolomita, mármore e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.666 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**E****EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS**

*Dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Lei n.º 1.962 — de 27 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

**EDITAIS DE CONCURSO**

*Dispõe sobre os editais de concurso para o magistério.*

Decreto n.º 33.460 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

**ELEIÇÕES**

*Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.231 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

*— Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.771 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1953.

**ELETRO QUÍMICA BRASILEIRA S. A.**

*Autoriza a Eletro Química Brasileira S. A. a lavrar minério de Manganês, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.247 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

**EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA.**

*Retifica o Decreto n.º 31.317, de 21 de agosto de 1952.*

Decreto n.º 33.784 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.802 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**EMPRESAS DE FABRICAÇÃO DE CIMENTO**

*Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país.*

Lei n.º 1.942 — de 12 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

**EMPRESA DE ELETRICIDADE ALEXANDRE SCHLEMM S. A.**

*Autoriza a Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm S. A. a construir uma linha de transmissão entre a Usina Hidroelétrica do Salto do Palmital e a cidade de União da Vitória, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 32.895 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

**EMPRESA DE ELETRICIDADE, LUZ E FORÇA ARARANGUÁ S. A.**

*Transfere à Empresa de Eletricidade, Luz e Força de Araranguá S. A. a concessão outorgada a José Firmino Leitão para o aproveitamento de uma queda d'água no rio Manuel Alves, distrito de Meleiro, Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 32.483 — de 23 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTA CATARINA LIMITADA**

*Concede à "Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 33.550 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

**EMPRESA ELÉTRICA DE ITAPUERA S. A.**

*Outorga à Empresa Elétrica de Itapuera S. A. concessão para distribuir energia elétrica no município de Lavinia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.328 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**EMPRESA FLUVIAL LIMITADA**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os acêrvos, na parte relativa à navegação, da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Empresa Fluvial Limitada.*

Decreto n.º 33.687 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**EMPRESA FORÇA E LUZ DE CORUMBAIBA S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Corumbáiba S. A.*

Decreto n.º 33.246 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

**EMPRESA FORÇA E LUZ SÃO JOSÉ**

*Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidro-elétricas.*

Decreto n.º 33.321 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

**EMPRESA HIDRO-ELETRICA JAGUARI S. A.**

*Autoriza a Empresa Hidro-Elétrica Jaguari S. A. a fazer funcionar um grupo hidro-elétrico instalado na Usina Macaco Branco, no rio Jaguari, município de Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.194 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

**EMPRESA HIDRO - ELETRICA LUTZOW S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Empresa Hidro-Elétrica Lutzow S. A.*

Decreto n.º 33.727 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

**EMPRESA NACIONAL DE ESTANHO LTDA.**

*Autoriza a Empresa Nacional de Estanho Ltda., a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.252 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.



**EMPRESAS DE MINERAÇÃO**

*Ver o nome da Empresa autorizada a funcionar.*

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO**

*Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**EMPRESAS DE TRANSPORTES AÉREOS**

*Regulamenta a concessão de isenção fiscal a que se refere o Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953 e as requisições de passagens aéreas com desconto.*

Decreto n.º 33.217 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

**EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

*Dispõe sobre a administração das empresas incorporadas ao patrimônio nacional.*

Decreto n.º 33.304 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Outorga à Usina Hidro-elétrica de Putinga S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Putinga, distrito de igual nome, município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 29.614 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 29.663 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Luzense de Eletricidade S. A.*

Decreto n.º 29.755 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Revalida o Decreto de número 27.755, de 31 de janeiro de 1950, que outorgou a Lazaro Catanzans Luz concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira Grande, situada no Ribeirão Casas Altas, município de Apuaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 30.164 — de 14 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão do Espírito Santo, distrito de Ibitiguara, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.501 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Cangussú a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n.º 30.599 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n.º 31.627 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Gravata, distrito da sede do município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.878 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitai concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.240 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Saranuí, concessão para explorar o serviço de energia elétrica.*

Decreto n.º 32.426 — de 13 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Transfere à Empresa de Eletricidade, Luz e Força de Araranguá S. A. a concessão outorgada a José Firmino Leitão para o aproveitamento de uma queda d'água no rio Manuel Alves, distrito de Meleiro, Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 32.483 — de 28 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica Fabril de Nazaré S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 32.610 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga a Teodoro Bernardo Schlickmann concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Braço do Norte, distrito de igual nome, município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 32.674 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no Ribeirão dos Brochados, município de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.675 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Squario S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Areias, município de igual nome, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 32.704 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar as instalações hidro-elétricas da Usina de Bento Gonçalves.*

Decreto n.º 32.819 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza a Empresa Alexandre Schlemm S. A. a construir uma linha de transmissão entre a Usina Hidroelétrica do Salto do Palmital e a cidade de União da Vitória, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 32.895 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Prefeitura Municipal de Natividade, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda do Moinho, existente no ribeirão Pruia, território daquele município, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 32.897 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Transfere a Sebastião Pereira da Silva concessão para produção e fornecimento de energia elétrica aos distritos de Coimbra e Cajuri, municípios de Coimbra e Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.927 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1953.

*— Autoriza o funcionamento da usina termo-elétrica de propriedade da Companhia União Fabril, sediada na cidade do Rio Grande, para seu uso exclusivo.*

Decreto n.º 32.971 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

*— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a instalar um grupo diesel elétrico na usina de Santa Maria.*

Decreto n.º 32.972 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

*Autoriza a Fábrica de Renda Arp Sociedade Anônima a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 32.973 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

*— Autoriza a Companhia Matogrossense de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 33.023 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Prefeitura Municipal de Piranga concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do desnível "Sete Cachoeiras", no ribeirão Pirapetinga, distrito da sede do município de Piranga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.105 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

*— Autoriza a São Paulo Light & Power Co. Ltd. a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Aparecida e Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.168 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

*— Autoriza a Empresa Hidro Elétrica Jaguari S. A. a fazer funcionar um grupo hidro-elétrico instalado na Usina Macaco Branco, no rio Jaguari, município de Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.194 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

*— Outorga à Companhia Bom Sucesso de Eletricidade, concessão para aproveitamento da energia hidráulica a ser obtida pelo desvio das águas do rio Timbó para o Rio Tamandua, no município de Porto União, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.216 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

*— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Corumbá S. A.*

Decreto n.º 33.246 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a construir linhas de transmissão no Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.311 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Outorga a Ottoni & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão Fortuna, distrito da sede do município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.320 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n.º 33.321 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Outorga à Empresa Elétrica de Itapura S. A., concessão para distribuir energia elétrica no município de Lavinia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.328 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao reservatório de acumulação, canal e tubulação forçada, casa de máquinas e casas para operários, e autoriza a firma Irmãos Oliveira & Companhia a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 33.379 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a reformar os sistemas de distribuição das cidades de Curvelo, Corinto e Diamantina, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.393 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano de aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o município de Sacramento, distrito de Desembogue, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 33.401 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Transfere da Companhia Industrial Belo Horizonte para a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.402 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica.*

Decreto n.º 33.461 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Outorga ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento proarressivo de energia hidráulica do salto do Calabouço, existente no ribeirão Palmital, município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.462 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

— *Outorga ao Governo do Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Rio Preto, existente no Rio Preto, distrito da sede do município de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.463 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Ratifica o Decreto n.º 31.163, de 21 de julho de 1952.*

Decreto n.º 33.464 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terras necessárias à construção e conservação de uma linha de transmissão, entre os municípios de Rio Claro e Limeira, e autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro, com sede em Rio Claro, Estado de São Paulo, a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 33.465 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Cumari e Goiandira, no Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.553 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Araras, no Estado de São Paulo, a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Araras.*

Decreto n.º 33.638 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Caxambu, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.615 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo, ou empresa que organizar, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, existente no rio do mesmo nome, município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.641 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n.º 33.692 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Cia. Açoes Especiais Itabira.*

Decreto n.º 33.724 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade às "Usinas Elétricas de Paranapanema S. A."*

Decreto n.º 33.725 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Empresa Hidro-Elétrica Lutzow Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 33.727 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

— *Transfere do Estado de Minas Gerais para a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica em trecho do rio Tronqueiras, município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.731 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Modifica o art. 2.º do Decreto de n.º 31.755, de 11 de novembro de 1952, de interesse da S. A. Empresa Elétrica de Itapira.*

Decreto n.º 33.754 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

— *Transfere a Carlos Germano Nitz a concessão outorgada a Raymundo Chiabai, pelo Decreto número 16.365, de 15 de agosto de 1944.*

Decreto n.º 33.755 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

— *Declara revogada a concessão outorgada à Companhia Sul Mineira de Eletricidade, para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira Mandembo, situada no rio Lambari, município de Cristina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.811 — de 10 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Transfere à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG), a concessão outorgada pelo Decreto de número 6.844, de 12-2-1941, revalidado pelo de número 23.718, de 23-9-47, ao Estado de Minas Gerais, para aproveitamento progressivo de um trecho do Rio Pará, entre os municípios de Divinópolis e Pará de Minas.*

Decreto n.º 33.821 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

## ENERGIA HIDRAULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

## ENFERMEIRO

*Suprime cargos provisórios.*  
(M. Aer. — Q.P.)

Decreto n.º 33.645 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

## ENQUADRAMENTO SINDICAL

*Modifica o art. 3.º do Regulamento da Comissão do Enquadramento Sindical aprovado pelo Decreto número 31.359, de 29 de agosto de 1952.*

Decreto n.º 33.394 — de 27 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

## ENSINO SUPERIOR

*Dispõe sobre registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior.*

Lei n.º 1.919 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1953.

## ESCOLAS

*Regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval.*

Lei n.º 1.894 — de 30 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Cria a Escola Agrícola de Iruatã, no Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.923 — de 28 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

— *Concede reconhecimento à Escola Industrial São Vicente de Paulo.*

Decreto n.º 32.088 — de 13 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Concede equiparação à Escola Industrial de Araraquara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 32.107 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

## ESCOLAS

*Dá nova redação à alínea "b" do art. 114 do Regulamento para a antiga Escola Militar de Rezende, baixado com o Decreto n.º 17.733, de 2 de fevereiro de 1945.*

Decreto n.º 33.243 — de 7 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

*— Concede permissão à Escola Hertz para funcionar como escola de radioeletricidade.*

Decreto n.º 33.282 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1953.

*— Autoriza o funcionamento da Escola Politécnica da Paraíba.*

Decreto n.º 33.286 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento dos cursos de ciências econômicas, ciências contábeis e ciências atuariais da Escola Amaro Cavalcanti.*

Decreto n.º 33.339 — de 21 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

*— Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 33.749 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1953.

*— Altera o Regulamento para a Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 29.815, de 27 de julho de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.948 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## ESCRITURÁRIO

*Suprime cargos.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.737 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*— Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.740 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## ESCRIVÃO DE COLETORIA

*Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto de n.º 31.559, de 8 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.450 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

## ESPECIALISTAS EM METEOROLOGIA E CONTRÔLE DE VÔO

*Dispões sobre o curso de Oficiais da Reserva de 2.ª Classe especiaiscas em Meteorologia e Contrôl de Vôo, atualmente matriculados na EOEG.*

Decreto n.º 33.924 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

## ESSO STANDARD DO BRASIL INC.

*Concede à sociedade anônima "Esso Standard do Brasil Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 33.814 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

## ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DA UNIÃO

*Regulamenta a concessão de gratificação especial de que trata o artigo 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários públicos lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Abertura de Crédito

Ver: Crédito Especial.

## ESTADO DE ALAGOAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado de Alagoas, no restante do seu curso, as águas do rio Getituba.*

Decreto n.º 33.493 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## ESTADO DA BAHIA

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Taquari.*

Decreto n.º 33.495 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Outorga ao Governo do Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Rio Preto, existente no rio Preto, distrito da sede do município de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.463 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio denominado São Caetano, São Caetano e Santo Antônio, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.650 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

*— Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavrar calcário, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.800 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1953.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Três Barras-Torto, Torto-Paranoá e Paranoá, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.691 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio São Miguel.*

Decreto n.º 33.206 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antônio.*

Decreto n.º 33.210 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Fundão-Folheta, Folheta e Folheta, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.211 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gameleira, Itamarandiba do Campo, Itamarandiba e Itamarandiba, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.280 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Veríssimo.*

Decreto n.º 33.381 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Tapera.*

Decreto n.º 33.492 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Timco, Mosquito e Mosquito, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.606-A — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Santo Antônio.*

Decreto n.º 33.607 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Arruda ou Pinheiros, Pinheiros e Pinheiros, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.608 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Terra Vermelha-Puratório-Mulica, Perdão e Rambol, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.706 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Transfere do Estado de Minas Gerais para a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica em trecho do Rio Tronqueiras, município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.731 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Transfere à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG), a concessão outorgada pelo Decreto de n.º 6.844, de 12-2-1941, revalidado pelo de n.º 23.718, de 23-9-1947, do Estado de Minas Gerais, para aproveitamento progressivo de um trecho do Rio Pará, entre os municípios de Divinópolis e Pará de Minas.*

Decreto n.º 33.821 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1953.

## ESTADO DA PARAÍBA

*Outorga concessão ao Governo do Estado da Paraíba para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n.º 33.170 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de junho de 1953.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado da Paraíba para estabelecer uma estação de radiodifusão em ondas médias.*

Decreto n.º 33.171 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

## ESTADO DO PARANÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Ingrata.*

Decreto n.º 33.207 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## ESTADO DO PARANÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Tacumã.*

Decreto n.º 33.428 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Jaguarama.*

Decreto n.º 33.330 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Amaraji.*

Decreto n.º 33.331 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Pirangi.*

Decreto n.º 33.332 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Índios ou Bugres, Índio ou Bugres-Meio e Meio, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.205 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Harmonia.*

Decreto n.º 33.209 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Pequeno Quatis.*

Decreto n.º 33.212 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Corrião.*

Decreto n.º 33.213 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Volta.*

Decreto n.º 33.214 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Quatis.*

Decreto n.º 33.215 — de - de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Gramado, Jordão e Jordão, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.380 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Silva.*

Decreto n.º 33.382 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Forqued.*

Decreto n.º 33.383 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Taboão Grande e Vacacai-Mirim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.384 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Posses.*

Decreto n.º 33.555 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Cascata ou Tarará.*

Decreto n.º 33.556 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio São Gabriel.*

Decreto n.º 33.557 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Pedras, Pedras-Jacarezinho e Jacarezinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.558 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Lambari.*

Decreto n.º 33.559 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Leopoldina ou Garibaldi.*

Decreto n.º 33.560 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Vitória-Poços das Antas, Poços das Antas e Arapecó, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.561 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Taquari-Mirim.*

Decreto n.º 33.729 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Castelhano.*

Decreto n.º 33.730 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Trombudo.*

Decreto n.º 33.466 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio São Bento.*

Decreto n.º 33.494 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Sertãozinho, Sertãozinho, Sertãozinho ou do Sul, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 33.208 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## ESTANDARTES

*Dá a denominação de "Batalhão Pirajá" ao 19.º Batalhão de Caçadores, cria o respectivo estandarte.*

Decreto n.º 33.578 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1953.

## ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO

*Dispõe sobre a concessão de auxílio-doença, previsto no art. 143 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.634 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

*Regulamenta a transferência e remoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n.º 33.635 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

*Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o artigo 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários públicos lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

*Altera o Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.704 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO

*Altera o Decreto n.º 33.635, de 21 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 33.747 — de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## ESTATUTOS

*Ver o nome da Companhia.*

## ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

*Outorga concessão à Estrada de Ferro Central do Brasil para instalar um pósto rádio.*

Decreto n.º 33.235 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, áreas de terrenos necessárias à construção da variante Japeri-Engenheiro Pedreira, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.334 — de 18 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 33.707 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para atender ao pagamento de despesas com luz e força da Estrada de Ferro Central do Piauí.*

Lei n.º 1.946 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 180.000.000,00, para regularização dos auxílios prestados, no exercício de 1952, à Estrada de Ferro Leopoldina.*

Lei n.º 1.928 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

**ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL**

*Dispõe sobre as Tabelas do Quadro IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas, restabelecido por força da Lei n.º 1.636, de 11 de julho de 1952.*

Decreto n.º 33.303 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**ESTRADA DE FERRO RIO D'OURO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 333.544,30, para pagamento de indenização a Adriano Rodrigues Pinto, ex-maquinista de primeira classe da Estrada de Ferro Rio d'Ouro.*

Lei n.º 1.934 — de 7 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1953.

**ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS**

*Retifica Série Funcional da Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n.º 33.429 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

**ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias necessárias à construção do ramal de Brusque, da Estrada de Ferro Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.336 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

**ESTRANGEIROS**

— Aforamentos

Ver: Terrenos de Marinha.

**EXÉRCITO**

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

— *Revigora, para todos os efeitos, os decretos de 19 de março de 1937, que melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy.*

Lei n.º 1.982 — de 11 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Aprova as Instruções para o funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.*

Decreto n.º 33.357 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Dá nova redação a artigos do Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n.º 33.443 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

## EXERCITO

*Dá a denominação de "Batalhão Pirajá" do 19.º Batalhão de Caçadores, e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n.º 33.578 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1953.

— O 1.º Batalhão de Saúde passa a ter além dessa designação, o cognome de Batalhão Oswaldo Cruz.

Decreto n.º 33.832 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

## EXPORTAÇÃO

*Prorroga até 31 de dezembro de 1953 a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.*

Lei n.º 1.991 — de 26 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de setembro de 1953.

## EXPOSIÇÃO DE TRIGO

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 560.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.960 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

## EXTINÇÃO DE COLETORIAS FEDERAIS

Ver: Coletorias Federais.

## EXTRANUMERÁRIOS

Decreto-legislativo n.º 58 — de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 61 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

## EXTRANUMERÁRIOS

Decreto-legislativo n.º 67 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Regula a divisão militar do território nacional para emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a concessão de auxílio-doença, prevista no art. 143 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.634 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a transferência e remoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n.º 33.635 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o artigo 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários públicos lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.704 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 33.635, de 21 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 33.747 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**EXTRANUMERÁRIOS**

*Dispõe sobre acesso de ocupantes de série funcional da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.757 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

**F****FABRICA DE PAPEL TIJUCA S. A.**

*Concede permissão à Fábrica de Papel Tijuca S. A. para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n.º 33.364 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**FABRICA DE RENDAS ARP SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Autoriza a Fábrica de Rendas Arp Sociedade Anônima a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 32.973 — de 5 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

**FABRICA NACIONAL DE MOTORES SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Dispõe sobre a aquisição de terrenos da Fábrica Nacional de Motores Sociedade Anônima, pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Decreto n.º 33.335 — de 20 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

**FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES**

*Regulamenta a concessão de gratificação especial de que trata o artigo 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários públicos lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**FABRICAS DE CIMENTO**

*Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades publicas aos que instalarem fábricas de cimento no país.*

Lei n.º 1.942 — de 12 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

**FACULDADES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Lei n.º 1.901 — de 10 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1953.

*— Dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.951 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos cruzeiros), para pagamento da diferença de vencimentos a Alvaro Ozório de Almeida, falecido Professor Catedrático padrão O, em disponibilidade, da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil.*

Lei n.º 1.989 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.244 — de 7 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## FACULDADES

*Autoriza o funcionamento da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.*

Decreto n.º 33.338 — de 21 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade de Direito da Paraíba.*

Decreto n.º 33.404 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Cassa a autorização para funcionamento dos cursos da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais.*

Decreto n.º 33.906 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1953.

## FAGUNDES & VOLPI LTDA.

Decreto-legislativo n.º 48 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

## FARMACEUTICO

*Suprime cargo provisório.*  
(M.J.N.I. — Q.P.)

Decreto n.º 33.257 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro Fidelis Monteiro de Andrade a pesquisar caulim, feldspato e mica, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.502 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennd a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coriçon, silimate e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

*Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar feldspato e associados, no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.601 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Robert Leon Castier a pesquisar feldspato, quartzito e associados, no município de Itapeverica, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.603 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ferrer Sales da Costa a pesquisar feldspato, ocre e argila refratária, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.660 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## FERRO

*Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Morgan de Aguiar a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.249 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.



## FERRO

*Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minérios de ferro e associados no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.310 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 32.774, de 14 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.347 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 32.776, de 14 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.349 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José da Costa Carvalho a lavar minérios de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.501 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavar minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.616 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.162, de 17 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 33.653 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Lupton Filho a pesquisar minério de ferro no município de Sarapuá, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.667 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## FERRO

*Autoriza a Companhia de Siderurgia a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.804 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## FESTIVAL INTERNACIONAL DO CINEMA DO BRASIL (I)

*Cria a Comissão Executiva do I Festival Internacional do Cinema, do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.639 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

## FINANCIAMENTOS

*Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência técnica, com as entidades que mencionam, observada a respectiva legislação.*

Decreto n.º 33.427 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1953.

## FLORESTAS PROTETORAS

*Declara protetora, de acordo com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica.*

Decreto n.º 33.491 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## FOOTE MINÉRIOS INDUSTRIALIZADOS LTDA.

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.024, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.788 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 19.599, de 12 de setembro de 1945.*

Decreto n.º 33.792 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**FOOTE MINÉRIOS INDUSTRIALIZADOS LTDA.**

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.721, de 3 de outubro de 1945.*

Decreto n.º 33.794 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.722, de 3 de outubro de 1945.*

Decreto n.º 33.795 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.938, de 16 de novembro de 1945.*

Decreto n.º 33.796 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**FORÇAS ARMADAS**

Ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

**FOSFORITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennend a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimate e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS**

*Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a concessão de isenção fiscal a que se refere a Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953 e as requisições de passagens aéreas com desconto.*

Decreto n.º 33.217 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a concessão do auxílio-doença, previsto no art. 143 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952*

Decreto n.º 33.634 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a transferência e remoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n.º 33.635 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Altera o divisor de conversão indicado no Decreto n.º 23.831, de 25 de janeiro de 1934, para os pagamentos da União Federal no exterior.*

Decreto n.º 33.642 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a concessão de gratificação especial de que trata o art. 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**FUNÇIONARIOS PÚBLICOS**

*Altera o Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.704 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

**FUNÇIONARIOS PÚBLICOS**

*— Altera o Decreto n.º 33.635, de 21 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 33.747 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos das 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Regiões da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.979 — de 8 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1953.

**FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR**

*Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência técnica, com as entidades que menciona, observada a respectiva legislação.*

Decreto n.º 33.427 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1953.

**G****GESO NACIONAL TAPUYO LIMITADA**

*Autoriza Gesso Nacional Tapuyo Limitada a lavrar gipsita no município de Araripina, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.314 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**GESO NACIONAL TAPUYO LIMITADA**

*— Autoriza a sociedade de mineração Gesso Nacional Tapuyo Limitada a lavrar gipsita no município de Jaicós, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 33.504 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**GIPSITA**

*Autoriza Gesso Nacional Tapuyo Limitada a lavrar gipsita no município de Araripina, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.314 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

*— Autoriza a sociedade de mineração Gesso Nacional Tapuyo Ltda. a lavrar gipsita no município de Jaicós, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 33.504 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**GOVERNADORES DOS ESTADOS**

*Dá nova redação ao art. 221, do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

**GRATIFICAÇÃO ADICIONAL**

*Altera o Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.704 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

*Altera o divisor de conversão indicado no Decreto n.º 23.801, de 25 de janeiro de 1934, para os pagamentos da União Federal no exterior.*

Decreto n.º 33.642 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

## GRATIFICAÇÃO ESPECIAL

*Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o artigo 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários públicos lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## GRATIFICAÇÕES

*Estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União, e para o representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.983 — de 12 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— Ver, também, *Crédito Especial*.

## GUANO FOSFÁTICO

*Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a pesquisar guano fosfático, no município de Cananéia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.346 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

## GUARDA CIVIL

*Torna sem efeito decretos de supressão de cargos.*

(M.J.N.I. — Q.S.)

Decreto n.º 32.807 — de 20 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1953.

## H

### HABITAÇÃO POPULAR

*Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência técnica, com as entidades que menciona, observada a respectiva legislação.*

Decreto n.º 33.427 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1953.

### HACHIYA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

*Autoriza Hachiya - Indústria e Comércio S. A. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 33.613 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

### HOSPEDARIAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00, para pagamento de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de pouso e recuperação em Pirapora e Monte Azul.*

Lei n.º 1.986 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

### HOTÉIS

*Dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Lei n.º 1.982 — de 27 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## I

### IDADE LIMITE

*Dá nova redação a alínea "b" do artigo 114 do Regulamento para a antiga Escola Militar de Rezende, baixado com o Decreto n.º 17.733, de 2 de fevereiro de 1945.*

Decreto n.º 33.243 — de 7 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

## ILMENITA

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.035, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.786 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 18.018, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.787 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 18.024, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.788 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 18.631, de 16 de maio de 1945.*

Decreto n.º 33.789 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 18.701, de 24 de maio de 1945.*

Decreto n.º 33.790 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 19.441, de 16 de agosto de 1945.*

Decreto n.º 33.791 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.599, de 12 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 33.792 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ILMENITA

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.673, de 26 de setembro de 1945.*

Decreto n.º 33.793 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.721, de 3 de outubro de 1945.*

Decreto n.º 33.794 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.722, de 3 de outubro de 1945.*

Decreto n.º 33.795 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 19.938, de 16 de novembro de 1945.*

Decreto n.º 33.796 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## IMIGRANTES HOLANDESES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazido.*

Lei n.º 1.933 — de 6 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1953.

## IMPORTAÇÃO

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo.*

Lei n.º 1.930 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

## IMPORTAÇÃO

*Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades aos que instalam fábricas de cimento no país.*

Lei n.º 1.492 — de 12 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

— *Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos museus de artes plásticas de propriedade privada.*

Lei n.º 1.950 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, material elétrico destinado às Prefeituras Municipais de Unaí, no Estado de Minas Gerais, Santa Cruz e Cristalina, no Estado de Goiás, e Sapé, no Estado da Paraíba.*

Lei n.º 1.954 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para importação de maquinaria necessária ao fabrico de antibióticos.*

Lei n.º 1.964 — de 28 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

— *Concede isenção de impostos e taxas para importação do órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá.*

Lei n.º 1.967 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Prorroga até 31 de dezembro de 1953 a vigência da Lei n.º 342, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.*

Lei n.º 1.991 — de 26 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de setembro de 1953.

## IMPORTAÇÃO

*Regulamenta a concessão de isenção fiscal a que se refere a Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953 e as requisições de passagens aéreas com desconto.*

Decreto n.º 33.217 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## IMPORTADORA TÉCNICA RIO MAR LTDA.

Decreto-legislativo n.º 64 — de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

## INATIVOS

*Reabre os prazos referidos pelo § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948 e art. 1.º da Lei número 1.063, de 13 de fevereiro de 1950.*

Lei n.º 1.943 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

## "INDIANA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Indiana" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 33.682 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

## INDÚSTRIA CALCÁRIA AGRÍCOLA LIMITADA - ICAL

*Concede à Indústria Calcária Agrícola Limitada - ICAL - autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 32.723 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

# INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CULTURA DE MADEIRAS SGUÁRIO S. A.

*Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Areias, município de igual nome, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 32.704 — de 5 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

# INDUSTRIAL SÃO TOMÉ LIMITADA

*Concede à Industrial São Tomé Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.082 — de 17 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

# INSPETOR DE ALUNOS

*Suprime cargos provisórios.*

(M.J.N.I. — Q.P.)

Decreto n.º 33.258 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

# INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Ver: Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

# INSTITUTO AGRÔNOMICO DO NORTE

*Transfere a Subestação Experimental de Cametá, Estado do Pará, do Instituto Agrônomo do Norte para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal.*

Decreto n.º 33.270 — de 10 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

— Abertura de Crédito

*Ver: Crédito Especial.*

# INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.231 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Inclui como membro efetivo na Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais o Presidente do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.459 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 5 de agosto de 1953.

— *Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.771 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1953.

# INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Outorga ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do salto do Calabouço, existente no ribeirão Palmital, município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.462 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

*Concede aumento aos pensionistas do IPASE, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.938 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

# INSTITUTO DE PUERICULTURA

*Cria funções na Tabela Numérica Ordinária da Universidade do Brasil, para atender à ampliação dos serviços do Instituto de Puericultura.*

Decreto n.º 33.276 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

# INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Decreto-legislativo n.º 55 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

# INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

*Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1953.

# INSTITUTO NACIONAL DO SAL

*Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocígenas do país.*

Lei n.º 1.944 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho.*

Lei n.º 1.985 — de 19 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

*— Dispõe sobre a aquisição de terrenos da Fábrica Nacional de Motores Sociedade Anônima, pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Decreto n.º 33.335 — de 20 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência técnica, com as entidades que mencionam, observada a respectiva legislação.*

Decreto n.º 33.427 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a situação, perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, dos representantes dos empregados no seu Conselho Fiscal.*

Decreto n.º 33.708 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

# INSTRUÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO DE ESTADO-MAIOR E COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS

*Aprova as Instruções para o funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.*

Decreto n.º 33.357 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

# INTERCAMBIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Ver: Exportação e Importação.

# INTERSTICIO

*Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto de n.º 31.559, de 8 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.450 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

# IODETAÇÃO DO SAL

Ver: Sal.



**IRMÃOS OLIVEIRA & COMPANHIA**

*Declara de utilidade pública, diversas áreas de terra necessárias ao reservatório de acumulação, canal e tubulação forçada, casa de máquinas e casas para operários, e autoriza a firma Irmãos Oliveira & Companhia a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 33.379 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**ISENÇÕES**

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo.*

Lei n.º 1.930 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país.*

Lei n.º 1.942 — de 12 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

*Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos museus de artes plásticas de propriedade privada.*

Lei n.º 1.950 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

*Isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, material elétrico destinado às Prefeituras Municipais de Unaí, no Estado de Minas Gerais, Santa Cruz e Cristalina, no Estado de Goiás, e Sapé, no Estado da Paraíba.*

Lei n.º 1.954 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

**ISENÇÕES**

*Concede isenção de direito e taxas aduaneiras para importação de maquinaria necessária ao fabrico de antibióticos.*

Lei n.º 1.964 — de 28 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

*Concede isenção de impostos e taxas para importação do órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá.*

Lei n.º 1.967 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

*Regulamenta a concessão da isenção fiscal a que se refere a Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953 e as requisições de passagens aéreas com desconto.*

Decreto n.º 33.217 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

**JAZIDAS CARBONIFERAS**

Ver: Carvão.

**JOÃO CAPISTRANO DE ABREU**

*Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de julho de 1953.

**JUIZES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

*Dá nova redação ao art. 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

**JUNTA ADMINISTRATIVA DO I. B. C.**

Ver: Instituto Brasileiro do Café.

## JÚRI DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juízos de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal, e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

## JUSTIÇA

Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juízos de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos das 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Regiões da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Lei n.º 1.979 — de 8 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1953.

— Abertura de Crédito:

Ver: Crédito Especial.

## JUSTIÇA ELEITORAL

— Abertura de Crédito

Ver: Crédito Especial.

## L

## LAVRA

Ver a denominação do elemento lavrado.

## LIBRAIRIE HACHETTE

Concede à sociedade anônima "Librairie Hachette" autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 33.156 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

## LICENÇA PRÉVIA

Prorroga até 31 de dezembro de 1953 a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

Lei n.º 1.991 — de 26 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de setembro de 1953.

## LIMITE DE IDADE

Eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do art. 4.º, do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940.

Lei n.º 1.915 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

## LIMPADORA BRASILEIRA

Decreto-legislativo n.º 52 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

## LITERATURA

Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciências e o Prêmio Nacional de Arte.

Lei n.º 1.976 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL

*Altera o Decreto n.º 32.976, de 8 de junho de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.769 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 8 de setembro de 1953.

## LÓIDE AÉREO NACIONAL S. A.

*Outorga concessão ao "Lóide Aéreo Nacional S. A." para instalar uma estação radiotelegráfica.*

Decreto n.º 32.831 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Outorga concessão à empresa Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar um transmissor em sua estação radiotelegráfica em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.637 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1953.

## LÓIDE BRASILEIRO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 45.371.064,90, para pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro.*

Lei n.º 1.978 — de 8 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## LOTAÇÃO NUMÉRICA

*Ver o Ministério a que pertence.*

## M

### M. C. FONSECA & CIA.

*Autoriza M. C. Fonseca & Cia. a lavrar jazida de bauxita no município de João Pessoa, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.218 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

### M. PICCAGLIA & CIA. LTDA.

*Concede à M. Piccaglia & Cia. Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.511 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1953.

### M. S. FONSECA & CIA. LTDA.

Decreto-legislativo n.º 66 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

### MADEPINHO SEGURADORA S. A.

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Madepinho Seguradora Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 33.624 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

### MAGISTERIO

*Dispõe sobre os editais de concurso para o magistério.*

Decreto n.º 33.460 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

### MAGNETITA

*Autoriza os cidadãos brasileiros Haroldo José dos Santos e Moacir José dos Santos a pesquisar magnetita, berilo e associados, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.410 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

## MANANCIAIS

*Declara protetora, de acôrdo com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica.*

Decreto n.º 33.491 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## MANGANÊS

*Autoriza a Electro Química Brasileira S. A. a lavar minérios de manganês, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.247 — de 3 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Morgan de Aguiar a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.249 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar manganês e associados, no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.309 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 32.774, de 14 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.347 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1953.

— *Retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 32.776, de 14 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.349 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1953.

## MANGANÊS

*Autoriza o cidadão brasileiro José de Almeida Sobrinho a pesquisar minério de manganês, e argila refratária no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.350 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José da Costa Carvalho a lavar minérios de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.501 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.162, de 17 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 33.653 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Marco Paulo Rabelo e Levino da Cunha Castilho a pesquisar minérios de manganês, dolomita, mármore e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.666 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 33.719 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## MARINHA

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

## MARINHA

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Portos e Costas da Marinha.*

Decreto n.º 33.195 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Suspende a execução do Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha, baixado com o Decreto n.º 32.798, de 18 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.223 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Aprova as Instruções para o funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.*

Decreto n.º 33.357 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho do Almirantado.*

Decreto n.º 33.466 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n.º 33.571 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Dá nova redação ao artigo 4.º do Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e costa.*

Decreto n.º 33.748 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 33.749 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

## MARINHA

*Altera o Regulamento para o Corpo de Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto de número 28.703, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 33.818 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 29.815, de 27 de julho de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.948 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## MARINHA MERCANTE

*Restabelece a vigência do Decreto n.º 31.098, de 9 de julho de 1952, pelo prazo de um (1) ano.*

Decreto n.º 33.610 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos.*

Decreto n.º 33.611 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

## MARÍTIMOS

*Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## MARMORE

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 32.557, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n.º 33.498 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

# MARMORE

*Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Martins de Rezende a pesquisar caulim, calcário e mármore, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.599 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Marco Paulo Rabelo e Levino da Cunha Castilho a pesquisar minérios de manganês, dolomita, mármore e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.666 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

# "MAUA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Mauá" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 33.683 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1953.

# MEDALHA "MARECHAL TROMPOWSKY"

*Reconhece e autoriza o uso da Medalha "Marechal Trompowsky".*

Decreto n.º 33.245 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

# MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO I. A. P. I.

*Dispõe sobre a situação, perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, dos representantes dos empregados no seu Conselho Fiscal.*

Decreto n.º 33.708 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

# MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO

*Dá nova redação ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

# MICA

*Declara sem efeito o Decreto número 32.633, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n.º 33.312 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Justino de Lima a pesquisar mica, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.342 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altivo Gonçalves Pereira a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.352 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carahy Azambuja Martins Pereira a pesquisar mica e associados no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.353 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Cornélio Augusto da Silva e Euripedes Fernandes a pesquisar mica e associados, no município de Macarani, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.500 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## MICA

*Autoriza o cidadão brasileiro Fidelis Monteiro de Andrade a pesquisar caulim, feldspato e mica, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.502 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.654 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Leôncio de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.655 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Argemiro Teixeira da Silva a pesquisar mica, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.656 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Theodoro de Oliveira a pesquisar mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.657 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Lino de Souza a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.684 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## MICA

*Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Ribeiro Franca a pesquisar mica e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.715 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carahy Azambuja Martins Pereira a pesquisar mica e associados, no município de Macarani, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.716 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carahy Azambuja Martins Pereira a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.717 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Amavel Soares a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.718 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e pedras coradas, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.793 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## MILITARES

*Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

## MILITARES

*Reabre os prazos referidos pelo § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950.*

Lei n.º 1.943 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei número 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935.*

Lei n.º 1.949 — de 19 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Regula a divisão militar do território nacional para o emprêgo combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

— *Determina a reversão ao serviço ativo do Exército, do Tenente Coronel Mário Hermes da Fonseca.*

Lei n.º 1.965 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90, para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados.*

Lei n.º 1.908 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

— *Regulamenta a concessão da isenção fiscal a que se refere a Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, e as requisições de passagens aéreas com desconto.*

Decreto n.º 33.217 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

## MILITARES

— *Reconhece e autoriza o uso da Medalha "Marechal Trompowsky".*

Decreto n.º 33.245 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Estabelece prazo para a vigência de dispositivo regulamentar.*

Decreto n.º 33.283-A — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Altera o divisor de conversão indicado no Decreto n.º 23.801, de 25 de janeiro de 1934, para os pagamentos da União Federal no exterior.*

Decreto n.º 33.642 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

## MINERAÇÃO BAIANA LIMITADA

*Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar manganês e associados, no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.309 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1953.

## MINERAÇÃO ITAMURI LIMITADA

*Concede à Mineração Itamuri Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.725 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

## MINERAÇÃO SERTANEJA S. A.

*Concede à Mineração Sertaneja S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.512 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.



**MINERAÇÃO PIRATININGA LIMITADA**

*Autoriza a Mineradora Piratininga Limitada a pesquisar areia e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.303 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

Decreto-legislativo n.º 58 — de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 61 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando de Transporte Aéreo do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.135 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Subdiretoria de Provisões de Intendência do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.174 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Subdiretoria de Finanças, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.175 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Intendência do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.176 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Reembolsável Central de Intendência do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.202 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de São Paulo, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.224 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito Central de Intendência do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.225 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Porto Alegre, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.226 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1953.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Material do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.238 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 3.ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.259 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.260 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea do Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.271 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea do Salvador, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.272 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Instrução Militar dos Afonsos, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.273 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.288 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 5.ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.324 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento de Base Aérea de Florianópolis, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.325 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.341 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Aeronáutica Civil, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.372 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.431 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Especialistas de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.438 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.489 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque de Aeronáutica dos Aposentos do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto n.º 33.636 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de setembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque de Aeronáutica de São Paulo, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.677 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 33.709 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

— Dispõe sobre transferência de funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas de repartições do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n.º 33.875 — de 22 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

— Abertura de Crédito

Ver: Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 53 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 54 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Decreto-legislativo n.º 62 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 63 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 67 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução.*

Lei n.º 1.939 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

— *Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 1.987 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

— *Transfere a Subestação Experimental de Cametá, Estado do Pará, do Instituto Agronômico do Norte para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal.*

Decreto n.º 33.270 — de 10 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 33.279 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 33.317 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 33.356 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hórtio Florestal de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.836 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hórtio Florestal de Iburá, no Estado de Sergipe, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.837 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Informação Agrícola, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.838 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Orçamento do Departamento de Administração, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.841 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 1.º Distrito da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.842 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado de Santa Catarina, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.843 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional de São Paulo, do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.844 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional de Santa Catarina, do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.845 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional de Minas Gerais, do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.846 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Floresta Nacional do Araripe-Apudi, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.847 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Obras do Departamento de Administração, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.848 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.849 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hórtio Florestal de Salinho, em Rio Formoso, Estado de Pernambuco, do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.850 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hórtio Florestal de Sobral no Ceará, do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.851 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 3.º Distrito da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.852 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Proteção Florestal do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.853 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Altera o regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto n.º 4.438, de 26 de julho de 1939, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.934 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 33.961 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial.*

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Lei n.º 1.920 — de 25 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte.*

Lei n.º 1.976 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

Ver, também, *Ministério da Educação e Saúde.*

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial.*

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n.º 59 — de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de julho de 1953.

— *Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocigenas do país.*

Lei n.º 1.944 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos museus de artes plásticas de propriedade privada.*

Lei n.º 1.950 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Obras, do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.201 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Museu da Inconfidência, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.261 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.262 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Museu do Ouro, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.263 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Casa de Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.264 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Oswaldo Cruz, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.274 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.275 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Doenças Mentais, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.293 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.362 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Universidade do Recife, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.371 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista, aprovada pelo Decreto de n.º 28.885, de 21 de novembro de 1950, para o então Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 33.580 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Florianópolis, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.581 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Macaé, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.632 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Manaus, da Diretoria do Ensino Industrial do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.633 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 33.640 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Observatório Nacional do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.676 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Ensino Secundário do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.703 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Aracaju, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.840 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

— **Abertura de Crédito**

**Ver: Crédito Especial.**



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Decreto-legislativo n.º 52 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.436 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Casa da Moeda, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.449 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Contadoria Geral da República, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.483 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Jaguarão, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.538 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Aracaju, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.539 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Belém, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.540 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Comunicações, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.541 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Florianópolis, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.574 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Material, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.575 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Recebedoria do Distrito Federal, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.576 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Itaquí, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.577 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Angra dos Reis, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.588 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Maceió, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.589 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Imposto de Renda, Delegacias e Inspetorias do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.590 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

Retificado no D. O. de 1 de setembro de 1953.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Capaceté, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.591 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Bela Vista, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.592 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Antonina, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.593 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Porto Alegre, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.629 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Itajaí, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.630 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.668 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega do Rio Grande, Rio Grande do Sul, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.669 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de João Pessoa, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.670 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.671 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto Fiscal Alfândega de Sambaqui, no Estado de Santa Catarina, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.672 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Parnaíba, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.693 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Vitória, no Estado do Espírito Santo, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.694 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Paraná, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.695 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de São Luiz, no Estado do Maranhão, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.696 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto Fiscal Alfândega da Foz do Xiborema, no Estado do Amazonas, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.697 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete do Ministro, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.698 — de 23 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coletoria Federal de Aracati, no Estado do Ceará, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.699 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Biblioteca, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.700 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfândega de Areia Branca, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.701 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Altera a lotação das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 33.733 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

**MINISTERIO DA FAZENDA**

*Dispõe sobre acesso de ocupantes de série funcional da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.757 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Manaus, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.758 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Livramento, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.759 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Natal, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.760 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Federal de Compras, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.761 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.762 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Paranaguá, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.763 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de São Francisco do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.764 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Salvador, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.765 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.772 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.773 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Fortaleza, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.774 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Pelotas, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.775 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega do Rio de Janeiro, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.776 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendias Alfândega de Macau, no Estado do Rio Grande do Norte, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.777 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.778 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Laboratório Nacional de Análises, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.779 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Recife, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.780 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Goiás, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.828 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coletoria Federal de Camamu, do Estado da Bahia, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.829 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Velho, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.833 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.834 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Alagoas, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.835 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Recebedoria Federal em São Paulo, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.854 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.855 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.856 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Agência do Departamento Federal de Compras em São Paulo, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.857 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coletoria Federal de Estância, no Estado de Sergipe, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.858 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Piauí, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.859 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.860 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Corumbá, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.861 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.862 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de São Sebastião, no Estado de São Paulo, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.863 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.864 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.865 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.866 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.867 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendias Alfandegada de Porto Esperança, no Estado de Mato Grosso do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.868 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.869 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Sergipe, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.870 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendias Alfandegada de Tutóia, no Estado do Maranhão, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.871 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.916 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1953.

— **Abertura de Crédito**

Ver: *Crédito especial.*

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

Decreto-legislativo n.º 65 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação, pela Municipalidade de Lapa, no Estado do Paraná, de terrenos para o Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 33.277 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 33.278 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.369 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.



## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Uruguaiana, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.376 — de 24 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 2.º Regimento de Cavalaria Independente, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.377 — de 24 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 1/8.º Regimento de Artilharia Montada, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.378 — de 24 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Cruz Alta, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.395 — de 27 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Alegrete, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.396 — de 27 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Salvador, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.397 — de 27 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 1 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Bagé, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.398 — de 27 de julho de 1953.

Publicação no D. O. de 1 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1953), do Hospital de Convalescentes de Itatiaia, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.440 — de 3 de agosto de 1953.

Publicação no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Juiz de Fora, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.441 — de 3 de agosto de 1953.

Publicação no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Santo Angelo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.442 — de 3 de agosto de 1953.

Publicação no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital da Guarnição da Vila Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.443 — de 3 de agosto de 1953.

Publicação no D. O. de 13 de agosto de 1953.

MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Belém, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.444 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Recife, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.445 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Cachoeira, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.446 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 15.º Regimento de Infantaria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.447 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 10.º Regimento de Cavalaria (Regimento Antônio João), do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.453 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque de Motomecanização da 7.ª Região Militar, do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.454 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte de Coimbra, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.455 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte de Paranaguá, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.456 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Campo Grande, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.457 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fortaleza de Itaipu, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.472 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 10.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.473 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Minas Gerais, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.474 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Porto Alegre, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.475 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 2.ª Brigada Mista, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.476 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte da Lage, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.477 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Natal, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.478 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 19.º Regimento de Infantaria, do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.479 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de São Gabriel, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.480 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto de Biologia do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.481 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 16.º Regimento de Infantaria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.484 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 6.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.485 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Rede Elétrica Piquete-Itajubá, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.486 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Florianópolis, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.487 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Grupo de Artilharia a Cavallo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.488 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte de Copacabana, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.518 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Santiago, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.519 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 8.º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.520 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Geográfico do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.521 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque Central de Material de Engenharia, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.522 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Policlínica Central do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.523 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 7.º Regimento de Cavalaria, do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.524 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Procuradoria Geral da Justiça Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.525 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte de Imbuí, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.526 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Guarnição de Livramento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.527 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fortaleza de Santa Cruz do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.528 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de São Paulo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.529 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Estudos de Pesquisas Tecnológicas, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.530 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 4.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.531 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 14.º Regimento de Infantaria do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.532 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 8.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.533 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 1.ª Divisão de Infantaria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.534 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Sanatório Militar de Itaitiaia, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.535 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Embarque do Pessoal, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.536 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 7.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.537 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional de Tiro de Guerra, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.554 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista do Campo de Provas de Marambaia.*

Decreto n.º 33.567 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Fortaleza, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.568 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General de Inspetoria de Artilharia de Costa e Anti-Aérea, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.569 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 17.º Regimento de Cavalaria, do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.570 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte dos Andradas, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.583 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 2.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.584 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fortaleza de São João, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.585 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.586 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 2.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.587 — de 18 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Imprensa Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.625 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte Marechal Luz, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.626 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Campos, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.627 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.673 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da Artilharia da 6.ª Divisão de Infantaria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.674 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Guarnição Militar de Fernando de Noronha, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.675 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da Zona Militar do Sul, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.702 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 1.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.766 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 11.º Regimento de Cavalaria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.767 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 3.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.781 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 5.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.782 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Intendência do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.820 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.830 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque Central de Material de Comunicações, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.831 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Transfere função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Tabela de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional.*

Decreto n.º 33.227 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Retifica o Decreto n.º 32.663, de 30 de abril de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 33.490 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.



# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial*

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Intendência da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.129 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Laguna, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.132 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Pessoal da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.133 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Expediente do Departamento de Administração da Secretaria Geral da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.134 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.177 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Naval de Ladário, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.178 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Guerra Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.179 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto Médico, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.180 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Saúde da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.181 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia da Capitania dos Portos de Santa Catarina, em Itajaí, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.182 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.183 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos Fluviais do Rio São Francisco, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.185 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Agência da Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, em Parati, do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.200 — de 30 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando do 2.º Distrito Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.237 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando do 5.º Distrito Naval, do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.239 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Central da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.240 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Seleção Psicotécnica Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.241 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Esportes da Marinha, do Distrito Federal, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.242 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Naval Marciano Dias, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.265 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Assistência Social, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.287 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Aprendizes Marinha de Santa Catarina, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.326 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando do 3.º Distrito Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.327 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Central Radiotelegráfica, do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.333 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Instrução "Almirante Wandenkolk", do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.340 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Eletrônica da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.358 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Torpedos da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.359 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito Naval do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.360 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Fluvial de Ladário, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.361 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Naval de Natal, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.373 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos Fluviais do Rio Paraná, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.374 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.375 — de 24 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Imprensa Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.432 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Sanatório Naval em Nova Friburgo, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.433 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Garagem do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.434 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Capitania dos Portos do Estado da Paraíba, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.439 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Naval do Salvador, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.458 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a incorporar ao patrimônio da União um terreno doado ao Ministério da Marinha, situado à rua Augusto Severo, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 33.469 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete do Ministro, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.470 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Artilharia da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.471 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando do 4.º Distrito Naval, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.517 — de 11 de agôsto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agôsto de 1953.

— *Altera dispositivos do Decreto n.º 7.368, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 33.546 — de 14 de agôsto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agôsto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Naval de Val-de-Cas, do Ministério da Marinha e, dá outras providências.*

Decreto n.º 33.572 — de 17 de agôsto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agôsto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Naval, do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.573 — de 17 de agôsto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agôsto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.582 — de 18 de agôsto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agôsto de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a transformação em mensalistas, de extranumerários-contratados, do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.631 — de 20 de agôsto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agôsto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Naval de Recife, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.763 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.783 — de 8 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## — Abertura de Crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Lei n.º 1.920 — de 25 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1953.

— Ver, também, *Ministério da Educação e Saúde.*

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Belém, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.130 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de Mato Grosso, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.131 — de 24 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Documentação, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.172 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Manaus, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.173 — de 26 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.232 — de 3 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de Santa Catarina, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.289 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Maranhão, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.290 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.291 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Parnaíba, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.292 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.294 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Paraíba, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.295 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.296 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Maceió, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.297 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Corumbá, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.298 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1953.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Fortaleza, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.299 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 27 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Paranaguá, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.300 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Superior de Previdência do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.301 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de Minas Gerais, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.302 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.313 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de São Paulo, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.435 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Substitui a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Delegacia do Trabalho Marítimo, no Porto de Corumbá, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que acompanhou o Decreto de número 33.298, de 14 de julho de 1953.*

Decreto n.º 33.628 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— **Abertura de Crédito**

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Decreto-legislativo n.º 66 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre as Tabelas do Quadro IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas, restabelecido por força da Lei n.º 1.636, de 11 de julho de 1952.*

Decreto n.º 33.303 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.370 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro de Bragança, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.430 — de 31 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração do Porto de Natal, do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.690 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração do Porto de Itajaí, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.827 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— *Ver: Crédito Especial.*



**MINISTROS DE ESTADO**

*Dá nova redação ao artigo 221, do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

**MINISTROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

*Dá nova redação ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

**MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO**

*Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar xisto argiloso no município de Sant'Ana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.305 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**MOLHE OSACR WEINSCHENCK**

*Dá ao molhe acostável, construído na praça Mauá, pórtio do Rio de Janeiro, o nome de "Molhe Oscar Weinschenck".*

Lei n.º 1.972 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

**MONAZITA**

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.005, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.788 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**MONAZITA**

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.018, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.787 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

*— Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.024, de 7 de março de 1953.*

Decreto n.º 33.788 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**MONTEPIO**

*Reabre os prazos referidos pelo § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950.*

Lei n.º 1.943 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

*— Releva prescrição do prazo para habilitação de Dorvina Peres Mônaco ao Montepio deixado por seu pai.*

Lei n.º 1.973 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

**MONTEPIO MILITAR**

*Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**MONUMENTOS**

*Autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira.*

Lei n.º 1.945 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## MUNICÍPIOS

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Florianópolis e São Francisco, Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 1.953 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao Imposto de Renda.

Lei n.º 1.984 — de 17 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação, pela Municipalidade de Lapa, no Estado do Paraná, de terrenos para o Ministério da Guerra.

Decreto n.º 33.277 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

## MUSEUS DE ARTES PLÁSTICAS

*Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos museus de artes plásticas de propriedade privada.*

Lei n.º 1.950 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

## N

## NAVEGAÇÃO MARLOPES LIMITADA

*Concede à sociedade "Navegação Marlopes Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 33.617 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## NOTIFICAÇÃO

*Dá nova redação ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## NÚCLEOS COLONIAIS

*Cria o Núcleo Colonial "David Caldas", no município de União, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 33.728 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1953.

## O

## OCRE

*Autoriza o cidadão brasileiro Ferrer Sales da Costa a pesquisar feldspato, ocre e argila refratária, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.660 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## OFICIAIS DA RESERVA ESPECIALISTAS

*Dispõe sobre o curso dos Oficiais da Reserva de 2.ª Classe, especialistas em Meteorologia e Controle de Vôo, atualmente matriculados na EOEG.*

Decreto n.º 33.924 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

## OFICIAL ADMINISTRATIVO

*Suprime cargos.*  
(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.736 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**OFICIAL ADMINISTRATIVO***Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.738 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*— Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.739 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*— Suprime cargo.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.741 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*— Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.742 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

*— Suprime cargo septintos.*

(M.F. — Q.P.)

Decreto n.º 33.743 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**OPERÁRIO DA ESCOLA NAVAL***Suprime cargos extintos.*

(M.M. — Q.S.)

Decreto n.º 33.513 — de 8 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**OPERÁRIO DE AVIAÇÃO***Suprime cargo sextintos.*

(M.Aer. — Q.S.)

Decreto n.º 33.647 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

**ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA***Retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.*

Lei n.º 1.926 — de 31 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1953.

**ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO***Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.*

Decreto n.º 33.926 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1953.

**ORDEM RELIGIOSA FILHAS DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA**

Decreto-legislativo n.º 63 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

**OTTONI & COMPANHIA***Outorga a Ottoni & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão Fortuna, distrito da sede do município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.320 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

**OURO***Autoriza o cidadão brasileiro Edson de Faria Lobato a pesquisar ouro, diamante e associados no município de Grão-Mogol, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.243 — de 8 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

**OURO**

*Renova o Decreto n.º 28.659, de 19 de setembro de 1950.*

Decreto n.º 33.656 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.279, de 17 de fevereiro de 1951.*

Decreto n.º 33.797 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**P**

**PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS INC.**

*Concede à sociedade anônima "Pan American World Airways, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 33.157 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

**PEDRAS CORADAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e pedras coradas, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.978 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**PEDRAS PRECIOSAS**

*Autoriza Lázaro de Souza Campos a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 33.160 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Revoga o Decreto de número 23.681, de 27 de agosto de 1947.*

Decreto n.º 33.420 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

**PEDRAS PRECIOSAS**

*Autoriza Hachiya - Indústria e Comércio S. A. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 33.613 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

— *Autoriza Robert Harry Selig a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 33.734 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Autoriza Antsio Pereira de Carvalho a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 33.735 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**PENSÕES**

Decreto-legislativo n.º 51 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Djanira Lima da Cunha.*

Lei n.º 1.924 — de 28 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Concede pensão especial de .... Cr\$ 3.000,00 a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pai do herói militar Antônio de Siqueira Campos, e a sua esposa Carlota de Siqueira Campos.*

Lei n.º 1.925 — de 30 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Releva da prescrição o direito da menor Ghislene Velasquez Hudziak à pensão especial deixada pelo Cadete do Ar João Hudziak.*

Lei n.º 1.929 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

## PENSÕES

*Concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências.*

Lei n.º 1.938 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

— *Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei número 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935.*

Lei n.º 1.949 — de 19 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais ao Dr. Mário Pinto Sampaio, como prêmio de seus esforços em prol da alfabetização e educação do povo brasileiro.*

Lei n.º 1.969 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Concede pensão especial à viúva de Irineu José dos Santos Júnior.*

Decreto n.º 33.686 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

## PESQUISAS

*Ver a denominação do elemento pesquisado.*

## PODER EXECUTIVO

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito especial.*

## PODER JUDICIÁRIO

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

## POLÍCIA MILITAR

Decreto-legislativo n.º 68 — de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1953.

— *Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento, na Polícia Militar do Distrito Federal, de ajuda de custo.*

Lei n.º 1.958 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## PORTOS MILITARES

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Florianópolis e São Francisco, Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 1.953 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

## PRAÇAS

*Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

## PRAÇAS

*Estende às praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal as vantagens conferidas aos oficiais da mesma Corporação, pelo parágrafo único do artigo 269 do Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1923.*

Decreto n.º 33.468 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

## PRÁTICOS

*Altera dispositivos do Decreto n.º 7.368, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 33.546 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

## PRAZOS

*Reabre os prazos referidos pelo § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e art. 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950.*

Lei n.º 1.943 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Prorroga, por mais 120 dias, o prazo estipulado no artigo 13 da Lei n.º 1.563, de 1 de março de 1952.*

Lei n.º 1.971 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Releva prescrição do prazo para habilitação de Dorvina Peres Mônaco ao montepio deixado por seu pai.*

Lei n.º 1.973 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— *Estabelece prazo para a vigência de dispositivo regulamentar.*

Decreto n.º 33.283-A — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

## PRAZOS

*Restabelece a vigência do Decreto n.º 31.098, de 9 de julho de 1952, pelo prazo de um (1) ano.*

Decreto n.º 33.610 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

## PREÇOS MÍNIMOS DO CAFÉ

Ver: *Café*.

## PREFEITOS

*Dá nova redação ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## PREFEITURAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarienses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes.*

Lei n.º 1.921 — de 27 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras material elétrico destinado às Prefeituras Municipais de Unai, no Estado de Minas Gerais, Santa Cruz e Cristalina, no Estado de Goiás, e Sapé, no Estado da Paraíba.*

Lei n.º 1.954 — de 24 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Lei n.º 1.970 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

## PREFEITURAS

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Carambu, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidrelétricas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 29.615 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 29.663 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão do Espírito Santo, distrito de Ibitiguaiá, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.501 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Cangussú a ampliar suas instalações termoeletrônicas.*

Decreto n.º 30.599 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletrônicas.*

Decreto n.º 31.627 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

## PREFEITURAS

*Outorga à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Gravata, distrito da sede do município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.878 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitaiá concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.240 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Sarapuí, concessão para explorar o serviço de energia elétrica.*

Decreto n.º 32.426 — de 13 de março de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Araras, no Estado de São Paulo, a instalar uma usina termoeletrônica na cidade de Araras.*

Decreto n.º 32.608 — de 23 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no Ribeirão dos Brochados, município de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.675 — de 1 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

## PREFEITURAS

*Outorga à Prefeitura Municipal de Natividade concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda do Moinho, existente no ribeirão Praia, território daquele município, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 32.897 — de 29 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Piranga concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do desnível "Sete Cachoeiras", no ribeirão Pirapetinga, distrito da sede do município de Piranga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.105 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.369 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.370 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Transfere da Companhia Industrial Belo Horizonte para a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.402 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Retifica o Decreto n.º 31.168, de 21 de julho de 1952.*

Decreto n.º 33.464 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

## PREFEITURAS

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a incorporar ao patrimônio da União um terreno doado ao Ministério da Marinha, situado à rua Augusto Severo, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 33.469 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo, ou empresa que organizar, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, existente no rio do mesmo nome, município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.641 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## PRÊMIOS

*Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de julho de 1953.

— *Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

— *Institui, no Ministério da Educação e Cultura, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte.*

Lei n.º 1.976 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.



**PRESCRIÇÃO**

*Releva da prescrição o direito da menor Ghislene Velasquez Hudziak à pensão especial deixada pelo Cadete do Ar João Hudziak.*

Lei n.º 1.929 — de 4 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1953.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

— Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial*.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

*Dá nova redação ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

**PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ**

*Inclui como membro efetivo da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais o Presidente do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.459 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 5 de agosto de 1953.

**PROMOÇÕES**

*Regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval.*

Lei n.º 1.894 — de 30 de junho de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940.*

Lei n.º 1.915 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

**PROMOÇÕES**

— *Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei número 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935.*

Lei n.º 1.949 — de 19 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Estabelece prazo para a vigência de dispositivo regulamentar.*

Decreto n.º 33.283-A — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n.º 33.571 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

**Q****QUADRO DE PRÁTICOS DE RIOS**

*Dá nova redação ao artigo 4.º do Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e costa.*

Decreto n.º 33.748 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**QUARTZITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Américo Maranhão a pesquisar quartzito e associados, no município de Poá, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.596 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## QUARTZITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Robert Leon Castier a pesquisar feldspato, quartzito e associados no município de Itapicirica, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.603 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## QUARTZO

*Torna sem efeito o Decreto número 30.170, de 17 de novembro de 1951.*

Decreto n.º 32.869 — de 26 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Rodrigues a pesquisar quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.306 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brenner a pesquisar arçila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Lino de Souza a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.684 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## R

### R. C. A. VICTOR RÁDIO S. A.

*Autoriza a R. C. A. Victor Rádio S. A. a pesquisar calcário e associados no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.315 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de julho de 1953.

### RADIO CLUB DO BRASIL

*Declara rescindida a concessão outorgada à Rádio Club do Brasil.*

Decreto n.º 33.418 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

### RADIO CULTURA DE CAMPO GRANDE LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Campo Grande Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto n.º 32.834 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

### RADIO DIFUSORA PARANÁ LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Difusora Paraná Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.679 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1953.

### RADIO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA

*Outorga concessão à Rádio Industrial de Juiz de Fora Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.384 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

**RADIO MARUMBI LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Marumbi Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto n.º 33.285 — de 14 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

**REABERTURA DE PRAZOS**

Ver: Prazos.

**REAJUSTAMENTOS**

*Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**"REAL S. A. TRANSPORTES AÉREOS**

*Outorga concessão à "Real S. A. Transportes Aéreos" para instalar um novo transmissor de radiofarol.*

Decreto n.º 33.234 — de 6 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Revoga o Decreto n.º 30.993, de 17 de junho de 1952.*

Decreto n.º 33.336 — de 20 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

— *Outorga concessão à "Real Transportes Aéreos", para substituir um transmissor em sua estação radiotelegráfica de Porto Alegre.*

Decreto n.º 33.678 — de 26 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (VI)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00, para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil.*

Lei n.º 1.914 — de 23 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

**RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.615.850,00, para pagamento de salário-família a servidores da Rede de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.*

Lei n.º 1.931 — de 5 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica de Extramensalistas da Rede de Viação Cearense.*

Decreto n.º 33.756 — de 5 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1953.

**REFORMA**

*Revigora, para todos os efeitos, os decretos de 19 de março de 1937, que melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy.*

Lei n.º 1.982 — de 11 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953.

— *Estende às praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as vantagens conferidas aos oficiais da mesma Corporação, pelo parágrafo único do artigo 269, do Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1923.*

Decreto n.º 33.468 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

## REGIMENTOS

*Modifica o art. 3.º do Regimento da Comissão do Enquadramento Sindical aprovado pelo Decreto n.º 31.359, de 29 de agosto de 1952.*

Decreto n.º 33.394 — de 27 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1953.

— *Altera o regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto n.º 4.438, de 26 de julho de 1939, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.934 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## REGISTRO CIVIL

*Modifica o art. 140 do Código de Processo Civil (alteração do ato do Registro Civil).*

Lei n.º 1.990 — de 25 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1953.

## REGISTRO DE DIPLOMAS

Ver: *Diplomas.*

## REGULAMENTOS

Decreto-legislativo n.º 57 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

— *Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.

— *Aprova o Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.*

Decreto n.º 30.265 — de 11 de dezembro de 1951.

Retificado no D. O. de 2 de outubro de 1953.

## REGULAMENTOS

*Concede prerrogativas de equiparação à Universidade do Distrito Federal.*

Decreto n.º 32.886 — de 28 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Aprova o regulamento para fiscalização do comércio de adubos, corretivos e outros fertilizantes destinados à agricultura.*

Decreto n.º 33.100 — de 22 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Portos e Costas da Marinha.*

Decreto n.º 33.195 — de 29 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Regulamenta a concessão da isenção fiscal a que se refere a Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, e as requisições de passagens aéreas com desconto.*

Decreto n.º 33.217 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Suspende a execução do Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha, baixado com o Decreto n.º 32.798, de 18 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.223 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Dá nova redação à alínea "b" do artigo 114 do Regulamento para a antiga Escola Militar de Rezende, baixado com o Decreto n.º 17.738, de 2 de fevereiro de 1945.*

Decreto n.º 33.243 — de 7 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1953.

## REGULAMENTOS

*Estabelece prazo para a vigência de dispositivo regulamentar.*

Decreto n.º 33.283-A — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho do Almirantado.*

Decreto n.º 33.406 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Dá nova redação a artigos do Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n.º 33.448 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

— *Altera dispositivos do Decreto n.º 7.368, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 33.546 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n.º 33.571 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Altera o Regulamento para as Capitânicas dos Portos.*

Decreto n.º 33.611 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a aplicação de dispositivos da Lei n.º 1.649, de 19 de julho de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.643 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a transferência e remoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n.º 33.635 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

## REGULAMENTOS

*Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o artigo 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários públicos lotados nos estabelecimentos de fabricação de explosivos ou munições.*

Decreto n.º 33.652 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.704 — de 31 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

— *Altera o Regulamento para as Capitânicas de Portos aprovado pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940.*

Decreto n.º 33.711 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 33.635, de 21 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 33.747 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Dá nova redação ao artigo 4.º do Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e costa.*

Decreto n.º 33.748 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 33.749 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1953.

— *Altera o Regulamento para o Corro de Pessoal Subalterno da Armada aprovado pelo Decreto de número 28.503, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 33.818 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## REGULAMENTOS

*Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.*

Decreto n.º 33.926 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1953.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 29.815, de 27 de julho de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.984 — de 19 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1953.

## RELEVAÇÃO DE PRESCRIÇÃO

Ver: *Prescrição.*

## REMOÇÃO

*Regulamenta a transferência e remoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n.º 33.635 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 33.635, de 21 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 33.747 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS E MILITARES NO ESTRANGEIRO

*Altera o divisor de conversão indicado no Decreto n.º 23.801, de 25 de janeiro de 1934, para os pagamentos da União Federal no exterior.*

Decreto n.º 33.642 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

## REPRESENTAÇÕES ESTRANGEIRAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil, do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Austria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de Sua Magestade o Rei Farouk I.*

Lei n.º 1.974-A — de 3 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## REPRESENTANTES DA LAVOURA

*Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n.º 33.231 — de 2 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1953.

— *Prorroga o prazo do alistamento eleitoral para a primeira eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.771 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1953.

## REVERSÃO

*Determina a reversão ao serviço ativo do Exército, do Tenente Coronel Mário Hermes da Fonseca.*

Lei n.º 1.965 — de 31 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1953.

**ROCHA & CIA.**

Decreto-legislativo n.º 53 — de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1953.

**RODOVIAS**

*Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para custeio das obras de refazimento e pavimentação da rodovia Ilhéus a Itabuna, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.516 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 13 agosto de 1953.

**RUTILO**

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.018, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.787 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

**S****SAL**

*Torna obrigatória a iodetação ao sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões biogênicas do país.*

Lei n.º 1.944 — de 14 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1953.

**SALÁRIO MÍNIMO**

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

**SALÁRIOS**

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

*— Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**SÃO PAULO LIGHT & POWER CO. LTD.**

*Autoriza a São Paulo Light & Power Co. Ltd. a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Aparecida e Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.168 — de 25 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1953.

**SCHEELITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Gonçalves Andrade a pesquisar scheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 33.222 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

**SECAS DO NORDESTE**

*Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

## SECRETÁRIO

*Estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União e para o representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.983 — de 12 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1953.

## SECRETARIOS DE ESTADO

*Dá nova redação ao artigo 221, do Decreto-lei n.º 13.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## SEGUROS

*Ver o nome da Companhia autorizada a funcionar.*

## SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO

*Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho.*

Lei n.º 1.985 — de 19 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

## SELOS COMEMORATIVOS

*Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de julho de 1953.

## SEMENTES DE TRIGO

*Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução.*

Lei n.º 1.939 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

## SENADORES

*Dá nova redação ao artigo 221, do Decreto-lei n.º 3.689 de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).*

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## SERPENTINITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Elbert Pimenta a lavar serpentinito e associados, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.806 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## SERVENTE

*Suprime cargos extintos.*  
(M.M. — Q.S.)

Decreto n.º 33.514 — de 8 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1953.

## SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e dos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.



**SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA**

*Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

*Dá nova redação a artigos do Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n.º 33.448 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

**SERVIÇOS DA AMAZÔNIA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ... Cr\$ 27.703.600,00, destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.*

Lei n.º 1.947 — de 18 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ**

*Dispõe sobre os salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.515 — de 11 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de agosto de 1953.

**SILIMANTE**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennand a pesquisar argila refrataria, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita coridon, silimante e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**SISTEMA MÉTRICO**

Decreto-legislativo n.º 57 — de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA "AMER BRAZIL COMPANY"**

*Revoga o Decreto que concedeu à Sociedade Anônima "Amer Brazil Company" autorização para funcionar na República.*

Decreto n.º 33.816 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA CENTRAL ELÉTRICA RIO CLARO**

*Declara de utilidade pública as áreas de terras necessárias à construção e conservação de uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, e autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro, com sede em Rio Claro, Estado de São Paulo, a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 33.465 — de 4 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**"SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE" - VARIG**

*Outorga concessão à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" — Varig — para instalar uma estação de radiofarol.*

Decreto n.º 32.804 — de 20 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

**"SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE" - VARIG**

*Outorga concessão à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" — Varig — para instalar uma estação de rádio-farol em Xaçupé, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 32.832 — de 22 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA ELÉTRICA ITAPURA**

*Modifica o artigo 2.º do Decreto n.º 31.755, de 11 de novembro de 1952, de interesse da S. A. Empresa Elétrica de Itapura.*

Decreto n.º 33.654 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA "GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL"**

*Concede à Sociedade Anônima "Gillette Safety Razor Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 33.680 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1953.

**SOCIEDADE ANÔNIMA "TELEFONAKTIEBOLAGET L. M. ERICSSON"**

*Revoga o Decreto que concedeu à Sociedade Anônima "Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson" autorização para funcionar na República.*

Decreto n.º 33.681 — de 27 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1953.

**SOCIEDADE BRASILEIRA MINERAÇÃO LTDA.**

*Autoriza a Sociedade Brasileira Mineração Ltda., a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 33.719 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU**

*Dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário do nascimento de João Capistrano de Abreu.*

Lei n.º 1.896 — de 2 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de julho de 1953.

**SOCIEDADE CARBONÍFERA PRÓSPERA S. A.**

*Ratifica e retifica a autorização de lavra de jazidas carboníferas no Estado de Santa Catarina, conferida pelo Decreto n.º 9.780, de 24 de junho de 1942, à Sociedade Carbonífera Próspera S. A., e retificado pelos Decretos ns. 10.780, de 6 de novembro de 1952, e 19.153, de 11 de julho de 1945.*

Decreto n.º 32.716 — de 7 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO CERAMITE LTDA.**

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar caulim e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.220 — de 1 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

**SOCIEDADE INHARAJA LTDA.**

*Concede à Sociedade Inharajá Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.509 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1953.

— Declara insubsistente o Decreto n.º 33.509, de 5 de agosto de 1953.

Decreto n.º 33.753 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1953.

### SOCIEDADE PARA A INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MÁRMORES - SIEMA - LTDA.

*Autoriza a Sociedade para a Indústria Extrativa de Mármore — Siema — Ltda. a pesquisar calcário dolomítico e associados, no município de Campos de Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.805 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

### SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA METROPOLITANA LIMITADA

*Restabelece a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Metropolitana Limitada para o estabelecimento de uma estação radiodifusora em frequência modulada.*

Decreto n.º 32.938 — de 3 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

### SOCIEDADE DE SEGUROS

*Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho.*

Lei n.º 1.935 — de 19 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1953.

### SUBESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CAMETÁ

*Transfere a Subestação Experimental de Cametá, Estado do Pará, do Instituto Agrônomo do Norte para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal.*

Decreto n.º 33.270 — de 10 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1953.

### SUBVENÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Lei n.º 1.901 — de 10 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1953.

### SUBVENÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.*

Lei n.º 1.908 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de julho de 1953.

*— Concede subvenção anual à "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos".*

Lei n.º 1.911 — de 22 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da Cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Lei n.º 1.917 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1953.

*— Dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.918 — de 24 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim pela Realização da exposição regional agropecuária.*

Lei n.º 1.940 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

*— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 33.354 — de 22 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1953.

## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Juri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

## SUPRARGILA LTDA.

Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar feldspato e associados, no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 33.601 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

— Abertura de Crédito

Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

## SUPRESSÃO DE CARGOS

Ver a denominação dos cargos suprimidos.

## T

## TABELA NUMÉRICA ESPECIAL DE EXTRANUMERÁRIO MENSALISTA

Ver o Ministério a que pertence.

## TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Durval Barbosa de Menezes a pesquisar caulim, talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n.º 33.411 — de 29 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1953.

## TALCO

Autoriza as cidadãs brasileiras Maria da Conceição Vieira de Rezende e Maria Rosa Vieira de Rezende a pesquisar talco e associados, no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 33.597 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Souza Dias a pesquisar talco e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n.º 33.598 — de 19 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Benedito Cividanes Bailão e Victor Gustav Kuno Hase a pesquisar talco, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 33.810 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## TÉCNICOS ESTRANGEIROS

Autoriza a Companhia Siderúrgica Mannesmann a admitir técnicos estrangeiros especializados.

Decreto n.º 33.072 — de 16 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1953.

## TEMPO DE EMBARQUE

Restabelece, a vigência do Decreto n.º 31.098 de 9 de julho de 1952, pelo prazo de um (1) ano.

Decreto n.º 33.610 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1953.

## TERRAS DIATOMACEAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennend a pesquisar argila refratária, caulim, quartzo, feldspato, bauxita, dolomita, calcário, fosforita, coridon, silimante, e terras diatomáceas nos municípios de Recife e Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 33.506 — de 5 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 32.349 — de 28 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil de fração ideal de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.539 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona.*

Decreto n.º 32.541 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeira revigorar o ajoramento do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 32.597 — de 17 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 33.018 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 33.267 — de 9 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 33.319 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 33.366 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir os direitos de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.421 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir os direitos de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.422 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir os direitos de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.423 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeira a adquirir os direitos de occupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.424 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos de occupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.425 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir os direitos de occupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.426 — de 30 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil e o direito de occupação do terreno de marinha que menciona situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.562 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de occupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 33.614 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil e o direito de occupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 33.615 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes do Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 116.200,00 destinado à Administração do Território do Rio Branco, para atender ao pagamento de proventos de aposentadorias.*

Lei n.º 1.963 — de 27 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1953.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q. III — P.S.)

Decreto n.º 33.542 — de 13 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de agosto de 1953.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 33.689 — de 28 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1953.

## THE LONDON AND LANCASHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de The London and Lancashire Insurance Company Limited.*

Decreto n.º 33.618 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

## TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

*Autoriza o Ministro da Fazenda a emitir títulos da Dívida Pública Federal.*

Decreto n.º 33.712 — de 1 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1953.

## TRANSFERÊNCIA

*Dá nova redação ao artigo 2.º, do Decreto de número 31.559, de 8 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 33.450 — de 3 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1953.

— *Regulamenta a transferência e remoção dos funcionários públicos civis da União.*

Decreto n.º 33.635 — de 21 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 33.635, de 21 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 33.747 — de 4 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

## TRANSFERÊNCIA DE FUNÇÕES

*Ver o Ministério a que pertencem.*

## TRANSMARIM - TRANSPORTES MARÍTIMOS INTERNACIONAIS LIMITADA

*Concede à sociedade "Transmarim - Transportes Marítimos Internacionais Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 33.551 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

## TRASLADAÇÃO DE RESTOS MORTAIS

*Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n.º 33.931 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1953.

## TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias perior Tribunal Militar, Tribunal Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

— Abertura de crédito

Ver: Crédito Especial.

## TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

— *Altera os Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco.*

Lei n.º 1.975 — de 4 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1953.

**TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS**

— Abertura de crédito

Ver: *Crédito Especial.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

— Abertura de crédito

Ver: *Crédito Especial.*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL**

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

**TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**

— Abertura de crédito

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

*Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.



## TRITICULTURA

*Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução.*

Lei n.º 1.939 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1953.

## U

## "UNIÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "União do Comércio e Indústria" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 33.622 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1953.

## UNIVERSIDADES

*Concede prerrogativas de equiparação à Universidade do Distrito Federal.*

Decreto n.º 32.886 — de 28 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de julho de 1953.

— *Cria funções na Tabela Numérica Ordinária da Universidade do Brasil, para atender à ampliação dos serviços do Instituto de Puericultura.*

Decreto n.º 33.276 — de 13 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1953.

— *Aprova modificação dos Estatutos da Universidade de São Paulo.*

Decreto n.º 33.547 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1953.

## UNIVERSIDADES

*Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas da Universidade de Recife.*

Decreto n.º 33.566 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1953.

## USINA FÓRÇA E LUZ SANTA RITA

*Transfere a Sebastião Pereira da Silva concessão para produção e fornecimento de energia elétrica aos distritos de Coimbra e Cajuri, municípios de Coimbra e Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.927 — de 2 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1953.

## USINA HIDROELÉTRICA DE PUTINGA S. A.

*Outorga à Usina Hidroelétrica de Putinga S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Putinga, distrito de igual nome, município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 29.614 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1953.

## USINAS ELÉTRICAS DE PARANAPANEMA S. A.

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade às "Usinas Elétricas de Paranapanema S. A."*

Decreto n.º 33.726 — de 3 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

V

**VARAS DOS JUIZOS DE MENORES E ACIDENTES DO TRABALHO**

Estende os dispositivos da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juizes de Menores e Acidentes no Trabalho e Júri dos Crimes contra a Economia Popular, no Distrito Federal e aos Serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.

Lei n.º 1.900 — de 7 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1953.

**VENCIMENTOS**

Reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 1.937 — de 10 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1953.

**VENCIMENTOS E VANTAGENS**

Altera o divisor de conversão indicado no Decreto n.º 23.801, de 25 de janeiro de 1934, para os pagamentos da União Federal, no exterior.

Decreto n.º 33.642 — de 24 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1953.

**VERMICULITA**

Autoriza o cidadão brasileiro Nicolau Priolli a lavar jazida de vermiculita no município de Tatui, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 33.313 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

**VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL**

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, área de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à ampliação da Estação de Pelotas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 33.565 — de 17 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1953.

— Renova o Decreto n.º 29.342, de 12 de março de 1951.

Decreto n.º 33.714 — de 2 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1953.

**VIAÇÃO FERREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.615.850,00, para pagamento de salário-família a servidores da Rede de Viação Cearense e a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Lei n.º 1.931 — de 5 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1953.

**VIAÇÃO MARÍTIMA JAMAICA LIMITADA**

Concede à sociedade "Viação Marítima Jamaica Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 33.548 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1953.

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Dá nova redação ao artigo 221 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — (Código do Processo Penal).

Lei n.º 1.907 — de 17 de julho de 1953.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1953.

## X

## XISTO ARGILOSO

*Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar xisto argiloso no município de Sant'Ana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.305 — de 15 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1953.

## Z

## ZIRCÔNIO

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.005, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.786 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ZIRCÔNIO

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.018, de 7 de março de 1953.*

Decreto n.º 33.787 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ZIRCONITA

*Declara sem efeito a autorização de lavra conferida pelo Decreto número 18.024, de 7 de março de 1945.*

Decreto n.º 33.788 — de 9 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

## ZONAS DE DEFESA

*Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa.*

Lei n.º 1.956 — de 26 de agosto de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1953.



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1953 — VOLUME VII

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954**

# ÍNDICE

## DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### 1953

	Págs.		Págs.
70 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Fazenda — Agricultura</i> . Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de outubro de 1953 .....	3	79 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de novembro de 1953 .....	5
71 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Marinha — Exterior</i> . Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de outubro de 1953 ....	3	80 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de novembro de 1953 .....	6
72 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Fazenda — Agricultura — Educação</i> — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de outubro de 1953 .....	3	81 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	6
73 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Exterior — Aeronáutica</i> . Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1953 .....	4	82 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	6
74 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Agricultura</i> . Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	4	83 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	6
75 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Saúde</i> — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	4	84 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de novembro de 1953 .....	6
76 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Viação</i> — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	4	85 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de novembro de 1953 .....	7
77 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	5	86 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de novembro de 1953 .....	7
78 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de novembro de 1953 .....	5	87 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de novembro de 1953 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 24 de novembro de 1953 .....	7
		88 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de novembro de 1953 .....	8

	Págs.		Págs.
89 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de novembro de 1953 .....	8	1.999 — Lei de 1 de outubro de 1953 — <i>Trabalho</i> — Concede isenção de direitos para material importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	11
90 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de novembro de 1953 .....	8	2.000 — Lei de 1 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	12
91 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de novembro de 1953 .....	9	2.001 — Lei de 1 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 ....	12
92 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	9	2.002 — Lei de 1 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 ....	12
93 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	9	2.003 — Lei de 2 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Concede, durante 5 anos, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00 ao Instituto Butantã, em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e a de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de outubro de 1953 .....	12
94 — Decreto Legislativo de 1953 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	9	2.004 — Lei de 3 de outubro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Viação</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro So-	
95 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1953 .....	9		
96 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1953 .....	10		
97 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1953 .....	10		
1.997 — Lei de 1 de outubro de 1953 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — o crédito especial até a importância de Cr\$ 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	10		
1.998 — Lei de 1 de outubro de 1953 — <i>Viação</i> — Dispõe sobre a transferência dos empregados da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro - Boliviana para o serviço da União, como extranumerários — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	11		

	Págs.		Págs.
ciedade Anônima, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de outubro de 1953 .....	13	Afrânio Palhares — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de outubro de 1953 .....	32
2.005 — Lei de 5 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Viação</i> — Dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário do nascimento de José do Patrocínio e dá outras providências Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 ...	23	2.011 — Lei de 7 de outubro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de outubro de 1953 .....	33
2.006 — Lei de 5 de outubro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.619,00 mensais à viúva e ao filho de Augusto César Araújo de Oliveira, ex-guarda, civil do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de outubro de 1953 ...	23	2.012 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.890,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores de comissões examinadoras — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de outubro de 1953 ...	33
2.007 — Lei de 5 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito Especial de Cr\$ 523.510,50, para pagamento de gratificação de magistério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	24	2.013 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 30.000,00 para atender ao pagamento de salário-família — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de outubro de 1953 .....	34
2.008 — Lei de 5 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 494.573,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	27	2.014 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de tributos, exclusiva a taxa de Previdência Social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outras — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de outubro de 1953 .....	34
2.009 — Lei de 5 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 677.892,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1953 .....	29	2.015 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Isenta a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do pagamento de taxa aduaneira de um grupo Diesel-elétrico. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de outubro de 1953 .....	35
2.010 — Lei de 7 de outubro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 7.089,00 mensais a Hilda Sampaio Ribeiro e Walkir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado		2.016 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede ao Estado de Minas Gerais,	

	Págs.		Págs.
isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusi- ve a de previdência social, para os materiais im- portados pela Rádio Inconfi- dência, que especifica — Pu- blicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de outubro de 1953 .....	35	Pública — Publicada no <i>Diá- rio Oficial</i> de 21 de outubro de 1953 .....	37
2.017 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenário da emancipa- ção política do Paraná, e dá outras providências. — Pu- blicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de outubro de 1953 .....	36	2.022 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Educação — Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ . 200.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Ra- diologia na cidade de Curitiba, Estado do Paraná — Pu- blicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1953 .....	33
2.018 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Via- ção e Obras Públicas — De- partamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do pri- meiro centenário da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de outubro de 1953 ....	36	2.023 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Educação — Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar, respecti- vamente, a construção da sede do Museu de Arte Mo- derna, do Teatro Castro Al- ves, da Escola de Belas Ar- tes de Pelotas e do Museu Mariano Procópio — Publica- da no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1953 .....	38
2.019 — Lei de 12 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 à viúva e à filha do Profes- sor João Carlos Teixeira Brandão — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de outu- bro de 1953 .....	36	2.024 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Educação — Fa- zenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.423,50 men- sais a Amélia Ribeiro Leão, viúva do Dr. Acilino de Leão Rodrigues — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outu- bro de 1953 .....	39
2.020 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Cria na Justiça do Traba- lho a Segunda Junta de Con- ciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Es- tado de São Paulo — Publi- cada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1953 .....	37	2.025 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — Deno- mina Professores de Educa- ção Física os atuais Instru- tores de Educação Física do Instituto Benjamin Constant — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24 de outubro de 1953 ...	39
2.021 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 750,00 mensais a viúva e filhos menores de Joaquim Barbosa de Oliveira, ex-arti- fice diarista da Tabela Numé- rica de Diaristas do Departam- ento Federal de Segurança		2.026 — Lei de 15 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos al- fandegários para importação	



Págs.	Págs.
de máquinas destinadas à usina hidrelétrica de sua propriedade — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24 de outubro de 1953 .....	39
2.027 — Lei de 16 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Isenta de direitos e taxas aduaneiras, uma draga de sucção, importada pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede no Recife — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24 de outubro de 1953 ...	39
2.028 — Lei de 16 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24 de outubro de 1953 .....	43
2.029 — Lei de 16 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Isenta a Companhia Luz e Fôrça S. A., do Município de Marco, no Estado do Ceará, dos pagamentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, relativos às máquinas importadas para usina elétrica de sua propriedade — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24 de outubro de 1953 ...	43
2.030 — Lei de 19 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.300.000,00, em reforço à Verba 1 Pessoal, Anexo n.º 2 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952) — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1953 .....	40
2.031 — Lei de 19 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação, para uma estação transmissora, destinada às	
"Emissoras Unidas" (Rádio Record S. A.), de São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de outubro de 1953 .....	41
2.032 — Lei de 19 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de outubro de 1953 ...	41
2.033 — Lei de 19 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, de Porto Alegre — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de outubro de 1953 .....	41
2.034 — Lei de 19 de outubro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Isabel Martin Teixeira de Melo, viúva do Juiz Alvaro Teixeira de Melo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de outubro de 1953 ...	42
2.035 — Lei de 19 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de Igarau, no Estado de Pernambuco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de outubro de 1953 .....	42
2.036 — Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede pensão especial de Cr\$ 2.500,00 mensais, a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha menor de Lúcio Borges de Sá — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 27 de outubro de 1953 .....	42
2.037 — Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 a Olímpia Fernandes Lima, viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	43

Págs.		Págs.
2.038	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede à Prefeitura Municipal de Cametá, Estado do Pará, isenção de todos os tributos para dois conjugados Diesel Kiel e respectivos pertences, destinados ao serviço de força e luz — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	43
2.039	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio importado pela Rádio Jornal do Brasil S.A., do Rio de Janeiro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	43
2.040	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 700.000,00, para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	43
2.041	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 11.120,00, para pagamento de gratificação de representação aos juizes e escrivães eleitorais do Estado de Santa Catarina — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	44
2.042	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 19.000.000,00, para pagamento do abono de emergência ao pessoal dos serviços executados em regime de acordos — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 ....	44
2.043	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a doar	
	à Prefeitura de Formiga, Estado de Minas Gerais, imóvel pertencente à União — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	44
2.044	— Lei de 22 de outubro de 1953 — <i>Agricultura</i> — Inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	45
2.045	— Lei de 23 de outubro de 1953 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Poder Executivo a assinar com os Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais um convênio para aproveitamento de potências hidráulicas — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	45
2.046	— Lei de 26 de outubro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de tributos à Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, para importação de material destinado à construção de uma usina hidrelétrica — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29 de outubro de 1953 .....	45
2.047	— Lei de 26 de outubro de 1953 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado ao Serviço Nacional de Malária — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	50
2.048	— Lei de 26 de outubro de 1953 — <i>Trabalho</i> — Institui o “Dia do Comerciante” — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1953 .....	50
2.049	— Lei de 28 de outubro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ .. 30.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais —	

	Págs.		Págs.
Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 ...	50	crédito especial de Cr\$ ..... 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de novembro de 1953 .....	52
2.050 — Lei de 28 de outubro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 300.000,00, para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	50	2.055 — Lei de 31 de outubro de 1953 — <i>Viiação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viiação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 18.960,00, para pagamento de gratificação a Francisco Bernardo de Souza — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de novembro de 1953 .....	52
2.051 — Lei de 29 de outubro de 1953 — <i>Viiação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viiação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00 em reforço à Verba 4, Consignação 3, sub-consignação 06, do Anexo número 25 do Orçamento Geral da União para o exercício de 1953 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	51	2.056 — Lei de 31 de outubro de 1953 — <i>Viiação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viiação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 2.395.116,00, destinado a substituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de novembro de 1953 .....	52
2.052 — Lei de 29 de outubro de 1953 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.442,30, para atender aos pagamentos de descontos efetuados e de diferenças de salários a servidores daquele Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	51	2.057 — Lei de 31 de outubro de 1953 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de novembro de 1953 .....	53
2.053 — Lei de 29 de outubro de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.480,00, para pagamento aos aposentados da Administração do Território do Amapá — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	51	2.058 — Lei de 2 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — Altera, com redução de despesa, o Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	53
2.054 — Lei de 31 de outubro de 1953 — <i>Viiação — Fazenda</i> — Revigora a Lei de n.º 1.486, de 6 de dezembro de 1951, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viiação e Obras Públicas, o		2.059 — Lei de 2 de novembro de 1953 — <i>Educação</i> — Classifica como Professor Cate-drático, Padrão O, os cargos de Professor, Padrão M, cria-	

Págs.		Págs.
	dos pela Lei n.º 1.349, de 3 de janeiro de 1950, e de Professor Catedrático, Padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	— Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 ... 56
2.060	— Lei de 5 de novembro de 1953 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Cria cargos de diplomata, restabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de novembro de 1953 .....	54
2.061	— Lei de 5 de novembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras a materiais importados pela Companhia Siderúrgica Mannesmann, e destinados à construção, instalação e funcionamento de uma usina em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de novembro de 1953 ...	54
2.062	— Lei de 5 de novembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.469,00, para pagamento do abono de Natal dos Primeiros Tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de novembro de 1953 .....	55
2.063	— Lei de 6 de novembro de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais a Elza Giolioli Bertazon, viúva do escultor brasileiro Hugo Bertazon — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 .....	55
2.064	— Lei de 6 de novembro de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 800,00, mensais, a Guilhermina Gerlach.	56
2.065	— Lei de 6 de novembro de 1953 — Concede isenção de direitos de importação à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para um trator "Caterpillar" — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 .....	56
2.066	— Lei de 6 de novembro de 1953 — Concede a pensão mensal de Cr\$ 850,00 a Etelvina Barbosa Leite, viúva de Gustavo Francisco Leite, ex-contramestre aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 .....	56
2.067	— Lei de 9 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 .....	57
2.068	— Lei de 9 de novembro de 1953 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre operações imobiliárias do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 .....	57
2.069	— Lei de 9 de novembro de 1953 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00 para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de novembro de 1953 .....	59

Págs.

Págs.

- 2.070 — Lei de 9 de novembro de 1953 — *Educação — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.<sup>a</sup> Semana Internacional de Esportes Universitários — Publicada no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1953 ..... 59
- 2.071 — Lei de 9 de novembro de 1953 — *Educação — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 7.590,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor João da Lamare São Paulo — Publicada no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1953 ..... 59
- 2.072 — Lei de 9 de novembro de 1953 — *Educação — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento do auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo — Publicada no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1953 ..... 60
- 2.073 — Lei de 9 de novembro de 1953 — *Fazenda* — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para cidade Miniatura, denominada — “Railwaylândia” — importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer — Publicado no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1953 ..... 60
- 2.074 — Lei de 9 de novembro de 1953 — *Fazenda* — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a Maria Pegado Zschommler, viúva de Rudolf Zschommler, mensalista da Seção Comercial da Fábrica Presidente Vargas — Publicada no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1953 ..... 60
- 2.075 — Lei de 9 de novembro de 1953 — *Agricultura — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento da parte da contribuição do Governo Federal à Caixa de Crédito da Pesca, para constituição do seu capital — Publicada no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1953 ..... 61
- 2.076 — Lei de 9 de novembro de 1953 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.000,00 a Clarinda Sebastiana de Jesus Chaves e Maria da Glória Dias Chaves, viúva e filha de Paulo Lourenço Dias Chaves — Publicada no *Diário Oficial* de 14 de novembro de 1953 ..... 61
- 2.077 — Lei de 9 de novembro de 1953 — Concede pensões especiais às viúvas e aos filhos de Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho, ex-funcionário do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Ministério da Educação e Cultura — Publicada no *Diário Oficial* de 14 de novembro de 1953 ..... 61
- 2.078 — Lei de 9 de novembro de 1953 — Acrescenta parágrafo único ao artigo 7.<sup>o</sup>, da Lei n.<sup>o</sup> 116, de 15 de outubro de 1953 — Publicada no *Diário Oficial* de 14 de novembro de 1953 ..... 62
- 2.079 — Lei de 10 de novembro de 1953 — *Exterior — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ .. 600.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização, no Brasil, de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural — Publicada no *Diário Oficial* de 13 de novembro de 1953 ..... 62
- 2.080 — Lei de 10 de novembro de 1953 — *Educação — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis-

Págs.		Págs.
	tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do cinquentenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de novembro de 1953 .....	62
2.081	— Lei de 11 de novembro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de novembro de 1953 .....	63
2.082	— Lei de 11 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 238.272,10, para pagamento de gratificação aos servidores daquele Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de novembro de 1953 .....	63
2.083	— Lei de 12 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — Regula a Liberdade de Imprensa — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de novembro de 1953 .....	64
2.084	— Lei de 12 de novembro de 1953 — Dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais, e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	74
2.085	— Lei de 12 de novembro de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais a Hilda Carvalho de Abreu, viúva do ex-Collector Federal Alberto Henrique de Abreu — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	75
2.086	— Lei de 12 de novembro de 1953 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais a Evelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império Costa Pereira. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	75
2.087	— Lei de 13 de novembro de 1953 — Regula o estudo, o orçamento e a construção dos açudes, em cooperação da União com os Estados, Municípios ou particulares, e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	75
2.088	— Lei de 13 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Comissão do Vale do São Francisco o crédito especial de Cr\$ .. 15.000,00 para pagamento de salário família — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	76
2.089	— Altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados de Instituto, Caixas de Aposentadoria e Pensões — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	76
2.090	— Lei de 12 de novembro de 1953 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.300,00 para ressarcimento das despesas efetuadas por Armando de Oliveira Fernandes, Ary Nascimento Cordeiro e Mozart Carneiro da Cunha, quando componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das empresas do Grupo Light. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	76
2.091	— Lei de 14 de novembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de novembro de 1953 .....	77

	Págs.		Págs.
2.092 — Lei de 16 de novembro de 1953 — Isenta de pagamento de imposto de importação e demais taxas aduaneiras, o rebocador "Lady Rosemary", importado por Wilsson, Sons & Co. Ltd. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de novembro de 1953 ...	77	Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 385.000,00, para pagamento do acréscimo de vencimentos concedido aos Ministros Ruben Machado da Rosa e Antonio Cesário de Faria Alvim Filho — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1953 .....	80
2.093 — Lei de 16 de novembro de 1953 — Concede isenção de direitos de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para material da linha de transmissão e outros equipamentos — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de novembro de 1953 .....	77	2.099 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ .... 21.888,00, para pagamento de gratificação ao médico Francisco Vitorino de Luna. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	80
2.094 — Lei de 16 de novembro de 1953 — Concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela fundação para o Livro do Cego no Brasil — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de novembro de 1953. ....	78	2.100 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 142.616,50, para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	80
2.095 — Lei de 16 de novembro de 1953 — Dispõe sobre o financiamento das lavouras do café. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 20 de novembro de 1953. ....	78	2.101 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ .... 1.284.140,00 para pagamento de gratificações militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	81
2.096 — Lei de 19 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério de Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 100.000,00, para auxiliar a realização do 2.º Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1953 .....	79	2.102 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Aeronáutica</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 401.240,20, para pagamento de despesas extra contratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. — Pu-	
2.097 — Lei de 19 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar o término da construção e equipamentos do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1953 .....	79		
2.098 — Lei de 19 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder			

	Págs.		Págs.
blicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	81	no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	83
2.103 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 128.503,10, destinado ao pagamento de trabalhos executados pelo Departamento de Imprensa Nacional para a Comissão do Vale do São Francisco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	81	2.108 — Lei de 23 de novembro de 1953 — Dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Antônio Joaquim da Costa, Zelador da Casa Rui Barbosa — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 .....	83
2.104 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Vição — Autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Vição Ferreira do Rio Grande do Sul, por conta igual de propriedade da firma Xavier Irmãos S. A. — Estivas e Comércio em Geral — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	82	2.109 — Lei de 23 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 .....	83
2.105 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Vição</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Vição e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para subvencionar a Estrada de Ferro Leopoldina, no exercício de 1953. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	82	2.110 — Lei de 23 de novembro de 1953 — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica, Luterana e à Congregação da Missão São Vicente de Paula. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 .....	84
2.106 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1953 .....	82	2.111 — Lei de 23 de novembro de 1953 — Faz doação de imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de Serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 .....	84
2.107 — Lei de 23 de novembro de 1953 — <i>Educação</i> — Considera válido o curso realizado pelos professores normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. — Publicada		2.112 — Lei de 25 de novembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de dezembro de 1953 .....	84
		2.113 — Lei de 26 de novembro de 1953 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.756.974,31 para pagamento de gratificação de representação ao pessoal da carreira de Diplomata do Quadro Perma-	



	Págs.		Págs.
nente do mesmo Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 ...	86	e Julgamento de Vitória — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de novembro de 1953 ...	87
2.114 — Lei de 26 de novembro de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executi- vo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ .... 840.000,00, para pagamento de despesas de vestuário, unifor- me e equipamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Fe- deral — Publicada no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 .....	86	2.119 — Lei de 27 de novembro de 1953 — Concede, por inter- médio do Ministério da Saú- de, o auxílio anual de Cr\$ .. 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), à Policlínica Geral do Rio de Janeiro — Publicada no <i>Diá- rio Oficial</i> de 3 de novembro de 1953 .....	88
2.115 — Lei de 26 de novembro de 1953 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Estende aos auditores da 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no art. 13, § 2.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947 — Pu- blicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de novembro de 1953 .....	86	2.120 — Lei de 28 de novembro de 1953 — <i>Viação — Fazenda</i> — Localiza a Usina Siderúr- gica de que trata o n.º IV do anexo n.º 1 da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, na ba- cia carbonífera do Estado de Santa Catarina — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de de- zembro de 1953 .....	88
2.116 — Lei de 27 de novembro de 1953 — <i>Marinha — Guer- ra</i> — Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezem- bro de 1953 .....	87	2.121 — Lei de 1 de dezembro de 1953 — Concede isenção de todos os tributos que inci- dam sobre materiais importa- dos pela Secretaria da Fazen- da do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidrelétrica de Ro- chedo — Publicada no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 2 de dezembro de 1953 .....	88
2.117 — Lei de 27 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Tra- balho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ .... 15.101,70, para pagamento de vencimentos a suplentes de Juizes Presidentes de Junta e Suplentes de Juizes classistas — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de dezembro de 1953 ...	87	2.122 — Lei de 1 de dezembro de 1953 — Autoriza abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos suple- mentar de Cr\$ 1.922.131,80, em reforço à Verba 1 do Ane- xo 26 do Orçamento da União (Lei n.º 1.757, de 10 de de- zembro de 1952); e especial de Cr\$ 2.218.192,20, para pa- gamento da gratificação adi- cional aos servidores dos Tri- bunais Regionais Eleitorais. — Publicada no <i>Diário Ofi- cial</i> de 3 de dezembro de 1953 .....	89
2.118 — Lei de 27 de novembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Tra- balho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o cré- dito especial de Cr\$ 14.186,40, para pagamento de gratifica- ção de representação aos vo- gais da Junta de Conciliação		2.123 — Lei de 1 de dezembro de 1953 — Dispõe sobre a si- tuação jurídica dos procura- dores das autarquias federais — Publicada no <i>Diário Ofi- cial</i> de 3 de dezembro de 1953	89
		2.124 — Lei de 3 de dezembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional — Se-	

	Págs.		Págs.
nado Federal — os créditos especial de Cr\$ 463.319,40, e suplementar de Cr\$ 661.236,90, para os fins que menciona — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de dezembro de 1953 ...	90	vidência social — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de dezembro de 1953 .....	92
2.125 — Lei de 4 de dezembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de dezembro de 1953 ...	90	2.131 — Lei de 9 de dezembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério à professora Danusia de Menezes Brandão Alves, Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953. ....	93
2.126 — Lei de 4 de dezembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de dezembro de 1953 ...	91	2.132 — Lei de 11 de dezembro de 1953 — Concede isenção de direitos de importação e do imposto de consumo às firmas individuais ou sociedades brasileiras que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio, ...	93
2.127 — Lei de 4 de dezembro de 1953 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um ônibus rural, um <i>pick-up</i> para caminhão e máquinas importadas pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de dezembro de 1953 .....	91	2.133 — Lei de 14 de dezembro de 1953 — <i>Justiça — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação</i> — Retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1953. Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953. ....	94
2.128 — Lei de 4 de dezembro de 1953 — Cria a Escola de Agronomia de Manaus, e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de dezembro de 1953 ...	91	2.134 — Lei de 14 de dezembro de 1953 — <i>Fazenda — Trabalho</i> — Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências. Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953. ....	110
2.129 — Lei de 7 de dezembro de 1953 — Autoriza a União a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, os lotes de terras ns. 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69, setor Central de Goiânia — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de dezembro de 1953 .....	92	2.135 — Lei de 14 de dezembro de 1953 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1954. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1953. ....	113
2.130 — Lei de 7 de dezembro de 1953 — Dispõe sobre o pagamento do auxílio-enfermidade nas instituições de pre-		2.136 — Lei de 14 de dezembro de 1953 — Dispõe sobre os encargos de família, que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda. Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953. ....	114
		2.137 — Lei de 16 de dezembro de 1953 — <i>Aeronáutica — Fa-</i>	

Págs.	Págs.
2.132 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ereção de um monumento de Joaquim Pedro Salgado Filho. Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953. . . . .	115
2.133 — Lei de 17 de dezembro de 1953 — <i>Marinha</i> — Dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais. Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953. . . . .	115
2.133 — Lei de 17 de dezembro de 1953 — <i>Exterior</i> — Cria cargos na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953. . . . .	116
2.140 — Lei de 17 de dezembro de 1953 — Fixa o número de Deputados para a próxima Legislatura. Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1953. . . . .	116
2.141 — Lei de 19 de dezembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — 3 séries de selos postais, sendo uma comemorativa do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e duas, respectivamente, simbolizando tipos de embarcação e reproduzindo a efígie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cockrane, Marcílio Dias e Almirante Tamandaré. Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953. . . . .	116
2.142 — Lei de 24 de dezembro de 1953 — <i>Guerra</i> — Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra. Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1953. . . . .	117
2.143 — Lei de 26 de dezembro de 1953 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 destinado ao combate ao câncer em todo o país. Publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1954. . . . .	117
2.144 — Lei de 29 de dezembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementar de Cr\$ 87.996.314,00 e especial de Cr\$ 339.340.892,10, destinados, no corrente exercício, às despesas com o pagamento da gratificação adicional prevista no art. 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1953. . . . .	118
2.145 — Lei de 29 de dezembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — <i>Exterior</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Trabalho</i> — Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953. . . . .	120
2.146 — Lei de 29 de dezembro de 1953 — Manda aplicar aos corretores, Câmaras Sindicais, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o País a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal, e dá outras providências. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> . . . . .	124
2.147 — Lei de 29 de dezembro de 1953 — Institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais do Trabalho. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> . . . . .	124
2.148 — Lei — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> . . . . .	124
2.149 — Lei de 29 de dezembro de 1953 — Dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos	

	Págs.		Págs.
de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> . . . . .	124	2.152 — Lei de 30 de dezembro de 1953 — <i>Educação</i> — Inclui as Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 a cada uma. Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953. . . . .	125
2.150 — Lei de 30 de dezembro de 1953 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.508.289,30, para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquele Ministério. Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953. . . . .	124	2.153 — Lei de 30 de dezembro de 1953 — <i>Educação</i> — Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953. . . . .	125
2.151 — Lei de 30 de dezembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 760.000,00 em reforço da Verba 3 Serviços e Encargos, do Anexo n.º 19 do vigente Orçamento Geral da República (Lei n.º 1.757, de 13 de dezembro de 1952). Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953. . . . .	124	2.154 — Lei de 30 de dezembro de 1953. — <i>Educação</i> — Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953. . . . .	125

## Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
1.992 — Lei de 28 de setembro de 1953 — <i>Educação</i> — Autoriza o Poder Executivo, a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Dr. Eptácio da Silva Pessoa e das outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de outubro de 1953 . . . . .	129	Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de outubro de 1953 . . . . .	129
1.993 — Lei de 28 de setembro de 1953 — <i>Justiça</i> — <i>Guerra</i> — <i>Marinha</i> — <i>Aeronáutica</i> — Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de		1.994 — Lei de 28 de setembro de 1953 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de outubro de 1953 . . . . .	130
		1.995 — Lei de 28 de setembro de 1953 — <i>Agricultura</i> — Au-	

	Págs.		Págs.
toriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agri- cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Tri- go — Publicada no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 3 de outubro de 1953 — Retificada no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 5 de novembro de 1953 .....	130	1.996 — Lei de 30 de setembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autori- za o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 34.000.000,00 para cobrir os <i>deficits</i> orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de outu- bro de 1953 .....	130

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1953, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1953

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 70, de 1953

Art. 1.º E' reformada a decisão por que, em 23 de agosto de 1951, o Tribunal de Contas negou registro ao contrato celebrado em 23 de setembro de 1949, entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais, para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira Pai Joaquim, situada no rio Araguari, no mesmo Estado e, conseqüentemente, aprovado o referido contrato.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de outubro de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 71, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o texto da Convenção número 92, relativa ao alojamento da tripulação a bordo, adotada em Genebra, Suíça, por ocasião da 32.ª Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de outubro de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 72, de 1953

Artigo 1.º — E' mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão de 4 de Janeiro de 1952, denegou registro ao termo de contrato celebrado, em 29 de Dezembro de 1951, entre o Ministério da Agricultura e a Escola Fluminense de Medicina Veterinária, para aplicação do auxílio de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), constante do orçamento do referido Ministério para o ano de 1951.

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Outubro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 73, de 1953

Art. 1.º — É aprovado o Acôrdo anexo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Uni-

dos do Brasil e o Governo da Espanha, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1949.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de outubro de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 74, de 1953

Art. 1.º — É o Tribunal de Contas autorizado a registrar o contrato de cooperação, celebrado a 15 de Julho de 1949, entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher, Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher e Francisco Franklin de Oliveira e sua mulher, possuidores de partes da propriedade denominada Bugi, na cidade de Iguatu, Estado do Ceará, coopeados do sistema de irrigação de Bugi, em poder da dependência da Seção de Divisão de Águas, sediada na mesma cidade.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Outubro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 75, de 1953

Art. 1.º — É aprovado o termo do acôrdo celebrado, em 27 de Dezembro de 1951, entre o Estado do Piauí, e o Ministério da Saúde, para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Outubro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 76, DE 1953

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão de 21 de Dezembro de 1951, denegou registro ao termo de ajuste



celebrado, em 8 de Novembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Alvaro Leite de Oliveira, para o levantamento topográfico do terreno de Andrianópolis, onde se acham instaladas as estações rádio-receptora e rádio-transmissora daquele Departamento.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Outubro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 77, de 1953

Art. 1.º — É aprovado o termo do acôrdo celebrado em 13 de Dezembro de 1951 entre o Ministério da Saúde e o Estado do Espírito Santo, para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de Outubro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 78, de 1953

Artigo 1.º — São aprovados os termos de rescisão lavrados em 28 de Junho de 1952, dos contratos celebrados a 26 de Novembro de 1949, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Richard de Block, para construção dos prédios destinados às Agências Postais Telegráficas das cidades de Lins e Marília no Estado de São Paulo.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 79, de 1953

Artigo 1.º — É aprovado o contrato celebrado em 20 de Dezembro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Pirelli S. A. Companhia Industrial Brasileira, para fornecimento de 241.744 quilos de fio de cobre com alma de aço, na importância de Cr\$ 5.197.496,00

(cinco milhões, cento e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e seis cruzeiros).

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 80, de 1953

Artigo 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de Janeiro de 1952, denegou registro à rescisão, de 29 de Novembro de 1951 e ao contrato de 3 desse mesmo mês e ano, celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma Lino Amorim & Cia., para fornecimento a repartições dependentes do referido Ministério.

Artigo 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de Novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 81 de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 82 de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 83 de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 84, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o contrato celebrado em 23 de dezembro de 1952, entre o Departamento Federal de Compras e a firma Byington & Cia., para fornecer ao Serviço de Informação Agrícola um aparelho transmissor de radiodifusão.

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 85, de 1953

Artigo 1.º — É aprovado o termo aditivo ao contrato celebrado em 14 de Outubro de 1950, entre o Ministério da Educação e Cultura, representando o Governo Brasileiro, e The Institute of Inter-American Affairs, repartição cooperativa do Governo dos Estados Unidos da America, para realizarem um programa de cooperação educacional.

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de Novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 86, de 1953

Artigo 1.º — É mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 26 de Junho de 1951, que recusou registro ao termo, de 9 de Abril de 1951, aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Luis Harold Dirickson para prestação de serviço técnico.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de Novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 87, de 1953

Artigo 1.º — É aprovado o termo de renovação do contrato celebrado em 12 de dezembro de 1951, entre o Governo do Território Federal de Guaporé e Alberto Josué, para exercer este a função de Técnico Administrador da Divisão de Produção, Terras e Colonização desse Território, com o salário mensal de Cr\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e oitenta cruzeiros).

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 88, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 7 de Dezembro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Carlos Eurico de Breyne Montenegro, para desempenhar este, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, a função de Docente Associado em Manutenção.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 89, de 1953

Artigo 1.º — E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de Janeiro de 1952, denegou registro ao termo do acôrdo celebrado em 26 de Dezembro de 1951, entre o Ministério da Saúde e o Estado de Minas Gerais, para intensificação da assistência psiquiátrica naquêlê Estado.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 90, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o contrato-escritura celebrado a 28 de maio de 1952, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma Maveroy Sociedade Indústrias Frigoríficas Ltda., para ampliação das instalações da indústria do frio na Empresa de Armazens Frigoríficos, na Avenida Rodrigues Alves n.º 433-435, Distrito Federal.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 91, de 1953

Artigo 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 15 de Dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda., para construção de ductos subterrâneos e linha de posteação, próprios para lançamento dos respectivos cabos, em Manaus, Estado do Amazonas, na importância de Cr\$ 2.150.000,00 (dois milhões cento e cinquenta mil cruzeiros).

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Novembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 92 de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 93 de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 94 de 1953

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 95, de 1953

Artigo 1.º — É aprovado o termo do convênio celebrado a 28 de Dezembro de 1951, entre a Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para a realização de pesquisas e estudos de carater sociológico da região do Vale do São Francisco.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de Dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 96, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 20 de Novembro de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Standard Elétrica S. A., para fornecimento de diversos materiais especificados na concorrência pública de 9 de Setembro de 1952.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de Dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 97, de 1953

Artigo 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 30 de Dezembro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Cia. Predial de Taubaté, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Taubaté, Estado de São Paulo, em terreno cedido pela Prefeitura Municipal dessa Cidade

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de Dezembro de 1953

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.997 — DE 1 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — o crédito especial até a importância de ..... Cr\$ 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70 § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Estradas de Ferro de Goiás — o crédito especial até a importância de .. Cr\$ 4.836.450,00 (quatro milhões, oi-

tocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º. O crédito especial, estipulado no art. 1.º, é destinado a indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis, sédes do Quartel General e dos Alojamentos, Hospital, Enfermaria, Almoxarifado, instalações esportivas e mais dependências da Polícia Militar daquele Estado, atingidos, em Goiânia, pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.

Parágrafo único. A indenização será feita mediante avaliação, processada na forma da Lei.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.998 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1953

*Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana para o serviço da União, como extranumerários.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. O Poder Executivo promoverá a transferência para o serviço da União, como extranumerários, na categoria que lhes possa tocar, tanto quanto possível em consonância com as funções ao tempo exercidas, dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, desde que tenham, ao terminar a construção da ferrovia Brasil-Bolívia 5 (cinco) anos ininterruptos de trabalho.

§ 1.º. Aos não transferidos é assegurado o direito à indenização, em dinheiro, correspondente a 1 (um) ano de serviço, quando hajam trabalhado na aludida Comissão por mais de 5 (cinco) anos, ou a 3 (três) meses, quando por tempo inferior a 5 (cinco) anos, devendo ser tomada como base, para a indenização, a remuneração percebida ao terminar a construção da ferrovia.

§ 2.º. A Comissão Mista Brasileiro-Boliviana é obrigada a fornecer aos

empregados dispensados o atestado de serviço.

Art. 2.º. Esta lei não se aplica aos funcionários da União, Estados ou Municípios, que servem na Comissão como requisitados.

Art. 3.º. O Poder Executivo aproveitará, de preferência em obras públicas de sua execução ou de execução das autarquias federais, o pessoal de obras que deixar o serviço de construção da ferrovia Brasil-Bolívia.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.999 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1953

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passam a ter a seguinte redação:

“Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador como contra-prestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1.º. Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador.

§ 2.º. Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.”

Art. 2.º. A presente lei não poderá dar motivo à redução ou alteração de salário ou de abono já pago e nem será causa para restituição de contribuições recolhidas às instituições de previdência social.

Art. 3.º. São revogados os Decretos-leis ns. 3.813, de 10 de novembro

de 1941 e 4.356, de 4 de junho de 1942, e demais disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.000 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida isenção de todos os tributos, exclusive a taxa de previdência social, que incidam sobre o material, abaixo relacionado, importado par a usina hidroelétrica do município de Canápolis, Estado de Minas Gerais, pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert.

- a) parte hidráulica completa;
- b) parte elétrica: gerador e quadro.

Parágrafo único. O valor da presente importação — é de US\$ 14.000 (quatorze mil dólares).

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.001 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos para material importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para 550 (quinhentos e cinquenta) hidrômetros Kent, ingleses, sendo 500 (quinhentos) do tipo M2-190, de 5/8 "com conexões de 3/4", com mostrador a sêco e de leitura retilínea, e 50 (cinquenta) do tipo M2 de 1, "com conexões de 1", a serem importados

da Inglaterra, destinado à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, e adquiridos por intermédio de Parson, Grosland & Cia. Ltda., nos termos da licença de importação de n.º 18-49/18.054-29.535 do Banco do Brasil S. A.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.002 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará, comemorativo da chegada, à cidade de Belém, do Jesuita Padre Antônio Vieira.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.003 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede, durante cinco anos, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00 ao Instituto Butantã, em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e a de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º. É concedida, durante 5 (cinco) anos, a contribuição anual de



Cr\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil cruzeiros) ao Instituto Butantã, em São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome e de Cr\$ ... 1.000.000 (um milhão de cruzeiros) ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, destinada à produção de sulfonas e derivados, bem com ao estudo, pesquisas e fabrico de novas substâncias empregadas no tratamento da lepra.

Art. 2.º Para fazer jus à contribuição de que trata o artigo 1.º desta lei, o Instituto Butantã se obrigará a entregar gratuitamente ao Serviço Nacional de Lepra, destinada ao emprego próprio e à redistribuição aos

serviços de saúde existentes nos Estados, Territórios e D. Federal, a percentagem de sua produção de sulfonas e derivados que fôr estabelecida em convênios anuais assinados com aquêle serviço.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros) necessários à execução desta lei, no primeiro ano de sua vigência, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.004 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1953

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO PETRÓLEO E DEFINE AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO, INSTITUI A SOCIEDADE POR AÇÕES PETRÓLEO BRASILEIRO SOCIEDADE ANÔNIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Constituem monopólio da União:

I — a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II — a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III — o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art. 2.º A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I — por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II — por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Art. 3.º O Conselho Nacional do Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República, tem por finalidade superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo.

§ 1.º Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto, assim como de seus derivados.

§ 2.º Ainda se inclui na esfera da superintendência do Conselho Nacional do Petróleo o aproveitamento de outros hidrocarbonetos fluidos e de gases raros.

Art. 4.º O Conselho Nacional do Petróleo continuará a reger-se, na sua organização e funcionamento, pelas leis em vigor, com as modificações decorrentes da presente lei.

Parágrafo único. O Presidente da República expedirá o novo Regimento do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista o disposto neste artigo.

### CAPÍTULO III

DA SOCIEDADE POR AÇÕES PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRÁS) E SUAS SUBSIDIÁRIAS

#### SEÇÃO I

##### *Da Constituição da Petrobrás*

Art. 5.º Fica a União autorizada a constituir, na forma desta lei, uma sociedade por ações, que se denominará Petróleo Brasileiro S. A. e usará a sigla ou abreviatura de Petrobrás.

Art. 6.º A Petróleo Brasileiro S. A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo — proveniente de poço ou de xisto — e de seus derivados bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins.

Parágrafo único. A pesquisa e a lavra, realizadas pela Sociedade, obedecerão a planos por ela organizados e aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, sem as formalidades, exigências de limitações de área, e outras julgadas dispensáveis, em face do decreto-lei n.º 3.236, de 7 de maio de 1941, autorizando-as o Conselho em nome da União.

Art. 7.º O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1.º Os atos constitutivos serão precedidos:

I — Pelo estudo e aprovação do projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade, quer internos, quer externos.

II — Pelo arrolamento, com tôdas as especificações, dos bens e direitos que a União destinar à integralização de seu capital.

III — Pela elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2.º Os atos constitutivos compreenderão:

I — Aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União.

II — Aprovação dos Estatutos.

III — Aprovação do plano de transferência dos serviços que tenham de passar do Conselho Nacional do Petróleo para a Sociedade e das verbas respectivas.

§ 3.º A Sociedade será constituída em sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o historico e o resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

§ 4.º A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica, no Registro do Comércio.

Art. 8.º Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes fôr aplicável, as normas da lei de sociedades anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificação desta lei depende de autorização legislativa, e, nos demais casos, fica subordinada à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

#### SEÇÃO II

##### *Do capital da Petrobrás*

Art. 9.º A Sociedade terá inicialmente o capital de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma.

§ 1.º Até o ano de 1957, o capital será elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), na forma prevista no art. 12.

§ 2.º As ações da Sociedade serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, sempre sem direito de voto, e inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do art. 9.º do decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 3.º As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 5% (cinco por cento).

§ 4.º As ações da Sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) ações, sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

Art. 10. A União subscreverá a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias e, para sua integralização, dispora de bens e direitos que possui, relacionados com o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais; também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1.º Se o valor dos bens e direitos referidos neste artigo, apurado mediante avaliação aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo, não bastar para a integralização do capital a União o fará em dinheiro.

§ 2.º Fica o Tesouro Nacional, no caso previsto no parágrafo anterior, autorizado a fazer adiantamentos sobre a receita dos tributos e contribuições destinados à integralização do capital da Sociedade, ou a efetuar operações de crédito por antecipação da receita até a quantia de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

§ 3.º A União transferirá, sem ônus, aos Estados e Municípios em cujos territórios existem ou venham a ser descobertas jazidas e minas de petróleo de rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais, respectivamente 8% (oito por cento) e 2% (dois por cento) das ações relativas ao valor atribuído a essas jazidas e pelo qual sejam incorporadas ao capital da Petrobrás no ato de sua constituição ou posteriormente.

Art. 11. As transferências pela União de ações do capital social ou as subscrições de aumento de capital pelas entidades e pessoas às quais a lei confere este direito, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir, a menos de 51% (cinquenta e um por cento) não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

Parágrafo único. Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

Art. 12. Os aumentos periódicos do capital da Sociedade far-se-ão com recursos mencionados nos artigos seguintes.

Art. 13. A parte da receita do imposto único sobre combustíveis líquidos a que se refere o art. 3.º da lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, terá a seguinte aplicação:

I — Os 40% (quarenta por cento) pertencentes à União em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital previsto no § 1.º do art. 9.º e, eventualmente, na tomada de obrigações;

II — Os 60% (sessenta por cento) pertencentes aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios serão aplicados:

a) em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital de acordo com os planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, devendo a participação de cada entidade ser, no mínimo, proporcional à respectiva cota do imposto único;

b) na tomada de obrigações da Sociedade ou de ações e obrigações das Subsidiárias, ficando sempre assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma participação proporcional às respectivas contribuições, observada a preferência estabelecida no art. 40.

Parágrafo único. A cota do Fundo Rodoviário Nacional, que cabe às entidades mencionadas no inciso II, poderá ficar retida, se for oposto

qualquer obstáculo à aplicação da percentagem especificada no mesmo inciso aos fins e nos termos estabelecidos neste artigo.

Art. 14. O produto dos impostos de importação e de consumo incidentes sobre veículos, automóveis e do imposto sobre a remessa de valores para o exterior, correspondente à importação desses veículos, suas peças e acessórios, se destina à subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade.

Art. 15. Os proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos, contribuirão anualmente, até o exercício de 1957, com as quantias discriminadas na tabela anexa, recebendo, respeitado o disposto no art. 18, certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações da sociedade, os quais conterão declaração expressa desse direito, assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal de tais títulos.

Parágrafo único. Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere este artigo, promovendo o Governo convênio ou entendimento com as demais entidades de direito público para que, em relação ao licenciamento e emplacamento anual daqueles veículos, nos limites de sua competência, seja prestada colaboração no mesmo sentido.

Art. 16. Os recursos de que tratam os artigos 13, 14 e 15 serão recolhidos à conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

§ 1.º A União, por intermédio do representante designado nos termos do art. 7.º, poderá movimentar os recursos destinados por esta lei à Petrobras, antes de sua constituição, de acordo com as instruções do Ministro da Fazenda, para ocorrer às respectivas despesas.

§ 2.º Ainda que não tenham sido distribuídas as ações correspondentes ao aumento de capital, a Sociedade poderá movimentar as contas especiais referidas neste artigo.

Art. 17. A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem garantia do Tesouro.

### SEÇÃO III

#### *Dos acionistas da Petrobrás*

Art. 18. Os Estatutos da Sociedade, garantida a preferência às pessoas jurídicas de direito público interno, poderão admitir como acionistas somente:

- I — as pessoas jurídicas de direito público interno;
- II — o Banco do Brasil e as sociedades de economia mista, criadas pela União, pelos Estados ou Municípios, as quais em consequência de lei, estejam sob controle permanente do Poder Público;
- III — os brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos e residentes no Brasil uns e outros solteiros ou casados com brasileiras ou estrangeiras, quando não o sejam sob o regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento, limitada a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vinte mil);
- IV — as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no art. 9.º, alínea b do decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 100.000 (cem mil);
- V — as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras de que somente façam parte as pessoas indicadas no item III, limitada a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vinte mil).

### SEÇÃO IV

#### *Da diretoria e do conselho fiscal da Petrobrás*

Art. 19. A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

§ 1.º O Conselho de Administração será constituído de:

- a) 1 (um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum* com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva.

b) 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos;

c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União em numero máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos;

d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em numero máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos.

§ 2.º O numero dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 7,5% (sete e meio por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras c e d do § 1.º.

§ 3.º A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República.

§ 4.º É privativo dos brasileiros natos o exercicio das funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 5.º Do veto do Presidente ao qual se refere a letra a do § 1.º, haverá recurso *ex-officio* para o Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo.

§ 6.º Os 3 (três) primeiros Diretores serão nomeados pelos prazos de, respectivamente, 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, de forma a que anualmente termine o mandato de um Diretor.

Art. 20. O Conselho Fiscal será constituído de 5 (cinco) membros, com mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo único. A União elegerá um representante, as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, outro, as demais pessoas jurídicas de direito publico, tres, assegurados, neste caso, a cada grupo de acionistas que representar um terço dos votos, o direito de eleger separadamente um membro.

Art. 21 O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S. A. terá as atribuições constantes do art. 127 do decreto-lei n.º 2.627, de 28 de setembro de 1949, não se lhe applicando o decreto-lei n.º 2.928, de 31 de dezembro do mesmo ano.

## SEÇÃO V

### *Dos favores e obrigações atribuídos à Petrobrás*

Art. 22. Os atos de constituição da Sociedade e de integralização do seu capital, bem como as propriedades que possuir e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer e ainda os instrumentos de mandato para o exercicio do direito de voto nas Assembleias Gerais serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros onus fiscaes compreendidos na competência da União, que se entendera com as outras entidades de direito publico, solicitando-lhes os mesmos favores para a Sociedade da qual participarão, na esieira de competência tributária.

Art. 23. A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo e de impostos adicionais em relação aos maquinismos, seus sobressaentes e accessorios aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados a construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembarcados mediante portaria dos inspectores das Alfândegas.

Art. 24. A Sociedade fica assegurada o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 25. Dependendo sempre de prévia e especifica aprovação do Conselho Nacional do Petróleo a Sociedade só poderá dar garantia a financiamentos, tomados no pais ou no exterior a favor de emérseas subsidiárias, e desde que a operação no caso de capital estrangeiro não tenha qualquer vinculação real.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar aos financiamentos tomados no exterior, pela Sociedade e pelas suas subsidiárias, a garantia do Tesouro Nacional ate 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo capital integralizado quando se torna necessário pelo vulto de operação e pelo eminente interesse nacional em causa.

Art. 26. Sempre quando os dividendos atingirem 6% (seis por cento), podera a Assembleia Geral dos Acionistas fixar as percentagens ou gratificação por conta dos lucros para a Administração da Sociedade.

Art. 27. A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra de petróleo e xisto betuminoso e a extração de gas, indenização correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás.

§ 1.º Os valores do óleo e do xisto betuminoso serão fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2.º Será efetuado trimestralmente o pagamento de que trata este artigo.

§ 3.º Os Estados e Territórios distribuirão 20% (vinte por cento) do que receberem, proporcionalmente aos Municípios, segundo a produção de óleo de cada um deles devendo este pagamento ser efetuado trimestralmente.

§ 4.º Os Estados, Territórios e Municípios deverão aplicar os recursos fixados neste artigo, preferentemente, na produção de energia elétrica e na pavimentação de rodovias.

Art. 28. A União poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, para os quais destinar recursos financeiros especiais.

Art. 29. Os direitos relativos a concessões e autorizações referentes a jazidas de óleo mineral, refinarias e oleodutos que a Sociedade receber da União serão inalienáveis, ainda quando, como valor econômico, seja, pela Petrobrás, cedido o seu direito de utilização dos mesmos a qualquer de suas subsidiárias.

Art. 30. Não ocorrendo a desapropriação, a Petrobrás indenizará pelo seu justo valor aos proprietários do solo pelos prejuízos causados com a pesquisa ou lavra.

Art. 31. A Petrobrás, de acordo com a orientação do Conselho Nacional do Petróleo, deverá manter um coeficiente mínimo de reservas de óleo nos campos petrolíferos.

Art. 32. A Petrobrás e as sociedades dela subsidiárias enviarão ao Tribunal de Contas, até 31 de março de cada ano, as contas gerais da Sociedade, relativas ao exercício anterior, as quais serão por aquele remetidas à Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas limitará-se a emitir parecer sobre as contas que lhe forem enviadas e o Congresso Nacional, depois de tomar conhecimento das mesmas, sem anulá-las e do parecer do Tribunal, adotará, por qualquer de suas Casas, quanto ao assunto, as medidas que a sua ação fiscalizadora entender convenientes.

Art. 33. A direção da Petrobrás e a direção das sociedades dela subsidiárias são obrigadas a prestar as informações que lhes forem solicitadas pelo Congresso Nacional acerca dos seus atos e deliberações.

Art. 34. Quando o acionista for pessoa jurídica de direito público, será-lhe facultado o exame dos papéis e documentos da Sociedade para o fim de fiscalização das contas.

Art. 35. Os Estatutos da Petrobrás prescreverão normas específicas para a participação dos seus empregados nos lucros da Sociedade, as quais deverão prevalecer até que, de modo geral, seja regulamentado o inciso IV do art. 157 da Constituição.

## SEÇÃO VI

### *Disposições relativas ao pessoal da Petrobrás*

Art. 36. Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, poderão servir na Petrobrás em funções de direção ou de natureza técnica, na forma do decreto-lei n.º 6.877, de 18 de setembro de 1944, não podendo, todavia, acumular vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo.

Parágrafo único. Na hipótese do Conselho Nacional do Petróleo reduzir o seu pessoal, a Petrobrás dará preferência no preenchimento dos cargos ou funções, de acordo com as suas aptidões, aos servidores dispensados.

Art. 37. Não se aplica aos diretores, funcionários e acionistas da Petrobrás Brasileiro S. A. o disposto na alínea c do art. 2.º do decreto-lei n.º 538, de 7 de julho de 1938, podendo ser acionista da Sociedade os fun-

cionários dela e os servidores públicos em geral, inclusive os do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 38. A Sociedade contribuirá para a preparação do pessoal técnico necessário aos seus serviços, bem como de operários qualificados, através de cursos de especialização, que organizara podendo também conceder auxílios aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo para a preparação no exterior e outros meios adequados.

## SEÇÃO VII

### *Das subsidiárias da Petrobrás*

Art. 39. A Sociedade operará diretamente ou através de suas subsidiárias, organizadas com aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, nas quais devesse sempre ter a maioria das ações com direito a voto.

§ 1.º Na composição da restante parte do capital, observar-se-á o mesmo critério estabelecido para a Petrobrás, assegurada a proporcionalidade a que se refere o art. 13, inciso II, letra b, e a preferência estabelecida no art. 40.

§ 2.º Os cargos de direção das empresas referidas neste artigo serão privativos dos brasileiros natos, sempre que seu objeto seja qualquer das atividades da indústria do petróleo.

§ 3.º Na constituição dos corpos de direção e fiscalização das subsidiárias serão adotados critérios análogos aos estabelecidos nesta Lei, assegurando-se, ainda, às pessoas de direito público, com interesse relevante naquelas empresas, a representação na diretoria executiva.

Art. 40. Ao Estado em cujo território for extraído ou refinado óleo cru ou explorado gás natural será assegurada a preferência, com o concurso dos seus municípios para a participação nas sociedades subsidiárias destinadas à sua refinação ou distribuição, até o montante de 20% (vinte por cento) do seu capital.

Parágrafo único. Sempre que o Estado produtor de petróleo ou de gás manifestar o propósito de usar da preferência de que trata este artigo ser-lhe-ão atribuídas ou transferidas pela Petrobrás, nos limites prefixados, as ações que o mesmo se proponha tomar e para cuja integralização serão, previamente, estabelecidos os prazos e condições que visando a facilitar a colaboração do Estado, não sacrifiquem, no entanto os interesses relacionados com a constituição e o funcionamento da subsidiária de que o mesmo deva participar.

Art. 41. A Petrobrás, por autorização do Presidente da República, expedida em decreto e depois de ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, poderá associar-se, sem as limitações previstas no art. 39, a entidades destinadas à exploração do petróleo fora do território nacional, desde que a participação do Brasil ou de entidades brasileiras seja prevista, em tais casos, por tratado ou convênio.

Art. 42. O disposto nos arts. 22, 23, 24, 33 e 36 aplica-se, igualmente, às empresas subsidiárias da sociedade.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Ficam excluídas do monopólio estabelecido pela presente lei as refinarias ora em funcionamento no país, e mantidas as concessões dos oleodutos em idêntica situação.

Art. 44. Não ficam prejudicadas as autorizações para a instalação e exploração de refinarias no País, feitas até 30 de junho de 1952, salvo se as mesmas não estiverem em funcionamento nos prazos prefixados até a presente data.

Art. 45. Não será dada autorização para a ampliação de sua capacidade às refinarias de que tratam os dois artigos anteriores.

Art. 46. A Petróleo Brasileiro S. A. poderá, independentemente de autorização legislativa especial, participar, como acionista, de qualquer das empresas de refinação de que tratam os artigos antecedentes para o fim de torná-las suas subsidiárias.

Parágrafo único. A Petróleo Brasileiro S. A. adquirirá nos casos do presente artigo no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações de cada empresa.

Art. 47. Do monopólio estabelecido pela presente lei, ficam excluídos os navios-tanques de propriedade particular ora utilizados no transporte especializado de petróleo e seus derivados.

Art. 48. As contribuições especiais para pesquisa e outras, a que se obrigam as empresas concessionárias, na forma da lei vigente, e ainda as multas em que incorrerem os titulares de autorizações ou concessões para quaisquer das atividades relacionadas com hidrocarburetos líquidos serão destinadas à subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade ou de suas subsidiárias.

Art. 49. As sociedades de economia mista, a que se refere o inciso II do art. 18, dispensadas da prova de nacionalidade brasileira dos seus sócios ou acionistas, são exclusivamente as existentes na data da vigência desta lei.

Art. 50. Sempre que o Conselho Nacional do Petróleo tiver que deliberar sobre assunto de interesse da Sociedade, o presidente desta participará das sessões plenárias, sem direito a voto.

Art. 51. Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo disciplinará relações entre a Sociedade e o Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 52. O saldo das dotações orçamentárias e créditos adicionais do Conselho Nacional do Petróleo, para o exercício em que entrar em funcionamento a Petrobras, correspondentes a serviços, encargos, obras, equipamentos e aquisições, ou quaisquer outras relativas a atividades que passem à Sociedade, lhe será entregue logo que constituída.

Parágrafo único. Essas quantias serão levadas à conta de integralização de capital da União.

Art. 53. Da receita do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos de que trata a lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, 48% (quarenta e oito por cento) caberão aos Estados e Distrito Federal, feita a distribuição separadamente para os produtos oriundos de matéria prima nacional e para os produtos importados ou de óleo importado.

I — A parte da receita destinada aos empreendimentos ligados à indústria do petróleo (art. 3.º da lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952) terá a aplicação prevista no art. 13 desta lei.

II — A parte da receita destinada ao Fundo Rodoviário Nacional será aplicada de acordo com as disposições da lei n.º 302, de 13 de julho de 1948, e lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

§ 1.º A receita resultante dos produtos de matéria prima nacional será distribuída, observadas as disposições dos incisos anteriores, aos Estados e Distrito Federal da seguinte forma:

- 1) 18% (dezoito por cento) proporcionalmente às superfícies;
- 2) 36% (trinta e seis por cento) proporcionalmente às populações;
- 3) 36% (trinta e seis por cento) proporcionalmente aos consumos;
- 4) 10% (dez por cento) proporcionalmente à produção de óleo cru de poço ou de xisto ou ainda de condensados.

§ 2.º A receita resultante de derivados importados ou produzidos com óleo cru importado será distribuída aos Estados e ao Distrito Federal pela forma seguinte:

- 1) 20% (vinte por cento) proporcionalmente às superfícies;
- 2) 40% (quarenta por cento) proporcionalmente às populações;
- 3) 40% (quarenta por cento) proporcionalmente aos consumos.

§ 3.º As proporções de consumo previstas nos parágrafos anteriores serão calculadas com base nas quantidades consumidas em cada unidade federativa e não sobre o imposto pago.

§ 4.º A distribuição da cota de 12% (doze por cento) do imposto único, que caberá aos Municípios, far-se-á, também, no que for aplicável, pelos critérios dos parágrafos anteriores.

§ 5.º Os novos critérios de distribuição, estabelecidos no presente artigo, só vigorarão a partir de 1954.

Art. 54. Anualmente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará em obras rodoviárias, nos Territórios Federais, quantia não inferior à cota que caberia a cada um, caso participasse da distribuição



prevista no art. 53 da presente lei, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 55 Aos empregados e servidores da Sociedade aplicar-se-ão os preceitos de legislação do trabalho nas suas relações com a Petrobrás.

Art. 56 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida Neves  
Renato de Almeida Guillobel  
Cyro Espirito Santo Cardoso  
Vicente Rão  
Oswaldo Aranha  
Jose Americo  
João Cleofas  
Antônio Balbino  
João Goulart  
Nero Moura

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 15 DESTA LEI

A) Automóveis, inclusive camionetas:

a) Particulares:

	Cr\$
Até o peso de 1.000 kg inclusive .....	1.000,00
De mais de 1.000 até 1.500 kg inclusive .....	2.000,00
De mais de 1.500 até 1.800 kg inclusive .....	4.000,00
De mais de 1.800 kg .....	8.000,00

Nota 1.ª — Reduzam-se de 20% (vinte por cento) as contribuições quanto aos automóveis de mais de 3 (três) até 5 (cinco) anos de fabricação; de 40% (quarenta por cento) quanto aos de mais de 5 (cinco) até 7 (sete) anos; de 60% (sessenta por cento) quanto aos de mais de 7 (sete) até 10 (dez) anos; e de 80% (oitenta por cento) quanto aos de mais de 10 (dez) anos de fabricação.

Nota 2.ª — Aplicam-se aos jeeps e outros automóveis de reduzido valor, utilizados em atividades rurais, agro-pecuárias, florestais, mineiras e em obras públicas, as bases de contribuição a seguir especificadas para os automóveis de aluguel.

b) de aluguel:

	Cr\$
Até o peso de 1.000 kg inclusive .....	200,00
De mais de 1.000 a 1.500 kg .....	400,00
De mais de 1.500 a 1.800 kg .....	800,00
De peso superior a 1.800 kg .....	1.600,00

Nota: Reduzam-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições quando se relacionarem com automóveis de mais de 5 (cinco) anos de fabricação, caso em que os de peso até 1.000 kg ficam isentos e isentam-se todos os automóveis de mais de 10 (dez) anos de fabricação, bem como qualquer outro que seja o único possuído e diretamente explorado pelo proprietário.

B) Caminhões e outros veículos de carga:

	Cr\$
De menos de 1 tonelada de carga .....	200,00
De 1 a 2 toneladas de carga .....	400,00
De 2 a 5 toneladas de carga .....	800,00
De 5 a 7 toneladas de carga .....	1.200,00
De 7 a 10 toneladas de carga .....	1.600,00
De mais de 10 toneladas de carga .....	2.000,00

*Nota:* Reduzam-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições, quando se relacionarem com veículos de mais de 5 (cinco) anos de fabricação, caso em que os de capacidade inferior a uma tonelada ficarão isentos e isentam-se todos os de mais de 10 (dez) anos de fabricação, bem como qualquer outro que seja o único possuído e diretamente explorado pelo proprietário.

## C) Ônibus:

	Cr\$
Com capacidade até 20 passageiros, inclusive .....	1.600,00
Com capacidade de 21 a 30 passageiros .....	2.400,00
Com capacidade de 31 a 40 passageiros .....	3.200,00
Com capacidade de 41 ou mais passageiros .....	4.000,00

## D) Veículos Aquáticos:

## a) Particulares, para recreio:

	Cr\$
Com motor até 5 HP .....	400,00
Com motor de mais de 5 até 10 HP .....	1.000,00
Com motor de mais de 10 até 20 HP .....	2.400,00
Com motor de mais de 20 até 30 HP .....	4.000,00
Com motor de mais de 30 até 50 HP .....	6.400,00
Com motor de mais de 50 até 100 HP .....	12.000,00
Com motor de 100 HP .....	20.000,00

*Nota:* As contribuições devidas pelos proprietários de embarcações destinadas a fins industriais e comerciais, conquanto privadas, são as constantes da tabela a seguir.

## b) Para transportes industriais ou comerciais:

	Cr\$
Com motor até 10 HP .....	isentos
Com motor de mais de 10 até 20 HP .....	200,00
Com motor de mais de 20 até 30 HP .....	400,00
Com motor de mais de 30 até 50 HP .....	800,00
Com motor de mais de 50 até 100 HP .....	1.200,00
Com motor de mais de 100 HP .....	2.000,00

*Nota 1.ª:* Reduzam-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições quando se referirem a embarcações equipadas com motores de mais de 5 (cinco) anos de uso caso em que serão isentas as embarcações até 20 HP.

*Nota: 2.ª* isentam-se todas as embarcações com motores com mais de quinze anos de uso e as que se destinem à pesca até 20 HP, desde que seja a única possuída e diretamente explorada pelo proprietário.

## E) Veículos Aéreos:

## a) Para transporte privado ou de recreio:

	Cr\$
Com motores até 150 HP .....	5.000,00
Com motores de mais de 150 até 450 HP .....	10.000,00
Com motores de mais de 450 até 1.000 HP .....	20.000,00
Com motores de mais de 1.000 até 2.000 HP .....	25.000,00
Com motores de mais de 2.000 HP .....	50.000,00

## b) Para transportes industriais ou comerciais e serviços especializados:

	Cr\$
Com motores até 150 HP .....	600,00
Com motores de mais de 150 até 450 HP .....	1.000,00
Com motores de mais de 450 a 1.000 HP .....	2.000,00
Com motores de mais de 1.000 a 2.000 HP .....	2.600,00
Com motores de mais de 2.000 HP .....	5.000,00

## c) Para instrução .....

isentos

LEI N.º 2.005 — DE 5 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário do nascimento de José do Patrocínio e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Governo Federal assumirá, nos termos desta lei, a iniciativa da comemoração do primeiro centenário do nascimento do jornalista e abolicionista brasileiro José do Patrocínio, a transcrever em 8 de outubro de 1953.

Art. 2.º O Instituto Nacional do Livro, à conta da verba própria do orçamento de 1953, coordenará providências no sentido de se reeditorarem as obras esgotadas, "Mota Coqueiros", "Os Retirantes" e "Pedro Espanhol".

Art. 3.º É instituído o Prêmio Nacional José do Patrocínio no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado a recompensar o melhor estudo histórico sobre a Abolição.

Art. 4.º O Ministério da Educação e Cultura baixará no prazo de 40 (quarenta) dias, a partir da vigência desta lei, as instruções e normas para realização e julgamento do concurso de que trata o art. 3.º.

Art. 5.º O Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento Geral dos Correios e Telégrafos, providenciará a emissão de uma série de 2 (dois) selos comemorativos do primeiro centenário de José do Patrocínio, das taxas de Cr\$ 0,60 (sessenta centavos) e Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) e nas quantidades, respectivamente, de 2.000.016 (dois milhões e dezesseis) e 1.000.008 (um milhão e oito), ambos com a efigie desse jornalista e abolicionista e alusões às suas obras.

Art. 6.º O Ministério da Educação e Cultura promoverá, em todo o país, a 8 de outubro de 1953, palestras e conferências sobre a vida de José do Patrocínio e o sentido social dos seus trabalhos.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino  
José Américo de  
Almeida

LEI N.º 2.006 — DE 5 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Concede a pensão especial de Cr\$ 1.619,00 mensais à viúva e ao filho de Augusto César Araújo de Oliveira, ex-guarda civil do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 1.619,00 (mil seiscentos e noventa cruzeiros) a Emilia Carvalho de Oliveira e Militão Jesus Carvalho de Oliveira, viúva e filho menor de Augusto César Araújo de Oliveira, ocupante do cargo da classe G da Carreira de Guarda Civil do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, falecido em consequência de agressão no exercício e desempenho de serviço.

Parágrafo único. Por morte da viúva beneficiária, a pensão a que se refere este artigo será transferida integralmente ao herdeiro acima nomeado, que perderá o direito à mesma quando completar a maioridade.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo anterior, é devida a partir da data da publicação da presente lei, e a despesa correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves  
Oswaldo Aranha.

## LEI N.º 2.007 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1953

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR,  
PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE,  
O CREDITO ESPECIAL DE CR\$ 523.510,50,  
PARA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE  
MAGISTERIO.

## O PRESIDENTE DA REPUBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o credito especial de Cr\$ 523.510,50 (quinhentos e vinte e três mil quinhentos e dez cruzeiros e cinquenta centavos) para pagamento de gratificação de magisterio a que têm direito, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministerio:

	Cr\$
Valentim Barbosa do Vale, professor, padrão J, da Escola Industrial de João Pessoa, (período de 2 de abril a 31 de dezembro de 1951) .....	6.187,00
Mário Guimarães de Souza, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . .	6.000,00
Eurico Monteiro de Matos, aposentado no cargo de professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Luiz de Barros Freire, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) ....	18.000,00
Luiz Jose Fernandes Ribeiro, aposentado no cargo de professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Manoel Antônio de Moraes Rêgo, aposentado, em duas cadeiras, no cargo de professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	36.000,00
Nestor Moreira Reis, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Newton da Silva Maia, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Paulo Guedes Pereira, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 29 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	36.145,20
Aurino José Duarte, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Alberto Martins Moreira, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Alvaro Celso Uchôa Cavalcanti, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Ivan de Albuquerque Loureiro, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do	

Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Manoel Viana Vasconcelos, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Napoleão Juvêncio de Albuquerque, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Arnaldo Cavalcanti Marques, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Arsênio Luiz Tavares da Silva, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	36.483,90
João Gomes de Amorim, aposentado no cargo de professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Jorge de Oliveira Sabo, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	36.483,90
Luiz Ferreira dos Santos, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Odilon da Cunha Gaspar, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	18.000,00
Aloisio Bezerra Coutinho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
Nelson Ferreira de Castro Chaves, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	6.000,00
João de Moura, professor, padrão J, da Escola Industrial de Fortaleza (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1947) . . . . .	18.480,00
Alvaro Borges Vieira Pinto, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (período de 15 de junho a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	3.266,70
Luiz Nogueira Parela, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (período de 21 de novembro a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	666,70
Francisco de Paula e Silva (aposentado no cargo de professor padrão J), da Escola Industrial de Teresina (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1946) . . . . .	14.400,00
Artistides Rocha, professor catedrático, padrão M, da Faculdade de Direito do Amazonas, falecido em 12 de setembro de 1950 (diferença de gratificação referente ao período de 24 de novembro de 1949 a 11 de setembro de 1950) . . . . .	7.872,00
Eleonora Mota Lima de Faria, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 19 de setembro de	

1946 a 31 de dezembro de 1947 e de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950, num total de) .....	12.320,00
Jose Jurema de Carvalho professor, padrão J, da Escola Industrial de João Pessoa (período de 6 de agosto a 31 de dezembro de 1951) .....	3.338,70
Josué Simplicio de Almeida, professor, padrão J, da Escola Industrial de João Pessoa (período relativo ao ano de 1950) .....	11.280,00
Alfredo Boneff, professor, padrão J, da Escola Industrial de Belém (período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1949) .....	1.800,00
Maria Ferreira Custodio da Cunha, professor, padrão J, da Escola Industrial de Fortaleza (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1947) .....	18.480,00
Maria de Aguiar Barreto, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1949) .....	7.200,00
Noêmia Madureira Dantas, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1947) .....	9.240,00
Alvaro Conde, professor, padrão K da Escola Técnica de Vitória (período de 15 de abril a 31 de dezembro de 1951) .....	7.850,70
Manoel Dias Negreiros, professor, padrão J, da Escola Industrial de Belém (período de 5 de abril a 31 de dezembro de 1950) .....	7.536,70
Nivalda Fontes da Silva, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.380,00
Humberto da Silva Moura, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.380,00
José Heribaldo Teles de Menezes, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.380,00
Mauro Messias dos Santos, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.380,00
Maria de Lourdes Figueira Guilherme professor, padrão J, da Escola Industrial de Natal (relativo ao ano de 1950) .....	8.280,00
Ninália de Luna Freire Barbosa professor, padrão J, da Escola Industrial de João Pessoa (período de 1 de janeiro de 1946 a 31 de dezembro de 1949) .....	23.300,00
Jesuíno Freire de Oliveira, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.380,00
<b>Total</b> .....	<b>523.510,50</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*Antônio Balbino*  
*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.008 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1953

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR,  
PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE,  
O CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 494.573,90,  
PARA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE  
MAGISTÉRIO.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 494.573,90 (quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e noventa centavos), para pagamento de gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministério:

	Cr\$
1 — Henrique Paulo da Cunha Bahiana, padrão K, da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	4.250,00
2 — João Brasil Silvano Júnior, padrão K, do Instituto Nacional de Surdos e Mudos (período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1948) .....	2.830,00
3 — Climaco Bezerra Pessoa, padrão J, da Escola Técnica Nacional (período de 16 de junho a 31 de dezembro de 1949) .....	4.485,00
4 — Carmen Freire, padrão J, da Escola Industrial de Fortaleza (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949) .....	6.805,80
5 — Raul Davi de Sanson, padrão O, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (período de 26 de maio de 1944 a 31 de dezembro de 1949) .....	39.427,40
6 — Edmar Fleuri Pereira, padrão K, da Escola Técnica de Goiânia (período de 28 de setembro a 31 de dezembro de 1948) .....	5.487,00
7 — Alfredo Boneff, padrão J, da Escola Industrial de Belém (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	1.530,00
8 — Manuel Dias Negreiros, padrão J, da Escola Industrial de Belém (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	1.530,00
9 — Rubens Alt, padrão K, da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	4.250,00
10 — Maria da Glória da Cunha Viana, padrão K, da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	9.590,00
11 — Daniel Cardoso Avila, padrão J, da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	5.780,00
12 — Esther Calmon Vergne, padrão K, da Escola Técnica Nacional (período de 4 de agosto a 31 de dezembro de 1949) .....	8.678,70
13 — Hiperides Zanelo, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	12.835,00
14 — Cândido Paraense dos Santos, padrão J, da Escola Industrial de Belém (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	5.780,00

15	Manuel José de Menezes, padrão J, da Escola Técnica de Salvador (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	5.780,00
16	Balbino de Lima Pita, padrão K, da Escola Técnica de Vitória (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	4.250,00
17	Joaquim Rodrigues Moreira Júnior, padrão J, da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	5.780,00
18	Odi Freire de Oliveira, padrão J, da Escola Industrial de Natal (período de 14 de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	10.419,00
19	Maria Angelita Marinho, padrão J, da Escola Industrial de Natal (período de 14 de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	15.678,40
20	Aurélio de Castro Cavalcanti, padrão J, da Escola Industrial de Natal (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1949) .....	25.170,00
21	Artur do Prado, catedrático, padrão L, da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, em disponibilidade (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1949) .....	19.300,00
22	Léa Baldi, padrão J, da Escola Técnica de Vitória (período de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 1949) .....	16.115,00
23	Rita de Cássia Pires Rêgo, padrão J, da Escola Industrial de Teresina (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	10.419,00
24	Manuel da Costa e Silva, padrão J, da Escola Técnica Nacional (período de 17 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	5.604,50
25	Maria Augusta Ducan Martins, padrão K, da Escola Técnica de Campos (período de 9 de abril a 31 de dezembro de 1949) .....	7.423,30
26	Judite Vasconcelos do Carmo, padrão J, da Escola Industrial de Fortaleza (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	1.530,00
27	Carlos Gomes de Faria, padrão K, da Escola Técnica de Goiânia (período de 28 de setembro a 31 de dezembro de 1948) .....	2.635,00
28	Manuel Bergstrom Lourenço Filho, catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	22.650,00
29	Iara Coutinho Camarinha, catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (período de 20 de outubro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	10.800,00
30	José Tobias Neto, catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia (período de 1 de janeiro de 1941 a 31 de dezembro de 1949) ....	45.508,00
31	Maria Tércia Bonavides Lins, padrão J, da Escola Industrial de João Pessoa (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1949) .....	10.465,00
32	João Cristóvão Cardoso, catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (período de 28 de fevereiro de 1947 a 31 de dezembro de 1949) .....	21.276,80
33	Rita Alves da Conceição, padrão K, da Escola Técnica de Manaus (período de 1 de janeiro de 1946 a 31 de dezembro de 1949) .....	67.290,00
34	Júlio Pereira Gama, padrão J, da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto a 19 de outubro de 1948) .....	235,20



35 — José Heribaldo Teles de Menezes, padrão J, da Escola Industrial, de Aracaju (período de 13 de julho a 31 de dezembro de 1949) .....	3.872,90
36 — Feliz Izabô, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 1 de agosto de 1943 a 31 de dezembro de 1949) .....	9.690,00
37 — Nivalda Fontes da Silva, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1949) .....	3.450,00
38 — Valentina Isabel Bastos, padrão J, da Escola Técnica Nacional (período de 17 de agosto de 1943 a 31 de dezembro de 1949) .....	5.604,50
39 — Antônio de Barros Terra, catedrático, interino, padrão M, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, aposentado (período de 1 de janeiro de 1941 a 31 de dezembro de 1950) .....	48.000,00
40 — Demóstenes de Oliveira Dias, padrão K, da Escola Técnica Nacional (período de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1949) .....	2.248,40
Total .....	494.573,90

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1953; 132º da Independência e 65º da República

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.009 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1953

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR, PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, O CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 677.892,30, PARA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 677.892,30 (seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois cruzeiros e trinta centavos), para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
Haroldo Lisboa da Cunha, catedrático, padrão "O", do Colégio Pedro II — Internato, período de 16 de outubro a 31 de dezembro de 1950 .....	1.887,00
Tiago Cristovam Faria de Lima, padrão "J", da Escola Técnica Nacional, período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1943 .....	450,00
Evendina Camurça Marques dos Santos, padrão "J", da Escola Industrial de Fortaleza, período de 28 de setembro a 31 de dezembro de 1948 .....	3.085,00

Eugênio Trombini Palerano, padrão "K", da Escola Técnica Nacional, período de 4 de outubro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	22.867,80
Josino Pinheiro de Carvalho, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 21 de setembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950 .....	10.580,00
Fantaleão Carvalho, padrão "J", da Escola Industrial de Teresina, período de 7 de dezembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	17.116,40
Raul Romano Rangel, padrão "J", da Escola Técnica Nacional, período de 17 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.604,50
Embelino Pereira Martins, padrão "K", da Escola Técnica Nacional, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	4.250,00
Maria Raimunda Tupinambá Gomes, padrão "J", da Escola Técnica de São Luís, período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	18.699,00
Pedro da Silva Ribeiro, padrão "J", da Escola Industrial de Belém, período de 10 de agosto a 31 de dezembro de 1950 .....	3.249,70
Elcina Tavares, padrão "J", da Escola Técnica Nacional, período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948 e diferença da mesma gratificação referente ao período de 1 de agosto de 1949 a 31 de dezembro de 1950 .....	31.340,00
Jurandir dos Reis Pais Leme, catedrático, padrão "O", do Colégio Pedro II, Internato, período de 4 de julho a 31 de dezembro de 1950 .....	4.427,40
José Dias Barbosa, padrão "J", da Escola Técnica de Manaus, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.530,00
Pedro Pinheiro de Sousa, padrão "J", da Escola Industrial de Natal, período de 15 de maio a 31 de dezembro de 1950 .....	5.208,30
Maria Pires de Sousa Martins, padrão "K", da Escola Técnica de São Luís, período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	23.035,00
Maria Augusta Gadelha de Alencar Araripe, padrão "J", da Escola Industrial de Fortaleza, período de 16 de maio a 31 de dezembro de 1950 .....	5.186,10
Carlos Sepúlveda, padrão "K", da Escola Técnica de Salvador, período de 10 de abril a 31 de dezembro de 1950 .....	8.004,00
Luís Domingos da Silva Marques, padrão "K", da Escola Técnica de São Paulo, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	16.530,00
Sezeifredo Blaschke, padrão "J", da Escola Industrial de Florianópolis, períodos de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1946 e de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1948 .....	8.900,00
Pedro Augusto Pinto, professor privativo, padrão "L", de Farmácia Galênica da Escola Nacional, de Farmácia, anexa à Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em disponibilidade, período de 18 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1950 .....	31.323,00
Aloísio Teles de Menezes, padrão "K", da Escola Técnica do Recife, período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	23.035,00
Maria Dulce Calmon de Bittencourt Pinto de Almeida, padrão "J", da Escola Técnica, de Salvador, período de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1950 .....	1.058,00
João José de Almeida Seabra, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, período de 22 de setembro de 1945 a 31 de dezembro de 1949 .....	33.070,00

Benedito Figueiredo, padrão "J", da Escola Industrial de Cuiabá, período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 .....	18.699,00
Benilde Borba de Moura, padrão "J", da Escola Industrial de Cuiabá, período de 5 de junho de 1949 a 31 de dezembro de 1950 .....	13.618,00
Victor Ribeiro Leusinger, padrão "O", da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, período de 1 de janeiro de 1941 a 31 de dezembro de 1949 .....	70.125,00
Eleonora Mota Lima de Faria, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.530,00
Humberto da Silva Moura, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.530,00
Jesuino Freire de Oliveira, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.530,00
Leida Regis, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, períodos de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 e de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 ..	32.845,00
Manuel Messias dos Santos, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.530,00
Maria de Aguiar Barreto, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.530,00
Artur Santana, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
Edmundo Chagas, padrão "J", da Escola Técnica de Campos, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
Francisco de Paula e Silva, padrão "J", da Escola Industrial de Teresina, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
Hildebrando de Souza, padrão "J", da Escola Técnica de Campos, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
João Nepomuceno Menezes, padrão "J", da Escola Industrial de Aracaju, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
Clotilde Francisca Coelho, padrão "J", da Escola Industrial de Florianópolis, período de 28 de setembro de 1948 a 14 de março de 1949 (faleceu em 15 de março de 1949) ....	1.837,50
Francisco Pandolfo, padrão "K", da Escola Técnica de Campos, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	9.690,00
Alaide Gomes, padrão "K", da Escola Técnica de Campos, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	9.690,00
Alice Batista Nogueira, padrão "K", da Escola Técnica de Campos, período de 1 de agosto de 1948 a 3 de dezembro de 1949 .....	9.690,00
Alvamar Furtado de Mendonça, padrão "J", da Escola Industrial de Natal, período de 11 de maio a 31 de dezembro de 1950 .....	5.297,40
Antônio Monteiro de Moraes Nascimento, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 .....	18.000,00
Antônio José Coelho de Almeida, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de setembro de 1951 .....	12.150,00

Carlos Marinho de Sousa, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 .....	18.000,00
Edgard Altino Correia de Araújo, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 .....	18.000,00
Ernesto Silva, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 .....	18.000,00
Luis Inácio de Barros Lima, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 .....	18.000,00
Tércio Rcsado Mala, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 .....	18.000,00
Oton Soares de Freitas, catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, período de 14 de dezembro de 1944 a 31 de dezembro de 1950 .....	42.782,20
Eufrosina Ataíde de Oliveira, padrão "J", da Escola Industrial de Maceió, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
Pedro Varela, padrão "J", da Escola Técnica de Belo Horizonte, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	5.780,00
Felício Tércia, padrão "J", da Escola Técnica de Belo Horizonte, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	1.536,00
Abelardo de Oliveira Cardoso, padrão "K", da Escola Técnica de Belo Horizonte, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	4.250,00
João de Sousa Leal Filho, padrão "K", da Escola Técnica de Belo Horizonte, período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 .....	9.690,00
<b>Total</b> .....	<b>677.892,30</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1953; 132º da Independência e 65º da República

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.010, DE 7 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede pensão especial de Cr\$ 7.089,50 mensais a Hilda Sampaio Ribeiro e Walkir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 7.089,50 (sete mil, oitenta e nove cruzeiros e cinquenta

centavos) mensais a Hilda Sampaio Ribeiro e Walkir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares.

Art. 2.º A pensão é dividida em duas partes iguais, havendo reversão da quota na hipótese de falecimento de qualquer dos dois beneficiários, cessando o pagamento se a viúva contrair novas núpcias ou se o filho inválido recuperar a saúde.

Art. 3.º O pagamento da pensão concedida no art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de outubro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.011, DE 7 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacáu, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Ministério da Agricultura, a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacáu da Bahia, no sentido de traçar e executar o Plano de Combate às pragas e moléstias que infestam a lavoura cacaueira, designando, para esse fim, os técnicos necessários, que trabalharão em cooperação com o pessoal dos órgãos especializados estaduais.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para auxiliar, sob a direção e orientação do Ministério da Agricultura, os governos dos Estados produtores e exportadores de cacáu e o Instituto do Cacáu da Bahia, no custeio das despesas de correntes da presente lei, inclusive aquisição de inseticidas e medicamentos cuja importação independa de licença prévia e ficará isenta de impostos e taxas aduaneiras, exceto as de previdência social.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de outubro de 1953.

Presidente do Senado Federal

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.012, DE 12 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 27.890,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores de comissões examinadoras.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.890,00 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa cruzeiros) para atender ao pagamento de honorários, como integrantes de comissões examinadoras, no exercício de 1951, aos seguintes professores do Colégio Pedro II — Internato:

	Cr\$
George Summer (Professor Catedrático, padrão O) .	3.050,00
Honório de Souza Silvestre (Professor Catedrático, padrão O) .....	3.490,00
Vandick Londres da Nóbrega (Professor Catedrático, padrão O) .....	3.050,00
Quintino do Valle (Professor Catedrático, pad. O) .....	3.050,00
Cândido Jucá Filho (Professor Catedrático, padrão O) .....	3.050,00
Oscar Przewodowski (Professor Catedrático, padrão O) .....	3.050,00
Alvaro de Barros Lins (Professor Catedrático, padrão O) .....	3.050,00
Aldimir de São Paulo (Professor, referência 29) ....	3.050,00
Zillah de Moraes Martins (Professor, ref. 29) .....	3.050,00
<b>Total .....</b>	<b>27.890,00</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1953; 132. da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.013, DE 12 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 30.000,00 para atender ao pagamento de salário-família.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para atender ao pagamento de salário-família aos servidores pertencentes aos quadros do mesmo Departamento, no exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.014 — DE 12  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de tributos, exclusiva a taxa de Previdência Social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outras.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de todos os tributos, exceto a taxa de previdência social, que incidam sobre o material abaixo relacionado, importado para as seguintes Prefeituras Municipais:

I — Para a Prefeitura Municipal de Formiga, no Estado de Minas Gerais: material para a construção de nova usina hidro-elétrica a ser instalada no município;

II — Prefeituras Municipais de Itabuna e Ilhéus: grupo Diesel e demais acessórios destinados à iluminação pública daquelas cidades, a serem desem-

barcadas nos portos de Salvador ou de Ilhéus;

III — Prefeitura Municipal de Jequitinhonha: maquinária destinada à instalação de usina hidro-elétrica no município;

IV — Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba: — um grupo elétrico consistindo em: — 1.º Um motor Diesel Sulzer tipo 2BAF29, devidamente equipado; 2.º Um alternador trifásico de fabricação Société Anonyme des Ateliers de Secheron, Genève, Suíça, do tipo volante SI — 12-140-32; 3.º Um disjuntor a óleo, tipo 0613; 4.º Um selecionador tripolar tipo C613; 5.º Três transformadores de corrente, tipo NTT6h18; 6.º Dois ditos tipo NTT6h21; 7.º Dois transformadores de tensão, monofásicos, tipo TNLC12; 8.º Um dito tipo MLa9; 9.º Seis seguranças de alta capacidade tipo CGB6; 10) Ferros de fixação para material de alta tensão; 11) Cabos e acessórios para ligação; 12) Conexões em cobre, isoladores e suportes; 13) Fios pilotos e de comando; 14) Material para ligação à terra; 15) Material de baixa tensão constante de um quadro de distribuição, compondo-se de dois painéis de ferro, perfilado com chapas de proteção e portas trazeiras inclusive montagem dos aparelhos e instrumentos, barras coletoras de cobre, fios de ligação, material miúdo e chapas indicadoras; 16) Um amperímetro eletro-magnético 0,550 Amp; 17) Um comutador de amperímetro; 18) Um voltímetro eletro-magnético ..... 0-5.000 v.; 19) Um comutador de Voltmetro; 20) Um wattmetro, sistema Ferrari para fases desequilibradas; 21) Um amperímetro para a excitação; 22) Um comutador de sincronização; 23) Vinte metros de cabo shunt; 24) Um regulador automático de tensão e ação rápida tipo AB-2-1; 25) Uma resistência para fixar a tensão desejada; 26) Um comutador de excitação; 27) Um manipulador de regulação de velocidade dos motores Diesel; 28) Um comutador de campo, tipo P4 e 29) Dois relais secundários de corrente máxima, tipo 31, com regulação independente de amperagem e do tempo de desligamento; 30) Um relais secundário térmico, tipo ST; 31) Um relais de proteção diferencial, tipo RB 3; 32) Um aparelho de sinalização, tipo A2, adquirido à firma Sulzer Frères S. A., Einterthur, Suíça.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.015 — DE 12  
DE OUTUBRO DE 1953

*Isenta a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do pagamento de taxa aduaneira de um grupo Diesel-elétrico.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, isenta do pagamento das taxas aduaneiras que recaem sobre a importação de um grupo Diesel-elétrico, que se destina a fornecer luz e energia elétrica à cidade de São Lourenço do Sul, sede do município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.016 — DE 12  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede ao Estado de Minas Gerais, isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para os materiais importados pela Rádio Inconfidência, que especifica.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida ao Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para os materiais abaixo relacionados, importados pela Rádio Inconfidência:

1 transmissor de rádio difusão com potência de 50 Kw "Federal" tipo 197 A, completo, com dois jogos de válvulas e dois cristais para 880 Kc/s;  
1 mesa de controle "Federal" tipo 103 AY, completa, com válvulas;  
1 jogo de válvulas de reserva para a mesa de controle "Federal" tipo 108 AY;

1 jogo de válvulas de reserva para o transmissor "Federal", tipo 197 A;

1 jogo de peças de reserva para o transmissor "Federal", tipo 197 A;

1 unidade de acoplamento de antena "Andrew", completa, com acessórios;

1 mesa de controle de estúdio "Western Electric" tipo 258, completa, com acessórios;

10 mesas toca-discos "Fairchild", tipo 524 A1, completa, com acessórios;

6 microfones de velocidade "Western Electric" tipo 639 A;

4 microfones dinâmicos direcionais "Western Electric" tipo 633 A, completos, com acessórios;

6 pedestais para microfone, modelo de piso "Western Electric" tipo 24A, completos, com acessórios;

6 pedestais para microfone, modelo de piso "Western Electric" tipo 22 A, completos, com acessórios;

4 altofalantes de 8" "Western Electric" tipo 755 A;

2 altofalantes de 12" "Western Electric", tipo 728 B;

1 conjunto de altofalantes "Western Electric" tipo 757 A, completo, com móvel;

3 amplificadores monitores "Western Electric" tipo 124 E, completos, com válvulas;

4 amplificadores portáteis "Western Electric" tipo 22 D, completos, com válvulas e acessórios;

2 gravadores de discos, modelo de estúdio "Fairchild" tipo 539 K1, completos, com acessórios;

1 gravador magnético "Amplifier Corporation", completo, com válvulas e acessórios;

1 receptor "Hammariund" tipo Super-Pro, completo, com válvulas e altofalante;

4 braços pantográficos para microfone "Stabird" tipo 180, modelo de luxo;

2 transmissores de frequência modulada com potência de 500 watts "Federal", completos, com cristais e dois jogos de válvulas;

100 metros de cabo coaxial RG 17 U "Federal" tipo "Interlin" K 12;

2 receptores de frequência modulada com controle e cristal "Radio Engineering Laboratories" tipo 670 I, completos, com válvulas;

2 cristais sobressalentes para os receptores "Radio Engineering Laboratories" tipo 670 L;

2 antenas de recepção para frequência modulada "Workshop Associates" tipo Em 2;

100 metros de cabo coaxial RG 58 U, "Federal" tipo "Interlin";

2 conectores coaxiais para uso com os receptores de frequência modulada:

- 1 transformador para sub-estação;
- 1 jogo de medidores;
- 1 jogo de interruptores;
- 1 jogo de protetores.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.017 — DE 12  
DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná.

Art. 2.º Serão as seguintes as quantidades e taxas dos selos comemorativos: dois milhões de selos para cada uma das taxas de Cr\$ 0,60 (sessenta centavos) e Cr\$ 1,20 (um cruzeiro e vinte centavos); e um milhão de selos para cada uma das taxas de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) e Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.018 — DE 12  
DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do primeiro centenário da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, transcorrido em 19 de julho de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.019 — DE 12  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 à viúva e à filha do Professor João Carlos Teixeira Brandão.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cru-



zeiros), mensais a Maria de Lourdes Teixeira Brandão, viúva do ex-parlamentar Professor João Carlos Teixeira Brandão e a Beatriz Teixeira Brandão, filha solteira e inválida do "de cujus", com direito à percepção da metade da pensão.

Art. 2.º A despesa para pagamento da pensão de que trata o artigo 1.º, desta Lei correrá por conta da verba da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.020 — DE 15 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Cria na Justiça do Trabalho a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criada, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2.º São criados um cargo de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta, e duas funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregadores e a outra para a de empregados.

§ 1.º Haverá um suplente para cada Vogal.

§ 2.º Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções de que trata este artigo serão os fixados na Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948 (Art. 5.º).

Art. 3.º Os mandatos dos Vogais da Junta, de que trata esta lei, terminarão simultaneamente com os dos titulares da Primeira Junta de Santos, atualmente em curso.

Art. 4.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região promoverá a instalação da Junta ora criada.

Art. 5.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais para a execução desta lei, até Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e sessenta cruzeiros).

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Tancredo de Almeida Neves.  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.021 — DE 15 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 750,00 mensais à viúva e filhos menores de Joaquim Barbosa de Oliveira, ex-artífice diarista da Tabela Numérica de Diaristas do Departamento Federal de Segurança Pública.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros) mensais, a Jaridelina Barbosa de Oliveira, Zilmair, Maria Helena, Eliana, Adilson, viúva e filhos menores de Joaquim Barbosa de Oliveira, ex-artífice diarista da Tabela Numérica de Diaristas do Departamento Federal de Segurança Pública, falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções.

Parágrafo único. Por morte da viúva beneficiária, a pensão de que trata esta lei será transferida inteiramente aos herdeiros a que se refere este artigo, sendo que o do sexo masculino perderá o direito à mesma quando completar a maioridade, e os do sexo

feminino, quando contraírem matrimônio.

Art. 2.º A pensão especial estabelecida no art. 1.º é devida a partir da data da publicação da presente lei, e a despesa correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.  
Oswaldo Aranha.

#### LEI N.º 2.022 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da IV Jornada Brasileira de Radiologia a realizar-se, no ano de 1953, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, por ocasião dos festejos do Centenário daquela Cidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Antônio Balbino.  
Oswaldo Aranha.

#### LEI N.º 2.023 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de .... Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ ... 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar, respectivamente, a construção da sede do Museu de Arte Moderna, do Teatro Castro Alves, da Escola de Belas Artes de Pelotas e do Museu Mariano Procopio.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70 § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), como auxílio para início de construção da sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Art. 2.º É igualmente autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para auxiliar a construção, já iniciada, do Teatro Castro Alves, em Salvador, Bahia.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, também, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para instalação em sede própria, da Escola de Belas Artes de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4.º Na mesma forma do artigo 2.º, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ampliação e adaptação dos prédios do Museu Mariano Procopio, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1953. — Alexandre Marcondes Filha, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.024 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de Cr\$ 2.423,50 mensais a Amélia Ribeiro Leão, viúva do Dr. Acilino de Leão Rodrigues.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.423,50 (dois mil, quatrocentos e vinte e três cruzeiros e cinquenta centavos) mensais, a Amélia Ribeiro Leão, viúva do Doutor Acilino de Leão Rodrigues, antigo professor, fundador da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará e ex-Deputado Federal.

Art. 2.º O pagamento da pensão, concedida pela presente Lei, correrá à conta da dotação orçamentária destinada aos pensionistas da União, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1953.

ALEXANDER MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência

LEI N.º 2.025 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1953

*Denomina Professores de Educação Física os atuais Instrutores de Educação Física do Instituto Benjamin Constant.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os atuais Instrutores de Educação Física, do Instituto Benjamin Constant passam a denominar-se Professores de Educação Física.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.026 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1953

*Isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos alfandegários para importação de máquinas destinadas à usina hidroelétrica de sua propriedade.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, do pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, relativas às máquinas pela mesma Prefeitura importadas para a usina hidroelétrica de sua propriedade, naquele município, sendo as hidráulicas adquiridas da firma "Ateliers de Constructions Mécaniques de Vevey S. A.", da Suíça, e as propriamente elétricas dos fabricantes "Allis Chalmers Manufacturing Co." de Milwaukee, Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.027 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1953

*Isenta de direitos e taxas aduaneiras, uma draga de sucção, importada pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede no Recife.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para uma draga hidráulica de sucção e recalque, com capacidade horária de 100 m3 de sólidos e um recalque de 600 mts. ou 250 m3, um recalque de 200 mts., força

motriz Diesel elétrica, de 40 KVA-440 volts e profundidade de dragagem de 8 mts., adquirida pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede no Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.028 — DE 16  
DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para pagamento da subvenção a que tem direito o Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Estado de Minas Gerais, no exercício de 1953, nos termos da Lei de número 1.786, de 30 de dezembro de 1952.

Art. 2.º E' também o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para pagamento da subvenção a que tem direito, no exercício de 1953, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, nos termos da Lei de número 1.777, de 19 de dezembro de 1952.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.029 — DE 16  
DE OUTUBRO DE 1953

*Isenta a Companhia Luz e Força S. A., do Município de Marco, no Estado do Ceará, dos pagamentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, relativos às máquinas importadas para usina elétrica de sua propriedade.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' isenta a Companhia Luz e Força S. A., do Município de Marco, no Estado do Ceará, dos pagamentos dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras, exclusivas de previdência social, relativos às máquinas importadas para usina elétrica de sua propriedade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.030 — DE 19 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.300.000,00, em reforço à Verba 1 Pessoal, Anexo n.º 2 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo abrirá ao Congresso Nacional — Câmara dos

Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros), que será assim discriminado: Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) para reforço à Verba 1, Consignação II, Subconsignação 06 — Diaristas, 01 — Câmara dos Deputados; Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para reforço à Verba 1, Consignação III, Subconsignação — 11 Gratificações por serviços extraordinários. 01 — Câmara dos Deputados — Secretaria; .... Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para reforço à Verba 1, Consignação VI, Subconsignação 23 — Substituições, 01 — Câmara dos Deputados; e Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para reforço à Verba 1, Consignação II, Subconsignação 11,05 — Comissão de Finanças, todas da Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952 (Orçamento da República para 1953).

Art. 2.º O crédito de que trata a presente lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.031 — DE 19  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação, para uma estação transmissora, destinada às "Emissoras Unidas" (Rádio Record S. A.), de São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, de impostos de consumo e mais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para uma estação transmissora de 250 watts, frequência modulada, com seus pertences, acessórios e peças sobressalentes, doadas pela Columbia University dos Estados Unidos da América, às "Emissoras Unidas" (Rádio Record S. A.), de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.032 — DE 19  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras para 3.871 — (três mil oitocentos e setenta e um) amarrados de tubos de ferro batido, galvanizados, para água, com o peso de 304.695 (trezentos e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco) quilos, importados dos Estados Unidos da América do Norte pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para serem empregados na construção de casas populares para os respectivos segurados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.033 — DE 19  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, de Porto Alegre.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras

ras, exclusive a de previdência social, para um transmissor de rádio difusão completo de 50 kilowatts, com o peso legal, aproximadamente, de 28.000 quilos, procedente dos Estados Unidos, adquiridos da firma RCA Victor S. A., pela Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.034 — DE 19  
DE OUTUBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de .....*

*Cr\$ 2.000,00 mensais a Isabel Martin Teixeira de Melo, viúva do Juiz Alvaro Teixeira de Melo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Isabel Martin Teixeira de Melo, viúva do Juiz Alvaro Teixeira de Melo, a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais, enquanto se mantiver no estado de viuvez.

Parágrafo único. O pagamento desta pensão correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.035 — DE 19  
DE OUTUBRO DE 1953

*Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de Igarassú, no Estado de Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' erigido em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de Igarassú, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, competirá demarcar para fins de direito, a área constituída pelo conjunto a que se refere o artigo 1.º.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de outubro de 1953.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.036 — DE 22 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Concede pensão especial de Cr\$ 2.500,00 mensais, a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha menor de Lúcio Borges de Sá.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha menor de Lúcio Borges de Sá, ex-Agente Fiscal do Imposto de Consumo no interior do Amazonas, vitimado por enfermidade adquirida em serviço de seu cargo.

§ 1.º A pensão será dividida em duas partes iguais e paga enquanto permanecer a viuvez de Eneida Barros de Sá e a menoridade de Lúcia Maria Barros de Sá.

§ 2.º A reversão da cota da mãe viúva à sua filha menor ocorrerá somente em caso de falecimento.

§ 3.º A pensão concedida neste artigo correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.037, DE 22 OUTUBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 a Olímpia Fernandes Lima, viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais a Olímpia Fernandes Lima, viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima.

Parágrafo único — O pagamento da pensão será feito enquanto a beneficiária for viúva, e correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.038, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede à Prefeitura Municipal de Cametá, Estado do Pará, isenção de todos os tributos para dois conjugados Diesel Kiel e respectivos pertences, destinados ao serviço de força e luz.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' concedida à Prefeitura Municipal de Cametá, Estado do

Pará, isenção de todos os tributos, exceto a taxa de previdência social, que incidam sobre dois conjugados Diesel Kiel, de 120 cavalos e 75 kw, e respectivos pertences, destinados à reforma de serviço de força e luz mantido pela mesma Prefeitura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.039, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio importado pela Rádio Jornal do Brasil S. A., do Rio de Janeiro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a taxa de previdência social, para um transmissor de rádio, de 50 quilowatts, fabricado pela Westinghouse Electric Company, importado pela Rádio Jornal do Brasil S. A., do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.040, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério

da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), para completar o pagamento da subvênção anual concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos termos da Lei n.º 1.773-B, de 20 de dezembro de 1952.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

#### LEI N.º 2.041, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 11.120,00, para pagamento de gratificação de representação aos juizes e escrivães eleitorais do Estado de Santa Catarina.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 11.120,00 (onze mil cento e vinte cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de gratificação de representação aos juizes e escrivães eleitorais do Estado de Santa Catarina, relativa ao exercício de 1945, assim discriminados:

	Cr\$
Juizes eleitorais.....	5.700,00
Escrivães eleitorais.....	5.420,00
<b>Total .....</b>	<b>11.120,00</b>

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

#### LEI N.º 2.042, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 19.000.000,00, para pagamento do abono de emergência ao pessoal dos serviços executados em regime de acordos.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento do abono de emergência, concedido pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, ao pessoal dos serviços executados em regime de acordos, de 1.º de dezembro de 1952 a 31 de dezembro de 1953.

Art. 2.º — O crédito de que trata esta Lei não dependerá de registro prévio pelo Tribunal de Contas, na conformidade do art. 8.º da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e os órgãos pagadores são autorizados a efetuar a respectiva despesa independente dessa formalidade.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

#### LEI N.º 2.043, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Formiga, Estado de Minas Gerais, imóvel pertencente à União.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura de Formiga, Estado de Minas Gerais, o imóvel da União onde funciona a agência dos Correios e Telégrafos, naquela cidade.



Art. 2.º — A posse do imóvel doado dar-se-á após sua desocupação, por parte da agência dos Correios e Telégrafos.

Art. 3.º — A Prefeitura Municipal de Formiga obrigou-se a instalar dentro de 6 (seis) meses, contados da posse do imóvel, e a manter no prédio doado a Biblioteca Municipal.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.044, DE 22 DE OUTUBRO DE 1953

*Inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — É concedida a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) à Escola de Agronomia da Bahia.

Parágrafo único — O orçamento consignará, anualmente, a dotação para o pagamento dessa subvenção.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.045, DE 23 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a assinar com os Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais um convênio para aproveitamento de potenciais hidráulicos.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a assinar com os Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, para o aproveitamento dos seus potenciais hidráulicos, um convênio análogo ao que está em vigor para a execução do Plano de Produção e Distribuição de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — A quantia mínima a ser dispendida pelo Estado de Minas Gerais e pelo da Bahia não poderá ser inferior, em cada exercício, à que for dispendida pela União no território de cada um desses Estados, na execução do respectivo Plano de Eletrificação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.046 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1953

CONCEDE ISENÇÃO DE TRIBUTOS À PREFEITURA MUNICIPAL DO CARMO DO PARANAÍBA, ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UMA USINA HIDRO-ELÉTRICA

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida isenção de tributos, exceto a taxa de Previdência Social, para a importação de material destinado à construção de uma usina hidro-elétrica da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — O material a que se refere o art. 1.º tem as seguintes características:

A — PARTE HIDRÁULICA

1.º Turbinas Hidráulicas

2 Turbina Francis, tipo espiral, em caixa de ferro fundido, com eixo horizontal e regulação externa, de fabricação de *Maschinenfabrick J. M.*

*Voith., Heidenheim — Alemanha*, cada uma calculada e construída para os seguintes dados técnicos:

Queda líquida .....	78,40 metros
Quantidade d'água .....	275 litros por segundo
Capacidade .....	235 HP
Velocidade nominal .....	1.000 RPM
Velocidade de disparo .....	1.800 RPM

O rendimento de cada turbina, em relação à potência produzida e ao volume d'água consumido, obedece aos dados indicados na tabela abaixo, com uma tolerância de, mais ou menos, 2%:

Volume d'água	Rendimento	Capacidade
268 litros por segundo .....	84 %	235 HP
241 litros por segundo .....	85 %	215 HP
216 litros por segundo .....	85 %	192 HP
191 litros por segundo .....	83 %	166 HP
166 litros por segundo .....	81,5 %	142 HP
140 litros por segundo .....	78,5 %	115 HP

Cada turbina é composta de:

- 3 *Carcasa espiral* de ferro fundido, com flange de entrada de 250mm.
- Anel de regulação* de ferro fundido, com as varas de acionamento.
- Paletas de aço fundido*, para regulação externa.
- Tampão lateral* de ferro fundido.
- Rotor de ferro fundido*, com paletas, de aço doce prensadas mecânicamente e embutidas, durante o processo de fundição, no mesmo rotor.
- Fixo de aço S. M.* de 2,2 metros de comprimento e 80/105 mm de diâmetro.
- Mancais axiais* de segmentos com furo de 80 mm de diâmetro e com vedações.
- Curva de ferro fundido* para a parte de aspiração.
- Suporte para a curva* de aspiração.
- Mancal exterior* com furo de 80 mm de diâmetro e suporte.
- Valvula para escoamento*, parafusos e chaves especiais.
- Tubo de ligação* de chapa de aço, para a parte de pressão, de 250/450 mm de diâmetro interno e cerca de 1m de comprimento.
- 1 *Tubo de sucção* de 4 metros de comprimento, com parafusos e materiais de vedação.
- 1 *Acoplamento elástico* entre a turbina e o gerador.
- 1 *Regulador de velocidade*, automático, tipo Gr DK 35, com retrocesso amortecido, bomba de pressão para o óleo, pêndulo de alta sensibilidade, regulação manual desligável e regulação manual de velocidade, inclusive polia e correia.

As características do regulador de velocidade da turbina, em caso de variação repentina de carga:

	— 25%	— 50%	— 100%
Não ultrapassarão .....	+ 4%	+ 3%	+ 20%
1 <i>Volante maciço</i> de aço fundido, com um diâmetro de 900 mm e um peso na crosca de 160 kg.			
1 <i>Tacômetro</i> , com coluna e polia de acionamento.			
1 <i>Manômetro e 1 Vacuômetro</i>			
Peso bruto e líquido: 3.000/2.530 kg.			
Volume para transporte marítimo: 6,5 m3.			

Preço do item 1 ..... Cr\$ 315.000,00

## B — PARTE ELÉTRICA

- 2.) a *Geradores Trifásicos*, sincronizados de corrente alternada, com eixos horizontais, máquinas excitadoras montadas nos mesmos eixos, iso-

lamente para clima tropical e com enrolamentos amortecedores para garantir o perfeito funcionamento em paralelo entre si e com outros grupos, inclusive reguladores de tensão, para gradação fina, com as respectivas rodas manuais, cumbadores e calços, sendo cada gerador calculado e construído para os seguintes dados:

Fabricação: Siemens-Schuckerwerke ..	— Alemanha
Tipo .....	E. 394 K — 6
Forma .....	B. 3
Capacidade nominal com cos $\phi$ 0,8	200 KVA
Tensão .....	230/230 V $\pm$ 5%
Ligação .....	Estrela com neutro acessível
Frequência .....	50 ciclos
Fator de potência .....	0,8
Velocidade nominal .....	1.000 RPM
Rendimentos com plena carga e cos $\phi$ 0,8 .....	91%

Peso líquido. 2.050 kg c/u

Preço do item 2 ..... Cr\$ 243.000,00

### 3) 2 Transformadores Elevadores

2 Transformadores trifásicos elevadores a óleo, com resfriamento natural, depósito para expansão do óleo e com rodas, prontos para o serviço, sendo cada um calculado para os seguintes dados:

Fabricação: Siemens-Schuckerwerke ..	— Alemanha
Tipo .....	KOUM 452 h/10
Capacidade .....	200 KVA
Tensão primária .....	220/330 Volts.
Tensão secundária .....	11.000 V $\pm$ 5%
Ligação .....	Estrela-estrela
Frequência .....	50 ciclos
Tensão do curto-circuito ca. de ....	4%
Perda de curto-circuito .....	1,85%

Preço do item 3 ..... Cr\$ 79.500,00

### 4) Quadros de Manobra e Controle

2 Quadros de medição, regulação e manobra dos geradores, cada um, composto de um painel de chapa de aço pintado a "Duco", medindo 900 mm de largura, 2.200 mm de altura e 600 mm de profundidade, contendo os aparelhos e instrumentos abaixo discriminados, inclusive ligações

- 1 Voltímetro, escala 0 — 500 volts.
- 3 Amperímetros, escala 0 — 40/5 amperes.
- 1 Comutador para fasear o voltímetro, permitindo a leitura da tensão entre as 3 fases.
- 1 Amperímetro, escala 0 — 130 volts para a excitação.
- 1 Voltímetro, 220/110 volts, 300/5 amperes.
- 1 Equipamento de proteção do gerador-transformador, contra sobrecarga e curto-circuito, composto de 3 relays de corrente e 1 de tempo ajustáveis.
- 1 Regulador automático de tensão, para o Gerador, com chaves e pertences, de ação ultra-rápida.
- 1 Acionamento para a excitação.
- 2 lâmpadas de sinalização.
- 3 Relais de indicação.
- 1 Relais para o campo da excitatriz.

Além desse equipamento será montado também o reostato para o campo da excitadora, acionado por volante.

		Cr\$
	Prego do item 4 .....	45.000,00
5)	<i>Sincronização</i>	
	1 <i>Aparelho para sincronização</i> para que os dois grupos possam trabalhar em paralelo, composto de:	
	1 <i>Frequencímetro duplo</i>	
	1 <i>Voltagemímetro duplo</i>	
	1 <i>Lâmpada</i>	
	Prego do item 5 .....	12.000,00
6)	<i>Aparelhamento para os Ramais do Gerador — Transformador</i>	
	3 <i>Transformadores de corrente</i> , para medição.	
	4 <i>Transformadores de potencial</i> , para medição.	
	2 <i>Transformadores de corrente</i> , para os reguladores automáticos de tensão.	
	Prego do item 6 .....	23.000,00
7)	<i>Aparelhamento para o Ramal de Saída de 13.200 V.</i>	
	1. <i>Chaves unipolares</i> de faca, desligadoras, para 12.000 V.	
	2 <i>Chaves automáticas</i> tripolares a óleo, de fabricação Siemens-Schuckertwerke, Alemanha, com bobinas de mínima, chave de sinal e as respectivas ferragens, mancais, saídas, etc., para manobra do quadro por meio de alavanca de estribo, inclusive relais de sobrecarga e de curto-circuito.	
	Tipo .....	R. 20/12 III 350
	Tensão máxima .....	12 KV
	Corrente nominal .....	350 Amperes
	Capacidade de ruptura .....	75 MVA com 12 KV
	Inclusive barra de acionamento.	
	3 <i>Isoladores de passagem</i> de parede para 12 KV.	
	3 <i>Chaves fusíveis</i> indicadoras unipolares Mathews, para 15 KV, com elementos fusíveis de 50 Amperes.	
	3 <i>Para-raios</i> de queda catódica para 11.000 Volts.	
	Prego do item 7 .....	40.200,00
8)	<i>Ramal para o Consumo Próprio</i>	
	2 <i>Chaves tripolares</i> de faca para baixa tensão, 60 amp.	
	2 <i>Jogos de seguranças</i> para baixa tensão.	
	Prego do item 8 .....	300,00
9)	<i>Linha Telefônica</i> com 5.500 metros:	
	160 <i>Isoladores</i> de porcelana para linhas telefônicas, com pinos curvos de 3/8"	
	550 kg de fio de ferro galvanizado n.º 12 B. W. G. para linha telefônica.	
	2 <i>Aparelhos telefônicos</i> manuais, sistema magneto em caixa de baquelite preta, de mesa, completos com todos os seus pertences inclusive pilhas.	
	2 <i>Jogos de para-raios</i> para proteção dos aparelhos telefônicos.	
	Prego do item 9 .....	9.500,00

10) Subestação abaixadora em Carmo do Paranaíba

a) Aparelhamento de entrada de 11.000 Volts.

- 3 Para-raios de queda catódica para 11.000 Volts.
- 3 Chaves luzíveis indicadoras automáticas para 15.000 Volts.
- 3 Isoladores de passagem de parede para 12.000 Volts.
- 6 Chaves faca desligadoras unipolares, para 12.000 Volts. e corrente até 220 m Amperes.
- 2 Chaves tripolares automáticas a óleo, idênticas às descritas no item 7.

Preço do item 10 ..... Cr\$ 87.800,00

11) Transformadores abaixadores

- 2 Transformadores trifásicos abaixadores, a óleo, com resfriamento natural, depósito para expansão do óleo e com rodas, prontos para os serviços, tendo, cada um, as seguintes características:

Fabricação: Siemens-Schuckerwerke ..	— Alemanha
Tipo .....	KOUM — 452 h/10
Capacidade .....	200 KVA
Tensão primária .....	11.000 V $\pm$ 5%
Tensão secundária .....	2.200 Volts.
Ligação .....	Estrela-estrela
Frequência .....	50 ciclos
Tensão de curto-circuito ca de .....	4 %
Perda de Curto-circuito .....	1,85%

Preço do item 11 ..... Cr\$ 18.000,00

12) Aparelhamento da parte de 2.200 Volts

- 6 Transformadores de corrente, 200/5 Amperes.
- 2 Transformadores de potencial, 2.200/110 Volts.
- 2 Quadros para manobra e medição, compostos, cada um, de um painel de chapa de aço, montado sobre armação de ferro cantoneira, pintado a "Duco", medindo 800 mm de largura por 2.200 mm de altura e 600 mm de profundidade, contendo as seguintes aparelhos, inclusive ligações:
- 3 Amperímetros, escala 0.100 amperes.
- 1 Voltímetro, escala 2.500/100 Volts.
- 1 Comutador para fasear o voltímetro.
- 1 Medidor trifásico para fasear desequilibradas.
- 2 Relais auxiliares para o transformador.
- 1 Acionamento da chave automática a óleo.
- 2 Chaves automáticas tripolares a óleo, com 3 relais de máxima ajustáveis e com acionamento manual de estribo tipo R 22/10 III 350 para a tensão de 2.200 Volts.
- 12 Chaves desligadoras, unipolares de faca para tensão de 2.200 Volts. e corrente até 200 Amperes.
- 6 Isoladores de passagem de parede para tensão de 2.200 Volts.
- 6 Para-raios de queda catódica para a tensão de 2.200 Volts.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de outubro de 1953.

JOAO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.047, DE 26 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$.... 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado ao Serviço Nacional de Malária.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$... 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado ao Serviço Nacional de Malária, para intensificação do combate à malária na Amazônia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.048, DE 26 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Institui o "Dia do Comerciante".*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' instituído o "Dia do Comerciante", em homenagem ao comércio, que será celebrado anualmente a 16 de julho, sem prejuízo do trabalho normal se recair em dia útil, data do nascimento do Visconde de Cayru — José da Silva Lisboa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.049, DE 28 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$.... 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do Anexo n.º 26 — Poder Judiciário — do Orçamento vigente (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952):

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação X — Diversos.

Subconsignação 93 — Sentenças Judiciais.

02 — Tribunal Federal de Recursos  
Cr\$ 30.000.000,00.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.050, DE 28 DE OUTUBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender as despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, no ano de 1954, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de outubro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.051, DE 29 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00 em reforço à Verba 4, Consignação 3, subconsignação 98, do Anexo n.º 25 do Orçamento Geral da União para o exercício de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) em reforço à Verba 4, consignação 3, subconsignação 98, item 33-13, do Anexo n.º 25 da vigente lei orçamentária, para atender às despesas decorrentes da intensificação das obras de saneamento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.  
*José Américo.*  
*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 2.052, DE 29 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.442,30, para atender aos pagamentos de descontos efetuados e de diferenças de salários a servidores daquele Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Edu-

cação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.442,30 (mil quatrocentos e quarenta e dois cruzeiros e trinta centavos), para atender aos pagamentos de descontos indevidamente efetuados e de diferenças de salários decorrentes do disposto na Lei n.º 428 de 15 de novembro de 1948, em favor dos servidores abaixo indicados.

Cr\$

1. Amaro Paulino de Lima guarda, extranumerário-diarista (descontos referentes ao exercício de 1946) .....	364,80
2. Belmiro de Oliveira Braga, trabalhador, extranumerário-diarista (diferença de salário decorrente da Lei n.º 428, de 15 de novembro de 1948) ...	226,40
3. Sotero Fernandes de Azevedo, trabalhador, extranumerário-diarista (diferença de salário decorrente da Lei n.º 428, de 15 de novembro de 1948) .....	312,70
4. Manuel Francisco Serra, extranumerário-diarista (descontos referentes ao exercício de 1943) .....	531,40
Total .....	1.435,30

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.  
*Antônio Balbino.*  
*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 2.053, DE 29 DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.480,00, para pagamento aos aporcentados da Administração do Território do Amapá.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Jus-

tiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.480,00 (cinco mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros), para pagamento dos proventos de José dos Reis da Administração do Território do Amapá, relativos ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida  
Neves.

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.054 — DE 31  
DE OUTUBRO DE 1953

*Revigora a Lei de número 1.486, de 6 de dezembro de 1951, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revigorada a Lei de número 1.486, de 6 de dezembro de 1951, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00 (dezesete milhões cento e noventa mil cruzeiros), para regularização do auxílio concedido pelo Ministério da Fazenda, de conformidade com o artigo 48, do Código de Contabilidade da União, combinado com os artigos 240 e 241 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, destinado ao pagamento dos salários devidos aos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará — (S. N. A. P. P.) nos meses de abril a dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.055 — DE 31  
DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.960,00, para pagamento de gratificação a Francisco Bernardo de Sousa.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 18.960,00 (dezoito mil novecentos e sessenta cruzeiros), para atender ao pagamento da gratificação concedida, de acordo com o item VII, do artigo 145, da Lei de número 1.711, de 28 de outubro de 1952, pela execução de trabalho técnico, ou científico, a Francisco Bernardo de Sousa, artifice, referência 20, da Rede de Viação Cearense.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.056 — DE 31  
DE OUTUBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10 % sobre as tarifas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00 (dois mi-



lhões, trezentos e noventa e cinco mil cento e dezesseis cruzeiros), destinado a restituir às ferrovias abaixo discriminadas a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no exercício de 1951 das duas taxas adicionais de 10 % — (dez por cento) — sobre as tarifas, de que trata o Decreto-lei número 7 632, de 12 de junho de 1945, e destinadas, uma, à execução de melhoramentos essenciais, e outra à renovação de bens físicos:

	Cr\$
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré .....	108.895,50
Estrada de Ferro Bragança .....	40.008,30
Estrada de Ferro São Luís-Terezina .....	102.774,60
Estrada de Ferro Central do Piauí .....	38.633,60
Réde de Viação Cearense .....	472.212,30
Estrada de Ferro Sampaio Correia .....	98.835,10
Viação Ferrea Federal Leste Brasileiro .....	739.070,60
Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina .....	284.864,60
Estrada de Ferro Bahia e Minas .....	168.530,70
Estrada de Ferro Goiás .....	341.290,70
	<hr/> 2.395.116,00 <hr/>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Jose Americo*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.057 — DE 31  
DE OUTUBRO DE 1953

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000 000,00, para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 10 000 000,00 (dez milhões de cruzeiros, para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Vicente Rão*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.938 — DE 2 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Altera, com redução de despesa, o Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam extintos, no Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco, a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 972, de 16 de dezembro de 1949, os cargos de:

- 1 Chefe de Divisão, padrão CC-3;
- 5 Chefe de Distrito, padrão CC-0
- 1 Chefe de Seção, padrão CC-O;
- 1 Medico-auxiliar, padrão CC-L;
- e criados os seguintes:
- 1 Químico-auxiliar, padrão CC-5;
- 1 Engenheiro-ajudante, padrão CC-6.
- 1 Assistente de Administração, padrão CC-6.

Art. 2.º Os atuais cargos, no Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco, a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 972, de 16 de dezembro de 1949, de Padrões CC-O, CC-M e CC-L, passam para:

- a) Padrão CC-4, os de Padrão CC-O, relativos aos Chefes de Distritos, e para o Padrão CC-5 os demais cargos de Padrão CC-O;
- b) Padrão CC-6 e CC-7, respectivamente, os de Padrão CC-M e CC-L.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de novembro de 1953, 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Tancredo de Almeida Neves.*

LEI N.º 2.059 — DE 2 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Classifica como Professor Catedrático, Padrão O, os cargos de Professor, criado pela Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950, e de Professor Catedrático, Padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam classificados como Professor Catedrático, padrão O, os cargos de Professor, padrão M criados pela Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950, e de Professor Catedrático, padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949.

Art. 2.º Estendem-se os efeitos desta Lei aos Professores Catedráticos aposentados depois da federalização das localidades a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º A despesa resultante da presente Lei será atendida pelo custo da conta corrente dos Quadros do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

CETULIO VARGAS.  
Antônio Balbino.

LEI N.º 2.060 — DE 5 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Cria cargos de diplomata, restabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados, na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, mais vinte (20) cargos na classe M,

dez (10) na classe L e quinze (15) na classe K.

Parágrafo único. Os cargos das classes M e L, cuja criação é prevista neste artigo, serão imediatamente providos, mediante promoção dos atuais ocupantes das classes L e K, respectivamente, da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, que satisfizerem os requisitos exigidos pela legislação em vigor. Os cargos da classe K, tanto os criados por este artigo, quanto os vagos, resultantes das promoções acima, serão preenchidos por nomeação dos alunos aprovados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco e por concurso de provas, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 2.º O artigo 11, alínea c, do Decreto-lei n.º 9.302, de 23 de julho de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

c) As promoções à classe N obedecerão também ao critério de merecimento, e a cada promoção concorrerão, necessária e incondicionalmente, todos os funcionários da classe anterior, colocados nos dois primeiros terços da lista de antiguidade.

Parágrafo único. A lista de cada promoção à classe N constará dos nomes dos funcionários da classe M, colocados nos dois primeiros terços, por ordem de antiguidade.

Art. 3.º São restabelecidos no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, com o título de Ministros para Assuntos Econômicos, os cargos isolados e de provimento efetivo de Conselheiros Comerciais

§ 1.º Os cargos ora restabelecidos são em número de doze (12), sendo seis (6) do padrão O e seis (6) do padrão N.

§ 2.º Para provimento dos cargos do padrão O são exigidos dez (10) anos de serviço público, sendo cinco (5) anos, pelo menos, de bons serviços prestados ao País no exterior, em setores de assuntos econômicos.

§ 3.º Os Ministros para Assuntos Econômicos exercerão suas funções no exterior, junto às Missões Diplomáticas, com as prerrogativas inerentes aos funcionários da carreira diplomática de igual padrão; e, a estes

últimos, fica estendido o direito de servir como Ministros para Assuntos Econômicos, desde que se tenham especializado na matéria e o Governo julgue necessário utilizar-lhes as aptidões nesse posto.

Art. 4.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, os créditos de Cr\$ 1.692.400,00 (um milhão seiscentos e noventa e dois mil e quatrocentos cruzeiros), e de Cr\$ 997.180,00 (novecentos e noventa e sete mil e setecentos e oitenta cruzeiros), suplementares, respectivamente, à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, subconsignação 0104-05, e à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal extranumerário — subconsignação 05 — Mensalistas 04-05, do Orçamento da despesa do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Vicente Rão  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.061 — DE 5  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras a materiais importados pela Companhia Siderúrgica Mannesmann, e destinados à construção, instalação e funcionamento de uma usina em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos e taxas aduaneiras, inclusive imposto de consumo, aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios e matérias primas destinados à construção, instalação e funcionamento da usina que a Companhia

Siderúrgica Mannesmann montará em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Os favores constantes do artigo 1.º abrangem também o serviço da usina, captação, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, os meios de transporte e, bem assim, pesquisas e lavras de jazidas e exploração de minas e de pedreiras.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.062 — DE 5  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.469,00, para pagamento do abono de Natal aos Primeiros Tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.469,00 (quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento do abono de Natal, a que se refere a Lei número 974, de 17 de dezembro de 1949, aos Primeiros Tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Tancredo de Almeida  
Neves  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.063 — DE 6  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 2.000,00, (dois mil cruzeiros), mensais a Elza Giolioli Bertazon, viúva do escultor brasileiro Hugo Bertazon.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais a Elza Giolioli Bertazon, viúva do escultor brasileiro Hugo Bertazon.

Parágrafo único. O pagamento da pensão a que se refere este artigo será feito a partir da vigência da presente Lei, correndo a conta da verba orçamentária destinada aos pensionistas do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º A pensão concedida por esta Lei será paga enquanto a beneficiária não perceber vantagens de pensões de qualquer natureza ou de emprego público remunerado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.064 — DE 6  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 800,00, mensais a Guilhermina Gerlach.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) mensais a Guilhermina Gerlach, viúva de Rodolfo Gerlach.

Art. 2.º A despesa com a pensão estipulada no artigo 1.º, correrá a conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.065 — DE 6  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para um trator Caterpillar.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para um trator Caterpillar, modelo D-7, com Bulldozer, a ser importado dos Estados Unidos da América pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, adquirido por intermédio de "IMTEC" Importadora e Técnica S.A., em conexão com O. Philip & Co., de New York, nos termos da licença de importação de n.º 48-50/5-15, do Banco do Brasil S. A.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.066 — DE 6  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 850,00 a Etelvina Barbosa Leite, viúva de Gustavo Francisco Leite, ex-contramestre aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 850,00 (oitocentos e cin-

quenta cruzeiros) mensais, a Etelvina Barbosa Leite, viúva do ex-contramestre aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Gustavo Francisco Leite.

Art. 2.º O pagamento da pensão estipulada no artigo 1.º, correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.067 — DE 9

DE NOVEMBRO DE 1953

*Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º, da Lei número 1.505, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas na Lei de número 1.505, de 19 de dezembro de 1951, as seguintes modificações:

1.ª — Redija-se assim o inciso II, do artigo 3.º, mantido o respectivo parágrafo único:

“II — processar e julgar:

a) os mandados de segurança impetrados contra ato do Prefeito do Distrito Federal, do Chefe de Polícia, dos Juizes de Direito e dos Juizes substitutos;

b) as ações rescisórias de sentença de primeira instância;

c) as execuções das sentenças proferidas nos feitos da sua competência originária.”

2.ª — Dê-se ao parágrafo único do artigo 4.º a seguinte redação:

“Parágrafo único. Também competirá aos Grupos de Câmaras processar e julgar:

a) as ações rescisórias dos seus acórdãos e dos de Câmaras Cíveis isoladas;

b) o agravo do despacho que não admitir os embargos ou as revistas aludidos neste artigo, ou declarar tais recursos renunciados ou desertos;

c) as execuções das sentenças proferidas nos feitos de sua competência originária.”

3.ª — Acrescente-se ao artigo 5.º, mais um parágrafo, passando os parágrafos 4.º, 5.º e 6.º, respectivamente, a 5.º, 6.º e 7.º:

“§ 4.º Não se distribuirá ação rescisória de acórdão de Câmara isolada ao Grupo de Câmaras de que a prolatora fizer parte, nem a ação rescisória de acórdão de Grupo de Câmaras ao Grupo que o prolatou.”

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor dez dias depois de publicada e se aplica aos processos em curso, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida Neves

LEI N.º 2.068 — DE 9

DE NOVEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre operações imobiliárias do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 1.º, do Decreto-lei de número 7.264, de 22 de janeiro de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Nas operações destinadas à construção ou aquisição de residência para segurados, me-

*diante promessa de venda ou hipoteca, fica o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) autorizado a operar independentemente da limitação de que tratam o parágrafo 2.º, do artigo 3.º, do Decreto-lei número 6.016, de 22 de novembro de 1943, e a Lei de número 1.081, de 7 de fevereiro de 1950, e da entrada inicial estabelecida nos parágrafos 2.º e 4.º, do artigo 14, do Decreto-lei número 2.865, de 12 de dezembro de 1940, que será neste caso substituída por um seguro de suplemento de garantia imobiliária, realizado na forma do artigo 6.º, do mesmo Decreto-lei."*

Art. 2.º As operações imobiliárias serão realizadas em regime racional de concorrência pública, quando se tratar de imóveis do próprio IPASE, estabelecendo-se, para as operações em geral, proporção entre a remuneração do servidor e as prestações de amortização do capital e juros, de forma que estas não excedam a cinquenta e cinco por cento (55 %) do valor daquela, e ainda fixados os prazos contratuais de 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos, desde que a sua soma, com a idade do servidor, no dia da assinatura da propostas respectiva, não seja superior a 70 (setenta) anos.

§ 1.º Para os efeitos desta Lei, compreende-se como remuneração do servidor, o vencimento, salário ou provento sobre o qual incida o desconto obrigatório para o seguro social do IPASE.

§ 2.º Nas operações isoladas, sobre imóveis indicados pelo próprio segurado, o IPASE estabelecerá, conforme as suas possibilidades financeiras, as situações e casos que devam ser atendidos preferencialmente, de forma a manter o regime de funcionamento permanente da Carteira Imobiliária.

§ 3.º Aos servidores de mais de 60 (sessenta) anos, nos empréstimos sob garantia hipotecária, será facultado o prazo de 10 (dez) anos, para liquidação da dívida.

Art. 3.º O segurado obrigatório do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, que ocupe imóvel residencial do Instituto, como locatário, fica com o direito de adquiri-lo pelo preço de custo, acrescido de 10 % (dez por cento) para des-

pesa de administração, dispensadas as exigências do artigo 2.º desta Lei.

Art. 4.º O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado manterá serviço de assistência ao associado proponente em operação imobiliária para preparo e encaminhamento necessários à sua realização, sem ônus algum, exceto o decorrente de selos e fornecimento de certidões.

Art. 5.º Os juros provenientes dessas operações imobiliárias serão cobrados à base máxima de 8 % (oito por cento) para as operações até ... Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), 9 % (nove por cento) para a diferença a mais até Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e 10 % (dez por cento) para as que ultrapassarem esta quantia.

Parágrafo único. As importâncias pagas pelos segurados, a título de aluguel no imóvel a ser adquirido, enquanto se processam os regimes de hipoteca ou promessa de venda, serão deduzidas em favor dos mesmos no preço da operação, depois de decorridos 6 (seis) meses da data da efetivação da transação.

Art. 6.º Os créditos orçamentários referentes a subvenções ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

§ 1.º O Ministério da Fazenda providenciará no sentido de que as subvenções e auxílios concedidos ao IPASE, bem como o reembolso das despesas feitas pelo mesmo Instituto, a título de aumento de proventos de aposentadorias e pensões de beneficiários de servidores federais, constantes do orçamento da despesa, sejam pagos mensalmente, em cotas duodecimais.

§ 2.º As referidas cotas serão fixadas com base nos valores consignados no orçamento da despesa da União, quanto às subvenções e auxílios, e no que diz respeito aos reembolsos das despesas de aumento de proventos de aposentadoria e pensões observar-se-á a previsão da receita correspondente no orçamento do IPASE.

§ 3.º O IPASE prestará contas ao Ministério da Fazenda, até 30 de junho de cada ano, dos desembolsos de pensões e proventos de aposentadorias feitos no exercício anterior, à conta da União, promovendo-se então o ajuste contábil e recebendo ou pa-

gando o Instituto a diferença que se apurar.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
João Goulart  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.069 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.800.000,00 para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) para atender às despesas da confecção dos dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo deverá ser automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Vicente Ráo  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.070 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários, a realizar-se na cidade de Dortmund, na Alemanha Ocidental, no corrente ano.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antonio Balbino  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.071 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 7.590,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor João de Lamare São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa cruzeiros) para atender ao pagamento de diferença de vencimentos, correspondente ao período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1943, a que tem direito João de Lamare São Paulo, Professor, padrão L,

do Colégio Pedro II — Externato, em disponibilidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antonio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.072 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento do auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para atender ao pagamento de auxílio correspondente ao exercício de 1951, a que tem direito o Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antonio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.073 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para cidade Miniatura, denominada — "Railwaylândia" — importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para cidade Miniatura, com funcionamento elétrico, denominada "Railwaylândia", importada da Inglaterra pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.074 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de .....*

*Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a Maria Pegado Zschommler, viúva de Rudolph Zschommler, mensalista da Seção Comercial da Fábrica Presidente Vargas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decretou e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a Maria Pegado Zschommler, viúva de Rudolph Zschommler, mensalista da Seção Comercial da Fábrica Presidente Vargas.

Parágrafo único. A despesa para o pagamento da pensão especial, de que trata este artigo, correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha



LEI N.º 2.075 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento da parte da contribuição do Governo Federal à Caixa de Crédito da Pesca, para constituição do seu capital.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento da parte da contribuição do Governo Federal, à Caixa de Crédito da Pesca, para constituição do seu capital, de acordo com a letra "b", do artigo 2.º do Decreto-lei número 9.022, de 25 de fevereiro de 1946, referente ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.ª da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.076 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede pensão especial de ..... Cr\$ 1.000,00 a Clarinda Sebastiana de Jesus Chaves e Maria da Glória Dias Chaves, viúva e filha de Paulo Lourenço Dias Chaves.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais a Clarinda Sebastiana de Jesus Chaves e Maria da Glória Dias Chaves, viúva e filha de Paulo Lourenço Dias Chaves, falecido no exercício das funções de escrevente juramentado da Justiça do Distrito Federal.

Parágrafo único. A pensão será dividida em duas partes iguais, sendo extinta as quotas caso a viúva ou a filha solteira venham a contrair casamento.

Art. 2.º A despesa para pagamento da pensão de que trata o artigo 1.º, correrá por conta da verba da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.077 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede pensões especiais às viúvas e aos filhos de Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho, ex-funcionários do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Ministério da Educação e Cultura.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais, a Diva Miranda de Lima Almeida Carneiro, Sadi Carnot de Almeida Carneiro, Ari Miranda de Almeida Carneiro e Paulo Cesar de Almeida Carneiro, viúva e filhos de Alaim de Almeida Carneiro, ex-funcionário do Departamento Administrativo do Serviço Público, falecido no sinistro do avião "President", caído no interior do Estado do Pará, em 29 de abril de 1952.

Art. 2.º E' concedida, igualmente, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 — (três mil cruzeiros) mensais, a Cléia Santos Braga de Carvalho, Murilo Braga de Carvalho Júnior e Cléia Maria Braga de Carvalho, viúva e filhos de Murilo Braga de Carvalho, ex-funcionário do Ministério da Educação e Cultura, também vítima do sinistro referido no artigo anterior.

Art. 3.º As pensões, instituídas por esta Lei, serão divididas em duas

partes iguais, cabendo uma às viúvas que as perceberão enquanto se mantiverem nesse estado e a outra, rateada em parte iguais, aos filhos dos extintos.

Parágrafo único. Por morte das viúvas beneficiárias, a pensão a que se refere esta Lei será transferida aos herdeiros mencionados nos artigos 1.º e 2.º, perdendo os do sexo masculino direito ao benefício quando atingirem a maioridade e a do sexo feminino, quando contrair matrimônio.

Art. 4.º Do montante da pensão será deduzida qualquer eventual indenização que os beneficiados venham a receber por parte do Estado, em consequência do acidente verificado.

Art. 5.º As despesas com as pensões concedidas pela presente Lei correrão por conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.078 — DE 9  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Acrescenta parágrafo único ao artigo 7.º, da Lei de número 116, de 15 de outubro de 1947.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 76, parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 7.º, da Lei número 116, de 15 de outubro de 1947, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo único:

*“Parágrafo único. Os candidatos classificados em concurso de títulos e provas para o ingresso na carreira do Ministério Público do Distrito Federal ou dos Territórios Federais, poderão ser nomeados em caráter efetivo, enquanto não abertas inscrições para novo concurso.”*

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.079 — DE 10  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 600.000,00, para atender as despesas decorrentes da realização, no Brasil, de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 600 000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para atender as despesas decorrentes da realização no Brasil de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Vicente Rão  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.080 — DE 10  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do cinquentenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para custear as despesas com as festividades do cinquentenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antonio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.081 — DE 11  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para concessão de auxílio destinado às despesas com a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia Arcebispo da Arquidiocese do mesmo Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antonio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.082 — DE 11  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 238.272,10, para pagamento de gratificação aos servidores daquele Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 238.272,10 (duzentos e trinta e oito mil duzentos e setenta e dois cruzeiros e dez centavos) para pagamento da gratificação de que trata a Lei número 1.234, de 14 de novembro de 1950, a que fizeram jus, no período de 17 de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951, os seguintes servidores daquele Ministério:

	Cr\$
Mário Gabriel — Médico — Referência 28 .....	27.795,20
Nircéa Vieira de Oliveira — Operador de Raios X — Referência 23 .....	11.689,00
Airton de Alcântara e Almeida Magalhães — Médico — Referência 27 .....	23.216,40
Jacy Lopes de Almeida — Operador de Raios X — Referência 22 .....	11.689,00
Hélio de Oliveira Santos — Médico — Classe L ....	27.795,20
Ulisses Baldissara — Desenhista — Classe G — (exercendo a função de Operador de Raios X) ..	11.689,00
Maurílio da Rocha Freire — Médico — Classe K ..	23.216,40
Benedito Gentil da Silva — Operador de Raios X — Referência 25 .....	16.106,90
Gabriel de Oliveira — Operador de Raios X — Referência 23 .....	11.689,00
Aderbal Pereira de Melo — Médico — Referência 27 .....	23.216,40
Maria Emília Brasil — Auxiliar de Serviços Médicos — Referência 21 ..	9.265,00
Araci Antunes Peixoto — Auxiliar de Serviços Médicos — Referência 19 ..	7.756,80

Antônio Carlos Vieira de Vasconcelos — Médico — Referência 27 — (aposentado em 12 de dezembro de 1951) . . . . .	22.159,70
Waril Siqueira do Nascimento — Operador de Raios X — Referência 23 — (aposentado em 6 de dezembro de 1951) .	10.989,00
Total .....	<u>238.272,10</u>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves

Oswaldo Aranha

## LEI N.º 2.083 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1953

### REGULA A LIBERDADE DE IMPRENSA

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### A LIBERDADE DE IMPRENSA

Art. 1.º E' livre a publicação e a circulação no território nacional de jornais e outros periódicos.

§ 1.º Só é proibida a publicação e circulação de jornais e outros periódicos quando clandestinos, isto é, sem editores, diretores ou redatores conhecidos, ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes.

§ 2.º Durante o estado de sitio, os jornais ou periódicos ficarão sujeitos a censura nas materias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art. 2.º E' vedada a propriedade de empresas jornalísticas, politicas ou simplesmente noticiosas, a estrangeiros e a sociedades anônimas por ações ao portador.

Parágrafo unico. Nem os estrangeiros, nem as pessoas juridicas, excetuados os partidos politicos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anonimas, ou não, proprietarias de empresas jornalísticas.

Art. 3.º A responsabilidade principal nas empresas jornalísticas e a sua orientação, assim intelectual como administrativa, caberão exclusivamente a brasileiros.

Art. 4.º A sociedade que se organizar para a exploração de empresas jornalísticas devesa obedecer aos preceitos da lei sobre sociedades comerciais, excetuadas as fundações, como tais conceituadas nas leis civis. Uma e outras deversão respeitar as peculiaridades estabelecidas na Constituição Federal e nesta lei para seu funcionamento.

Art. 5.º Assim os jornais ou periódicos como as oficinas impressoras de qualquer natureza, pertencentes a pessoas fisicas ou a sociedade, devem ser registrados em cartório de Registro Civil das Pessoas Juridicas.

Art. 6.º O pedido de registro será instruido com os seguintes documentos:

I — no caso de jornais ou outros periódicos:

a) declaração de nome, nacionalidade e residência do diretor ou diretores, do redator-chefe, ou redatores-cheres, do proprietário, do gerente e dos acionistas quando se tratar de jornal ou periódicos pertencentes a sociedade comercial;

b) designação do título do jornal ou periódico, da sede da redação, da administração e das oficinas impressoras, esclarecendo-se se são próprias ou não, e, no caso negativo, indicando-se quais os proprietários;

c) um exemplar do respectivo contrato social ou dos estatutos, quando se tratar de jornais ou periódicos pertencentes à sociedade;

II — no caso de oficinas impressoras:

a) declaração do nome, nacionalidade e a residência do proprietário e gerente;

b) indicação da sede da administração, do lugar, rua e número, onde funciona a oficina e denominação desta;

c) um exemplar do contrato social ou dos estatutos, na hipótese de se tratar de oficina pertencente à sociedade.

Parágrafo único. As alterações supervenientes, em qualquer dessas indicações, deverão ser averbadas no registro, dentro em oito dias.

Art. 7.º A falta de registro, ou registro defeituoso será punida com a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2 000,00 (dois mil cruzeiros), mediante processo promovido pelo Ministério Público. A multa, porém, só seja cobrada depois que, marcado pelo juiz novo prazo, para o registro ou para a sua emenda, não fôr cumprido o despacho.

## CAPÍTULO II

### DOS ABUSOS E PENALIDADES

Art. 8.º A liberdade de imprensa não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício.

Art. 9.º Constituem abusos no exercício da liberdade de imprensa, sujeitos as penas que vão ser indicadas, os seguintes fatos:

a) fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou propaganda que se proponha a alimentar preconceitos de raça e de classe: pena de um a três meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou multa de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros), a Cr\$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros) quando se tratar de outros responsáveis subsidiários;

b) publicar notícias falsas ou divulgar fatos verdadeiros, truncados ou deturpados, que provoquem alarma social ou perturbação da ordem pública: penas as mesmas da letra anterior;

c) incitar à prática de qualquer crime: pena de um terço da do crime provocado, contanto que não exceda de um ano de detenção para o autor do escrito e de multa de Cr\$ 6 000,00 (seis mil cruzeiros) a Cr\$ 12 000,00 (doze mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários;

d) publicar segredos de Estado, notícias ou informações relativas à sua força, preparação e defesa militar, ou sobre assuntos cuja divulgação fôr prejudicial à defesa nacional, desde que exista norma ou recomendação prévias, determinando segredo, confidência ou reserva, ou desde que facilmente compreensível a inconveniência da publicação: penas de seis meses a um ano de detenção para o autor do artigo e a multa de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros), para qualquer dos responsáveis subsidiários;

e) ofender a moral pública e os bons costumes: pena de três a seis meses de detenção para o autor do escrito e multa de Cr\$ 8 000,00 (oito mil cruzeiros) a Cr\$ 12 000,00 (doze mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários;

f) caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: pena de seis meses a um ano de detenção para o autor do escrito e multa de Cr\$ 4 000,00 (quatro mil cruzeiros) a Cr\$ 8 000,00 (oito mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários;

g) difamar alguém imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: pena de dois a seis meses para o autor do escrito e de Cr\$ 3 000,00 (três mil cruzeiros) a Cr\$ 6 000,00 (seis mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários;

*h*) injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro: pena de um a quatro meses de detenção para o autor do escrito e multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários.

*i*) obter favor ou provento indevidos, mediante a publicação ou a ameaça de publicação de escrito ou representação figurativa desabonadoras da honra ou da conduta de alguém: pena, detenção de seis meses a um ano para o autor do escrito ou da ameaça da publicação ou representação e multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), a Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários.

Parágrafo único. Quando os crimes das letras *j*, *g* e *h* forem praticados contra órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública, as respectivas penas de detenção e de multa serão aumentadas de um terço.

Art. 10. São também puníveis a calúnia, a difamação e a injúria contra a memória de alguém, na forma das letras *f*, *g* e *h* do art. 9.º.

Art. 11. Se os fatos que constituem os crimes indicados nas letras *f*, *g* e *h* do art. 9.º forem divulgados de maneira imprecisa sob fórmulas equívocas, o ofendido, ou seu representante legal, terá o direito de chamar a explicações o responsável pelo escrito, o qual as deverá fornecer no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. Se as explicações não forem dadas ou as que se derem não forem satisfatórias, a juízo do ofendido, poderá este, ou seu representante, mover a ação criminal que couber.

Art. 12. Será admitida a prova do fato imputado:

*a*) se a vítima da imputação for indivíduo ou corporação que exerça função pública e a imputação se referir ao exercício dessa função;

*b*) se o ofendido permitir a prova, ou tiver sido condenado definitivamente pelo fato imputado.

§ 1.º A prova restringir-se-á aos fatos que constituam o objeto do crime.

§ 2.º Não se admitirá prova da verdade:

*a*) quando depender de ação particular e esta ainda não tenha sido iniciada, ou se, depois de iniciada, o autor dela desistir;

*b*) quando o ofendido tiver sido absolvido do fato de que é acusado e a sentença absolutória houver passado em julgado;

*c*) quando se tratar de expressões injuriosas sem concretização de fatos.

§ 3.º No caso de injúria, a pena deixará de ser aplicada:

*a*) quando o ofendido provocou diretamente a injúria;

*b*) quando a injúria consistir em retorsão imediata a outra injúria.

Art. 13. A pena de prisão só será aplicada aos autores dos escritos incriminados e não poderá exceder de um ano. Os demais responsáveis, na falta de autor, só estarão sujeitos a penas pecuniárias.

Art. 14. Além das penas criminais, o condenado por delitos de imprensa ficará sujeito a pagar ao ofendido as perdas e danos que, na forma do direito civil e perante os juizes do civil, forem regularmente apurados.

Art. 15. Não constituem abusos de liberdade de imprensa:

*a*) a opinião desfavorável da crítica literaria, artistica ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

*b*) a publicação de debates nas assembleias legislativas, dos relatórios ou qualquer outro escrito impresso pelas mesmas;

*c*) o noticiário, a resenha ou a crônica dos debates de projetos nas mesmas assembleias e as críticas que se fizerem aos trabalhos parlamentares;

*d*) a crônica dos debates escritos ou orais perante os juizes e tribunais, assim a publicação de despachos, como as sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por aquelas autoridades judiciais;

e) a discussão e crítica que não descender a insulto pessoal sobre atos governamentais, sentenças e despachos dos juizes e tribunais;

f) a publicação de articulados, cotas ou alegações produzidas em juízo, salvo se contiverem injúria ou calúnia;

g) a crítica, ainda quando veemente e ofensiva contra alguém, desde que se limite aos legítimos termos a necessidade de narrativa, excluído o ânimo de injúria e atenta, apenas, a preocupação do bem ou do interesse social;

h) a exposição de qualquer doutrina ou ideia.

Art. 16. A retificação espontânea, feita antes de iniciado o procedimento judicial pelo jornal ou periódico, onde saiu a imputação, excluirá a ação penal contra os responsáveis. O mesmo acontecerá se se fizer em juízo a retratação.

### CAPÍTULO III

#### DO DIREITO DE RESPOSTA

Art. 17. É assegurado o direito de resposta a quem fôr acusado em jornal ou periódico.

Art. 18. Se o pedido de retificação não fôr atendido de imediato, o ofendido poderá reclamar judicialmente a sua publicação. Para êste fim, apresentando um exemplar do artigo incriminado e o texto em duas vias, dactilografadas, da resposta retificativa, requererá ao juiz criminal que ordene ao responsável pela publicação que seja inserida a resposta dentro em 24 (vinte e quatro) horas, se se tratar de jornal diário, ou no número seguinte, se o periódico não fôr diário.

Parágrafo único. O pedido de retificação poderá ser formulado pelo próprio ofendido, ou, no caso de ofensa à memória de alguém, por seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 19. Recebido o pedido de retificação, o juiz, dentro em 24 (vinte e quatro) horas, mandará citar o responsável para, em igual prazo, dar as razões por que não publicou a resposta.

Parágrafo único. Nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes o juiz proferirá a sua decisão, tenha o responsável atendido, ou não, a intimação.

Art. 20. Da decisão proferida pelo juiz, caberá apelação no efeito devolutivo.

Art. 21. Determinada a retificação, esta deverá ser efetuada gratuitamente, no prazo determinado, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) pela falta na primeira edição, multa que será aumentada na proporção de 100% (cem por cento) a cada edição subsequente, até que a publicação se efetue.

Art. 22. A resposta será inserta integralmente, no mesmo lugar e em caracteres tipográficos idênticos aos do esmento que a tiver provocado, e em edição e dias normais, sob pena de continuar a correr a multa, nos termos do artigo anterior.

§ 1.º A resposta deverá ter dimensão igual à do escrito incriminado, podendo conter até 50 (cinquenta) linhas, ainda que aquêle seja de extensão menor e não ultrapassando de 200 (duzentas) linhas, mesmo no caso de ser mais longo o escrito.

§ 2.º Esses limites prevalecem para cada resposta em separado, não podendo ser cumulados.

§ 3.º O limite máximo não pode ser ultrapassado a pretexto de pagar-se a parte excedente.

Art. 23. Será negada a publicação da resposta:

a) quando não tiver relação com os fatos referidos na publicação incriminada;

b) quando contiver expressões caluniosas, injuriosas ou difamatórias para o jornal ou periódico, onde saiu o escrito que lhe deu motivo, assim para os seus responsáveis como para terceiros;

c) quando se tratar de atos ou de publicações oficiais, salvo quando divulgadas em jornal oficial;

d) quando se referir a terceiros, de modo tal que lhes venha dar também o direito de retificação;

e) quando se tratar de escritos que não constituam abusos de liberdade de imprensa;

f) quando houver decorrido mais de trinta (30) dias entre a publicação do artigo que lhe deu motivo e o pedido de resposta.

Art. 24. Reformada a decisão do juiz, na instância superior, o jornal ou o periódico terá o direito de haver do autor da resposta as despesas com a publicação daquela, calculadas de acordo com a tabela de preços do próprio jornal ou periódico.

Parágrafo único A ação para haver as despesas será a executiva.

Art. 25. A publicação da resposta, salvo quando espontânea, não impedirá o ofendido de promover a punição pelas ofensas de que foi vítima.

Parágrafo único. Não poderá ser pedida a retificação se, na ocasião em que for feita, o jornal ou periódico já estiver sendo processado criminalmente pela publicação incriminada.

## CAPÍTULO IV

### DOS RESPONSÁVEIS

Art. 26. São responsáveis pelos delitos de imprensa, sucessivamente:

a) o autor do escrito incriminado;

b) o diretor ou diretores, o redator ou redatores-chefes do jornal ou periódico, quando o autor não puder ser identificado, ou se achar ausente do país, ou não tiver idoneidade moral e financeira;

c) o dono da oficina onde se imprimir o jornal ou periódico;

d) os gerentes dessas oficinas;

e) os distribuidores de publicações ilícitas;

f) os vendedores de tais publicações.

Art. 27. Não é permitido o anonimato. O escrito, que não trazer a assinatura do autor, será tido como redigido pelo diretor ou diretores, pelo redator-chefe ou redatores-chefes do jornal, se publicado na parte editorial, e pelo dono da oficina, ou pelo seu gerente, se publicado na parte ineditorial.

Parágrafo único. Se o jornal ou periódico mantiver seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figurem permanentemente, serão estes os responsáveis pelo que sair publicado nessas seções.

Art. 28. O ofendido poderá provar, perante qualquer juiz criminal, que o autor do escrito incriminado não tem idoneidade financeira para responder pelas consequências civis e penais da condenação; feita a prova em promisso sumariíssimo não caberá recurso da decisão que se proferir. Poderá o ofendido exercer a ação penal contra os responsáveis sucessivos, enumerados nesta lei.

Parágrafo único. Os responsáveis indicados nas letras e e f do art. 26, ficarão sujeitos unicamente à pena estabelecida no art. 53.

## CAPÍTULO V

### DA AÇÃO PENAL

Art. 29. A ação será promovida:

1 - nos crimes das letras j, g e h do art. 9º:

a) por queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo;



b) por denúncia do Ministério Público, quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão das suas atribuições.

II - nos demais crimes: por denúncia do Ministério Público.

§ 1.º Quando se tratar de qualquer das pessoas mencionadas na letra b, n.º 1, deste artigo, o Ministério Público só apresentará denúncia mediante aviso do Ministro da Justiça e Negócios Interiores na esfera federal, e do Secretário de Justiça ou autoridade equivalente, na esfera estadual ou mediante representação dos ofendidos ou dos seus representantes legais se o aviso não se fizer dentro em 3 (três) dias, contados da data da solicitação.

§ 2.º Quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário público, o Ministério Público iniciará a ação penal, mediante requisição do representante legal de quem ofendido, no primeiro caso, ou por iniciativa própria, no segundo caso.

§ 3.º Quando se tratar de crime contra a memória de alguém, ou contra pessoa que faleça depois de apresentada a queixa, a ação poderá ser iniciada ou continuada pelo cônjuge, pelo ascendente, pelo descendente ou pelo irmão.

Art. 30. A denúncia deverá ser oferecida pelo Ministério Público, dentro no prazo de dez (10) dias, contados do em que lhe for solicitada essa providência, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), sem prejuízo da responsabilidade funcional em que incorrer.

Art. 31. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal, uma vez iniciada.

Art. 32. A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais.

Art. 33. É obrigatória em todos os processos por abuso de liberdade de imprensa, sob pena de nulidade, a intervenção do Ministério Público.

Parágrafo único. A queixa particular pode ser admitida, no prazo de três dias, pelo Ministério Público.

Art. 34. Num só processo poderá ser admitida a intervenção de vários querelantes, quando ofendidos pela mesma publicação. A desistência da queixa, por um ou por alguns, não privará os demais do direito de proseguir no processo.

Parágrafo único. A desistência da queixa só será permitida com a aquiescência do querelado.

Art. 35. A queixa ou a denúncia será instruída com um exemplar do impresso, em que se contiver a publicação ofensiva, e deverá indicar as provas ou diligências que o autor reputar necessárias. Distribuída e autuada, o juiz, depois de ouvir o Ministério Público, quando se tratar de queixa, recebe-la-á ou rejeita-la-á.

§ 1.º Recebida a queixa ou a denúncia, o réu será citado pessoalmente para comparecer à primeira audiência do Juízo. Não sendo encontrado, a citação far-se-á por editais, com o prazo de dez (10) dias.

§ 2.º Depois de qualificado, poderá o réu fazer-se representar em todos os termos do processo, por procurador bastante.

Art. 36. Se o réu não comparecer à audiência designada, o processo correrá à sua revelia. Se comparecer será qualificado e terá o prazo de cinco (5) dias para apresentar a defesa, salvo se não preferir apresentá-la imediatamente. Na defesa deverá alegar todas as prejudiciais, inclusive a *exceptio veritatis* indicar as provas e as diligências que achar necessárias e oferecer os documentos que tiver.

§ 1.º Demonstrada a necessidade de certidões de repartições públicas ou autárquicas, e a de quaisquer exames, o juiz requisitará aquelas e determinará éstas, mediante fixação de prazo para o cumprimento das respectivas diligências.

§ 2.º Se dentro do prazo não for atendida, sem motivo justo, a requisição do juiz, imporá este a multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 1 000,00 (mil cruzeiros) ao funcionario responsável e suspenderá a marcha do processo, até que em novo prazo seja fornecida a certidão ou se efetue diligência. Aos responsáveis pela não realização desta última, será aplicada a multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 1 000,00 (mil cruzeiros). A aplicação das multas acima referidas não exclui a responsabilidade por crime funcional.

§ 3.º Esgotados os prazos para apresentação das certidões ou realizações dos exames, o juiz considerará provada a alegação que dependia daquelas certidões ou dos exames.

Art. 37. Na audiência seguinte, serão inquiridas as testemunhas da acusação, e, apos, as de defesa e marcadas novas audiências para inquirição das que não foram ouvidas.

Paragrafo unico. As testemunhas, assim de acusação como de defesa, cujo numero o juiz limitará, quando vir que são apresentadas com intuitos protelatórios, poderão comparecer independente de intimação, salvo requerimento da parte que as arrolou.

Art. 38. Terminada a instrução, o autor e réu terão, sucessivamente, o prazo de três (3) dias para oferecerem alegações escritas. Se, com as da defesa, forem apresentados novos documentos, terá o autor o prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas para dizer sobre eles.

Art. 39. Terminado o prazo para as alegações, os autos serão conclusos ao juiz que mandará proceder, de officio ou a requerimento dos interessados, as diligências necessárias para sanar qualquer nulidade ou para suprir qualquer falta que possa influir no julgamento.

Art. 40. O juiz poderá absolver o réu, se julgar provado qualquer fato que o isente de pena.

Art. 41. O julgamento compete a um tribunal composto do juiz de Direito que houver dirigido a instrução do processo e que será o seu presidente, com voto e de 4 (quatro) cidadãos sorteados dentre 21 (vinte e um) jurados da comarca.

§ 1.º O sorteio dos jurados será feito pelo presidente do júri local, mediante requisição do juiz do processo, cinco (5) dias antes da sessão do julgamento e na presença das partes, se o quiserem. O resultado do sorteio será comunicado ao juiz do processo por officio, que será junto aos autos depois de ordenada a intimação das partes e dos jurados.

§ 2.º Os jurados que, sem motivo justificado, não comparecerem à sessão de julgamento, serão sujeitos à multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), imposta pelo juiz que presidir ao processo.

§ 3.º Os jurados não poderão escusar-se senão por motivo de moléstia, provada por inspeção de saúde determinada pelo juiz.

§ 4.º Não podem servir conjuntamente no julgamento, como juizes, os ascendentes, descendentes, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tios e sobrinhos, sogro e genro, padrasto e enteado.

Art. 42. No dia designado para o julgamento, aberta a audiência e feitos os pregões de praxe, proceder-se-á a chamada dos jurados e o juiz resolverá sobre as escusas que forem apresentadas e sobre as multas que devem ser impostas. Se houver numero legal de jurados, mandará apregoar as partes e as testemunhas, recolhidas estas a outra sala. Se não houver numero legal, marcará nova audiência para o julgamento.

§ 1.º Se qualquer das partes não comparecer, com escusa legitima, o julgamento será adiado para outra sessão, marcada para daí a cinco (5) dias. Se o faltoso for representante do Ministerio Público, o adiamento só podera ser concedido uma vez, com substituição desse funcionario nas audiências, na forma da lei.

§ 2.º Se o autor da queixa não comparecer sem motivo justificado, a ação será declarada *perempta*. Se fôr o réu faltoso, o juiz nomear-lhe-á defensor.

Art. 43. Consultadas a defesa e a acusação, sucessivamente, poderão estas recusar, cada uma, até três (3) dos jurados sorteados para o julgamento.

Art. 44. Organizado o Tribunal, o juiz deferirá o compromisso aos jurados, fazendo o primeiro ler o seguinte: "Prometo, pela minha honra, decidir de acôrdo com a verdade e a justiça". Os demais repetirão: "Assim prometo".

Art. 45. Qualificado o réu, o juiz fará breve relatório do processo, expondo o fato, as provas colhidas e as conclusões das partes, sem, de qualquer modo, manifestar a respeito a sua opinião.

§ 1.º Em seguida dará a palavra ao acusador e ao defensor, sucessivamente, dispondo, cada um, de uma hora para falar, prorrogável, a seu pedido, por trinta minutos. A réplica e a tréplica deverão ser feitas, cada uma, em trinta minutos, improrrogáveis.

§ 2.º Antes de iniciados os debates, qualquer das partes ou qualquer jurado poderá requerer a leitura de peças do processo e a audiência de testemunhas que estejam presentes.

Art. 46. Encerrados os debates, passarão o juiz e os jurados a deliberar em sessão secreta sobre as seguintes questões:

- 1.º) Constitui crime o fato imputado ao réu?
- 2.º) No caso afirmativo, é o réu responsável por esse crime?
- 3.º) No caso afirmativo, qual a pena que lhe deve ser aplicada?

Art. 47. O juiz lavrará em seguida a sentença, de acôrdo com as deliberações dos jurados. Assinada por todos, sem declaração de voto, mencionado, apenas, se foi proferida por unanimidade, ou por maioria, a sentença será lida pelo juiz na sala das sessões.

Art. 48. Da sentença caberá apelação interposta no ato ou dentro de cinco (5) dias da data em que foi proferida.

Parágrafo único. A apelação será arrazoadada na primeira instância, no prazo comum de cinco (5) dias para ambas as partes; terá os dois efeitos, e, quando condenatória, subirá imediatamente à instância superior, onde será preparada dentro de dez (10) dias, sob pena de deserção.

## CAPITULO VI

### DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA

Art. 49. A pena de prisão será cumprida em estabelecimento distinto dos que são destinados a reus de crime comum e sem sujeição a qualquer regime penitenciário ou carcerário.

Art. 50. A sentença condenatória nos processos de injúria, calúnia ou difamação, será publicada, gratuitamente, se a parte o requerer na mesma seção do jornal ou periódico em que apareceu o escrito, de que se originou a ação penal. A publicação efetuar-se-á com os mesmos caracteres tipográficos em que o escrito foi composto.

§ 1.º Essa publicação será feita no primeiro número do jornal ou periódico que se seguirá a notificação do juiz, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por número em que se deixar de estampar a sentença.

§ 2.º No caso de absolvição, o querelado terá o direito de fazer à custa do querelante a publicação da sentença em jornal que escolher.

Art. 51. No caso da primeira condenação à pena de prisão, o réu terá direito ao benefício do *sursis*.

## CAPÍTULO VII

## DA PRESCRIÇÃO

Art. 52. A prescrição da ação dos delitos constantes desta lei ocorrerá após 2 (dois) meses da data da publicação do escrito incriminado, e a da condenação, no dôbro do prazo em que for fixada.

## CAPÍTULO VIII

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. Não poderão ser impressos, nem expostos à venda ou importados, jornais ou quaisquer publicações periódicas de caráter obsceno, como tal declarados pelo Juiz de Menores, ou, na falta deste, por qualquer outro magistrado.

§ 1.º Os exemplares encontrados serão apreendidos.

§ 2.º Aquêlê que vender ou expuser à venda ou distribuir jornais, periódicos, livros, ou quaisquer outras impressões, cuja circulação houver sido proibida, perderá os exemplares que forem encontrados em seu poder e incorrerá na multa de Cr\$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros), por exemplar apreendido. Essa penalidade será imposta mediante processo sumário, feito perante qualquer juiz criminal, por iniciativa do Ministério Público e com audiência do acusado, que será citado para se defender no prazo de quarenta e oito (48) horas.

Art. 54. A autoridade administrativa competente, verificando a transgressão da proibição constante do artigo anterior e seus parágrafos, procederá imediatamente à apreensão dos exemplares do jornal ou periódico em causa, remetendo, em 24 (vinte e quatro) horas, um dêsses exemplares, com officio justificativo, ao Ministério Público.

§ 1.º O Ministério Público, no prazo de cinco (5) dias, da data do recebimento da comunicação, pedirá a citação do responsável legal do jornal ou periódico apreendidos e de quem os estivesse vendendo, expondo à venda ou distribuindo, juntando aos autos o exemplar e o officio remetidos pela autoridade administrativa, e alegando o que fôr mister para o esclarecimento do fato, podendo requerer diligências.

§ 2.º A pessoa ou as pessoas citadas na forma acima poderão, no prazo de cinco (5) dias, apresentar defesa escrita requerendo diligências, quando necessárias.

§ 3.º Concluídos os autos ao juiz, êste deferirá as diligências indispensáveis ao esclarecimento do fato e, ouvidas as partes no prazo de três (3) dias, sobre as diligências efetuadas, pronunciará, em seguida, sua decisão, manifestando-se sobre a ocorrência ou não dos fatos incriminados e fixando, quando possível, a responsabilidade pelos mesmos. Da sentença caberá apelação no prazo e forma legais.

§ 4.º Não sendo reconhecida, na primeira instância, a ocorrência dos motivos alegados para a apreensão, a autoridade administrativa devolverá os exemplares apreendidos, sob a fiscalização do juiz, ao representante legal do jornal ou periódico ou a quem os possuísse no momento da apreensão.

§ 5.º Transitada em julgado a sentença, será determinada pelo juiz competente sua execução, observando os seguintes dispositivos:

a) reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos incriminados, os exemplares serão confiados à autoridade administrativa para sua destruição, procedendo-se à nova apreensão se, anteriormente, houverem sido liberados;

b) fixando a sentença a responsabilidade do acusado ou dos acusados, será depositada em cartório por estes a multa, cominada ou não. Feito o depósito, no prazo de trinta (30) dias, será promovida pelo Ministério Público sua cobrança executiva;

c) não reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos incriminados, serão liberados os exemplares, se ainda sujeitos a apreensão, pagando a União ou o Estado, que houver determinado a apreensão, indenização fixada pelo juiz, igual ao valor da multa que seria aplicável e cobrável por simples petição instruída de certidão da sentença final.

Art. 55. Nos casos de reincidência na transgressão do art. 53 e seus parágrafos, praticada pelo mesmo jornal ou periódico, pela mesma empresa, ou por periódicos ou empresa diferente, mas que tenham o mesmo diretor responsável, a autoridade administrativa, além da apreensão, regulada pelo art. 54 e parágrafos, poderá determinar a suspensão da impressão, circulação e distribuição do jornal ou periódico indicados, declarando e justificando ao órgão a que se refere o art. 54 *in fine*, os motivos que a levaram a essa medida.

§ 1.º Não sendo cumprida pelos responsáveis a suspensão determinada pela autoridade administrativa, esta adotará as medidas necessárias à observância da ordem, como o fechamento das dependências em que se redija, componha, imprima e distribua o jornal ou periódico indicados e apreensão sucessiva de suas edições posteriores, consideradas, para todos os efeitos, como clandestinas.

§ 2.º A suspensão do jornal ou periódico prevista neste artigo será apreciada judicialmente em conjunto com a apreensão da edição que houver reincidido na transgressão do art. 53 e seus parágrafos, observada a forma prevista pelo art. 54 e seus parágrafos.

§ 3.º Não sendo reconhecida, na primeira instância, a ocorrência dos motivos alegados para a apreensão e suspensão, a autoridade administrativa, observado o disposto no § 4.º do art. 54, levantará a ordem de suspensão e sustará a aplicação das medidas adotadas para assegurá-la.

§ 4.º Transitada em julgado a sentença, serão observadas, além do que dispõe o § 5.º e suas letras do art. 54, as seguintes normas:

a) reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos incriminados, serão extintos os registros eventualmente assegurados em favor da marca comercial e da denominação da empresa editora e do jornal ou periódico em apreço e os registros a que se refere o art. 5.º desta lei, sendo expedidos pelo juízo da execução a repartição e ao cartório competentes os mandados de extinção e de cancelamento dos mencionados registros;

b) não reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos incriminados observar-se-á o disposto na letra c do § 5.º do art. 54, ficando ainda a União ou o Estado, que houver determinado a suspensão, obrigados à reparação civil das perdas e danos, apuráveis em ação própria, deduzindo-se, do montante da condenação, a importância que houver sido paga em atendimento da petição a que se refere a mencionada letra c do § 5.º do artigo 54.

§ 5.º Quando na hipótese prevista na letra a do parágrafo anterior, a empresa proprietária ou editora do jornal ou periódico incriminado for uma sociedade comercial ou civil, o Ministério Público, no prazo de dez (10) dias, contados da data em que houver transitado em julgado a sentença condenatória, promoverá, em ação própria, a dissolução e liquidação da sociedade, revertendo seu patrimônio, quando não haja titular ou credor com direito ao mesmo em proveito da Associação Brasileira de Imprensa, ou de outra entidade de classe representativa da imprensa nacional, a critério da autoridade administrativa.

Art. 56. Poderão entrar e circular livremente no Brasil, ressalvados os direitos fiscais, quando os houver, os jornais, periódicos, livros e quaisquer impressos que se publicarem no estrangeiro, desde que não incorram nas proibições desta lei.

Art. 57. Consideram-se incorporadas na presente lei as disposições do Código Penal não alteradas expressamente e que digam respeito aos crimes aqui definidos.

Art. 58. O jornalista profissional não poderá ser detido, nem recolhido antes de sentença transitada em julgado, senão em sala decente, perfeitamente arejada e onde encontre todas as comodidades.

Art. 59. Os jornais ou periódicos ficarão dispensados da substituição da matéria censurada, desde que a censura seja feita antes de uma hora da sua paginação.

Art. 60. Nenhuma providência de ordem administrativa poderá tomar a autoridade pública que, direta ou indiretamente, cerceie a livre publicação e circulação de jornais e periódicos, ou que, de qualquer maneira, prejudique a situação econômica e financeira da empresa jornalística.

## CAPÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 61. Assim os jornais e os periódicos já existentes, como as oficinas impressoras em funcionamento, serão obrigados a atender às exigências contidas nesta lei, dentro no prazo de noventa (90) dias da sua publicação, salvo se previamente o tiverem satisfeito.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 63. Revogam-se notadamente o decreto n.º 24.776, de 14 de julho de 1934, os §§ 6.º e 7.º do art. 25 da lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, o art. 9.º da lei n.º 133, de 14 de dezembro de 1935, o decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, e quaisquer outras disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Tancredo de Almeida Neves.*

LEI N.º 2.084 — DE 12  
DE NOVEMBRO DE 1953.

*Dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os títulos eleitorais, sem o retrato do eleitor, devem ser expedidos com os requisitos do artigo 37, da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950.

Parágrafo único. O retrato do eleitor, no respectivo título, passará a ser

exigido no alistamento que se verificar a partir de 1.º de janeiro de 1956.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução do disposto no artigo 1.º ficarão a cargo da Justiça Eleitoral.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Presidente do Senado  
Federal*

LEI N.º 2.085 — DE 12  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de .....  
Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros),  
mensais a Hilda Carvalho de Abreu,  
viúva do ex-Collector Federal Alberto  
Henrique de Abreu.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais a Hilda Carvalho de Abreu, viúva do ex-Collector Federal Alberto Henrique de Abreu, falecido em consequência de acidente, quando em exercício de suas funções.

Art. 2.º A despesa decorrente da pensão estipulada no artigo 1.º, correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.086 — DE 12  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede a pensão especial de .....  
Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais a Evelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império Costa Pereira.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), mensais, a Evelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império Costa Pereira.

Parágrafo único. A despesa para o pagamento da pensão, de que trata este artigo, correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.087 — DE 13  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Regula o estudo, o orçamento e a construção dos açudes, em cooperação da União com os Estados, Municípios ou particulares, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O estudo, o orçamento e a construção dos açudes de cooperação da União com os Estados, Municípios ou particulares compreendem, obrigatoriamente, todas as providências necessárias aos serviços da sua irrigação, que serão executados no mesmo tempo.

Art. 2.º Ficam incluídas as barragens submersas no regime de obras e cooperação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 3.º Os dispositivos da presente Lei, quanto a obrigatoriedade dos serviços de irrigação e barragens submersas, se aplicam às obras a serem feitas em virtude de dotações orçamentárias como as que forem custeadas com os recursos instituídos pelo artigo 198, da Constituição Federal.

Art. 4.º Para os serviços de irrigação, previstos no artigo 1.º fica estabelecido o auxílio suplementar de 70 % (setenta por cento) para os Estados ou Municípios e 50 % (cinquenta por cento) para os particulares da importância dos seus respectivos orçamentos com a denominação oficial de Prêmio de Irrigação.

Art. 5.º Estende-se o Prêmio de Irrigação aos açudes (artigo 1.º), cujas rédes ainda não tenham sido construídas, desde que seja requerida a sua concessão no prazo de 60 (sessenta) dias da execução desta Lei, e seja assumida a obrigação contratual de terminar as mesmas, dentro de 6 (seis) meses, da autorização do seu

início, sob pena de perda do auxílio (artigo 1.º).

Art. 6.º Os prêmios das barragens submersas serão iguais aos de açudes de cooperação.

Parágrafo único. Far-se-á o seu cálculo de acordo com a superfície do terreno a ser humedecido pelo lençol freático, na base de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) por metro quadrado de área refrescada, e levando-se em conta o auxílio de 50 % (cinquenta por cento) do custo do metro cúbico de alvenaria de pedra e cal ou pedra e cimento, empregado na parede, ou do custo do metro cúbico de terra traçada e apiloada, quando de terra argilosa a sua construção.

Art. 7.º Aos particulares, proprietários de açudes em cooperação, não será concedido qualquer favor ou benefício público, sem a prova da exploração agrícola da sua bacia de irrigação.

Art. 8.º As despesas da presente Lei correrão por conta das verbas orçamentárias e para tais fins consignadas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 9.º A regulamentação da presente Lei pelo Poder Executivo será feita no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.088 — DE 13  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir a Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00, para pagamento de salário-família.*  
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir a Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), para pagamento de salário-família aos servidores daquela Comissão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.089 — DE 14  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados de Institutos, Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' alterado para ..... Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), o limite máximo do valor do imóvel destinado à residência própria, a que se refere o artigo 3.º parágrafo 2.º, do Decreto-lei número 6.016, de 22 de novembro de 1943, modificado pela Lei número 1.061, de 1 de fevereiro de 1950.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Goulart

LEI N.º 2.090 — DE 14  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para ressarcimento das despesas efetuadas por Armando de Oliveira Fernandes, Ary Nascimento Cordeiro e Mozart Carneiro da Cunha, quando componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das empresas do Grupo Light.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do



Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos cruzeiros), para ressarcimento das despesas efetuadas por Armando de Oliveira Fernandes, Ary Nascimento Cordeiro e Mozart Carneiro da Cunha, à razão de ..... Cr\$ 5.100,00 (cinco mil e cem cruzeiros), para cada um, funcionários, respectivamente, dos Ministérios da Agricultura, da Viação e Obras Públicas e da Prefeitura do Distrito Federal, quando componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o problema do aumento geral de salários e tarifas das empresas do Grupo Light.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Goulart  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.091 — DE 14  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a promover a doação à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, da área de terreno de 84.132,84 m<sup>2</sup> de superfície, localizada no perímetro urbano da mesma cidade e pertencente ao domínio da União, em virtude de declaração judicial de vacância dos bens de Maria Candida Hoeschl.

Art. 2.º A Prefeitura Municipal de Gaspar utilizará o imóvel na realização de obras públicas de interesse geral, inclusive estabelecimentos de assistência médica social e casas populares.

Parágrafo único. Não se realizando, no prazo de 5 (cinco) anos a utilização prevista neste artigo, caducará a doação, voltando o bem ao domínio da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.092 — DE 16  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Isenta de pagamento de imposto de importação e demais taxas aduaneiras, o rebocador "Lady Rosemary", importado por Wilson, Sons & Co. Ltd.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para o rebocador "Lady Rosemary", importado da Inglaterra, por Wilson, Sons & Co. Ltd., da cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.093 — DE 16  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para material da linha de transmissão e outros equipamentos.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, isenção de todos os direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, e bem assim de imposto de consumo, sobre material da linha de transmissão e outros equipamentos, adquiridos pela mesma Cia. para as obras que está realizando no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, para o aproveita-

mento hidro-elétrico do rio Tronqueiras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.094 — DE 16  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, pa-

rágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida à Fundação para o Livro do Cego no Brasil, com sede na Capital do Estado de São Paulo, isenção de direitos de importação, exceto a taxa de previdência social, para todo o material de uso exclusivo de cegos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.095 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1953

DISPÕE SOBRE O FINANCIAMENTO DAS  
LAVOURAS DO CAFÉ.

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, nos períodos agrícolas compreendidos entre 1 de novembro de 1953 a 31 de outubro de 1957, sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, a realização do financiamento das lavouras de café, cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade ocasionada pela geada ultimamente verificada, não se enquadre nas disposições do Regulamento da mencionada Carteira.

Art. 2.º Os financiamentos referidos no artigo anterior só serão deferidos aos lavradores cujos imóveis, situados nas regiões atingidas pelas geadas, tenham sofrido prejuízos capazes de afetar a sua formação ou produtividade em mais de um período anual.

Art. 3.º A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., sempre que for necessário, solicitará do Instituto Brasileiro do Café os elementos precisos para perfeita instrução dos processos de financiamento a que se refere a presente lei.

Art. 4.º Nos empréstimos a que se refere esta lei deverá sempre ser incluída uma verba destinada à manutenção dos empreiteiros ou formadores de lavouras atingidas pelas geadas, durante o período de restauração dos cateiros até o máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Para gozar dos benefícios desta lei os lavradores prejudicados pelas geadas deverão assumir, nas escrituras de financiamento, sob pena deste não ser concedido, a obrigação de manter os contratos de formação de lavoura atualmente existentes e, ainda, de destinar aos empreiteiros a verba prevista neste artigo.

Art. 5.º Em casos excepcionais, plenamente justificados, e sempre mediante solicitação ou informação do Instituto Brasileiro do Café, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. poderá deferir os empréstimos de que trata esta lei antes do período agrícola a iniciar-se a 1 de novembro de 1953.

Art. 6.º Os financiamentos previstos nesta lei serão garantidos por penhor agrícola ou hipoteca, fixado para a primeira dessas garantias o prazo máximo de 4 (quatro) anos.

§ 1.º A garantia hipotecária será exigida apenas aos financiamentos pignoratícios que ultrapassarem a 4 (quatro) colheitas e forem de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

§ 2.º É dispensada a anuência do proprietário agrícola à constituição do penhor das colheitas de café dadas em garantia dos financiamentos, inclusive as formadas em terrenos devolutos, desde que o respectivo ocupante tenha, pelo menos, apresentado requerimento já deferido, de discriminação em seu favor da área ocupada.

Art. 7.º Para o registro dos contratos de financiamento nos termos desta lei, é assegurado o direito de prorrogação para 30 de novembro de 1956:

a) aos arrendatários ou locatários das terras onde se encontram as culturas financiadas, do prazo dos contratos de arrendamento, mantidas as demais condições estabelecidas;

b) aos promitentes compradores ou devedores com garantia hipotecária das mesmas terras, no prazo dos pagamentos antes exigíveis, na forma das respectivas escrituras.

Art. 8.º Fica a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil autorizada a conceder fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários o redesconto de títulos provenientes do financiamento de recuperação e até o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, bem assim dos títulos oriundos de promessas de venda de terras financiadas a que se refere o artigo 7.º desta lei e até o prazo previsto no mesmo artigo.

Art. 9.º Nas localidades onde o Banco do Brasil não dispuser de agências ou escritórios, para que o financiamento atenda o maior número possível de lavradores, poderá a Carteira do Crédito Agrícola e Industrial daquele Banco delegar essas operações de crédito aos Bancos particulares existentes na Região, mantidas as mesmas condições de custeio e taxa de juros usuais para esses financiamentos.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.086, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a Abrir, pelo Ministério de Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para auxiliar a realização do 2.º Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado a auxiliar a realização, em 1953, do 2.º Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins, promovido pela Sociedade Brasileira de Anatomia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1953. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.087, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar o término da construção e equipamentos do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para serem entregues à Associação Espirita Francisco de Paula, com sede à rua Senador Nabuco nº 34, Distrito Federal, a título de auxílio para o término da construção e equipamentos do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula — lar-escola para meninas pobres — que está sendo construído à rua Corrêa de Oliveira ns. 21 a 31, e é mantido pela mesma entidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

#### LEI N.º 2.093, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ ..... 385.000,00, para pagamento do acréscimo de vencimentos concedido aos Ministros Rubem Machado da Rosa e Antônio Cesário de Faria Alvim Filho.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei :

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ .. 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), para pagamento do acréscimo de vencimentos concedido aos Ministros Rubem Machado da Rosa e Antônio Cesário de Faria Alvim Filho, no prazo de 1 de fevereiro de 1951 a 31 de dezembro de 1953.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

#### LEI N.º 2.099 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 21.888,00, para pagamento de gratificação ao médico Francisco Vitorino de Luna.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 21.888,00 (vinte e um mil, oitocentos e oitenta e oito cruzeiros), para pagamento de gratificação de que trata o Decreto-lei número 9.177, de 15 de abril de 1946, a que fez jus no exercício de 1952, o médico padrão M, Francisco Vitorino de Luna, Chefe do Serviço de Leprosia da Divisão de Saúde, no Território Federal do Amapá, por serviços prestados com risco de vida ou de saúde.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Tancredo de Almeida  
Neves  
Oswaldo Aranha*

#### LEI N.º 2.100 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 142.616,50, para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco.*

Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 142.616,50 (cento e quarenta e dois mil e seiscentos e de-

zesseis cruzeiros e cinquenta centavos) para pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço, de que trata a Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, devida, nos meses de novembro e dezembro de 1952, aos servidores dos Territórios Federais, assim discriminada:

	Cr\$
Território do Acre .....	109.152,00
Território do Amapá .....	18.922,00
Território do Guaporé ....	10.000,00
Território do Rio Branco ..	4.542,50

Total ..... 142.616,50

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Tancredo de Almeida*

*Neves*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.101 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ... Cr\$ 1.284.140,00 para pagamento de gratificações militares ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.284.140,00 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificações militares ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Tancredo de Almeida*

*Neves*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.102 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 401.240,20, para pagamento de despesas extra contratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 401.240,20 (quatrocentos e um mil, duzentos e quarenta cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento de despesas extra contratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais para sargentos da Aeronáutica, na Base Aérea de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, em 1947.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Nero Moura*

*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.103 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 128.508,10, destinado ao pagamento de trabalhos executados pelo Departamento de Imprensa Nacional para a Comissão do Vale do São Francisco.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .. 128.508,10 (cento e vinte e oito mil,

quinhentos e oito cruzeiros e dez centavos), destinado à liquidação de compromissos decorrentes de trabalhos de impressão executados pelo Departamento d. Imprensa Nacional para a Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.104 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, por conta igual de propriedade da firma Xavier Irmãos S. A. — Estivas e Comércio em Geral.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a permutar área de terreno, de forma triangular, com 7,20m<sup>2</sup> e de uma faixa de 22,40m<sup>2</sup> com 0,634 metros em sua maior largura pertencente ao recinto da estação de Pelotas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, por outra igual de 29,60 m<sup>2</sup>, situada no vértice do triângulo formado, de um lado, pela Rua João Simões Neto, e de outro com os terrenos da referida Viação Férrea, de propriedade da firma Xavier Irmãos S. A. — Estivas e Comércio em Geral.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha  
José Américo

LEI N.º 2.105 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para subencionar a Estrada de Ferro Leopoldina, no exercício de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) a fim de subvencionar a Estrada de Ferro Leopoldina, durante o exercício de 1953, visto sua receita ser insuficiente para cobrir os encargos de pessoal e material imprescindíveis àquela Estrada.

Art. 2.º. A importância mencionada no art. 1.º será entregue em duodécimos, destinando-se obrigatoriamente a metade de cada duodécimo em parcelas iguais à amortização e pagamento dos débitos para com o Armazém de Abastecimento da Estrada e Contadaria Geral de Transportes, até os totais respectivos de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) e Cr\$ 23.339.233,70 (vinte e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e três cruzeiros e setenta centavos).

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.106 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam incluídas nos estabelecimentos subvencionados pela União, de conformidade com o art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com uma subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para cada um dos estabelecimentos.

Art. 2.º O pagamento da subvenção estipulada no art. 1.º será feito à União Sul Brasileira de Educação e Ensino, instituição fundadora e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento, no exercício financeiro de 1953, da subvenção prevista nesta lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antônio Balbino  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.107 — DE 23 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Considera válido o curso realizado pelos professores normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É considerado válido, para todos os efeitos legais, o curso realizado nas Faculdades de Filosofia, da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelos professores normalistas matriculados por força do Decreto estadual n.º 1.506, de 13 de abril de 1945.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Antônio Balbino

LEI N.º 2.108 — DE 23 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Antônio Joaquim da Costa, Zelador da Casa Rui Barbosa.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Os serviços prestados pelo funcionário Antônio Joaquim da Costa, Zelador da Casa Rui Barbosa, no Palácio do Catete, como continuado do Presidente da República, Conselheiro Afonso Pena, a partir de setembro de 1907 a junho de 1909 e os prestados, ao Conselheiro Rui Barbosa, a partir de julho de 1909 a dezembro de 1923, como Zelador de sua biblioteca, tornada patrimônio nacional, são computados integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1953. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.109 — DE 23 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .. 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) destinado ao Tribunal de Contas, para pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço de seus servidores, correspondente ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.110 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para os seguintes materiais:

a) 700 máquinas de costura, fabricadas pela Singer Sewing Machine Company, tipo 15-88, com tampa transformável em mesa, acompanhadas de seus acessórios constantes de 700 motores elétricos modelo BA-3 ou BR e 700 faróis "singerlight", destinados à Organização das Voluntárias;

b) Um órgão adquirido em Hamburgo, para a Comunidade Evangélica Luterana, em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro;

c) Um órgão elétrico destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paula, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.111 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1953

*Faz doação de imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É doado à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento dos serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte, o prédio federal n.º 688 da Avenida Rio Branco, em Natal, capital daquele Estado.

Art. 2.º O Ministério da Fazenda determinará as providências necessárias à aplicação desta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI n.º 2.112 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1953

*Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul passa a ser o constante da tabela anexa.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais — os créditos especiais até a importância de Cr\$ 343.300,00 (trezentos e quarenta e três mil e trezentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1953, 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Tancredo de Almeida Neves*  
*Oswaldo Aranha*



TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º DA PRESENTE LEI  
Tribunal Regional Eleitoral - Grupo D-I - Rio Grande do Sul  
CARGOS EM COMISSÃO

Número de Cargos	C A R G O S	Símbolo
1	Diretor Geral de Secretaria .....	PJ-4
2	Diretor de Serviço .....	PJ-5
1	Auditor Fiscal .....	PJ-5

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de Cargos	C A R G O S	Padrão
2	Taquigrafo .....	M
1	Arquivista .....	K
1	Almoxarife .....	J
1	Porteiro .....	I
1	Ajudante de Porteiro .....	H
1	Motorista .....	H
1	Ajudante de Motorista .....	G

Número de Cargos	C A R G O S	Classe
2	Oficial Judiciário .....	M
3	Oficial Judiciário .....	L
4	Oficial Judiciário .....	K
5	Oficial Judiciário .....	J
6	Oficial Judiciário .....	I
7	Oficial Judiciário .....	H
4	Escriturário .....	G
6	Escriturário .....	F
8	Escriturário .....	E
3	Datilografo .....	G
4	Datilografo .....	F
2	Contínuo .....	G
4	Contínuo .....	F
1	Servente .....	E
2	Servente .....	D
4	Servente .....	C

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número	Função	Símbolo
1	Secretário do Presidente .....	FG-5
1	Secretário do Procurador Regional .....	FG-5
6	Chefe de Seção .....	FG-5

**LEI N.º 2.113 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1953**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.756.974,31 para pagamento de gratificação de representação ao pessoal da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.756.974,31 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e trinta e um centavos) para atender ao pagamento da gratificação de representação, relativa ao exercício de 1952, devida ao pessoal da carreira de Diplomata do quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 26 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rão.

Oswaldo Aranha.

**LEI N.º 2.114 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1953**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 840.000,00, para pagamento de despesas de vestuário, uniforme e equipamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros),

para ocorrer ao pagamento de despesas de vestuário, uniforme e equipamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Oswaldo Aranha.

**LEI N.º 2.115 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1953**

*Estende aos auditores da 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no art. 13 § 2.º da Lei n.º 116, de 15 outubro de 1947.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os auditores da 1.ª entrância e os advogados de ofício, na Justiça Militar, perceberão, a partir da data da publicação da presente Lei, a gratificação adicional por tempo de serviço prevista no § 2.º do art. 13 da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Militar, — os créditos necessários à importância de Cr\$ 81.602,50 (oitenta e um mil, seiscentos e setenta e dois cruzeiros), para ocorrer às despesas com a execução desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida Neves

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.116 — DE 27 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As praças em serviço nas guarnições militares de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia será permitido:

- a) o casamento;
- b) a contagem pelo dobro do tempo de serviço passado nas citadas guarnições;
- c) o reengajamento até o limite de idade para a permanência no serviço ativo, desde que satisfaçam as exigências regulamentares de boa conduta, de capacidade física, de eficiência militar e enquanto servirem efetivamente, numa das guarnições citadas no art. 1.º;
- d) a transferência para a reserva remunerada, ou reformada, após 20 (vinte) anos de serviço, dos quais ao mínimo 5 (cinco) integrais, passados consecutivamente, em qualquer das guarnições especificadas nesta lei.

Art. 2.º Os proventos das praças transferidas para a reserva remunerada ou reformadas, nas condições estabelecidas na letra "d", do art. 1.º, serão iguais aos vencimentos (sólido e gratificação) correspondentes à graduação que tinham quando em serviço ativo, salvo se em outras leis especiais lhes forem asseguradas maiores vantagens.

Art. 5.º Os militares, oficiais e praças, quando em serviço efetivo das guarnições referidas nesta lei, perceberão a quota adicional de 40% (quarenta por cento) sobre os respectivos vencimentos.

Art. 4.º. As vantagens da presente Lei são extensivas aos militares da Marinha de Guerra que serviram e servem nas ilhas: Fernando de Noronha, Abrolhos, Rasa, Rocas, Trindade e Arvoredo, consideradas como oceânicas.

Art. 5.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Renato de Almeida  
Guilhobel  
Cyro Espirito Santo  
Cardoso

LEI N.º 2.117 — DE 27  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 15.101,70, para pagamento de vencimentos a suplentes de Juizes Presidentes de Junta e Suplentes de Juizes classistas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 15.101,70 (quinze mil, cento e um cruzeiros e setenta centavos), para pagamento de vencimentos a suplentes de Juizes Presidentes de Junta e suplentes de Juizes classistas, correspondente ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.118 — DE 27  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 14.186,40, para pagamento de gratificação de representação aos vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, pa-

rágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 14.186,40 — (quatorze mil cento e oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), para pagamento de gratificação de representação aos vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, correspondente ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.119 — DE 27  
DE NOVEMBRO DE 1953

*Concede, por intermédio do Ministério da Saúde, o auxílio anual de ..... Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido, por intermédio do Ministério da Saúde, o auxílio anual de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Para recebimento da importância de que trata a presente Lei, a Policlínica Geral do Rio de Janeiro assumirá, perante a Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde, o compromisso de:

- I — manter em condições, cada vez mais aperfeiçoados, os serviços de assistência médico-cirúrgica;
- II — manter e ampliar os cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento médico;
- III — manter e ampliar a sua Revista Médica, sempre com o caráter de divulgação exclusivamente científica;
- IV — manter e ampliar o Serviço de Assistência Social;

V — criar e manter um Banco de Olhos, anexo à sua Clínica Oftalmológica.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.120 — DE 28 DE NOVEMBRO  
DE 1953

*Localiza a Usina Siderúrgica de que trata o n.º IV do anexo n.º 1 da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Usina Siderúrgica, à base de carvão nacional, de que trata o n.º IV do anexo n.º 1 da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, será localizada na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
José Américo  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.121 — DE 1 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Concede isenção de todos os tributos que incidam sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidrelétrica de Rochedo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de todos os tributos, exceto a taxa de pre-

vidência social, que incidam sobre o material importado pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidroelétrica de Rochedo, destinada ao abastecimento de luz e força da cidade de Goiânia, capital do mesmo Estado, material esse constante das licenças de importação números DG-52/21.725-89.438 e DG-52/21.726-89.439, bem como da licença número DG-53/9.313-177.813.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.122 DE 1 DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza abrir ao Poder Judiciário Justiça Eleitoral — os créditos suplementar de Cr\$ 1.922.131,80, em reforço à verba 1 do Anexo 26 do Orçamento da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952); e especial de Cr\$ 2.218.192,20, para pagamento da gratificação adicional aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º — É aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 1.922.131,80, em reforço da seguinte dotação do Anexo n.º 26 do Orçamento da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952):

Verba 1 — Pessoal.

Consignação 1 — Pessoal Permanente.

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

04 — Justiça Eleitoral.

01 — Tribunal Superior Eleitoral — Cr\$ 1.922.131,80.

Art. 2.º — É igualmente aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ ..... 2.218.192,20, para atender ao pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço, nos exercícios de 1952 e 1953, aos servidores dos Tri-

bunais Regionais Eleitorais, com a seguinte distribuição:

PESSOAL

Vantagens:

Adicional por tempo de serviço.

Distrito Federal .....	482.447,00
Alagoas .....	30.170,00
Amazonas .....	57.498,00
Bahia .....	221.193,00
Ceará .....	134.946,00
Espírito Santo .....	76.104,00
Goiás .....	67.270,00
Maranhão .....	26.957,00
Mato Grosso .....	25.102,00
Minas Gerais .....	203.840,00
Pará .....	70.854,00
Paraíba .....	40.012,00
Paraná .....	52.570,00
Pernambuco .....	126.371,00
Piauí .....	51.247,00
Rio de Janeiro .....	94.843,00
Rio Grande do Norte .....	54.971,00
Santa Catarina .....	89.131,00
São Paulo .....	291.666,20
Sergipe .....	21.000,00
	<hr/>
	2.218.192,20

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de dezembro de 1953.

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.123, DE 1.º DE DEZEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — Os procuradores das autarquias federais terão, no que couber, as mesmas atribuições e impedimentos e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União, reajustados os respectivos vencimentos na forma do art. 16 da Lei número 499, de 28 de novembro de 1948, de acordo com as possibilidades econômicas de cada entidade autárquica.

§ 1.º — O disposto nesta lei não se aplica às entidades autárquicas que tenham sido deficitárias nos três últimos exercícios e enquanto assim permanecerem.

§ 2.º — A equiparação a que se refere este artigo tem em vista apenas os vencimentos fixos, excluída a possibilidade de percepção de percentagens a qualquer título.

Art. 2.º — Os atuais cargos ou funções de procurador, consultor jurídico, advogado, assistente jurídico, adjunto de consultor jurídico e assistente de procurador, existentes nas autarquias referidas no artigo anterior, serão transformados em cargos de procurador e absorvidos na respectiva carreira, feito o enquadramento de seus ocupantes nas categorias correspondentes aos padrões em que se encontram.

As 3.º — Os cargos iniciais da carreira de procurador das autarquias federais serão sempre providos mediante concurso.

Parágrafo único — Os atuais procuradores interinos serão efetivados mediante a prestação de concurso de títulos.

Art. 4.º — Os atuais procuradores das classes ou padrões iguais ou superiores a "N" serão classificados na 1.ª categoria; os das classes ou padrões "L" e "M", na 2.ª categoria, e os das classes ou padrões, inferiores aos citados, ficarão na 3.ª categoria.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1.º de dezembro de 1953.

*João Café Filho,*

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.124 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1953

*Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 463.319,40, e suplementar de Cr\$ 661.236,90, para os fins que menciona.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito

especial de Cr\$ 463.319,40 (quatrocentos e sessenta e três mil trezentos e dezenove cruzeiros e quarenta centavos) para atender a despesas com o pagamento de salário-família, gratificação adicional, vencimentos, representação do Senado à 33.ª Conferência do Trabalho em Genebra e a funcionários que prestaram serviços a Comissão Interpartidária de Estudos da Reforma Administrativa.

Art. 2.º E' aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 661.236,90 (seiscentos e sessenta e um mil duzentos e trinta e seis cruzeiros e noventa centavos), assim distribuído:

	Cr\$
Verba 1 — Consignação 3	
— Subconsignação 14 —	
Item 02 .....	89.659,80
Verba 3 — Consignação 3	
— Subconsignação 05 —	
Item 02 .....	471.600,00
Verba 1 — Consignação 1	
— Subconsignação 01 —	
Item 02 .....	99.977,10

Art. 3.º Esses créditos serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, dispensada a exigência do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.125 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Jus-

tiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00 (dois milhões seiscentos e noventa e sete mil e seiscentos cruzeiros) destinado a completar o pagamento das pensões vitalícias instituídas pela Lei número 380, de 10 de setembro de 1948, com referência aos exercícios financeiros de 1948, 1949, 1950, 1951 e 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1953.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.126 — DE 4 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério a Maria das Dores Pais de Barros Ferrari, professora, padrão J, da Escola Industrial de Maceió, Estado de Alagoas, relativa ao período letivo do exercício de 1946.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1953.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.127 — DE 4 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um ônibus rural, um "pick-up" para caminhão e máquinas importados pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para um ônibus rural (Jeep Station Wagon) modelo 4 x 463, um "pick-up" para caminhão (Willys-Overland) e máquinas importados pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres, com sede na capital do Estado de São Paulo, destinados àquela Sociedade e Escola Profissional mantida pela mesma Instituição e relacionados respectivamente nas licenças DG/50/78069-72659, ..... DG/51/10844-125454 e ..... DG/10845-125454.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1953.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.128 — DE 4 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Cria a Escola de Agronomia de Manaus, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É criada a Escola de Agronomia de Manaus, Estado do Amazonas, destinada a preparar Engenheiros Agrônomos e técnicos rurais.

Art. 2.º A Escola de Agronomia de Manaus reger-se-á de acordo com as normas vigentes ou que venham a ser adotadas para o Ensino de Agronomia no País, atentas as peculiaridades regionais e as questões agrícolas típicas da zona central do vale amazônico.

Art. 3.º O curso de agronomia, ministrado pela escola superior criada nesta lei, terá a duração que determina a legislação federal, obedecendo as disciplinas de seu programa às séries e grupamento estabelecidos na regulamentação baixada para a Escola Nacional de Agronomia, em face das condições especiais da região.

Parágrafo único. Os alunos da extinta escola de agronomia de Manaus poderão ser admitidos na nova escola, na série em que estavam matriculados, ou na imediatamente superior, mediante comprovação de matrícula da série frequentada ou do exame final da última que cursaram.

Art. 4.º A Escola de Agronomia de Manaus é criada para ser imediatamente incorporada às realizações do Plano de Valorização da Amazônia, devendo ser contemplada, anualmente, com as verbas necessárias ao custeio de suas instalações, equipamento, pessoal e manutenção, conforme proposta dos órgãos dirigentes, enviada, em cada exercício, ao órgão de execução do mesmo Plano, para o seu devido exame e aprovação.

Art. 5.º O corpo docente da Escola de Agronomia de Manaus será constituído na forma da legislação em vigor, podendo, entretanto, ser admitidos, contratados ou interinos, os professores da antiga Escola Agrônômica de Manaus e, bem assim, técnicos nacionais ou estrangeiros para o provimento de cadeiras que exijam conhecimentos especializados.

Art. 6.º São incorporados à Escola de Agronomia de Manaus, para constituição de seu patrimônio, os bens móveis e os imóveis em construção; terrenos e equipamentos adquiridos a partir de 1948 pelo Governo do Estado do Amazonas, por meio de verbas orçamentárias federais ao mesmo transferidas nos termos do contrato de cooperação assinado no Ministério da Agricultura, em data de 12 de novembro de 1948.

Art. 7.º A Escola de Agronomia de Manaus começará a funcionar logo que esteja instalada, iniciando-se a matrícula para os seus cursos, de acordo com a época regulamentar da Escola Superior de Agricultura da União.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.129 — DE 7  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza a União a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, o lote de terras números 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69, setor Central de Goiânia.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizada a União a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, o lote de terras números 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69, setor central de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, para construção de sua sede.

Parágrafo único. Da doação constará a condição de reverter o imóvel, com todas as suas benfeitorias, independente de qualquer indenização, ao domínio da União, se não for ultimada, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, a construção prevista neste artigo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,  
*Presidente do Senado Federal*

LEI N.º 2.130 — DE 7  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre o pagamento do auxílio-enfermidade nas instituições de previdência social.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É vedado às instituições de previdência social reterem por mais de 15 (quinze) dias o auxílio-enfermidade devido ao associado afastado do trabalho por motivo de enfermidade.

Parágrafo único. A infração do disposto neste artigo sujeitará as instituições de previdência social ao pagamento do acréscimo de 20 % (vinte por cento) sobre o auxílio-enfermidade a que tiver direito o associado, acréscimo esse que será descontado do funcionário responsável pelo atraso.



Art. 2.º Dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que o associado obtém da instituição o afastamento do trabalho, deverá ser entregue o laudo médico, a fim de que possa receber o auxílio-enfermidade que lhe é devido.

Art. 3.º Ao associado que necessitar de exames especializados, e que demandem mais de 15 (quinze) dias, para confirmação de diagnóstico, será paga a metade da pensão devida, até que se regularize a situação.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.131 — DE 9 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério à professora Danusia de Meneses Brandão Aires.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei.

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas com pagamento da gratificação de magistério à professora Danusia de Meneses Brandão Aires, padron J, lotada na Escola Industrial de Macaé, Estado de Alagoas, relativa ao período letivo do exercício de 1946.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,  
Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.132 — DE 11  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Concede isenção de direitos de importação e de imposto de consumo às firmas individuais ou sociedades brasileiras que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio e às outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º As firmas individuais ou sociedades brasileiras, com sede e administração no Brasil e que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio, gozarão de isenção de direitos de importação para consumo e taxas aduaneiras e do imposto de consumo, excluída a taxa de previdência social.

§ 1.º A isenção não atinge os artigos que tiverem similares na indústria nacional, salvo quando se tratar de substituição de peças defeituosas.

§ 2.º Os favores da presente Lei serão concedidos até 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação e abrangem também os materiais e equipamentos, assim como ampliações e melhoramentos das fábricas.

Art. 2.º São condições para que a firma ou sociedade possa gozar dos favores desta Lei:

a) prova de estar regularmente constituída com os registros necessários;

b) ter o capital mínimo realizado de Cr\$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros);

c) provar que dispõe de jazidas de matéria prima, capazes de abastecer a fábrica durante 15 (quinze) anos, empregando somente a matéria prima nacional;

d) obter, pelo Ministério da Agricultura, prévia aprovação dos planos e das especificações concernentes à construção, instalação e ampliação das fábricas.

Art. 3.º As firmas ou sociedades beneficiadas da isenção, sob pena de reporem ao Tesouro os impostos que deveriam ter pago, são obrigadas:

a) a manter escolas para os filhos de seus operários, desde que estes excedam a 100 (cem);

b) a manter serviço médico e de assistência social;

c) a pagar aos técnicos brasileiros no mínimo 2/3 (dois terços) do que fizer aos técnicos estrangeiros.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e será aplicada às importações feitas anteriormente e despachadas sob termo de responsabilidade.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO,  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.133 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1953

RETIFICA A LEI N.º 1.757, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1952, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1953

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952 :

ANEXO Nº 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 2 — Auxílios e Subvenções — 19 — Subvenções — 07 — Departamento de Administração — 04 — Divisão do Orçamento — 2 — Extraordinárias.

Cr\$

05 — BAHIA

Onde se lê :

— Associação Rural de Fumaçeiros do Coração de Maria .... 70.000

Leia-se :

— Associação Rural de Coração de Maria ..... 70.000

13 — MINAS GERAIS

Onde se lê :

— Associação Rural de Leopoldina, para Exposição Agropecuária ..... 300.000

Leia-se :

— Associação Rural de Leopoldina ..... 300.000

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento — 38 — Irrigação e energia hidráulica — 12 — Departamento Nacional da Produção Mineral — 02 — Divisão de Águas.

Cr\$

Onde se lê :

6) Irrigação por elevação mecânica de água do Rio Parnaíba, no Piauí ..... 1.000.000

Leia-se :

6) Irrigação por elevação mecânica de água da bacia do Rio Piranhas ..... 1.000.000

Onde se lê :

- 7) Irrigação por elevação mecânica de água do Rio Parnaíba no Piauí ..... 1.000.000

Leia-se :

- 7) Irrigação por elevação mecânica de água da Bacia do Parnaíba, no Piauí ..... 1.000.000

ANEXO Nº 18 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 2 — Auxílios e Subvenções — 19 — Subvenções — 06 — Conselho Nacional de Serviço Social — 1 — Ordinárias.

05 — BAHIA

Cr\$

Onde se lê :

- Biblioteca Joaquim Spínola — Caltité ..... 10.000

Leia-se :

- Biblioteca Joaquim Spínola — Caetité ..... 10.000

Onde se lê :

- União do Saicato Católico de Paripiranga ..... 20.000

Leia-se :

- União do Laicato Católico de Paripiranga ..... 20.000

06 — CEARÁ

Cr\$

Onde se lê :

- Centro Estudantil Cearense — Fortaleza ..... 60.000

- Centro Estudantil Cearense, para a Casa do Estudante Pobre — Fortaleza ..... 25.000

Leia-se :

- Centro Estudantil Cearense — Fortaleza ..... 85.000

Onde se lê :

- Centro Artístico Cearense, para a Escola Pinto Machado — Fortaleza ..... 5.000

- Escola Pinto Machado, mantida pelo Centro Artístico Cearense, Fortaleza ..... 10.000

Leia-se :

- Centro Artístico Cearense, para a Escola Pinto Machado — Fortaleza ..... 15.000

Onde se lê :

- Círculo Operário de Novas Russas, para construção do Hospital ..... 20.000

Leia-se :

- Círculo Operário de Novas Russas ..... 20.000

Onde se lê :

-- Escola Clóvis Beviláqua do Centro dos Inquilinos .....	10.000
Leia-se :	
-- Escola do Centro dos Inquilinos .....	10.000

#### 07 — DISTRITO FEDERAL

Cr\$

Onde se lê :

-- Associação Obra do Berço .....	40.000
-- Obra do Berço .....	50.000
1 -- Subvenções especiais — Obra do Berço .....	100.000
Leia-se :	

1) Ordinárias	
Obra do Berço .....	190.000

Onde se lê :

-- Associação Pró-Matre .....	75.000
1 -- Subvenções Especiais — Pró-Matre .....	100.000

Leia-se :

1) Ordinárias	
Pró-Matre .....	175.000

Onde se lê :

-- Fundação da Casa do Estudante do Brasil .....	130.000
1 -- Subvenções especiais	
Fundação da Casa do Estudante do Brasil .....	70.000

Leia-se :

1) Ordinária	
Fundação da Casa do Estudante do Brasil .....	200.000
1 --Subvenções especiais	

Onde se lê :

-- Companhia Nacional de Educandários Gratuitos .....	500.000
---	---------

Leia-se :

-- Campanha Nacional de Educandários Gratuitos .....	500.000
--	---------

#### 13 — MINAS GERAIS

Onde se lê :

-- Centro Social da Liga Católica — Paracatu .....	40.000
Leia-se :	

-- Centro Social da Liga Católica Paracatuense L. M. I. — Paracatu .....	40.000
--	--------

Onde se lê :

-- Instituto Santa Teresa do Menino Jesus — Paracatu .....	30.000
--	--------

Leia-se :

-- Instituto das Irmãs Terceiras Carmelitas Missionárias de Santa Teresa do Menino Jesus do Brasil — Paracatu .....	30.000
---	--------

15 — PARAÍBA

	Cr\$
Onde se lê :	
— Ginásio Solon Lucena, João Pessoa .....	20.000
Leia-se :	
— Ginásio Solon Lucena, João Pessoa .....	20.000
Onde se lê :	
— Assistência Dentária Infantil, de Brejo do Cruz .....	30.000
— Assistência Dentária Infantil, de Catolé do Rocha .....	30.000
— Obra de Amparo ao Berço, de Brejo do Cruz .....	40.000
— Obra de Amparo ao Berço, de Catolé do Rocha .....	40.000
Leia-se :	
— Sociedade de Assistência Dentária Infantil, de Brejo do Cruz.	30.000
— Sociedade de Assistência Dentária Infantil, de Catolé do Rocha	30.000
— Sociedade Obra de Amparo ao Berço, de Brejo do Cruz ....	40.000
— Sociedade Obra de Amparo ao Berço, de Catolé do Rocha ..	40.000

16 — PARANÁ

	Cr\$
Onde se lê :	
— Abrigo ao Berço, Curitiba .....	10.000
Leia-se :	
— Associação Beneficente Abrigo ao Berço, Curitiba .....	10.000

21 — RIO GRANDE DO NORTE

	Cr\$
Onde se lê :	
— Associação de Proteção Maternidade e à Infância — Parelhas	70.000
Leia-se :	
— Maternidade de Parelhas .....	70.000

23 — SANTA CATARINA

	Cr\$
Onde se lê:	
Associação de Amparo aos Tuberculosos de Joinville .....	20.000
Leia-se:	
Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville .....	20.000
Onde se lê:	
— Ginásio Municipal — Urussunga .....	10.000
Leia-se:	
— Ginásio Municipal de — Urussunga .....	10.000

Onde se lê:	
— Escola Regional dos Santos Anjos — Rio das Antas — Cachoeira .....	10.000
Leia-se:	
— Escola Normal Regional dos Santos Anjos — Rio das Antas — Caçador .....	10.000
Onde se lê:	
Hospital Senhor Bom Jesus, de Araranguá .....	35.000
Leia-se:	
Hospital Bom Pastor, de Araranguá .....	35.000
Onde se lê:	
Curso Normal Regional Mater Dolorosa, de Capinzal .....	10.000
Leia-se:	
Curso Normal Regional Mater Dolorum, de Capinzal .....	10.000
Onde se lê:	
Hospital Santo Antônio (Associação Hospitalar Santo Antônio)	35.000
Leia-se:	
Hospital São Vicente (Associação Hospitalar São Vicente — Itaiópolis) .....	35.000
Onde se lê:	
Hospital de Caridade São Joaquim da Costa da Serra .....	35.000
Leia-se:	
Associação Beneficente Bento Cavalheiro, mantenedora do Hos- pital Sagrado Coração de Jesus, em São Joaquim da Costa da Serra .....	35.000
Onde se lê:	
— Maternidade ao Hospital S. José — Tijucas .....	15.000
Leia-se:	
— Maternidade anexa ao Hospital S. José — Tijucas .....	15.000

## 24 — SÃO PAULO

Onde se lê:		Cr\$.
— Maternidade de Campinas .....	45.000	
— Maternidade de Jaú .....	30.000	
Leia-se:		
— Maternidade de Campinas .....	45.000	
— Maternidade de Guaratinguetá — Guaratinguetá .....	25.000	
— Maternidade de Jaú .....	30.000	
2 — Extraordinárias		

02 — ALAGOAS

Cr\$

Onde se lê:	
Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Major Izidoro, para o Pôsto de Puericultura .....	50.000
Leia-se:	
Instituto de Assistência e Proteção à Infância, de Maceió, para o Pôsto de Puericultura de Major Izidoro .....	50.000

04 — AMAZONAS

Cr\$

Onde se lê:	
— Ginásio Ajuricada de Manaus .....	40.000
Leia-se:	
— Ginásio Ajuricaba de Manaus .....	40.000

06 — CEARÁ

Cr\$

Onde se lê:	
— Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria — Caucaia .....	50.000
— Sociedade das Filhas do Coração Imaculado de Maria — Caucaia .....	20.000
Leia-se:	
— Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria. — Caucaia .....	70.000
Onde se lê:	
— Hospital e Maternidade de Crateús — Crateús .....	100.000
— Maternidade e Casa de Saúde — Grateús .....	50.000
Leia-se:	
— Hospital e Maternidade de Crateús — Crateús .....	150.000
Onde se lê:	
— Hospital e Maternidade — Jaguaribe .....	15.000
— Hospital e Maternidade S. Vicente de Paulo — Jaguaribe	20.000
Leia-se:	
— Hospital e Maternidade S. Vicente de Paulo — Jaguaribe	35.000
Onde se lê:	
— Instituição de Assistência aos Pobres Hora dos Pobres — Fortaleza .....	20.000
— Instituição de Assistência aos Pobres — Fortaleza .....	40.000
Leia-se:	
— Instituição de Assistência aos Pobres — Fortaleza .....	60.000

## 09 — GOIÁS

	Cr\$
Onde se lê:	
— Conferência São Vicente de Paulo — Fironinópolis .....	100.000
Leia-se:	
— Conferência São Vicente de Paula — Firminópolis .....	100.000
Onde se lê:	
— Caixa Escolar D. Vasco dos Reis Gonçalves, de Urutai ,...	20.000
Leia-se:	
— Caixa Escolar Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, de Urutai ...	20.000

## 11 — MARANHÃO

	Cr\$
Onde se lê:	
— Sociedade Padre Antônio — Carotá, para equipamentos ..	50.000
Leia-se:	
— Sociedade Padre Antônio — Coroatá, para equipamentos ....	50.000

## 12 — MATO GROSSO

	Cr\$
Onde se lê:	
— Beneficência Hospitalar de Bela Vista .....	100.000
— Beneficência Hospitalar de Bela Vista — Bela Vista .....	100.000
Leia-se:	
— Beneficência Hospitalar de Bela Vista — Bela Vista .....	200.000
Onde se lê:	
	Cr\$
— Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, Campo Grande, sendo Cr\$ 200.000.00 para aquisição de sulfonas .....	250.000
Leia-se:	
— Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, Campo Grande .....	250.000

## 13 — MINAS GERAIS

	Cr\$
Onde se lê:	
— Colégio N. S. do Carmo — Paracatu .....	30.000
— Instituto das Irmãs Terceiras Carmelitas Missionárias do Menino Jesus do Brasil — Paracatu .....	40.000
Leia-se:	
— Instituto das Irmãs Terceiras Carmelitas Missionárias de Santa Teresa do Menino Jesus do Brasil — Paracatu .....	70.000



Onde se lê:	
— Sanatório D. Ceci — Monlevade .....	50.000
Leia-se:	
— Sanatório D. Ceci — Sabará .....	50.000
Onde se lê:	
— Associação Melo Matos — Ferros .....	50.000
Leia-se:	
— Assistência Melo Matos — Ferros .....	50.000
Onde se lê:	
— Casa de Caridade — Paracatu .....	25.000
Leia-se:	
— Santa Casa de Caridade de Paracatu .....	25.000
Onde se lê:	
— Conferência S. Vicente de Paula — Coroaci .....	10.000
Leia-se:	
— Conferência São Vicente de Paula — Peçanha .....	10.000
Onde se lê:	
— Colégio Regina Coeli — Rio Pomba .....	40.000
Leia-se:	
— Ginásio e Escola de Rormação Regina Coeli — Rio Pomba .....	40.000
Onde se lê:	
— Associação de Assistência e Proteção à Infância do Município de Leopoldina .....	50.000
— Associação de Proteção ao Menor Desamparado — Leopoldina .....	20.000
Leia-se:	
— Associação de Assistência e Proteção à Infância do Município de Leopoldina .....	70.000
Onde se lê:	
— Hospital N. S. das Dores e Jesus Cristo, de Matipó — Conferência Bom Jesus do Galho .....	20.000
— Hospital N. S. das Dores e Jesus Cristo, de Matipó .....	30.000
Leia-se:	
— Hospital Nossa Senhora das Dores e Jesus Cristo, de Matipó .....	50.000
Onde se lê:	
— União Beneficente Operária Leopoldina .....	10.000
— União Beneficente Operária Leopoldinense, de Leopoldina .....	10.000
Leia-se:	
— União Beneficente Operária Leopoldinense, de Leopoldina ..	20.000

Onde se lê:	
— Conferência São Vicente de Paula — Bom Jesus do Galho ..	5.000
Leia-se:	
— Conferência Nossa Senhora das Graças — Sociedade de São Vicente de Paulo, de Bom Jesus do Galho .....	5.000
Onde se lê:	
— Sociedade São Vicente de Paulo — Santa Maria de Quassui	10.000
Leia-se:	
— Sociedade São Vicente de Paulo — Santa Maria de Suaqui	10.000
Onde se lê:	
— Posto Medico do Piau — Rio Novo .....	20.000
Leia-se:	
— Ambulatório Médico Farmacêutico do Piau — Rio Novo ....	20.000

## 17 — PERNAMBUCO

Onde se lê:	
— Associação Beneficente de Escala .....	30.000
Leia-se:	
— Associação Beneficente de Escada .....	30.000
Onde se lê:	
— Escola Claustal São Bento de Garanhuns .....	100.000
Leia-se:	
— Escola Claustal São Bento de Garanhuns .....	100.000
Onde se lê:	
— Externato Santo Luzia, Barbatão — Curuaru .....	6.000
Leia-se:	
— Externato Santa Luziá, Barbatão — Caruaru .....	6.000

## 18 — PIAUÍ

Onde se lê :		Cr\$
— Bispo de Teresina, para obras sociais — Teresina ..	410.000	
— Diocese de Teresina, para obras sociais .....	110.000	
Leia-se :		
— Arquidiocese de Teresina, para obras sociais — Teresina ..	520.000	
Onde se lê :		
— Associação Piauiense de Medicina, sendo 40.000 para auxiliar na construção de sua sede — Teresina .....	120.000	
— Associação Piauiense de Medicina — Teresina .....	50.000	
Leia-se :		
— Associação Piauiense de Medicina, sendo 40.000 para auxiliar na construção de sua sede — Teresina .....	170.000	

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê :	Cr\$
— Orfanato N.S. Auxiliadora, de Campos .....	10.000
— Orfanato Nossa Senhora Auxiliadora — Campos .....	80.000
Leia-se :	
— Orfanato Nossa Senhora Auxiliadora — Campos .....	90.000

22 — RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê :	Cr\$
— Cidade dos Menios — Bagé .....	50.000
Leia-se :	
— Cidade dos Meninos — Bagé .....	50.000
Onde se lê :	
— Associação do Hospitál de Caridade — Três Passos .....	50.000
— Hospital de Caridade — Três Passos .....	50.000
Leia-se :	
— Associação do Hospital de Caridade — Três Passos .....	100.000
Onde se lê :	
— Centro Operário Itaguense .....	10.000
Leia-se :	
— Centro Operário Itaguense — Itaquí .....	10.000
Onde se lê :	
— Hospital de Caridade São João do Polésimo — Cachoeira do Sul .....	10.000
Leia-se :	
— Hospital de Caridade São João do Polésimo — Cachoeira do Sul .....	10.000
Onde se lê :	
— Hospital de Frederico Westphalen — Palmeira das Missões .....	20.000
— Sociedade Beneficente do Hospital de Caridade Frederico Westphalen — Palmeira das Missões .....	80.000
Leia-se :	
— Sociedade Beneficente do Hospital de Caridade Frederico Westphalen — Palmeira das Missões .....	100.000
Onde se lê :	
— Instituto Americano, Pôrto Alegre .....	30.000
Leia-se :	
— Colégio Americano, Pôrto Alegre .....	30.000

## 23 — SANTA CATARINA

	Cr\$
Onde se lê :	
— Associação de Amparo aos Tuberculosos de Joinville ..	25.000
Leia-se :	
— Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville .....	25.000
Onde se lê :	
— Associação de Caridade de São Francisco de Paula, Mafra	50.000
Leia-se :	
— Associação de Caridade de São Vicente de Paulo, Mafra ..	50.000
Onde se lê :	
— Colegio Santa Terezinha de Rio Negrinho — São Bento do Sul .....	15.000
Leia-se :	
— Educandário Santa Terezinha do Rio Negrinho, São Bento do Sul .....	15.000
Onde se lê :	
— Grupo Escolar São José — Corupá — Município de Jaraguá .....	10.000
Leia-se :	
— Grupo Escolar São José — Corupá — Município de Jaraguá	10.000
Onde se lê :	
— Hospital Santo Antônio, de Itaiópolis .....	50.000
Leia-se :	
— Hospital São Vicente, de Itaiópolis .....	50.000

## 24 — SÃO PAULO

Onde se lê :	
— Centro Cultural e Beneficente Brasileiro — Rio Claro .....	30.000
Leia-se :	
— Centro Cultural e Beneficente Árabe-Brasileiro — Rio Claro	30.000
Onde se lê :	
— Orfãto Menino Jesus, de Itu .....	20.000
Leia-se :	
— Orfanato Menino Jesus, de Itu .....	20.000
Onde se lê :	
— Santa Casa de Misericórdia de Fortuna .....	30.000
Leia-se :	
— Santa Casa de Misericórdia de Fartura .....	30.000

Onde se lê :

— Casa de Saúde São Sebastião — Andradina ..... 300.000

Leia-se :

— Hospital São Sebastião — Andradina ..... 300.000

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento 21 — Acórdos 27 — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

4) Prosseguimento de obras em escolas de ensino médio mediante acôrdo com os seguintes estabelecimentos do País:

13 — MINAS GERAIS

Cr\$

Onde se lê :

— Ginásio São João, da Diocese ..... 80.000

Leia-se :

— Ginásio São João, da Diocese, em Campanha ..... 80.000

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento — 50 — Serviço de Saúde e Higiene — 18 — Departamento Nacional de Saúde — 04 — Divisão de Organização — 13 — Serviço Nacional de Lepra

Cr\$

Onde se lê :

4 — Construção de Preventórios para filhos sadios de leprosos 4.000.000

Leia-se :

4 — Construção, reparos e equipamento de preventórios para filhos sadios de leprosos ..... 4.000.000

Consignação 7 — Dispositivos constitucionais\*

69 — Dotações para atender ao disposto no art. 199 da Constituição (Valorização Econômica da Amazônia) — 4 — Dotações diversas — 14 — Pará:

Onde se lê :

Cr\$

52) Sociedade S. Vicente Paula ..... 100.000

Leia-se :

52) Sociedade S. Vicente Paula, Santarém ..... 100.000

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis

Consignação 8 — Despesas especiais — 19 — Obras em órgãos sob regime especial ou órgãos-autárquicos.

09 — Departamento de Administração — 03 — Divisão de Obras — 3 — Autarquias educacionais.

Onde se lê :

1) Dotação para obras dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil (D.L. 8.393, de 17-12-945).

Cr\$

1) Prosseguimento das obras da Cidade Universitária (Decreto-lei n.º 7.217, de 30-12-944); Hospital de Clínicas, Instituto de Puericultura, Instituto de Neurologia, Instituto de Psiquiatria, Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Odontologia, Faculdade Nacional de Farmácia.

Faculdade Nacional de Arquitetura, Escola Nacional de Engenharia, Obras gerais, Escola de Enfermagem Ana Neri, Instituto de Física Nuclear, Escola Nacional de Educação Física e Indenizações, sendo Cr\$ 3.000.000,00 para o Museu Nacional ..... 194.638.400

2) Dotações para obras e equipamentos dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil (D.L. n.º 8.393, de 17-12-945).

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1) Equipamento para os atuais prédios da Faculdade Nacional de Odontologia e Escola Nacional de Engenharia ..	3.000.000		
2) Obras em diversas dependências dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil, sendo Cr\$ 300.000,00, para obras da Maternidade «Thompson Mota», do Hospital Escola São Francisco de Assis .....	3.300.000		
3) Equipamentos e serviços de pesquisa do Instituto de Neurologia .....	2.000.000		
4) Equipamentos dos laboratórios e gabinetes da Escola Nacional de Engenharia ..	15.000.000		
5) Equipamentos das clínicas da Faculdade Nacional de Medicina .....	2.000.000		
6) Equipamento das cadeiras de Higiene e Química Industrial Farmacêutica .....	500.000	25.800.000	220.438.400

Leia-se :

1) Dotação para obras dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil (D. L. n.º 8.393, de 17-12-1945)

- 1) Prosseguimento das obras da Cidade Universitária (Decreto-lei n.º 7.217 de 30-12 de 1944): Hospital de Clínicas, Instituto de Puericultura, Instituto de Neurologia, Instituto de Psiquiatria, Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Odontologia, Faculdade Nacional de Farmácia, Faculdade Nacional de Arquitetura, Escola Nacional de Engenharia, Obras gerais, Escola de Enfermagem Ana Neri, Instituto de Física Nuclear, Escola Nacional de Educação Física e indenização ..... 191.638.400

2) Dotação para Obras e Equipamentos dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil (D. L. nº 8.393, de 17-12-1945).

1) Equipamento para os atuais prédios da Faculdade Nacional de Odontologia e Escola Nacional de Engenharia ....	3.000.000		
2) Obras em diversas dependências dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil, sendo 30.000,00 para as obras da Maternidade «Thompson Mota» do Hospital-Escola São Francisco de Assis ....	3.300.000		
3) Equipamentos e Serviços de Pesquisa do Instituto de Neurologia .....	2.000.000		
4) Equipamentos dos laboratórios e gabinetes da Escola Nacional de Engenharia ...	15.000.000		
5) Equipamentos das Clínicas da Faculdade Nacional de Medicina .....	2.000.000		
6) Equipamento das cadeiras de Higiene e Química Industrial Farmacêutica .....	500.000		
7) Obras no Museu Nacional ..	3.000.000	28.800.000	220.438.400

# ANEXO Nº 19 — MINISTÉRIO DA FAZENDA

Verba 2 — Material.

Onde se lê :

Consignação 4 — Diversos — 32 — Outras despesas com material —	
28 — Conselho Técnico de Economia e Finanças .....	200.000
Total da Consignação 4 .....	200.000
Total da Verba 2 .....	91.678.600

Leia-se :

	Cr\$
Total da Verba 2 .....	91.478.600

Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 10 — Diversos — 99 — Diversos.

Cr\$

Onde se lê :

08 — Conselho Técnico de Economia e Finanças

1) Para o serviço de fiscalização dos empréstimos externos dos Estados e Municípios .....	1.250.000
---	-----------

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional — 16 — Diretoria da Despesa Pública.

1) Para reembolso, ao Banco do Brasil, dos adiantamentos feitos, em 1952, com a finalidade de resgatar promissórias emitidas pelas entidades autárquicas: Estrada de Ferro Central do Brasil, Lóide Brasileiro, Companhia Nacional de Navegação Costeira, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Serviço de Navegação Amazônica e Administração do Porto do Pará, Serviço de Navegação da Bacia do Prata .....	195.000.000
2) Para liquidação das despesas com a construção dos trechos ferroviários de Ubaitaba-Jequié .....	10.000.000
3) Para liquidação de despesas com a ligação ferroviária Norte-Sul-Contendas-Brumado-Monte Azul .....	140.000
4) Para liquidação das despesas com a construção do trecho ferroviário Lima Duarte-Bom Jardim .....	22.000.000
	<hr/> 387.940.000
Total da Consignação 10 .....	509.371.700
Total da Verba 3 .....	<hr/> 4.220.033.500

Leia-se :

08 — Conselho Técnico de Economia e Finanças.

- |  |           |
|--|-----------|
| 1) Para o serviço de fiscalização dos empréstimos externos dos Estados e Municípios .. | 1.250.000 |
| 2) Para atender ao disposto no Decreto-lei nº 14, de 25-11-1937 .....                  | 200.000   |

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional — 16 — Diretoria da Despesa Pública.

1) Para reembolso, ao Banco do Brasil, dos adiantamentos feitos, em 1952, com a finalidade de resgatar promissórias emitidas pelas entidades autárquicas: Estrada de Ferro Central do Brasil, Lóide Brasileiro, Companhia Nacional de Navegação Costeira, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Serviço de Navegação Amazônica e Administração do Porto do Pará, Serviço de Navegação da Bacia do Prata .....	195.000.000
2) Para liquidação de despesas com a ligação ferroviária Norte-Sul-Contendas-Brumado-Monte Azul .....	140.000.000
3) Para liquidação das despesas com a construção dos trechos ferroviários de Ubaitaba-Jequié .....	10.000.000
4) Para liquidação das despesas com a construção do trecho ferroviário Lima Duarte-Bom Jardim .....	22.000.000
	<hr/> 388.140.000
Total da Consignação 10 .....	509.571.700
Total da Verba 3 .....	<hr/> 4.220.233.500



ANEXO Nº 21 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 2 — Auxílios e Subvenções — 19 — Subvenções. — 05 — Departamento de Administração — 04 — Divisão do Orçamento — 1 — Ordinárias.

13 — MINAS GERAIS

	Cr\$
Onde se lê :	
Associação de Proteção e Assistência aos Menores Desvalidos de Formiga .....	200.000
Leia-se :	
Associação de Assistência e Proteção aos Menores Desvalidos de Formiga .....	200.000
Onde se lê :	
— Escola de Formação Regina Coeli, Rio Pomba .....	100.000
Leia-se :	
— Ginásio e Escola de Formação Regina Coeli — Rio Pomba.	100.000
2 — Extraordinárias	

06 — CEARÁ

Onde se lê :	
— Escola Industrial São José de Sobral .....	150.000
— Escola Profissional São José de Sobral .....	100.000
Leia-se :	
— Escola Profissional São José, de Sobral .....	250.000

18 — PIAUÍ

Onde se lê :	
— Associação de Assistência à Infância Abandonada — Picos.	50.000
— Associação de Assistência à Infância Desamparada — Valência do Piauí .....	50.000
— Associação de Assistência à Infância Desamparada — São Raimundo Nonato .....	50.000
Leia-se :	
— Associação de Proteção à Infância Abandonada — Picos ..	50.000
— Associação de Proteção à Infância Abandonada — Valença do Piauí .....	50.000
— Associação de Proteção à Infância Abandonada — São Raimundo Nonato .....	50.000

ANEXO Nº 25 — MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Verba 4 — Obras, Equipamentos, etc. — Consignação 8 — Despesas especiais — 19 — Obras em órgãos sob regime especial ou órgãos autárquicos — 21 — Estabelecimentos industriais da União — 32 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Cr\$

Onde se lê :	
248 — Prosseguimento da pavimentação de tipo superior da BR-35, trecho compreendido entre Londrina (Paraná) e Ourinhos (São Paulo) .....	10.000.000
Leia-se :	
248 — Prosseguimento da pavimentação de tipo superior la estrada interestadual, no trecho compreendido entre Londrina (Paraná) e Ourinhos (São Paulo) .....	10.000.000

Onde se lê :

278 — Construção da ponte sobre o rio Angicos, na Estrada de Rodagem Angicos-Natal ..... 3.000.000

Leia-se :

278 — Prosseguimento da Construção da Estrada Natal-Angicos 3.000.000

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Tancredo de Almeida Neves.*

*Oswaldo Aranha.*

*Jose Americo.*

*João Cleojas.*

*Antônio Balbino.*

# LEI N.º 2.134 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1953

ASSEGURA O FINANCIAMENTO A LONGO  
PRAZO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICI-  
PAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É assegurado aos Municípios com renda própria inferior a Cr\$ 15 000 000.00 (quinze milhões de cruzeiros), observadas as garantias e demais condições previstas nesta lei, o financiamento, por empréstimos a longo prazo, para instalação ou ampliação dos seguintes serviços públicos de seu peculiar interesse :

- a) captação, canalização e tratamento químico d'água potável;
- b) produção ou distribuição de energia elétrica;
- c) rede de esgotos;
- d) construção de edifícios adequados para hotéis, hospedarias e cinemas;
- e) cais de atracação de embarcações e respectivos armazéns;
- f) matadouros-modelo com aproveitamento de subprodutos e balanças automáticas de pesar gado;
- g) mercados públicos;
- h) linhas intermunicipais ou interdistritais de transportes marítimos, fluviais ou rodoviaros coletivos de passageiros ou cargas;
- i) linhas telefônicas, urbanas, intermunicipais, ou interdistritais;
- j) pontes e estradas sob regime de pedágio;
- k) hospitais e casas de saúde.

§ 1.º Os empréstimos serão feitos por prazos não superiores a 20 (vinte) anos, aos juros correspondentes a taxa de custo do dinheiro para as Caixas Econômicas Federais e a taxa atuarial que for fixada para os Institutos e Caixas de Aposentadoria, acrescidas ambas da taxa de 1% (um por cento) no mínimo.

§ 2.º As amortizações e juros, inclusive cominatórios, serão garantidos pela quota que couber ao município mutuário na distribuição do imposto único sobre energia elétrica (Constituição, art. 15, n.º III e § 2.º) e pela metade

da quota de que trata o art. 15, § 4.º, da Constituição, desde que essas rendas não estejam comprometidas para outro fim, nos termos da certidão negativa do Tesouro Nacional.

§ 3º Para aplicação nos serviços da alínea *j* deste artigo, os Municípios poderão dar a garantia da quota que lhes cabe no imposto único sobre combustíveis e lubrificantes (Constituição, art. 15, nº III e § 2º).

Art. 2º Os empréstimos serão concedidos com prioridade sobre quaisquer outros:

a) pelas Caixas Econômicas Federais em cada Estado aos Municípios respectivos até a concorrência de 30% (trinta por cento) do total dos respectivos depósitos;

b) pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria até a concorrência de 20% (vinte por cento) do que arrecadam em cada Estado, exclusivamente para os fins das alíneas *a*, *b*, *c*, *i*, e *k*, do art. 1º;

c) pela Caixa Econômica do Distrito Federal, para todo o país, até 15% (quinze por cento) dos seus depósitos.

Parágrafo único. O limite máximo fixado para as instituições mencionadas neste dispositivo será atingido gradualmente no curso de 3 (três) anos, contados da vigência desta lei.

Art. 3º A Prefeitura Municipal receberá no ato da lavratura do contrato um terço do empréstimo, sendo os dois terços restantes depositados.

Parágrafo único. Os dois terços restantes só poderão ser retirados depois de comprovada a aplicação da primeira cota nos serviços previstos no contrato, mediante certidão do Departamento das Municipalidades, ou repartição equivalente ou do fiscal nomeado pelo próprio órgão financiador.

Art. 4º Os Municípios situados no polígono das secas (Constituição, art. 198) e distantes mais de 10 km de mananciais adequados à captação racional, sem prejuízo do financiamento previsto nos artigos anteriores, poderão obter empréstimo adicional para canalização d'água, exclusive rede urbana, mas até os limites desta, por parte da União, através do Banco do Brasil, dentro das possibilidades de um fundo especial que se constituirá, durante 5 (cinco) anos, com dotações orçamentárias, não excedentes, em cada exercício, de 10% (dez por cento) da quantia prevista no art. 198 da Constituição.

§ 1º Os juros serão de 5% (cinco por cento) e os prazos os mesmos fixados no § 1º do art. 1º, garantido o seu pagamento, assim como o das amortizações, pelas rendas que o Município devedor arrecadar do fornecimento d'água, tudo nos termos do contrato-tipo que será estabelecido no regulamento desta lei.

§ 2º Se houver mora no pagamento das amortizações e juros, salvo caso de força maior a juízo do Ministro da Fazenda, as rendas do serviço d'água serão arrecadadas pela coletoria federal, sem prejuízo de desconto da parte das quotas (art. 15 nº III, §§ 2º e 4º, da Constituição) comprometidas na forma do art. 1º desta lei, caso em que se estabelecerá o desconto pro-rata.

Art. 5º É lícito a dois ou mais Municípios associarem-se para realização de quaisquer dos serviços previstos no art. 1º, caso em que a responsabilidade pelo empréstimo será solidária.

Art. 6º Na concessão dos empréstimos será observada prioridade pela instituição financiadora:

a) para os fins das alíneas *a* e *b* do art. 1º desta lei e sobre todos os que estiverem no caso do art. 3º, empregando-se nesses fins metade, pelo menos, da margem de cada instituição financiadora (art. 2º);

b) na ordem em que os serviços estão indicados no art. 1º, não se concedendo empréstimo para os fins das suas alíneas *c* a *j* se o Município não possuir em bom funcionamento os serviços das alíneas *a* e *b*;

- c) na ordem cronológica dos pedidos devidamente instruídos;
- d) aos Municípios cuja execução orçamentária se acha encerrada com saldo sobre os Municípios deficitários.

§ 1.º Os empréstimos desta lei só se concederão para os serviços quando instalados e explorados:

- a) diretamente pelo Município ou Municípios associados;
- b) por intermédio de autarquia municipal;
- c) por intermédio de sociedades anônimas de economia mista, se a maioria das ações com voto pertencer aos Municípios, aos Estados ou aos Municípios e Estados conjuntamente;
- d) por intermédio de empresas privadas, que venham explorando quaisquer dos serviços enumerados, no art. 1.º, sob o regime de concessão desde que o produto do empréstimo se destine a melhoramentos ou a expansão dos respectivos serviços mediante prévia aquiescência da entidade pública a que estejam subordinadas.

Art. 7.º Nenhum Município poderá obter empréstimos superiores a 20 (vinte) vezes a última quota anual que lhe caiba na distribuição dos recursos previstos no art. 15, §§ 2.º e 4.º da Constituição. Os Municípios de que trata o art. 3.º poderão adicionar à quota para os efeitos desse cálculo a renda líquida anual provável do serviço projetado.

§ 1.º A proposta de empréstimo deve ser instruída com os seguintes elementos devidamente autenticados;

- a) orçamento municipal do exercício em curso;
- b) cópia dos balanços e contas da execução orçamentária nos dois exercícios anteriores;
- c) cópia do ato da Câmara de Vereadores aprovando o plano da obra e o seu financiamento nos termos desta lei;
- d) planta, projeto, especificações e memorial demonstrativo da exequibilidade, necessidade e produtividade do serviço em função da população, e capacidade econômica do Município ou Municípios interessados;
- e) cópia dos atos institucionais de autarquia, ou sociedade de economia acaso encarregada da execução ou exploração do serviço;
- f) parecer fundamental do Departamento estadual de assistência técnica aos Municípios, ou da repartição estadual que a supra, ou ainda de órgão federal técnico que, na zona, controle serviços conexos com a atividade programada;
- g) certidão expedida pelo Departamento Nacional da Previdência Social de que se encontra em dia, até o mês anterior ao pedido de certidão, com os recolhimentos relativos aos seus servidores;
- h) aprovação do Tribunal de Contas, quando exigida pela Constituição Estadual

§ 2.º Se a instituição financeira tiver motivos justificados para duvidar da exequibilidade do serviço, poderá exigir que sobre a proposta se pronuncie órgão federal de idoneidade técnica no assunto.

§ 3.º As repartições e as instituições financiadoras disporão de 30 (trinta) dias, cada uma, para pronunciamento conclusivo na forma dos parágrafos anteriores, cabendo reclamação para a autoridade competente, na forma do regulamento.

§ 4.º Os empréstimos dos Institutos e Caixas de Aposentadorias serão deliberados pelas suas administrações com recurso para o Ministro do Trabalho

§ 5.º Se as instituições financiadoras não se pronunciarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, reputar-se-á aceita a proposta para ser atendida dentro da margem livre do art. 2.º, observadas as prioridades do art. 6.º.

Art. 8.º Se os Municípios propuserem empréstimos de vulto superior aos limites do art. 7.º, a margem excedente deverá ser garantida por apólices estaduais pelo seu valor em bolsa.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, independente de regulamento que, entretanto, deverá ser expedido dentro desse prazo para assegurar sua execução com o mínimo de formalidades, delongas ou dispêndios.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

João Goulart.

LEI N.º 2.135, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1953

*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício financeiro de 1954.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1954, discriminado pelos Anexos de ns. 1 a 29 integrante desta Lei, estima a Receita em quarenta e seis bilhões, quarenta e dois milhões e cento e oitenta e nove mil cruzeiros (Cr\$ 46.042.189.000.00) e limita a Despesa em quarenta e cinco bilhões, cinquenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e setecentos e cinquenta e quatro cruzeiros ..... (Cr\$ 45.051.852.754.00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo n.º 1, sob os seguintes grupos:

	Cr\$	Cr\$
1.01.0 — Renda Ordinária:		
01.1 — Rendas Tributárias .....	36.001.000.000	
01.2 — Rendas Patrimoniais .....	413.349.000	
01.3 — Rendas Industriais .....	1.451.743.000	
01.4 — Diversas Rendas .....	4.859.441.000	42.725.533.000
1.02.0 — Renda Extraordinária .....		3.316.656.000
Total da Receita .....		46.042.189.000

Parágrafo único. Fica autorizada, no exercício de 1954, a arrecadação dos tributos constantes do Anexo n.º 1, integrante desta Lei.

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pela Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952 cuja arrecadação será aplicada de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Art. 4.º A Despesa, na forma dos Anexos ns. 2 a 29, será realizada com a satisfação dos encargos da União e com o custeio e a manutenção dos serviços públicos, sob a seguinte distribuição:

	Cr\$
Anexo n.º 2 — Congresso Nacional .....	228.500.024
Anexo n.º 3 — Tribunal de Contas .....	39.221.736
Anexo n.º 4 — Presidência da República .....	10.431.120
Anexo n.º 5 — Departamento Administrativo do Serviço Público .....	51.327.560

Anexo n.º 6 — Estado Maior das Forças Armadas .....	10.599.674
Anexo n.º 7 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas .....	3.220.320
Anexo n.º 8 — Comissão de Reparações de Guerra .....	468.880
Anexo n.º 9 — Comissão do Vale do São Francisco .....	346.050.000
Anexo n.º 10 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica .....	4.854.800
Anexo n.º 11 — Conselho Nacional de Economia .....	13.463.600
Anexo n.º 12 — Conselho de Imigração e Colonização .....	14.894.738
Anexo n.º 13 — Conselho Nacional do Petróleo .....	616.570.280
Anexo n.º 14 — Conselho de Segurança Nacional .....	2.241.076
Anexo n.º 15 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....	169.836.080
Anexo n.º 16 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia .....	1.134.121.000
Anexo n.º 17 — Ministério da Aeronáutica .....	2.897.602.600
Anexo n.º 18 — Ministério da Agricultura .....	2.535.400.599
Anexo n.º 19 — Ministério da Educação e Cultura .....	3.064.609.454
Anexo n.º 20 — Ministério da Fazenda .....	7.546.193.399
Anexo n.º 21 — Ministério da Guerra .....	4.922.230.600
Anexo n.º 22 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	1.933.209.946
Anexo n.º 23 — Ministério da Marinha .....	3.584.311.370
Anexo n.º 24 — Ministério das Relações Exteriores .....	381.130.876
Anexo n.º 25 — Ministério da Saúde .....	2.062.912.433
Anexo n.º 26 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio .....	1.189.041.766
Anexo n.º 27 — Ministério da Viação e Obras Públicas .....	10.427.649.305
Anexo n.º 28 — Poder Judiciário .....	406.099.617
Anexo n.º 29 — Plano S. A. L. T. E. ....	1.455.610.090
<b>Total da Despesa .....</b>	<b>45.051.852.754</b>

Art. 5.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até vinte por cento (20%) sobre o montante da Despesa.

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, na forma do art. 43 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 1953. — JOÃO CAFÉ FILHO, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.136 — DE 14  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre os encargos de família, que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os encargos de família, que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda e constantes do Regu-

lamento que baixou com o Decreto número 24.239, de 22 de dezembro de 1947 e leis modificativas, passam a ser de Cr\$ 30.030,00 (trinta mil cruzeiros), anuais, para o outro cônjuge e de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para cada filho, menor ou inválido, ou filha solteira ou viúva, sem arrimo, obedecidas as regras estatuídas no mesmo Regulamento.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e será aplicável a contar das declarações com base nos rendimentos auferidos no exercício de 1953.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.137 — DE 16  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ereção de um monumento de Joaquim Pedro Salgado Filho.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ereção de um monumento de Joaquim Pedro Salgado Filho, na estação do Aeroporto Santos Dumont.

Parágrafo único. Dessa verba será destacada a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para ser aplicada em prêmios aos artistas que participarem do concurso de maquete.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1953: 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.138 — DE 17  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Serão aproveitados no Serviço de Engenharia da Marinha de

Guerra e transferidos para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais os Capitães de Fragata Manoel Maria Del Castillo e Roberto da Rocha Frago, os Capitães de Corveta Abel Campbell de Barros e Carlos da Cunha Valle, os Capitães Tenentes Lúcio Torres Dias e Ary Marques Jones e o Capitão Tenente Químico Jayme Ptolomy da Rocha que, antes da promulgação do Decreto número 29.439, de 5 de abril de 1951, foram matriculados, por determinação do Governo e independente de concurso, em cursos de engenharia do país ou do estrangeiro, desde que tenham terminado ou venham a terminar com aproveitamento os referidos cursos nos prazos regulamentares.

Art. 2.º Os oficiais, nas condições estabelecidas pelo artigo 1.º, ingressarão no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais sem ocupar vaga, sendo colocados na posição correspondente a seu posto e à antiguidade que tinham em 2 de janeiro de 1952, data em que entrou em vigor a Lei número 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, que reestruturou os diversos Quadros de Oficiais da Marinha, sendo, então, homologados aos oficiais do mesmo Corpo que se lhes seguirem em antiguidade.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3.º O acesso dos oficiais homologados em virtude da presente Lei far-se-á até o último posto do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, mantida sempre a situação de homologação com os oficiais do referido Corpo.

Art. 4.º As cláusulas de acesso dos oficiais homólogos serão as mesmas que as estabelecidas para os oficiais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Art. 5.º Os oficiais homólogos serão promovidos por antiguidade, simultaneamente com os oficiais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais a que estiverem homologados.

Art. 6.º Os oficiais homólogos concorrerão com os oficiais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais nas promoções, por merecimento.

Parágrafo único. Ao oficial homólogo promovido por merecimento será alterada a homologação de conformidade com a nova posição que a promoção lhe houver conferido, ficando

homologado ao Oficial do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais que, após a promoção, se lhe seguir em antiguidade.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Renato de Almeida  
Guilhobel

LEI N.º 2.139 — DE 17  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Cria cargos na carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados, na carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, 9 (nove) cargos, classe "O".

§ 1.º Os cargos, cuja criação é prevista neste artigo, serão providos imediatamente pela promoção dos ocupantes da classe "N", da carreira de diplomata, que satisfizerem os requisitos da legislação em vigor.

§ 2.º Serão efetuadas imediatamente, na forma da legislação em vigor, as promoções que decorrem para as classes média e inferiores da carreira, em virtude do preenchimento dos cargos criados por esta Lei.

Art. 2.º O aumento de despesa resultante da execução desta Lei, correrá, no presente exercício, à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Vicente Rão

LEI N.º 2.140 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1953.

*Fixa o número de Deputados para a próxima Legislatura.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É fixado, para a próxima Legislatura, em 326 (trezentos e vinte e seis) o número de representantes do povo na Câmara dos Deputados, eleitos pelos Estados, Distrito Federal e Territórios, conforme a seguinte distribuição: Estado do Amazonas, sete; Estado do Pará, nove; Estado do Maranhão, dez; Estado do Piauí, sete; Estado do Ceará, dezoito; Estado do Rio Grande do Norte, sete; Estado da Paraíba, onze; Estado de Pernambuco, vinte e dois; Estado de Alagoas, nove; Estado de Sergipe, sete; Estado da Bahia, vinte e sete; Estado do Espírito Santo, sete; Estado do Rio de Janeiro, dezoisete; Estado de Minas Gerais, trinta e nove; Estado de São Paulo, quarenta e quatro; Estado de Goiás, oito; Estado de Mato Grosso, sete; Estado do Paraná, quatorze; Estado de Santa Catarina, dez; Estado do Rio Grande do Sul, vinte e quatro; Distrito Federal, dezoisete; Território do Acre, dois; Território do Amapá, um; Território do Guaporé, um e Território do Rio Branco, um.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.141 — DE 19  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — três séries de selos postais, sendo uma comemorativa do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e duas, respectivamente, simbolizando tipos de embarcação e reproduzindo a efígie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cochrane, Marcílio Dias e Almirante Tamandaré.*



O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário de criação do Colégio Externo de São José, ambos instalados no Distrito Federal e dirigidos pela Congregação dos Irmãos Maristas.

Parágrafo único. Da impressão constará o retrato do padre José Bento Marcelino Champegnat, fundador da Congregação dos Irmãos Maristas, com a legenda característica da comemoração referente a cada um dos Colégios.

Art. 2.º E' o Poder Executivo também autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — duas séries de selos postais sobre motivos de navegação marítima e fluvial.

§ 1.º Constituirão a primeira série cito peças, simbolizando os seguintes tipos de embarcação: caravela do descobrimento; piroga; jangada; saaveiro; navio-gaiola; navio-mercante; navio-escola e navio de guerra.

§ 2.º A segunda série, a sair alternadamente com a primeira, será composta de quatro peças, reproduzindo a efigie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cochrane, Marcílio Dias e Almirante Tamandaré.

Art. 3.º A fim de assegurar-se ampla e eficaz divulgação destas comemorações, as séries de selos postais referidos nos artigos antecedentes serão destinados aos serviços postais comum e aéreo.

Art. 4.º Ficará a critério do órgão competente a quantidade da impressão dos selos postais referidos nos artigos anteriores, e as respectivas taxas, observada a orientação seguida pelo Departamento Geral dos Correios e Telégrafos em casos similares.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado  
Federal

LEI N.º 2.142 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1953

*Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra;*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, 4 (quatro) cargos isolados de provimento efetivo, de adjunto de catedrático, padrão "N".

Art. 2.º ... (Vetado) ...

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto nos artigos anteriores será atendida com os recursos da Conta Corrente do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1953 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

LEI N.º 2.143 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 destinado ao combate do câncer em todo o país.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) destinado à campanha contra o câncer em todo o território nacional.

§ 1.º Do crédito de que trata este artigo serão destacadas as seguintes quantias:

	Cr\$
Distrito Federal, para conclusão do Instituto Nacional do Câncer .....	38.000.000,00
Distrito Federal, — ao Instituto Brasileiro de Oncologia .	2.000.000,00

Paraíba — para construção e equipamento do Centro de Cancerologia Napolitano Laureano .....	6.000.000,00
São Paulo — à Associação Paulista de Combate ao Câncer, para conclusão das obras e equipamento do seu Instituto Central — Hospital Antônio Cândido de Camargo .....	10.000.000,00

§ 2.º A parte restante do crédito deverá ser aplicada proporcionalmente entre os mais Estados, na seguinte base, calculada sobre as populações recenseadas em 1950 e as necessidades comprovadas pelo Serviço Nacional do Câncer:

	Cr\$
Minas Gerais .....	8.000.000,00
Bahia .....	6.000.000,00

Rio Grande do Sul ...	4.500.000,00
Pernambuco .....	3.800.000,00
Ceará .....	3.400.000,00
Paraná .....	3.300.000,00
Alagoas .....	3.300.000,00
Rio de Janeiro .....	2.000.000,00
Pará .....	1.500.000,00
Santa Catarina .....	1.000.000,00
Maranhão .....	1.000.000,00
Goiás .....	1.000.000,00
Rio Grande do Norte ..	1.000.000,00
Piauí .....	1.000.000,00
Espírito Santo .....	1.000.000,00
Sergipe .....	1.000.000,00
Mato Grosso .....	700.000,00
Amazonas .....	500.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

#### LEI N.º 2.144 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementar de Cr\$ 87.996.314,00 e especial de Cr\$ 339.340.892,10, destinados, no corrente exercício, às despesas com o pagamento da gratificação adicional prevista no art. 146 da Lei n.º 1.711 de 23 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 87.996.314,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil, trezentos e quatorze cruzeiros), em reforço dos créditos orçamentários seguintes, constantes da Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, para atender ao pagamento da gratificação adicional prevista no art. 146 da Lei n.º 1.711, de 23 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União):

#### Anexo 15 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

	Cr\$	Cr\$
Verba 3-2-23-1 — Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, combinado com a Lei n.º 1.493, de 13-12-51.		
1) Conselho Nacional de Estatística e Secretaria Geral e respectivo Serviço Gráfico .....	723.356,00	
2) Conselho Nacional de Geografia ....	117.400,00	840.756,00

#### Anexo 18 — Ministério da Educação e Cultura

Verba 1-3-14-09-05, Gratificação adicional .....	30.437.952,00
Anexo 20 — Ministério da Guerra	
Verba 1-3-14-17, Gratificação adicional .....	17.000.000,00

*Anexo 21 — Ministério da Justiça e Negócios  
Interiores*

Verba 1-3-14-05-05, Gratificação adicional .....	20.000.000,00
<i>Anexo 22 — Ministério da Marinha</i>	
Verba 1-3-14-02-2, Gratificação adicional .....	12.000.000,00

*Anexo 24 — Ministério do Trabalho, Indústria e  
Comércio*

Verba 1-3-14-02-05 Gratificação adicional .....	7.717.603,00
	<hr/> 87.996.314,00

Art. 2.º E', ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial de Cr\$ 339.340.892,10 (trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois cruzeiros e dez centavos), para atender às despesas de que trata o artigo anterior dos seguintes Ministérios e órgãos subordinados à Presidência da República:

	Cr\$	Cr\$
Ao Ministério da Aeronáutica .....	2.000.000,00	
Ao Ministério da Agricultura .....	21.217.615,00	
Ao Ministério da Fazenda .....	178.389.205,20	
Ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:		
Território do Acre .....	700.000,00	
Território do Amapá .....	166.920,00	
Território do Guaporé .....	80.000,00	
Território do Rio Branco .....	79.300,00	1.026.720,00
Ao Ministério das Relações Exteriores .....	4.000.000,00	
Ao Ministério da Viação e Obras Públicas .....	132.193.937,30	
Ao Departamento Administrativo do Serviço Público .....	301.324,50	
Ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica .....	60.000,00	
Ao Conselho Nacional de Economia .....	84.000,00	
Ao Conselho de Imigração e Colonização .....	20.209,50	
Ao Conselho Nacional do Petróleo .....	39.024,00	
Ao Conselho de Segurança Nacional (Comissão Especial da Faixa de Fronteiras) .....	8.256,00	
		<hr/> 339.340.892,10

Art. 3.º O crédito especial a que se refere esta Lei perderá sua vigência em 31 de dezembro de 1953.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida Neves  
Renato de Almeida Guilhobel  
Cyro Espirito Santo Cardoso  
Vicente Rao  
Oswaldo Aranha  
José Americo  
João Cleofas  
Antônio Balbino  
João Goulart  
Nero Moura  
Miguel Couto Filho

LEI N.º 2.145 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1953

CRIA A CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR,  
DISPÕE SOBRE O INTERCÂMBIO COMERCIAL  
COM O EXTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' extinta a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. e em sua substituição instituída a Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2.º Compete à Carteira de Comércio Exterior, observadas as decisões e normas que forem estabelecidas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito:

I — emitir licenças de exportação e de importação, aos que o requerem e provarem dispor da cobertura cambial prevista no art. 6.º, §§ 1.º e 2.º desta lei ou dela independentem na conformidade de normas previamente estabelecidas;

II — exercer a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificações e tipos declarados nas operações de exportação e importação, com o fim de evitar fraudes cambiais;

III — classificar, ouvida a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior e dependente de aprovação do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, as mercadorias e produtos de importação, de acordo com a sua natureza e grau de essencialidade, fixando as categorias de sua distribuição para efeito da compra do câmbio;

IV — financiar, em casos especiais, e mediante critério que será fixado depois de ouvida a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, a exportação e a importação de bens de produção e consumo de alta essencialidade.

Parágrafo único. As disposições dos incisos I e II d'este artigo não se aplicam à exportação do café, a qual continuará a ser regulada pela Lei n.º 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

Art. 3.º E' o Ministério da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A. a execução dos serviços da Carteira de Comércio Exterior, que manterá, obrigatoriamente, em cada Estado, uma representação, para atender ao comércio local.

Parágrafo único. A Carteira organizará o regulamento de seus serviços e atribuições o qual entrará em vigor depois de aprovado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 4.º O diretor da Carteira de Comércio Exterior, de livre nomeação do Presidente da República, integrará o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, que passará a se constituir de seis membros com direito de voto.

Parágrafo único. Em caso de empate na votação, o presidente do Conselho usará o voto de qualidade.

Art. 5.º E' instituída, junto à Carteira de Comércio Exterior, a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, à qual incumbirá sugerir à direção da Carteira as medidas que julgar convenientes ao desenvolvimento do comércio externo e os critérios gerais relacionados com o regime de licença de exportação e importação.

Parágrafo único. A Comissão será constituída pelo diretor da Carteira de Comércio Exterior, como seu presidente, pelo chefe do Departamento Econômico e Consular, do Ministério das Relações Exteriores, pelo diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por um representante do Ministério da Agricultura e de cada um dos seguintes órgãos: Carteira de Câmbio, Direção Executiva da Superintendência da Moeda e do Crédito, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria,

Confederação Rural Brasileira e Federação das Associações Comerciais do Brasil.

Art. 6.º É subordinado ao regime de licença, nos termos desta lei, e até 31 de janeiro de 1955, o intercâmbio comercial com o exterior.

§ 1.º As licenças de importação serão concedidas aos que as requererem, desde que provejam dispor de promessas de venda de câmbio da respectiva categoria, emitidas pelo Banco do Brasil e adquiridas em público pregão, de acordo com instruções baixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 2.º Não se aplica, quanto ao pregão público, o disposto no parágrafo anterior aos casos das importações previstas nos incisos V, VI, VII e IX do art. 7.º, no inciso III, do § 1.º, do art. 8.º, desta lei e, bem assim, de máquinas e equipamentos industriais considerados da mais alta essencialidade, para o desenvolvimento econômico do país, pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, ouvido o Conselho Nacional de Economia.

§ 3.º As mercadorias e objetos sujeitos a licença de importação, dependentes ou não de cobertura cambial, chegados ao País sem a respectiva licença ou com fraude de declaração quanto a preços e outros elementos essenciais serão devolvidos ao porto de origem, à expensa do interessado e à ordem do exportador mencionado nas respectivas faturas, ou quando isso não for possível ou conveniente, a juízo da Carteira de Comércio Exterior, serão apreendidos pelas repartições aduaneiras e vendidos em leilão, sem que se considere o fato, entretanto, crime de contrabando definido no art. 334, do Código Penal.

§ 4.º O importador poderá optar pelo recebimento das mercadorias e objetos de que trata o parágrafo anterior, importados sem a respectiva licença mediante o pagamento adicional de importância equivalente a 150% de seu valor calculado pela Carteira de Comércio Exterior e não computadas as sobretaxas máximas correspondentes às categorias em que estiverem classificados, à data de sua entrada no país.

§ 5.º As importâncias referidas no § 4.º deste artigo serão recolhidas ao Tesouro Nacional, como renda eventual, da União.

§ 6.º As mercadorias destinadas à exportação terão seu embarque fiscalizado pelas autoridades aduaneiras, de modo a se verificar se estão de acordo com as especificações constantes da respectiva licença.

§ 7.º O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito fixará normas gerais para o licenciamento da importação de mercadorias que independa de cobertura cambial a qual não ficará sujeita ao sistema instituído pelo § 1.º deste artigo.

Art. 7.º Independem de licença:

I — as importações, sem cobertura cambial, de artigos destinados ao uso próprio das missões diplomáticas e repartições estrangeiras, ou de seus funcionários, desde que os respectivos governos dispensem igual tratamento às representações brasileiras e respectivos funcionários;

II — os animais, as máquinas, os aparelhos e os instrumentos da profissão do imigrante, trazidos sem cobertura cambial para serem utilizados por ele, pessoalmente ou em sua indústria;

III — a bagagem do viajante, que não compreenda móveis e veículos, mas unicamente as roupas e objetos de uso pessoal e doméstico, de valor até cem mil cruzeiros calculados à taxa do câmbio oficial;

IV — os bens a que se refere o art. 142 da Constituição Federal, pertencentes, há mais de seis meses, antes do embarque no país de origem, a pessoas que transferiram sua residência para o Brasil, quando estas apresentem, visadas pela autoridade consular brasileira competente, documentação da prova de residência e propriedade, além de relação circunstanciada dos mesmos bens; e desde que tais bens, pela sua quantidade e características, não se destinem a fins comerciais;

V — o papel e materiais destinados ao consumo da imprensa, nos termos da lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951;

VI — o papel importado pelas empresas editoras ou impressoras de livros, destinado à confecção de livros, preenchidas condições idênticas às estabelecidas na Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951;

VII — mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares, que tratem de matéria técnica científica, didática ou literária, redigidas em língua estrangeira, assim como obras impressas em Portugal, em português, quando de autores lusos ou brasileiros, e livros religiosos escritos em qualquer idioma e de qualquer procedência;

VIII — os móveis, objetos de uso doméstico e um automóvel de propriedade dos funcionários da carreira de Diplomata e por eles trazidos quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores; os que pertencerem a funcionários falecidos no exterior; e os de funcionários civis e militares da União, ao regressarem do exterior, dispensados de qualquer comissão oficial de caráter efetivo, exercida por mais de seis meses; os funcionários civis e militares da União que trouxerem automóvel de sua propriedade, nos casos a que se refere este inciso, não poderão importar outro sem a indispensável licença de importação, senão depois de decorrido o prazo de três (3) anos.

IX — os objetos e materiais destinados a instituições educativas, de assistência social, ou religiosas, para uso próprio e utilização sem fins lucrativos.

§ 1.º A bagagem e os objetos a que se refere este artigo deverão chegar ao país no prazo máximo de três meses em se tratando de viajante, e de seis, no caso de imigrante a contar da data do respectivo desembarque sob pena de apreensão, salvo o direito de opção na forma do § 4.º do art. 6.º desta lei.

§ 2.º O papel de imprensa e o papel importado pelas empresas editoras ou impressoras de livros, destinado à confecção destes, a que se referem os incisos V e VI, além de independentem de licença, não ficarão sujeitos às exigências do § 1.º do art. 6.º e do § 1.º do art. 9.º desta lei.

§ 3.º As mercadorias mencionadas nos incisos VII e IX do § 1.º deste artigo não ficarão sujeitos às exigências do § 1.º do art. 6.º.

Art. 8.º Só poderão efetuar importações os comerciantes desse ramo, devidamente registrados.

§ 1.º Excetuam-se da regra estabelecida neste artigo:

I — as firmas e empresas industriais, quando para seu próprio uso ou consumo;

II — as associações rurais, inclusive as cooperativas, sempre que se tratar de importação destinada aos seus próprios serviços ou para revenda aos seus associados, quando sejam mercadorias destinadas às respectivas atividades;

III — os órgãos governamentais, federais, estaduais ou municipais, autarquias, entidades paraestatais e sociedades de economia mista, e desde que dentro do orçamento de suas necessidades cambiais, aprovado pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito;

IV — as pessoas físicas, desde que se proponham a importar objetos de seu uso próprio e utilização fora do comércio.

§ 2.º A importação prevista nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior, só será admitida mediante assinatura de um termo de responsabilidade e compromisso de não ser alterada a destinação dos bens importados, na forma acima estabelecida, sob as penas da lei.

Art. 9.º As operações de câmbio referentes à exportação e importação de mercadorias, com os respectivos serviços de fretes, seguros e despesas bancárias se efetuarão nos termos da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953, por taxas fixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, resultantes de paridade declarada no Fundo Monetário Internacional.

§ 1.º O Conselho poderá, entretanto, autorizar a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A. a estabelecer sobretaxas de câmbio, variáveis ou não, segundo a natureza da mercadoria e grau de essencialidade, exigíveis sob a forma e critério que adotar para os efeitos dos arts. 6.º e 7.º desta lei.

§ 2.º Todas as sobretaxas, arrecadadas nos termos desta lei, se destinarão em ordem de prioridade:

I — ao pagamento de bonificações aos exportadores;

II — a regularização de operações cambiais realizadas antes desta lei por conta do Tesouro Nacional;

III — ao financiamento, a longo prazo e juros baixos, da modernização dos métodos da produção agrícola e recuperação da lavoura nacional e ainda a compra dos produtos agropecuários, de sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios para emprego na lavoura.

§ 3.º As bonificações previstas no parágrafo anterior serão fixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, de modo a abranger a generalidade dos produtos de exportação e poderão ser divididas até o número de cinco categorias.

§ 4.º A sobretaxa a que se refere esta lei não tem caráter fiscal, sendo de ordem monetária e meramente cambial, sujeita a sua aplicação a prestação de contas ao Tribunal de Contas.

§ 5.º O produto que for destinado ao financiamento previsto neste artigo será aplicado por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., à qual incumbirá utilizar os depósitos feitos com esse destino, pela União, em conta especial, no aludido estabelecimento de crédito, mediante os suprimentos autorizados pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, para cada exercício financeiro.

§ 6.º As importações executadas do sistema de limitação das divisas em pregão público, de que trata o § 1.º do art. 6.º desta lei, com a exclusão prevista no § 2.º do art. 7.º não ficarão isentas de pagamento das sobretaxas que forem estabelecidas nos termos do § 1.º deste artigo.

Art. 10. Fica a Carteira de Comércio Exterior autorizada a cobrar taxas pela emissão das licenças ... (vetado) ..., por forma a ser regulamentada, não excedentes de 0,1% (um décimo por cento) do valor da licença.

Art. 11. Sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, e além de incidirem em multas de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), ficarão impedidos de importar e exportar, por período de seis a doze meses, os que, por declarações falsas, ou outros processos dolosos, infringirem os preceitos desta lei.

Parágrafo único. As sanções de que trata este artigo serão aplicadas por proposta da Carteira de Comércio Exterior, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, cabendo recursos da decisão para o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 12. A Carteira de Comércio Exterior fará publicar, mensalmente, a relação das importações feitas independentemente de licença com a indicação do importador, das coisas importadas e do seu valor.

Art. 13. O Poder Executivo baixará, no prazo de trinta dias da data da publicação desta lei, o seu regulamento.

Art. 14. Fica revogado o Decreto-lei n.º 9.524, de 26 de julho de 1946, que dispõe sobre a aplicação em letras do Tesouro Nacional de parte do valor das vendas de cambiais de exportação.

Art. 15. A cobertura cambial para aquisição de maquinaria destinada aos serviços de energia hidrelétrica e de telefonia, de caráter municipal, será efetuada de acordo com os prazos estabelecidos nos respectivos contratos de compra.

Parágrafo único. Serão válidas as licenças de importação para a maquinaria constante deste artigo, já deferidas quando da vigência da Portaria n.º 79, de 4 de outubro de 1953, baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 16. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros revogado, para esse efeito, o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Vicente Rao.

João Cleofas.

João Goulart.

LEI N.º 2.146 — DE 29 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Manda aplicar aos corretores, Câmaras Sindicais, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal e dá outras providências.*

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.147 — DE 29 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais do Trabalho.*

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.148

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.149 — DE 29 DE DEZEMBRO

*Dispõe sobre a expressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont.*

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.150, DE 30 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$..... 6.508.289,30, para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization C.º para aquele Ministério*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ ... 6.508.289,30 (seis milhões, quinhentos e oito mil, duzentos e oitenta e nove cruzeiros e trinta centavos) para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization C.º

para aquele Ministério, correspondente ao período de 11 de setembro de 1952 a 31 de dezembro de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Cyrol Espirito Santo Cardoso  
Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 2.151, DE 30 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$.... 760.000,00 em reforço da Verba 3 Serviços e Encargos, do Anexo número 19 do vigente Orçamento Geral da República (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952)*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil cruzeiros) em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos — do Anexo número 19 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952):

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 10 — Diversos

S/C 99 — Diversos

01 — Gabinete do Ministro

3) Para atender ao custeio das atividades da Comissão de Desenvolvimento Industrial (Decretos ns. 29.806, de 25 de julho de 1951; 29.829, de 31 de julho de 1951; 30.092, de 25 de outubro de 1951).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Oswaldo Aranha.*



LEI N.º 2.152, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953

*Inclui as Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 a cada uma.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, das Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o artigo 16 da mesma Lei, com a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) a cada uma.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Antonio Balbino.

LEI N.º 2.153, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953

*Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz

de Fora, no Estado de Minas Gerais, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal a que se refere o art. 16 da mesma Lei, correspondendo-lhe a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Antonio Balbino.

LEI N.º 2.154, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953

*Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para manutenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da mesma Lei.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Antonio Balbino.



## A P E N S O

I - Figuram neste apenso as leis que, expedidas em trimestres anteriores, foram publicadas no "Diário Oficial" depois do 2.º dia útil do 4.º trimestre de 1953.

II - A retificação publicada no 4.º trimestre de 1953, de lei expedida em trimestre anterior.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1953

LEI N.º 1.992 — DE 28 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio da Silva Pessoa e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a mandar coligir e editar, em volumes, sob a designação de obras completas, todos os trabalhos do Doutor Epitácio da Silva Pessoa.

Art. 2.º A impressão a que se refere o art. 1.º deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 3.º O Orçamento da União consignará, no Anexo do Ministério da Educação e Cultura, anualmente, a partir de 1954 até 1957, o crédito de Cr\$ 815.297,40 (oitocentos e quinze mil, duzentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta centavos) para execução do disposto nesta Lei.

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 815.297,40 (oitocentos e quinze mil, duzentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta centavos) para atender à despesa decorrente da impressão de que trata a presente Lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.993 — DE 28 DE SETEMBRO  
DE 1953

*Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º São criadas as funções gratificadas de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas. Delegações estas estabelecidas, respectivamente, pelo artigo 7.º da Lei n.º 592, de 23 de dezembro de 1948 e pelo art. 8.º da Lei n.º 601, de 28 de dezembro de 1948.

Art. 2.º São estabelecidas as gratificações mensais na importância de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) e de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), respectivamente, para as funções de Delegado e Assistente de Delegação junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para as de Delegado junto ao Estado Maior das Forças Armadas.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$..... 85.490,20 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa cruzeiros e vinte centavos), destinado ao pagamento

das gratificações a que se refere o artigo anterior, desde a data das instalações das Delegações referidas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de setembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.994 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão, nos dias 15 a 23 de agosto de 1953, sob o patrocínio do Governo do Estado de São Paulo, no Município de Rancharia, naquele Estado.

Art. 2.º A Prefeitura Municipal de Rancharia entidade patrocinadora do Congresso, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data do encerramento do conclave, submeterá à consideração do Ministério da Agricultura, para sua apreciação e orientação, no que concerne à medidas e providências sugeridas pelos representantes da lavoura e da indústria cotonícola em todo o país, completo memorial a respeito de todos os assuntos ali ventilados, notadamente o cultivo do algodão e processos tecnológicos para seu beneficiamento, política econômica, indústria e comércio, defesa dos interesses dos plantadores, enfiadores, cooperativas e sindicatos patronais e de empregados.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.995 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Trigo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender às despesas com a III Festa Nacional do Trigo a realizar-se em Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, de 27 a 30 de novembro de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.996 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1953

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os déficits orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de cruzeiros) para cobrir os déficits orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor, relativos aos exercícios de 1952 e 1953.

Art. 2.º O crédito estipulado no art. 1.º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.



## **E M E N T Á R I O**

**Leis e decretos publicados nos  
volumes VII e VIII de 1953, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos**



## EMENTÁRIO

### A

#### ABONO

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

#### ABRIGO FRANCISCO DE PAULA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar o término da construção e equipamentos do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula.*

Lei n.º 2.097 — de 19 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1953.

#### ACADEMIA DE MÚSICA LORENZO FERNANDEZ

*Concede autorização para funcionamento dos cursos de instrumento, canto, instrumentação e composição e regência da Academia de Música Lorenzo Fernandes.*

Decreto n.º 34.391 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

#### ACESSO AS CARREIRAS PRINCIPAIS

*Dispõe sobre o acesso às carreiras principais, previsto no artigo 255, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.783 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

#### ACIDENTES DO TRABALHO

*Institui a Menção Honrosa da Segurança do Trabalho a ser conferida aos que se salientaram nas realizações em prol da Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.714 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

*Institui a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.715 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

#### AÇÕES RESCISÓRIAS

*Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, §§ 4.º, 5.º e 6.º, da Lei número 1.505, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.067 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**ACÓRDOS**

Decreto Legislativo n.º 73, de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Decreto Legislativo n.º 75, de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Decreto Legislativo n.º 77, de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1953.

**AÇUDES**

*Regula o estudo, o orçamento e a construção dos açudes, em cooperação da União com os Estados, Municípios ou particulares, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.087 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

**ADJUNTO DE CATEDRÁTICO**

*Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra.*

Lei n.º 2.142 — de 26 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1953.

**ADJUNTO DE CONSULTOR JURÍDICO**

*Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

**ADVOGADO**

*Estende aos auditores da 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no artigo 13, § 2.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.115 — de 26 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**ADVOGADO**

*— Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

**AERONAUTICA**

*Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.*

Decreto n.º 33.926 — de 28 de setembro de 1953.

Ret. no D. O. de 3 de outubro de 1953.

*— Extingue a Escola Técnica de Aviação, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.095 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

*— Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.491, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n.º 34.293 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

*— Altera o n.º 9, do Regulamento para o Estado Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 26.607, de 27 de abril de 1949.*

Decreto n.º 34.499 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

*— Cria o Estandarte da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.622 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

*— Cria o escudo de armas e o estandarte para os Centros de Instrução Militar da Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.623 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

## AERONAUTICA

— *Considera organizado o Centro Técnico de Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.701 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Cria, na 1.ª Zona Aérea, o Destacamento de Base Aérea de Manaus.*

Decreto n.º 34.761 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento para as Bandas de Música e Bandas Marciais da Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.762 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— *Cria o Distintivo do Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n.º 34.789 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto número 30.653, de 1 de abril de 1952.*

Decreto n.º 34.844 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO

Abre o crédito especial de Cr\$. 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), para atender a despesas de natureza urgente, com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão.

Decreto n.º 34.731 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

## AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Odone Eugênio Frederico Marsiaj a pesquisar água mineral no município de Viçosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 33.996 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar água mineral no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.105 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luciano Marceau Egalon a pesquisar água mineral no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.469 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

## ÁGUAS MARINHAS

Renova o Decreto n.º 28.803, de 27 de outubro de 1951.

Decreto n.º 33.964 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, mica, águas marinhas e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.968 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Theotônio de Magalhães Júnior a pesquisar berilo, águas marinhas e associados, no município de Sabinoópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.974 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**AGUAS MARINHAS**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Correia Bloch, a pesquisar mica, quartzo e águas marinhas, no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.321 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**AGUAS PÚBLICAS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Lageado dos Índios.*

Decreto n.º 34.466 — de 4 de novembro de 1953

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Xanxerê.*

Decreto n.º 34.467 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, desde suas nascentes até saírem da faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do curso água Salso, Morundau e Moinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 34.486 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, desde suas nascentes até saírem da faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira onde passam a ser do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do curso São Sepé.*

Decreto n.º 34.483 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**AJUDA DE GUSTO**

*Altera a redação da letra b, do artigo 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953:*

Decreto n.º 34.779 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— *Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950, que regulamenta a concessão de auxílio para transporte, ajuda de custo e diárias para funcionários diplomáticos e consulares,*

Decreto n.º 34.784 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

**AJUSTES**

*Decreto Legislativo n.º 76, de 1953.*

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

**ALOJAMENTO DA TRIPULAÇÃO A BORDO**

Decreto-legislativo n.º 71 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**ALTERAÇÃO DE SÉRIES FUNCIONAIS**

— *Ver o Ministério a que pertencem.*

**AMARAL & COMPANHIA**

*Transfere a Edson Amaral e outros a concessão outorgada pelo Decreto de número 13.496, de 24 de setembro de 1943, à firma Amaral & Companhia.*

Decreto n.º 34.384 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**AMARO CAVALCANTI**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.*

Decreto n.º 34.757 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

## AMENDOIM

*Fica os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1953.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## AMIANTO

*Autoriza o cidadão brasileiro Waldor Andrade a pesquisar amianto e associados, no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.689 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Josino Pereira Barros a pesquisar amianto e associados, no município de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 34.694 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## APÓLICES DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FUNDADA DA UNIÃO

*Altera a redação do § 2.º do artigo 1.º do Decreto n.º 33.712, de 1 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 34.451 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## APOSENTADORIA

*Dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Antônio Joaquim da Costa, Zelador da Casa Rui Barbosa.*

Lei n.º 2.198 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Estende aos empregados do serviço Especial de Saúde Pública o regime de benefícios de família do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.782 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

*Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a adquirir uma faixa de terreno de propriedade do Sr. Amaro José de Almeida.*

Decreto n.º 34.778 — de 12 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a adquirir imóvel de propriedade do espólio de José Laves Dias.*

Decreto n.º 34.823 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 26 de dezembro de 1953.

## ARDÓSIA

*Autoriza o cidadão brasileiro João Rimsa a pesquisar ardósia e associados, no município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.573 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavrar ardósia, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.697 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## ARDÓSIAS BRASIL LIMITADA

*Concede a Ardósias Brasil Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.794 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1953.

## AREIA

*Autoriza a Mineradora Piratininga Limitada a pesquisar areia e associados, no município de São Paulo.*

Decreto n.º 33.803 — de 9 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de outubro de 1953.

**AREIA QUARTZOSA**

*Retifica o artigo 1.º do Decreto número 25.534, de 6 de outubro de 1953.*

Decreto n.º 34.097 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Milton Dornas a pesquisar areia quartzosa e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.219 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Floriano Nogueira da Gama a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.691 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**AREIA SILICOSA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Santos a lavar areia silicosa, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.563 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**ARMADA**

*Dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais.*

Lei n.º 2.138 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— *Cria o Distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n.º 34.789 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**ARMADA**

— *Suspende, por um ano, dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n.º 34.952 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**ARGILA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Pereira Inácio a lavar argila, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.998 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Cidadão brasileiro Anis Fadul a lavar argila no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.325 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

*Revoga o Decreto de número 23.350 de 12 de março de 1951.*

Decreto n.º 34.470 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.571 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**ARROZ**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## ARTES

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Direito do Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, concluída em Washington, a 22 de junho de 1946, por parte do Haiti e da Argentina.*

Decreto n.º 34.726 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## ARTÍFICE

*Suprime cargos extintos.*

(M. Aer. — D. S.)

Decreto n.º 34.811 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

## ASBESTO

*Autoriza o cidadão brasileiro Erasto Cintra de Almeida a pesquisar talco-xisto, asbesto e associados, no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.986 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

## ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$. 2.800.000,00 para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.*

Lei n.º 2.069 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

## ASSISTENTE DE DELEGACIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

*Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas.*

Lei n.º 1.993 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## ASSISTENTE DE PROCURADOR

*Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

## ASSISTENTE JURÍDICO

*Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

## ASSISTENTE TÉCNICO

*Cria cargo no Quadro Permanente do Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto de número 32.417, de 11 de março de 1953.*

Decreto n.º 34.483 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA

*Retifica o Decreto n.º 34.727, de 1 de dezembro de 1953.*

Decreto n.º 34.849 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

## ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL

*Declara de utilidade pública a "Associação do Pessoal da Caixa Econômica do Distrito Federal", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.727 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1953.

## ASSOCIAÇÃO RURAL DO VALE DO RIO GRANDE

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.130 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

# "ATLANTICA" - COMPANHIA DE SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, mudança de denominação e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares, da "Atlântica" — Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.230 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1953.

## ATLANTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Atlântica Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n.º 34.657 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1953.

## ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL

*Concede à sociedade anônima "Atlantic Refining Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.015 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

## AUDITORES

*Estende aos auditores da 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, prestado no artigo 13 § 2.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.115 — de 26 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1953.

## AUTARQUIAS

*Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1.º de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

## AUXILIAR DE ESCRITA

*Suprime cargos extintos.*  
(M. T. I. C. — Q. S.)

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## AUXILIAR DE PORTARIA

*Suprime cargos extintos.*  
(M. Aer. — Q. S.)

Decreto n.º 34.810 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

— *Suprime cargos extintos.*  
(M.V.O.P. — Q.I. — P.S.)

Decreto n.º 34.359 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1953.

— *Suprime cargos extintos.*  
(M.V.O.P. — Q.I. — P.S.)

Decreto n.º 34.360 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1953.

— *Suprime cargos extintos.*  
(M.V.O.P. — Q.I. — P.S.)

Decreto n.º 34.362 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

## AUXÍLIO-ENFERMIDADE

*Dispõe sobre o pagamento do auxílio enfermidade nas instituições de previdência social.*

Lei n.º 2.130 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

## AUXÍLIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

*Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.



## AUXÍLIO PARA TRANSPORTE

Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950, que regulamenta a concessão de auxílio para transporte, ajuda de custo e diárias para funcionários diplomáticos e consulares.

Decreto n.º 34.734 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

## AUXÍLIOS

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.584,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do Rio Amazonas, nos Estados do Pará e Amazonas.

Decreto n.º 34.741 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— Ver, também: Subvenções.

## B

### BANCO DO BRASIL S. A.

Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.

Lei n.º 2.145 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

### BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a contratar empréstimo em dólares no exterior e a efetuar financiamento em cruzeiros para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.449 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

### BANCO NACIONAL DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO

Estende ao pessoal do Banco Nacional do Departamento Econômico o regime do Instituto de Previdência do Estatuto.

Decreto n.º 34.625 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## BANDAS DE MÚSICA E MARCIAIS

Aprova o Regulamento para as Bandas de Música e Bandas Marciais da Aeronáutica.

Decreto n.º 34.762 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

### "BATES VALVE BAG CORPORATION OF BRAZIL"

Concede à sociedade anônima "Bates Valve Bag Corporation of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 34.014 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro Albino Abreu Figueiredo a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 34.479 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

Declara caduco o Decreto número 19.153, de 11 de junho de 1945.

Decreto n.º 34.576 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

## BENEFÍCIOS DE FAMÍLIA

Estende aos empregados do Serviço Especial de Saúde Pública o regime de Benefícios de família do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado; e dá outras providências.

Decreto n.º 34.782 — de 14 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## BERILO

Renova o Decreto n.º 28.803, de 27 de outubro de 1951.

Decreto n.º 33.964 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**BERILO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Theotônio de Magalhães Júnior a pesquisar berilo, águas marinhas e associações, no município de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.974 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Oliveira Braga a pesquisar mica e berilo, no município de Coroadi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.468 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**BRASIL CONSTRUTORA LIMITADA**

*Concede à Brasil Construtora Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.093 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**BYINGTON & CIA.**

*Decreto-legislativo n.º 84 — de 1953.*

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**C****CAFÉ**

*Dispõe sobre o financiamento das lavouras do café.*

Lei n.º 2.083 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**CAIL - CALCÁRIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL LIMITADA**

*Concede à CAIL — Calcária Agrícola Indústria Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.318 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

**CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento da parte da contribuição do Governo Federal à Caixa de Crédito da Pesca, para constituição do seu capital.*

Lei n.º 2.575 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 15.348.642,80, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.829 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

**CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados de Institutos, Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

Lei n.º 2.029 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Dispõe sobre o pagamento do auxílio enfermidade nas instituições de previdência social.*

Lei n.º 2.130 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— *Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Determina a fusão de Caixas de Aposentadorias e Pensões e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.583 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Suspende a execução do Decreto número 34.583, de 12 de novembro de 1953.*

Decreto n.º 34.673 — de 23 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre as operações imobiliárias das Instituições de Previdência Social.*

— Decreto n.º 34.823 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## CAIXAS ECONÔMICAS

*Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 13 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Dispõe sobre as operações imobiliárias das Instituições de Previdência Social.*

Decreto n.º 34.828 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## CALAMIDADES PÚBLICAS

*Abre, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.432 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1953.

## CALAMIDADES PÚBLICAS

*Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pelo enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.*

Decreto n.º 34.741 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— Decreto n.º 34.876 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar municípios catarinenses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes.*

Decreto n.º 34.774 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

## CALCÁRIO

*Autoriza a Companhia Industrial Belo-Horizonte a lavrar calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.975 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Menezes e Teotônio Batista de Freitas a pesquisar calcário e associados, no município de Matosinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.980 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração Mármore e Pedras do Brasil Ltda. a pesquisar calcário no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.990 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Silvério Petroni e Potito Petroni a lavrar calcário no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.991 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Moura, a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.997 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Andréa Salvini a pesquisar calcário e associados, no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.000 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a lavrar calcário e minérios de tungstênio, estanho e ferro, nos municípios de Sorocaba e Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.102 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Alvares a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.220 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques Santos a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.222 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ire-no Barisani Tienghi a pesquisar calcário no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.323 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Francisco de Melo a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.328 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Souza Aranha a pesquisar calcário e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.401 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Simões Pires a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.402 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavrar calcário no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.471 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nilton Teixeira Câmara a pesquisar mármore, calcário e associados, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.473 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

# CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Antônio Cardoso a pesquisar calcário e associados, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.474 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lau-ro de Matos a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.475 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro And-rea Salvini a pesquisar calcário, már-more e associados, no município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.478 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Cândido Filho a lavar calcário, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.563 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia de Ci-mento Portland Rio Branco a lavar calcário, no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.688 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro An-tônio Rosa a pesquisar calcário, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.570 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

# CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gonçalves Loura Filho a lavar calcário no município de Ma-tosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.572 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Má-rio Pellegrini a pesquisar calcário, no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.696 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Rodrigues de Oliveira e Joaquim Rodrigues de Oliveira a pesquisar cal-cário e associados, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.737 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ja-cob Negrão Neto a lavar calcário, no município de Passos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.798 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ger-vásio Alves Pereira a pesquisar cal-cário, calcita e associados, no mu-nicípio de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.803 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Al-cides Pereira Teles a pesquisar cal-cários e associados, nos municípios de Guapiara e Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.804 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ger-vásio Alves Pereira a pesquisar calcário, calcita e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.805 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a cidadã brasileira Rosalina Ferraz de Campos a pesquisar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.806 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Francisco Angeli a pesquisar calcário no município de Pederneiras, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.807 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Fortunato Bonatto a pesquisar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.808 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo da Silva a pesquisar calcário e associados, no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Decreto n.º 34.809 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**CALCITA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ger-vásio Alves Pereira a pesquisar calcário, calcita e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.803 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**CALCITA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ger-vásio Alves Pereira a pesquisar calcário, calcita e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.805 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

*Fixa o número de Deputados para a próxima Legislatura.*

Lei n.º 2.140 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1953.

— *Abertura de crédito: —*  
Ver: *Crédito Suplementar.*

**CAMARAS CIVEIS ISOLADAS**

*Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.565, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.067 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**CÂMBIO**

*Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.145 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

**COMPANHIA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO**

*Institui a Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.*

Decreto n.º 34.638 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

*Institui a Menção Honrosa da Segurança do Trabalho, a ser conferida aos que se subentaram nas realizações em prol da Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.714 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

— *Institui a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.715 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

## CAPITANIAS DE PORTOS

*Altera o Decreto n.º 33.711, de 1 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 34.501 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

*Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.145 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

## CARTEIRA DE IDENTIDADE

*Declara de fé pública em todo o Território Nacional, a carteira de identidade fornecida pelo Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 34.155 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 15 de outubro de 1953.

## CARVÃO

*Autoriza a Companhia Nacional Mineração de Carvão do Borro Branco a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.992 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 34.218 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elias do Amaral Souza a pesquisar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.397 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## CASA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

*Abre, ao Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 16.986.736,20, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.333 — de 22 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

## CASSITERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Silvio Neves a pesquisar cassiterita e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.217 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Armando dos Reis Mesquita a pesquisar cassiterita, columbita e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.692 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**CASSITERITA**

— Declara caduco o direito de lavra da mina de cassiterita manifestada pela Sociedade de Mineração Renner Limitada.

Decreto n.º 34.763 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

**CAULIM**

Autoriza a Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, mica, águas marinhas e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 33.968 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— Autoriza E. Renner & Cia. Ltda. a lavar caulim, no município de Guaiíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 33.983 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Elycio Pereira de Magalhães a pesquisar caulim no município de Camassari, Estado da Bahia.

Decreto n.º 33.985 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Huber Lopes Portugal a pesquisar caulim, vermiculita e associados no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 33.999 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— Autoriza a Empresa de Caulim Ltda. a lavar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.003 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

**CAULIM**

— Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. "IBAR" a pesquisar caulim e associados, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.104 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Alves Motta a pesquisar caulim no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 34.221 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Marcelino de Oliveira a pesquisar caulim e associados, no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 34.324 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Renova o Decreto de número 29.350, de 12 de março de 1951.

Decreto n.º 34.470 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Caúla Soares, a lavar caulim no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.472 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— Autoriza os cidadãos brasileiros João Milren Ibrahim, Ibrahim José e Micheli Mellim a lavar caulim e associados, no município de Ubá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.571 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.



## CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Navega Tranco a pesquisar caulim e associados, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.739 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rodrigues da Silva a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.795 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## CENTENARIO DA EMANCIPAÇÃO POLITICA DO PARANÁ

*Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenario da emancipação politica do Paraná, e das outras providências.*

Lei n.º 2.017 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

## CENTENARIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do primeiro centenario da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.018 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

## CENTENARIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA (III)

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com os festejos comemorativos do III Centenario da Restauração Pernambucana.*

Decreto n.º 33.933 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## CENTRAL ELÉTRICA DE CORRENTINA

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos necessários às instalações da Central Elétrica de Correntina, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.835 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## CENTRO ACADÊMICO 11 DE AGOSTO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do cinquentenario da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*

Lei n.º 2.086 — de 10 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## CENTRO MEDICO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara de utilidade pública imóveis destinados ao Centro Médico do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.649 — de 25 de agosto de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA**

*Considera organizado o Centro Técnico de Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.701 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

**CENTROS DE INSTRUÇÃO MILITAR DA AERONÁUTICA**

*Cria o escudo de armas e o estandarte para os Centros de Instrução Militar da Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.623 — de 16 de novembro de 1953.

Pub. no D. O. de 21 de novembro de 1953.

**CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL EM GENEBRA**

*Dispõe sobre a remuneração do Chefe da Delegação do Brasil em Genebra.*

Decreto n.º 34.482 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**CHEFE DO ESCALÃO TERRITORIAL DA 3.ª R. M.**

*Substitui a função de "Chefe do Escalão Territorial da 3.ª Região Militar".*

Decreto n.º 34.210 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**CHEFIA DO GABINETE MILITAR NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

*Dá nova redação ao § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.211 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**CHUMBO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar minérios de chumbo, zinco e associados, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.995 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**CIÊNCIAS**

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Direito do Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, concluída em Washington, a 22 de junho de 1946, por parte do Haiti e da Argentina.*

Decreto n.º 34.726 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**CÍRCULO OPERÁRIO RAFARDENSE**

*Declara de utilidade pública o Círculo Operário Rafardense, com sede na cidade de Rafard, Município de Capivari, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.194 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**CÓDIGO PENAL**

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas nos arts. 88, § 1.º, n.º III, do Código Penal, e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n.º 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## COLEGIOS

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — três séries de selos postais, sendo uma comemorativa do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e duas, respectivamente, simbolizando tipos de embarcação e reproduzindo a effigie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cochrane, Marcilio Dias e Almirante Tamandaré.*

Lei n.º 2.141 — de 19 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Revoga o Decreto que indica.*

Decreto n.º 34.564 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— *Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.*

Decreto n.º 34.742 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1953 (Suplemento).

## COLETORIAS

*Extingue a 2.ª Coletoria Federal em Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.872 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

## COLGATE - PALMOLIVE - PEET CO. LTD.

*Concede à sociedade anônima "Colgate-Palmolive-Peet C.ª Ltda." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.816 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## COLÔNIA CÂNDIDO MENDES

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas nos arts. 83, § 1.º, n.º III, do Código Penal, e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n.º 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## COLUMBITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Armando dos Reis Mesquita a pesquisar cassiterita, columbita e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.692 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## COMBATE AO CANCER

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 destinado ao combate do câncer em todo o país.*

Lei n.º 2.143 — de 26 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

## COMÉRCIO

*Institui o "Dia do Comerciante".*

Lei n.º 2.048 — de 26 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ALTO PARANÁ LTDA.

*Concede à sociedade "Comércio e Navegação Alto Paraná Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 33.813 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

## COMÉRCIO EXTERIOR

*Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.145 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

## COMISSÕES

Decreto-legislativo n.º 95 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

*— Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana para o serviço da União, como extranumerário.*

Lei n.º 1.998 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

*— Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

*— Altera, com redução de despesa, o Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco.*

Lei n.º 2.058 — de 2 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

*— Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 463.319,40, e suplementar de Cr\$ 661.236,90, para os fins que menciona.*

Lei n.º 2.124 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

Retificada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## COMISSÕES

*— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.594 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

*— Aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica.*

Decreto n.º 34.763 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

*— Dispõe sobre o acesso às carrerías principais, previsto no art. 256, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.783 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

*— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terras de propriedade da Prefeitura Municipal de Correntina e da Diocese da Barra, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.834 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos necessários às instalações da Central Elétrica de Correntina, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.835 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

Abertura de crédito:

Ver: Crédito Especial.

**COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS  
ITABIRA**

*Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder aos estudos para o aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis situados nos municípios de Antônio Dias, São Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.046 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL BOA VISTA**

*Autoriza a Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, mica, águas marinhas e associados, no município de Juiç de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.968 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**COMPANHIA ÁGUAS MINERAIS  
PETRÓPOLIS**

*Concede à Companhia Águas Minerais Petrópolis autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.764 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

**COMPANHIA BRANCA DE PETRÓ-  
LEO S. A.**

*Abre, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ ..... 29.500.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.151 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

**COMPANHIA BRASILEIRA IN-  
DUSTRIAL DE PESQUISAS E  
MINERAÇÃO**

*Concede à Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.317 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**COMPANHIA CARBONÍFERA MI-  
NAS DE BUTIÁ**

*Autoriza o funcionamento da usina termoeletrica, na Vila de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo da Companhia Carbonífera Minas de Butiá.*

Decreto n.º 34.125 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**COMPANHIA CIMENTO PORT-  
LAND CORUMBÁ**

*Concede à Companhia Cimento Portland Corumbá, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.404 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

**COMPANHIA CIMENTO PORT-  
LAND MARINGÁ**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavar calcário no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.471 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

# COMPANHIA CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a lavrar calcário, no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.688 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

# COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ALTO RIO DOCE

*Outorga à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do Salto Grande existente no rio Santo Antônio, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.052 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

# COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO MÉDIO RIO DOCE

*Concede isenção de direitos de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para material da linha de transmissão e outros equipamentos.*

Lei n.º 2.093 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

# COMPANHIA DE ELETRICIDADE SÃO PAULO E RIO

*Outorga à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do trecho do Rio Ribeira, compreendido entre as cidades de Cerro Azul, no Estado do Paraná, e Registro, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.448 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

# COMPANHIA DE ELETRICIDADE VALE DO ITABAPOANA

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Companhia de Eletricidade Vale do Itapoana.*

Decreto n.º 34.089 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

# COMPANHIA DE MINERAÇÃO E BAUXITA DE POÇOS DE CALDAS

*Declara caduco o Decreto número 19.158, de 11 de julho de 1945.*

Decreto n.º 34.576 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

# COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia.*

Decreto n.º 34.229 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

# COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros "Comercial do Pará".*

Decreto n.º 33.810 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1953.

# COMPANHIA DE SEGUROS PORTO ALEGRENSE

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Porto Alegrense.*

Decreto n.º 33.815 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1953.

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTO  
DE SEGUROS**

*Concede à Companhia Espírito Santo de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n.º 33.869 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

**COMPANHIA ESTRADA DE FERRO  
E MINAS DE SÃO JERÔNIMO**

*Autoriza o funcionamento da usina termoeletrica existente na Vila de Arroio dos Ratos, municipio de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.124 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ DO  
PARANÁ**

*Outorga à Companhia Força e Luz do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio Arraial, entre os municipios de São José dos Pinhais, Morrêles e Guaratuba, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.913 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA  
DO RIO SÃO LUIZ**

*Outorga à Companhia Hidrelétrica do Rio São Luis, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio São Luis, Municipio de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.213 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA PA-  
RANAPANEMA**

*Transfere à Companhia Hidrelétrica Parapanema a concessão para produção e distribuição de energia elétrica ao municipio de Angatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.683 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

**COMPANHIA INDUSTRIAL BELO  
HORIZONTE**

*Autoriza a Companhia Industrial Belo-Horizonte a lavar calcário, no municipio de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.975 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**COMPANHIA INDUSTRIAL PA-  
RAENSE S. A.**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terras, que serão inundadas com a ampliação da barragem da usina "Carioca" e autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. de Pará de Minas a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 34.637 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**COMPANHIA INDÚSTRIAS LI-  
NHEIRAS S. A.**

*Autoriza a Companhia Indústrias Linheiras S. A. a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 34.336 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**COMPANHIA LUZ E FÔRÇA DE MOCOCA**

*Transfere para a Companhia Luz e Fôrça de Mococa a concessão para distribuir energia elétrica no município de Arceburgo, atualmente a cargo da Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.949 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**COMPANHIA LUZ E FÔRÇA HULHA BRANCA**

*Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Hulha Branca a instalar um grupo diesel elétrico, na Usina de Parana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.045 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**COMPANHIA LUZ E FÔRÇA S. A.**

*Isenta a Companhia Luz e Fôrça S. A., do Município de Marco, no Estado do Ceará, dos pagamentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras relativos às máquinas importadas para usina elétrica de sua propriedade.*

Lei n.º 2.029 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

**COMPANHIA MINEIRA DE SIDERURGIA**

*Autoriza a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.804 — de 9 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de outubro de 1953.

**COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

*Suprime o parágrafo 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira, no exercício de 1952.*

Decreto n.º 34.481 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**COMPANHIA NACIONAL MINERAÇÃO DE CARVÃO DO BARRO BRANCO**

*Autoriza a Companhia Nacional Mineração de Carvão do Barro Branco a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.992 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ**

*Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a executar diversos serviços no seu sistema de energia elétrica, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.280 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO**

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.571 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.



**COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE**

*Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.793 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1953.

**COMPANHIA PREDIAL DE TAUBATÉ**

Decreto-Legislativo n.º 97 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

**COMPANHIA SEGURADORA DOS PROPRIETÁRIOS DO BRASIL**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Seguradora dos Proprietários do Brasil.*

Decreto n.º 34.749 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA MANESMANN**

*Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras a materiais importados pela Companhia Siderúrgica Manesmann, e destinados à construção, instalação e funcionamento de uma usina em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.061 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 34.212 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

**COMPANHIA SUL MINEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Transfere para a Companhia Luz e Força de Mococa a concessão para distribuir energia elétrica no município de Arceburgo, atualmente a cargo da Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.949 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA**

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula.*

Lei n.º 2.110 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

**CONCURSOS**

*Acrescente parágrafo único ao artigo 7.º da Lei número 116, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.078 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

**CONFEDERAÇÃO COLOMBÓFILA BRASILEIRA**

*Modifica a redação do artigo 13, alínea "a", do Decreto número 23.905, de 22-2-1934 (Regulamento da Confederação Colombófila Brasileira).*

Decreto n.º 34.278 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de novembro de 1953.

### CONFERÊNCIA DA CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL (18.ª)

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 200.000,00, para auxiliar às despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.*

Decreto n.º 34.641 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

### CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MONTEVIDEOU

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.877 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

### CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE BUENOS AIRES

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.877 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

### CONFERÊNCIA NORTISTA DE FISIOLOGIA (III)

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Nortista de Fisiologia, a reunir-se em fins do mês de junho de 1953, na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 34.642 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

### CONFERENTE DE CARGA E DESCARGA

*Expede normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo e que deverão ser incluídas nas futuras regulamentações do exercício da profissão de conferente de carga e descarga baixadas nos termos da Lei n.º 1.561, de 21 de fevereiro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.453 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

### CONGREGAÇÃO DA MISSÃO DE SÃO VICENTE DE PAULA

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula.*

Lei n.º 2.110 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

### CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DE CARIDADE DO BOM PASTOR DE ANGERS

*Declara de utilidade pública a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, com sede nesta Capital Federal.*

Decreto n.º 34.381 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

### CONGRESSO BRASILEIRO DE ANESTESIOLOGIA (1.º)

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com a realização, nesta Capital, do 1.º Congresso Brasileiro e 2.º Sulamericano de Anestesiologia.*

Decreto n.º 34.643 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# CONGRESSO BRASILEIRO DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA (X)

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.*

Decreto n.º 34.193 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

# CONGRESSO DE ENSINO JURIDICO

*Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n.º 34.191 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

# CONGRESSO DE HISTÓRIA DO PARÁ (I)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará.*

Lei n.º 2.002 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

# CONGRESSO EUCARÍSTICO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia.*

Lei n.º 2.081 — de 11 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

# CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA (II)

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.*

Decreto n.º 34.193 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

# CONGRESSO NACIONAL

Abertura de crédito:

Ver: — Crédito Suplementar.

# CONGRESSO NACIONAL DE ANATOMIA E CIENCIAS AFINS (2.º)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para auxiliar a realização do 2.º Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins.*

Lei n.º 2.096 — de 19 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1953.

# CONGRESSO NACIONAL DO ALGODÃO (I)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão.*

Lei n.º 1.994 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

# CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO (V)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 300.000,00, para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.*

Lei n.º 2.050 — de 28 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

**CONGRESSO ODONTOLÓGICO (1.º)**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com o 1.º Congresso Odontológico, realizado em julho de 1952, na cidade do Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.549 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**CONGRESSO SULAMERICANO DE ANESTESIOLOGIA (2.º)**

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com a realização, nesta Capital, do 1.º Congresso Brasileiro e 2.º Sulamericano de Anestesiologia.*

Decreto n.º 34.643 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**CONSELHEIRO COMERCIAL**

*Cria cargos de diplomacia, restabelece com o título de Ministros para Assunto Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.060 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA**

*Dispõe sobre a transformação, em mensalistas, de extranumerários-contratados do Conselho Nacional de Economia, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.768 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

**CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO**

*Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro-Sociedade Anônima e dá outras providências.*

Lei n.º 2.004 — de 3 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional do Petróleo da Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.723 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

Abertura de crédito:

Ver: — *Crédito Especial.*

**CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS**

*Dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

Decreto n.º 34.791 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

**CONSIGNAÇÕES EM FOLHA**

*Concede autorização ao Instituto de Resseguros do Brasil para utilizar-se da garantia de consignação em folha.*

Decreto n.º 34.679 — de 24 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## CONSTRUTORA RICHARD DE BLOCK

Decreto-Legislativo n.º 78 — de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## CONSULADOS

*Cria o Consulado honorário do Brasil em Lourenço Marques, Moçambique.*

Decreto n.º 34.209 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1953.

*— Eleva o Consulado do Brasil em Hong-Kong à categoria de Consulado Geral.*

Decreto n.º 34.254 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1953.

*— Eleva o Consulado do Brasil, em Vigo, à categoria de Consulado Geral.*

Decreto n.º 34.329 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Medellín, Colômbia.*

Decreto n.º 34.621 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Federación, Provincia de Entre Rios, República Argentina.*

Decreto n.º 34.725 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

## CONSULTOR JURÍDICO

*Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

## CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

*Dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Antônio Joaquim da Costa, Zelador da Casa Rui Barbosa.*

Lei n.º 2.108 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

## CONTRATOS

Decreto-Legislativo n.º 70 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Decreto-Legislativo n.º 72 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Decreto Legislativo n.º 74 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Decreto-Legislativo n.º 78 — de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 79 — de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 80 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 84 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 85 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 86 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**CONTRATOS**

— Decreto-legislativo n.º 87 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 24 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 88 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 90 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 91 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 96 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 97 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

**CONVENÇÕES**

Decreto-legislativo n.º 71 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Direito do Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, concluída em Washington, a 22 de junho de 1946, por parte do Haiti e da Argentina.*

Decreto n.º 34.726 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**CONVÊNIOS**

— Decreto-legislativo n.º 95 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

**COOPERATIVAS**

*Concede autorização para a constituição da "Cooperativa de Crédito de Uberlândia Limitada", com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.824 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Concede autorização para a constituição da "Cooperativa Mista de Crédito e Construção de Casa Própria Paulista", com sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.231 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**CORPO DE ENGENHARIA E TÉCNICOS NAVAIS**

*Dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais.*

Lei n.º 2.138 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

**CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA AERONÁUTICA**

*Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto número 8.401, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n.º 34.493 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio da Silva Pessoa e dá outras providências.*

Lei n.º 1.992 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegado do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas.*

Lei n.º 1.993 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão.*

Lei n.º 1.994 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Trigo.*

Lei n.º 1.995 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

Retificada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os "déficits" orçamentário da Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Lei n.º 1.996 — de 30 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — o crédito especial até a importância de Cr\$ 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

Lei n.º 1.997 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ .... 100.000,00, para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará.*

Lei n.º 2.002 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Concede durante cinco anos, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00 ao Instituto Butantã, em São Paulo capital do Estado do mesmo nome, e a, de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.003 — de 2 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 523.510,50, para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n.º 2.007 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 424.573,90, para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n.º 2.008 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ .... 677.892,30, para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n.º 2.009 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacáu, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e a abrir o crédito especial de Cr\$ ..... 10.000.000,00.

Lei n.º 2.011 — de 7 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 27.899,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores de comissões examinadoras.

Lei n.º 2.012 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 30.000,00, para atender ao pagamento de salário-família.

Lei n.º 2.013 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Cria na Justiça do Trabalho a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Lei n.º 2.020 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 200.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Lei n.º 2.022 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar, respectivamente, a construção da sede do Museu de Arte Moderna, do Teatro Castro Alves, da Escola de Belas Artes de Pelotas e do Museu Mariano Procópio.

Lei n.º 2.023 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.

Lei n.º 2.028 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 700.000,00, para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lei n.º 2.040 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 11.120,00, para pagamento de gratificação de representação aos juizes e escrivães eleitorais do Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 2.041 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.



## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 19.000.000,00, para pagamento do abono de emergência do pessoal dos serviços executados em regime de acordos.

Lei n.º 2.042 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00 (dez milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado ao Serviço Nacional de Malária.

Lei n.º 2.047 — de 26 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.

Lei n.º 2.050 — de 28 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.442,30, para atender aos pagamentos de descontos efetuados e de diferenças de salários a servidores daquele Ministério.

Lei n.º 2.052 — de 29 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.480,00, para pagamento aos aposentados da Administração do Território do Amapá.

Lei n.º 2.053 — de 29 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Revigora a Lei n.º 1.486, de 6 de dezembro de 1951, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.

Lei n.º 2.054 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.960,00, para pagamento de gratificação a Francisco Bernardo de Sousa.

Lei n.º 2.055 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre o dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil.

Lei n.º 2.057 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.469,00, para pagamento do abono de Natal aos Primeiros Tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lei n.º 2.062 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00 para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Lei n.º 2.069 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários.

Lei n.º 2.070 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 7.590,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor João de Lamare São Paulo.

Lei n.º 2.071 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento do auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo.

Lei n.º 2.072 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento da parte da contribuição do Governo Federal à Caixa de Crédito da Pesca, para constituição do seu capital.

Lei n.º 2.075 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$.. 600.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização, no Brasil, de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural.

Lei n.º 2.079 — de 10 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do cinquentenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Lei n.º 2.080 — de 10 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 300.000,00, para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia.

Lei n.º 2.081 — de 11 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 238.272,10, para pagamento de gratificação aos servidores daquele Ministério.

Lei n.º 2.082 — de 11 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir à Comissão do Vale do São Francisco o crédito especial de Cr\$.. 15.000,00 para pagamento de salário-família.

Lei n. 2.083 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.300,00 para ressarcimento das despesas efetuadas por Armando de Oliveira Fernandes, Ary Nascimento Cordeiro e Mozart Carneiro da Cunha, quando componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das empresas do Grupo Light.

Lei n.º 2.090 — de .... de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 100.000,00, para auxiliar a realização do 2.º Congresso Nacional de Anatomia e Ciências Afins.

Lei n.º 2.096 — de 19 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar o término da construção e equipamento do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula.

Lei n.º 2.097 — de 19 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 385.000,00 para pagamento do acréscimo de vencimentos concedidos aos Ministros Rubem Machado da Rosa e Antônio Cesário de Faria Alvim Filho.

Lei n.º 2.098 — de 19 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 21.888,00, para pagamento de gratificação ao médico Francisco Vitorino de Luna.

Lei n.º 2.099 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 142.616,50, para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco.

Lei n.º 2.100 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.284.140,00, para pagamento de gratificações militares ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lei n.º 2.101 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 401.240,20, para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Lei n.º 2.102 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 128.508,10, destinado ao pagamento de trabalhos executados pelo Departamento de Imprensa Nacional para o Comissão do Vale do São Francisco.

Lei n.º 2.103 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para subvencionar a Estrada de Ferro Leopoldina, no exercício de 1953.*

Lei n.º 2.105 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas.*

Lei n.º 2.109 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.756.974,31, para pagamento de gratificação de representação ao pessoal da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do mesmo Ministério.*

Lei n.º 2.113 — de 26 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 840.000,00, para pagamento de despesas de vestuário, uniforme e equipamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Lei n.º 2.114 — de 26 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 15.101,70, para pagamento de vencimentos a suplentes de Juizes Presidentes de Junta e Suplentes de Juizes classistas.*

Lei n.º 2.117 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 14.186,40, para pagamento de gratificação de representação aos vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.*

Lei n.º 2.118 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— *Autoriza abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos suplementar de Cr\$ 1.922.131,80, em reforço à verba 1 do Anexo 26 do Orçamento da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952); e especial de Cr\$ 2.218.192,20, para pagamento da gratificação adicional aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Lei n.º 2.122 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— *Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especial de Cr\$ 463.319,40, e suplementar de Cr\$ 661.236,90, para os fins que mencionam.*

Lei n.º 2.124 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

Retificada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana.*

Lei n.º 2.125 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari.

Lei n.º 2.126 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério à professora Danusia de Menezes Brandão Aires.

Lei n.º 2.131 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para criação de um monumento a Joaquim Pedro Salgado Filho.

Lei n.º 2.137 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 destinado ao combate do câncer em todo o país.

Lei n.º 2.143 — de 26 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.508.289,30, para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization C.º para aquele Ministério.

Lei n.º 2.150 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de Cr\$ 1.250.250,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n.º 33.925 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos, o crédito especial de Cr\$ 1.147.750,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 33.928 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 33.929 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com os festejos comemorativos do III Centenário da Restauração Pernambucana.

Decreto n.º 33.930 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.079 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30, para pagamento de gratificação a Assad Mameri Abdenur, médico, classe L, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 34.123 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ..... Cr\$ 29.500.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.151 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Abre crédito especial para o fim que indica.

Decreto n.º 34.191 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com o II Congresso Latino-Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia.

Decreto n.º 34.193 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.216,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.223 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Abre crédito especial para o fim que indica.

Decreto n.º 34.290 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.333 — de 22 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ ... 231.350.000,00, destinado a atender aos encargos da industrialização do xisto betuminoso no vale do rio Paraíba, à retomada dos estudos das jazidas de xisto de Maratá e as obras de ampliação da Refinaria de Mataripe.

Decreto n.º 34.431 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1953.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito de Cr\$ 2.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.432 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1953.

— Abre, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 384.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras do aterro do porto de Casa Nova no Estado da Bahia.

Decreto n.º 34.450 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira, no exercício de 1952.

Decreto n.º 34.481 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 60.177,20, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.484 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.537 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 240.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.538 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 333.544,30, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.547 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.548 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com o 1.º Congresso Odontológico, realizado em julho de 1952, na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n.º 34.549 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com um monumento a Rui Barbosa, na Capital da República.

Decreto n.º 34.563 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 100.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.579 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os "deficits" orçamentários da Fundação Abrigo Cristo Redentor.

Decreto n.º 34.581 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.593 — de 14 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 200.000,00, para auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

Decreto n.º 34.641 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Nortista de Tisiologia, a reunir-se em fins do mês de junho de 1953, na cidade de Manaus Capital do Estado do Amazonas.

Decreto n.º 34.642 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com a realização, nesta Capital, do 1.º Congresso Brasileiro e 2.º Sulamericano de Anestesiologia.

Decreto n.º 34.643 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. 11.600,00, para atender às despesas com o pagamento da diferença de vencimentos a Alvaro Osório de Almeida, falecido Professor Catedrático, padrão O, em disponibilidade, da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil.

Decreto n.º 34.644 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 72.420,00, para atender às despesas de vencimentos correspondente aos exercícios de 1946, 1947 e 1948, a Cirio Romano Farina, Professor Catedrático do Colégio Pedro II — Externato, em disponibilidade.

Decreto n.º 34.645 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. 35.593,30, para atender às despesas com o pagamento ao Doutor Francisco Eugênio Coutinho, como Assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade.

Decreto n.º 34.646 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.648 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ ..... 955.000.000,00, destinado a atender ao custeio de despesas com a execução do Plano do Carvão Nacional.

Decreto n.º 34.716 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre crédito especial para o fim que indica.

Decreto n.º 34.718 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— Abre o crédito especial de Cr\$. 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), para atender a despesas de natureza urgente, com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão.

Decreto n.º 34.731 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.

Decreto n.º 34.741 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 85.490,20 para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.743 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.

Decreto n.º 34.757 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 10.072.260,00, para o fim especificado.

Decreto n.º 34.767 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.



# CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 13.127.435,40, a ser aplicado em favor da Universidade do Brasil.

Decreto n.º 34.772 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar municípios catarinenses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes.

Decreto n.º 34.774 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para pagamento, no atual exercício financeiro, de subvenções anuais às Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas, Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 34.775 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.776 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 32.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.785 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.813 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

# CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n.º 34.814 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

— Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 385.000,00 para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.817 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 233.639,80, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.818 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.348.642,80, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.829 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.830 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

— Abre crédito especial para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.831 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 36.892.748,30, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.836 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 24.500.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.875 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.876 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.877 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.878 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 113.200,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.879 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 40.073,30, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.880 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de Cr\$ 7.300.000,00, para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil.*

Decreto n.º 34.881 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.883 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.300.000,00, em reforço a Verba 1 — Pessoal, Anexo n.º 2 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).*

Lei n.º 2.030 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00, para pagamento de sentenças judiciais.*

Lei n.º 2.049 — de 28 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00 em reforço a Verba 4, Consignação 3, Subconsignação 06, do Anexo n.º 25 do Orçamento Geral da União para o exercício de 1953.*

Lei n.º 2.051 — de 29 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Cria cargos de diplomata, restabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

Lei n.º 2.060 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Autoriza abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos suplementar de Cr\$ 1.922.131,80, em reforço à verba 1 do Anexo 26 do Orçamento da União (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952); e especial de Cr\$ 2.218.192,20, para pagamento da gratificação adicional aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Lei n.º 2.122 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementar de Cr\$ 87.996.314,00 e especial de Cr\$ .... 339.340.892,10, destinados, no corrente exercício, às despesas com o pagamento da gratificação adicional prevista no art. 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Lei n.º 2.144 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 760.000,00 em reforço da Verba 3-Serviços e Encargos, do Anexo n.º 19 do vigente, Orçamento Geral da República (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).

Lei n.º 2.151 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Abre, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.300.030,00, em reforço à Verba 1 — Pessoal, Anexo 2, do vigente Orçamento.

Decreto n.º 34.439 — de 30 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1953.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos suplementares que especifica, na importância total de Cr\$ 20.000.000,00.

Decreto n.º 34.699 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.752 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 para pagamento decorrente de Sentenças Judiciais.

Decreto n.º 34.773 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito complementar de Cr\$ 120.809.889,00, à Verba 3-3-53-02-2-4-2.

Decreto n.º 34.874 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1953.

## CRIAÇÃO DE CARGOS

Ver o órgão em que foram criados.

## CRIAÇÃO DE FUNÇÕES

Ver o Ministério em que foram criadas.

**CRISTAL DE ROCHA**

*Autoriza a empresa de mineração J. Rabelo S. A. a pesquisar minério de ferro, cristal de rocha e associados no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.989 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**CRUZ VERMELHA BRASILEIRA**

*Faz doação de imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte.*

Lei n.º 2.111 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

**CURSOS**

Ver: *Faculdades.*

**D****DATILOSCOPISTA**

*Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n.º 34.117 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**DATILOSCOPISTA-AUXILIAR**

*Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n.º 34.117 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**DEDUÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA**

Ver: *Imposto de Renda.*

**DELEGAÇÃO DO BRASIL EM GENEVRA**

*Dispõe sobre a criação da Delegação do Brasil em Genebra.*

Decreto n.º 34.208 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1953.

**DELEGACIAS DO TRABALHO MARÍTIMO**

*Expede normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo e que deverão ser incluídas nas futuras regulamentações do exercício da profissão de conferente de carga e descarga baixadas nos termos da Lei n.º 1.561, de 21 de fevereiro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.453 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**DELEGADO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

*Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Conta junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas.*

Lei n.º 1.993 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Altera o Regimento do D.A.S.P.*

Decreto n.º 34.827 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**Abertura de crédito:**

Ver: *Crédito especial.*

**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais, a construir uma linha de transmissão de Diamantina a São João da Chapada — Campos Sampaio, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.826 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

*Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegação do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas.*

Lei n.º 1.993 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

Decreto-legislativo n.º 76 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 78 — de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 79 — de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 91 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 96 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 97 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

— Decreto-legislativo n.º 97 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.017 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.018 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — três séries de selos postais, sendo uma comemorativa do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e duas, respectivamente, simbolizando tipos de embarcação e reproduzindo a efígie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cochrane, Marcellino Dias e Almirante Tamandaré.*

Lei n.º 2.141 — de 19 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS**

Decreto-legislativo n.º 84 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

*Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 34.078 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO**

**Abertura de crédito:**

*Ver: Crédito Especial.*

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessárias à construção do açude público Araras, no município de Santa Cruz do Norte, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 34.433 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, terrenos necessários à construção do açude público "Congo", no município de São João do Cariri, no Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 34.756 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Jatobá", no município de Patos, no Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 34.777 — de 12 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público General Sampaio, no município de Canindé, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 34.825 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Estreito do Rio Verde Pequeno, no município de Espinosa, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.838 — de 23 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO**

*Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a adquirir uma faixa de terreno de propriedade do Sr. Amaro José de Almeida.*

Decreto n.º 34.778 — de 12 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

*— Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a adquirir imóvel de propriedade do espólio de José Laves Dias.*

Decreto n.º 34.823 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

**DEPUTADOS**

*Fixa o número de Deputados para a próxima Legislatura.*

Lei n.º 2.140 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública imóveis destinados ao Centro Médico do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.649 — de 25 de agosto de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, novas áreas imprescindíveis à construção de duas variantes do ramal do sistema de oleodutos de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n.º 34.055 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ..... Cr\$ 29.500.000,00, para o fim que especifica*

Decreto n.º 34.151 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 34.212 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 34.331 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Retifica o artigo 1.º, alínea 2, do Decreto de número 33.435, de 4 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.389 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Araras, no município de Santa Cruz, do Norte, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 34.433 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na Ilha do Governador, Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.459 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para o fim de desapropriação, os prédios que menciona.*

Decreto n.º 34.578 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras, que serão inundadas com a ampliação da barragem da usina "Carioca", e autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. de Pará de Minas, a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 34.637 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área que menciona.*

Decreto n.º 34.665 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**DESAPROPRIAÇÕES**

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terrenos necessários à construção do açude público "Congo", no município de São João do Cariri, no Estado da Paraíba.

Decreto n.º 34.756 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Jatobá", no município de Patos, no Estado da Paraíba.

Decreto n.º 34.777 — de 12 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em favor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de terras situadas no Município de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 34.780 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, área pertencente aos herdeiros de João Evangelista Vieira.

Decreto n.º 34.792 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público General Sampaio, no município de Canindé, no Estado do Ceará.

Decreto n.º 34.825 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**DESAPROPRIAÇÕES**

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos necessários às instalações da Central Elétrica de Correntina, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 34.835 — de 23 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Estreito do Rio Verde Pequeno, no município de Espinosa, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.838 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**DESEMBARGADORES**

Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Lei n.º 2.067 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**DESTACAMENTO DE BASE AÉREA DE MANAUS**

Cria, na 1.ª Zona Aérea, o Destacamento de Base Aérea de Manaus.

Decreto n.º 34.761 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

**DIA DO COMERCIANTE**

Institui o "Dia do Comerciante"

Lei n.º 2.048 — de 26 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.



## DIAMANTE

*Autoriza a empresa de mineração Minas de Serrinha Ltda. a pesquisar diamante, ouro aluvionar e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.977 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sylvestre Souza a pesquisar diamantes e associados, no município de Lençóis, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 33.978 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Fernandes de Oliveira a pesquisar diamantes no município de Barra dos Bugres, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 34.001 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Fernandes de Oliveira a pesquisar diamantes no município de Barra dos Bugres, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 34.002 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sylvestre Souza a pesquisar diamantes e associados, no município de Andaraí, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.101 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## DIÁRIAS

*Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950, que regulamenta a concessão de auxílio para transporte, ajuda de custo e diárias para funcionários diplomáticos e consulares.*

Decreto n.º 34.784 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

## DIÁRIAS PARA VIAGEM

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 3.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## DIFERENÇA DE CAIXA

*Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## DIOGO & COMPANHIA LIMITADA

*Concede à firma comercial "Diogo & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 34.585 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## DIPLOMATA

*Cria cargos de diplomata, restabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.063 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Cria cargos na carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.139 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

**DIPLOMATATA**

— Dispõe sobre promoção às classes "M" e "L" da carreira de Diplomata.

Decreto n.º 34.755 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950, que regulamenta a concessão de auxílio para transporte, ajuda de custo e diárias para funcionários diplomáticos e consulares.

Decreto n.º 34.784 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

— Aprova as tabelas de gratificação de representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.

Decreto n.º 34.815 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

**DIREITO DO AUTOR EM OBRAS LITERÁRIAS, CIENTÍFICAS E ARTÍSTICAS**

Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Direito do Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, concluída em Washington, a 22 de junho de 1946, por parte do Haiti e da Argentina.

Decreto n.º 34.726 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**DIRETOR DE ENGENHARIA**

Substitui a função de "Chefe do Escalão Territorial da Terceira Região Militar".

Decreto n.º 34.210 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**DISTINTIVOS**

Cria o Distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.

Decreto n.º 34.789 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR**

Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 34.073 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**DOAÇÕES**

Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Formiga, Estado de Minas Gerais, imóvel pertencente à União.

Lei n.º 2.043 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— Autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 2.091 — de 14 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Faz doação de imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte.

Lei n.º 2.111 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— Autoriza a União a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, o lote de terras ns. 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69, setor Central de Goiânia.

Lei n.º 2.129 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

## DOAÇÕES

— Autoriza o Ministério da Agricultura a aceitar doação de terrenos em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Decreto n.º 34.054 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Londrina, Estado do Paraná.

Decreto n.º 34.094 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 34.130 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Lajes, no Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 34.334 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 34.582 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Ceará.

Decreto n.º 34.583 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 34.594 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.669 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.703 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Conceição de Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.704 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um imóvel situado no Município de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.751 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terras de propriedade da Prefeitura Municipal de Correntina e da Diocese da Barra, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 34.834 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Sertãozinho, no Estado do Paraná.

Decreto n.º 34.883 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

# DOCUMENTOS COMPROBATORIOS DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR

*Dispõe sobre os documentos comprobatórios de quitação com o Serviço Militar.*

Decreto n.º 34.380 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1953.

## DOLOMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Vieira a pesquisar taico, dolomita, serpentina e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.569 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Lolli a lavar dolomita e associados no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.797 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otávio dos Santos Castro a pesquisar dolomita, mármore e associados, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.800 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Carneiro Antunes a pesquisar dolomita no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.802 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## E

### E. JOHNSTON DE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

*Concede nacionalização à sociedade anônima "E. Johnston & Company Limited", sob a denominação de "Companhia Johnston de Administração e Participações".*

Decreto n.º 34.584 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

### E. RENNER & CIA. LTDA.

*Autoriza E. Renner & Cia. Ltda., a lavar caulim, no município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 33.983 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

### EBERHARDT & BISCHOFF

*Autoriza a firma Eberhardt & Bischoff a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 28.144 — de 22 de maio de 1950.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## ECONOMISTA

*Extingue cargos excedentes.*

(M.T.I.C. — Q.P.)

Decreto n.º 34.053 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

### ELETRO QUÍMICA BRASILEIRA S. A.

*Declara sem efeito o Decreto número 39.868, de 15 de maio de 1952.*

Decreto n.º 34.096 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

# EMBAIXADAS

*Cria uma embaixada junto ao Governo da Republica da Indonésia.*

Decreto n.º 33.933 — de 26 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

# EMISSORAS UNIDAS (RADIO RECORD S. A.)

*Concede isenção de direitos de importação, para uma estação transmissora, destinada às "Emissoras Unidas" (Radio Record S. A.), de São Paulo.*

Lei n.º 2.031 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

# EMPRESA BRASILEIRA DE CRÔMO LTDA.

*Autoriza a Empresa Brasileira de Crômo Ltda. a pesquisar manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.326 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Crômo Ltda. a pesquisar manganês e associados no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.801 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

# EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA.

*Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 34.218 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

# EMPRESA DE AGUAS MINERAIS CUBATÃO LTDA.

*Retifica o Decreto n.º 32.868, de 26 de maio de 1953.*

Decreto n.º 33.965 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

# EMPRESA DE ARMAZENS FRIGORÍFICOS

Decreto-legislativo n.º 90 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# EMPRESA DE CAULIM LTDA.

*Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a lavar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.003 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

# EMPRESA DE ELETRICIDADE DIVINÓPOLIS - CAJURU S. A.

*Autoriza a Empresa de Eletricidade Divinópolis — Cajuru S. A. a construir uma linha de transmissão entre a usina do Gafanhoto e a cidade de Divinópolis, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.651 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

# EMPRESA ELÉTRICA DE LONDRINA S. A.

*Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a construir uma linha de transmissão entre Londrina e Araponga.*

Decreto n.º 34.154 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

**EMPRESA ELÉTRICA DO MONGAGUA S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Empresa Elétrica do Mongaguá S. A.*

Decreto n.º 34.636 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**EMPRESA INDUSTRIAL GÊSSO MOSSORÓ LIMITADA**

*Autoriza a Empresa Industrial Gêssso Mossoró Limitada a pesquisar gêsso no município de Missão Velha, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 34.693 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA CABO VERDE**

*Amplia a zona de concessão da Empresa Luz e Força Cabo Verde.*

Decreto n.º 34.636 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA ITABAPOANA LTDA.**

*Transfere à Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda. a concessão outorgada à firma Empresa Luz e Força Itabapoana.*

Decreto n.º 34.383 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA**

*Autoriza a Empresa de Luz e Força Santa Maria a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 34.465 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**EMPRESA SUL MINEIRA DE LUZ E FORÇA**

*Amplia a zona de concessão da Empresa Luz e Força Cabo Verde.*

Decreto n.º 34.636 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO**

*Suprime o parágrafo 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

*— Altera a tabela de salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao Patrimônio Nacional, aprovada pelo Decreto número 33.515, de 11 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.500 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**EMPRESTIMOS**

*Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

*— Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a contratar empréstimo em dólares no exterior e a efetuar financiamento em cruzeiros para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.449 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

*— Concede autorização ao Instituto de Resseguros do Brasil para utilizar-se da garantia de consignação em jóia.*

Decreto n.º 34.679 — de 24 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

## ENCARGOS DE FAMÍLIA

*Dispõe sobre os encargos de família que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda.*

Lei n.º 2.136 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

Decreto-legislativo n.º 73 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a assinar com os Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais um convênio para aproveitamento de potenciais hidráulicos.*

Lei n.º 2.045 — de 23 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de tributos a Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, para importação de material destinado à construção de uma usina hidroelétrica.*

Lei n.º 2.046 — de 26 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de todos os tributos que incidam sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidroelétrica de Rochado.*

Lei n.º 2.121 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a firma Eberhardt & Bischoff a ampliar suas instalações*

Decreto n.º 28.144 — de 22 de maio de 1950.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de General Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, a instalar uma usina termo-elétrica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 30.740 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 1 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a construção de uma barragem no rio Pará.*

Decreto n.º 31.938 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Usina Fôrça e Luz Esperança a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n.º 32.099 — de 15 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Iporá, Estado de Goiás, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de desniveis existentes nos rios Tamandará e Santo Antônio, situados em seu território.*

Decreto n.º 33.400 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Empresa de Eletricidade Divinópolis - Cajuru S. A. a construir uma linha de transmissão entre a usina do Gafanhoto e a cidade de Divinópolis, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.651 — de 25 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão de Diamantina a São João da Chapada - Campos Sampaio, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.826 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Transfere a José Maria da Fonseca concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto Juatuba, existente no rio Mateus Leme, distrito de Juatuba, município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.877 — de 24 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Outorga a Madeireira e Colonização São Roque Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio dos Pardos, município de Pôrto União, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.912 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Outorga à Companhia Força e Luz do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio Arraial, entre os municípios de São José dos Pinhais, Morrêtes e Guaratuba, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 33.913 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Transfere para a Companhia Luz e Força de Mococa a concessão para distribuir energia elétrica no município de Arceburgo, atualmente a cargo da Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.949 — de 29 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a instalar um grupo diesel elétrico, na Usina de Pararua, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.045 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder aos estudos para o aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis situados nos municípios de Antônio Dias, São Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.046 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Outorga à Companhia de Electricidade do Alto Rio Doce concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do Salto Grande existente no rio Santo Antonio, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.052 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o funcionamento da usina termo-elétrica existente na Vila de Arroio dos Ratos, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.124 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o funcionamento da usina termoeletrica, na Vila de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo da Companhia Carbonífera Minas de Butiá.*

Decreto n.º 34.125 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a construir uma linha de transmissão entre Londrina e Arapongas.*

Decreto n.º 34.154 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.



## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Companhia Hidro-Elétrica do Rio São Luiz concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio São Luiz, município de Manhuçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.213 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

— *Outorga a Henrique Nunes Coutinho concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Taboas, município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 34.279 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a executar serviços ao seu sistema de energia elétrica, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.280 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Autoriza Nadir Figueiredo, Indústria e Comércio, S. A., a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n.º 34.288 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço Rio Grandino de Eletricidade a ampliar suas instalações termo-elétricas no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.322 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— *Transfere à Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda., a concessão outorgada à firma Empresa Luz e Força Itabapoana.*

Decreto n.º 34.383 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere a Edson Amural e outros a concessão outorgada pelo Decreto de número 13.496, de 24 de setembro de 1943, à firma Amural & Companhia.*

Decreto n.º 34.384 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Outorga à Indústria Pasta Mecânica e Fécula Ltda. concessão para uso exclusivo do aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto Grande, existente no Rio Correntes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 34.385 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Indústrias Linheiras S. A. a instalar uma usina termoeletrônica na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 34.386 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Retifica o art. 1.º, alínea 2, do Decreto de n.º 33.465, de 4 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.389 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do trecho do Rio Ribeira, compreendido entre as cidades de Cerro Azul, no Estado do Paraná e Registro, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.448 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Empresa de Luz e Força Santa Maria a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 34.465 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Outorga a Moisés Redondo Lopes concessão para produzir e distribuir energia elétrica, em São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.*

Decreto n.º 34.536 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Amplia a zona de concessão da Empresa Luz e Força Cabo Verde.*

Decreto n.º 34.636 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Outorga a Hamleto Magnavacca concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Frágosa, no ribeirão Sarzedo, município de Be. V. A., Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.652 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Empresa Elétrica do Mongaguá S. A.*

Decreto n.º 34.656 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1953.

— *Transfere à Companhia Hidroelétrica Paranapanema a concessão para produção e distribuição de energia elétrica ao município de Angatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.683 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 34.746 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.793 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1953.

## ENERGIA HIDRAULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

## ENGENHEIRO

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.I. — P.S.).

Decreto n.º 34.361 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

## "ENO" - SCOTT &amp; BOWNN, INC. OF BRAZIL

*Concede à sociedade anônima "ENO" - Scott & Bown, Inc. of Brazil, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.842 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1953.

## ENSINO

*Considera válido o curso realizado pelos professores normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.107 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## ENSINO

— *Regulamenta a Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953.*

Decreto n.º 34.330 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— *Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.*

Decreto n.º 34.638 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Estabelece referência de limites de idade para matrícula nos diversos cursos e estabelecimentos de ensino do Exército.*

Decreto n.º 34.760 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

## ENTIDADES DESPORTIVAS

— *Concede auxílio a entidades desportivas.*

Decreto n.º 34.595 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## EPITÁCIO DA SILVA PESSOA (Dr.)

— *Autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio da Silva Pessoa, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.992 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## ESCOLAS

Decreto-legislativo n.º 72 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 95 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

## ESCOLAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de ... Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ ..... 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar, respectivamente, a construção da sede do Museu de Arte Moderna, do Teatro Castro Alves, da Escola de Belas Artes de Pelotas e do Museu Mariano Procópio.*

Lei n.º 2.023 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— *Inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União.*

Lei n.º 2.044 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Cria a Escola de Agronomia de Manaus, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.128 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— *Extingue a Escola Técnica de Aviação e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.095 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 34.331 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Concede equiparação à Escola Industrial de Casa Branca, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.461 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1953.

**ESCOLAS**

— *Concede reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem de Recife.*

Decreto n.º 34.539 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Aprova projeto e orçamento para construção de um prédio de alvenaria destinado à Escola Profissional da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na Estação de Três Lagoas, em Mato Grosso.*

Decreto n.º 34.550 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Cria o Estandarte da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.622 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— *Cria o Distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n.º 34.789 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, área pertencente aos herdeiros de João Evangelista Vieira.*

Decreto n.º 34.792 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 30.693, de 1 de abril de 1952.*

Decreto n.º 34.844 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**ESCRITURA**

Decreto-legislativo n.º 90 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**ESCRITURARIO**

*Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.)

Decreto n.º 34.117 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Suprime cargos extintos*

(M.T.I.C. — Q.S.)

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**ESCUDO DE ARMAS**

*Cria o escudo de armas e o estandarte para os Centros de Instrução Militar da Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.623 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

**ESPORTES UNIVERSITARIOS (3.ª SEMANA INTERNACIONAL)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para custear as despesas com a participação do Brasil na Terceira Semana Internacional de Esportes Universitários.*

Lei n.º 2.070 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**ESSO STANDARD DO BRASIL INC.**

*Concede à sociedade anônima "Esso Standard do Brasil Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 33.814 — de 11 de setembro de 1953.

Retificado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## ESTADO DO AMAZONAS

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 25.053.584,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.

Decreto n.º 34.741 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

## ESTADO DA BAHIA

*Autoriza o Poder Executivo a assinar com os Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais um convênio para aproveitamento de potências hidráulicas.*

Lei n.º 2.045 — de 23 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decreto-legislativo n.º 77 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1953.

## ESTADO DE GOIÁS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — o crédito especial até a importância de Cr\$ ..... 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

Lei n.º 1.997 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

*— Concede isenção de todos os tributos que incidam sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidrelétrica de Rochado.*

Lei n.º 2.121 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

## ESTADO DE MATO GROSSO

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 34.582 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Decreto-legislativo n.º 70 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 89 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

*— Concede ao Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusivas da previdência social, para os materiais importados pela Rádio Inconfidência, que especifica.*

Lei n.º 2.016 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

*— Autoriza o Poder Executivo a assinar com os Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais um convênio para aproveitamento de potências hidráulicas.*

Lei n.º 2.045 — de 23 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*— Autoriza a construção de uma barragem no rio Pará.*

Decreto n.º 31.933 — de 13 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

*— Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão de Diamantina a São João da Chapada - Campos Sampaio, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.826 — de 14 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

— Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar água mineral no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.105 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**ESTADO DO PARÁ**

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.055.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas.

Decreto n.º 34.741 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, desde suas nascentes até saírem da faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do curso d'água Salso, Morunda e Moimão, respectivamente, nos trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 34.486 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, desde suas nascentes até saírem da faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do curso São Sepé.

Decreto n.º 34.488 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1953.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.648 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,30, para o fim que menciona.

Decreto n.º 34.752 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

**ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS**

Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado-Maior das Forças Armadas.

Lei n.º 1.993 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— Altera o n.º 9 do Regulamento para o Estado Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 26.607, de 27 de abril de 1949.

Decreto n.º 34.499 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**ESTANDARTES**

Cria o Estandarte da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto n.º 34.622 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— Cria o escudo de armas e o estandarte para os Centros de Instrução Militar da Aeronáutica.

Decreto n.º 34.623 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

**ESTANHO**

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a lavrar calcário e minérios de tungstênio, estanho e ferro, nos municípios de Sorocaba e Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 34.102 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

# **ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

*Regulamenta o artigo 232, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, no que respeita aos extranumerários da União, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.395 — de 30 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 outubro de 1953.

# **ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

— *Dispõe sobre o acesso às carreiras principais, previsto no artigo 255, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.783 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

# **ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951, e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

# **ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

# **ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL**

*Aprova projeto e orçamento para aumento da cobertura do abrigo de carros de São Diogo e respectivas valas, da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

Decreto n.º 34.826 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

# **ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951, e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.776 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO DONA TE-  
REZA CRISTINA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — o crédito especial até a importância de ..... Cr\$ 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

Lei n.º 1.997 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 33.929 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 240.000.000,00, para subvencionar a Estrada de Ferro Leopoldina, no exercício de 1952.*

Lei n.º 2.105 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO MADEIRA-  
MAMORÉ**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**ESTRADA DE FERRO NOROESTE  
DO BRASIL**

*Aprova projeto e orçamento para construção de um prédio de vivenda destinado à Escola Profissional da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na Estação de Três Lagoas, em Mato Grosso.*

Decreto n.º 34.550 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Aprova projetos e orçamentos para a execução de obras no trecho Montevidéu-Lins, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n.º 34.745 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.



## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

— *Regulamenta o acesso ao Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, a que se referem a Lei n.º 1.636, de 11 de julho de 1952, e o art. 1.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950.*

Decreto n.º 34.824 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Substitui as Tabelas Numéricas Ordinárias e Suplementar de Mensalistas e dispõe sobre a Tabela Especial de Mensalistas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das outras providências.*

Decreto n.º 34.837 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

## ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORREIA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, novas áreas imprescindíveis à construção de duas variantes do ramal do sistema de oleodutos de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n.º 34.055 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a contratar empréstimo em dólares no exterior e a efetuar financiamento em cruzeiros para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.449 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

## ESTRADA DE FERRO SÃO LUIS-TERESINA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## EXÉRCITO

*Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelandia.*

Lei n.º 2.116 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Denomina "Forte Tamandaré" o atual Forte da Lage.*

Decreto n.º 34.152 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Dá nova redação ao parágrafo 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.211 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**EXÉRCITO**

— *Dispõe sobre os documentos comprobatórios de quitação com o Serviço Militar.*

Decreto n.º 34.380 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1953.

— *Altera a redação do parágrafo único do artigo 13, do Regulamento para a Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n.º 34.458 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Altera o n.º 9, do Regulamento para o Estado Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 26.607, de 27 de abril de 1949.*

Decreto n.º 34.493 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Dá nova redação ao artigo 5.º do Decreto n.º 28.966, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n.º 34.759 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— *Estabelece referência de limites de idade para matrícula nos diversos cursos e estabelecimentos de ensino do Exército.*

Decreto n.º 34.760 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— *Cria o Distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n.º 34.789 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**EXÉRCITO**

— *Dá nova redação ao § 1.º do artigo 1.º, do Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.790 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**EXTRANUMERÁRIOS**

Decreto-legislativo n.º 86 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 87 — de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 83 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana para o serviço da União, como extranumerários.*

Lei n.º 1.998 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Regulamenta o art. 252, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, no que respeita aos extranumerários da União, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.395 — de 28 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

F

FABRICA DE JUIZ DE FORA

*Altera com redução de despesa, a Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Fábrica de Juiz de Fora.*

Decreto n.º 34.047 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

FACULDADES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.003.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.*

Lei n.º 2.028 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

*— Inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.106 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

*— Considera válido o curso realizado pelos professores normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.107 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

FACULDADES

*— Inclui as Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 a cada uma.*

Lei n.º 2.152 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

*— Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.153 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

*— Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.154 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

*— Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n.º 34.192 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento de Cursos.*

Decreto n.º 34.291 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

*— Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto n.º 34.392 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino.*

Decreto n.º 34.393 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Concede reconhecimento ao curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Alagoas.*

Decreto n.º 34.394 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Concede reconhecimento aos cursos de letras anglo-germânicas e didática da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.*

Decreto n.º 34.640 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo-Rei.*

Decreto n.º 34.680 — de 24 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— *Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas Mackenzie.*

Decreto n.º 34.758 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 5.000.000,00, para pagamento no atual exercício financeiro, de subvenções anuais às Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.775 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

## FACULDADES

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de letras neolatinas e didática da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.*

Decreto n.º 34.786 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

— *Concede reconhecimento ao curso de matemática da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.788 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1953.

## FARINHA DE MANDIOCA

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## FARMACEUTICO

*Suprime cargos extintos.*

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## FAZENDA PEDRA BRANCA

*Retifica o Decreto n.º 29.544, de 9 de maio de 1951.*

Decreto n.º 34.228 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

## FACULA DE MANDIOCA

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# FEDERAÇÃO BANDEIRANTES DO FERRO BRASIL

*Declara de utilidade pública a Federação das Bandeirantes do Brasil, com sede nesta Capital Federal.*

Decreto n.º 34.463 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

# FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

*Autoriza a União a doar a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, o lote de terras n.ºs 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69, setor Central de Goiânia.*

Lei n.º 2.129 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

# FEIJÃO

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# FEIRA DA AMÉRICA

*Dispõe sobre o comparecimento do Brasil à Feira da América, a realizar-se em Mendoza, na República Argentina, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.832 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

# FELDSPATO

*Autoriza a Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, mica, águas minerais e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.968 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

*Autoriza a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.804 — de 9 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de outubro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.300, de 22 de fevereiro de 1951.*

Decreto n.º 33.982 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 33.982 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Balbino de Moraes a pesquisar minérios de ferro no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.984 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza a empresa de mineração J. Rabelo S. A. a pesquisar minério de ferro, cristal de rocha e associados no município de Itauna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.989 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a pesquisar minério de ferro, manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.994 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**FERRO**

— *Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a lavar calcário e minérios de tungstênio, estanho e ferro, nos municípios de Sorocaba e Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.102 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul Mourão Guimarães a pesquisar quartzo, minérios de ferro e associações, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.103 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Estephano Epiphany de Souza a pesquisar minério de ferro, no município de Coração de Maria, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.398 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Thibau a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.400 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Miran Monteto de Barros Lutf a lavar minério de ferro no município de Registro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.587 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Thales Pacifico Pecanha a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.654 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**FERRO**

— *Renova o Decreto n.º 27.119, de 31 de agosto de 1949.*

Decreto n.º 34.740 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza Mineral do Brasil Limitada a lavar minério de ferro no município de Betim Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.795 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**FERROVIA BRASIL-BOLÍVIA**

*Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana para o serviço da União, como extranumerários.*

Lei n.º 1.998 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

**FESTA NACIONAL DO TRIGO (III)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Trigo.*

Lei n.º 1.995 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

Retificada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ ..... 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.853 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## FESTIVAL DE CINEMA DO BRASIL (I)

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil.*

Lei n.º 2.057 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## FINANCIAMENTOS

*Altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados de Institutos, Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

Lei n.º 2.089 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre o financiamento das lavouras do café.*

Lei n.º 2.095 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a contratar empréstimo em dólares no exterior e a efetuar financiamento em cruzeiros para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.449 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## FLORESTAS PROTETORAS DE MANANCIAS

*Retifica o Decreto n.º 23.544, de 9 de maio de 1951.*

Decreto n.º 34.228 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— *Declara protetora, de acordo com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica.*

Decreto n.º 34.781 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## FOMENTO DE MARMORE E GRANITOS LIMITADA

*Concede à Fomento de Mármore e Granitos Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.973 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

## FORTE TAMANDARÉ

*Denomina "Forte Tamandaré" o atual Forte da Laje.*

Decreto n.º 34.152 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## FOTÓGRAFO

*Suprime cargos extintos.*

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## FROTA NACIONAL DE PEROLEIROS

*Suprime o parágrafo 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

**FUNCIONAMENTO DE MUSEUS**

Ver: *Museus*.

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**

*Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.436 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Altera a redação da letra b, do artigo 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.779 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— *Dispõe sobre o acesso às carreiras principais, previsto no art. 255, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.783 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Ver a denominação das funções.

**FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os "deficits" orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Lei n.º 1.996 — de 30 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os "deficits" orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Decreto n.º 34.581 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

*Declara de utilidade pública, para o fim de desapropriação, os prédios que menciona.*

Decreto n.º 34.578 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**FUNDAÇÃO PARA O LIVRO DO CEGO NO BRASIL**

*Concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.*

Lei n.º 2.094 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

**FUSÃO DE CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

Ver: *Caixas de Aposentadoria e Pensões*.

**G****GERAIS DE BRIGADA**

*Dá nova redação ao parágrafo 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.211 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

**GERAIS DE BRIGADA DAS ARMAS**

*Dá nova redação ao parágrafo 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.793 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.



## GESSO

*Autoriza a Empresa Industrial Gesso Mossoró Limitada a pesquisar gesso, no município de Missão Velha, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 34.693 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## GIRASSOL

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## GORGETAS

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## GOVERNOS ESTADUAIS

*Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacáu, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaveira; e a abrir o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00.*

Lei n.º 2.011 — de 7 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## GRATIFICAÇÃO ADICIONAL

*Estende aos auditores de 1.ª entrada e aos advogados da Justiça Militar o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no art. 13, § 2.º, da Lei n.º 115, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.115 — de 26 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1953.

## GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO

*Abertura de crédito:*

*Ver: Crédito Especial.*

## GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

*Altera a redação da letra b, do artigo 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.779 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

*— Aprova as tabelas de gratificação de representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 23 de abril de 1946.*

Decreto n.º 34.815 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

## GRATIFICAÇÕES

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## GRUPOS DE CAMARAS

*Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.*

Lei n.º 2.067 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

## GUARNIÇÕES MILITARES

*Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bitetincourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia.*

Lei n.º 2.116 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

# GUERET'S ANGLO-BRAZILIAN COALING COMPANY LIMITED

*Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima "Gueret's Anglo-Brazilian Coaling Company Limited" autorização para funcionar na República.*

Decreto n.º 33.812 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

## H

### HORA DE VERÃO

*Extingue a "Hora de Verão" em todo o território nacional.*

Decreto n.º 34.724 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

### HOSPITAIS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.003,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento do auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.072 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

## I

### IDENTIDADE

*Declara de fé pública em todo o Território Nacional a carteira de identidade fornecida pelo Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 34.155 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 15 de outubro de 1953.

### ILHAS OCEANICAS

*Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucuí, Príncipe da Beira e Clevelândia.*

Lei n.º 2.116 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

### IMPORTAÇÃO

*Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert.*

Lei n.º 2.000 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos para material importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Lei n.º 2.001 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de Previdência Social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outras.*

Lei n.º 2.014 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Isenta a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do pagamento da taxa aduaneira de um grupo Diesel-elétrico.*

Lei n.º 2.015 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Concede ao Estado de Minas Gerais, isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para os materiais importados pela Rádio Inconfidência, que especifica.*

Lei n.º 2.016 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

## IMPORTAÇÃO

— *Isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos alfandegários para importação de máquinas destinadas à usina hidrelétrica de sua propriedade.*

Lei n.º 2.026 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

— *Isenta de direitos e taxas aduaneiras, uma draga de sucção, importada pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede no Recife.*

Lei n.º 2.027 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

— *Isenta a Companhia Luz e Força S. A., do Município de Marco, no Estado do Ceará, dos pagamentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, relativos às máquinas importadas para usina elétrica de sua propriedade.*

Lei n.º 2.029 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação, para uma estação transmissora, destinada às "Emissoras Unidas" (Radio Record S. A.), de São Paulo.*

Lei n.º 2.031 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Lei n.º 2.032 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, de Porto Alegre.*

Lei n.º 2.033 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

## IMPORTAÇÃO

— *Concede a Prefeitura Municipal de Cametã, Estado do Pará, isenção de todos os tributos para dois conjuntos Diesel Kiel e respectivos pertences, destinados ao serviço de força e luz.*

Lei n.º 2.038 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio importado pela Rádio Jornal do Brasil S. A., do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.039 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de tributos à Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, para importação de material destinado à construção de uma usina hidro-elétrica.*

Lei n.º 2.046 — de 28 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras a materiais importados pela Companhia Siderúrgica Mannesmann, e destinadas à construção, instalação e funcionamento de uma usina em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.061 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para um trator Caterpillar.*

Lei n.º 2.065 — de 6 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**IMPORTAÇÃO**

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para cidade Miniatura, denominada — "Railwaylândia" — importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer.*

Lei n.º 2.073 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Isenta de pagamento de imposto de importação e demais taxas aduaneiras, o rebocador "Lady Rosemary" importado por Wilson, Sons & Co. Limited.*

Lei n.º 2.092 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para material da linha de transmissão e outros equipamentos.*

Lei n.º 2.093 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.*

Lei n.º 2.094 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula.*

Lei n.º 2.110 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

**IMPORTAÇÃO**

— *Concede isenção de todos os tributos que incidam sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidro-elétrica de Rochedo.*

Lei n.º 2.121 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um ônibus rural, um "pick-up" para caminhão e máquinas importadas pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres.*

Lei n.º 2.127 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e de imposto de consumo às firmas individuais ou sociedades brasileiras que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio e dá outras providências.*

Lei n.º 2.132 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.145 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

**IMPORTADORA TÉCNICA RIO MAR LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 91 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

**IMPOSTO DE RENDA**

— *Dispõe sobre os encargos de família, que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda.*

Lei n.º 2.136 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## IMPRENSA

*Regula a Liberdade de Imprensa.*

Lei n.º 2.083 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## INDENIZAÇÃO

*Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana para o serviço da União, como extranumerários.*

Lei n.º 1.998 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ALUMÍNIO

*Concede isenção de direitos de importação e de imposto de consumo às firmas individuais ou sociedades brasileiras que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio e da outras providências.*

Lei n.º 2.132 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LIMITADA

*Autoriza a Indústria de Mármore Italva Limitada, a pesquisar mármore, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.736 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

## INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL

*Modifica os artigos 55 e 70 do Regulamento da Indústria Farmacêutica no Brasil.*

Decreto n.º 33.932 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## INDÚSTRIA PASTA MECÂNICA E FÊCULA LTDA.

*Outorga à Indústria Pasta Mecânica e Fêcula Ltda., concessão para uso exclusivo do aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Sotão Grande, existente no Rio Correntes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 34.385 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de novembro de 1953.

## INDUSTRIAL COMERCIAL E AGRÍCOLA RIO PILÕES LIMITADA

*Concede à Industrial Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.476 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS S. A. "IBAR"

*Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. "IBAR" a pesquisar caulim e associados no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.104 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## INSETICIDAS

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 28.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.839 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## INSPECTOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Extingue cargos excedentes.*  
(M.T.I.C. — Q.P.)

Decreto n.º 34.053 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

**INSPETOR DO TRABALHO***Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.)

Decreto n.º 34.118 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**INSPETOR REGIONAL***Suprime cargos extintos.*

(M.T.I.C. — Q.S.)

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL***Ver: Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.***INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT***Aprova o Regimento do Instituto Benjamin Constant.*

Decreto n.º 34.700 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1953.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL***Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.661 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA***Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Aeronáutica, com sede nesta Capital Federal.*

Decreto n.º 34.292 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA***Abertura de crédito:**Ver: Crédito Especial.***INSTITUTO BUTANTÁ***Concede durante cinco anos, a contribuição anual de Cr\$ 1.930.000,00 ao Instituto Butantã, em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e a de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.003 — de 2 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO***Dispõe sobre operações imobiliárias do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.068 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

*— Dispõe sobre o pagamento do auxílio-enfermiagem nas instituições de previdência social.*

Lei n.º 2.130 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

*— Estende ao pessoal do Banco Nacional do Departamento Econômico o regime de Benefícios de família do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n.º 34.625 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

*— Estende aos empregados do Serviço Especial de Saúde Pública o regime de Benefícios de família do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.782 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

— Dispõe sobre as operações imobiliárias das Instituições de Previdência Social.

Decreto n.º 34.828 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

**INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL**

Concede autorização ao Instituto de Resseguros do Brasil para utilizar-se da garantia de consignação em folha

Decreto n.º 34.679 — de 24 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DE BELO HORIZONTE**

Concede durante cinco anos, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00, ao Instituto Butantã, em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e de Cr\$ 1.000.000,00, ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Lei n.º 2.003 — de 2 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL**

Cria cargo no Quadro Permanente do Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto de n.º 32.417, de 11 de março de 1953.

Decreto n.º 34.483 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA**

Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueteira; e a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00.

Lei n.º 2.011 — de 7 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de outubro de 1953.

**INSTITUTO ELETROTÉCNICO DE ITAJUBÁ**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.300.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.

Lei n.º 2.028 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 700.000,00, para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lei n.º 2.040 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

**INSTITUTO PAULISTA DE PESQUISAS SOBRE O CANCER**

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para cidade Miniatura, denominada — "Railwaylândia" — importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer.

Lei n.º 2.073 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

## INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Lei n.º 2.032 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

*— Altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados de Institutos, Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

Lei n.º 2.089 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

*— Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1.º de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

*— Dispõe sobre o pagamento do auxílio-enfermidade nas instituições de previdência social.*

Lei n.º 2.130 — de 7 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

*— Assegura o financiamento a longo prazo de Serviços Públicos Municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

*— Modifica a lotação e altera a distribuição dos cargos da carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n.º 34.153 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

## INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*— Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto n.º 28.412, de 24 de julho de 1950.*

Decreto n.º 34.407 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

*— Cria cargos de Procurador no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 34.434 — de 2 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

*— Cria cargos de Procurador no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 34.717 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

*— Dispõe sobre as operações imobiliárias das Instituições de Previdência Social.*

Decreto n.º 34.828 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## INSTRUTORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

*Denomina Professores de Educação Física os atuais Instrutores de Educação Física do Instituto Benjamin Constant.*

Lei n.º 2.025 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

## INTERCAMBIO COMERCIAL COM O EXTERIOR

*Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.145 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1953.



# ISENÇÕES

*Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert.*

Lei n.º 2.000 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

*— Concede isenção de direitos para material importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Lei n.º 2.001 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

*— Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de Previdência Social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outras.*

Lei n.º 2.014 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

*— Isenta a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do pagamento de taxa aduaneira de um grupo Diesel-elétrico.*

Lei n.º 2.015 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

*— Concede ao Estado de Minas Gerais, isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para os materiais importados pela Rádio Inconfidência, que especifica.*

Lei n.º 2.016 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

*— Isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos alfandegários para importação de máquinas destinadas à usina hidrelétrica de sua propriedade.*

Lei n.º 2.026 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

# ISENÇÕES

*— Isenta de direitos e taxas aduaneiras uma obra de sucção, importada pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede no Recife.*

Lei n.º 2.027 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

*Isenta a Companhia Luz e Força S. A., do Município de Marco, no Estado do Ceará, dos pagamentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, relativos às máquinas importadas para usina elétrica de sua propriedade.*

Lei n.º 2.029 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

*— Concede isenção de direitos de importação, para uma estação transmissora, destinada às "Emissoras Unidas" (Rádio Record S. A.), de São Paulo.*

Lei n.º 2.031 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

*— Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Lei n.º 2.032 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

*— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, de Porto Alegre.*

Lei n.º 2.033 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

*— Concede à Prefeitura Municipal de Cametá, Estado do Pará, isenção de todos os tributos para dois conjuntos Diesel Kiel e respectivos pertences, destinados ao serviço de iluminação e luz.*

Lei n.º 2.038 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## ISENÇÕES

— *Concede isenção de direito de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio importado pela Rádio Jornal do Brasil S. A., do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.039 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de tributos à Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, para importação de material destinado à construção de uma usina hidrelétrica.*

Lei n.º 2.046 — de 26 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras a materiais importados pela Companhia Siderúrgica Mannesmann, e destinados à construção, instalação e funcionamento de uma usina em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.061 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para um trator Caterpillar.*

Lei n.º 2.065 — de 6 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para cidade miniatura denominada — "Railwaylândia" — importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer.*

Lei n.º 2.073 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Isenta de pagamento de imposto de importação e demais taxas aduaneiras, o rebocador "Lady Rosemary", importado por Wilson, Sons & Co. Limited.*

Lei n.º 2.092 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

## ISENÇÕES

— *Concede isenção de direitos de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para material da linha de transmissão e outros equipamentos.*

Lei n.º 2.093 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.*

Lei n.º 2.094 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula.*

Lei n.º 2.110 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Concede isenção de todos os tributos que incidam sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás, para construção da usina hidrelétrica de Rochedo.*

Lei n.º 2.121 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um ônibus rural, um "pick-up" para caminhão e máquinas importados pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres.*

Lei n.º 2.127 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

## ISENÇÕES

— *Concede isenção de direitos de importação e de imposto de consumo às firmas individuais ou sociedades brasileiras que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.132 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## J

### J. RABELO S. A.

*Autoriza a empresa de mineração J. Rabelo S. A. a pesquisar minério de ferro, cristal de rocha e associados no município de Itaipua, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.989 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

### JORNADA BRASILEIRA DE RADIOLOGIA (IV)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender as despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

Lei n.º 2.022 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

### JORNAIS

*Regula a Liberdade de Imprensa.*

Lei n.º 2.083 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

### JOSÉ DO PATROCÍNIO

*Dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário do nascimento de José do Patrocínio, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.005 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## JUSTIÇA

*Acréscena parágrafo único ao artigo 7.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.078 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

## JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

*Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, e 5.º e 6.º, da Lei número 1.505 de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.067 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

*Cria na Justiça do Trabalho a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.020 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

## JUSTIÇA ELEITORAL

*Dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.084 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.112 — de 25 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

**JUSTIÇA MILITAR**

*Estende aos auditores da primeira entrância e aos advogados da Justiça Militar o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no art. 13, § 2.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.115 — de 26 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**L****LABORATÓRIOS INDUSTRIAIS FARMACÊUTICOS**

*Modifica os arts. 55 e 70 do Regulamento da Indústria Farmacêutica no Brasil.*

Decreto n.º 33.932 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**LAVOURAS DE CAFÉ**

Ver: *Café*.

**LEDERLE S. A.**

*Concede a "Lederle, S. A." autorização para funcionar na República.*

Decreto n.º 34.332 — de 22 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**LEGAÇÕES**

*Modifica a redação do art. 1.º do Decreto n.º 32.343, de 28 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 34.635 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**LIBERDADE DE IMPRENSA**

*Regula a Liberdade de Imprensa.*

Lei n.º 2.083 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS**

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas nos arts. 28, § 1.º, n.º III, do Código Penal e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n.º 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**LEUCITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Abílio Marques de Oliveira a pesquisar leucita e associados, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.322 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**LINO AMORIM & CIA.**

Decreto-legislativo n.º 80 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

**LISTA DE ACESSO**

*Dispõe sobre o acesso às carreiras principais, previsto no art. 255, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952*

Decreto n.º 34.783 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**LITERATURA**

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Direito do Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, concluída em Washington, a 22 de junho de 1946, por parte do Haiti e da Argentina.*

Decreto n.º 34.726 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**LOIDE BRASILEIRO PATRIMONIO NACIONAL**

*Suprime o § 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

**LOTAÇÃO NUMERICA**

*Ver o nome do Ministério que a teve alterada.*

**M**

**MADEIREIRA E COLONIZADORA SÃO ROQUE LTDA.**

*Outorga a Madeireira e Colonizadora São Roque Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio dos Pardos, município de Porto União, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 33.912 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**MANANCIAIS**

*Retifica o Decreto n.º 29.544, de 9 de maio de 1951.*

Decreto n.º 34.288 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

*— Declara protetora, de acordo com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica.*

Decreto n.º 34.781 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**MANDADOS DE SEGURANÇA**

*Modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os artigos 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, §§ 4.º, 5.º e 6.º, da Lei número 1.505, de 19 de dezembro de 1951, que cria novos cargos de Desembargador da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.067 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

**MANGANÊS**

*Renova o Decreto n.º 29.300, de 22 de fevereiro de 1951.*

Decreto n.º 33.962 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

*— Renova o Decreto n.º 29.699, de 22 de junho de 1951.*

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 33.982 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a pesquisar minério de ferro, manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.994 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

*— Declara sem efeito o Decreto n.º 30.868, de 15 de maio de 1952.*

Decreto n.º 34.096 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**MANGANÊS**

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Crômo Ltda. a pesquisar manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia.* ....

Decreto n.º 34.326 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Mineração Baiana Limitada, a pesquisar minério de manganês e associados no município de Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.327 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Thibau, a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.400 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Thales Pacífico Peçanha a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.654 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 27.119, de 31 de agosto de 1949.*

Decreto n.º 34.740 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Crômo Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.801 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**MAQUINISTA MARÍTIMO**

*Suprime cargos extintos.*

(M. T. I. C. — Q. S.).

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**MARINHA**

*Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucuí, Príncipe da Beira e Clevelândia.*

Lei n.º 2.116 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Altera o Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios do Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e costa, aprovado pelo Decreto n.º 7.368, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 34.131 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Altera o n.º 9, do Regulamento para o Estado Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 26.607, de 27 de abril de 1949.*

Decreto n.º 34.499 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 33.711, de 1 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 34.501 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Ver, também, Armada.

**MARINHA MERCANTE**

Decreto-legislativo n.º 71 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

## MARINHA MERCANTE

— Altera a tabela de salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao Patrimônio Nacional, aprovada pelo decreto número 33.515, de 11 de agosto de 1953.

Decreto n.º 34.500 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## MARÍTIMOS

Suprime o § 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro José Martins de Carvalho a pesquisar mármore, quartzo e minério de níquel no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.399 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Nilton Teixeira Câmara a pesquisar mármore, calcário e associados no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.473 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Andree Salvini a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n.º 34.478 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

## MÁRMORE

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Vaz Silva a pesquisar mármore, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.480 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

— Autoriza a Indústria de Mármores Itálva Limitada, a pesquisar mármore, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 34.736 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Autoriza o cidadão brasileiro Octávio dos Santos Castro a pesquisar dolomita, mármore e associados, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n.º 34.800 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## MÁRMORES E PEDRAS DO BRASIL LTDA.

Autoriza a empresa de mineração Mármores e Pedras do Brasil Ltda. a pesquisar calcário no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.

Decreto n.º 33.990 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

## MATADOUROS

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 34.593 — de 14 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MATE**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MAVEROY SOCIEDADES INDÚSTRIAS FRIGORÍFICAS LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 90 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MEDIDAS DE SEGURANÇA DETENTIVAS**

*Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Penal Cândido Mendes, das medidas de segurança detentivas nos arts. 88, § 1.º, n.º III, do Código Penal e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n.º 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**MELHORAMENTOS DE GUARULHOS SOCIEDADE LIMITADA**

*Concede a Melhoramentos de Guarulhos Sociedade Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.655 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

**MENÇÃO HONROSA DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

*Institui a Menção Honrosa da Segurança do Trabalho, a ser conferida aos que se salientarem nas realizações em prol da Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.714 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Lafaiete Pimenta de Aguiar a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.966 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Assad Chaia a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.967 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzito, jeldspato, mica, águas marmeladas e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.968 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Autoriza a Mineração Chã S. A. a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.100 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalves da Costa Coelho a lavar mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.215 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalves da Costa Coelho a lavar mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.216 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.



**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Alves dos Santos a pesquisar mica no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.320 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Correia Bloch a pesquisar mica, quartzo e água marinha no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.321 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo Costa Coelho a pesquisar quartzo, mica e pedras coradas, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.396 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Oliveira Braga a pesquisar mica e berilo, no município de Coroa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.468 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonçalves Lessa a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.684 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Verissimo Alves de Lima a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.685 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leolino Esteves de Oliveira a pesquisar mica, pedras preciosas e associados, no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.733 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Soares Vasconcelos a pesquisar mica e associados, no município de Galileia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.734 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rodrigues da Silva a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.796 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**MILHO**

*Fixa os preços básicos para o fomento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MILITARES**

*Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia.*

Lei n.º 2.116 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto n.º 28.966, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n.º 34.759 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

**MILITARES**

— *Estabelece referência de limites de idade para matrícula nos diversos cursos e estabelecimentos de ensino do Exército.*

Decreto n.º 34.760 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— *Altera a redação da letra b, do art. 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.779 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

**MINAS DE SERRINHA LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Minas de Serrinha Ltda. a pesquisar diamante, ouro aluvionar e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.977 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**MINERAÇÃO BAIANA LIMITADA.**

*Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados no município de Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.327 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**MINERAÇÃO BICO DE PEDRA S. A.**

*Autoriza a Mineração Bico de Pedra S. A. a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.690 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a Mineração Bico de Pedra S. A. a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.799 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**MINERAÇÃO CHIA S. A.**

*Autoriza a Mineração Chia S. A. a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.100 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

**MINERAÇÃO E INDÚSTRIA GROSSE LTDA.**

*Concede à Mineração e Indústria Grosse Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 34.477 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

**MINERADORA PIRATININGA LIMITADA**

*Autoriza a Mineradora Piratininga Limitada a pesquisar areia e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.803 — de 9 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de outubro de 1953.

**MINERAL DO BRASIL LIMITADA**

*Autoriza Mineral do Brasil Limitada a lavar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.795 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

— Decreto-legislativo n.º 85 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 88 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.034 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a transformação, em mensalistas, de extranumerários contratados, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.092 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.094 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

*Extingue a Escola Técnica de Aviação e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.095 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.603 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.604 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 72 — de 1953.  
Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 74 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00.*

Lei n.º 2.011 — de 7 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.878 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional, em Belém no Estado do Pará, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.879 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional da Divisão de Fomento da Produção Animal em Fortaleza, no Estado do Ceará, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.880 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional do Rio Grande do Sul, do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 33.881 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional de Curitiba, do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.882 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Irrigação da Divisão de Águas, Trecho Médio do Rio São Francisco, do Estado de Minas Gerais, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.883 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 2.º Distrito da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.884 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado de Goiás, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.885 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Caeté — no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 33.886 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.887 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.888 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Pêlo de Defesa Agrícola em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, da Divisão de Defesa Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.889 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 1.ª Inspetoria Regional do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.890 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Barbosa — Paraná, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.891 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Comunicações do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.892 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Geologia, no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.893 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Maceió, Estado de Alagoas, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.894 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Campina Grande, no Estado da Paraíba, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.895 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Aracaju, Estado de Sergipe, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.896 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Espírito Santo, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.897 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Salvador-Bahia, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.898 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional de Goiás, do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.899 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete de Campina Grande, no Estado da Paraíba, do Laboratório da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.900 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Irrigação, da Divisão de Aguas, em Pirapora, Estado de Minas Gerais, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.935 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma da Diretoria da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.936 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Geologia, no Estado de São Paulo, da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.937 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hórtio Florestal de Lorena, do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.938 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Território Federal do Acre, da Divisão de Fomento da Produção Agrícola, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.939 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado de Pernambuco, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.940 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.941 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Recife, no Estado de Pernambuco, da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.950 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado do Rio Grande do Norte, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.951 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Irrigação da Divisão de Águas, no Estado do Piauí, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.952 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Águas — Sede do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.953 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Meteorologia, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.954 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.955 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em São Luiz, Estado do Maranhão, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.956 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Irrigação da Divisão de Águas, no Estado da Bahia, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 33.957 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Santos, Estado de São Paulo, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.958 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Gravata, no Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.959 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 33.961 — de 30 de setembro de 1953.

Retificado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto de Óleos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.005 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Desportos da Universidade Rural do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.006 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 4.º Distrito da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.007 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.



**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspeção Regional, em Belo Horizonte, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.008 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Fomento, da Produção Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.023 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.024 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Horto Florestal de Silvânia, no Estado de Goiás, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.025 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Florestal — Trabalhos de Fomentos à Silvicultura e Reflorestamento do País, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.026 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Investigações Fitossanitária em São Bento, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.027 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Irrigação da Divisão de Águas no Estado do Ceará, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.028 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 6.º Distrito da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.029 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Curado, no Estado de Pernambuco, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.030 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.031 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Médico, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.032 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Turma de Geologia, no Estado da Bahia, da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.033 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Seridó, Rio Grande do Norte, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.034 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal — Diretoria, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.035 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional em Curitiba, no Estado do Paraná, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.036 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Jardim Botânico, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.037 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.038 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Frio em Recife no Estado de Pernambuco, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.039 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Fortaleza, Estado do Ceará, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.040 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.041 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.042 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 9.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto de Biologia Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.043 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.044 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial "Cruz Machado", no Estado do Paraná, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.062 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinho em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.063 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.064 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Expurgos de Produtos Vegetais da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.065 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, do Laboratório da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.066 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.067 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.068 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional, em Goiânia, no Estado de Goiás, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.069 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 7.º Distrito da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.070 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspeção Regional, em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.071 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal, em Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.072 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Experimental Central, do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.073 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.074 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal, em Belém, Estado do Pará, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.075 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Sede, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.076 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Divisão de Fomento da Produção Animal — Diretoria, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.077 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Subestação de Enologia em São Roque, no Estado de São Paulo, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.080 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Pósto de Defesa Agrícola em João Pessoa, Estado da Paraíba, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.081 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque Nacional de Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.082 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Agrícola "Visconde de Mauá" da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.083 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Pósto de Análises de Vinho, em Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.084 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado de Mato Grosso, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.085 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial "Marquês de Abrantes", no Estado do Paraná, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.086 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrícola Nilo Peçanha, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.087 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional em São Carlos — São Paulo, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.088 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Campo Grande — Mato Grosso, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.089 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.103 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal, em São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.109 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Manaus, Estado do Amazonas, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.110 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Salvador, Estado da Bahia, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.111 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Itapirema, no Estado de Pernambuco, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.112 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto de Química Agrícola, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.113 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Turma de São João Del Rey no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.114 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Recife, no Estado de Pernambuco da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.115 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional, em Fortaleza no Estado do Ceará, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.116 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que mencionados, situados no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 34.130 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Turma de Geologia, no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.139 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial "João Pinheiro", no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.140 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola de Iniciação Agrícola Manuel Barata, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.141 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal Diretoria do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.142 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinho de Curitiba, no Estado do Paraná, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.143 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço de Administração, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.144 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.145 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.146 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.147 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do 5.º Distrito da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.148 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1953), da Seção de Fomento Agrícola no Território Federal do Amapá, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.149 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional em Catu, no Estado da Bahia, da Divisão de Fomento da Produção Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.150 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Laboratório de Produção Mineral — Sede, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.171 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.172 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), Seção de Fomento Agrícola, no Estado de Sergipe, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, no Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.173 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Vitória, Estado do Espírito Santo, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.174 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Nacional de Agronomia, da Universidade Rural, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.175 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Amazonas, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto-lei n.º 34.176 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola Federal, no Estado do Paraná, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.177 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Fazenda Experimental de Criação, em Juparaná, do Instituto de Zootecnia, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.178 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.179 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrotécnica "João Coimbra", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.180 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial "Afonso Pena, no Estado do Espírito Santo, da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.181 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Pará, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.182 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Diretoria Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.183 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado de Alagoas, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.184 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial "Santa Cruz", no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.185 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional em Pinheiral, Estado do Rio, da Divisão de Fomento da Produção Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.186 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.187 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrícola "Ildefonso Simões Lopes", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.188 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional, no Estado de São Paulo, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.189 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Agrícola Benjamin Constant, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.190 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinho em São Paulo, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.200 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrotécnica "Vidal de Negreiros", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.201 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Fazenda de Cracóo, em Lages, da Inspetoria Regional em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.202 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola de Iniciação Agrícola "Gustavo Dutra", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.203 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Horto Florestal de Santa Cruz, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.204 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrícola "Floriano Peixoto", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.205 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 8.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Inspeção Regional em Ba. e, no Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.206 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Subestação de Enologia, em Andradás, no Estado de Minas Gerais, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.207 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Subestação Experimental de Anápolis, no Estado de Goiás, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.236 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fazenda Ipanema, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.237 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 8.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.233 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 5.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Agronomia do Nordeste, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.239 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Ceará, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.240 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Subestação Experimental de Tefé, da Subestação de Tefé, no Território do Acre, do Instituto Agronômico do Norte do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.241 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fazenda Experimental de Criação Getúlio Vargas, em Uberaba, do Instituto de Zootecnia, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.242 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional, em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.243 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Experimental de São Simão, no Estado de São Paulo, do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.244 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado da Paraíba, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.245 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Nacional de Veterinária, da Universidade Rural, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.246 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional, do Rio de Janeiro, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.247 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Inspetoria Regional em Salvador, no Estado da Bahia, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.248 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.249 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Botucatu, no Estado de São Paulo, do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.250 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro Escolar da Universidade Rural, do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.251 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial Anitápolis no Estado de Santa Catarina da Divisão de Terras e Colonização do Departamento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.265 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção Fomento Agrícola em São Paulo, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.266 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Curitiba, no Estado do Paraná, do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.267 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Curitiba, Estado do Paraná, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.268 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola e dependências no Estado do Rio Grande do Sul, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.269 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Porto Alegre, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.270 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Subestação de Enologia em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.271 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), do Posto de Defesa Sanitária Vegetal em Recife, Estado de Pernambuco, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.272 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.273 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), do Núcleo Colonial "Senador Vergueiro", no Estado de São Paulo, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.274 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Superintendência de Edifícios e Parques, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.275 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Subestação de Enologia em Baependi, no Estado de Minas Gerais, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.276 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Subestação Experimental de Pomba, no Estado de Minas Gerais, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.277 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.735, de 1952), da Insretoria Regional, em São Paulo, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.281 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.



# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrotécnica "Visconde da Graça", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.282 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado do Piauí, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.283 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Parque Nacional de Iguaçu, no Estado do Paraná, do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.284 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinhos em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.308 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises do Vinho em Salvador, no Estado da Bahia, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.309 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Campos — Estado do Rio de Janeiro do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.310 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Turma de Teresina no Estado do Piauí, da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.311 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Agrotécnica de Barbacena, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.312 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Turma de São Paulo, no Estado de São Paulo da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.313 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Estação de Enologia em Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.314 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Alagoinha, no Estado da Paraíba, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.315 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.316 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação Experimental de Barbalha, no Estado do Ceará, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.351 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Estação de Enologia em Parreiras, no Estado de Minas Gerais, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.352 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.353 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Teresina, Estado do Piauí, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.354 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional, em Tigipió, Pernambuco, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.355 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola de Agronomia do Ceará, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.356 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional em Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.357 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.358 — de 24 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinho em Nova Iguaçu, Estado do Rio Janeiro, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.363 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Rio Caçador, no Estado de Santa Catarina, do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.364 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação Experimental de Porto Velho, no Território do Guaporé, do Instituto Agronômico do Norte, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.365 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação de Enologia em Campo Largo, no Estado do Paraná, do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.366 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Estado do Maranhão, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.367 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.368 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.368 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Patos, no Estado de Minas Gerais, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.424 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1.52), da Subestação Experimental de Machado, no Estado de Minas Gerais, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto n.º 34.435 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Água Limpa, em Coronel Pacheco, no Estado de Minas Gerais, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.436 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação de Enologia, em Jundiaí, no Estado de São Paulo, do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.437 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.438 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinho em Recife, Pernambuco, do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.439 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Análises de Vinhos em Santos, no Estado de São Paulo, do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.440 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Inspeção Regional de Sericicultura, em Barbacena, no Estado de Minas Gerais, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.441 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Surubim, Pernambuco, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.442 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Posto de Defesa Agrícola do Distrito Federal, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Combate à Broca do Café, no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.443 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.444 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental Central, do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.445 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação Experimental de Cametá, no Estado do Pará, do Instituto Agronômico do Norte, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.446 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação Experimental da Lavras no Estado de Minas Gerais, do Instituto Agronômico do Oeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.447 — de 3 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial "São Bento", no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.490 — de 6 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Núcleo Colonial de Tinguá, no Estado do Rio de Janeiro, da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.519 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Belém, no Estado do Pará, do Instituto Agronômico do Norte, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.520 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto Agronômico do Norte, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.521 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.522 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação Experimental do Baixo Amazonas, no Estado de Amazonas, do Instituto Agronômico do Norte, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.523 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação Experimental do Rio Branco, Território do Rio Branco, do Instituto Agronômico do Norte, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.524 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.525 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, do Instituto Agronômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.526 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação de Enologia em Videira, no Estado de Santa Catarina, do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.527 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765 de 1952), do Laboratório de Fibra em João Pessoa, no Estado da Paraíba, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.528 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço Florestal — Diretoria, Almozarifado, Oficina e Palácio Guanabara, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.535 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola, no Distrito Federal, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.555 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.580 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 34.582 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Ceará.

Decreto n.º 34.583 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Subestação de Enologia em Urussanga, no Estado de Santa Catarina, do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.588 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Seção de Fomento Agrícola no Estado da Bahia, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.598 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto Agronômico do Leste, e dependências do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.599 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola de Iniciação Agrícola "Sérgio de Carvalho", da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.600 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Divisão de Defesa Sanitária Animal — Diretoria do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.601 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Divisão de Caca e Pesca — Diretoria e Dependências nos Estados, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.602 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.624 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— Altera a lotação de re-arteiros atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.649 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Altera a lotação de re-arteiros atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.650 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.669 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Economia Rural do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.671 — de 20 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.703 — de 26 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Conceição de Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.704 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a transformação, em mensalista, de extranumerário contratado do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.719 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.720 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um imóvel situado no Município de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 34.751 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.821 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.822 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.833 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 28 de dezembro de 1953.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 34.847 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**Abertura de crédito:**

— Ver: Crédito especial.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Estação Experimental de União dos Palmes, no Estado de Alagoas, do Instituto Agronômico do Nordeste, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.489 — de 6 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Dispõe sobre a comemoração do 1.º Centenário do nascimento de José do Patrocínio e dá outras providências.*

Lei n.º 2.005 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 34.073 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.*

Decreto n.º 34.638 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

*Abertura de crédito:*

... — *Ver: Crédito Especial.*

— Decreto-legislativo n.º 77 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 85 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Conselho Nacional de Desportos, do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.991 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— *Altera a Tabela Única de extranumerário mensalista do antigo Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 33.907 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Universidade da Bahia, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.942 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Técnica de São Paulo, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.943 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Série Funcional de Operador da Tabela Única de Extranumerário Mensalistas do Antigo Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 33.944 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto Fernandes Figueira, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.000 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança da 2.ª Região, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.057 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Junta Especial do Ensino Livre, do Antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.058 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Natal, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.059 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança da 3.ª Região, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.060 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Comissão Nacional de Alimentação, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.061 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Goiânia, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.090 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— Torna sem efeito o Decreto número 33.261, de 8 de julho de 1952, que aprovou Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalistas para o Museu da Inconfidência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do antigo Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n.º 34.091 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança da 6.ª Região do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.132 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança da 7.ª Região, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.134 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Pelotas, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.156 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Cuiabá, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.157 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Técnica de São Luís da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.158 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a transformação, em Mensalistas, de extranumerários contratados do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.235 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Febre Amarela, do Departamento Nacional de Saúde do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.237 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Leprosia, do Departamento Nacional de Saúde do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.455 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço de Administração do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.456 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança da 5.ª Região, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.457 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança, da 1.ª Região, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.460 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.493 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Divisão de Educação Física, do Departamento Nacional de Educação do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.494 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal da Criança da 4.ª Região, do Departamento Nacional da Criança, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.495 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Fortaleza da Diretoria do Ensino Industrial do antigo Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

Decreto n.º 34.496 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Industrial de João Pessoa, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

Decreto n.º 34.497 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Campos, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.540 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), da Delegacia Federal de Saúde, da 2.ª Região, do Departamento Nacional de Saúde, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.541 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço de Administração da Sede, do Departamento de Administração, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.542 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.765, de 1952), do Serviço de Documentação, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.543 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Belo Horizonte, da Diretoria do Ensino Industrial, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.544 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei número 1.763, de 1952), do Serviço de Biometria Médica, do Departamento Nacional de Saúde, do antigo Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.597 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do antigo Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n.º 34.846 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.872 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1953), da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Lucena, no Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.873 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Penedo, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.874 — de 21 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração do Edifício da Fazenda, Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.917 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Niterói, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.918 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estação Aduaneira de Importação Aérea, em São Paulo, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.919 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.920 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Pará, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.921 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Macapá, no Território do Amapá, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.922 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n.º 33.923 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto n.º 33.945 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Altera a lotação das repartições atendidas pelo Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 34.018 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área que menciona.

Decreto n.º 34.665 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Lei n.º 2.142 — de 24 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Suoassistência da Sétima Região Militar, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 33.902 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento Central de Finanças, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 33.903 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 23.º Batalhão de Cazadores, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 33.904 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), da Comissão de Rede n.º 5, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 33.905 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 9.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.010 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), da Diretoria Geral de Ensino, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 34.011 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Altera com redução de despesa, a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Fábrica de Juiz de Fora.

Decreto n.º 34.047 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), do Campo de Instrução de Gericinó, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 34.048 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), do Depósito Central de Material Veterinário do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.049 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 3.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.050 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), do Asilo de Inválidos da Pátria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.053 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), da Divisão do Pessoal Civil, da Diretoria do Pessoal, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.092 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (art. 6.º da Lei n.º 1.785, de 1952), da Coudelaria de Saicã, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.107 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.



# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 20.º Batalhão de Caçadores, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.126 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 8.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Monte Belo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.127 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 3.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.128 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 20.ª Circunscrição de Recrutamento do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.129 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete do Ministro, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.135 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Preparatória do Porto Alegre, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.136 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.137 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Material de Comunicações, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.138 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Declara de fé pública, em todo o Território Nacional, a carreira de identidade fornecida pelo Ministério da Guerra.

Decreto n.º 34.155 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 5.º Depósito Regional de Material Sanitário, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.159 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 9.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.160 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro Hípico de Remonta, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.161 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 19.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.162 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Reatengo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.163 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.164 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Promoções, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.165 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 1.ª Circunscrição de Recrutamento do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 34.166 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 8.º Depósito Regional de Material Sanitário, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.167 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estado Maior do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.168 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Veterinária do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.169 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 1.º Regimento de Cavalaria Mecanizada, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.170 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 8.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.196 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Geral do Pessoal, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.197 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 7.º Depósito Regional de Material Sanitário, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.198 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 4.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.199 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Substitui a função de "Chefe do Escalão Territorial da Terceira Região Militar".

Decreto n.º 34.210 — de 14 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Rede n.º 3, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.232 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Instrução Especializada, do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 34.233 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento central de Transportes, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.234 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Geral do Serviço Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.255 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 5.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.256 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 2.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.257 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 6.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.258 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Rêde n.º 1, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.259 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 4.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.260 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 23.ª Circunscrição de Recrutamento do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.261 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica da Estrela, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.262 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.263 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento de Natal, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.265 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Fabricação do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.286 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 3.ª Divisão de Infantaria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.296 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Batalhão de Guardas do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.297 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento Central de Material Sanitário do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.298 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Geral de Curitiba, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.299 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 2.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.300 — de 21 outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 10.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.301 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 3.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.302 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Rede n.º 2, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.303 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Pouso Alegre, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.304 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Avelar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.305 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Campinas, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.306 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Orçamento do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.307 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Lajes, no Estado de Santa Catarina

Decreto n.º 34.334 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Curitiba, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.335 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Geral de Saúde do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.336 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Preparatória de São Paulo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.337 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista art. (6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento Central de Material de Intendência, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.338 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista art. (6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 3.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.339 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista art. (6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Recebimento de Material dos Estados Unidos, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.340 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista art. (6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Central do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.341 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Preparatória de Tática, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.342 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Colégio Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.343 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Comunicações, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.344 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Arsenal da Urca, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.345 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 21.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.346 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Bonsucesso, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.347 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Entrepósito de Subsistência Militar de Bernardino de Campos, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.348 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Secretaria Geral, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.349 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito Central de Material Bélico, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.350 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Artilharia de Costa, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.369 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital da Guaranição de Santa Maria, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.370 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Preparatória de Porto Alegre, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.371 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.372 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Material de Intendência da 2.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.373 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Educação Física do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.374 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 3.º Batalhão de Caçadores, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.375 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Artilharia de Costa da 1.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.376 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Arsenal de Guerra General Câmara do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.377 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Forte Barão do Rio Branco do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.382 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumérico-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 13.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.415 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.



# MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 5.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.316 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Geral de Engenharia, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.417 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Farmácia Central do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.418 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Rincão, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.419 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 17.ª Circunscrição de Recrutamento do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.420 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque Central de Motomecanização, do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.421 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração dos Estabelecimentos Mallet, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.422 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Motomecanização, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.423 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Campo de Instrução Militar de Engenho Aldeia do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.491 — de 6 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 14.º Batalhão de Caçadores do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.492 — de 6 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão Militar Mista Brasil Estados Unidos, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.502 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Biblioteca do Exército do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.503 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 9.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.504 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 6.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.505 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Arquivo do Exército do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.506 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Finanças do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.507 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento Comercial de Material de Intendência, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.508 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica do Realengo, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.509 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 24.º Batalhão de Caçadores, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.510 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Rede número 6, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.511 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Comando de Elementos de Fronteira, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.512 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Estado Maior do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.513 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento Central de Subsistência, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.514 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Geral de Administração, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.515 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Campo de Provas da Marabá, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.516 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 3.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.517 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 6.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.518 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 17.º Batalhão de Caçadores, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.529 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Campo Grande, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.545 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 10.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.546 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Transmissões do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.589 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Finanças da 7.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.591 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Academia Militar de Agulhas Negras, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.605 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Andaraí, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.606 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Juiz de Fora, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.607 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da 20.ª Circunscrição de Recrutamento, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.608 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Gabinete Fotocartográfico, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.609 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Subsistência da 4.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.610 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Material de Intendência da 7.ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.611 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Tindiquera, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.612 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Técnico e de Produção do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.613 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração do Edifício da Guerra, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.614 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica Presidente Vargas do Ministério da Guerra e dá outras providências.

Decreto n.º 34.672 — de 20 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Fábrica de Itajubá, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.676 — de 23 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.677 — de 23 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Estabelecimento de Material de Intendência da 3.ª Região Militar, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.721 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a transformação, em mensalistas, de extranumerários-contratados do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.729 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do 1.º Batalhão de Saúde do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.730 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Decreto-legislativo n.º 80, de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1953.

— Cria funções na Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto n.º 34.395-A — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.927 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 33.946 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Retifica o Decreto n.º 33.096, de 19 de junho de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Estado Maior da Armada, do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 34.296 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na Ilha do Governador, Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.459 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Cria cargos de diplomata, restabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.060 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Cria cargos na carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.139 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

— *Dispõe sobre a remuneração do Chefe da Delegacia do Brasil em Genebra.*

Decreto n.º 34.482 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre promoção às classes "M" e "L" da carreira de Diplomata.*

Decreto n.º 34.755 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950, que regulamenta a concessão de auxílio para transporte, ajuda de custo e diárias para funcionários diplomáticos e consulares.*

Decreto n.º 34.784 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

— *Aprova as tabelas de gratificação de representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n.º 34.815 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— *Criação de Embaixadas, Legações, Consulados — Ver: Consulados, Embaixadas e Legações.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-legislativo n.º 75 — de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

Decreto-legislativo n.º 89 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Concede, por intermédio do Ministério da Saúde, o auxílio anual de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), a Policlínica Geral do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.119 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento do Ministério da Saúde, criado pela Lei número 1.920, de 25 de julho de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.536 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Altera as Séries Funcionais de Metrologia — Engenheiro e Tecnologista — Químico da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 34.378 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1953.

Retificação no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado do Amazonas, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.670 — de 20 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário do nascimento de José do Patrocínio e dá outras providências.*

Lei n.º 2.605 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.017 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.018 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — três séries de selos postais, sendo uma comemorativa do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e duas, respectivamente, simbolizando tipos de embarcação e reproduzindo a efígie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cochrane, Marcílio Dias e Almirante Tamandaré.*

Lei n.º 2.141 — de 19 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (Artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.012 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro Dona Teófilo, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

Decreto n.º 34.013 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração Central, Distritos e Regiões do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n.º 34.051 — de 2 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Mato Grosso, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.425 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro Sampaio Correia, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

Decreto n.º 34.426 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Santa Maria, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

Decreto n.º 34.427 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Diamantina, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.428 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Pará, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.429 de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a transformação, em mensalista, de extranumerário-contratados do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.454 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Ceará, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.530 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.



**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de São Paulo, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.531 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Rio Grande do Norte, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.532 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional da Bahia, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.533 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Minas Gerais, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.534 — de 10 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Piauí, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.551 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional da Paraíba, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.552 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Goiás, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.553 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— *Dispões sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Campo Grande, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.554 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Maranhão, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.555 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Botucatu, no Estado de São Paulo, do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.556 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Sergipe, do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.557 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Departamento de Administração, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.558 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro Mossoró-Souza, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.559 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Ribeirão Preto, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.560 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Cairu, no Estado de São Paulo, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.561 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Campanha, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.562 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Paraná, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.590 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Distrito Federal, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.615 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro Bahia e Minas, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.616 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.617 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro Central do Piauí, do Departamento Nacional de Estrada de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.618 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Alagoas, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.619 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Guaporé, do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.620 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.626 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Pernambuco, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.627 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Juiz de Fora, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.628 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Espírito Santo, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.629 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Amazonas e Acre, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.630 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei número 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Rio Grande do Sul, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.631 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.632 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Tripulação de Dragas, Lanchas e outras embarcações, do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.633 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.634 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Administração do Porto de Laguna, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n.º 34.673 — de 20 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria Regional de Santa Catarina, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.674 — de 20 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Rede de Viação Cearense, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.675 — de 20 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Estrada de Ferro São Luís — Teresina, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.722 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n.º 34.744 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— Regulamenta o acesso ao Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, a que se referem a Lei n.º 1.636, de 11 de julho de 1952, e o art. 16, §§ 1.º e 2.º, da Lei número 1.163, de 22 de julho de 1950.

Decreto n.º 34.824 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

**Abertura de crédito:**

— Ver: — Crédito especial e crédito Suplementar.

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

Acréscimo parágrafo único ao artigo 7.º, da Lei número 116, de 15 de outubro de 1947.

Lei n.º 2.073 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

**MINISTROS PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS**

Cria cargos de diplomata, restabelece com o título de Ministros para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

Lei n.º 2.060 — de 5 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**MIRANDA & COMPANHIA**

*Concede à Sociedade "Miranda & Companhia" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 34.120 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**MONSANTO OF BRAZIL, INC.**

*Concede à sociedade anônima "Monsanto of Brazil, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.119 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**MONUMENTOS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ereção de um monumento de Joaquim Pedro Salgado Filho.*

Lei n.º 2.137 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

*— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com um monumento a Rui Barbosa, na Capital da República.*

Decreto n.º 34.563 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

*— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.*

Decreto n.º 34.757 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

**MONUMENTOS NACIONAIS**

*— Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de Igaracu, no Estado de Pernambuco.*

Lei n.º 2.035 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

**MOTORISTA**

*Suprime cargos extintos (M. T. I. C. — Q. S.).*

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**MUNICÍPIOS**

*Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**MUSEUS**

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar, respectivamente, a construção da sede do Museu de Arte Moderna, do Teatro Castro Alves, da Escola de Belas Artes de Pelotas e do Museu Mariano Procópio.*

Lei n.º 2.023 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

*— Dispõe sobre o funcionamento dos Museus mantidos pelo Governo Federal.*

Decreto n.º 34.253 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1953.

## MUSEUS

— *Abre crédito especial para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.831 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## N

### NADIR FIGUEIREDO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, S. A.

*Autoriza Nadir Figueiredo, Indústria e Comércio, S. A., a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n.º 34.288 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

### NAVEGAÇÃO MERCANTIL S. A. - NAVEM

*Concede à "Navegação Mercantil S. A. - Navem" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 33.027 — de 11 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

### NAVEGAÇÃO SAVONIA S. A.

*Concede à "Navegação Savonia S. A." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 34.405 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

### NAVUNIDOS NAVEGAÇÃO S. A.

*Concede à "Navunidos Navegação S. A." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 34.770 — de 10 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1954.

## NIQUEL

*Autoriza o cidadão brasileiro José Martins de Carvalho a pesquisar mármore, quartzo e minério de níquel no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.399 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

### NOVO MUNDO, COMPANHIA DE SEGUROS TERRESTRES E MARÍTIMOS

*Aprova, alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Novo Mundo, Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos.*

Decreto n.º 33.911 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

## NÚCLEOS COLONIAIS

*Cria o Núcleo Colonial de Ituberá, no município do mesmo nome, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.293 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

## O

### OBRAS COMPLETAS DE EPITÁCIO DA SILVA PESSOA

*Autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos de Dr. Epitácio da Silva Pessoa e dá outras providências.*

Lei n.º 1.992 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

### OFICIAIS DA MARINHA

*Dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais.*

Lei n.º 2.138 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

**OFICIAIS DE MARINHA**

— *Suspende, por um ano, dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n.º 34.852 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**OFICIAL ADMINISTRATIVO**

*Suprime cargos provisórios (M. I. T. C. — Q. P.).*

Decreto n.º 34.117 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**OFICIAL GENERAL DO EXÉRCITO**

*Dá nova redação ao § 1.º do artigo 1.º, do Decreto n.º 31.392, de 3 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.790 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS**

*Dispõe sobre operações imobiliárias do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.068 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre as operações imobiliárias das Instituições de Previdência Social.*

Decreto n.º 34.828 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

**OPERADOR**

*Altera, sem aumento de despesa, a Série Funcional de Operador da Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Antigo Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 33.944 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**OPERÁRIO DE AVIAÇÃO**

*Suprime cargos extintos — (M. Aer. — Q. S.).*

Decreto n.º 34.812 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1953.

**ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA**

*Retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1953.*

Lei n.º 2.133 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA**

— *Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício financeiro de 1954.*

Lei n.º 2.135 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. (Suplemento) de 21 de dezembro de 1953.

**ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO**

*Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.*

Decreto n.º 33.926 — de 28 de setembro de 1953.

Retificado no D. O. de 3 de outubro de 1953.



## ORDEM DO MÉRITO MILITAR

*Altera a redação do Parágrafo único do artigo 13, do Regulamento para a Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n.º 34.458 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## ORDEM NACIONAL DO MÉRITO

*Altera a redação dos arts. 5.º e 6.º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, baixado com o Decreto número 21.854, de 26 de setembro de 1948.*

Decreto n.º 34.294 — de 20 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1953.

## ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.800.000,00 para atender às despesas da confecção de dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.*

Lei n.º 2.069 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

## ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTARIAS

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula.*

Lei n.º 2.110 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1953.

## OURO

*Autoriza a empresa de mineração Minas de Serrinha Ltda. a pesquisar diamante, ouro aluvionar e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.977 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.612, de 30 de maio de 1951.*

Decreto n.º 34.319 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## OURO

— *Autoriza a empresa de mineração "Sila" Senfft Irmãos Limitada, a lavar ouro aluvionar no município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.735 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

## P

## PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS, INC.

*Concede à sociedade anônima "Pan American World Airways, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.819 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1953.

## PANAIR DO BRASIL S. A.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.054 — de 5 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## PARANÁ COMPANHIA DE SEGUROS PEDRAS CORADAS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Paraná Companhia de Seguros".*

Decreto n.º 34.748 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1953.

## PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em favor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de terras situadas no Município de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.780 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

*— Declara protetora, de acordo com o artigo 11 e seu parágrafo único, do Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a floresta que indica:*

Decreto n.º 34.781 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## PARQUE NACIONAL DE PAULO AFONSO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área que menciona.*

Decreto n.º 34.663 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

## PATRÃO

*Suprime cargos extintos (M. T. I. C. — Q. S.).*

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo Costa Coelho a pesquisar quartzo, mica e pedras coradas, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.396 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Revoga o Decreto n.º 26.351, de 14 de fevereiro de 1949.*

Decreto n.º 34.411 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

*Autoriza Firmo Arrais a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 34.412 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

*— Autoriza Manuel Araújo Durães a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 34.664 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

*— Revoga o Decreto n.º 4.104, de 18 de maio de 1939.*

Decreto n.º 34.666 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

*— Revoga o Decreto n.º 10.392, de 3 de setembro de 1942.*

Decreto n.º 34.667 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

*— Revoga o Decreto n.º 13.680, de 22 de maio de 1945.*

Decreto n.º 34.705 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

## PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Luís Nascimento a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 34.711 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza João Nepomuceno da Fonseca a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 34.712 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Autoriza Horácio Botelho Pires de Castro a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 34.713 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leonino Esteves de Oliveira a pesquisar mica, pedras preciosas e associados, no município de Pegonha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.733 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de Cr\$ 1.619,00 mensais à viúva e ao filho de Augusto Cesar Araújo de Oliveira, ex-guarda-civil do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Lei n.º 2.006 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 7.089,50 mensais a Hilda Sampaio Ribeiro e Walkir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares.*

Lei n.º 2.010 — de 7 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.600,00 à viúva e à filha do Professor João Carlos Teixeira Brandão.*

Lei n.º 2.019 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 750,00 mensais à viúva e filhos menores de Joaquim Barbosa de Oliveira, ex-artífice diarista da Tabela Numérica de Diaristas do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Lei n.º 2.021 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.423,50 mensais a Amélia Ribeiro Leão, viúva do Dr. Acilino de Leão Rodrigues.*

Lei n.º 2.024 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Isabel Martin Teixeira de Melo, viúva do Juiz Alvaro Teixeira de Melo.*

Lei n.º 2.034 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 2.500,00 mensais a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha menor de Lúcio Borges de Sá.*

Lei n.º 2.036 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 a Olímpia Fernandes Lima, viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima.*

Lei n.º 2.037 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais a Elsa Giotoli Bertazon, viúva do escultor brasileiro Hugo Bertazon.*

Lei n.º 2.063 — de 6 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 800,00, mensais a Guilhermina Gerlach.*

Lei n.º 2.064 — de 6 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 850,00 a Evelina Barbosa Leite, viúva de Gustavo Francisco Leite, ex-contramestre aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.065 — de 6 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a Maria Pegaço Zschommler, viúva de Rudolph Zschommler, mensalista da Seção Comercial da Fábrica Presidente Vargas.*

Lei n.º 2.074 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 1.000,00 a Clarinda Sebastiana de Jesus Chaves e Maria da Glória Dias Chaves, viúva de Paulo Lourenço Dias Chaves.*

Lei n.º 2.076 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

## PENSÕES

— *Concede pensões especiais às viúvas e aos filhos de Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho, ex-funcionários do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Ministério da Educação e Cultura.*

Lei n.º 2.077 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais a Hilda Carvalho de Abreu, viúva do ex-Collector Federal Alberto Henrique de Abreu.*

Lei n.º 2.085 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais a Evelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império Costa Pereira.*

Lei n.º 2.086 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana.*

Lei n.º 2.125 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

— *Conceder pensão à viúva de Francisco Vieira da Costa.*

Decreto n.º 34.452 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

## PERCENTAGENS

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1953 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## PERIÓDICOS

*Regula a Liberdade de Imprensa.*

Lei n.º 2.083 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## PERMUTA DE IMÓVEIS

*Autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, por conta igual de propriedade da firma Xavier Irmãos S. A. — Estivas e Comércio em Geral.*

Lei n.º 2.104 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## PESSOAL DE OBRAS

*Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana para o serviço da União, como extranumerários.*

Lei n.º 1.998 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

## PETRÓLEO

*Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências.*

Lei n.º 2.004 — de 3 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## PETRÓLEO BRASILEIRO SOCIEDADE ANÔNIMA (PETROBRAS)

*Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências.*

Lei n.º 2.004 — de 3 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## PIRELLI S. A. COMPANHIA INDUSTRIAL BRASILEIRA

Decreto-legislativo n.º 79 — de 1953. Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## PLANO DE COMBATE AS PRAGAS DO CACAUEIRO

*Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00.*

Lei n.º 2.011 — de 7 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

*Aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.132 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

## PLANO DO CARVÃO NACIONAL

*Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 955.000.000,00, destinado a atender ao custeio de despesas com a execução do Plano do Carvão Nacional.*

Decreto n.º 34.716 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

## PODER EXECUTIVO

### ABERTURA DE CRÉDITO

Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

### PODER JUDICIÁRIO

#### ABERTURA DE CRÉDITO

Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

**POLÍCIA MILITAR**

*Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal (R. U. P. M.) e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.753 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

**POLICLÍNICA GERAL DO RIO DE JANEIRO**

*Concede, por intermédio do Ministério da Saúde, o auxílio anual de ... Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.119 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

**POLÍTICA NACIONAL DO PETRÓLEO**

*Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências.*

Lei n.º 2.004 — de 3 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**PRÁTICOS DOS RIOS DA PRATA, PARANÁ, PARAGUAI E COSTA**

*Altera o Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e Costa, aprovado pelo Decreto número 7.353, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 34.131 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**PREFEITURAS**

*Concede isenção de direitos para materiais importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Lei n.º 2.001 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de Previdência Social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outras.*

Lei n.º 2.014 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Isenta a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do pagamento de taxa aduaneira de m grupo Diesel elétrico.*

Lei n.º 2.015 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

— *Isenta a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos alfandegários para importação de máquinas destinadas à usina hidroelétrica de sua propriedade.*

Lei n.º 2.026 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

— *Concede à Prefeitura Municipal de Cametá, Estado do Pará, isenção de todos os tributos para dois conjugados Diesel Kiel e respectivos pertences, destinados ao serviço de força e luz.*

Lei n.º 2.033 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Formiga, Estado de Minas Gerais, imóvel pertencente à União.*

Lei n.º 2.043 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## PREFEITURAS

— *Concede isenção de tributos à Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, para importação de material destinado à construção de uma usina hidrelétrica.*

Lei n.º 2.046 — de 26 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

— *Concede isenção de direitos de importação à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para um trator Caterpillar.*

Lei n.º 2.065 — de 6 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 2.091 — de 14 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro. Org. 214.815 Jorge Ramos 12-1-54  
bro de 1953.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.094 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.130 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ipocá, Estado de Goiás, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de desniveis existentes nos rios Tamandará e Santo Antônio, situados em seu território.*

Decreto n.º 34.400 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 34.583 — de 12 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de Municipal de Santa Maria da Vitória terrenos de propriedade da Prefeitura, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.594 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno de Minas Gerais, no que menciona, situado no Estado*

Decreto n.º 34.669 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Conceição de Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.704 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de General Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, a instalar uma usina termo-elétrica e dá outras providências.*

Decreto n.º 30.740 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 1 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um imóvel situado no Município de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.751 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

**PREFEITURAS**

— *Autoriza a Comissão do Vale do Francisco a aceitar a doação de terras de propriedade da Prefeitura Municipal de Correntina e da Diocese da Barra, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.834 — de 26 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Sertãozinho, no Estado Paraná.*

Decreto n.º 34.863 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

**PRÊMIOS**

— *Dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário do nascimento de José do Patrocínio e dá outras providências.*

Lei n.º 2.005 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Regula o estudo, o orçamento e a construção dos açudes, em cooperação da União com os Estados, Municípios ou particulares, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.087 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

**PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO**

— *Institui a Menção Honrosa da Segurança do Trabalho, a ser conferida aos que se salientaram nas realizações em prol da Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.714 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

— *Institui a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.715 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**PROCURADOR**

— *Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

Lei n.º 2.123 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— *Modifica a lotação e altera a distribuição dos cargos da carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n.º 34.153 — de 12 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Cria cargos de Procurador no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 34.434 — de 2 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— *Cria cargos de Procurador no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 34.717 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1953.

**PROCURADOR GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

— *Extingue o cargo de Procurador Geral de Previdência Social.*

Decreto n.º 34.702 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

**PROFESSOR**

— *Denomina Professores de Educação Física os atuais Instrutores de Educação Física do Instituto Benjamin Constant.*

Lei n.º 2.025 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.



## PROFESSOR

— *Classifica como Professor Catedrático, Padrão O, os cargos de Professor, Padrão M, criados pela Lei número 1.049, de 3 de janeiro de 1950, e de Professor Catedrático, Padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949.*

Lei n.º 2.059 — de 2 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1953.

— *Conseidare valhao o curso realizado pelos professores normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.107 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## PROJETOS E ORÇAMENTOS

*Aprova projeto e orçamento para construção de um prédio de alvenaria destinado à Escola Profissional da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na Estação de Três Lagoas, em Mato Grosso.*

Decreto n.º 34.550 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Aprova projetos e orçamentos para a execução de obras no trecho Montevade-Liás, da variante Mirante-Guaçara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n.º 34.745 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Aprova projeto e orçamento para aumento da cobertura do abrigo de carros de São Diogo e respectivos valas, da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

Decreto n.º 34.826 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## PROMOÇÕES

*Dispõe sobre promoção às classes "M" e "L" da carreira de Diplomata.*

Decreto n.º 34.755 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Regulamenta o acesso ao Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, a que se referem a Lei n.º 1.636, de 11 de julho de 1952, e o art 16, §§ 1.º e 2.º, da Lei número 1.163, de 22 de julho de 1950.*

Decreto n.º 34.834 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Suspende, por um ano, dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n.º 34.852 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## Q

## QUADRO DE GENERAIS

*Dá nova redação ao § 1.º do artigo 1.º, do Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.790 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## QUADRO DE PRÁTICOS

*Altera o Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e costa, aprovado pelo Decreto número 7.368, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 34.131 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

## QUADRO DO PESSOAL DA COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Ver: Comissões.

### QUARTZITO

*Autoriza o cidadão brasileiro José Ermírio de Moraes Filho a lavrar quartzito, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.693 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

*— Autoriza a Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista a pesquisar caulim, quartzo, feldspato, mica, águas marinhas e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.968 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro de Assunção a pesquisar quartzo e associados, no município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.979 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

### QUARTZO

*— Autoriza o cidadão brasileiro Albino Abreu Figueiredo a pesquisar quartzo e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.987 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Ayam Tsukamoto a pesquisar quartzo no município de Cavalcanti, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 33.988 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

### QUARTZO

*— Autoriza o cidadão brasileiro Raul Mourão Guimarães a pesquisar quartzo, minérios de ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.103 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Correia Bloch, a pesquisar mica, quartzo e água marinha, no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.321 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo Costa Coelho a pesquisar quartzo, mica e pedras preciosas, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.293 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Martins de Carvalho a pesquisar mármore, quartzo e minério de níquel, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.399 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Joaquim dos Santos Simião, a pesquisar quartzo e associados, no município de Bom Despacho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.403 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Martinho Dias Teixeira a pesquisar quartzo e associados no município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.695 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antenor dos Santos Marques a pesquisar quartzo e associados, no município de Paratinga, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 34.732 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Raul Alve Nascimento a pesquisar, quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 34.733 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

— *Renova o decreto n.º 30.234, de 28 de novembro de 1951.*

Decreto n.º 34.765 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

## R

### RÁDIO JORNAL DO BRASIL S. A.

*Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio importado pela Rádio Jornal do Brasil S. A., do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.039 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

### RÁDIO PROGRESSO DE SÃO PAULO LTDA.

*Outorga concessão à Rádio Progresso de São Paulo Ltda., para estabelecer na Capital do Estado de São Paulo, uma estação de ondas tropicais.*

Decreto n.º 34.647 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

### RÁDIO SOCIEDADE FARROUPILHA LIMITADA

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, de Porto Alegre.*

Lei n.º 2.033 — de 19 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1953.

### RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (VI)

*Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00, para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil.*

Decreto n.º 34.881 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

### REDE DE VIAÇÃO CEARENSE

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.113,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951, e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.058 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

### REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 33.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.785 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## REFINARIA DE MATARIPE

Abre pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ 231.350.000,00, destinado a atender aos encargos da industrialização do xisto betuminoso no vale do rio Pararica, à retomada dos estudos das jazidas de xisto de Marañ, e as obras de ampliação da Refinaria de Mataripe.

Decreto n.º 34.431 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1953.

## REGIMENTOS

*Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação e Cultura.*

Decreto n.º 34.078 — de 6 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

— *Aprova o Regimento do Instituto Benjamin Constant.*

Decreto n.º 34.700 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1953.

— *Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.*

Decreto n.º 34.742 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1953 (Suplemento).

— *Altera o Regimento do D.A.S.P.*

Decreto n.º 34.827 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## REGULAMENTOS

*Regula o estudo, o orçamento, e a construção dos açudes, em cooperação da União com os Estados, Municípios ou particulares, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.087 — de 13 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Dispõe sobre os encargos de família, que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda.*

Lei n.º 2.136 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.*

Decreto n.º 33.926 — de 28 de setembro de 1953.

Retificado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Modifica os artigos 55 e 70 do Regulamento da Indústria Farmacêutica no Brasil.*

Decreto n.º 33.932 — de 28 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Altera o Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e costa, aprovado pelo Decreto número 7.363, de 11 de junho de 1941.*

Decreto n.º 34.131 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Approva o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.132 — de 9 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

— *Modifica a redação do art. 13, alínea a, do Decreto n.º 23.905, de 22 de fevereiro de 1934 (Regulamento da Confederação Colombófila Brasileira).*

Decreto n.º 34.278 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Altera a redacção dos artigos 5.º e 6.º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, baixado com o Decreto n.º 21.854, de 26 de setembro de 1946.*

Decreto n.º 34.294 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1953.

— *Regulamenta a Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953.*

Decreto n.º 34.330 — de 21 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 3 de novembro de 1953.

— *Regulamenta o art. 252, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, no que respeita aos extranumerários da União, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.395 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Expede normas a serem observadas pelas Delegações do Trabalho Marítimo e que deverão ser incluídas nas futuras regulamentações, do exercício da profissão de conferente de carga e descarga baixadas nos termos da Lei n.º 1.561, de 21 de fevereiro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.453 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Altera a redacção do Parágrafo único do art. 13, do Regulamento para a Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n.º 34.453 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3.401, de 16 de dezembro de 1953.*

Decreto n.º 34.493 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

## REGULAMENTOS

— *Altera a redacção do Parágrafo único do art. 13, do Regulamento para a Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n.º 34.458 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Altera o n.º 9, do Regulamento para o Estado Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 26.607, de 27 de abril de 1949.*

Decreto n.º 34.499 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Altera o Decreto n.º 33.711, de 1 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 34.501 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento do Ministério da Saúde, criado pela Lei número 1.920, de 25 de julho de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.596 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Regula a execução, na Seção Especial da Colônia Cândido Mendes, das medidas de segurança detentiva nos arts. 83, § 1.º, n.º III, do Código Penal e art. 15 da Lei das Contravenções Penais.*

Decreto n.º 32.630 — de 27 de abril de 1953.

Retificado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal (R.U.P.M.), e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.753 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

**REGULAMENTOS**

— *Aprova o Regulamento para as Bandas de Música e Bandas Marciais da Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.762 — de 8 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— *Aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica.*

Decreto n.º 34.763 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

*Regulamenta o acesso ao Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, a que se referem a Lei número 1.636, de 11 de julho de 1952, e o art. 16, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950.*

Decreto n.º 34.824 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1 de abril de 1952.*

Decreto n.º 34.844 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Suspende, por um ano, dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n.º 34.852 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS E MILITARES NO ESTRANGEIRO**

*Altera a redação da letra b, do artigo 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.779 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

**REMUNERAÇÕES**

*Dispõe, sobre a remuneração do Chefe da Delegação do Brasil em Genebra.*

Decreto n.º 34.482 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**S****S. S. WHITE DENTAL MANUFACTURING COMPANY OF BRASIL**

*Concede a sociedade anônima "S. S. White Dental Manufacturing Company of Brasil" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.017 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**SALÁRIOS**

*Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.999 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

— *Suprime o parágrafo 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

— *Altera a tabela de salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao Patrimônio Nacional, aprovada pelo Decreto número 33.515, de 11 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.500 — de 9 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**"SÃO PAULO", COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social, da "São Paulo", Companhia Nacional de Seguros de Vida.*

Decreto n.º 34.408 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

**SCHEELITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jader Silva de Medeiros a pesquisar scheelita e associados, no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 33.981 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

*Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Neto a pesquisar scheelita e associados, no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 34.004 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

*Renova o Decreto n.º 29.899, de 17 de agosto de 1951.*

Decreto n.º 34.575 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**SÊLOS COMEMORATIVOS**

*Dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário de nascimento de José do Patrocínio e dá outras providências.*

Lei n.º 2.005 — de 5 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.017 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

**SÊLOS COMEMORATIVOS**

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.018 — de 12 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 15 de outubro de 1953.

**SÊLOS POSTAIS**

*Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — três séries de selos postais, sendo uma comemorativa do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José; e duas, respectivamente, simbolizando tipos de embarcação e reproduzindo a efígie ou passagem da vida de João das Botas, Lord Cockrane, Marcellus Dias e Almirante Tamandaré.*

Lei n.º 1.141 — 19 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**SEMANA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO**

*Institui a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 34.715 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL RURAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ ..... 600.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização, no Brasil, de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural.*

Lei n.º 2.079 — de 10 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1953.

**SERPENTINITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Elbert Pimenta a lavrar serpentinito e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.804 — de 9 de setembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 13 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Vieira a pesquisar talco, dolomita, serpentinito e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.569 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

**SERVENTE**

*Suprime cargos extintos.*

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n.º 34.379 — Q de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**SERVIÇO DE ENGENHARIA DE MARINHA**

*Dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais.*

Lei n.º 2.138 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1953.

**SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA**

*Suprime o parágrafo 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

**SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA**

*Estende aos empregados do Serviço Especial de Saúde Pública o regime de Benefícios de família do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.782 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

**SERVIÇO MILITAR**

*Dispõe sobre os documentos comprobatórios de quitação com o Serviço Militar.*

Decreto n.º 34.380 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1953.

**SERVIÇO NACIONAL DE LEPRO**

*Concede durante cinco anos, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00 ao Instituto Butantã, em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e a de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.003 — de 2 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**SERVIÇO NACIONAL DE MALÁRIA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado ao Serviço Nacional de Malária.*

Lei n.º 2.047 — de 26 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.



## SERVIÇO RIO GRANDINO DE ELETRICIDADE

*Autoriza o Serviço Rio Grandino de Eletricidade a ampliar suas instalações termo-elétricas no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.322 — de 16 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1953.

## SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

*Revigora a Lei de n.º 1.485, de 6 de dezembro de 1951, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.*

Lei n.º 2.054 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Suprime o parágrafo 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.252 — de 16 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1953.

## SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

*Assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais e estabelece outras providências.*

Lei n.º 2.134 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## SERVIDORES DAS COLETÓRIAS

*Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## SIDERURGIA

*Localiza a Usina Siderúrgica de que trata o n.º IV do anexo n.º 1, da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 2.120 — de 28 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

## "SILA" SENFET, IRMÃOS LIMITADA

*Autoriza a empresa de mineração "Sila" Senfft Irmãos Limitada, a lavar ouro aluvionar no município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.735 — de 2 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1953.

## SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO S. A.

*Autoriza a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 34.746 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## SOCIEDADE ANÔNIMA CENTRAL ELÉTRICA RIO CLARO

*Retifica o art. 1.º, alínea 2, do Decreto de n.º 33.435, de 4 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.389 — de 27 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

## "SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES, COMPOSITORES E EDITORES DE MÚSICA" - (S.B.A.C.E.M.).

*Declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Editores de Música" — (S. B. A. C. E. M.) — com sede nesta Capital Federal.*

Decreto n.º 34.850 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
ELETRICIDADE SIEMENS  
SCHUCKERT**

*Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert.*

Lei n.º 2.030 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE MI-  
NERAÇÃO LTDA.**

*Renova o Decreto n.º 29.360, de 22 de fevereiro de 1951.*

Decreto n.º 33.962 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

**SOCIEDADE DAS MINAS DO NOR-  
DESTE LIMITADA**

*Concede à Sociedade das Minas do Nordeste Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.972 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

**SOCIEDADE DE EXPANSÃO CO-  
MERCIAL E URBANA LTDA.**

*Isenta de direitos e taxas aduaneiras, uma draga de sucção, importado pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede no Recife.*

Lei n.º 2.027 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO  
RENER LTDA.**

*Declara caduco o direito de lavra da mina de cassiterita manifestada pela Sociedade de Mineração Rener Ltda.*

Decreto n.º 34.766 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

**SOCIEDADE DOS AMIGOS DE CA-  
RANGOLA**

*Declara de utilidade pública, a Sociedade dos Amigos de Carangola, com sede na Cidade de Carangola, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.577 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

**SOCIEDADE DOS PADRES OBLA-  
TOS DE MARIA IMACULADA  
PARA MISSÕES ENTRE OS  
POBRES**

*Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um ônibus rural, um "pick-up" para caminhão e máquinas importados pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres.*

Lei n.º 2.127 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

**SOCIEDADE MINERADORA FE-  
DERAL LIMITADA**

*Concede à Sociedade Mineradora Federal Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 33.971 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**SOCIEDADE SÃO PAULO DE MI-  
NERAÇÃO LTDA.**

*Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a lavar calcário e minérios de tungstênio, estanho e ferro, nos municípios de Sorocaba e Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.102 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

**SOCIÉTÉ DE SUCRERIES BRÉSILIENNES**

*Concede à "Société de Sucreries Brésiennes" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 23.908 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1953.

**SOJA**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

**SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION CO.**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.508.289,30, para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co., para aquele Ministério.*

Lei n.º 2.150 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

**SUBVENÇÕES**

Decreto-legislativo n.º 72 — de 1953.  
Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itambá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.*

Lei n.º 2.028 — de 16 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1953.

**SUBVENÇÕES**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Lei n.º 2.040 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União.*

Lei n.º 2.044 — de 22 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para subvencionar a Estrada de Ferro Leopoldina, no exercício de 1953.*

Lei n.º 2.105 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Públicas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.106 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Concede, por intermédio do Ministério da Saúde, o auxílio anual de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.119 — de 27 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.

— *Inclui as Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 a cada uma.*

Lei n.º 2.152 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

## SUEVENÇÕES

— *Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.153 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.154 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Concede auxílio a entidades desportivas.*

Decreto n.º 34.595 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1953.

— *Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n.º 34.718 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para pagamento, no atual exercício financeiro, de subvenções anuais às Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 34.775 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

— *Abre crédito especial para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.831 — de 18 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1953.

## "SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Sul América", Companhia Nacional de Seguros de Vida, para aumento de capital.*

Decreto n. 34.487 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1953.

## "SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES" COMPANHIA DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes", Companhia de Seguros.*

Decreto n.º 34.658 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Decreto-legislativo n.º 90 — de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## STANDARD ELÉTRICA S. A.

Decreto-legislativo n.º 96 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

## T

## TABELAS

*Númericas Especiais de extranumerários mensalistas — Ver: o Ministério a que pertencem.*

## TABELAS ÚNICAS

Ver: *o Ministério a que pertencem,*

## TALCO

*Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira a lavar talco, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.976 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Maurício Blaustein e Samuel Wain-gort a lavar talco no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.993 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Vieira a pesquisar talco, dolomita, serpentina e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 34.569 — de 11 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza a Mineração Bico de Pedra S. A., a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.690 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a Mineração Bico da Pedra S. A., a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 34.799 — de 16 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1953.

## TALCOXISTO

*Autoriza o cidadão brasileiro Eras-to Cintra de Almeida a pesquisar talcoxisto, asbesto e associados, no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 33.986 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

## TAPIOCCA

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1953.

## TEATRO CASTRO ALVES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ ..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar, respectivamente, a construção da sede do Museu de Arte Moderna, do Teatro Castro Alves, da Escola de Belas Artes de Pelotas e do Museu Mariano Procópio.*

Lei n.º 2.023 — de 15 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 21 de outubro de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos de ocupação dos terrenos de marinha que menciona, situados em Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.367 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.915 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.019 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 34.020 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.021 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 34.022 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.121 — de 3 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

— *Autoriza a estrangeiros a adquirirem, em revigoração de ajoramento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.224 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir terreno de marinha e acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.225 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha.*

Decreto n.º 34.226 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 19 e 20 de novembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno acrescido de marinha.*

Decreto n.º 34.227 — de 15 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.414 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 34.485 — de 5 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na capital da República.*

Decreto n.º 32.533 — de 4 de abril de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação de terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.662 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito de occupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.663 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 34.668 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração de aforamento, fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.708 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Autoriza a concessão a estrangeiro, de revigoração de aforamento de fração ideal dos terrenos de marinha que menciona, situados no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.709 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1953.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 34.750 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1953.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

Decreto-legislativo n.º 87 — de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1953.

— *Acrescenta parágrafo único ao artigo 1.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.*

Lei n.º 2.078 — de 9 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1953.

## TESOUREIRO

*Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 25 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n.º 34.289 — de 19 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1953.

— *Dispõe sobre a concessão do auxílio para diferença de caixa, previsto no art. 137 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 34.406 — de 25 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1953.

## THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON

*Aprova alterações de estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n.º 34.122 — de 3 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1953.

## THE INSTITUTE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS

Decreto-legislativo n.º 85 — de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

## THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED

*Aprova alterações introduzidas nos estatutos da The Motor Union Insurance Company Limited.*

Decreto n.º 34.409 — de 29 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1953.

**THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK**

*Aprova alterações de estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n.º 34.410 — de 23 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

**THE ORIENTAL MISSIONARY SOCIETY**

*Concede a "The Oriental Missionary Society", autorização para funcionar no Brasil.*

Decreto n.º 34.195 — de 13 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

**THE TEXAS COMPANY (SOUTH AMERICA) LIMITED**

*Concede à sociedade anônima "The Texas Company (South America) Limited" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 34.016 — de 1 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1953.

**THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos estatutos da The Yorkshire Insurance Company Limited.*

Decreto n.º 33.623 — de 20 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1953.

**TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL**

*Altera a redação do § 2.º do art. 1.º, do Decreto n.º 33.712, de 1 de setembro de 1953.*

Decreto n.º 34.451 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1953.

**TÍTULOS ELEITORAIS**

*Dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.084 — de 12 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1953.

**TRABALHADOR**

*Suprime cargos extintos.*

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n.º 34.379 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1953.

**TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS**

*Dispõe sobre a transferência dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Bohriana para o serviço da União, como extranumerários.*

Lei n.º 1.998 — de 1 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1953.

**TRANSPORTES AÉREOS REGULARES**

Decreto-legislativo n.º 73 — de 1953

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

**TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS**

*Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.112 — de 25 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1953.



## TRIBUNAL DE CONTAS

*Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegacia do Tribunal de Contas junto ao Departamento de Imprensa Nacional e de Delegado do mesmo Tribunal junto ao Estado Maior das Forças Armadas.*

Lei n.º 1.993 — de 28 de setembro de 1953.

Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1953.

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial*.

## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar*.

## TRIGO EM GRÃO

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1954.*

Decreto n.º 34.592 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1953.

## TRITIGULTURA

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 34.079 — de 8 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1953.

## TUNGSTÊNIO

*Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a lavrar calcário e minérios de tungstênio, estanho e ferro, nos municípios de Sorocaba e Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 34.102 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1953.

## TUNGSTÊNIO

— *Renova o Decreto n.º 29.787, de 19 de julho de 1951.*

Decreto n.º 34.653 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.786, de 19 de julho de 1951.*

Decreto n.º 34.686 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 29.788, de 19 de julho de 1953.*

Decreto n.º 34.687 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

## U

### UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.877 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

### UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS E ESPANHA

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.877 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

### UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 34.877 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

## UNIAO SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ENSINO

*Inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.106 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

## UNIFORMES DO PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR

*Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal da Polícia Militar do Distrito (R.U.P.M.), e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.753 — de 1 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1953.

## UNIVERSIDADES

*Inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.106 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Considera válido o curso realizado pelos professores normalistas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.107 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Universidade do Paraná.*

Decreto n.º 34.106 — de 7 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1953.

## UNIVERSIDADES

— *Dispõe sobre a transformação, em mensalistas, de extranumerários contratados da Universidade do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n.º 34.264 — de 17 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1953.

*Altera a Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas da Universidade da Bahia.*

Decreto n.º 34.681 — de 25 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1953.

— *Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n.º 34.718 — de 30 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1953.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40, a ser aplicado em favor da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 34.772 — de 11 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

Ver, também, *Faculdades.*

— *Altera a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas da Universidade de Recife.*

Decreto n.º 34.851 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1954.

## USINA FORÇA E LUZ ESPERANÇA

*Autoriza a Usina Força e Luz Esperança a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n.º 32.099 — de 15 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1953.

## USINA SIDERÚRGICA

*Localiza a Usina Siderúrgica de que trata o n.º IV do anexo n.º 1, da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 2.120 — de 28 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1953.

## V

### VALE DO SÃO FRANCISCO

Decreto-legislativo n.º 35 — de 1953.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1953.

### VENCIMENTOS

*Altera a redação da letra b do artigo 4.º do Decreto n.º 33.642, de 24 agosto de 1953.*

Decreto n.º 34.779 — de 14 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1953.

### VERMICULITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Huber Lopes Portugal a pesquisar caulim, vermiculita e associados no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 33.999 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1953.

### VETERANOS DA CAMPANHA ACREANA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ .. 2.697.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana.*

Lei n.º 2.125 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1953.

### VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

*Autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, por conta igual de propriedade da firma Xavier Irmãos S. A. — Estivas e Comércio em Geral.*

Lei n.º 2.104 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

### VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ .. 2.395.116,00, destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da União para 1951, e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas.*

Lei n.º 2.056 — de 31 de outubro de 1953.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1953.

## X

### XAVIER IRMÃOS S. A. - ESTIVAS E COMÉRCIO EM GERAL

*Autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, por outra igual de propriedade da firma Xavier Irmãos S. A. — Estivas e Comércio em Geral.*

Lei n.º 2.104 — de 23 de novembro de 1953.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1953.

### XISTO BETUMINOSO

*Abre, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ .. 231.350.000,00, destinado a atender aos encargos da industrialização do xisto betuminoso no vale do rio Paraiíba, à retomada dos estudos das jazidas de xisto de Marau e as obras de ampliação da Refinaria de Mataripe.*

Decreto n.º 34.431 — de 31 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1953.

## W

## WILSON, SONS &amp; CO. LTD.

*Isenta de pagamento de imposto de importação e demais taxas aduaneiras, o rebocador "Lady Rosemary", importador por Wilson, Sons & Cia. Ltda.*

Lei n.º 2.092 — de 16 de novembro de 1953.

Publicada no *D. O.* de 21 de novembro de 1953.

## Z

## ZINCO

*Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar minérios de chumbo, zinco e associados, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.995 — de 30 de setembro de 1953.

Publicado no *D. O.* de 10 de outubro de 1953.